



Dina Sofia das Neves Sebastião

PARTIDOS SOCIALISTAS IBÉRICOS E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA: 1945-1993

Tese de Doutoramento em Estudos Europeus,
orientada pelo Professor Doutor António Martins da Silva,
e apresentada ao
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dezembro 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Partidos socialistas ibéricos
e a integração europeia:
1945-1993

Dina Sofia das Neves Sebastião

Ficha Técnica

Título	Partidos socialistas ibéricos e a integração europeia: 1945-1993
Autora	Dina Sofia das Neves Sebastião
Orientador	Professor Doutor António Martins da Silva
Área científica	Estudos Europeus (Ciência Política e Cidadania)
Apresentação	2016



*Aos meus pais,
pelo exemplo dos valores
do trabalho e da honestidade.*

AGRADECIMENTOS

Deixo, em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento ao meu orientador, Doutor António Martins da Silva, pelo apoio e confiança tão necessários à iniciação deste trabalho. Agradeço-lhe o papel de guia nesta investigação, a palavra certa, acauteladora e incentivadora nos momentos necessários e, acima de tudo, a partilha do entusiasmo e das frustrações inerentes a quem estuda as questões europeias e acompanha a realidade por esta Europa fora.

Deixo também um especial agradecimento ao Pedro Santos, pela ajuda na revisão de texto, tão condicionada pela imposição de prazos quase impossíveis, à Ana Sofia Veloso pelo apoio orientador nas especificidades das publicações científicas e pelo permanente incentivo, e ao Doutor João Paulo Avelãs Nunes pelo interesse e encorajamento para a minha investigação. Agradeço também a Beatriz García Paz, do arquivo e biblioteca da Fundação Pablo Iglesias, a Noémia Barroso, do Departamento de Relações Públicas e Histórico do PS, e a Mario Bueno Aguado, do arquivo da Fundação Indalecio Prieto, pela facilitação de acesso e disponibilização de documentação relativa ao PS e PSOE.

Em expressão mais afetiva e pessoal, agradeço à minha família a confiança sempre depositada em mim, às minhas amigas de sempre o apoio que sei que está sempre lá e ao Miguel, a compreensão e a paz de espírito que um trabalho como este requer.

RESUMO

Foi desde meados dos anos 80 e mais intensivamente dos 90 que os partidos políticos nacionais começaram a ganhar um espaço considerável na investigação académica sobre o sistema político da UE. Nesta tese, advoga-se e comprova-se a imprescindibilidade do conhecimento sobre o posicionamento dos partidos face à integração europeia desde o lançamento das primeiras Comunidades, pois apesar de não exercerem um papel político consequente na distribuição inicial do poder comunitário, é importante conhecer o seu posicionamento para melhor entender os impasses e as vicissitudes evolutivas da CEE/UE.

Adicionalmente, sustenta-se e comprova-se que os contextos nacionais são um enquadramento determinante para compreender as nuances dos posicionamentos partidários, nomeadamente as variações das posições entre diferentes partidos nacionais pertencentes à mesma família política, neste caso, a social-democracia. Com esta orientação de estudo e sob uma investigação feita na confluência de várias áreas das ciências sociais e humanas, esta tese pretende ser uma contribuição para a afirmação académica dos Estudos Europeus, focando-se na relação dos partidos PS e PSOE com a integração europeia.

Constata-se que a fase de oposição do PS e do PSOE às ditaduras ibéricas conferiu idealismo (impulsionado pelos ímpetos oposicionistas e por uma profunda aspiração democrática) à visão política de ambos os partidos sobre a construção europeia. Já a transição democrática foi decisiva para o simbolismo democrático conferido à CEE e o europeísmo contínuo dos partidos. Marcou ainda o início de um realismo de governação que fez despir o discurso partidário de idealismo e iniciar um derradeiro processo de *europeização* dos socialistas ibéricos.

Apesar de na oposição às ditaduras e no início da transição democrática aspirarem a uma evolução socializante das Comunidades (que seria incutida com a entrada de Portugal e Espanha na CEE), o PS e PSOE acabam por se deixar, eles próprios, moldar, *europeizar*, pela construção europeia. Para tal contribuiu não só o difícil contexto económico e social das jovens democracias (ao qual os socialistas no governo responderam com a iniciação de um processo de liberalização económica), como também as próprias obrigações institucionais e políticas decorrentes da adesão às Comunidades.

A tendência de adoção de políticas liberais e de desvio à social-democracia é incrementada a partir de 1986, ano da adesão à CEE. PS e PSOE acompanham a tendência de aprofundamento liberal da integração europeia, nos anos 80 e 90, sem propostas alternativas

condizentes com a sua matriz social-democrata, designadamente nos domínios da política social europeia e da União Económica e Monetária, nas quais seria possível assumir uma supranacionalização de políticas *keynesianas*. A perda de ideologia e de idealismo revelou-se ainda na veiculação da ideia política dos dois partidos para a Europa do futuro. O federalismo foi um termo banido do discurso partidário, para dar lugar a uma acomodação à evolução por etapas, neofuncionalista, da integração europeia.

Para este estado de situação contribuíram não apenas questões políticas conjunturais nacionais, como também a incapacidade de uma revisão político-programática enquadrada nos moldes ideológicos matriciais da social-democracia, assim como a inabilidade de uma atuação eficaz conjunta dos partidos nacionais ao nível transnacional, no âmbito da UE. Neste sentido, apesar de a partir de meados da década de 80 até 1993, o PSOE se ter mantido continuamente no governo e o PS na oposição, conclui-se que a diferença de estatuto de poder dos partidos não influenciou as suas posições face à UE e, por conseguinte, o seu grau de *europeização* – ambos sofrem da mesma influência ideológica liberalizante.

As ditaduras e as transições democráticas foram um fator diferencial entre o posicionamento dos dois partidos e o de congéneres europeus relativamente à construção europeia (com realce para a valorização ideológica dada à unidade europeia, primeiro com um pendor federal e internacionalista, depois com o simbolismo democrático a sobrepor-se a tudo o resto). Porém, a partir de meados da década de 80 (com as democracias estabilizadas e a premente necessidade de continuar a estruturar economicamente os dois estados), o PS e o PSOE alinham-se com a social-democracia europeia numa visão mais economicista e tecnocrata das Comunidades, abdicando dos preceitos ideológicos, contribuindo decisivamente para a derrota ideológica da social-democracia europeia, facto que não será alheio à erosão eleitoral que estes partidos têm vindo a sofrer nos anos recentes. Este estudo de caso do PS e do PSOE contribui, decisivamente, para aprofundar e alargar o conhecimento académico sobre a relação da social-democracia europeia e a UE.

ABSTRACT

From middle 80's and more deeply from 90's, national political parties started acquiring a noticeable space in academics studies about the political system of the European Union. It's claimed and proved in this thesis that knowledge about the parties positioning facing European integration is crucial from the very beginning of the first Communities take-off. Although political parties didn't have a consequent political role in the initial community power distribution, it is very important to know their initial view to better understand the bottlenecks and upsets of EEC/EU evolution.

Additionally, it is claimed and proved that national contexts are a determining framing factor to understand the variations of parties' positioning, namely to achieve a better comprehension of the variations between national parties' views belonging to the same political family, in this case, social-democracy. With this as an aim and orientation, and developing an investigation under the confluence of several areas of social and human sciences, this thesis intends to be a contribution for the academic affirmation of European Studies, focusing on PS and PSOE relation with European integration.

It's evident that PS and PSOE opposition to Iberian dictatorships has strengthened an idealist view (leveraged by the opposition will and out a profound aspiration for democracy) for European construction. Yet the democratic transition was decisive for a strong symbolism of democracy given to EEC and for the continuing Europeanism of both parties. But it has also marked the start of realism in government, which led the party to be disposed of its idealism and to begin an ultimate europeanization process of the Iberian socialists.

Although in the opposition to dictatorships and at the beginning of the democratic transition the parties were willing for an evolution of the Communities under socialism (the socializing action would be incremented with Portugal and Spain accession), PS and PSOE ended by being themselves the ones who are modelled, *Europeanized*, by the EU. The hard economic and social context of the young democracies (to which socialists in government have responded with the initiation of an economic liberalization process) and the institutional and political obligations that resulted from the accession to ECC have contributed to that status.

From 1986 on, after accession do EEC, the tendency for adopting liberal policies and deviating from social democracy is boosted. PS and PSOE have followed the European integration's trend of deepening liberal policies without alternative proposals suitable with

their social democratic matrices, namely in the European social policy and Economic and Monetary Union, domains in which it could have been possible to head towards suggestions for supranational *Keynesian* policies.

The lost of ideology and idealism is also evident in both parties' political idea for the upcoming Europe. The term federalism was banned from the party speech, giving place to an accommodation to a step-by-step, neofunctionalist, evolution of European integration.

For this resulting situation three main causes are found: political conditions derived from national conjuncture; inability for a political and programmatic revision framed by the ideological matrices of social democracy; and absence of a joint transnational operative capacity of national parties within EU. Thus, although from middle 80's till 1993 PSOE has been continuously in government and PS in opposition, one concludes that the power status difference between the parties didn't have an influence in their positions towards EU and therefore in their *Europeanization* degree – i.e., both have been equally target by a liberal ideological influence.

On one hand, dictatorships and democratic transition were differentiating factors for the positioning between both parties and their European counterparts regarding European construction (by the ideological value given to European unity, first with a federal and internationalist appreciation, and secondly with the democratic symbolism overcoming the negative aspects). On the other hand, from 1986 (with the stabilization of the two democracies and the urgent need to restructuring both states' economy), PS and PSOE align themselves with European social democracy for a more economic modelled and technocrat vision for Communities, renouncing ideological principles. This has definitely contributed to an ideological defeat of European social democratic parties and is certainly a preponderant fact for understating the electoral erosion these parties have been suffering in recent years. This case study, on PS and PSOE, is believed to be a contribution to a deep and broad knowledge about the relation of European social democracy and EU.

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	19
PRIMEIRA PARTE	23
CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO E ESTADO DA ARTE	25
1. DA PERTINÊNCIA DO ESTUDO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS PARA A INTEGRAÇÃO EUROPEIA	25
1.1 A SUPRANACIONALIDADE NEOFUNCIONALISTA E FEDERALISTA: OS PARTIDOS POLÍTICOS NO INÍCIO E NO FIM DO PROCESSO INTEGRADOR	28
a) <i>Neofuncionalismo – os partidos na etapa final do ciclo integrador</i>	29
b) <i>Federalismo – os partidos no impulso da solução integradora</i>	33
1.2 INTERGOVERNAMENTALISMO – OS PARTIDOS NOS BASTIDORES DOS GOVERNOS	41
1.3 O NOVO INSTITUCIONALISMO E O CONSTRUTIVISMO – OS PARTIDOS NACIONAIS MODULADOS OU MODELADORES DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA?	44
a) <i>O novo institucionalismo</i>	44
b) <i>O construtivismo</i>	46
1.4 GOVERNANÇA MULTINÍVEIS – OS PARTIDOS ENTRE AS DIMENSÕES NACIONAL, SUPRANACIONAL E TRANSNACIONAL	48
a) <i>Da insuficiência das Relações Internacionais à política comparada</i>	49
b) <i>A governança multiníveis como tentativa de conceptualizar a UE</i>	50
c) <i>A governança multiníveis e os partidos – análises a vários níveis</i>	51
1.5 A PERTINÊNCIA DO CONTEXTO DOS PARTIDOS NACIONAIS PARA UM ESTUDO INTEGRADO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA, SEM PREFERÊNCIA POR TEORIAS (EM JEITO DE CONCLUSÃO).....	53
a) <i>Grupos políticos no PE e partidos europeus ganham importância, mas</i>	54
b) <i>... partidos nacionais continuam a ser determinantes e ...</i>	57
c) <i>... importam, para além de teorias e modelos</i>	57
2. DA PERTINÊNCIA DO ESTUDO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS IBÉRICOS PARA O ESTUDO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA	58
2.1 POR UM SOCIALISMO INTERNACIONALISTA EUROPEU – A UNIÃO EUROPEIA ANTES DE O SER	59
2.2 DAS DISSIDÊNCIAS SOCIALISTAS ÀS POLISSEMIAS DO INTERNACIONALISMO.....	62
a) <i>Aclarar as águas socialistas: revolucionários vs reformistas</i>	62
b) <i>Um internacionalismo no quadro do estado-nação</i>	65
2.3 OS PARTIDOS SOCIALISTAS IBÉRICOS E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA – A IMPORTÂNCIA DA IDEIA E DO CONTEXTO PARA EVITAR A CONFUSÃO E A SUBESTIMAÇÃO.....	67
3. DA PERTINÊNCIA DOS OBJETIVOS E DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO ADOTADA 70	
3.1 A CIÊNCIA POLÍTICA E O <i>BOOM</i> NA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS PARTIDOS E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA.....	71
a) <i>Quantificação e qualificação da europeização dos partidos nacionais – a UE como indutora do défice democrático nos partidos</i>	71
3.2 A REIVINDICAÇÃO DAS CLIVAGENS: POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DE MODELOS DE ANÁLISE PADRONIZADORES DOS PARTIDOS POLÍTICOS	75
a) <i>Cruzamento de clivagens à medida das especificidades da UE</i>	76
b) <i>As potencialidades dos modelos de clivagens aplicados à UE</i>	79
c) <i>As fragilidades dos modelos de clivagens aplicados à UE</i>	81
3.3 CONTEXTO E DIVERSIDADE DE FONTES NUMA ANÁLISE QUALITATIVA – PARA UM ESTUDO INTEGRADO E DIFERENCIADO DO PS E PSOE NA SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA.....	85

a) <i>Abordagem de contexto como contributo para o estudo dos partidos políticos e da integração europeia</i>	85
b) <i>Questões norteadoras da investigação</i>	87
c) <i>Em defesa da multidisciplinaridade para uma “normalização” dos Estudos Europeus</i>	88
CAPÍTULO II	91
BREVE HISTÓRIA DOS PARTIDOS SOCIALISTAS DA PENÍNSULA IBÉRICA	91
1. O SOCIALISMO DA SOCIAL-DEMOCRACIA	91
2. SINCRONIAS E DIACRONIAS NA FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS SOCIALISTAS IBÉRICOS	92
2.1 PSOE – A LUTA COMUM EM CONSTANTES DISSIDÊNCIAS INTERNAS	93
a) <i>Exílio – tempo de europeização e novas divisões</i>	94
b) <i>Da democratização à abdicação do marxismo</i>	96
2.2 PS – APARECIMENTO TARDIO, MAS CAPAZ DE ACOMPANHAR A SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA	98
a) <i>O primeiro movimento socialista em Portugal – contemporaneidade com a Europa, mas incapaz de vingar</i>	98
b) <i>Da Resistência Republicana ao PS: reorganização efetiva e definitiva dos socialistas</i>	100
SEGUNDA PARTE	103
CAPÍTULO I – NA OPOSIÇÃO ÀS DITADURAS (1945-1975)	105
1. EUROPA E UNIDADE EUROPEIA ENTRE O UTILITARISMO DA OPOSIÇÃO E O IDEALISMO FEDERAL	105
1.1 PSOE: DA EXALTAÇÃO FEDERALISTA AO DESALENTO	105
a) <i>No fervor da ideia dos Estados Unidos da Europa</i>	105
b) <i>Federalismo para um internacionalismo socialista</i>	110
c) <i>O lançamento da integração e o esmorecimento da causa europeia?</i>	115
1.2 SOCIALISTAS PORTUGUESES: CHEGADA TARDIA À EUROPA, MAS A TEMPO DE INCORPORAR A UNIDADE EUROPEIA	117
a) <i>Ideia de neutralidade europeia seduz Soares</i>	117
b) <i>Na Europa, pela unidade europeia</i>	118
c) <i>O exílio: integração portuguesa e o federalismo</i>	121
2. DESFASAMENTO TEMPORAL, MAS ALINHAMENTO COMUM POR UMA UNIDADE EUROPEIA SOCIALISTA (EM JEITO DE CONCLUSÃO)	126
CAPÍTULO II – EM DEMOCRACIA: O CAMINHO PARA AS COMUNIDADES (1975-85)	129
1. CEE: UMA VISÃO POLÍTICA PARA O PAÍS, ENTRE O IDEALISMO NA OPOSIÇÃO, O PRAGMATISMO NO GOVERNO E O SIMPLISMO NA DISCUSSÃO	129
1.1 PSOE: DO IDEALISMO AO INÍCIO DO REALISMO DAS RESPONSABILIDADES GOVERNATIVAS – O PRENÚNCIO DA EUROPEIZAÇÃO DO PARTIDO	129
a) <i>Adesão à CEE – consolidação da linha europeísta do PSOE</i>	130
b) <i>Adesão à CEE – uma opção política e ... económica. Autarcia não!</i>	133
c) <i>Que modelo institucional para a Europa do futuro? O início da perda da retórica histórica</i>	141
d) <i>Um modelo socialista para uma Europa unida? O início da dificuldade de compatibilizar retórica e prática</i>	145
1.2 PS: FACE À INSTABILIDADE POLÍTICA E ECONÓMICA, PRAGMATISMO ACIMA DE TUDO – O PRENÚNCIO DA EUROPEIZAÇÃO DO PARTIDO	154
a) <i>Estratégia de sobrevivência partidária no período revolucionário abafa europeísmo</i>	154
b) <i>A subida ao poder governativo e a assunção plena da linha europeísta: uma motivação política e económica</i>	159
c) <i>Que modelo institucional para a Europa do futuro? O simplismo do debate!</i>	172
d) <i>Um modelo socialista para uma Europa unida? O início da dificuldade de compatibilizar retórica e prática</i>	183

2. IDIOSSINCRASIAS DAS JOVENS DEMOCRACIAS CONDICIONAM CONCRETIZAÇÃO DO EUROPEÍSMO SOCIALISTA IBÉRICO – O TRIUNFO DO PRAGMATISMO POLÍTICO, NO CAMINHO DA EUROPEIZAÇÃO (EM JEITO DE CONCLUSÃO)	194
CAPÍTULO III – EM PLENO NA EUROPA COM A EUROPA A TODO O GÁS: NO CAMINHO PARA A UE (1986-93)	201
1. A DIMENSÃO SOCIAL DA UE – RESIGNAÇÃO SOCIALISTA A UM ADIAMENTO PERMANENTE	204
1.1 PSOE: A COSMÉTICA IDEOLÓGICA DE UMA EUROPA SOCIAL	209
a) <i>A coesão como elemento socializante do mercado interno.....</i>	<i>209</i>
b) <i>Uma política social? Harmonização comunitária ou coordenações nacionais?.....</i>	<i>215</i>
c) <i>O sacrifício da dimensão social europeia ao serviço da política económica governamental</i>	<i>224</i>
1.2 PS: CONTEXTO ELEITORAL E CONTINGÊNCIAS PARTIDÁRIAS ATENUAM EUROPA SOCIAL – A IDEOLOGIA DE PARTE	228
a) <i>Os fundos como vertente social comunitária.....</i>	<i>230</i>
b) <i>A defesa de uma política social europeia, mas pouco!.....</i>	<i>234</i>
c) <i>Estratégia eleitoralista ao centro anula determinismo ideológico sobre a política social</i>	<i>242</i>
1.3 NO GOVERNO OU NA OPOSIÇÃO, SOCIALISTAS IBÉRICOS NEGLIGENCIAM DIMENSÃO SOCIAL (EM JEITO DE CONCLUSÃO)	251
2. UEM E A DIMENSÃO (RE)REGULADORA E REDISTRIBUTIVA DA UE: A RENDIÇÃO AO MONETARISMO	252
2.1 PSOE: A SUBVERSÃO DA UEM COMO MODERNIZADORA DE ESPANHA – A CONSUMAÇÃO DA RECETIVIDADE AO (NEO)LIBERALISMO.....	261
a) <i>Harmonização fiscal sobre poupança de capital – a única proposta regulador.....</i>	<i>263</i>
b) <i>A primazia da convergência e a definitiva comunhão com a economia neoliberal da UE</i>	<i>267</i>
c) <i>UE muda ideologicamente o PSOE e não o contrário – pragmatismo e interesse nacional de curto prazo europeizam o partido.....</i>	<i>272</i>
2.2 PS: VIRAGEM À DIREITA NEGLIGENCIA (RE)REGULAÇÃO EUROPEIA – A CONSUMAÇÃO DA RECETIVIDADE AO (NEO)LIBERALISMO	275
a) <i>“Portugal não pode aceitar a tese ultraliberal da Europa”, mas</i>	<i>277</i>
b) <i>... PS não assume propostas para um ‘keynesianismo europeu’</i>	<i>280</i>
c) <i>UE muda ideologicamente o PS e não o contrário – eleitoralismo e interesse nacional de curto prazo europeizam PS.....</i>	<i>283</i>
2.3 PSOE E PS SUCUMBEM À EUROPA LIBERAL (EM JEITO DE CONCLUSÃO)	287
3. ANTE A PERSPETIVA DE UMA UNIÃO POLÍTICA – O FEDERALISMO NA “GAVETA”	289
3.1 PSOE: POR UM “FEDERALISMO FUNCIONALISTA”	297
a) <i>Por um aumento de competências do PE, apenas até onde</i>	<i>298</i>
b) <i>... não se sobreponha ao intergovernamentalismo - por um “federalismo funcionalista” ..</i>	<i>302</i>
c) <i>O federalismo na gaveta, de facto!</i>	<i>307</i>
3.2 PS: A DEFESA DA SUPRANACIONALIZAÇÃO ENTRE INCONGRUÊNCIAS, SUBESTIMAÇÕES E LEVIANDADES	312
a) <i>A favor da supranacionalização, até onde?</i>	<i>312</i>
b) <i>A suficiência da supranacionalidade sem federação! Ou confederação? A confusão de termos e ideias</i>	<i>318</i>
c) <i>O federalismo nunca saído da gaveta!.....</i>	<i>321</i>
3.3 DIRIGISMO ESPANHOL E NEGLIGÊNCIA PORTUGUESA CONVERGEM NA REJEIÇÃO DO FEDERALISMO (EM JEITO DE CONCLUSÃO)	324
TERCEIRA PARTE	327
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA INTERESSAM – NA EUROPA SEM ESQUECER A PENÍNSULA	329

1. ANTE A PERSPETIVA DE UMA POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM: DEAMBULANDO ENTRE ATLANTISMO E EUROPEÍSMO.....	329
1.1 PSOÉ: DE UM IDEALISMO QUASE NEUTRALISTA A UM IDEAL DE DEFESA EUROPEIA	336
a) <i>Mesmo no conforto da oposição, a dificuldade de conciliar um discurso europeísta com uma posição antiatlantista</i>	<i>338</i>
b) <i>No realismo da governação, pela OTAN para estar na CEE</i>	<i>345</i>
c) <i>Na CEE, por um ideal de política externa e de defesa europeia, mas pouco</i>	<i>350</i>
1.2 PS: NA DIFICULDADE DA EUROATLANTICIDADE, POR UMA PESC FROUXA	361
a) <i>Da recusa idealista do bipolarismo à resignação pragmática ao atlantismo.....</i>	<i>362</i>
b) <i>Por um ideal de defesa europeia, mas com e na OTAN</i>	<i>367</i>
c) <i>Por uma débil PESC, em prol da euroatlanticidade.....</i>	<i>373</i>
2. HISTÓRIA E INTERESSES GEOPOLÍTICOS NACIONAIS DETERMINAM POSIÇÕES PARTIDÁRIAS FACE À PESC (EM JEITO DE CONCLUSÃO).....	383
CAPÍTULO II. A IDEOLOGIA DEIXOU DE INTERESSAR – NA EUROPA SEM INFLUENCIAR A UE	385
1. SOCIALISMO IBÉRICO, SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA E UNIDADE EUROPEIA: DILEMAS, DESAFIOS, INCAPACIDADES E FRUSTRAÇÕES	385
1.1 DILEMAS.....	386
1.2 DESAFIOS.....	389
1.3 INCAPACIDADES	396
1.4 FRUSTRAÇÕES	406
2. ONDE RESIDEM AS ESPERANÇAS?	408
CONCLUSÃO.....	415
DOCUMENTAÇÃO.....	422
BIBLIOGRAFIA.....	431

SIGLAS

AD – Aliança Democrática
ASP – Ação Socialista Portuguesa
AMO – Áreas Monetárias Ótimas
AR – Assembleia da República
ASP – Ação Socialista Portuguesa
ARUNEPS - Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança
AUE - Ato Único Europeu
CDS – Centro Democrático Social
CdE – Conselho da Europa
CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED – Comunidade Europeia de Defesa.
CEE – Comunidade Económica Europeia
CE - Comunidades Europeias
CEF – Comissão Executiva Federal (PSOE)
CIG – Conferência Intergovernamental
COREPER – Comité dos Representantes Permanentes da UE
CPE – Cooperação Política Europeia
DDS – Diretório Democrato-Social
ECU – *European Currency Unit* (unidade de conta europeia)
EFTA – European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)
ETA – Euskadi ta Askatasuna
FMI – Fundo Monetário Internacional
GC – Governo Constitucional
IGC/ IIGC – Primeiro/Segundo Governo Constitucional
GM – Governança Multiníveis
IGM – Primeira Guerra Mundial
IIGM – Segunda Guerra Mundial
MC – Mercado Comum
ME – Movimento Europeu
MFA – Movimento das Forças Armadas
MFE – Movimento Federalista Europeu

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros
MTC – Mecanismo de Taxas de Câmbio
NATO – North Atlantic Treaty Organization (sigla em inglês para OTAN)
OECE – Organização Europeia para a Cooperação Económica
OI – Organização Internacional
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
RNB – Rendimento Nacional Bruto
PAC – Política Agrícola Comum
PCE – Partido Comunista Espanhol
PCI - Partido Comunista Italiano
PE – Parlamento Europeu
PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento
PESC – Política Externa e de Segurança Comum
PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa (designação anterior ao TL)
PPE – Partido Popular Europeu
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PRD – Partido Renovador Democrático
PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa (conforme designação do TL)
PSB – Partido Socialista Belga
PSDI - Partido Socialista Democrático Italiano
PS - Partido Socialista português
PSE – Partido Socialista Europeu
PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol
PSI – Partido Socialista Italiano
PT – Partido Trabalhista
PTI – Partido Trabalhistas Irlandês
RR – Resistência Republicana
SD – Partido Social-democrata dinamarquês
SPD – Partido Social-Democrata Alemão
SME – Sistema Monetário Europeu
TL – Tratado de Lisboa
TM – Tratado de Maastricht
TFUE – Tratado de Fundação da União Europeia
TUE – Tratado da União Europeia (igual a TM)
UCD – Unión de Centro Democrático

CPSCE – Confederação de Partidos Socialistas da Comunidade Europeia

UEM – União Económica e Monetária

UGT – Unión General de Trabajadores (confederação sindical espanhola) e União Geral de Trabalhadores (confederação sindical portuguesa).

UO – União Ocidental

UEO – União da Europa Ocidental

INTRODUÇÃO

Se passarmos atualmente (2016) um olhar rápido pelos títulos que fazem as manchetes dos jornais e dos noticiários audiovisuais por essa Europa fora, um dos temas que ressalta é o crescimento eleitoral de partidos nacionalistas em vários países do continente, em coexistência com o ganho de espaço eleitoral de partidos de esquerda radical noutros países. Paira a ideia de que os partidos clássicos dos sistemas democráticos nacionais não estão a conseguir responder aos desafios que coloca a integração europeia e um sistema internacional cada vez mais interdependente, designadamente, ao nível económico. Frequente é também a mensagem emanada dos fazedores de opinião pública de que a União Europeia (UE) ao mesmo tempo que estrangula os estados na sua capacidade interna de lidar com as crises, se tornou ela própria incapaz de lhes responder por meios próprios – tornando-se mais objetivo do que sujeito da sistema económico internacional. Diante deste cenário, o eleitorado parece querer regressar a mecanismos de fechamento do estado-nação e parece não confiar mais nos clássicos partidos de sistema, do centro-esquerda e centro-direita, aqueles que, após a Segunda Guerra Mundial, apostaram na construção do Estado Social, emanado das capacidades de um estado-nação em reconstrução e, simultaneamente, se uniram num consenso que possibilitou o lançamento das Comunidades Europeias (CE). Aqueles que construíram as bases políticas, económicas e sociais que vingaram no segundo pós-guerra na Europa e que as atuais gerações sentem estarem-lhes a fugir debaixo dos pés.

Não deixa de ser irónico e frustrante que os partidos responsáveis por essa reconstrução histórica, que se reinventaram em respostas ideológicas e pragmatismos que possibilitaram o início da concretização desse sonho secular de unidade europeia, pareçam agora incapazes de lhe dar continuidade aos olhos do eleitorado europeu. Que partidos são estes e de que forma responderam aos dilemas da construção europeia? Uma das famílias políticas que adotou uma resposta pragmática às propostas de lançamento das Comunidades foi a social-democracia (que engloba os designados partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas). Apesar das incompatibilidades ideológicas com o projeto liberal comunitário, avaliou a conjuntura da época e respondeu afirmativamente à CECA e CEE, projetando para o futuro uma intencionalidade de socialização das Comunidades. Será que isso veio a acontecer? Um dos objetivos desta tese é responder a esta questão no caso do PS e PSOE, objetos de investigação.

Porém, não estávamos perante uma Europa do pós-guerra homogênea e nem todos os partidos puderam responder da mesma forma ao projeto de construção europeia. As ditaduras sobreviventes ao triunfo da democracia na guerra impediram que os socialistas ibéricos se alinhassem com os congêneres europeus na construção comunitária. Este diferencial histórico da Península Ibérica tem certamente influência na forma como os respetivos partidos socialistas conceberam a ideia de unidade europeia e as Comunidades. Um dos objetivos desta investigação é precisamente apurar até que ponto o contexto histórico nacional não democrático atua como variável no posicionamento dos socialistas ibéricos face à UE.

Outro dos objetivos é contribuir para um conhecimento mais integrado e diferenciado dos partidos sociais-democratas europeus em relação à integração europeia, partindo de uma análise isolada de casos e da confrontação de várias fontes documentais, numa perspetiva multidisciplinar, que possa levar a conclusões mais fundamentadas e integradas sobre o posicionamento dos partidos socialistas. Esta abordagem de estudo pretende ser um complemento às várias investigações comparativas da social-democracia europeia, realizadas no âmbito da ciência política, com o objetivo de encontrar padrões de comportamento comum dos partidos relativamente à integração europeia e à europeização partidária. Por europeização entenda-se, conforme será detalhado adiante, a influência que a integração europeia tem tido a nível organizativo, programático e governativo nos partidos. É também nosso objetivo avaliar esta perspetiva relativamente aos partidos socialistas ibéricos, PS e PSOE.

Os partidos políticos não têm sido um objeto de investigação privilegiado desde o início da integração europeia. O surgimento das teorias da integração no âmbito das Relações Internacionais (como a neofuncionalista ou a intergovernamentalista), que privilegiam outros atores e conferem um certo carácter racionalista e quase que tecnicista (*spill over*, no caso do neofuncionalismo) à dinâmica da integração levou a algum menosprezo da academia pela investigação dos partidos. Esta tendência coincidia, efetivamente, com o papel reduzido que os partidos nacionais tinham no sistema político das primeiras CE, assim como à natureza mais económica do projeto comunitário – focado na construção do Mercado Comum. A situação mudará com o aprofundamento institucional e alargamentos de competências comunitárias, no caminho para a UE. Os partidos poder e projeção política no sistema político comunitário, assim como interesse na discussão das políticas públicas europeias. Se a nível europeu encontram formas de reorganização transnacional, a nível nacional suscitam um debate doméstico sobre os assuntos europeus, dos quais se tornam evidentes as profundas alterações que acarretam para a política nacional. Simultaneamente, os partidos encontram

novas formas de competição partidária, podendo começar a enquadrar os assuntos europeus no clássico paradigma de clivagem esquerda/direita.

É assim que, desde finais dos anos 80 e, particularmente, nos anos 90, se assiste ao *boom* da investigação nos partidos, com enfoque, nesta fase, nas discussões e posicionamentos suscitados pelos debates em torno do AUE e do TR. Pretende-se, nesta investigação, tratar também este período que coincidiu com a consolidação democrática de Portugal e Espanha e com a sua entrada para as Comunidades. Tomar-se-á assim em conta as perspetivas suscitadas pelas reformas comunitárias dos anos 80 e 90, como a noção de construção de uma política social europeia, a ideia de uma Europa reguladora, a transferência de soberanias ao nível económico, designadamente, orçamental e fiscal, assim como a ideia de uma união política, com a questão da federalização no centro. Para retirar conclusões fundadas sobre todas estas problemáticas, considera-se imprescindível fazer um cruzamento histórico com a evolução do posicionamento dos partidos face à integração europeia desde a oposição às ditaduras. É com este fito que se considera essencial uma abordagem multidisciplinar na investigação, que se pretende que faça jus à essência dos Estudos Europeus.

Assim, invoca-se nesta tese que o estudo dos partidos é importante desde o início, quando não até antes, da construção europeia iniciada no pós-Segunda Guerra Mundial. É importante para um estudo mais consolidado e uma interpretação mais lata dos posicionamentos partidários relativamente à integração europeia e da forma como esta tem influenciado os partidos. Deste modo, cruzam-se aqui diferentes escolas de estudo, uma mais francófona, tendente a estudar os partidos neste âmbito desde uma abordagem atenta ao contexto nacional, considerado como variável importante para as conclusões a retirar, e uma abordagem anglo-saxónica, mais tendente a aferir o posicionamento dos partidos a partir de análises a fontes documentais circunscritas a domínios específicos da integração europeia e numa perspetiva transversal às famílias políticas europeias. Assim, é também objetivo encontrar os diferenciais do socialismo ibérico na social-democracia europeia face à integração europeia, assim como os pontos comuns.

Deste modo, esta tese assume-se como um contributo para uma compreensão geral e particularizada da relação da social-democracia com a UE. Para isso, invoca-se, o estudo dos partidos políticos face à integração europeia é importante desde o início desta e numa perspetiva diferenciada, atenta ao contexto nacional. E assim, também o objetivo desta investigação contribui para uma tentativa de melhor compreensão dos desafios e impasses que afetam a UE e dos fenómenos atuais eleitorais da Europa, cuja situação de complexidade, em

resultado de um dever histórico, está aí para nos alertar para a importância das lições da memória.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO E ESTADO DA ARTE

1. Da pertinência do estudo dos partidos políticos nacionais para a integração europeia

Como peculiar projeto político no mundo até hoje, a integração europeia marcou, indubitavelmente, a história política da Europa após a Segunda Guerra Mundial (IIGM). A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a sucessora Comunidade Económica Europeia (CEE) ergueram-se dos consensos e do pragmatismo possíveis para trazer uma esperança de realidade às utopias seculares de unidade europeia, desafiando, até hoje, os cânones político-ideológicos da Europa. Como tal, a edificação das primeiras instituições europeias e, designadamente, a sua evolução, trouxeram novas questões para os partidos, chamados a responder a um projeto inovador.

Apesar de a sua concretização ir ficando, e ainda estar, aquém da ambição federalista, ela desafiou (e continua a desafiar) profundamente, com as suas derivas entre a supranacionalidade e a intergovernamentalidade, os partidos nacionais da Europa, com novos temas e modelos que já não se enquadravam no “velho” estado *vestefaliano*. O repto europeu tocou também os cientistas sociais, habituados a estudar os partidos desde a perspetiva doméstica, no estrito quadro político estatal. Este é um campo de investigação consolidado na ciência política¹, que só recentemente se tem vindo a ocupar do estudo dos partidos nacionais diante de uma perspetiva multinacional, comunitária ou quase federal. A vasta literatura científica no domínio da integração europeia começou por ser composta, sobretudo, por estudos a partir das instituições e das políticas públicas europeias, dos tratados e documentação jurídica, das negociações intergovernamentais ou do posicionamento das elites e dos estados perante a União Europeia (UE), nas mais diversas áreas das ciências sociais.

A situação começou a mudar com a evolução institucional das Comunidades Europeias (CE) no sentido da democratização, nomeadamente com a eleição do Parlamento Europeu (PE) por sufrágio universal, a partir de 1979. Porém, o interesse começou por se centrar na análise da transnacionalização dos partidos, com a formação dos grupos no PE e das confederações de partidos europeus. Só a partir da década de 90, com a evolução dos

¹ Área dialogante com outros ramos das ciências sociais ou delas muito dependente. Como concorda Manuel Lopes Porto, “é todavia difícil distinguir o que pertence especificamente a esse domínio e a outros domínios, como por exemplo, o Direito, a História e a Economia.” Prefácio a CAMISÃO, Isabel; LOBO-FERNANDES, Luís - *Construir a Europa. O processo de integração europeia entre a teoria e a história*. São João do Estoril: Principia, 2005. p. 11. O que melhor parece definir a ciência política é o encontro de várias áreas disciplinares

estudos académicos para a conceção da UE como um sistema político, é que a “europeização dos partidos” políticos, ou seja, a influência que a construção europeia tem nos partidos a nível organizativo, eleitoral, estratégico e programático, se assumiu como subtema de estudo na área², iniciando-se também, a partir daí, um maior interesse pela análise dos partidos nacionais³. “En cambio, son muy escasas las investigaciones centradas en la orientación europea de cada partido: sus propuestas programáticas, sus estrategias políticas y sus acciones concretas.”⁴ Ou, nas palavras de Pascal Delwit, constata-se que “les ‘Europe que dessinent les partis politiques’ ne sont que très peut étudiées et le plus souvent de façon superficielle.”⁵ Um dos objetivos desta tese é contribuir para a colmatação dessa lacuna da literatura científica sobre a integração europeia. Ou seja, pretende-se estudar o discurso e a ideia europeia dos partidos políticos aqui em destaque, além de aferir a perspetiva da europeização dos mesmos⁶, essencialmente ao nível programático e governativo.

Efetivamente, o estudo da relação dos partidos com a integração europeia não se desenvolveu em paralelo com os estudos sobre a própria integração. Podemos encontrar nas circunstâncias do início da construção europeia e das primeiras teorizações sobre as suas dinâmicas políticas as razões pelas quais os partidos não se tornaram um alvo prioritário de investigação.

Apesar do fervor inicial dos grupos federalistas, que tentaram no Congresso da Haia de 1948 viabilizar uma união europeia de cariz federal, foram os ceticismos e as vontades unionistas⁷ que acabaram por prevalecer, colocando assim a água na fervura federalista, temperando os primeiros projetos com as cautelas intergovernamentalistas. Assim se compreende a natureza intergovernamental do Conselho da Europa (CdE), cuja intenção de que evoluísse para uma estrutura federal, com uma Assembleia Parlamentar eleita por sufrágio universal e plena de poderes, resultou frustrada. Da persistência das divergências quanto ao teor político do projeto a edificar, resultou o pragmatismo, impulsionado por

² LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties”. *Living Reviews in European Governance*. Nº 1 vol. 4 (2009), p. 5 [Em linha]. [Consult. 16.01.2016]. Disponível em WWW: < <http://europeangovernance-livingreviews.org/Articles/lreg-2009-1/> >.

³ “The literature on political parties in the Union, however, is minimal. We can say, therefore, that very little of the literature on integration is on political parties, and very little of the literature on political parties is on integration.” A afirmação de John Gaffney é feita em 1996, numa das suas publicações que contribui para a mudança do estado de situação: *Political Parties and the European Union*. London: Routledge, 1996. p. 1.

⁴ PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de - *Partidos Políticos e Integración Europea*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2008. p. 11.

⁵ DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l’Intégration Européenne. France, Grande-Bretagne, Belgique*. Bruxelles: Editions de l’Université de Bruxelles, 1995. p. 9.

⁶ Em capítulo posterior, nesta primeira parte, tentar-se-á esclarecer a diferença entre uma e outra abordagem de estudo.

⁷ Principalmente lideradas pelos ingleses.

figuras como Jean Monnet, Robert Schuman, Konrad Adenauer ou Alcide de Gasperi, na criação da primeira organização comunitária, a CECA, e, mais tarde, como Johan Willem Beyen, Joseph Bech ou Paul-Henri Spaak, com a constituição da CEE e da EURATOM⁸.

Enveredou-se, assim, pela integração setorial, que respondia aos comuns interesses económicos dos países fundadores e dispensava a *alta política* (*high politics*). Circunscrevia-se a uma dimensão mais (ou aparentemente) tecnocrática da socioeconomia. Iniciava-se, então, o projeto que começava pelos tais “consensos permissivos”, que possibilitariam que o mesmo avançasse e fosse resolvendo minimamente os problemas, ou aprazando novas soluções que a lenta evolução do mesmo traria mais tarde ou mais cedo. Com este *modus operandi*, os partidos políticos não tinham um papel proeminente e visível para o público⁹ e daí o desinteresse eleitoral. O projeto europeu envolvia sim elites, personalidades políticas e intelectuais que, dotados de persistência, estratégia, visão e pragmatismo (com tudo o que isso tem de positivo e negativo) tomaram por sua conta as lides comunitárias durante os primeiros anos.

Era, efetivamente, um projeto que começava pela originalidade de ter uma Assembleia Parlamentar (como inicialmente se designava o PE) supranacional, mas com cariz mais simbólico do que de real poder político. Um órgão com características diferentes dos congéneres nacionais¹⁰. Não era eleito diretamente pelos cidadãos (mas sim composto por representantes dos parlamentos nacionais) e não tinha poder na decisão política comunitária, que ficava sob alçada da instituição intergovernamental – o Conselho de Ministros. Mesmo depois de 1979, quando começa a ser eleito por sufrágio universal, o Parlamento continua circunscrito ao seu poder de consulta (com exceção de algum poder orçamental então adquirido¹¹), condição que só começará a mudar com o Ato Único Europeu (AUE). Assim se

⁸ BOSSUAT, Gérard - *Les Fondateurs de l'Europe*. Paris: Éditions Belin, 1994. p. 147-167, 191-211.

⁹ LADRECH, Robert - “National Parties and European Governance: The Consequences of Missing Action”. *West European Politics*. Nº 5 vol. 30 (2007) p. 945 [Em linha]. [Consult. 16.01.2016]. Disponível DOI: <<http://dx.doi.org/10.1080/01402380701617365>>.

¹⁰ JACOB, Francis; CORBERTT, Richard - *The European Parliament*. United Kingdom: Longman Group UK Limited, 1990. p. 5.

¹¹ No Tratado da CECA, o Parlamento não participava na adoção de legislação e tinha um papel de mero controlo sobre a Alta Autoridade. Com o Tratado de Roma, a condição praticamente não muda. O parlamento apenas adquire poder consultivo (com a obrigatoriedade de o Conselho o consultar para adotar legislação). Só os tratados orçamentais de 1970 e 1975, que alteraram a composição do orçamento europeu, dando início à criação de receitas próprias, conferem algum poder ao PE - na alteração de despesas não obrigatórias. Embora esta categoria de despesas fosse irrisória na totalidade do bolo orçamental, a medida consistiu num primeiro passo de reconhecimento de poder de escrutínio parlamentar, colocando à disposição dos eurodeputados um mecanismo através do qual poderiam disputar poder. Cf. JACOB, Francis; CORBERTT, Richard – Ob. cit. p. 6, 162-169; LAFFAN, Brigid; LINDNER, Johannes - “The Budget: Who gets what, when and how?”. In WALLACE, Helen (et al.) (ed.) - *Policy Making in the European Union*. 6th edition. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 209-213. PORTO, Manuel - *O Orçamento da União Europeia. As perspetivas financeiras para 2007-2013*. Coimbra: Almedina, 2006. p. 70-75.

compreende que inicialmente este órgão não desperte o interesse dos partidos, no sentido em que estes não conseguem exercer um real poder de vigilância, controlo e decisão, prerrogativas básicas dos parlamentos nos sistemas estatais.

Acresce a isto o facto de as primeiras teorias que tentam explicar o processo integrativo e o modelo institucional comunitário darem protagonismo a outros atores políticos e socioeconómicos, nomeadamente os governos e os diversos grupos de interesse económicos e sociais, que não os partidos. Contudo, a singularidade da integração europeia, que reinventa e desafia política e juridicamente os modelos conhecidos de organizações internacionais e os sistemas democráticos instituídos, chamando novos poderes para as suas instituições, absorvendo novas áreas políticas e renovando o modelo de relação com os estados-membros, obriga à revisão das teorias que se tencionavam prospectivas. Como conclui Martins da Silva, “[c]omo o futuro é sempre imprevisível e nunca linear [...], as ditas teorias têm de ser frequentemente revistas e ajustadas às novas realidades ou às errâncias da construção europeia; e daí o antepositivo ‘neo’ que se cola frequentemente ao nome da doutrina de base que se sustenta para que esta não perca validade (...).” O autor considera, contudo, que têm contribuído “para o enriquecimento metodológico e aprofundamento cognitivo do processo integrador europeu.”¹²

O mesmo defende Rosamond, apoiado num dos próprios revisionistas: Ernest Haas estabelece que são as diferentes abordagens teóricas, mais do que a natureza das coisas, que levam os estudantes a postular as relações entre as variáveis da integração¹³. Ora, crendo-se que esta sucessiva revisão teórica resulta na valorização subsequente de mais variáveis que complementem a explicação da integração europeia, o interesse pelos partidos emerge (embora aqui se defenda que é erróneo menosprezar a sua pertinência nos primórdios do processo integrador). Face a isto, vale a pena repassar brevemente as diferentes doutrinas, de modo a oferecer uma contribuição crítica à forma como têm sido (ou não) implicados os partidos nacionais na engrenagem política e institucional da UE.

1.1 A supranacionalidade neofuncionalista e federalista: os partidos políticos no início e no fim do processo integrador

No que à construção europeia diz respeito no século XX, funcionalismo e federalismo assumiram-se inicialmente como teorias rivais. As querelas iniciaram-se no período entre

¹² SILVA, António Martins da - *Sistema Político da União Europeia. Arquitetura, funcionamento e teorização*. Coimbra: Almedina, 2013. p. 345.

¹³ Cit. por ROSAMOND, Ben - *Theories of European Integration*. New York: Macmillan Press Ltd, 2000. p. 13.

guerras, no âmbito das críticas à Sociedade das Nações, adensando-se com o Manifesto de Ventotene, de Altiero Spinelli e Ernesto Rossi até um clima de rivalidade que fica bem patente no Congresso da Haia de 1948, com posteriores desenvolvimentos¹⁴. Contudo, será delicado considerar federalismo e funcionalismo com o mesmo propósito doutrinário, na medida em que se o neofuncionalismo (versão revista do funcionalismo para se aplicar à construção europeia) pretende oferecer-se como teoria sobre as forças integrativas, antecipadamente explicativa da construção europeia, o federalismo não tem pretensões interpretativas, assumindo-se como o modelo político base necessário para uma unidade europeia eficaz. De qualquer modo, as duas inserem-se no pressuposto de que a construção europeia se iniciou e continua a evoluir (e deve ser constituída - advoga o federalismo) por mecanismos superadores do estado-nação, quer através da transferência formal de soberania, quer da aquisição de uma dinâmica política na qual intervêm diversos atores que não somente os estados, que pressionarão para uma contínua evolução supranacional.

a) Neofuncionalismo – os partidos na etapa final do ciclo integrador

Assente no revisionismo do funcionalismo, o neofuncionalismo, teorizado no final da década de 50 e durante a de 60, aparece ligado ao início das primeiras organizações comunitárias, numa tentativa de compreender a estratégia dos pais fundadores para criar tal orgânica institucional inovadora no domínio das relações internacionais. Mas aspira a mais do que ser apenas uma interpretação teórica da criação das Comunidades. Procura, a partir da integração europeia, construir uma “teoria sistemática preditiva de integração política internacional”¹⁵. Partindo do exemplo europeu, o neofuncionalismo aparece como uma teoria de integração com pretensão de se poder extrapolar para outras formas de integração regional.

Considerado o pai do neofuncionalismo, Ernst Haas, seguido por Lindberg¹⁶, com base na análise dos primeiros anos da CECA, estabelece que a integração se inicia pela *low politics*, a *baixa política*, no sentido de ser composta por decisões pragmáticas em domínios

¹⁴ Cf. NAVARI, Cornelia - “Functionalism versus Federalism: Alternative Visions of European Unity”. In MURRAY, Philomena; RICH, Paul (ed.) - *Visions of European Unity*. Oxford, EUA: WestviewPress, 1996. p. 63-71.

¹⁵ EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 90.

¹⁶ Primeiro Haas, com a obra *The Uniting of Europe* (1958) e depois Leon Lindberg com *The Political Dynamics of Political Economic Integration* (1963). A estas obras seguiram-se outras, publicadas ao longo da década de 60. Sobre neofuncionalismo, ver: ROSAMOND, Ben - *Theories of European Integration*. p. 50-73; NUGENT, Neill - *The Government and Politics of the European Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010. p. 431, 432; POLLACK, Mark A. - “Theorizing the EU Policy-Making”. In WALLACE, Helen (et al.) (ed.) - *Policy-making in the European Union*. p. 17, 18; EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. p. 89-104.

materiais e técnicos, sem exigência dos campos mais ideologizados, ou seja, da *high politics*. A integração começava assim por uma administração técnica, por uma necessidade prática. Posteriormente, o funcionamento de setores já integrados exigiria a integração noutros setores, criando sucessivas necessidades funcionais, que resultariam em cada vez mais integração, um processo que arrastará consigo os estados. Até que este ciclo vicioso chegaria aos atores políticos, que exerceriam pressão para maior aprofundamento institucional da organização inicial, de modo a que responda mais eficazmente às necessidades funcionais setoriais¹⁷. É o conceito *spillover* - “[p]erhaps the most important concept in the neofunctionalist theory”¹⁸, uma espécie de energia renovável da engrenagem institucional. Um inevitável efeito bola de neve criado pelas primeiras experiências integradoras, estendendo-se da integração económica à política.

A originalidade do neofuncionalismo relativamente à teoria predecessora é precisamente o fator político. Surgido no período entre guerras, o funcionalismo, herdeiro do pensamento da filosofia liberal económica do século XIX, advogava que a solução para os problemas da humanidade passava pelo planeamento e a constituição de organizações internacionais que se encarregariam de determinados setores para responder às diferentes necessidades sociais¹⁹. Inspirado pelo sucesso de diversas organizações internacionais funcionais criadas no século XIX, David Mitrany, fundador da teoria nos anos 30, cria na conciliação de interesses internacionais e na tecnicidade das organizações como alternativa aos males do estado-nação. Regidas por práticas normativas, regulamentares, dotadas de maior racionalidade e tecnicidade, as agências e organizações internacionais, flexíveis e evolutivas, seriam mais eficazes para entender e responder às exigências da sociedade do que os estados-nação, que tendem a reger-se por “certain sorts of dogma which distract policy away from the maximization of public welfare.” Trata-se, como define ainda Rosamond, de uma *visão largamente tecnocrática*²⁰ da governação humana.

Ora, é neste âmbito que o neofuncionalismo se distingue, porque concebe a necessidade do estado, e portanto da política, como agente essencial na continuação do ciclo integrador. Esta valorização da política no sistema de governação internacional resulta da aprendizagem feita com a experiência orgânica das Comunidades, em que Haas reconheceu a vertente política do projeto, alicerçada num misto de processo de decisão intergovernamental

¹⁷ ROSAMOND, Ben - *Theories of European Integration*. p. 51, 52.

¹⁸ EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. p. 94.

¹⁹ Cf. *Idem, ibidem*, p. 24-29; ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 31-42.

²⁰ ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 33.

com características supranacionais²¹. Ainda assim, a dimensão política parece estar numa espécie de última etapa do ciclo integrador, como zona de afunilamento das pressões dos diversos grupos de interesse e agências que as integrações setoriais vão criando. Por inerência, situamos também os partidos nesta fase. Haas²² demonstra, num seu estudo de 1958, como a integração do carvão e aço provoca um efeito regressivo nas zonas menos industrializadas, criando a necessidade de políticas redistributivas. À mesma conclusão chega Lindberg²³, a propósito da remoção de tarifas alfandegárias com o Mercado Comum (MC).

Então, no âmbito da teoria neofuncionalista, a importância dos partidos no processo integrador parece estar numa posição de fim de linha. I.e., nesta fase em que o PE era meramente simbólico, sem poder de decisão, a preponderância dos partidos estaria na formação dos governos, que detinham o real poder de decisão nas Comunidades, ou na oposição nacional, que através do governo nacional poderia indiretamente influenciar o rumo da política comunitária. Os partidos nacionais aparecem assim como receptáculos de pressão e informação dos outros agentes da integração funcional.

Ainda que reconheçamos a virtude lógica do processo, cremos que a excessiva carga tecnocrática emanada desta teoria subestima o papel dos partidos e das ideologias no processo de integração europeia. Se olharmos ao facto de os países da Europa ocidental se caracterizarem por sistemas multipartidários e se considerarmos os partidos como os principais intermediários entre as clivagens sociais e a decisão política, como grupos coletivos vocacionados para fazer valer os seus interesses nos sistemas de democracia representativa²⁴, fica claro que a sua importância na integração europeia é latente, tornando-se proeminente em processos de bloqueio.

Lembremos o caso da rejeição do Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED) pela França. O partido socialista (SFIO), que havia prometido apoio aos democratas-cristãos no poder, apesar da liderança do europeísta Guy Mollet, dividiu-se em torno do assunto, devido aos temores de rearmamento germânico. A divisão expressou-se na votação na Assembleia Nacional, inviabilizando a ratificação do tratado e a sua entrada em vigor²⁵. Apesar de o partido ser nesta fase geralmente favorável à integração europeia, com um pendor

²¹ SILVA, António Martins da – *O Sistema Político da União Europeia: arquitetura, funcionamento e teorização*. p. 356.

²² Cit. in EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 94.

²³ Cit. in *idem, ibidem*.

²⁴ Cf. LANE, Jan-Erik; ERSSON, Svante O. - *Politics and Society in Western Europe*. London: Sage Publication, 1994. p. 102-139; SEILER, Daniel L. - *Les Partis Politiques en Europe*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

²⁵ DELWITT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne. France, Grande-Bretagne, Belgique*. p. 64-72.

federalista, chumbou o projeto, por razões de contexto nacional antigermânico intrínseco à conturbada relação histórica com a Alemanha. Outros exemplos, e mais recentes, de bloqueios no avanço da integração envolvendo o papel dos partidos existem, como os referendos negativos ao Tratado de Maastricht (TM), na Dinamarca, e ao Tratado Constitucional, em França e na Holanda.

Logo, mesmo nos primórdios da construção europeia, quando a lógica integradora assentava grandemente nas interdependências setoriais, na cadeia funcional que se construiria por via das diversas necessidades materiais, os partidos interessavam, embora o seu papel só se tornasse evidente na hora de um bloqueio a uma decisão emanada da lógica neofuncionalista. No seu trabalho fundador da doutrina, Ernest Haas não ignora o papel dos partidos, como constituintes dos estados e dos governos que ditam os tais “consensos permissivos”. O autor parte da conceção pluralista dos estados da Europa, como comunidades políticas confluentes de diversos interesses de grupos, valores e instituições, considerando que este pluralismo elevar-se-á a um estágio supranacional, ditando a evolução do processo integrador. “In fact, the competing activities of permanently organised interest groups and of political parties are singled out as the significant carriers of values and ideologies whose opposition, identity or convergence determines the success or failure of the transnational ideology.”²⁶ E especifica mesmo um papel para os partidos no tipo de comunidade política a constituir em resultado da integração, em que o *spillover* se observaria também ao nível partidário.²⁷

Mas apesar desta atenção aos partidos dada nos ensaios fundacionais do neofuncionalismo, os estudos da integração que se lhe seguiram privilegiaram outros aspetos e atores da integração, menosprezando o papel partidário, pelo menos, até meados da década de 80. Talvez por que a visão neofuncionalista concebia a realização política da integração “predominantly of the ‘administration of things’ rather than government according to ideological credo.”²⁸ O que advogamos aqui é, embora o interesse setorial e a vertente de *administração prática das coisas* intrínseca a esta primeira fase da integração fosse uma característica predominante, que influenciaria todos os agentes do sistema político, o estudo dos partidos interessa desde a primeira hora, para melhor entender os episódios de avanço e

²⁶ HAAS, Ernest - “The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces (1950-1957)”. In EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. p. 107.

²⁷ “Interest groups and political parties organize beyond the national level in order to function more effectively as decision-makers *vis-a-vis* the separate national governments or the central authority (...)” Idem, *ibidem*, p. 109, 110.

²⁸ ROSAMOND, Ben - *Theories of European Integration*. p. 58.

bloqueio na construção europeia e para melhor compreensão da atualidade do seu posicionamento e das suas diferenças.

b) Federalismo – os partidos no impulso da solução integradora

“Political Community, as here defined, need not to presuppose the emergence of a federal state, though this is one possibility at certainly the aim of many contemporary statesmen and thinkers.”²⁹ Aqui reside a diferença entre neofuncionalismo e federalismo no que respeita à unidade europeia. Em resultado de um processo evolutivo, a doutrina neofuncionalista concebe que uma comunidade política venha a ser formada, mas a sua forma final não tem de assumir-se como federação. Situamos nesta perspetiva a discutível relação dos pais fundadores com o (neo)funcionalismo. Embora a sua estratégia para o arranque do projeto comunitário se enquadre nos postulados neofuncionalistas, não parecem comungar do determinismo tecnocrático da teoria, pressupondo antes a necessidade paralela de uma componente política. Robert Schuman via a CECA como o primeiro passo para a federação europeia³⁰ e Jean Monnet valorizava fortemente o aspeto político e a legitimidade democrática do projeto, crendo que as sucessivas formas funcionalistas de integração levariam progressivamente a um tipo de federalismo.³¹

Federalistas e funcionalistas têm em comum a busca de soluções para a paz mundial. Nessa senda, herdaram da filosofia iluminista as críticas ao estado-nação, no que consideram serem os seus manifestos limites para responder aos problemas por eles próprios criados. Porém, enquanto o (neo)funcionalismo despreza o estado em primor das organizações internacionais técnicas e normativas, o federalismo contempla a inserção da estrutura estatal num novo modelo político supraestatal. O federalismo não é propriamente uma teoria de integração europeia, no sentido em que não tem uma intenção explicativa do processo evolutivo comunitário. É antes um modelo político que os seus defensores advogam como o necessário para um pleno e eficaz projeto de unidade europeia. Foca-se, portanto, “on the end product of integration rather than on understanding the dynamics of integration process.”³²

²⁹ HAAS, Ernest - “The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces (1950-1957)”. p.108, 109.

³⁰ “A organização conjunta da produção de carvão e de aço garantirá de imediato a criação de bases comuns de desenvolvimento económico, primeira etapa de Federação Europeia (...)” “Declaração Schuman”, feita em Paris por Robert Schuman, 9.5.1950. In *60 Anos de Europa, os grandes textos da construção europeia*. Lisboa: Parlamento Europeu, Gabinete em Portugal, 2008. p. 24.

³¹ HOLLAND, Martin - “Jean Monnet and the Federal-Functionalist Approach to European Union”. In MURRAY, Philomena; RICH, Paul (ed.) - *Visions of European Unity*. p. 105.

³² EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. p. 22.

Não encontramos nas diversas teorizações feitas uma definição homogênea de federalismo. Etimologicamente, federalismo significa um modo de governo comum que assenta num contrato, numa base constitutiva, que define os modos de associação de comunidades políticas diferentes e separadas que se unem para atuar conjuntamente. O contrato fundacional do federalismo tem de definir as instituições e as regras de funcionamento comum³³. Com base nos contributos da filosofia e da ciência política, podemos, de forma generalista e simplista, defini-lo como um corpo político unificado, que agrega vários estados (ou outras unidades territoriais e políticas) num sistema governativo comum, que implica a necessária centralização política para gerir as áreas de comum interesse - portanto o nível federal, mas no qual os estados e/ou regiões dispõem de certa autonomia, para gerir as suas especificidades e interesses próprios, o que implica a necessária descentralização - ao nível estatal ou regional. Como pressuposto deste modelo, está a base voluntarista de adesão das unidades políticas (os estados ou outras) à federação, uma das características que distingue o federalismo de uma monarquia universal ou império³⁴.

A abordagem teórica ao federalismo é tanto mais complexa e elástica quanto recuarmos na história das ideias e na filosofia política, estando os seus primórdios relacionados com as tradições da Grécia Antiga³⁵ e as necessidades, já da Idade Média, de proteção contra ameaças exteriores ao legado comum – motivação que ainda hoje prevalece. Encontramos assim nos esboços da ideia de diplomacia, com a proposta de Pierre Dubois (1255/60-1321?), uma estratégia para a concertação política de monarcas em defesa do território da cristandade³⁶. A sugestão foi detalhada e melhorada mais tarde por Georg von Podiebrad (1420-1471), rei da Boémia, no seu projeto de tratado para a união da cristandade na Europa, baseado em propostas de alianças e confederações³⁷. O pensamento de refutação da monarquia universal começa pela conceção de assembleias comuns de partilha de decisão e vai-se aprofundando para formas mais complexas de constituição de conselhos permanentes, com previsões orçamentais e administrativas, nos quais os estados se comprometiam a partilhar soberania em algumas áreas, como são exemplos mais tardios o Duque de Sully

³³ CROISAT, Maurice, QUERMONNE, Jean-Louis – *L'Europe et le fédéralisme* (2nd ed). Paris: Montchrestien, 1999. p. 11.

³⁴ EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. p. 19.

³⁵ CROISAT, Maurice, QUERMONNE, Jean-Louis. Ob. cit. p. 11.

³⁶ Inspirado nos hábitos de concílio da Igreja, Dubois propõe a criação de uma espécie de assembleias ocasionais onde monarcas, príncipes e clero, que se reuniram para tomar decisões comuns, mas cada um mantendo a sua soberania. Cf. KURZE, Dietrich - “La Respublica Christiana et l'Europe médiévale”. In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l'Europe*. Paris: Éditions Belin, 1998. p. 41-44 .

³⁷ Cf. *Idem, ibidem*, p. 44, 45; FAYE, Jean-Pierre - *L'Europe Une. Les Philosophes et l'Europe*. Paris: Gallimard, 1992. p. 51-60; HEATER, Derek - *The Idea of European Unity*. Leicester: Leicester University Press, 1992. p. 13, 14.

(1610-1662) e Abbé de Saint-Pierre, este já na transição para o iluminismo e as ideias republicanas³⁸. Assim, nesta plasticidade conferida pela história política e das ideias, o federalismo assume-se também como processo evolutivo de formas confederais, isto é, simples concertações de governos, até uma estrutura política verdadeiramente federal, com as particularidades devidas de cada experiência nacional e/ou de constituição de um estado federal³⁹.

É a partir do iluminismo e com o advento do republicanismo que a filosofia é particularmente pródiga nas ideias políticas de governação federal (e internacional) - com contribuições como as de Rousseau, Kant, Saint-Simon ou Proudhon, até às aspirações mais românticas e socialistas, como Victor Hugo⁴⁰, onde encontramos raízes dos projetos federalistas defendidos para a Europa do século XX. É esta aceção contemporânea de

³⁸ Sobre o “grand dessein” - o projeto de Sully, atribuído ao rei Henrique IV, para pacificação religiosa, redistribuição territorial e equilíbrio de forças na Europa - e sobre o projeto de Abbé de Saint-Pierre ver: FAYE, Jean-Pierre - *L'Europe Une. Les Philosophes et l'Europe*. p. 71-92; MERLE, Marcel - *Pacifisme et Internationalisme*. Paris: Armand Colin, 1966. p. 63-68, 72, 73; GRUNER, Wolf D. - “Les Idées de l'Europe politique au XVIII siècle”. In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l'Europe*. p. 151-155; MALETTKE, Klaus - “Regards sur l'Europe à l'époque moderne”. In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l'Europe*. p. 93-104; BOER, Pim den - “Europe to 1914: the making of an idea”. In WILSON, Kevin; DUSSEN, Jan van der (ed.) - *The history of the idea of Europe*. London: Routledge, 2002. p. 43; HEATER, Derek - *The Idea of European Unity*. p. 22-38, 66-76.

³⁹ CROISAT, Maurice, QUERMONNE, Jean-Louis. Ob. cit. p. 12-15.

⁴⁰ Ambicionando reverter o constante recurso bélico na história da Europa e imbuídos de objetivo de criar uma paz perpétua no continente, estes autores apresentam projetos para congregar os estados numa governação comum europeia ou mundial. Rousseau, simultaneamente elogioso e crítico do projeto de Abbé de Saint-Pierre, embora reconhecendo a pertinência das ideias, considera-o utópico e ingénuo. Admite um futuro em que os estados se possam ir agregando em pequenos confederações, que se podem ir aprofundando para níveis mais profundos de ligação política. Esta concertação deverá ser feita com base na Europa dos povos e não dos príncipes. Kant argumenta na sua *Paz Perpétua* que as constantes guerras em que a Europa esteve imersa têm a função pedagógica de levar os governantes a encontrar formas de coordenação política, que começarão por uma federação dos povos da Europa, que (em expressão da sua filosofia cosmopolita) se estenderá a todo o mundo. Saint-Simon, influenciado pelo industrialismo, prevê que o desenvolvimento da técnica e da ciência motivará mais a aproximação dos povos do que a cercania geográfica. O industrialismo levará ao internacionalismo. Propõe a constituição de um parlamento europeu, encarregue dos grandes projetos, como obras públicas europeias, de modo a fomentar o comércio e o desenvolvimento técnico e industrial. Proudhon, mais dedicado a teorizar o federalismo, demonstra as premissas porque o considera a melhor forma de governação, quer a nível estatal quer supraestatal. E, apelando mais aos corações do que à razão, num discurso carregado de lirismo, Victor Hugo prediz um futuro em que as armas serão apenas objeto de museu, perante a constituição de uns *Estados Unidos da Europa*, com um parlamento deliberativo, eleito por sufrágio universal. Cf. MERLE, Marcel - *Pacifisme et Internationalisme*. p. 137-145, 227-9; SANTOS, Leonel Ribeiro dos - “Republicanism e Cosmopolitismo. A Contribuição de Kant para a formação da ideia moderna de federalismo”. In LEAL, Ernesto Castro (coord.) - *O Federalismo Europeu: história, política e utopia*. Atas do colóquio. Lisboa: Edições Colibri, 2001. p. 35-69; MARUJÃO, Carlos - “Kant e a Ideia de Europa: uma interpretação do Opúsculo para a Paz Perpétua”. In MARUJÃO, Carlos; OLIVEIRA, Cláudia (coord.) - *A Ideia de Europa –de Kant a Hegel*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. p. 11-31; ROCHA, Acílio da Silva E. - “Filosofia da Europa: Questões sobre a Europa”. *Diacrítica, Filosofia e Cultura*. Nº 17/2 (2003) p. 7-49; RIBEIRO, Maria M. Tavares - *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003. p. 35-42; TULLY, James - “The kantian idea of Europe: critical and cosmopolitan perspectives”. In PADGEN, Anthony (ed.) - *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 331-358; HEATER, Derek - *The Idea of European Unity*. p. 97-108; GRUNER, Wolf D. - “Les idées de L'Europe politique au XVIII siècle”. p. 158-160.

federalismo aplicada aos estudos sobre a ideia de unidade europeia que nos importa para este trabalho. Uma concepção conforme distinguida por Soromenho Marques:

“[A] esfera da União, incluindo os seus sistemas de governação, as suas instituições, as suas leis e práticas políticas não resultam de uma simples agregação desordenada de contributos nacionais”, mas da constituição de “uma esfera própria”, que inclui instituições próprias emanadas de uma lógica democrática europeia, “com uma identidade e densidade específicas, ao serviço da construção e do reconhecimento de objetivos que materializam o que poderemos designar como interesse geral e comum dos povos dos Estados e dos cidadãos da Europa.”⁴¹

- *A regeneração federalista do séc. XX*

Na época dos pragmatismos, o século XX, a diluição das utopias com a realidade faz ressurgir as propostas federalistas em torno de uma unificação política europeia, que pudesse afastar de vez flagelos como os das duas guerras mundiais. Entre a inspiração nas teorias filosóficas iluministas e os exemplos evidenciados com o surgimento de alguns estados federais, como os EUA, Suíça, Alemanha e Canadá⁴², os contributos teóricos para o federalismo serão diversos. Um dos mais proeminentes ativistas pelo federalismo no período entre guerras é o Conde Coudenhove-Kalergi (1894-1972), que lança o movimento Pan-Europa, inspirado no seu livro homónimo⁴³. Aristide Briand (1862-1932), no âmbito da Sociedade das Nações, propôs também aos países da Europa a constituição de “uma espécie de laço federal”, embora as contradições seguintes do detalhe da sua proposta deixem dúvidas quanto ao verdadeiro teor federalista das suas intenções⁴⁴.

A IIGM dará um novo ímpeto ao movimento federalista, com surgimento de novas propostas, umas oriundas da resistência, como é o caso do *Manifesto di Ventotene* (1941), que Altiero Spinelli (1907-1986), ex-comunista italiano, antifascista, escreveu em conjunto com

⁴¹ SOROMENHO-MARQUES, Viriato - *Tópicos de Filosofia e Ciência Política – federalismo, das raízes americanas aos dilemas europeus*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011. p. 34, 35.

⁴² EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. p. 19.

⁴³ Cosmopolita, filho de pai diplomata do Império Austro-húngaro e de mãe japonesa, dedica a sua vida adulta à causa da unificação federal europeia. Depois de uma primeira publicação em jornal, Kalergi lança, em 1923, o livro *Pan-Europa*, prevendo uma nova catástrofe no continente se este não caminhar para uma unificação sob a forma federal, ainda que não com um modelo rígido. Cf. HEATER, Derek - *The idea of European Unity*. p. 123-29; MERLE, Marcel - Ob. cit. p. 299-303; BUGGE, Peter - “The nation supreme. The idea of Europe 1914-1945”. In WILSON, Kevin; DUSSEN, Jan van der - Ob. cit. p. 95-101; BOSSUAT, Gérard - *Les Fondateurs de l'Europe*. p. 26-31.

⁴⁴ O projeto acabou por não ir avante. A inércia da SDN, com um desfavorável clima internacional, a caminhar para a ascensão do nacionalismo germânico, levou ao congelamento da proposta. Cf. MERLE, Marcel - Ob. cit. p. 291-298; HEATER, Derek - Ob. cit. p. 130-146; KRUGER, Peter - “Unification économique et politique de l'Europe au XX^e siècle”. In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l'Europe*. p. 202-207; BUGGE, Peter - “The nation supreme. The idea of Europe 1914-1945”. p. 101-106; BOSSUAT, Gérard - *Les Fondateurs de l'Europe*. p. 51-63.

Ernesto Rossi, outras do campo das letras, como Denis de Rougemont, que escreve a *Mensagem aos Europeus* do célebre Congresso da Haia de 1948. As abordagens federalistas desta época situam-se entre as influências filosóficas iluministas e a experiência prática de casos como o dos EUA. Assim, quanto à fórmula política e distribuição de poderes, encontramos genericamente duas formas de federalismo: as inspiradas essencialmente na filosofia *proudhoniana*, “privilegiando uma forte descentralização regional e a autonomia local em amplos domínios” e as concepções mais inspiradas num dos pais da constituição dos EUA, Alexander Hamilton, assentes numa base constitucional e democrática, que determina a repartição de poderes entre o nível federal e os estados federados⁴⁵.

Podemos também distinguir os projetos quanto à forma de se atingir a federação em dois tipos principais: pela via revolucionária constitucional, que partiria das elites políticas para elaborar uma Constituição; ou por um processo gradativo, como uma espécie de “federalismo funcional”, em que a progressiva adaptação das instituições nacionais à integração política levará a um estado federal⁴⁶. Consonante com a primeira fórmula, está a proposta de Spinelli – embora considerasse que a Constituição devesse provir de uma ampla base de suporte popular, a ser cultivada pela via pedagógica, que exigiria às elites a mudança política. Spinelli é também um dos federalistas inspirados no modelo norte-americano, rejeitando, pela experiência fascista da guerra, a continuidade do estado-nação como supremo poder político na Europa, em primor da formação de um poder federal europeu. Os estados transfeririam competências para um governo federal, encarregue das áreas em que aqueles haviam falhado e que eram potencialmente conflituosas, como a política externa, a económica e a de defesa. O modelo seria institucionalizado com base numa Assembleia Constitucional Europeia⁴⁷. Na década de 80, o projeto ressurgirá no PE, com Spinelli como eurodeputado.

Um dos exemplos da segunda via, mais influenciada pela filosofia europeia - atingir o federalismo através de uma forma progressiva, como que um resultado natural do devir social, é Denis de Rougemont - “union is desired in order to overcome the permanent state of anarchy resulting from the claims of nations and states to absolute sovereignty, and their rejection of any common authority above their interest or ambitions, which they call their

⁴⁵ SILVA, António M. da - *Sistema Político da União Europeia. Arquitetura, funcionamento e teorização*. p. 348, 349; SAURUGGER, Sabine – *Théories et concepts de l'intégration européenne*. Paris: SciencesPo. Les Presses, 2009. p. 137-140. Sobre as diferentes concepções de federalismo saídas do pós-guerra, ver também: ROSAMOND, Ben, - Ob. cit. p. 25, 26.

⁴⁶ EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 20, 21. Esta é a abordagem que podemos atribuir a Jean Monnet.

⁴⁷ MURRAY, Philomena - “Spinelli and European Union”. In MURRAY, Philomena; RICH, Paul - *Visions of European Unity*. p. 112, 113.

rights.”⁴⁸ Para Rougemont, a federação europeia emerge da própria unidade cultural europeia⁴⁹, não condizendo isto com uniformização e centralização política. Muito pelo contrário. O intelectual defende uma fluência de poder de baixo para cima, em que as realidades regionais são preponderantes na construção e exercício do poder político, daí que o princípio da subsidiariedade e a dimensão das regiões sejam centrais no seu modelo federativo⁵⁰.

Henri Brugmans é outro exemplo nesta linha mais europeia de pensamento político. Para ele, o federalismo é “o estádio natural de evolução das sociedades humanas/europeias e dos modelos de regime a partir do momento em que os Estados-nações atingiram o pico do processo de centralização (...).⁵¹” Espelho da lógica política evolutiva traçada por Proudhon e do natural progresso da aprendizagem histórica postulado por Kant na sua *Paz Perpétua*. Exemplos, entre outros, que se dedicaram a pensar o federalismo aplicado à integração europeia, que a partir de meados da década de 80 se renovou em motivações teóricas.

O TM veio acalentar os espíritos federalistas, como o de Dusan Sidjanski, que comunga de uma espécie de federalismo evolutivo, aberto às inovações que o próprio projeto europeu e ordem internacional vão acarretando. E daqui podemos inferir um “federalismo setorial”, extensível e promotor de uma Europa das regiões, em que o princípio federativo se deve aplicar não apenas a um sistema supra, mas também infraestatal⁵², onde a federação garantiria a tal unidade na diversidade. Para Sidjanski, o complexo híbrido de elementos institucionais federais e confederais imprimido pelo Tratado da União Europeia (TUE), favorável à evolução técnica da própria sociedade, abre um futuro federal para a Europa que

⁴⁸ ROUGEMONT, Denis de - “Europe Unites” (a lecture on “The History of the Ideal for a United Europe). In - *The Meaning of Europe*. London: Sidgwick & Jackson, 1965 [Em linha]. [Consult. 23.01.2016]. Disponível em WWW: < http://aphelis.net/wpcontent/uploads/2013/01/ROUGEMONT_1965_Europe_Unites.pdf >.

⁴⁹ Em 1965, numa aula sobre a história do ideal de uma Europa unida, Rougemont queixa-se “of the scandalous slowness of progress towards Federation! This impatience is necessary. It is one of the essential prerequisites of action of the will to act. Another condition is to know where one is going, which entails establishing where one has come from. In my rapid survey of six and a half centuries of frustration I have tried to recall to you the distant origins and the constant themes of the movement towards union which is now active and gathering momentum before our eyes. *Idem, ibidem*, p. 16.

⁵⁰ Cf. SIDJANSKI, Dusan - *O Futuro Federalista da Europa: a Comunidade Europeia das origens ao Tratado de Maastricht*. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 200-206; BOURQUIN, Jean-Fred - “Europe: La Méthode de Rougemont”. In MATOS, Sérgio Campos (coord.) - *A Construção da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. p. 163-171.

⁵¹ SILVA, António M. da - *Sistema Político da União Europeia* [...] cit. p. 349.

⁵² “... [N]a minha última publicação, indiquei como primeiro passo a dar na reforma do direito público europeu o estabelecimento das confederações italiana, grega, batava, escandinava e danubiana, prelúdio da descentralização dos grandes Estados e, posteriormente, do desarmamento geral.” SIDJANSKI, Dusan - *O Futuro Federalista da Europa* [...] cit. p. 196.

não tem de seguir nenhum modelo rígido anteriormente estabelecido⁵³. O futuro será ditado pelo funcionalismo político, que determinará o destino.

Pese embora a esperança, a deriva pós-Maastricht veio demonstrar que, afinal, o cunho federalista que este tratado imprimiu no projeto comunitário enfrentaria a renovada persistência do estado-nação. Esta evolução resulta numa renovação de teorizações sobre o modelo vindouro da União Europeia⁵⁴. Nesta amálgama de predições federalistas, ficamos diante de mais um *neo* – o *neofederalismo*. Tomando as palavras de Lobo-Fernandes e Isabel Camisão, “[n]ão negando a importância dos diferentes modelos que poderão servir de inspiração ao projeto comunitário, parece evidente que os Europeus têm nas mãos a possibilidade de se tornarem os ‘grandes inventores’ de uma nova ordem internacional através da construção de uma forma de organização pioneira, assente no respeito pela diversidade e na participação dualista dos Estados e dos cidadãos.”⁵⁵

- *Os partidos como impulso agregador*

Considerando então o federalismo como um modelo político aplicável à Europa, como a melhor fórmula institucional (tendo em conta as suas variantes) de uma governação política una, onde situamos a importância dos partidos e, conseqüentemente, o seu estudo? Na base do processo. Mesmo atendendo a todas as nuances teóricas deste modelo político, encontramos traços comuns que identificam os partidos como um dos pontos basilares de uma federalização. E identificamos esta relação, mesmo muito antes de os partidos serem uma componente estrutural dos sistemas políticos na Europa e do século XX trazer as esperanças de realidade ao federalismo europeu. Se atentarmos às fundações do socialismo, nomeadamente às contribuições de Proudhon, percebemos que o federalismo é elemento de construção da ideologia socialista, inspiradora da fundação de partidos socialistas na Europa. Federalismo e socialismo aparecem como conceitos interligados, sendo que esta relação se manifestará também na prática política⁵⁶, como melhor haveremos de constatar nas seguintes páginas.

⁵³ *Idem, ibidem.*, 211-218.

⁵⁴ Cf. SILVA, António M. da - *Sistema Político da União Europeia*. [...] cit. p. 353, 354.

⁵⁵ *Construir a Europa. O processo de integração europeia entre a teoria e a história*. Cascais: Principia, 2005. p. 60.

⁵⁶ Altiero Spinelli, apesar das origens comunistas, na prisão em Ventotene, à medida que vai estudando os escritos federalistas e outros, vai abandonando os preceitos comunistas, mas sem abdicar do socialismo: “In order to respond to our needs, the European revolution must be socialist, i.e. its goal must be the emancipation of the working classes. (...) Wholesale nationalization of the economy under state control was the first utopian form taken by the working classes (...). The truly fundamental principal of socialism, *vis-à-vis* which general collectivization was no more than a hurried and erroneous inference, is the principal which states that, far from

Se atendermos ao modo como se chega à federação, situamos os partidos no impulso do processo, no contexto do sistema político democrático ocidental. Quer seja pela via constitucional, a exigir, portanto, a transformação política, os partidos serão os “costureiros” constitucionais, que tecerão o modelo federal à medida da sua ideia. Quer seja pela via pedagógica, que incitaria a exigência dos cidadãos aos líderes políticos. Os partidos, como intermediários dos interesses populares, seriam os pedagogos ou *lobistas* (para utilizar um termo tão no léxico da governança europeia) dessa necessidade sentida.⁵⁷ Sê-lo-iam, primeiro, os partidos nacionais e posteriormente, se considerarmos a criação de uma federação com base num modelo evolutivo da atual UE, seriam eventuais partidos europeus.

Se atendermos ao funcionamento do modelo propriamente dito, e mesmo perante as diferentes configurações teóricas para um projeto de união europeia, percebemos que a diversidade, mais vincada nuns do que noutros projetos, é uma componente indispensável no federalismo. Quer seja numa tendência mais *proudhoniana* ou *hamiltoniana*, a descentralização, a repartição de competências entre níveis federal e federado, entre o governo federal e os estados ou regiões federadas, tornam os partidos nacionais/regionais indispensáveis para a prática política federal. “[I]n order to constitute a steady federal State (...), it needs for a plastic articulation and development of political life according to the particular characteristics of the various people.”⁵⁸

Constata-se, assim, a diferença de posicionamento e papel dos partidos entre a teoria (neo)funcionalista e o modelo federalista. Para aquela, os partidos estão em fim de ciclo, alvos da pressão de grupos económicos e outros setoriais, que podem, eventualmente, fazer desembocar a construção europeia num projeto politizado; para este, os partidos estão em início de ciclo. São a alma do federalismo, pois é da própria ação e ideologia partidária que ele brota. Ou não fosse o federalismo já em si um modelo politizado. Interessa, portanto, nos estudos sobre os partidos políticos e a integração europeia, analisar a existência (ou não) de uma perspetiva federalista. Será um dos propósitos deste trabalho.

dominating man, economic forces should be subject to man (...).” SPINELLI, Altiero; ROSSI, Ernesto - “For a Free and United Europe. A Draft Manifesto”. In EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 41.

⁵⁷ Para Rougemont, o federalismo “[n]asce e cresce num espaço de liberdade, de democracia e pluralismo, na multiplicidade das ideias, das culturas, dos partidos e das regiões e num tecido social complexo e diversificado.” SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 204.

⁵⁸ SPINELLI, Altiero; ROSSI, Ernesto – “For a Free and United Europe. A Draft Manifesto.” p. 40.

1.2 Intergovernamentalismo – os partidos nos bastidores dos governos

Enquanto modelo para uma união europeia, o federalismo foi sujeito a diversas críticas, nomeadamente da teoria intergovernamentalista⁵⁹. Emergente do campo das Relações Internacionais - sustentando que os relacionamentos políticos no sistema internacional se baseiam no domínio dos Estados, que nas diversas formas de cooperação e associação mantêm o seu supremo interesse e poder, a crítica do intergovernamentalismo ao federalismo assenta por vezes numa seletividade de argumentos para afirmar a impossibilidade de os estados concordarem com as necessárias transferências de soberania para a constituição de um sistema federal europeu. Mas é o neofuncionalismo o alvo preferencial da doutrina intergovernamentalista, pois ainda que esta conceba o importante papel das agências especializadas na gestão dos assuntos setoriais e da influência da pressão dos grupos de interesse na decisão política, reitera que são os estados as ter a última palavra no sistema institucional comunitário.

O intergovernamentalismo tem origem na escola realista, influente nas Relações Internacionais depois da IIGM. Defendendo que o sistema político internacional se baseia numa relação entre estados orientados para a defesa dos interesses próprios, o realismo surge como reação às conjeturas idealistas do período entre guerras⁶⁰. Os estados entram em formas de relacionamento internacional que não firam a sua soberania e fazem escolhas racionais norteadas pelo desejo de não enfraquecer a sua posição perante outros. A revisão neorrealista, a partir da década de 80, postula que as relações entre os estados são condicionadas pela estrutura internacional, num sistema anárquico, onde os mais poderosos tendem a dominar. Deste modo, os estados podem entrar em formas de cooperação internacional, estabelecendo alianças ou outras formas de relacionamento, de forma a equilibrar interesses com outros (grupos de) estados. Porém, se a anarquia pode gerar a ordem no sistema internacional, ela tende a ser efêmera, já que o latente clima competitivo inter-estatal não fará perdurar as formas de cooperação⁶¹.

⁵⁹ Nomeadamente, por autores da escola realista. EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 21.

⁶⁰ ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 131.

⁶¹ Cf. *Idem, ibidem*, p. 132; ARMSTRONG, David; LLOYD, Lorna; REDMOND, John - *International Organisation in World Politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12; CHARRETTE, Jason; STERLING-FOLKER, Jannifer - "Realism". In WEISS, Thomas G.; WILKINSON, Rorden (ed.) - *International Organization and Global Governance*. London and New York: Routledge, 2004. p. 93-101.

Enquanto teoria de integração europeia⁶², o intergovernamentalismo bebe nas escolas (neo)realistas, para afirmar que apesar do “método comunitário” inventado por Monnet, os estados continuam a ser os detentores dos destinos das Comunidades. O intergovernamentalismo emerge, a partir dos anos 60, como resposta aos “excessos de outras teorias ou abordagens da integração europeia, nomeadamente do neofuncionalismo e do federalismo.”⁶³ Apesar de os primeiros anos de integração parecerem comprovar as premissas neofuncionalistas, a persistência de de Gaulle em rejeitar a introdução do voto por maioria qualificada no Conselho, precipitando a crise da Cadeira Vazia, traz um argumento forte aos intergovernamentalistas. A “Europa dos Estados” do presidente francês e, por inerência, do seu partido conservador nacionalista⁶⁴, sobrepôs-se ao suposto *spillover* desbloqueador das decisões que acelerariam o MC.

Stanley Hoffman é o principal mentor intergovernamentalista. Admite que a teoria neofuncionalista se possa verificar em alguns aspetos comunitários, mas não totalmente. Hoffman estabelece a diferença entre baixa (*low politics*) e alta política (*high politics*), respeitando aquela às áreas mais técnicas e comumente vantajosas (que garantem ganhos para todos) e esta aos domínios mais sensíveis para a soberania nacional (que geram incerteza e diversidade de interesses), nos quais, conseqüentemente, será difícil fazer a integração.⁶⁵ Sendo assim, o método Monnet verifica-se facilmente na *low politics*, mas dificilmente na *high politics*⁶⁶. A relação entre a integração funcional e a politização do sistema comunitário, postulada por Haas, não é linear, como provou o *gaullismo*.

Pese embora os aprofundamentos do AUE e do TM terem dado novos argumentos aos neofuncionalistas, também os intergovernamentalistas reformularam as suas premissas para acompanhar a originalidade do processo integrativo. Reafirmando o primado dos estados,

⁶² Note-se que o termo intergovernamentalismo pode ter também outra conceção aplicada à integração europeia. Pode referir-se ao procedimento de decisão intergovernamental emanado do método comunitário institucionalizado pelo Tratado de Roma, alicerçado no poder exclusivo do Conselho. Este método veio a evoluir com o Ato Único Europeu e, particularmente, com o Tratado de Maastricht, que introduziram o Parlamento Europeu no processo decisório, tendo o Conselho de partilhar, em algumas áreas, a decisão com o órgão parlamentar. Contudo, alguns domínios políticos continuam sob a alçada exclusiva do Conselho. Pese embora a introdução de mais supranacionalidade nos processos de decisão da UE, a vertente exclusivamente intergovernamental continua a registar-se em áreas políticas sensíveis para os estados. Assim, o termo intergovernamentalismo pode também referir-se a esta realidade concreta, diferente da aceção como doutrina explicativa da integração europeia, embora esta se baseie na realidade do procedimento de decisão intergovernamental para estruturar os seus argumentos.

⁶³ SILVA, António Martins da - *Sistema Político da União Europeia* [...] cit. p. 369.

⁶⁴ GLADWYN, Lord - *De Gaulle's Europe or Why the General Says No*. London: Secker & Warburg, 1969. p. 9-77.

⁶⁵ Baseia-se também na manifestação dos novos estados do primeiro alargamento da CEE, manifestamente relutantes em aceder a transferências de soberania. Cf. POLLACK, Mark A. - “Theorizing EU Policy-Making”. p. 19.

⁶⁶ Cf. ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 75-80; EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 98, 99.

novas teses vêm argumentar uma componente intergovernamental complexa. A posição do estado na decisão política não é o mero resultado de uma ponderação racional no momento das negociações intergovernamentais, mas consequência das condicionantes nacionais. É necessário entender as diversas preferências domésticas que pressionam os governos, para entender o processo de construção europeia (por sinal, nada que seja novidade para a história).

Abre-se, assim, um subcampo na teoria - o intergovernamentalismo liberal, que não abdica da ideia de centralidade dos estados nas negociações. Um dos expoentes desta linha, Andrew Moravcsik, argumenta que o AUE só foi possível graças às tendências neoliberais dos estados com mais poder na decisão comunitária, alicerçados em condições domésticas favoráveis. Os governos cederam nas negociações e abdicaram do veto em algumas áreas (com a institucionalização do voto por maioria qualificada no AUE) porque são pressionados pelas interdependências económicas. Porém, o interesse governamental nas negociações é moldado pelo contexto do sistema político nacional e da sua pluralidade de atores. Os estados comportam-se no sistema internacional como agregadores do pluralismo doméstico. Apesar de intergovernamentalista ferrenho, Moravcsik diferencia-se assim dos realistas e neorealistas, pois além de negar que a decisão do estado emane meramente de uma escolha racional decorrente das negociações intergovernamentais, também considera, com base na evidência da UE, que a relação entre governos não se dá num sistema anárquico, mas é sim proporcionada por instituições próprias, com regras⁶⁷.

Ora, se, de forma geral, do intergovernamentalismo se depreende que os governos são os guardiões da integração europeia, também se concebe que estes não são entidades autónomas e separadas dos seus contextos nacionais, como a necessidade de o intergovernamentalismo se adaptar aos particularismos evolutivos da Comunidade veio a fazer reconhecer. Os posicionamentos dos estados no momento da decisão emanam de uma convergência doméstica de tendências, no qual se enquadram os partidos, como atores estruturantes do sistema político nacional e intermediários dos interesses setoriais da sociedade:

“It would, of course, be absurd to deny that national governments are strong gatekeepers or veto groups in EU policy-making but – as Bulmer points out – national governments may find that their manoeuvre in these regards is restricted by domestic as well as transnational sources. Were both neofunctionalism and intergovernamentalism focus mainly on EU bargaining and institution building, Bulmer argues that the

⁶⁷ Cf. ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 135-141; EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 187-192; POLLACK, Mark A. - “Theorizing EU Policy-Making”. p. 19-21. Sobre intergovernamentalismo e intergovernamentalismo liberal, ver ainda: NUGENT, Neil - Ob. cit. p. 432-434.

domestic polity approach ‘does precisely the opposite because it recognizes that the same political organizations – political parties, interest groups, parliaments – are involved as in national politics’.⁶⁸

Dizemos mais. Os partidos nacionais podem ser determinantes para a decisão na hora de exercer um veto nacional (com chumbos de tratados nos parlamentos ou referendos nacionais), fazendo cair por terra a validade da teoria da supremacia governamental. Cremos, assim, que dentro dos preâmbulos da teoria intergovernamental é fundamental o estudo do posicionamento dos partidos políticos relativamente à integração europeia. O intergovernamentalismo liberal veio de certo modo reconhecer a importância da *national polity* para a atuação dos estados na UE. A análise dos partidos nacionais torna-se fundamental não só para entender as posições dos governos nas negociações e mais ainda para contextualizar e justificar as estagnações, os bloqueios e os desvios do processo comunitário, que, não raramente, colocam em causa a validade da doutrina intergovernamentalista. Efetivamente, uma das críticas a que os seus prosélitos têm sido sujeitos é a de seleccionar apenas factos favoráveis da UE ou momentos de grandes negociações (como os tratados), para sustentar as suas premissas.

1.3 O novo institucionalismo e o construtivismo – os partidos nacionais modulados ou modeladores da integração europeia?

As teorias até agora explicitadas são as mais enraizadas nos estudos empíricos da integração europeia, mas outros quadros explicativos emergiram recentemente, como o novo institucionalismo e o construtivismo, duas correntes que consideramos um pouco permeáveis às mesmas abordagens e perspectivas de análise.

a) O novo institucionalismo

É na década de 80 que o novo institucionalismo (ou neoinstitucionalismo) emerge aplicado à integração europeia, considerando, de forma geral, que as instituições são preponderantes na modelação dos comportamentos dos atores políticos e dos resultados obtidos a nível de decisão na UE. As características funcionais das instituições são variáveis importantes para a decisão e comportamento dos governos ou outros agentes políticos no

⁶⁸ Simon Bulmer, cit. in JOHANSSON, Karl Magnus - “The Transnationalization of Party Politics”. In BELL, David S.; LORD, Christopher (ed.) - *Transnational Parties in the European Union*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 1998. p. 40, 41.

processo de integração europeia. Tal como outras, esta corrente de análise empírica da UE tem origem noutras teorias das ciências sociais, como o marxismo ou o neorealismo, nas quais a importância do estudo das instituições foi sendo introduzida como fator de modelação, essencialmente a partir da década de 50. Uma das variantes do institucionalismo, o institucionalismo racional, tem origem em estudos da ciência política ao sistema político norte-americano⁶⁹.

Considerando as diversas abordagens disciplinares de onde provém, Rosamond propõe classificar o institucionalismo como um movimento, uma corrente, cuja elasticidade leva à definição no essencial de três tipos: o institucionalismo racional, o histórico e o sociológico:⁷⁰ o primeiro baseia-se no pressuposto de que as instituições criam determinadas condições que influenciam os estados a fazer ponderações racionais de acordo com as regras que regem os processos de decisão; o segundo faz uma análise evolutiva, para argumentar que a forma como as instituições foram definidas – ou seja, a decisão que foi tomada para criar determinadas instituições, irá modular a evolução dos comportamentos dos atores políticos no futuro (aplicada à UE, esta premissa diz que não podendo escapar às contingências das instituições criadas, os governos adequar-se-ão no futuro com novos comportamentos e estratégias na decisão política); o terceiro toma as instituições como construções latas, que influenciam e contribuem para a construção de identidades, para a modelação cultural quer de atores formais quer de informais⁷¹.

Daqui depreendemos que o novo institucionalismo cativa simpatias, e vice-versa, ao intergovernamentalismo liberal, que realça a importância da modulação das instituições nas decisões entre governos na UE. Mas o novo institucionalismo vem detalhar e aprofundar mais a componente institucional do intergovernamentalismo, estendendo a influência das instituições a outros níveis da decisão política e do funcionamento da UE, assim como a outros agentes além dos governos, como partidos políticos ou funcionários. Consideramos assim os partidos como um dos alvos dessa modelagem institucional. Uma das abordagens possíveis, e já seguidas, é a aferição de como a atividade do PE e dos seus eurodeputados pode imprimir uma influência do topo para as bases (*top-down*) nos partidos nacionais.

Recentemente, alguns estudos têm sido feitos com esta abordagem, nomeadamente no âmbito da ciência política, concluindo que a atividade do PE e a evolução dos seus poderes

⁶⁹ POLLACK, Mark A. - “Theorizing the EU Policy-Making”. p. 21, 22.

⁷⁰ ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 114.

⁷¹ Cf. *Idem, ibidem*, p.114-122; NUGENT, Neil - Ob. cit. p. 437-439; POLLACK, Mark A. Pollack - “Theorizing the EU Policy-Making”. p. 22, 23; EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 194-200; SILVA, António Martins da - *Sistema Político da União Europeia* [...] cit. p. 373, 374.

(assim como o exercício de cargos governamentais próximos das instituições europeias) contribuem para a mudança de comportamento dos grupos partidários e para a criação de elites políticas, altamente especializadas (não só nas problemáticas políticas das instituições europeias mas também em políticas setoriais), nos partidos nacionais, que se diferenciam dos restantes militantes e dirigentes⁷². Estas elites têm capacidade técnica para influenciar o partido na definição das suas políticas europeias, mas isto não é uma conclusão linear nos estudos realizados – o que pode indicar que os partidos continuam a menosprezar o debate interno sobre as questões europeias como meio intrínseco à natureza partidária para melhor definirem os seus programas e ação. Apesar de esta não ser a perspetiva de análise que vamos adotar no presente trabalho, consideramo-la importante para ter como contextualização de outras abordagens que aqui faremos.

b) O construtivismo

Provindo da escola das Relações Internacionais, o construtivismo, pródigo durante os anos 90, traz a perspetiva sociológica para o entendimento das relações no sistema político internacional. Contrariando a carga demasiado positivista das teorias influenciadas pelas escolas realistas – centradas no estudo das ideias como resultado da observação empírica - os construtivistas partem do pressuposto de que as ideias são resultado de construções e

⁷² Encontram-se, no âmbito da ciência política, algumas investigações feitas nesta perspetiva de análise, nomeadamente, sobre a influência das instituições da UE nos partidos políticos. Por exemplo, para aferir se o aumento de poderes do PE tem contribuído para a consolidação dos grupos partidários. Cf. HIX, Simon; KREPPPEL, Amie; NOURY, Abdul - “The Party System in the European Parliament: Collusive or Competitive?” *Journal of Common Market Studies*. Nº 3, vol. 41 (2009) p. 309-331. (Embora este estudo se situe mais no âmbito da Governança Multiníveis – de que falaremos mais à frente – consideramo-lo também uma abordagem nesta perspetiva); LADRECH, Robert - “Political Parties in the European Parliament”. In GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*. London, New York: Routledge, 1996. p. 291-307. Para a análise da relação dos eurodeputados com os partidos nacionais, de modo a aferir se os partidos nacionais exercem um maior controlo sobre os representantes no PE, à medida que a instituição aumenta poderes, ou se os eurodeputados atuam com independência, ver: RAUNIO, Tapio - “Losing Independence of Finally gaining Recognition?”. *Party Politics*. Nº 2, vol. 6 (2000) p. 211-223. Sobre como os processos de decisão da UE podem aumentar a autonomia dos líderes dos partidos políticos, ver: RAUNIO, Tapio - “Why European integration increases leadership autonomy within political parties?”. *Party Politics*. Nº 4, vol. 8 (2002) p. 405-422 (este estudo tem um âmbito mais lato do que o referido aqui). Sobre a influência dos eurodeputados nas estruturas de decisão dos partidos, ver: Cf. AYLOTT, Nicholas; MORALES, Laura; RAMIRO, Luís - “Some things change, a lot stays the same: comparing the country studies”. In POGUNTKE, Thomas (et al.) (ed.) - *The Europeanization of national political parties*. London, New York: Routledge, 2007. p. 190-210. Estes são exemplos, entre outros estudos, que, desde a década de 90, começaram a proliferar no domínio da ciência política e que, embora se enquadrem mais na abordagem da governança multiníveis, consideramos que também têm em conta a perspetiva do institucionalismo para as suas conclusões. Isto é, aliás, o exemplo do que também aqui defendemos: de que está frequentemente latente em diversos estudos a permeabilidade das teorias na metodologia de análise à integração europeia, impulsionada pela dificuldade da estreiteza de, apenas sob os auspícios de uma teoria, retirar conclusões bem fundadas.

modelagens sociais contínuas, que também afetam os estados no exercício das relações internacionais. Assim, as decisões tomadas pelos governos em negociações internacionais não emanam simplesmente de uma atitude racionalista (calculada sob as condicionantes da negociações) pela prevalência dos interesses próprios, mas são toldadas pela construção social, i.e., pelas representações coletivas dominantes, pelas conceções dos grupos constitutivos de uma sociedade. O fenómeno abarca também o estado como ator na sociedade internacional.

De acordo com esta abordagem, a UE é um espaço de construção sociológica, que molda os seus atores, através das suas interações. O construtivismo vem argumentar que as preferências ditadas pelos estados na negociação comunitária/internacional não provêm apenas de fatores racionais de preferência nacional, alheios à organização internacional, (o puro interesse nacional), mas são também por ela toldados. A multiplicidade de interações de governos e sistemas estatais proporcionados pela UE - com reuniões, negociações, intercâmbios, cooperações, trabalhos conjuntos, etc - faz conviver uma multiplicidade de atores, como governos, políticos, partidos, sistemas judiciais, académicos, empresas, grupos de interesse, etc, etc. A complexa teia institucional comunitária e consequente interdependência dos níveis supranacional/nacional/regional contribuem para as construções identitárias desses diversos atores.

“... [A] integração europeia evidenciou-se como espaço privilegiado da abordagem construtivista, nomeadamente na sua variante conhecida por institucionalismo sociológico, não só por ser a organização internacional mais desenvolvida do mundo, mas também por ter construído um sistema complexo de mecanismos de permeabilização ideológica, de interação e de socialização para evitar os conflitos e para consolidar a sustentabilidade do sistema, apesar da transitoriedade dos governos e da dialética conflitual dos interesses nacionais.”⁷³

Neste âmbito, sugere-se, em alguns estudos, que a integração europeia tem moldado o comportamento e as preferências dos seus membros. Como lembra Neill Nugent⁷⁴, se os governos se tivessem regido apenas pelas escolhas racionais ditadas pelas suas preferências individuais, alguns deles teriam vetado os processos de alargamento a alguns estados. O exemplo é dado por Schimmelfenning⁷⁵, em como a retórica comunitária, de compromisso ditado por uma identidade comum e pertença civilizacional, adotada no processo do grande alargamento à Europa central e de leste, acabou por ajudar à persuasão dos estados-membros

⁷³ SILVA, António Martins da – *Sistema Político da União Europeia* [...] cit. p. 376.

⁷⁴ Ob. cit. p. 442.

⁷⁵ Cit. in *ibidem*.

mais reticentes. Para isso, completa Sjurzen⁷⁶, contribuiu a existência de uma percepção de identidade de comunidade europeia. O trabalho de Thomas Christiansen, Knud Erik Jorgensen e Antje Wiener⁷⁷ vai mais longe, defendendo que a UE tem tido consequências ao nível dos sistemas políticos nacionais, imprimindo câmbios nas identidades e preferências dos seus agentes.

Assim, e no pressuposto do construtivismo, onde situamos os partidos? Os partidos são simultaneamente agentes ativos e passivos que entram nesta teia de relações socialmente construtivas. Contribuem para moldar as identidades dos outros, através das participações nos mecanismos institucionais da UE, sendo simultaneamente alvos dessa socialização institucional e da própria evolução política comunitária, podendo assim reconstruir as suas identidades, fazer evoluir os seus programas e dogmas, atualizar ou adaptar os seus paradigmas ideológicos. Anthony Giddens é um dos expoentes desta perspetiva construtivista. Teorizador da *terceira via* de Blair, tem dissertado sobre as evoluções do modelo social europeu e da adaptação da social-democracia em consequência da UE e da globalização.⁷⁸ A linha construtivista é uma perspetiva de estudo interessante, que tomaremos em atenção ao longo deste trabalho, considerando-a numa abordagem histórica ao discurso dos partidos em análise.

Se o construtivismo valoriza os partidos em termos de construção sociológica proporcionada pelo projeto europeu, as recentes teorias de governança da UE vêm definitivamente colocar os partidos como elementos estruturais não só na integração europeia propriamente dita (na perspetiva da evolução/aprofundamento das suas instituições), como também na governação – na feitura das suas políticas públicas – um fator determinante para o estudo dos partidos e da UE.

1.4 Governança multiníveis – os partidos entre as dimensões nacional, supranacional e transnacional

A governança multiníveis pode ser vista mais como uma conceptualização sobre a forma de exercício de autoridade política na UE do que uma teoria sobre a integração. O conceito governança define-se como o ato de governar ou exercer autoridade governativa sem que haja um corpo político estruturado e unificado, quer seja federal ou de outro tipo, como é

⁷⁶ Cit. in *ibidem*.

⁷⁷ Cit. in POLLACK, Mark A. - “Theorizing the EU Policy-Making”. p. 24, 25.

⁷⁸ Veja-se as publicações *Europe in the Global Age*. Cambridge: Polity Press, 2007; ou *The Third Way. The renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2000.

próprio das entidades estatais. É, portanto, governar sem a existência de instituições formais de governo, às quais está bem definido a atribuição de poderes e competência.⁷⁹ O conceito de governança aplicado à UE significa para já que os estudos académicos se deslocaram do processo integrar para o de governar.

a) Da insuficiência das Relações Internacionais à política comparada

Como já referido anteriormente, a especificidade evolutiva da UE tem colocado em causa as premissas de diversas teorias da integração, daí que o revisionismo seja característica permanente das mesmas. O TM foi um desafio para todas elas. Implementou novas formas de decisão e trouxe novos domínios políticos para a alçada comunitária. Introduziu o projeto da União Económica e Monetária (UEM), implementando uma moeda sem estado, atribuindo à UE um poder monetário, reorganizou os poderes de decisão e execução, conferiu novos poderes políticos, captando o interesse de novos atores políticos, económicos e sociais. É com base nestes desenvolvimentos que, a partir dos anos 90, alguns autores vêm reclamar a pertinência da política comparada para explicar a UE, em detrimento da obsolescência das Relações Internacionais, que criticam por só analisarem os grandes momentos de crise ou de aprofundamento institucional e esquecerem a atividade comunitária regular. Nesta linha, Simon Hix⁸⁰ reclama que, tendo Maastricht conferido novas características e papéis à União, a investigação deve buscar outros paradigmas de análise para além do supranacionalismo/intergovernamentalismo.

Segundo as abordagens da política comparada, a atividade da UE pode ser equiparável à dos Estados, nomeadamente porque a sua política regulatória origina clivagens políticas semelhantes às daqueles, como a clássica oposição esquerda/direita, e desperta o interesse de diversos atores não estatais. Alguns autores consideram a UE como um sistema quase federal, comparando os seus processos políticos aos de estados federais como a Alemanha, EUA ou Canadá. Neste âmbito, inserem-se as políticas públicas da UE. A análise sobre a sua feitura e concretização, os processos de decisão diários da União, estudados à luz da ciência política, podem contribuir melhor para a compreensão da UE do que as teorias clássicas da integração

⁷⁹ SMOUTS, Marie-Claude, BATTISTELLA, Dario, VENNESSON, Pascal – *Dictionnaire des relations internationales*. Paris: Éditions Dalloz, 2003. p. 238.

⁸⁰ Juntam-se a este outros autores como Gary Marks, Liesbeth Hooghe ou Kermit Blank. Cf. ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 106; EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 342-377.

européia⁸¹. Simon Hix é um dos expoentes desta visão⁸², da qual nasce outra pretensão – a de conceptualizar a UE.

b) A governança multiníveis como tentativa de conceptualizar a UE

Como referido anteriormente, a governança multiníveis pretende ser mais uma conceptualização da UE e uma explicação de como funciona do que uma teoria preditiva da integração. É desta diferenciação que o conceito de governança multiníveis ganha significado. A UE não é uma mera organização internacional como tantas outras, mas o seu *corpus* político também não é comparável ao de um estado federal. É algo híbrido, com um sistema político que pode ser designado como sistema multiníveis, um procedimento político diversificado e complexo, que reparte os processos de decisão por vários atores. Não apenas os formais (como os estados, representados nas instituições intergovernamentais; ou o PE e a Comissão, representando as instituições supranacionais), mas também os informais (como grupos de pressão económica, social, confederações de sindicatos, ONG's, partidos políticos – a um nível de pressão doméstica ou europeia através das confederações de partidos, agências especializadas, regiões, entre outros), que se distribuem em diversos níveis de atuação política: supranacional, nacional, subnacional e transnacional. Trata-se, por um lado, da transposição do pluralismo doméstico para um nível supranacional e transnacional, mas também de uma dispersão de poder horizontal. Enquanto nos estados, a verticalidade do poder é uma característica, na UE a hierarquia do poder está diluída em formas horizontais e paralelas de exercício político.

A governança multiníveis é sensível a algumas perspectivas das teorias da integração, como o neofuncionalismo, ou mesmo o intergovernamentalismo, o institucionalismo e o construtivismo. Mas, embora não rejeitando a importância do estado, defende que este está miscigenado com uma complexidade de atores e de níveis de exercício político, que condicionam a sua atuação e autonomia de decisão⁸³. Alguns estudos apontam para o facto de

⁸¹ Cf. EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 329.

⁸² Na obra *The Political System of the European Union*, publicada em terceira edição em 2011 (agora em conjunto com Bjorn Hoyland), Hix conceptualiza a UE como diferente de um estado, com um sistema político próprio, onde se enquadra o conceito da governança multiníveis. Faz uma dissecação dos processos políticos legislativos, executivos e jurídicos, assim como uma análise às políticas públicas da UE e aos partidos nacionais e europeus integrantes do sistema, para, sem negar a importância dos estados como atores e do racionalismo que norteia as suas escolhas, argumentar a complexidade e especificidade do sistema político da UE, no qual intervêm diversos atores (formais e informais) a vários níveis de influência e decisão. HIX, Simon; HOYLAND, Bjorn - *The Political System of the European Union* (3rd ed). Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

⁸³ HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary - *Multi-level Governance and the European Integration*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, inc, 2001. p. 3, 6, 7, 27.

a desregulação dos mercados e a volatilidade do capital internacional diluírem a soberania estatal num sistema de decisão coletiva que os condiciona⁸⁴.

A análise das políticas públicas europeias à luz das premissas da governança tem resultado numa literatura crescente nos Estudos Europeus. Por exemplo, investigações como a de Liesbet Hooghe e Gary Marks⁸⁵, sobre a política de coesão e a implementação dos fundos estruturais, concluem que a capacidade de decisão e controlo dos estados é partilhada a níveis supranacional, com a Comissão, e subnacional, com as regiões, que podem influenciar a Comissão na decisão da sua aplicação ao nível nacional (para o que contribui também a criação do Comité das Regiões). Outra vertente da abordagem das políticas públicas é a comparação da UE com a função de estado regulador. Sendo que a União não tem uma política redistributiva preponderante nem um sistema fiscal próprio, a forma que encontra de ampliar as suas competências e concretizar objetivos políticos é produzir regulamentação. A vantagem, diz Majone⁸⁶, defensor da abordagem, é que a execução da atividade regulatória da UE recai frequentemente nas responsabilidades nacionais, sendo os estados a encarregar-se do respetivo cumprimento, sem necessidade de aumento de despesa a um nível supranacional.

Outra abordagem de estudo da GM é a da *Europeização* - o processo de influência da UE, da sua atividade institucional e políticas sobre os estados, instituições e outros atores nacionais⁸⁷. Uma das linhas de investigação tem sido a da europeização dos partidos nacionais, o que tem resultado em diversos estudos na área de ciência política, particularmente desde finais da década de 90, de que mais à frente daremos conta. Ainda no âmbito da GM, têm surgido estudos dedicados a entender como o sistema político da UE pode contribuir para a diminuição da capacidade doméstica dos estados e seus diversos agentes, podendo, assim, agravar ainda mais o já tão apontado défice democrático da União⁸⁸.

c) A governança multiníveis e os partidos – análises a vários níveis

Parece-nos, pois, que de todas as abordagens aqui explanadas, a GM é aquela que mais valoriza aos partidos como um dos atores chave para compreender a complexidade da integração europeia, ou, melhor dito, da “governança” europeia. Os partidos, enquanto

⁸⁴ EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - Ob. cit. p. 331.

⁸⁵ *Multi-level Governance and the European Integration*. p. 81-118.

⁸⁶ GIANDOMENICO, Majone – *La Communauté européenne: un Etat régulateur*. Paris: Montchrestien, 1996. p. 51-150.

⁸⁷ POLLACK, Mark A. - “Theorizing EU Policy-Making.” p. 37. Opta-se por esta definição geral, conforme apresentada por Pollack, sendo que o termo europeização tem sido alvo de diversas definições no âmbito da ciência política. Cf. CARTER, Elisabeth; LUTHER, Kurt Richard; POGUNTKE, Thomas. “European integration and internal party dynamics.” In POGUNTKE, Thomas (et al.) - *The Europeanization of National Political Parties*. p. 3.

⁸⁸ POLLACK, Mark A. – “Theorizing the EU Policy-Making.” p. 38, 39.

agentes na rede multiníveis do sistema político da UE, exercem o seu poder e influência a vários níveis, quer seja nacional (nos governos ou parlamentos), supranacional (no PE) ou transnacional (através dos partidos europeus). A investigação destas três vertentes tem sido bastante desenvolvida desde a década de 90, pela ciência política⁸⁹, com diversos estudos incidentes quer sobre os partidos nacionais, quer sobre as respetivas representações nos grupos do PE e nas confederações de partidos europeus. Neste âmbito, aparecem trabalhos como o de Thomas Poguntke, Nicholas Aylott, Elisabeth Carter, Robert Ladrech e Kurt Richard Luther (ed.)⁹⁰. Mas, diga-se que, já antes, trabalhos na área da história política se ocupam em perceber os posicionamentos dos partidos nacionais face à ideia de unidade europeia e ao processo de integração europeia.

A análise da consequência que as políticas públicas europeias têm exercido sobre os partidos tem sido amplamente debatida. A emergência do conceito de UE como entidade reguladora, as políticas de coesão, o debate sobre o papel redistributivo da União ou o desenho político da UEM abriram novas dimensões na discussão partidária e incrementaram o seu interesse. Se até inícios da década de 80, o debate partidário sobre a construção europeia se centrava muito na perspectiva do interesse nacional e no paradigma federalismo *versus* intergovernamentalismo, o AUE e o TM trouxeram novos assuntos que vieram enquadrar-se em modelos ideológicos clássicos dos partidos. “The politics of European integration are not just about whether there should be more or less *integration*. There are multiple issues embedded in the policy process.”⁹¹ Novas questões emergiram. Que competências deve ter a UE no domínio das políticas públicas - por exemplo, ter um mero papel desregulador/regulador ou (*re*)regulador - é uma das questões que abriu a discussão sobre a dimensão social comunitária e a função redistributiva. Temas que se enquadram em paradigmas ideológicos familiares ao contexto político doméstico (a clivagem esquerda/direita), tornando os partidos mais capazes de *simplificar* (e manipular muitas vezes) o assunto UE, uma vez que estão interessados em politizar a questão para efeitos propagandísticos. “Although the influence of traditional social cleavages has diminished in shaping individual voting choices, we hypothesize that such cleavages may still be powerful in structuring the way political parties respond to new issues.”⁹²

Consideramos assim pertinente tais abordagens da GM para a análise dos partidos, o que será tido em conta como ferramenta conceptual para reflexão sobre alguns aspetos a tratar

⁸⁹ Mais à frente, no ponto 3 deste capítulo, dar-se-á conta do estado da arte da investigação neste âmbito.

⁹⁰ *The Europeanization of National Political Parties*. London e New York: Routledge, 2007.

⁹¹ ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 106.

⁹² HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary - *Multi-level Governance and the European Integration*. p. 164.

relativamente ao PS e PSOE, todavia não seja pretensão circunscrever este trabalho às diversas teorias como abordagem orientadora desta investigação.

1.5 A pertinência do contexto dos partidos nacionais para um estudo integrado da integração europeia, sem preferência por teorias (em jeito de conclusão)

É então a partir de meados dos anos 80 e, mais acentuadamente, com o TM, que se começa a compensar a desatenção anterior para com os partidos enquanto objeto de análise nos Estudos Europeus, situação que decorre do acréscimo de importância que ganham no processo de construção europeia - que além de lhes proporcionar maior peso institucional no sistema político da UE, os continua a colocar diante do dilema da transferência de soberanias em novos domínios políticos.

O facto de a Assembleia Parlamentar da CECA ter sido organizada em grupos partidários⁹³ e não por nacionalidades, evidencia a preponderância que os fundadores das Comunidades quiseram dar neste órgão às clivagens ideológicas (embora os partidos das mesmas famílias políticas apresentem heterogeneidades) como estruturantes da atuação parlamentar, em detrimento das orientações nacionalistas. Era, afinal, na Assembleia Parlamentar que residia a esperança da evolução federal⁹⁴. Deste modo, ainda que não existisse um governo europeu, abria-se a possibilidade ao parlamento de cumprir um papel de contrabalanço ao órgão (inter)governamental (o Conselho) e ao outro que, apesar de nas suas competências se assemelhar a um governo (a Comissão), não era eleito. Embora inicialmente este papel estivesse desvirtuado, pelo facto de os deputados da Assembleia Parlamentar⁹⁵ serem designados pelos parlamentos nacionais, a partir de 1979, com a eleição por sufrágio universal, teremos eurodeputados eleitos exclusivamente para o cargo, diretos representantes dos cidadãos europeus. Com o AUE ganharão algum poder de influência na decisão do Conselho (procedimento de cooperação) e com o TM passarão a partilhar com ele, embora

⁹³ A constituição de grupos políticos foi estabelecida pela assembleia da CECA, em 1953, que definiu regras para a sua criação e funcionamento. Foram, nessa época, constituídos três grupos, com as tradicionais famílias políticas europeias: os Liberais, os Democratas Cristãos e os Socialistas. Desde aí, os grupos foram evoluindo, quer em termos de número, quer de estatuto, com a revisão de regulamentos sobre a sua constituição e funcionamento, até à atualidade. Sobre a criação e evolução dos grupos políticos no PE, ver: JACOBS, Francis; CORBETT, Richard - *The European Parliament*. p. 54-74.

⁹⁴ Esperança esta que, já em projetos anteriores à fundação da CECA e CEE, tinha sido tentada pelos federalistas, nomeadamente no Congresso da Haia de 1948 e posterior constituição do Conselho da Europa. Apesar dos esforços, não concretizou a pretensão, tornando-se o Conselho da Europa numa instituição intergovernamental.

⁹⁵ O nome inicial do PE. A partir de 1962, passará a chamar-se Parlamento Europeu.

apenas em alguns domínios, o poder de decisão (codecisão, o nome dado ao procedimento na altura – atualmente designado *processo legislativo ordinário*⁹⁶). Esta evolução de poderes políticos supranacionais leva ao desenvolvimento de duas formas de organização partidária transnacional europeia: os grupos políticos do PE e os partidos europeus.

a) Grupos políticos no PE e partidos europeus ganham importância, mas ...

Além do desafio ideológico, a evolução do projeto europeu implicou também adaptações para os partidos a nível organizativo. O ganho parlamentar de legitimidade democrática e de poder foi acompanhado de medidas para estimular os grupos políticos a tornarem-se mais operacionais e coesos, tendo à disposição orçamento próprio e um corpo de funcionários para o efeito⁹⁷. Levando ao fortalecimento dos grupos políticos⁹⁸, a evolução do PE obrigou também os partidos nacionais a adaptar-se, registando-se uma crescente influência dos eurodeputados nas suas estruturas domésticas. Por outro lado, a relação permanente entre eurodeputados de diferentes nacionalidades, por via da participação nas comissões de trabalho e noutras atividades, leva a uma sociologia de convívio interpartidário transnacional que também incentiva a coesão dos grupos⁹⁹. A tendência é ainda incrementada pelo alargamento da UE, já que os partidos de estados mais populosos, que antes conseguiam ter influência determinante na votação, perderam essa capacidade, ficando mais predispostos a agir em concertação política com os grupos. “[L]os más de 150 partidos nacionales presentes en el PE de 2004 son, en su mayoría, muy débiles – uno por uno – para condicionar estrategias y procesos decisivos de la UE. Esto es lo que favorece la dinámica de los *europartidos*, expresión de la ‘gobernanza multinivel’ para algunos, y resultado de presiones de los propios eurodiputados para forjarlos.”¹⁰⁰ Um dos objetivos dos partidos europeus é, precisamente, através de uma melhor coordenação de posições nacionais, contribuir para uma atuação mais eficaz ao nível europeu, quer através do PE (nos grupos políticos), quer de pressão nas instituições intergovernamentais, como o Conselho de Ministros, e, inclusive, nas Conferências Intergovernamentais (CIG’s).

⁹⁶ Cf. SILVA, António Martins da - *Sistema Político da União Europeia* [...] cit. p. 155, 162.

⁹⁷ JACOBS, Francis; CORBETT, Richard - *The European Parliament*. p. 75-79.

⁹⁸ PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de – Ob. cit. p. 33.

⁹⁹ Vários estudos têm concluído que os grupos políticos no PE têm demonstrado coesão na votação, embora essa coesão seja mais baseada em compromissos voluntários e na própria necessidade de se atingir maiorias de votação para fazer passar a legislação, do que propriamente por disciplina dos grupos. Cf. RAUNIO, Tapio - “Losing independence of finally gaining recognition”. p. 212.

¹⁰⁰ PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de – Ob. cit. p. 33, 34.

Os partidos nacionais de diferentes famílias começaram institucionalmente a organizar-se (em forma de confederações) para concertar posições desde meados da década de 70, otimistas com a decisão de realizar eleições diretas para o PE. Estimulados pelos novos assuntos em discussão nas CIG's (que implicaram divisões ideológicas) e pelo sucedâneo TM, que reconhece a importância da existência de partidos ao nível europeu¹⁰¹, deu-se a evolução das anteriores organizações para a criação de partidos europeus nos anos 90.¹⁰² O PSE (Partido Socialista Europeu), o PPE (Partido Popular Europeu), a Federação dos Partidos Europeus Democratas, Liberais e Reformistas e a Federação Europeia dos Partidos Verdes eram as principais formações partidárias europeias, a par de outras estruturas menos formais de concertação partidária que se foram desenvolvendo a nível europeu¹⁰³. O reconhecimento da necessidade institucional de partidos europeus decorre do próprio aprofundamento comunitário, já que a maior partilha de poderes entre autoridades nacionais e supranacionais implicaria também uma melhor coordenação partidária a nível europeu¹⁰⁴.

Mas como estão organizados os partidos europeus? Que poderes e funções têm? Não se podem considerar estes (apesar da designação) como verdadeiros partidos na aceção da palavra. Não respondem a um eleitorado europeu e não elegem, com listas próprias, representantes para o órgão parlamentar europeu – competência que continua a pertencer aos partidos nacionais. Os partidos europeus estão organizados na forma de confederação, com as decisões sobre programas eleitorais e posições a tomar no sistema político europeu altamente dependentes da concordância dos partidos nacionais, através das suas lideranças. Apesar de

¹⁰¹ No artigo 138º - A, o Tratado vem reconhecer que “[o]s partidos políticos ao nível europeu desempenham um importante papel como fator de integração na União. Contribuem para a criação de uma consciência europeia e para a expressão da vontade política dos cidadãos.” Treaty on European Union [Em linha]. [Consult. 30.01.2016]. Disponível em WWW: < http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_on_european_union/treaty_on_european_union_pt.pdf >.

¹⁰² Como resposta à decisão de realizar eleições diretas para o PE, é criada, em 1974, a Confederação dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia, em 1976, o Partido Popular Europeu (dos Democratas-cristãos), e a Federação dos Liberais, Democratas e Reformadores Europeus, pelos partidos liberais. Em 1992, a Confederação dos Socialistas evoluiu para PSE – Partido Socialista Europeu e, no ano seguinte, as duas outras organizações evoluíram também, estatutariamente, para partidos. Apesar da mudança de nome e de estatutos, pouco se alterou em termos práticos. Estas organizações não gozam de uma verdadeira estrutura federal, sendo os partidos nacionais que assumem o controlo da mesma. Cf. LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. London: Lynne Rienner Publishers, 2000. p. 93, 94; SMITH, Julie - “How European are European elections?”. In GAFFNEY, John (ed.) - *Political parties and the European Union*. p. 279.

¹⁰³ HIX, Simon - “The transnational party federations.” In GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*. p. 309. BARDI, Luciano - “Parties and Party system in the European Union: National and Supranational Dimensions.” In LUTHER, Kurt Richard; MULLER-ROMMEL, Ferdinand (ed.) – *Political Parties in the New Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 295.

¹⁰⁴ DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki - “European integration, intergovernmental bargaining, and convergence of party programmes.” *European Union Politics*. Vol 7 (2) (2006) p. 236 [Em linha]. [Consult. 31.01.2016]. Disponível em < DOI: 10.1177/1465116506063709 >.

haver uma coordenação mínima, não estamos perante uma verdadeira integração partidária¹⁰⁵. Com os sucessivos alargamentos da UE, a heterogeneidade tornou-se maior, implicando dificuldades acrescidas de consenso. A esquerda, por exemplo, é bastante heterogénea, entre partidos de países do norte e sul da Europa, registando-se por vezes, como exemplifica Daniel-Louis Seiler, maiores aproximações de posicionamentos entre líderes de estados representantes de diferentes famílias políticas do que da mesma família¹⁰⁶. Apesar de alguns partidos europeus aprovarem programas partidários para eleições europeias ou resoluções de congressos, são geralmente documentos muito generalistas, não vinculativos, que não assumem compromissos concretos e servem apenas como orientação para os membros nacionais. Neste aspeto, os partidos sofrem das mesmas maleitas que a própria UE, a ausência das necessárias transferências de soberania. Como afirma Cesáreo Rodríguez-Aguilera de Prat, os partidos europeus são mais virtuais do que reais:

“Se tratan de entidades indirectas e instrumentales creadas para actuar con más eficacia técnica en el PE, con muy reducida organización, liderazgos múltiples, alta descentralización, prácticas no ejecutivas, procedimientos consensuales, presencia mediática casi inexistente y recursos financieros muy limitados. Los europartidos son más bien ‘partidos de partidos’ que no reclutan, no forman y no movilizan a sus militantes.”¹⁰⁷

Acresce a isto o facto de a própria UE, apesar de com um sistema político e da realização de políticas públicas que influenciam a governação nacional, não ter ainda as clássicas atribuições do estado-nação. Também o PE, apesar do progressivo aumento de competências, não dispõe de um papel comparável ao dos sistemas democráticos estatais ocidentais. Se é certo que a política europeia, nomeadamente no que decorre das obrigações da UEM, influencia as decisões fiscais e orçamentais internas dos estados, também é certo que não é à UE que o eleitorado atribui a função de tributar, de legislar sobre remunerações, subsídios de desemprego, prestações sociais, custos de saúde, etc. Tais funções diretas continuam sob alçada nacional. Apesar de algumas políticas comuns e programas da UE, da cidadania europeia, ou da Carta dos Direitos Fundamentais contribuírem inegavelmente para a formação de uma identidade europeia e de um mínimo sentimento comum, não estamos perante a existência de um *demos* europeu. Os partidos europeus não têm um eleitorado

¹⁰⁵ THORLAKSON, Lori - “Federalism and the European Party System.” *Journal of European Public Policy*. Nº 12:3 (2005) p. 480 [Em linha]. [Consult. 31.01.2016]. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1080/13501760500091448> >.

¹⁰⁶ O autor dá o exemplo da direita moderada francesa e da esquerda alemã partilharem as mesmas simpatias por reformas ultraliberais tímidas ou por se oporem à guerra americana no Iraque. SEILER, Daniel-Louis – *L’Europe des partis: paradoxes, contradiction et antinomies*. WP. Nº 251. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2006. p. 9 [Em linha]. [Consult. 31.01.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/wp251.pdf?noga=1> >.

¹⁰⁷ *Partidos Políticos e Integración Europea*. p. 37.

comum ao qual responder, porque também não têm um governo europeu para fazer verdadeira oposição. Embora não negligenciando o papel do PE, a oposição europeia passa ainda muito pela oposição nos parlamentos nacionais.

b) ... partidos nacionais continuam a ser determinantes e ...

Assim, os partidos nacionais continuam a ser determinantes neste sistema multiníveis caracterizador da governança europeia. “The central paradox of the European political system in the 1990’s is that governance is becoming increasingly a multi-level, intricately institutionalized activity, while representation, loyalty and identity remain stubbornly rooted in the traditional institutions of the nation state.”¹⁰⁸ A ambiguidade de orientação do PSE é disto um exemplo. Os partidos encontram-se num limbo entre a necessidade de coordenação, para fortalecer algumas posições, e a dificuldade em largar a total autonomia nacional¹⁰⁹. E verifica-se até que, nos últimos tempos, a reivindicação do exercício de poder doméstico dos partidos tem sido mais veemente, com os parlamentos nacionais a requererem a observância, concedida pelo Tratado de Lisboa, do princípio da subsidiariedade no que toca às competências partilhadas da UE.

Portanto, os partidos nacionais contam e em diversos aspetos. As idiossincrasias do sistema político da UE a isso levam, decorrendo daí a ficção dos partidos europeus e a condição de dependência dos eurodeputados, que apesar de terem feito a evolução no sentido de uma atuação mais autónoma, dependem, em última instância, da estrutura nacional: “arguably national parties are the most powerful influence as they control candidate selection, specially in the countries using closed lists.”¹¹⁰

c) ... importam, para além de teorias e modelos

Se, por um lado, reconhecemos que é a abordagem da GM que vem realçar a importância do estudo dos partidos para o entendimento das particularidades estruturais do sistema político da UE, por outro, afirmamos a importância fundamental do estudo (negligenciado pelas teorias clássicas da integração europeia) dos partidos nacionais para o entendimento do processo comunitário desde os seus inícios – princípio que nos guiará neste trabalho. Assim, contrariamos a negligência que o neofuncionalismo e o

¹⁰⁸ William Wallace cit. in LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. p. 143, 144.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*.

¹¹⁰ RAUNIO, Tapio – “Losing independence or finally gaining recognition.” p. 220. Cf. THORLAKSON, Lori - “Federalism and the European Party System.” p. 468, 469.

intergovernamentalismo fazem dos partidos para a compreensão da construção europeia. Dos limites e estreitezas destas teorias já aqui se falou. Mas ainda que admitamos que numa primeira fase, até ao AUE, a natureza da política comunitária não acendesse o debate partidário como veio a fazer depois dos anos 80, é fundamental conhecer os posicionamentos dos partidos nacionais para se entender as opções que os governos, em época sincrónica ou mais tardia, vêm a assumir. Veja-se os casos, atrás referidos, da política do presidente francês de Gaulle, do chumbo do parlamento francês ao Tratado da CED ou dos referendos negativos aos tratados de Maastricht e Constitucional - e mesmo de uma questão tão atual (à data da escrita -2016) como a vitória do referendo no Reino Unido para a saída da UE (o designado Brexit) - que constituem exemplos claros da necessidade de conhecer o posicionamento dos partidos desde o início para perceber as posições assumidas na política europeia. São exemplos factuais da superação das dinâmicas teóricas neofuncionalista e intergovernamentalista, que souberam retirar da construção europeia a oportunidade histórica e os acontecimentos que mais aprouveram às suas premissas.

A importância dos partidos pode ser apenas notória quando se demonstram decisivos para travar a engrenagem neofuncionalista ou a decisão intergovernamental. Mas eles estão sempre lá. Embora parecendo adormecidos, poderão estar em acumulação de insatisfações com o projeto europeu, para se manifestarem, mais tarde ou mais cedo. E ainda que admitamos que na primeira fase de construção europeia os partidos nacionais estejam mais ausentes de um papel direto na decisão política comunitária (exceto quando são governo), é fundamental saber o que pensam nesses primórdios, para melhor compreender posicionamentos posteriores, quando a UE puxará para si áreas da *alta política*, como a moeda ou a política externa. Ontem, como hoje, parece-nos assim fundamental o estudo dos partidos nacionais para um estudo integrado da integração europeia.

2. Da pertinência do estudo dos partidos socialistas ibéricos para o estudo da integração europeia

O estudo dos partidos socialistas ibéricos enquadra-se, antes de mais, no interesse geral que tem o estudo da social-democracia europeia, que engloba os designados partidos

socialistas, sociais-democratas e trabalhistas¹¹¹, para os Estudos Europeus, a ciência política e a história política da Europa. A pertinência da investigação é justificada por dois motivos: primeiro, porque os partidos a ela afetos integram os sistemas democráticos ocidentais, ora na oposição, ora em exercício nos governos, deste modo contribuindo para os destinos comunitários; segundo, porque, se atentarmos à matriz ideológica destes partidos, o posicionamento face à integração europeia levar-nos-á a conclusões sobre a evolução da sua ideologia, não só no que respeita ao socialismo, como também a outros conceitos a ele associados, como o internacionalismo e federalismo, ideias em relação estreita com a de europeísmo.

2.1 Por um socialismo internacionalista europeu – a união europeia antes de o ser

A ideia de unidade europeia é secular. Desde a Idade Média, de Dante a Abbé de Saint-Pierre, ou de Pierre Dubois a Kant, quer sob moldes monárquicos, quer republicanos, são diversos os autores que defenderam a unidade europeia como via para a paz - preocupação permanente das diversas propostas de unidade, para o desenvolvimento comercial e para proteger o legado europeu das ameaças externas.

Já na época contemporânea, algumas propostas de unidade europeia coexistem com o surgimento do socialismo e a ele se encontram umbilicalmente ligadas. Exemplo paradigmático é Saint-Simon (1760-1825), teórico socialista, deslumbrado com as maravilhas da ciência, advoga o industrialismo como agente propulsor da unidade europeia. Para o filósofo, o estado de crise da sociedade europeia só seria ultrapassado com o desenvolvimento da ciência, que era do interesse de todos os homens. As necessidades da indústria levariam a um progresso contínuo e propagador de necessidades de infraestruturas e de conhecimento que permitissem a comunicação entre diversos estados. A aceleração industrial seria imparável. O cientismo era estruturante do seu pensamento. A ciência criaria novas profissões e curiosidades que despertariam conexões internacionais. As pessoas aproximar-se-iam mais pelos interesses comuns, do que pela vizinhança geográfica. Como enfatiza Estanqueiro Rocha, nesta conceção *saint-simoniana* “surge um internacionalismo profissional”, em que “a aproximação não se efectua exclusivamente povo a povo, mas de grupo profissional a grupos

¹¹¹ Apesar de, no geral, estas designações corresponderem à natureza ideológica e programática dos partidos, registam-se casos em que o nome não reflete isso, como o Partido Social Democrata português, que não se enquadra na família europeia da social-democracia, mas na dos conservadores e democratas-cristãos da Europa.

homólogos.”¹¹² Prognóstico com tanta atualidade, em que as mesmas coisas são chamadas por outro nome: na “governança europeia”, os sindicatos, as corporações industriais e outros grupos de interesse concertam posições para influenciar a decisão política.

Para Saint-Simon, no progresso da indústria e da ciência está o futuro, não apenas de uma sociedade concreta, mas de um todo social. Os benefícios do industrialismo e cientismo devem extravasar os limites do estado: “a nação francesa não pode ser tratada e curada isoladamente; os remédios que a podem curar devem ser aplicados a toda a Europa.”¹¹³ E a aplicação desses remédios deverá ser politicamente regulada, através da formação de um Parlamento Europeu¹¹⁴ (sob prévia existência de estados com parlamentos nacionais constituídos) encarregue da instrução em toda a Europa, de elaborar um código moral para todos os povos e da concretização de grandes empreendimentos públicos, como canais navegáveis que ligassem diversas partes do território continental. No seu projeto *Da Reorganização da Sociedade Europeia*, apresentado no Congresso de Viena,¹¹⁵ prevê também a necessidade de um governo europeu, assente numa opinião pública europeia, independente dos interesses estatais e zelador do bem comum.

Ou seja, o progresso da indústria e da ciência levaria a uma cultura internacionalista, a ser materializada por instituições políticas adequadas para tomar medidas e soluções transnacionais, necessárias para o progresso social europeu. Socialismo aparece assim relacionado com uma estruturação política europeia. A unidade europeia seria materializada através do conhecimento das ciências humanas, com a elaboração da melhor constituição possível, que o filósofo também define na sua obra. O positivismo do pensamento *saint-simoniano* é assim temperado pela ideologia republicana, de teor universalista. Trata-se de um internacionalismo concretizado material, social e politicamente numa união que poderia mudar a situação da Europa.

Joseph Proudhon (1809-1865), teórico do federalismo, cujo modelo inspirou e continua a inspirar muitos atuais federalistas e teóricos do socialismo, influenciado por Saint-Simon, percebe a “importância dos sistemas políticos, o peso das relações internacionais e, portanto, a urgência do movimento social possuir um projeto político.”¹¹⁶ Sob este objetivo,

¹¹² ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro – Ob. cit. p. 21.

¹¹³ Saint-Simon, Henry, - *L'Industrie*. Vol I, t. I, 2.ème partie. 1817. p. 100. Cit. in ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro – Ob. cit. p. 20.

¹¹⁴ Para o qual eram elegíveis apenas os homens das ciências, das classes esclarecidas e de algumas profissões. Seriam eleitos pelas suas respetivas agremiações. HEATER, Derek - Ob. cit. p. 105.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 102. Sobre propostas internacionalistas feitas no Congresso de Viena, em 1815, ver: GRUNER, Wolf D. - “Perceptions et conceptions de l’Europe au XIX siècle.” In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l’Europe*. p. 172.

¹¹⁶ Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro – Ob. cit. p. 30.

elabora a sua teoria do federalismo, assente no conceito de mutualidade. Parte da análise à produção, que resulta de um ato coletivo, para advogar que se o trabalhador tem direito individual sobre a produção, também detém um coletivo. Assim, à produção está inerente uma relação de reciprocidade, que justifica a *mutualidade*, prática estruturante da justiça social. Daí o convite às associações profissionais e outras coletividades de interesses, pois é da sua capacidade de organização e conjugação social que resulta o equilíbrio de interesses. Aplicado à política, o *mutualismo* social gera o federalismo político, que, na conceção *proudhoniana*, se exerce no sentido supra e subnacional. O estado não necessita de mais poderes. Deve é descentralizá-los em “agregações” políticas regionais, com poderes partilhados que se equilibrarão com o estatal. E o estado pode promover o mesmo paradigma de organização política a nível supranacional, com a necessária descentralização nacional¹¹⁷.

O federalismo, que é “a forma política da humanidade”¹¹⁸, reflete assim um sentido internacionalista de justiça social, promovendo uma liberdade limitada pela descentralização necessária ao equilíbrio de interesses. Quanto à Europa, “só poderia formar uma confederação de confederações. (...) Então, toda a nacionalidade regressaria à liberdade; então realizar-se-ia a ideia de um equilíbrio europeu, previsto por todos os publicistas e homens de Estado, mas impossível de obter com grandes potências de constituições unitárias.”¹¹⁹

Encontramos o mesmo teor internacionalista, num tom mais apaixonado e expansivo, em Victor Hugo (1802-1885), com o seu projeto de *Estados Unidos da Europa*, etapa intermédia para, quiçá, uma República mundial. Preconiza um sistema político, constituído por comunas que seriam os diversos estados europeus, assente num parlamento deliberativo, eleito por sufrágio universal, e num governo. Uma união europeia que se basearia na liberdade e humanidade, portanto, uma solução para institucionalizar a internacionalização dos valores republicanos franceses¹²⁰. Conceções assentes num romantismo social em força, que propagava uma Europa universal, de valores humanos e socializantes. Apesar de

¹¹⁷ “Federação, do latim *foedus*, genitivo *foederis*, isto é, pacto, contrato, tratado, convenção, aliança, etc., é uma convenção pela qual um ou vários chefes de família, uma ou várias comunas, um ou vários grupos de comunas ou Estados, se obrigam recíproca e igualmente uns para com os outros, para um ou vários objetivos particulares, cuja carga incumbe especialmente então e exclusivamente aos delegados da federação.” PROUDHON, Pierre Joseph - *Do princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução* (trad. port). Lisboa: Edições Colibri, 1996. p. 40. Cit. in ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro – Ob. cit. p. 35.

¹¹⁸ PROUHON, Pierre Joseph - *De la Justice dans la Révolution et dans l'Églises*. Vol. VIII-II. p. 288. Cit. in ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro – Ob. cit. p. 37.

¹¹⁹ PROUDHON, Pierre Joseph - *Do princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução*. p. 335-336. Cit. in ROCHA; Acílio da Silva Estanqueiro – Ob. cit. p. 39.

¹²⁰ Em 1869, Victor Hugo profere o discurso de abertura e encerramento do Congresso da Paz de Lausanne, onde defende que essa Europa uma pela qual se bate só será conseguida quando se der a queda total das monarquias e a adoção do socialismo. Cf. RIBEIRO, Maria M. Tavares - “Victor Hugo – o profeta dos Estados Unidos da Europa”. In *Portugal e o Outro, Imagens e Viagens*. Universidade de Aveiro: 2004. p. 17-18.

desacreditado no seu tempo com epítetos de idealista e utópico, a ideia de *Estados Unidos da Europa* de Hugo ressurgirá em força no século XX, após as duas guerras mundiais¹²¹.

O internacionalismo é, pois, um princípio tácito do socialismo, como propagador dos ideais republicanos, como propulsor de uma ideia socializante materializada através da unidade europeia. A relação é recíproca: a unidade europeia é a via possível para uma ideia socialista que se quer internacionalizada. Oposto a individualismo, socialismo também contraria o nacionalismo, pois que o nacionalismo é o individualismo dos estados. A relação ancestral entre socialismo e europeísmo, suscita-nos a pertinência ideológica do estudo dos partidos socialistas no âmbito da integração europeia. Esta invocada pertinência é aumentada pela complexidade teórica que o socialismo assumirá.

2.2 Das dissidências socialistas às polissemias do internacionalismo

Não nos pretendemos alargar muito sobre à reflexão do internacionalismo como princípio regedor do socialismo, mas apenas entender como apesar de basilar das fundações teóricas do socialismo e federalismo europeus, as divergências que aparecem no seio socialista irão implicar diferentes concepções do exercício internacionalista. Compreender estas matrizes socialistas revela-se importante para um entendimento mais fundamentado da diversidade do socialismo europeu, entre partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas, e das suas abordagens à integração europeia.

a) Aclarar as águas socialistas: revolucionários vs reformistas

O socialismo intelectual, inspirado na realidade transformada pela revolução industrial e suas consequências sociais, evidencia-se de forma mais pragmática na movimentação coletiva de operários e outros agrupamentos em defesa da proteção das classes mais negativamente afetadas pelos efeitos da industrialização e da acumulação de propriedade permitida pelo liberalismo económico que singrava. É neste contexto que o socialismo se subdivide em diferentes correntes, desencadeadas pela publicação de *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883). A obra dará origem ao comunismo, forma totalitária do socialismo, contra a qual se insurgirá outra corrente, a dos sociais-democratas. Estamos perante, respetivamente,

¹²¹ Cf. RIBEIRO, Maria M. Tavares - “Estados Unidos da Europa e os Congressos Universais da Paz.” *Revista de História das Ideias*. Nº 30 (2009) p. 496-501.

as formas revolucionária e reformista do socialismo. Une-os o objetivo, separa-os a conceção dos meios para o atingir.

Revolucionários e reformistas partilham os mesmos ideais de uma orientação socialista da economia, assegurando distribuição de rendimento e proteção das classes marginalizadas pelo sistema capitalista. As regras de produção deveriam ser fixadas mais em função das necessidades humanas do que dos custos e da produtividade. Mas enquanto uns preconizam fazê-lo através da revolução social, os outros defendem a utilização do sistema democrático para alcançar esses fins.¹²² Se a origem do socialismo se relaciona com as formas de reivindicação pela soberania popular, o marxismo vem dizer que a transformação das estruturas políticas de nada valeria sem a alteração da estrutura económica. Isto passaria, pela revolução social, i.e., a luta pela emancipação das classes operárias, ganhando o controlo dos meios de produção e do estado – a ditadura do proletariado¹²³. A revolução dos trabalhadores seria o caminho para, adquirindo propriedade sobre os meios de produção, abolir as leis de mercado e a luta de classes gerada pelo capitalismo. Ator do seu próprio destino, seria ao proletariado que caberia a responsabilidade pela mudança a um nível internacional. Esta conceção marxista estará presente durante a I Internacional, que perderá força com a divisão com os anarquistas¹²⁴.

Após a morte de Marx, Engels garante a continuação da via ortodoxa do socialismo, numa época em que, com a pressão socializante exercida pela movimentação operária, já vários partidos, designados de socialistas e sociais-democratas, iam surgindo desde a década de 70 e continuavam a aparecer por essa Europa fora¹²⁵. As tentativas de reagrupamento internacional da classe operária e dos partidos representantes levará ao surgimento da II Internacional, em 1889, inicialmente sob predomínio da conceção marxista. Mas o sucesso que a linha reformista do socialismo começava a ter em alguns países, nomeadamente na Alemanha, acabará por levar naturalmente à prevalência da social-democracia como modelo.

No seio dos partidos socialistas e sociais-democratas crescem as correntes reformistas, que concebiam que o modelo de sistema democrático que começava a instaurar-se em alguns Estados e o capitalismo permitiriam a introdução de reformas para atingir os objetivos socialistas, dispensando-se a revolução social propagada pelos marxistas. O alemão Edward Bernstein (1850-1932) será um dos principais revisionistas da corrente revolucionária. Para

¹²² BRUCLAIN, Claude - *Le Socialisme et l'Europe*. Paris: Éditions du Seuil, 1965. p. 22.

¹²³ CRIDDLE, Byron - *Socialists and European integration*. London: Routledge and Kegan Paul, 1969. p. 2, 6.

¹²⁴Cf. *Encyclopædia Britannica Online*, s. v. "First International" [Em linha]. [Consult. 05.02.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.britannica.com/topic/First-International> >; DREYFUS, Michel - *L'Europe des Socialistes*. S.l.: Editions Complexes, 1991. p. 17.

¹²⁵ Por exemplo, na Áustria, na Alemanha, França, Dinamarca, Suíça, etc. Cf. *Idem, ibidem*, p. 17-19.

Bernstein, a social-democracia devia aceitar e ajudar a desenvolver o sistema parlamentar, pois seria nele que se implementariam as desejadas medidas socialistas, através de alianças com outros partidos e a elaboração de programas de reforma. Contestando as previsões marxistas de que o poder político se iria concentrar nos detentores do capital, Bernstein exemplifica com o caso alemão, em que o Partido Social-Democrata (SPD) conquistou assentos no parlamento. O socialismo deve, portanto, ser exercido no quadro das liberdades políticas típicas dos sistemas democráticos representativos, que têm permitido introduzir melhorias nas condições das classes trabalhadoras¹²⁶.

Nesta linha, também o francês Jean Jaurès valoriza as instituições políticas do estado-nação como as indutoras de condições para implementar a mudança. A opção por uma economia socialista passava pelo aproveitamento do sistema político emergido dos valores da Revolução Francesa. O socialismo seria democraticamente implementado, não através de uma revolução social, mas de modo gradual, pela aprovação de reformas, possível através da participação de partidos socialistas num sistema de sufrágio universal e liberdades políticas.¹²⁷

A discussão entre revolucionários e reformistas permanece acesa não só na II Internacional, mas também dentro dos próprios partidos, cujos membros refletem também as dissidências. Contudo, à medida que o próprio sistema democrático dos estados da Europa se vai aperfeiçoando, também a social-democracia vai conquistando espaço político. Por outro lado, cresce a dificuldade de os socialistas ortodoxos fundamentarem as suas teses. Apesar de inicialmente as teorias de Bernstein não serem oficialmente assumidas pelo SPD, elas são incorporadas na prática. O sucesso do partido¹²⁸ vai contribuir significativamente para o destrono da concepção marxista na II Internacional e para a falência da organização, com a maioria dos partidos socialistas da Europa a querer imitar o modelo do congénere alemão.

A progressão dos acontecimentos, leia-se, dos sistemas políticos nacionais, leva à fortificação do socialismo democrático. Os partidos que começaram a beneficiar das oportunidades oferecidas pelas primeiras experiências da democracia representativa dos estados europeus defenderão o sistema como o adequado para conquistar os ideais socialistas, recusando-se a abdicar do legado da liberdade, igualdade e fraternidade. Ora, tendo o socialismo, como atrás explicado, inerente a si uma concepção de humanidade e, portanto, de

¹²⁶ PAIM, António - *Do Socialismo à Social-democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. p. 39-46.

¹²⁷ CRIDDLE, Byron – *Socialists and European Integration*. p. 6; DREYFUS, Michel – Ob. cit. p. 44, 45.

¹²⁸ O SPD vai constituir uma estrutura bem organizada, administrada e hierarquizada ao nível da organização operária, criando redes de associações, cooperativas e sindicatos, que fortalecerão o partido. Com esta forma de atuação, os apelos à revolução tornar-se-ão inúteis. O SPD aparecerá cada vez mais como modelo na II Internacional. Michel Dreyfus - Ob. cit. p. 22-25.

internacionalismo, como é que agora vai enquadrar esse internacionalismo num estado-nação que mostrava as suas potencialidades políticas?

b) Um internacionalismo no quadro do estado-nação

O revisionismo da social-democracia traz também uma nova conceção de internacionalismo. A “os operários não têm pátria”, como ecoava o Manifesto Comunista, opor-se-ia o patriotismo social-democrata. Para a dialética marxista, a questão nacional não era ponderável. Tudo se explicava com a dinâmica capitalista uniformizadora, que oprimia da mesma forma independentemente do estado onde residia. Por isso, a luta proletária não se confinaria às fronteiras nacionais. A nação não será preponderante para a organização da humanidade, pois a ação cavalgada do capitalismo torna insignificante a divisão entre nações perante a separação dual exploradores/explorados. Daí que a luta do proletariado tenha de ser internacional, para ser plena. “Operários de todo o mundo, uni-vos” é o apelo. E é neste sentido que vai a ação inicial para as bases programáticas da II Internacional, promovendo-se o estudo sobre legislação internacional do trabalho ou apelando à greve geral internacional como forma de luta contra a guerra, vista também como efeito do capitalismo¹²⁹.

Ora, a social-democracia, no quadro da sua argumentação democrática para atingir os objetivos socialistas, desenvolverá uma nova aceção de internacionalismo socialista. Pois se havia que aproveitar as instituições políticas do estado-nação para a implementação de uma economia socialista, a nação importa. Otto Bauer, social-democrata austríaco, vem dizer que a nação é um elemento diferencial da luta operária. Refletindo sobre a questão das nacionalidades no Império Austro-húngaro, Otto refuta o automatismo inerente ao materialismo histórico marxista, para demonstrar que as nações são partilhas de destino, resultantes de experiências semelhantes e de uma cultura comum, que constroem uma espécie de “comunidades de carácter”. Tal como o sentimento de classe, que também gera “comunidades de carácter”. A luta socialista deve ser a síntese das duas¹³⁰.

Embora numa abordagem menos sociológica e mais política, também Bernstein contesta a perspetiva científica do marxismo. Ao valorizar o contexto nacional e as oportunidades que as instituições políticas estatais dão aos partidos para implementação de reformas sociais, está a centrar o estado-nação como ponto de partida para o socialismo. Não é que os reformistas recusem o internacionalismo como objetivo do socialismo, mas lá se chegará, nação a nação. Para Jaurès, o estado é uma representação de todas as classes sociais

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 19. DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] cit. p. 30, 31.

¹³⁰ DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] cit. p. 24.

e é no seu enquadramento que o proletariado deve lutar por ter representação política, num sistema de sufrágio universal. “Cette transformation nationale et internationale des patries n’est possible que si chacun des hommes qui portent en eux l’idée nouvelle agit dans sa patrie.”¹³¹ Estamos, assim, perante um internacionalismo que será uma sucessão de experiências nacionais, que será gradualmente atingido.

Na transição do século XIX para o XX, o estado-nação comprovava as suas potencialidades democráticas e emerge como força conceptual na transformação da ideologia socialista. Para os revisionistas, as questões morais, religiosas, sociais e políticas contam como resposta ao fenómeno económico. Cada comunidade nacional criará as suas condições mais apropriadas para a implementação do socialismo. Ora, se o internacionalismo é a apologia do socialismo e um conector entre este e o europeísmo, podemos adivinhar, com a consolidação da social-democracia nos sistemas políticos europeus durante o século XX, diferenças quanto à forma de implementar o tal internacionalismo europeu que será crescentemente reivindicado.

Na opinião de Byron Criddle, a noção revisionista tornou a social-democracia muito mais compatível com a ideia de europeísmo do que o comunismo¹³². Concordamos. Mas não será esta uma compatibilidade fragmentada? Quer-se dizer, a centralidade que o estado-nação vem assumir na definição das políticas sociais-democratas não acarretará a discórdia de interesses e heterogeneidade de propostas europeístas? Mais, continua Criddle, o espírito pragmático e gradual do revisionismo socialista tornou também os seus defensores mais tolerantes com as etapas e dispostos a aceitar as limitações relativas à concretização dos seus objetivos. Concordamos. Mas vemos nesta qualidade também um defeito. Não poderá este espírito pragmático social-democrata vir a ser demasiado complacente com o adiamento da construção europeia e, concretamente, de uma Europa social, que seria ícone da sua ideologia internacionalista?

Com estas questões lançadas, temos uma fundamentação parcial do particular interesse do estudo dos partidos socialistas para a integração europeia. Se é certo que a construção europeia é atribuída aos democratas-cristãos, por as elites de governo dos países que deram início às CE pertencerem maioritariamente a esta família política, também certo é que o socialismo esteve na base do desenvolvimento da ideia contemporânea de unidade europeia e se envolveu ideologicamente no seu lançamento após a IIGM. Além de que

¹³¹ JAURÈS, Jean - *L’armée nouvelle*. Collection 10-18. 1969. p. 273-74. Cit. in DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l’Intégration Européenne* [...] cit. p. 28.

¹³² *Socialists and European Integration*. p. 7.

encontramos socialistas, como Altiero Spinelli¹³³ e Paul-Henri Spaak, ligados ao nascimento das Comunidades e ao europeísmo durante a resistência antifascista¹³⁴. E mesmo que a esquerda europeia não tenha predominado nos executivos que iniciaram as Comunidades, ela teve de responder ao projeto. A um projeto que seguia tendências económicas liberais, contrárias ao legado ideológico social-democrata.

Como atrás já defendemos, o interesse do estudo da construção europeia está disperso pela sua multiplicidade de atores políticos. Interessa-nos também contribuir particularmente para o estudo da diferenciação dos posicionamentos sociais-democratas relativamente à construção europeia, onde o contexto nacional e as matrizes desta corrente política aqui explanadas serão ponderações essenciais para retirar conclusões fundadas.

2.3 Os partidos socialistas ibéricos e a integração europeia – a importância da ideia e do contexto para evitar a confusão e a subestimação

Ficou anteriormente expresso como a cisão da social-democracia do socialismo totalitário se baseou na valorização dos sistemas democráticos ocidentais como o meio para a implementação do socialismo, o que implica a valorização do espaço político do estado-nação. Leva-nos isto a outra conclusão. Estamos perante uma social-democracia com uma raiz ideológica comum, mas com variáveis que a história e o contexto geográfico e político dos estados-nação se encarregaram de acentuar.

Ora, mesmo sem um estudo profundo, podemos já encontrar diferenciações nos partidos socialistas ibéricos relativamente aos seus congéneres. O PSOE foi constituído em 1888, época contemporânea à dos congéneres europeus, mas o atual PS foi criado em 1973, com cerca de 100 anos de diferença. Enquanto a maioria dos partidos sociais-democratas da Europa puderam beneficiar dos sistemas democráticos após a IIGM, com um estado-nação propiciador para a implementação do Estado Providência, os socialistas ibéricos resistiam às ditaduras, perante um Portugal e Espanha com regimes económicos desfasados do padrão europeu. Enquanto a maioria dos sociais-democratas se pôde envolver na discussão sobre o

¹³³ Resistente ao fascismo italiano, preso de 1927 a 1943, Spinnelli, inicialmente afeto ao Partido Comunista Italiano, crítico sobre o rumo de Moscovo, abandona o partido para se juntar aos socialistas. BOSSUAT, Gérard - *Les fondateurs de l'Europe*. p. 114.

¹³⁴ MURRAY, Philomena – “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity.” In MURRAY, Philomena; RICH, Paul (ed.) - *Visions of European Unity*. p. 161. Sobre o papel de Paul-Henri Spaak na criação das CE, ver: GOMES, António Júlio L. F. - *Os pais fundadores da Comunidade Europeia*. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 123-134.

projeto europeu e nas múltiplas iniciativas para a sua concretização, os ibéricos acompanhavam a informação a que lhes era possível aceder, no exílio ou fintando a censura, envolvendo-se apenas parcialmente e à distância na movimentação política para uma união europeia. Quando os estados-membros da CEE negociavam as disposições para assinar o AUE, a primeira reforma ao tratado fundador, completando o MC com a extensão da liberdade de circulação de produtos aos serviços, capitais e pessoas, os partidos socialistas ibéricos terminavam as conturbadas negociações para a adesão. Enquanto os outros estados-membros assinavam o AUE enquanto negociadores dos seus princípios, os países ibéricos assinavam como meros espectadores das negociações intergovernamentais. Todos estes desfasamentos cronológicos e de contexto, só por si, já nos levam a denunciar uma influência na receção que os partidos socialistas ibéricos farão à integração europeia e a sua relevância para um estudo integrado da social-democracia europeia no âmbito dos Estudos Europeus.

É ponto assente na literatura científica que a social-democracia europeia tem tido uma resposta muito diversa relativamente à integração europeia. Alguns partidos favorecem a ideia no período entre-guerras, outros não. A questão do internacionalismo é ambígua¹³⁵, como ambígua também tem sido a sua resposta aos diferentes paradigmas da política comunitária. Tal heterogeneidade tem resultado na falta de uma resposta coesa e uma dos socialistas aos desafios europeus. Observa-se, ainda, a tendência, desde logo pelo tratamento de Bruxelas sobre o processo de adesão, para uniformizar a abordagem do segundo alargamento, como se de um só processo se tratasse. O facto de ser feito aos países do mediterrâneo, com um percurso político ditatorial e algumas características estruturais em comum¹³⁶, tende-se também a homogeneizar as abordagens académicas, apesar de surgirem, no âmbito da história e economia, meritosos trabalhos contributivos para a compreensão das especificidades nacionais dos processos de adesão. Continua a faltar, contudo, mais investigação acerca do posicionamento dos países através dos seus diversos atores políticos.

A presente investigação vem contribuir para colmatar essa carência, aprofundando os estudos sobre Portugal e Espanha e a integração europeia através do estudo do socialismo ibérico. O PS e o PSOE têm sido alvo de alguns estudos fragmentados¹³⁷ nesta perspetiva,

¹³⁵ Com um nacionalismo latente, manifesto em determinadas ocasiões da construção europeia. Cf. MURRAY, Philomena - "Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity". p. 159-161. FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. Oxford: Manchester University Press, 1988. p. 1-3.

¹³⁶ Para uma breve abordagem sobre semelhanças e diferenças estruturais, ver.: PAYNO, Juan Antonio - "The second enlargement from the perspective of the new members." In SAMPEDRO, José Luís; PAYNO, Juan Antonio (ed.) - *The Enlargement of the European Community: case studies of Greece, Portugal and Spain*. London: The Macmillan Press Ltd, 1983. p. 1-24.

¹³⁷ Dizemos individualizados, pois estamos aqui a excluir a investigação na área de ciência política onde se incluem os respetivos partidos em abordagens conjuntas com outras formações partidárias europeias face à UE

embora, no caso português, a investigação até agora seja muito diminuta, enquanto no espanhol está mais desenvolvida. Em relação ao PS, existem, sobretudo, abordagens que envolvem o estudo sobre a relação política e intelectual de personalidades socialistas com a Europa ou sobre a história do partido, que toca, em alguns aspetos, em questões europeias¹³⁸. Relativamente ao PSOE, existe mais literatura, mas fragmentada cronologicamente, circunscrita a curtos períodos ou fases da vida política do país, assim como a um leque circunscrito de fontes¹³⁹.

e/ou políticas europeias. Estes trabalhos têm geralmente como base análises quantitativas ou qualitativas a programas partidários ou inquéritos a elementos dos partidos, pretendendo, através disso, medir e qualificar os posicionamentos dos partidos em termos comparativos europeus. No próximo capítulo, falaremos com mais pormenor destes estudos.

¹³⁸ Apresenta-se um levantamento de trabalhos, cujo objetivo principal é estudar o posicionamento do partido face à integração europeia: SEBASTIÃO, Dina - “Mário Soares e a Europa – pensamento e ação”. Diss. Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010 [Em linha]. [Consult. 05.02.2016]. Disponível em WWW < <http://hdl.handle.net/10316/18136> >; SEBASTIÃO, Dina - “Socialistas ibéricos e a unidade europeia no pós-guerra (1945-1974)”. *Revista Portuguesa de História*. Nº 45 (2014) p. 325-352 [Em linha]. [Consult. 05.02.2016] DOI: [10.14195/0870-4147_45_14](https://doi.org/10.14195/0870-4147_45_14) (este aborda também o caso do PSOE); SEBASTIÃO, Dina - “Mário Soares e a Europa: retaguarda e horizonte”. *Debater a Europa*. Nº 11 (2014) p. 211-239 [Em linha]. [Consult. 05.02.2016]. DOI: [10.14195/1647-6336_11_12](https://doi.org/10.14195/1647-6336_11_12) ; LOBO, Marina Costa; MAGALHÃES, Pedro C. – “From ‘third wave’ to ‘third way’: Europe and the Portuguese Socialists (1975-1999)”. *Journal of Southern Europe and the Balkans*. Nº 1, vol. 3 (2001) p. 25-35 [Em linha]. [Consult. 09.04.2016]. DOI: [10.1080/14613190120050458](https://doi.org/10.1080/14613190120050458); MAGONE, José – “The internationalization of the Portuguese Socialist Party”. *Perspectives on European Politics and Society*. Nº 6:3 (2005) p. 491-516. Levantamento de estudos com outro objetivo principal, mas que em algum capítulo ou parte afloram a relação do partido com a Europa/integração europeia: SEBASTIÃO, Dina – “Cultural iberism, hostage of the ideal and reality. An analysis of the Iberian socialist’s discourse. In STOICA, Alina; HORGÁ, Ioan (et al.) (ed.) - *Cultural and Paradiplomatic Identity: instruments in sustaining EU policies*. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2016. p. 270-294; SABLOSKY, Juliet - *PS e a transição para a democracia*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000; ALVAREZ-MIRANDA, Berta - *El Sur de Europa y la adhesión a la Comunidad – los debates políticos*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1996 (este aborda também o caso do PSOE); CASTAÑO, David - *Mário Soares e a Revolução*. Alfragide: Dom Quixote, 2012; CASTAÑO, David - “A practical test in the détente: international support for the Socialist Party in the Portuguese Revolution (1974-75)”. *Cold War History*. Nº 15:1 (2014) p. 1-26 [Em linha]. [Consult. 09.04.2016]. Disponível em WWW < <http://dx.doi.org/10.1080/14682745.2014.932349> >. BARROSO, Durão - *Le système politique portugais face à l’intégration européenne – parties politiques et opinion publique*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais, 1983; SANCHES, Edalina Rodrigues; PEREIRA, José Santana – “Which Europe do the Portuguese parties want? Identity, representation and scope of governance in the Portuguese euromanifestos (1987-2004)”. *Perspectives on European Politics and Society*. Nº2 vol. 11 (2010) p. 183-200. SOARES, António Goucha – “Portugal and the European Union: the ups and downs in 20 years of membership”. *Perspectives on European Politics and Society*. Nº 4 vol. 8 (2007) p. 460-475; FREIRE, André – “A new era in democratic Portugal? The 2009 European, legislative and local elections.” *Southern European Society and Politics*. Nº 15:4 (2011) p. 593-613 [Em linha]. [Consult. 09.04.2016]. Disponível em WWW < <http://dx.doi.org/10.1080/13608746.2010.521637> > .

¹³⁹ Levantamento de trabalhos com o objetivo direto de estudar o posicionamento do PSOE face à integração europeia: LUXÁN, Adolfo de; PUERTA, Alonso J. (ed.) - *El socialismo español en el exilio y la construcción europea*. Madrid, Fundación Acción Socialista Europea, Fundación Indalecio Prieto, 2003; MATEOS, Adbón - “Europa en la política de presencia internacional del socialismo español en el exilio.” *Espacio, Tiempo y Forma*. Nº 2 (1989) p. 339-358; KENNEDY, Paul - “Spain’s ‘Third Way’: the Spanish Socialist Party’s utilization of European integration.” *Journal of Southern Europe and the Balkans Online*. Nº 3:1 (2001) p. 49-59 [Em linha]. [Consult. 10.09.2015] Disponível em WWW < <http://dx.doi.org/10.1080/14613190120050476> >. Exemplos de estudos que afloram o tema de forma mais superficial e indireta: ANAYA, Pilar Ortuño - *Los socialistas europeos y la transición española (1959-1977)*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2005 (na perspetiva europeia, esta publicação aborda apenas as relações do PSOE com a Internacional Socialista e os partidos a ela afetos); PARDO, Ramon Pacheco - “EU membership and the Europeanization of Spanish political

Registamos, em ambos os casos, a necessidade de: por um lado, realizar uma abordagem de investigação integrada no tempo, que estude os partidos ao longo de um largo período cronológico, que abarque etapas decisivas na vida política dos respetivos países e da construção europeia; por outro, um estudo cuja análise se estruture a partir de um conjunto diversificado de fontes documentais, de modo a contextualizar e aprofundar declarações e conteúdos que só em confrontação documental resultam mais sustentados e esclarecedores; e ainda de uma análise que tenha em particular conta a diferenciação entre ideia de unidade europeia e a atuação partidária. Com esta abordagem, tentar-se-á evitar os equívocos de alguns estudos que, mais no âmbito restrito da ciência política, têm padronizado as análises, podendo levar a uma descontextualização e subestimação de alguns posicionamentos. No capítulo seguinte, esclareceremos melhor como a metodologia a adotar contribuirá para este propósito.

3. Da pertinência dos objetivos e da metodologia de investigação adotada

A abordagem do estudo aqui proposta é multidisciplinar, como aliás é a essência dos Estudos Europeus. Considera em a ciência política (com realce para a multidisciplinaridade que esta já por si integra, desde a filosofia política, a história política, análise de políticas públicas, a política comparada, as relações internacionais...), mas tendo como especial ponto de enquadramento a perspetiva histórica dos acontecimentos, que trará uma dimensão contextual imprescindível para um entendimento integrado e mais fundamentado dos posicionamentos e discursos dos partidos políticos em questão. Consideram-se ainda nesta investigação algumas abordagens à economia e filosofia políticas. Para fundamentar a abordagem e metodologia desta investigação, é pertinente estabelecer previamente o estado da arte da literatura científica sobre os partidos políticos no âmbito dos Estudos Europeus, o que faremos de seguida.

parties.” *International Journal of Iberian Studies*. Nº 25/1 (2012) p. 3-19; NAVARRO, Miguel Ángel Quintanilla - “Los partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea.” *Revista de Estudios Políticos*. Nº 108 (2000) p. 307-323. NAVARRO, Miguel Ángel Q. - *La integración europea y el sistema político español*. Madrid: Publicación del Congreso de los Diputados, 2001; AVILÉS, Juan - “España y la integración europea: partidos y opinión pública, 1977-2004.” *Espacio, Tiempo y Forma*. Nº16 (2004) p. 409-423; RODRIGO, Fernando - “Reshaping the Union: Spain and the development of cohesion.” *Pôle Sud*. Nº 26 (2007/1) p. 9-18 [Em linha]. [Consult. 05.02.2016]. Disponível em WWW < <http://www.cairn.info/revue-pole-sud-2007-1-page-9.htm> >.

3.1 A ciência política e o *boom* na investigação sobre os partidos e a integração europeia

Como já se referiu, os partidos políticos não foram um campo de interesse dos estudos da integração europeia desde os seus inícios. Algumas abordagens iniciais partiram de domínios da história ou filosofia políticas, mais entre a literatura francófona. As eleições diretas para o PE despertaram um dos campos de investigação na área, o da *transnacionalização de partidos*¹⁴⁰. É com os avanços da construção europeia, particularmente a partir de meados da década de 80, mas decisivamente a partir da de 90, que se dá o *boom* do interesse científico nos partidos no âmbito dos Estudos Europeus. A tendência coincide com o ganho de espaço da ciência política como domínio de investigação sobre a UE e pela perceção da incapacidade das Relações Internacionais de, por si só, explicar as idiossincrasias políticas da Europa. A governança multiníveis, que preconiza a União como um sistema político, fazedora de políticas públicas, dá fundamento ao interesse pela investigação dos partidos nacionais. Simon Hix tem sido um expoente desta abordagem¹⁴¹. É neste contexto que outra perspetiva de estudo ganha força: os partidos devem ser nacionalmente considerados, independentemente do fenómeno da transnacionalização. Consolida-se assim a tendência de investigação sobre a *europeização* dos partidos políticos, na qual a literatura anglo-saxónica predomina.

a) Quantificação e qualificação da europeização dos partidos nacionais – a UE como indutora do défice democrático nos partidos

Europeização significa o fenómeno de adaptação e modelação das diversas instituições e atores nacionais ao sistema político da UE. Ou, dito de forma oposta, o nível de influência que a UE tem nos elementos constitutivos dos sistemas políticos nacionais. Aplicada aos

¹⁴⁰ Englobando isto a formação de confederações europeias de partidos e de grupos políticos no PE. Como exemplo, temos os seguintes estudos: HENIG, Stanley - *Political Parties in the European Union*. London: George Allen and Unwin, 1979; PRIDHAM, Geoffrey; PRIDHAM, Pippa - *Transnational Party Cooperation and European Integration*. London: George Allen and Unwin, 1981. Cf. LADRECH, Robert - "Europeanization and political parties. Towards a framework for analysis." *Party Politics*. Nº 8:4 (2002) p. 390. Outros exemplos de trabalhos mais tardios, ainda no âmbito da transnacionalização de partidos: BELL, David S.; LORD, Christopher - *Transnational Parties in the European Union*. Hampshire: Ashgate, 1998. HIX, Simon; LORD, Christopher - *Political Parties in the European Union*. London: Macmillan, 1997. E, ainda mais recentemente: KREPPPEL, Amie - *The European Parliament and Supranational Party System*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Além destes exemplos, encontram-se abordagens à transnacionalização dos partidos políticos em diversas publicações de âmbito mais lato, sobre o sistema político da UE, assim como em diversos artigos publicados em revistas científicas da área.

¹⁴¹ *Political Parties in the European Union* é uma compilação dos estudos no âmbito dessa abordagem.

partidos, a europeização tem sido estudada sob diversas perspectivas, que Robert Ladrech propõe sistematizar em cinco áreas: 1) a alteração programática dos partidos, 2) a alteração orgânica; 3) a influência nos padrões de competição partidária; 4) as relações partido-governo; 5) e as relações para além do sistema partidário nacional¹⁴². O mesmo autor dá-nos, numa das suas publicações, diversos exemplos de estudos que se enquadram em cada uma das áreas¹⁴³.

Não se pretendendo fazer uma análise exaustiva das publicações feitas com base nestas perspectivas de análise, mencionaremos algumas cujas conclusões poderão ser pertinentes para considerar na nossa investigação. Não as vamos apresentar segundo o critério de categorização anteriormente feito, pois algumas perspectivas de estudo estão demasiado interligadas, parecendo-nos que um tratamento conjunto das mesmas – da 1 e 3, da 2 e 4 – resulta mais esclarecedor. Expõe-se, assim, uma sistematização das principais conclusões em diferentes abordagens de algumas publicações:

- Quanto ao ponto 5), que trata as relações para além do sistema partidário nacional, encontramos publicações que apontam para o incremento da transnacionalização de partidos através da consolidação dos grupos políticos no PE. Embora a tendência não seja linear em todas as áreas e tipos de votação parlamentar, pode concluir-se que à medida que aumenta a influência política do PE, que aumentam os seus poderes, cresce a motivação para que os seus membros constituam organizações partidárias mais fortes para competir e atingir objetivos políticos¹⁴⁴. Outras publicações observam a relação entre os eurodeputados e as estruturas dos seus partidos nacionais, concluindo que existe uma relativa independência daqueles no processo legislativo europeu relativamente ao partido nacional, conseqüente da falta de estratégias partidárias internas de coordenação de trabalho, o que pode favorecer a coesão dos grupos no PE¹⁴⁵. Conclui-se, também, que os eurodeputados tendem a ser mais pró-integracionistas do que o restante partido e cidadãos eleitores. Outras investigações dedicam-se a perceber o quão eficaz é a transnacionalização dos partidos na prossecução dos objetivos partidários nacionais, para concluir que a heterogeneidade nacional e complexidade comunitária remete para os partidos nacionais o derradeiro papel político na decisão¹⁴⁶.

¹⁴² LADRECH, Robert - "Europeanization and political parties. Towards a framework for analysis". p. 396-399.

¹⁴³ "Europeanization and political parties." *Living Reviews in European governance*. p. 10.

¹⁴⁴ Cf. HIX, Simon – "The party system in the European Parliament: collusive or competitive?" KREPPEL, Amie - *The European Parliament and Supranational Party System*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Esta obra é outro exemplo de um estudo mais aprofundado sobre como a evolução do PE pode contribuir para a formação dos grupos políticos e normalização da transnacionalização dos partidos nacionais.

¹⁴⁵ Contudo, estas conclusões não podem ser generalizadas, registando-se diferenças entre países e partidos, como indica o estudo de RAUNIO, Tapio – "Losing Independence or finally gaining recognition?"

¹⁴⁶ THORLAKSON, Lori – "Federalism and the European Party System."

- No âmbito 2) e 4), tem-se tentado perceber se as dinâmicas da UE têm implicado alterações orgânicas nos partidos. Conclui-se que os mesmos, na sua relação com a UE, formam elites com capacidade de autonomia, por exemplo, os membros do COREPER ou os eurodeputados. Por outro lado, os elementos partidários enquanto chefes de ou membros de governo, por inerência das funções que assumem no sistema político da UE, reforçam a sua capacidade autónoma de decisão em questões europeias, relativamente ao partido. Mais. A participação em governo é significativa para influenciar o posicionamento do partido sobre a UE, com tendência, embora não uniforme, para uma maior favorabilidade quando o partido está no governo¹⁴⁷. O fenómeno gera a constituição de especialistas dos partidos em assuntos europeus, que, a par da complexidade da UE, pode colocar em causa o sentido tradicional de ideologização dos partidos das bases para o topo da hierarquia, para se gerar uma fluência ao contrário - *top-down*, do topo para a base¹⁴⁸. Assim, a influência partidária na UE tende a ser feita apenas por alguns membros do partido, que participam no sistema político europeu (as consideradas elites) e não pelo partido em si, que internamente, devido à complexidade comunitária, já tem fraca propensão para discutir as questões europeias¹⁴⁹. O trabalho de Tapio Raunio acrescenta a conclusão de que o sistema político da UE exerce um papel de centralização da tomada de decisão, contribuindo para o reforço da autonomia dos líderes partidários, com consequências na evolução dos partidos para estruturas cada vez mais centralizadas¹⁵⁰. Este panorama vem, assim, contribuir para incrementar o défice democrático da UE, não originado apenas pelas más formações institucionais comunitárias, mas também pelo défice democrático existente no interior dos próprios partidos¹⁵¹ (que a própria dinâmica comunitária promove – um ciclo vicioso).
- Relativamente aos pontos 1) e 3), alteração programática dos partidos e influência nos padrões de competição partidária, o assunto parece bastante complexo e exige uma maior

¹⁴⁷ HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?” *Comparative Political Studies*. Nº 8 vol. 35 (2002) p. 970; FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. p. 318-333.

¹⁴⁸ Cf. LADRECH, Robert – “National parties and European governance: The consequences of missing action”; LADRECH, Robert – “Europeanization and national party organization: limited but appropriate adaptation?” In POGUNTKE, Thomas (et al.) - *The Europeanization of National Political Parties*. p. 211-229.

¹⁴⁹ A falta de apetência resulta de várias causas, como: a) tendência das lideranças para evitar assuntos complexos e incómodos – principalmente quando estas são simultaneamente membros de governo; b) regras de organização interna que dificultam a discussão dos assuntos pelas bases; c) persistência da crença de que a UE é assunto de política externa. LADRECH, Robert – “National political parties and European governance: the consequences of ‘missing in action’.” p. 954.

¹⁵⁰ “Why European integration increases leadership autonomy within political parties.”

¹⁵¹ Robert Ladrech conclui que os estudos sobre a politização da UE devem ter em consideração o papel dos partidos, para perceber de que modo estão de facto a envolver-se nos assuntos europeus e a reorganizar-se internamente de modo a serem mais eficazes para responder aos desafios políticos e de exercício de funções partidárias que a própria UE coloca. O autor conclui que os estudos sobre o défice democrático da UE têm ignorado a responsabilidade dos partidos. LADRECH, Robert – “National Parties and European Governance: The Consequences of Missing Action.” p. 956-958.

reflexão da nossa parte, até porque, esta perspectiva será alvo de atenção especial na análise a realizar no nosso trabalho. Neste âmbito, têm sido feitos estudos em termos do impacto da integração europeia nos programas partidários. Distinguem-se trabalhos que analisam o impacto em termos quantitativo¹⁵² e qualitativo, mas existem discordâncias sobre se existe um impacto preciso da UE nas estratégias de competição política partidária¹⁵³. As diferenças deverão estar relacionadas com os contextos nacionais. A investigação de Ramon Pacheco Pardo¹⁵⁴ concluiu que os partidos espanhóis PSOE e PP parecem mais europeizados (i.e. fazem mais referências à UE e a políticas europeias e de forma positiva) nos programas partidários do que os congêneres europeus, além de serem mais pró-integracionistas, o que pode traduzir uma resposta à tendência da opinião pública.

Outra variável de estudo é a aferição sobre o impacto da UE nos partidos em termos ideológicos. Investigações, como a de Mair¹⁵⁵, defendem que o processo de integração diminui o impacto político-ideológico do discurso e da competição partidária. Estando os eleitores, extensão dos seus partidos, alheios aos assuntos europeus, estes não se tornam temas privilegiados de debate e campanha. Já o trabalho de Han Dorussen e Kyriaky Nanou vem argumentar que a UE tem incutido a redução da variedade de políticas governamentais e levado a uma convergência de programas partidários. Apesar da crescente politização dos assuntos europeus, observa-se também uma tendência de despolarização doméstica, por exemplo, pela ausência da UE nos programas eleitorais, devido ao incómodo que trará ao

¹⁵² Quanto mais cedo os países se tornam membros da UE, mais cedo os partidos fazem referência a assuntos comunitários nos seus programas eleitorais, havendo áreas mais demonstrativas de europeização dos programas do que outras, como a economia ou relações exteriores. Porém, uma outra conclusão é que os manifestos eleitorais não expressam em proporção a realidade de influência da UE na política doméstica. PENNING, Paul – “An empirical analysis of the europeanization of national party manifestos, 1960-2003.” *European Union Politics*. Vol 7 (2), 2006. p. 257-270. Contudo, os estudos indicam dificuldade em retirar uma conclusão única, que reflita uma tendência geral sobre a saliência dos assuntos europeus nos programas eleitorais. Se o assunto não é importante para o eleitorado, não é mencionado ou é pouco mencionado, mas se tem importância, terá saliência. Se há divergências internas no partido quanto ao assunto, também se tenderá a ignorá-lo. A saliência dos assuntos da UE pode variar ao longo do tempo, com épocas em que é mais ou menos evidenciada. Alguns partidos menosprezam as questões europeias porque são polémicas, enquanto o objetivo de um partido chegar ao governo é um fator de contenção da saliência dos assuntos europeus. Verifica-se, assim, que as conclusões são diversas e não há linearidade de tendências na saliência que os partidos dão aos temas da UE. Entre as várias conclusões, a mais certa indica que a saliência da UE não é determinada apenas pelo fator externo – a própria UE, mas pelo contexto interno do país e da competição partidária. STEENBERGEN, Marco R.; SCOTT, David J. – “Contesting Europe? The salience of European integration as a party issue.” In MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. – *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 165-192.

¹⁵³ DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki – Ob. cit. p. 238.

¹⁵⁴ “EU membership and the Europeanization of Spanish political parties.” *International Journal of Iberian Studies*. Vol 25:1 (2012) p. 3-19.

¹⁵⁵ MAIOR, Peter - “The limited impact of Europe on national party systems.” In HIX, Simon; GOETZ, Klaus H. (ed.) - *Europeanised Politics? European System and National Political Systems*. London: Frank Cass, 2000. Cit. in DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki – Ob. cit. p. 238.

partido se este vier a ser governo. Reina o pragmatismo. Os partidos tendem a ignorar algumas políticas ou ideologias que possam vir a ser contrariadas por compromissos que venham a ser assumidos com a UE. Mesmo no caso de assuntos relacionados com a atividade reguladora europeia - que pode despertar um posicionamento esquerda/direita - que estão na agenda política, regista-se uma convergência programática, nomeadamente entre partidos com potencialidade de ser governo¹⁵⁶.

Dorussen e Nanou concluem ainda que a existência de partidos eurocéticos no sistema doméstico pode aumentar a capacidade de reivindicação negocial dos governos no Conselho, ao mesmo tempo que o modelo de negociação intergovernamental ou a grave ameaça de interesses nacionais pode levar à convergência partidária nacional¹⁵⁷, o que tem repercussões na qualidade do debate político europeu e, obviamente, na democracia¹⁵⁸. Este âmbito de análise, sobre a influência que a ideologia têm no posicionamento dos partidos face à UE, à medida que os seus domínios foram ficando cada vez mais politizados, merece-nos uma especial reflexão, nomeadamente pela aplicação da teoria das clivagens a diversas análises.

Como resultado deste âmbito de investigação, nos últimos anos, particularmente a partir de 2000, tem sido produzida uma série de publicações compiladoras de diferentes abordagens à europeização dos partidos políticos.¹⁵⁹

3.2 A reivindicação das clivagens: potencialidades e fragilidades de modelos de análise padronizadores dos partidos políticos

Tradicionalmente, o estudo dos partidos políticos tem sido feito dentro do paradigma do estado-nação, valorizando o seu papel de representatividade popular para a legitimação democrática das instituições e para a feitura das políticas públicas. O surgimento da CEE,

¹⁵⁶ Sendo que nos partidos com menos potencialidades de governação, observa-se um posicionamento de diferenciação, assumindo orientações mais radicais e críticas relativamente à UE. DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki – Ob. cit. p. 239.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 243-252.

¹⁵⁸ “[T]e results suggest that it is possible to attribute such convergence, at least partly, to the logic of bargaining models. (...) [T]e process of European integration influences the policy options that political parties advocate in the various European countries. So far, the evidence clearly points towards less divergence of policy options, with obvious implications for the quality of democratic debate in Europe.” *Idem, ibidem*, p. 252.

¹⁵⁹ São exemplo: POGUNTKE, Thomas (et al.) (ed.) - *The Europeanization of National Political Parties*. London, New York: Routledge, 2007; KATZ, Richard S., WESSELS, Bernhard (ed.) - *The European Parliament, the National Parliaments and European Integration*. Oxford: Oxford University Press, 1999; LUTHER, Kurt Richard; MULLER-ROMMEL, Ferdinand (ed.) - *Political Parties in the New Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2009; PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de – Ob. cit., GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*. MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.) – *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

enquanto modelo original de organização internacional veio desafiar os cânones clássicos em que os partidos se encontravam inseridos, abrindo uma nova dimensão de competição partidária, a de supranacionalidade/intergovernamentalismo. Porém, o aprofundamento comunitário, que chamou para si a realização de políticas públicas e de um papel regulador, levou a investigação científica, nomeadamente no âmbito da política comparada, a buscar a clássica dimensão ideológica esquerda/direita, aplicada ao contexto de competição partidária do estado-nação, para a adaptar ao estudo dos comportamentos dos partidos nacionais face às políticas europeias. Porque nos interessa particularmente esta perspetiva de análise comparada para a prossecução da nossa investigação, vamos deter-nos um pouco sobre a sua compreensão.

a) Cruzamento de clivagens à medida das especificidades da UE

Estudos no âmbito da política comparada vieram argumentar que a evolução da UE como sistema político multiníveis veio proporcionar aos partidos a possibilidade de encaixarem os assuntos europeus nas agendas tradicionais ligadas à sua matriz ideológica. Refutam assim que a competição política sobre os assuntos europeus se enquadre apenas na dimensão intergovernamental/supranacional, clamada pelo realismo das Relações Internacionais, defensor de que os posicionamentos partidários são sobretudo motivados pelos interesses nacionais, manifestos na favorabilidade/desfavorabilidade em transferir soberania¹⁶⁰. Autores da ciência política, como Simon Hix e Christopher Lord, George Tsebelis e Geoffrey Garrett e Liesbet Hooghe e Gary Marks¹⁶¹ vêm reivindicar a aplicação da dimensão esquerda/direita aos assuntos europeus, tendo como base a clássica teoria das clivagens, definida por Rokkan e Lipset.

Estes dois autores identificam, nas alterações estruturais das sociedades, como as revoluções nacionais, a reforma protestante e a revolução industrial, a fundação do aparecimento de clivagens sociais¹⁶². Para Stein Rokkan, a Europa foi atravessada por três revoluções sucessivas, a nacional, a industrial e a internacional. A primeira originou as clivagens igreja/estado e centro/periferia; a segunda as clivagens proprietários/trabalhadores e setor primário/secundário/terciário; e a terceira fragmentou a esquerda entre partidos comunistas e não comunistas. Estas clivagens resultaram no aparecimento de diversas

¹⁶⁰ MARKS, Gary; WILSON, Carole J.; RAY, Leonard – “National political parties and European integration.” *American Journal of Political Science*. Vol. 46 Nº 3 (2002) p. 586-587.

¹⁶¹ MARKS, Gary, STEENBERGEN, Marco (ed.) - Ob. cit. p. 4-10.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 2.

famílias políticas, nas quais se enquadram os partidos que foram surgindo na Europa¹⁶³ e que se diferenciam no essencial pela dualidade ideológica esquerda/direita.

Estando ou não a teoria das clivagens em decadência¹⁶⁴, é indiscutível, argumentam os cientistas políticos da UE, que continua a verificar-se uma continuidade da dimensão esquerda/direita nos partidos. Com a consolidação da prática multiníveis da UE, os estudos comparatistas vêm defender que a dimensão de soberania (supranacionalidade/intergovernamentalidade) é insuficiente para justificar a contestação política e acrescentam-lhe a clássica divisão esquerda/direita. A raiz ideológica dos partidos é uma “ferramenta” de identidade importante para captar eleitorado e ser-lhes-ia prejudicial abdicar dela. Argumentam ainda que as novas áreas políticas sob alçada da UE, nomeadamente a sua vertente de *Estado regulador*, prestam-se ao enquadramento nessa clássica dimensão.

Assim, a continuidade de estudos nesta área pretende articular o paradigma ideológico esquerda/direita com o tradicional de integração europeia (intergovernamentalidade/supranacionalidade). Nesta intenção, enquadram-se as tentativas de definição de modelos sobre as formas de contestação política relativa à UE, identificando-se, quatro principais, usados em diversos estudos no âmbito da ciência política. São eles¹⁶⁵:

- *1. Modelo das Relações Internacionais*

Sustenta que a contestação se exerce apenas pela defesa de mais ou menos integração, ou seja, anda à volta do binómio supranacionalidade *versus* intergovernamentalidade. Segundo este modelo, são os interesses na internacionalização da política doméstica que levam à necessidade de mais ou menos integração, sendo que a utilidade da integração económica é que ditará a necessidade de mais interação política. Como se vê, o modelo emerge da lógica neofuncionalista, não considerando a influência ideológica esquerda ou direita como relevante.

- *2. Modelo Hix-Lord – duas dimensões de contestação sem relação entre si*

Concebido por Simon Hix e Christopher Lord, este modelo defende que a UE gera duas dimensões de contestação (esquerda/direita e intergovernamentalidade/supranacionalidade), mas que são ortogonais, i.e., não se relacionam entre si: os assuntos económicos, sociais e

¹⁶³ SEILER, Daniel L. - *Les partis politiques en Europe*. p. 11-17.

¹⁶⁴ Alguns estudos indicam que certas clivagens, como igreja/estado ou setores primário/terciário já não continuam a exercer da mesma forma uma influência estruturante nos partidos.

¹⁶⁵ A apresentação dos quatro modelos foi feita com base na sistematização apresentada em: MARKS, Gary, STEENBERGEN, Marco (ed.) – Ob. cit. p. 4-10; e HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?” p. 971.

políticos, que entram na agenda doméstica e se enquadram na dimensão esquerda/direita, não têm relação com as posições sobre mais ou menos integração.

- *3. Modelo da regulação – as duas dimensões fundem-se numa dimensão única*

George Tsebelis e Geoffrey Garret conceberam que a clivagem esquerda/direita poderia relacionar-se com a da integração. Defende-se que a esquerda pretende uma Europa mais reguladora da economia e por isso mais integrada, enquanto a direita o contrário. Assim, os paradigmas da política doméstica registam-se também relativamente à política europeia.

- *4. Modelo Hooghe-Marks: “capitalismo regulado” vs “neoliberalismo”*

Liesbet Hooghe e Gary Marks concebem a existência de duas dimensões, que se podem relacionar num espaço bidimensional mas que não se fundem propriamente. Ou seja, existe a posição de esquerda, coincidente com a da social-democracia, defensora de um capitalismo regulado, oposta à da direita, favorável ao liberalismo. Para os autores, estas duas dimensões podem relacionar-se com a da integração, mas nem sempre têm de ser ortogonais, nem têm de se fundir, porque alguns aspetos da integração europeia não são enquadráveis na dimensão esquerda/direita. Assim, concebem que, por exemplo, o centro-esquerda pode ser mais pró-integração em assuntos relativos à regulação do mercado do que à concretização/liberalização desse mercado; enquanto a direita liberal defendeu a integração quando se tratou de construir o mercado, i.e., desregular as economias nacionais pela ação da supranacionalidade, rejeitando agora a transferência de soberania quando se trata de a UE assumir uma função reguladora supranacional. A figura 1¹⁶⁶ ilustra este modelo.

¹⁶⁶ Reprodução do modelo Hooghe-Marks, representado em MARKS, Gary, STEENBERGEN, Marco (ed.) – Ob. cit. p. 9.

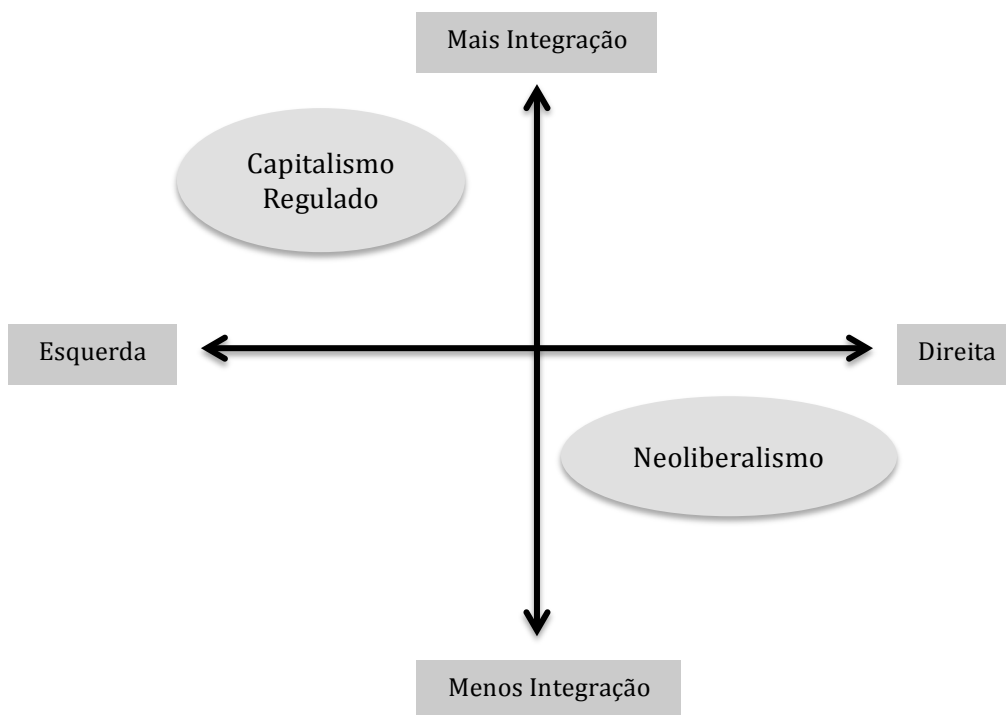


Fig. 1 – Modelo Hooghe-Marks

b) As potencialidades dos modelos de clivagens aplicados à UE

Estes modelos têm servido como quadros conceptuais para a investigação no domínio da ciência política. Estudos empíricos têm sido conduzidos tendo como um dos propósitos a verificação de algum deles nas formas de contestação partidária. Por exemplo, o estudo empírico dos próprios autores do quarto modelo¹⁶⁷, feito com base num inquérito estatístico, realizado em 1999, a especialistas sobre avaliação de política europeia de partidos nacionais, confirma a predominância da sua teoria, pela conclusão de que, no respeitante “ao geral da integração europeia”, quanto mais à direita o partido é, mais favorável à integração (questionamos, todavia, se estes resultados não serão influenciados pela fase que o ano de 1999 representa para a integração - época de entusiasmo com o prosseguimento do projeto monetarista da moeda única europeia, complemento fundamental ao funcionamento de um mercado livre). Neste aspeto, não se observa então o terceiro modelo, o da regulação.

Contudo, quando analisam áreas como as de regulação do capitalismo, políticas de

¹⁶⁷ HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?”

ambiente, emprego e coesão, estas já se enquadram na tendência da esquerda, de acordo com o modelo da regulação, ao contrário de outras, como política de asilo ou poderes do PE. A primeira ilação que retiramos destas investigações é a da dificuldade em aplicar teorias estáticas ao comportamento dos partidos. Face a esta heterogeneidade e, por vezes, contradição, de resultados apenas duas conclusões, gerais e exatas, nos é dado retirar: as linhas programáticas que condicionam os partidos nas suas posições relativas a política nacional também condicionam posições relativas à política europeia; e a clivagem esquerda/direita tem uma influência forte nas escolhas entre políticas liberais ou de regulação do capitalismo.

Noutro trabalho¹⁶⁸, tenta-se também testar qual dos modelos é mais verificável, nomeadamente, entender se os contextos nacionais, i.e., as preferências de política doméstica, são mais fortes do que a clivagem ideológica esquerda/direita nas opções de política europeia dos partidos. Conclui-se que a proveniência ideológica dos partidos é mais influente na determinação do seu posicionamento em assuntos europeus:

“The location of a party on the left/right dimension is closely associated with its position on European integration. Even stronger is the connection between the position of a party and that of its median supporter. Stronger yet is the effect of party family. The findings are consistent with a cleavage theory of party positioning in which basic social divisions give rise to ideological commitments that condition the response of political parties to new issues.”¹⁶⁹

Tais conclusões permitem aos autores responder parcialmente ao questionamento neofuncionalista adaptado às realidades evolutivas da UE, sobre se as engrenagens e as pressões sobre os partidos nacionais e outros atores domésticos poderiam levar à pressão política sobre os governos para mais integração ou para desintegração? Com aplicação das clivagens aos assuntos europeus, conclui-se que os partidos da Europa ocidental são conduzidos por estruturas históricas semelhantes que condicionam o seu posicionamento face à integração europeia¹⁷⁰. Outros trabalhos, parcialmente dos mesmos autores, suportam as mesmas conclusões: a importância da proveniência ideológica dos partidos na receção a temas como o da regulação ou política fiscal europeias, para reafirmar que a matriz ideológica é estruturante para as posições assumidas sobre os novos assuntos emergentes da UE¹⁷¹.

¹⁶⁸ MARKS, Gary; WILSON, Carole J.; RAY, Leonard – “National political parties and European integration”.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 592.

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁷¹ HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure positions on European integration?” p. 120-140.

Porém, apesar de os condicionalismos ideológicos se verificarem relativamente a alguns domínios políticos da UE, é difícil observá-los em todos. “To what extent does the left/right divide constrain views of European integration in general, across the European Union as a whole? We can simply answer: there is no robust linear relationship.”¹⁷² Por um lado, as políticas europeias são cada vez mais diversas, por outro, a própria identificação dos partidos com esquerda/direita não é linear (fortemente dependente do contexto nacional), com as posições europeias dos mesmos partidos a oscilar nas últimas décadas, à medida que a integração evoluiu. Acresce a isto o facto, de muitas vezes, os posicionamentos serem assumidos com objetivos estratégicos de política doméstica¹⁷³.

Os modelos teóricos das clivagens adaptados à UE tornam-se úteis como ferramenta sistematizadora dos posicionamentos dos partidos nacionais, tendo os estudos neste âmbito contribuído para uma avaliação mais integrada à escala europeia sobre os partidos face às novas políticas da UE. Tal oferece-se também como elemento avaliador para uma perspetiva futura sobre uma Europa dos partidos poder fazer emergir uma UE mais democrática, emanada de um interesse comum guiado pelas ideologias, em detrimento dos nacionalismos. Contudo, parece-nos inútil querer encontrar qual o modelo prevalecente nas formas de contestação partidária. Talvez assim se esteja a cair no mesmo equívoco das teorias da integração, em querer explicar realidades complexas e diversas através da estreiteza de um só quadro conceptual. Estes modelos revelam-se sim fundamentais como ferramentas de reflexão para a análise aos discursos partidários. É nesse sentido que faremos uso deles neste trabalho, sobretudo como complemento a uma forma de análise mas empírica do discurso, pois parece-nos que as metodologias neles adotadas encerram também algumas fragilidades.

c) As fragilidades dos modelos de clivagens aplicados à UE

- *Sobre a (in)constância das clivagens*

A teoria das clivagens tem sido de indiscutível pertinência e validade científica no âmbito da literatura da ciência e história políticas. Mas sendo que a história faz o seu processo imparável e vai incutindo mudanças estruturais nas sociedades, discute-se se as clivagens permanecem constantes. Parece não haver consenso, entre os que defendem um declínio das ideologias e os que advogam a sua permanência na explicação de novos posicionamentos

¹⁷² MARKS, Gary – “Conclusion: European integration and political conflict.” In MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.)- Ob. cit. p. 236.

¹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 238-243.

partidários. Numa análise no âmbito do MRG (Manifesto Research Group) a 15 países da UE, verificou-se que existiu convergência ideológica entre partidos nos anos 70, mas essa tendência não persistiu. Uma explicação para a aproximação ideológica de partidos são as estratégias de competição partidária. Verificou-se, por exemplo, que os partidos que querem captar voto tendem a seguir a tendência dos que têm tido sucesso eleitoral, daí que nos anos 50 e 60 tenha havido contágio da esquerda na direita (pelo sucesso na implementação do Estado Social) e nos anos 80 e 90 se registasse o contrário¹⁷⁴.

Mesmo sem convicção sobre uma tendência de diminuição das clivagens, certo é que não se pode ignorar o contexto nacional. Daniel Seiler, com base na teoria das clivagens de Rokkan, que considera o melhor sistema teórico para definir a origem das famílias políticas europeias, identifica, só na Europa ocidental, oito famílias correspondentes às quatro tipificações de clivagens, mas ressalva que elas não se repartem igualmente por todos os países¹⁷⁵. Isto, só por si, já torna diferentes as estruturas dos contextos nacionais de competição política. Como John Gaffney também defende, as especificidades nacionais tornam por vezes difícil de encaixar alguns partidos em apenas uma clivagem ideológica, levando a que a perspetiva das famílias políticas envolva muitas exceções que tornam delicada a padronização de estudos empíricos através dessa categorização à escala europeia. E dá o exemplo do SPD alemão e do PSOE, que apesar de se integrarem na mesma família política europeia, a dos sociais-democratas, diferem em muitas questões¹⁷⁶.

Fortemente crítico de uma análise às questões europeias a partir de um modelo padrão de clivagem aplicado a todos os partidos, Daniel Seiler fornece o exemplo da esquerda, que é diferente entre um Reino Unido, uma Dinamarca ou uma Suécia, e uma França, Portugal ou Espanha, pertencentes à Europa latina, de cultura católica romana¹⁷⁷, para sustentar que partidos de famílias diferentes podem ter posições europeias semelhantes. Exemplifica com o apoio de Tony Blair, líder do PT, a Angela Merkel, dos democratas-cristãos, nas eleições de 2005, e com os casos da direita moderada francesa e da esquerda alemã que partilharam reformas ultraliberais tímidas e a oposição à guerra americana no Iraque. “Par ailleurs si la comparaison France-Allemagne s’affirme riche en enseignements, son extension à d’autres systèmes partisans de pays de l’UE détruit la vision simpliste d’un axe droite-gauche qui sert

¹⁷⁴ VOLKENS, Andrea; KLINGEMANN, Hans-Dieter – “Parties, ideologies, and issues: stability and change in fifteen European party systems”. In LUTHER, Kurt Richard; MULLER-ROMMEL, Ferdinand (ed.) – Ob. cit. p. 147-151.

¹⁷⁵ SEILER, Daniel - *Les Partis Politiques en Europe*. p. 11-90.

¹⁷⁶ GAFFNEY, John – *Political Parties and the European Union*. p. 4.

¹⁷⁷ SEILER, Daniel L. – *L’Europe des Partis: paradoxes, contradiction et antinomies*. p. 4-10.

de doxa à trop de politistes européens.”¹⁷⁸

Parece-nos, de facto, que apesar da utilidade dos estudos empíricos sistematizadores das posições europeias dos partidos nacionais e/ou europeus, e da oferta de teorias de análise ao discurso partidário, faz falta individualizar e atender ao contexto. É precisamente essa abordagem que nos norteará neste trabalho.

- *Sobre alguma metodologia dos estudos da europeização dos partidos*

A maioria dos estudos atrás mencionados baseia-se em análises sistematizadoras a programas eleitorais ou a resultados de inquéritos a políticos ou elementos de elites partidárias ou considerados peritos sobre assunto europeus. Os dados são depois tratados, em termos quantitativos ou qualitativos, alguns com recurso a programas informáticos especializados. As fontes e a metodologia adequam-se a objetivos de estudos transnacionais comparativos, pois permitem comparar e sistematizar o que de outra forma seria um caos de investigação. As análises são depois baseadas na tipificação de dados e na definição de variáveis, que são categorizadas e sujeitas a avaliações qualitativas e quantitativas. Deixamos aqui os principais projetos de medições, conforme Aguilera de Prat identifica¹⁷⁹: 1) o Comparative Manifesto Research Group; 2) Expert Survey; 3) e o European Election Study.

Alguns estudos que referimos anteriormente aplicam estes modelos de análise documental a programas eleitorais, tipificando frases ou outros excertos de textos, para os transformar em quantificações numéricas, num modelo baseado no do ECPR¹⁸⁰. A fragilidade que identificamos aqui é a da análise e categorização frásica retirada do seu contexto. Já relativamente a dados numéricos, em resultado da avaliação quantificada feita por peritos sobre as posições dos partidos nacionais acerca de assuntos europeus, registamos como inconveniente a carga subjetiva desses mesmos dados, que serão a base de análise do investigador. Consideramos, pois, que uma análise de discurso, com confrontação de fontes, considerando o contexto e um tratamento caso a caso permitem uma análise mais ponderada e

¹⁷⁸*Idem, ibidem*, p. 10.

¹⁷⁹ PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de – Ob. cit. p. 77, 78. O autor resume os processos de estudo e metodologias de cada grupo. Uns submetem os programas partidárias à avaliação de diferentes grupos sociais, que devem pontuar os conteúdos selecionados de acordo com variáveis numéricas de classificação para diversos temas; outros medem um conjunto de frases que refletem posicionamentos relativamente a políticas públicas; outros recorrem a inquéritos a eurodeputados. O autor conclui que a simples seleção de frases, subtraídas ao seu contexto, em função de avaliações pró ou anti-UE, sem tipificar a totalidade das referências nos manifestos ou outros documentos referentes à política europeia, revela fragilidades, pois permite fazer poucas correlações de ideias. Corre-se, portanto, um risco de análise quando uma frase é subtraída ao seu contexto.

¹⁸⁰European Consortium for Political Research. GABEL, Matthew J.; HIX, Simon – “Defining the EU political space: an empirical study of the European election manifestos, 1979-99.” In MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.) – *European Integration and Political Conflict*. p. 97-101.

superadora de algumas fragilidades destas metodologias.

No seu próprio estudo, Ramon Pacheco Pardo identifica as debilidades próprias da metodologia, baseada numa categorização frásica do conteúdo de programas eleitorais. As codificações de frases podem ser feitas através de programas de dicionários informáticos ou manualmente. O autor dá conta de um problema que mesmo os codificadores mais treinados enfrentam – colocar frases em categorias que outros fariam diferentemente¹⁸¹. Por um lado, esta dificuldade pode resultar da própria ambiguidade dos programas eleitorais (que por sua vez resultam da indefinição dos próprios partidos, sendo que nesta circunstância qualquer análise será difícil), por outro do perigo de retirar a frase do seu contexto. A solução será a do mal menor da metodologia, apenas qualificando as referências como positivas ou negativas relativamente à UE, tal como opta o investigador.

“En realidad, la simple sustracción de las referencias pro o anti-UE de los manifiestos y programas sin una estandarización total de las referencias a la UE produce medidas de cuestionable validez pues las correlaciones con otros indicadores son pobres y los resultados poco fiables. Por ejemplo, ante una cuantificación del tipo: A incluye en su manifiesto cinco afirmaciones positivas y una negativa, mientras el partido B incluye 25 positivas y 20 negativas, cuál sería la conclusión? Aparentemente el segundo partido es más ambivalente que el primero, pero este razonamiento es formalista pues la clave no es tanto el número de declaraciones positivas y negativas, cuanto la relevancia de lo que se rechaza”¹⁸².

Aliás, algumas conclusões destes estudos levantam novas questões (como a de que os partidos da mesma família política não têm posições lineares), que nos remetem para essas fragilidades, decorrentes da metodologia de análise de conteúdo, do tratamento isolado de fontes e dos modelos uniformes aplicados a partidos políticos de diversos países com diferentes tradições histórico-políticas. Encontramos também fragilidades na recolha de dados através da opinião de peritos sobre as políticas partidárias, com os inerentes julgamentos subjetivos. Já a análise a programas eleitorais, que também vamos adotar no nosso estudo, é apropriada, visto tratar-se da posição oficial dos partidos. Contudo, esta tipologia de fonte contém também as suas debilidades: os programas tendem a ser retóricos, generalistas e ambíguos, por vezes, sem concretizar aspetos específicos de determinados assuntos. Mas são, indubitavelmente, um ponto de partida, a que julgamos necessário juntar outras fontes documentais, para um estudo mais integrado e fundamentado.

¹⁸¹ PARDO, Ramon Pacheco – Ob. cit. p. 7.

¹⁸² PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de – Ob. cit. p. 78, 79.

3.3 Contexto e diversidade de fontes numa análise qualitativa – para um estudo integrado e diferenciado do PS e PSOE na social-democracia europeia

Nesta investigação, reunimos um conjunto de fontes documentais compostas por manifestos eleitorais, para eleições nacionais e europeias, debates dos respetivos parlamentos nacionais e artigos dos jornais oficiais dos partidos. Este é o corpo documental principal, ao qual se juntam ainda artigos e publicações esporádicas feitas pelos líderes e outros socialistas ibéricos. Com esta variedade documental, pretende-se, por um lado, reunir condições que permitam confrontar discursos para uma análise consolidada, tendente a uma maior fundamentação das ideias a retirar dela. Uma das vantagens já identificadas sobre o enfoque do estudo numa só categoria de fontes é a possibilidade de estudar um maior número de atores. Mas numa investigação centrada apenas em dois partidos, essa estratégia seria redutora. Além disso, a confrontação de diferentes fontes permitirá reduzir mais a ambiguidade típica do discurso político-partidário e chegar a mais certezas sobre o posicionamento dos partidos.

A análise das fontes será qualitativa, resultante da leitura das mesmas e da identificação dos assuntos que se enquadram nos temas estruturantes deste trabalho. A confrontação analítica das diversas referências aos mesmos temas permitir-nos-á, à luz de uma leitura histórica dos acontecimentos e de um uso de quadros conceptuais decorrentes quer das teorias de integração europeia, quer da política comparada, retirar conclusões fundamentadas e integradas no que se pretende ser a dialética dos Estudos Europeus.

a) Abordagem de contexto como contributo para o estudo dos partidos políticos e da integração europeia

O projeto que aqui propomos oferece-se como um complemento, feito numa outra abordagem metodológica, aos estudos sobre a europeização dos partidos políticos. Esta vertente de investigação, que atrás caracterizámos, provém essencialmente da literatura anglo-saxónica. Com a virtude de oferecer quadros teóricos conceptuais que nos servirão de moldes de reflexão, possibilitam-nos fazer a verificação (ou não) de tendências na política europeia dos partidos nacionais, das confederações de partidos ou grupos do PE. Alguns dos estudos neste âmbito (anteriormente referidos) têm também tentado, com as debilidades já identificadas, definir padrões de comportamento ideológico partidário face à UE. Neste aspeto, verifica-se a dificuldade em chegar a conclusões lineares, não fosse o panorama partidário europeu caracterizado pela adaptabilidade das famílias políticas aos contextos

nacionais que as enformam. Ora, é com base neste pressuposto, que se encontra outro tipo de investigações, mais proveniente da literatura francófona, mas não só, que estuda os partidos desde uma perspetiva nacional, atendendo ao contexto estatal como influente na compreensão do posicionamento partidário relativamente à integração europeia. Estas análises não têm o objetivo de padronizar, mas sim de estudar caso a caso¹⁸³.

“How does a party system develop to incorporate twenty-five countries with distinct histories of national development, including regime discontinuities and varying levels of party system consolidation?”¹⁸⁴ A problemática da diferenciação partidária/nacional é considerada nos próprios estudos que desenvolvem ferramentas analíticas que estabelecem sistemas comparativos para aferir sobre a congruência/convergência ou não dos partidos na UE. É precisamente para ultrapassar as dificuldades e debilidades nas congruências procuradas, que os estudos de caso são fundamentais. Alguns autores justificam a necessidade de conhecer o contexto nacional para entender os posicionamentos partidários relativamente à UE¹⁸⁵, e outros ainda, no domínio amplo da ciência política, alertam para os “perigos metodológicos dos anacronismos”¹⁸⁶, considerando essencial o enquadramento de contexto. E só sob esta orientação metodológica que se consegue explicar as diferenças das posições dos socialistas sobre a integração europeia no pós-guerra, o que coloca em evidência os contextos nacionais¹⁸⁷. É o próprio Robert Ladrech¹⁸⁸ que também concorda que as peripécias da nação são preponderantes para explicar o posicionamento dos partidos da social-democracia perante a UE.

Concluimos assim que as diferentes abordagens de estudo, quer na perspetiva da aferição sobre a europeização dos partidos através de modelos teóricos sistematizadores das posições partidárias multinacionais, quer na perspetiva que se pretende aqui fazer, de abordagem de casos concretos, não se substituem uma à outra, mas sim complementam-se. Para melhor entender esta complementaridade, vale a pena mencionar a tipificação de Robert Ladrech sobre o estudo da europeização dos partidos políticos como relacionada, mas distinta, da do estudo dos partidos políticos e a integração europeia, ressaltando que a abordagem da

¹⁸³ Alguns exemplos: DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] cit.; FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*; PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de - Ob. cit.; GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*; CRIDDLE, Byron - Ob. cit.

¹⁸⁴ THORLAKSON, Lori - Ob. cit. p. 468.

¹⁸⁵ FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration: a comparative history*. p. 302-306.

¹⁸⁶ “L’anachronisme guette en permanence toute recherche en science politique. Il est fondamental de resituer un événement, une pensée, un écrit, une idée ou une action dans son contexte, dans la manière dont on voit et vit les choses à l’époque de l’événement ou de l’action analysés.” DELWIT, Pascal - *Introduction a la Science Politique*. p. 28.

¹⁸⁷ MURRAY, Philomena - “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity”. p. 161.

¹⁸⁸ LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. p. 140, 141.

europização aos partidos (como em pontos anteriores explicámos), mais vocacionada para estudar a alteração política e institucional dos mesmos, pode não levar tão eficazmente ao estudo dos partidos nacionais no âmbito doméstico¹⁸⁹.

b) Questões norteadoras da investigação

Identificadas as fontes e a abordagem de estudo, interessa agora definir as questões que nortearão o investigador para a análise a realizar e para a estruturação temática seguinte. Tais questões estão alicerçadas no fenómeno *sui generis* que é a UE, em relação com a identificação ideológica e proveniência geográfica dos partidos. À semelhança de Pascal Delwitt, pretende-se saber “que Europa dizem os partidos”¹⁹⁰, incidindo em dois sentidos de análise: a) como responderam ao desafio da UE, i.e., que ideias políticas e contribuições trouxeram ao projeto político comunitário; b) que influência (e como) teve a UE nos partidos, ao nível da sua ação partidária e governamental e evolução programática (esta perspetiva encontra-se condizente com a tipificação de investigação sobre a “europização dos partidos políticos”).

Eis algumas questões estruturantes da nossa análise:

- como receberam os partidos socialistas ibéricos o novo paradigma supranacional das Comunidades e como o inseriram nos seus projetos políticos para os respetivos países;
- de que forma inseriram a natureza liberal do MC, e o seu contínuo aprofundamento, na sua matriz social-democrata e como conceberam a construção do Estado Social na contínua tendência liberalizante da UE;
- que modelo conceptual económico e político propuseram como resposta ao projeto de moeda única europeia.
- como enquadraram a política externa dos “novos” estados democráticos nas alianças e compromissos externos decorrentes de uma integração europeia;

Para abordar estas questões definimos alguns domínios políticos da UE preponderantes para a nossa análise, nomeadamente o Mercado Interno, lançado com o AUE, a componente social da Europa, a UEM e o inerente tema da união política (coincidente com as discussões para o TM), e a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Consideramos que em torno destas grandes temáticas encontraremos manifestações que nos permitirão responder às questões colocadas e, ainda, contribuir para a reflexão sobre a relação do

¹⁸⁹ LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties”. *Living Reviews in European Governance*. p. 5-8.

¹⁹⁰ DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne*. [...] cit. p. 9.

socialismo ibérico com o europeu e a UE. Além da importância da escolha pertinente de domínios comunitários, de modo a cumprir os objetivos de investigação, considera-se também imprescindível que, sendo esta uma tese de Estudos Europeus, se recorra a uma perspetiva multidisciplinar na abordagem científica a realizar.

c) Em defesa da multidisciplinaridade para uma “normalização”¹⁹¹ dos Estudos Europeus

Conforme referido no início deste subcapítulo, esta investigação terá como base a análise empírica, qualitativa de discurso, feita sob uma abordagem histórica dos acontecimentos e com recurso à política comparada e a quadros teóricos interpretativos da integração europeia. Não pretendemos limitar-nos à estreiteza de um modelo conceptual, emergente de que área for, para nortear a nossa investigação. No início deste trabalho, fizemos uma análise crítica às diversas teorias da integração europeia, para entender como nelas era considerado o papel dos partidos. Iremos, pois, considerar os conceitos e linhas teóricas que delas resultam para suscitar reflexões na nossa análise, mas servindo-nos delas no seu conjunto, pois, como bem metaforizou Donald Puchala¹⁹², o resultado das teorias é comparável à situação de vários homens cegos a tocar um elefante, cada um a sentir uma parte do animal e a fazer uma descrição diferente. Ou, como assumem Simon Hix e Bjorn Hoyland¹⁹³, “[h]ow good a theory is depends on how much and how efficiently it can explain a particular set of facts.”

Servir-nos-emos, pois, delas como ferramenta teórica de reflexão, não querendo entrar nos debates estéreos sobre qual a mais válida para compreender o processo complexo da integração. E recorreremos, sempre com a perspetiva histórica como linha condutora, às ferramentas conceptuais da política comparada quando elas forem oportunas, tendo em consideração a evolução da UE para um sistema político¹⁹⁴ e que a superação dos paradigmas se pode fazer numa doutrina multidisciplinar. Ora, em linha com esta visão, consideramos que

¹⁹¹ Termo utilizado por António Martins da Silva, para defender a necessidade de identidade dos Estudos Europeus como área de investigação multidisciplinar, na qual a convergência de diferentes áreas científicas será mais profícua ao entendimento da evolução e funcionamento da UE do que o confinamento disciplinar e a defesa obstinada de determinadas teorias, que, por si só, a história da integração europeia ultrapassou e demonstrou incapazes de explicar tal originalidade política que é este projeto. SILVA, A. M da - *Sistema Político da União Europeia*: [...] cit. p. 392-397.

¹⁹² Cit. in POLLACK, Mark A. – “Theorizing EU Policy-making”. p.42.

¹⁹³ *The Political System of the European Union*. 3rd ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. p. 18.

¹⁹⁴ “Hix’s argument boils down to the observation that because there is a politics other than the politics of ‘integration’, the student of the EU has a duty to pursue these alternative lines of inquiry using the appropriate conceptual tools. The bolder claim [...] is that a substantial shift of focus is required away from International Relations to comparative political science as the ‘parent discipline’ of EU studies.” ROSAMOND, Ben – Ob. cit. p. 107, 108.

as diversas abordagens doutrinárias que têm sido aplicadas ao estudo da integração, ficam frequentemente “descaídas” sem o enquadramento da história ou da filosofia políticas e sem uma reflexão de contexto nacional. O estudo sobre o posicionamento do socialismo face à integração europeia é disso um exemplo bem evidente¹⁹⁵.

Não se trata apenas de ter como ponto de partida o facto de que a UE é um fenómeno específico na ciência política, emergente de um contexto histórico-político particular, e que desafiou os cânones políticos dos partidos, mas também de conceber que o estudo deste fenómeno passa pela integração de várias áreas das ciências sociais e humanas¹⁹⁶. Assim, com a disciplina de uma abordagem interdisciplinar, esperamos, com esta investigação, contribuir para dar resposta à “necessidade de uma convergência e colaboração interdisciplinares, para bem de uma necessária normalização dos Estudos Europeus.”¹⁹⁷ Estamos conscientes de que convergir nem sempre é fácil, mas também temos certeza de que é na colmatação das incapacidades de abordagens disciplinares isoladas que melhor se consegue explicar a integração europeia e o sistema político da UE – que inclui como atores de importância os partidos políticos nacionais - caminhando-se, simultaneamente, para uma afirmação académica dos Estudos Europeus. Pretende-se, pois, que esta tese, pelo recurso pluridisciplinar que apresentará, seja um contributo nesse sentido.

¹⁹⁵ BRUCLAIN, Claude – Ob. cit. p. 11.

¹⁹⁶ ROSAMOND, Ben - Ob. cit. p. 186.

¹⁹⁷ SILVA, António M. da – *Sistema Política da União Europeia* [...] cit. p. 396.

CAPÍTULO II BREVE HISTÓRIA DOS PARTIDOS SOCIALISTAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

1. O socialismo da social-democracia

O PSOE e o PS enquadram-se na família da social-democracia europeia, que engloba os designados partidos socialistas, sociais-democratas¹⁹⁸ e trabalhistas. Ambos são membros da Internacional Socialista (IS) e integrantes do Partido Socialista Europeu (PSE). Como já anteriormente referido, apesar da partilha de objetivos gerais comuns, o desenvolvimento da social-democracia, feito no contexto das vicissitudes próprias do estado-nação, desenhou um retrato heterogéneo destes partidos na Europa. Entre a diversidade, encontramos, no entanto, algumas características gerais comuns no que toca à definição política e organizacional, que resumimos conforme a caracterização de Pascal Delwit¹⁹⁹: anticomunistas e antissoviéticos; aceitam e defendem a democracia parlamentar e o liberalismo político; partidos de massas; têm geralmente agregada uma organização sindical; transformaram a sua herança marxista numa ideologia *keynesiana* de esquerda; e têm gozado de hegemonia eleitoral à esquerda, não tendo nesta margem política partidos concorrentes significativos (pelo menos à data da publicação que citamos – hoje em dia esta assunção começa a tornar-se discutível, com as tendências eleitorais em alguns partidos da Europa). Relativamente às características socioeconómicas, podemos identificar, através do modelo social-democrata de Estado Social, características transversais como: uma certa neutralidade no intervencionismo estatal exercido nas relações sociais e na política económica; colocação em prática de formas de concertação social, entre representantes de trabalhadores e de empregadores; estabelecimento de um sistema de segurança social, capaz de garantir prestações e ajuda social a diferentes grupos sociais (desempregados, idosos, etc) ou em áreas fundamentais para a dignidade da vida humana (saúde, educação); garantia de níveis de emprego elevado; partilha de uma economia mista, entre Estado e iniciativa privada, entre capital e trabalho, de modo a assegurar uma redistribuição de riqueza pelas classes sociais²⁰⁰.

O momento auge que justifica esta caracterização transversal foi o pós-Segunda Guerra Mundial, a época dourada da social-democracia europeia. Conforme explanado no

¹⁹⁸ Fazemos novamente a ressalva de que alguns partidos com este nome podem não se enquadrar neste ramo político, como o caso do português PSD – Partido Social Democrata.

¹⁹⁹ *Où va la social-démocratie européenne? Débats, enjeux, perspectives*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2004. p. 8 [Em linha]. [Consult. 27.12.2015]. Disponível em WWW: <http://digistore.bib.ulb.ac.be/2007/i9782800413402_000_o.pdf> .

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 9.

capítulo anterior, a social-democracia vai-se autonomizando como ramo do socialismo a partir da segunda metade do século XIX, com uma emergente contestação ao marxismo e a sua ditadura do proletariado. Defensores da utilização da democracia liberal para implementar e desenvolver as reformas socialistas necessárias à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, os partidos sociais-democratas vão-se afirmando nos sistemas eleitorais europeus. No período entre as duas guerras mundiais, com o particular exemplo da Suécia e outros países escandinavos, assiste-se à integração progressiva destes partidos nos sistemas políticos ocidentais, assim como à integração social da classe que representam. Mas é só depois da IIGM que chega a verdadeira hora da social-democracia, com uma predominância eleitoral e um contexto socioeconómico que lhes permitem exercer uma influência política que leva ao desenvolvimento do Estado Social, característica distintiva da Europa.

Mas se registamos uma certa transversalidade nas conceções socioeconómicas e características organizacionais destes partidos, o certo é que a diversidade das histórias e contextos nacionais conferem-lhes também traços diferenciados. E, desde logo, podemos deduzir uma assimetria entre os partidos socialistas ibéricos e seus congéneres: se o pós-guerra foi momento de experiências políticas socializantes em diversos países, constituindo o apogeu destes partidos, as ditaduras de Portugal e Espanha não permitiram realizar esse ensaio. O contexto de formação e evolução partidária é assim importante para entendermos escolhas e posicionamentos, para individualizarmos estudos que levem a um entendimento mais abrangente e agregado da social-democracia face à integração europeia, como defendemos ser objetivo desta investigação. Passemos então a uma breve história das origens do PSOE e do PS.

2. Sincronias e diacronias na formação e evolução dos socialistas ibéricos

Se as histórias nacionais da Península Ibérica não permitiram um desenvolvimento em condições paralelas da experiência dos partidos socialistas após a IIGM, também entre os dois ibéricos registamos desfasamentos temporais, apesar de alguma sincronia nas experiências governativas da história de Portugal e Espanha no século XX.

2.1 PSOE – a luta comum em constantes dissidências internas

Já malograda pelas vicissitudes políticas do país - uma guerra civil perdida, uma sobrevivência do franquismo à IIGM - a história do socialismo espanhol percorre ainda persistentes dissidências partidárias que se sucedem até finais da ditadura. Sob influência marxista, o PSOE foi fundado em 1879, por Pablo Iglesias e um grupo de outros trabalhadores de tipografia, tendo-se assumido em 1888 como partido nacional, ancorado à UGT²⁰¹ entretanto constituída. Apesar da retórica revolucionária, o partido professa um marxismo simplista²⁰². Alguns autores depreciam Pablo Iglesias, apesar da reconhecida nobre figura, como teórico sem originalidade, que “durante mucho tiempo mantuvo al socialismo español en la tradición de Lafargue y Guesde.”²⁰³

O *Pablismo* viria a evoluir como um compromisso entre um radicalismo verbal e uma prática reformista²⁰⁴, o que se traduz numa simplicidade teórica e ausência de contributos específicos espanhóis para o marxismo²⁰⁵, apesar dos quase 100 anos de rotulação marxista do partido. Se, por um lado, o revisionismo de Bernstein tinha pouca repercussão na Espanha da época, por outro, a falta de uma confissão convicta marxista dará cada vez mais espaço a elementos moderados no partido. Apesar de uma primeira fase opositora à República e de, em 1919, ter votado em congresso a adoção da ditadura do proletariado, agradando a uma ala pró-bolchevique, o PSOE enveredará, sob influência de Julián Besteiro, Indalecio Prieto e Fernando de los Ríos, entre outros, por um caminho reformista, concebendo a resposta às reivindicações proletárias através do estabelecimento de eleições livres e demais liberdades políticas. Ainda que não abdicando da terminologia marxista, defendem o sistema parlamentar como via para a conquista de reformas socialistas, acabando o partido por se aliar à causa dos Republicanos²⁰⁶.

A tendência incrementar-se-á com a saída de elementos da facção pró-bolchevique, que formarão o Partido Comunista Espanhol, em 1921. Isto levará o PSOE a enveredar por uma

²⁰¹ Unión General de Trabajadores (União Geral de Trabalhadores), constituída em 1888.

²⁰² HANLEY, David; LOUGHLIN, John (ed.) – *Spanish Political Parties*. Cardiff: University of Wales Press, 2006. p. 46.

²⁰³ VILAR, Pierre - *Historia de España* (trad. espanhola). Barcelona: Editorial Critica, 2014. p. 161.

²⁰⁴ GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1989. p. 16.

²⁰⁵ Diz Ricardo de la Cierva, que Marx chegava aos socialistas espanhóis através de obras em segunda mão, de segundas interpretações, mesmo ainda no tempo de Pablo Iglesias. “Pero ni siquiera la siguiente generación de intelectuales que acabo insertándose definitivamente en el socialismo consiguió apuntalar al partido con un autentico marxismo español. [...] Sus principales líderes o no leyeron nunca a Marx, o se acercaron a Marx a través de adaptaciones semicatólicas de dudosa raigambre; en ningún caso se esforzaron por comprender a Marx [...]” CIERVA, Ricardo de la – *La Historia Perdida del Socialismo Español*. Madrid: Editora Nacional, 1972. p. 51.

²⁰⁶ GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. p. 17, 18.

atitude menos ideológica e mais pragmática. Julián Besteiro sucede a Pablo Iglesias na liderança do partido, que experimentará uma colaboração com a ditadura de Rivera, na expectativa de os seus membros escaparem às represálias e de que a retórica do ditador (defesa de uma intervenção estatal para conciliar os interesses do capital com os do trabalho), pudesse beneficiar a classe operária. Uma opção que desperta oposição interna, liderada principalmente por Indalecio Prieto. A decisão do PSOE de abandonar a parceria um ano antes da queda do regime de Rivera permite ao partido manter a reputação²⁰⁷, aliando-se à coligação antimonárquica que declara a Segunda República em 1931²⁰⁸, tornando-se o partido melhor representado nas cortes até 1936.

As nuances ideológicas do partido, repartidas entre três tendências - à direita, com Julián Besteiro, ao centro, com Indalecio Prieto, e à esquerda, com Largo Caballero - refletiam-se em dois tipos de atitudes: as mais dogmáticas, que defendiam um enfoque isolado nas questões operárias; e as mais pragmáticas, incentivadas pelos elementos moderados, que, movidos pelo revisionismo, desejavam a aliança com os republicanos em defesa do liberalismo político. A facção conservadora do partido via ainda os republicanos como dominados pela ala burguesa da sociedade, sendo Indalecio Prieto o que mais luta contra esta visão e pelo apoio à Segunda República²⁰⁹.

Agudizadas as tendências, o partido entrará na Guerra Civil dividido, principalmente entre *prietistas* e *caballeristas*. Apesar de o PSOE deter a maioria dos assentos nas cortes, estava incapaz de tomar as decisões oportunas para conduzir a guerra. Por um lado, a facção de Prieto detinha a liderança formal do partido, por outro, os grupos de Caballero formavam uma ala alternativa de poder que, no final da Guerra Civil, veio a defender a união com os comunistas e o estabelecimento de um partido marxista único²¹⁰.

a) Exílio – tempo de europeização e novas divisões

A instauração do regime de Franco demonstrará dificuldades ao PSOE em se organizar clandestinamente, levando vários elementos socialistas à tortura e à morte e obrigando a liderança do partido ao exílio. Isto levará a duas realidades distintas do partido. No interior, alguns elementos faziam os possíveis para ir sobrevivendo com pequenas aglomerações socialistas, enquanto os exilados, cerca de 10 000, conseguiram reunir apoios e

²⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 23.

²⁰⁸ HANLEY, David; LOUGHLIN, John (ed.) – Ob. cit. p. 46 .

²⁰⁹ GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. p. 35, 38, 39.

²¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 49.

estrutura em Toulouse, França, que lhes permitiram funcionar como um verdadeiro partido e estreitar relações com outros socialistas europeus, com as CE e os movimentos afetos à construção europeia. De tal modo que, em 1951, o PSOE torna-se o único partido composto essencialmente por exilados a ser admitido com plenos direitos na Internacional Socialista (IS)²¹¹. Não sem antes o partido assistir a uma nova fragmentação, entre adeptos das fações de Juan Negrín e Rodolfo Llopis, respetivamente representantes do grupo de exilados do México e de França, que só em 1948 se unem, com o reconhecimento da ala de Llopis²¹².

No exterior, o partido vivera de uma franca projeção europeia, uma aproximação ideológica à social-democracia e às movimentações em torno da unidade europeia no pós-guerra²¹³, como constataremos no capítulo seguinte, e de um vasto apoio na luta contra a ditadura. Além da IS, diversos partidos sociais-democratas solidarizaram-se com os congéneres espanhóis²¹⁴. As intervenções europeístas de Rodolfo Llopis e da carismática figura de Indalecio Prieto iniciaram um percurso do PSOE no exílio cada vez mais afastado da dialética marxista²¹⁵ e próximo da social-democrata. É uma tendência enfatizada por nós, já que o partido era relutante em negar o seu passado e cioso em afirmar uma continuidade histórica.²¹⁶

Enquanto isso, os errantes socialistas do interior lutavam pela sobrevivência, reagrupando-se numa geração aspirante a renovar um partido que consideravam mais afeto às lides do exterior do que conhecedor da evolução da realidade do interior. É assim que, entre 1954 e 1970, duas tendências se formam entre os elementos do PSOE, levando à repetição da história das dissidências do partido. A divisão começa a ganhar forma à medida que a nova geração do interior, afeta às juventudes socialistas, vai reivindicando participação política no partido e reclamando da falta de renovação dos seus quadros executivos. O apoio a esta

²¹¹ *Idem, ibidem*, p. 54.

²¹² *Idem, ibidem*, p. 88-91.

²¹³ SEBASTIÃO, Dina – “Os *Estados Unidos da Europa* entre a ideologia e a estratégia política – a exaltação federalista da oposição socialista espanhola em 1948-1949.” In ROLLO, Maria Fernanda (et. al.) (org.) - *A Europa do Pós II Guerra Mundial: o caminho da cooperação. e-Dossier IHC*. N.º 1 (2016) [Em linha]. [Consult. 10.06.2016]. Disponível em WWW < <http://ihc.fcsh.unl.pt/images/ENCONTROS%20CIENTIFICOS/e-dossier%20IHC%20nr%201.pdf> > ; SEBASTIÃO, Dina – “Socialistas Ibéricos e a unidade europeia no pós-guerra: 1946-1974”. *Revista Portuguesa de História*. N.º 45 (2014) p. 321-351 [Em linha]. [Consult. 03.02.2016]. Disponível em DOI: http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_14 .

²¹⁴ Nomeadamente, dos trabalhistas britânicos e dos socialistas franceses e alemães, embora com algumas nuances na convicção do apoio e condenação a atos do regime de Franco. Sobre o apoio individualizado destes partidos, ver: ANAYA, Pilar Ortuño – “*Los Socialistas Europeos y la Transición Española*”. Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2005. p. 95-212.

²¹⁵ CIERVA, Ricardo de la – Ob. cit. p. 282.

²¹⁶ “And even in the post-Franco years, when gradually Marxism was played down, any suggestion that the party had become social-democratic remained an anathema to all but a few party members.” GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. p. 219.

geração de renovadores foi dado no exterior pelos exilados da Federação Nacional das Juventudes Socialistas de Espanha, que estabelecem um contacto mais regular com o interior e também eles contestam, nos congressos do PSOE no exílio, a falta de colocação de jovens em cargos executivos do partido.

O clamor pela renovação, que no interior vive de uma geração de jovens socialistas do grupo de Andaluzia, acabados de sair da universidade, como Felipe González e Alfonso Guerra, originará uma campanha que levará à divisão do partido em PSOE renovador e PSOE histórico. Que os nomes não induzam em erro, pois não se tratava de uma dissidência ideológica, pois as duas fações partilhavam a continuidade histórica da referência marxista do partido (apesar da evidente social-democratização do exílio). As diferenças estão mais relacionadas com uma questão de gerações (de uma nova geração que se queria ver representada), com a fação renovadora a reclamar que estava mais próxima da realidade interna de Espanha, já muito diferente da década de 30, vivenciada pelos exilados. Argumentavam os renovadores que a queda de Franco não se faria pela asfixia económica, como esperavam os exilados, pois a partir da década de 50 a realidade económica interna melhorara graças ao plano de fomento económico do governo. Separava-os também a conceção sobre o modelo de transição democrática após o franquismo, com o interior a conceber a manutenção da monarquia e o exílio adepto da forma republicana²¹⁷. O diferendo teve a mediação da IS, que, em janeiro de 1974, decidiu a favor do PSOE renovador²¹⁸.

b) Da democratização à abdicação do marxismo

Ultrapassada esta crise interna, entre os possíveis futuros líderes do partido irá imergir a figura de Felipe González Márquez, que assumirá o cargo de secretário-geral do PSOE de 1974 a 1997. Sob a sua liderança, o partido entrará no consenso político que dominou a transição democrática e, em 1982, formará governo, concretizando a proeza de mais quatro reeleições sucessivas, em 1986, 1989, 1991 e 1993. Como já referido, apesar do manifesto interesse e da retórica marxista do partido desde os seus inícios, o debate teórico era bastante

²¹⁷ Sobre a divisão do partido e sua resolução ver: GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. p. 219-286.

²¹⁸ ANAYA, Pilar Ortuño – Ob. cit. p. 45-54. A decisão da IS levanta interrogações, uma vez que o PSOE no exílio, essencialmente através da figura de Rodolfo Llopis, que liderou a fação histórica, tinha uma relação regular e de confiança com os socialistas europeus. Pilar Ortuño Anaya atribuiu a decisão da IS a vários fatores, como a estratégia dos renovadores em monopolizar as atenções da IS deixando pouco espaço para os históricos, levando à realização de missões por socialistas europeus a Espanha para observar a realidade do país e do partido no interior. Terá pesado também o apoio aos renovadores da UGT, consequentemente apoiada pela Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. Já Richard Gillespie atribui a decisão da IS ao facto de também os elementos desta organização terem sido renovados. Cf. GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. p. 285, 286.

débil. Se a prática dominante dos socialistas espanhóis, nomeadamente no exílio, aproximará o partido da social-democracia, será com a opção mais pragmática tomada após o fim da ditadura franquista que o partido abdicará formalmente do marxismo, no congresso de 1979.

Depois de duas eleições sucessivas a conquistar o segundo lugar no Congresso, em 1977 e 1979, convicto de que era o rótulo marxista que impedia o partido de conquistar uma vitória, Felipe González propõe a abdicção do marxismo no 28º congresso do PSOE, em 1979. Face ao chumbo da sua proposta, o líder reage anunciando a sua demissão da liderança dos socialistas. Em causa estava a divisão entre uma facção mais à esquerda, adepta da continuidade marxista, e outra moderada, de influência social-democrata, liberal e pragmática²¹⁹. As divergências serão ultrapassadas num congresso extraordinário, ainda em 1979, que volta a eleger Felipe González como líder e aprova a abdicção da designação de partido marxista, assumindo-se o marxismo como “instrumento teórico, crítico y no dogmático para el análisis y transformación de la realidad social.”²²⁰

É o momento Bad Godesberg do PSOE, que levará o partido a assumir oficialmente a característica de moderado centro-esquerda e que comprovará a convicção de González. Em 1982, o PSOE ganha as eleições legislativas, com 58% dos assentos parlamentares, tendo também beneficiado do desmembramento da coligação de centro-direita, a UCD (Unión de Centro Democrático)²²¹. Com a primeira vitória nas legislativas, o PSOE, que já desde o início da transição democrática iniciara um processo de deslocação à direita, entrará num longo ciclo contínuo de governação que consolidará a liderança de Felipe González, a diminuição da influência de esquerda no partido e incrementará o pragmatismo político.

²¹⁹ GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. p. 337, 338. A manifestação de uma ala pró-marxista e não marxista não era nova na história do partido, apesar de sempre mais manifesta em termos empíricos do que politicamente teorizada.

²²⁰ *El Socialista*. Nº 129 (7.10.1979) p.12. Na resolução de 1979, o partido assume-se como de massas, democrático e liberal, abdicando da designação de “partido de clase marxista y democrático”, e moderando as formas de superação do capitalismo anteriormente definidas, “mediante la toma del poder político y económico y la socialización de los medios de producción, distribución y cambio por la clase trabajadora.” *El Socialista - Especial XXVII*. Nº 4 (8.12.1976) p. 5. Sobre o assunto, ver também: HANLEY, David; LOUGHLIN, John (ed.) – Ob. cit. p. 47, 48. E sobre história do PSOE ver ainda: COLOMÉ, Gabriel – “Le socialisme espagnol – le PSOE.” In DELWIT, Pascal (ed.) - *Où va la social-démocratie européenne?* [...] cit. p. 170-174.

²²¹ A UCD começou por ser uma coligação, constituída por iniciativa governamental, após a aprovação das reformas políticas que levariam à transição do regime autoritário para uma democracia, tendo-se constituído como partido, liderado por Adolfo Suárez. A UCD, que chefiou o governo de Espanha de 1977 a 1982, teve um papel determinante no processo de transição democrática e na aproximação de Espanha à Europa. CF. BARRIO, Antonio Marquina - “The Spanish Centre Parties.” In MORGAN, Roger; SILVESTRI, Stefano (ed.) - *Moderates and Conservatives in Western Europe*. London: Heinemann Educational Books, 1982. p. 135-155.

2.2 PS – aparecimento tardio, mas capaz de acompanhar a social-democracia europeia

O PS português foi constituído em 1973, na cidade alemã Bad Munstereifel, um ano antes da Revolução dos Cravos, que colocou fim a mais de 40 anos da ditadura do Estado Novo. A sua criação sucede à ASP – Ação Socialista Portuguesa, constituída em 1964, em Genebra, que se movimentava já como uma espécie de partido na Europa. A organização estruturada e partidária dos socialistas portugueses é, assim, recente, datando-se dos anos finais da ditadura. Não foi, contudo, a primeira vez que surgia um partido socialista em Portugal. Se a criação do atual PS português surgiu quase um século depois do congénere espanhol, as origens do movimento socialista português é muito anterior, praticamente contemporânea do surgimento do PSOE.

a) O primeiro movimento socialista em Portugal – contemporaneidade com a Europa, mas incapaz de vingar

O aparecimento do periódico *O Eco dos Operários*, em 1850, foi o manifesto das primeiras referências socialistas em Portugal e vem a ser, mais tarde, o órgão oficial da Associação dos Operários. Após a primeira tentativa, em 1873, de criação de um partido democrato-socialista e republicano, por Antero de Quental, ter sido abortada devido à falta de apoio, o surgimento do Partido Socialista (PS) acontece dois anos depois, pela iniciativa de Eudócio Azedo Gneco, auxiliado por outros nomes destacados na ação e pensamento socialista portugueses²²². O desenvolvimento partidário socialista em Portugal aparece ligado às relações com a AIT (Associação Internacional do Trabalho), a I Internacional, tendo o partido surgido como ramo da organização no país, apesar de formado precisamente nas vésperas da sua dissolução.

Embora com inícios de inspiração teórica fundamentalmente *proudhoniana*²²³, o desenvolvimento do movimento vem a sofrer das mesmas maleitas do socialismo internacional. As divisões, entre partidários de Bakunine, Marx e Proudhon, que levam à dissolução da I Internacional, vêm também influenciar o PS. Por um lado, a própria constituição do partido já tinha carecido de um apoio consensual entre os movimentos operários de influência socialista, que recusavam entrar no jogo político, expressando a influência anarquista *bakuniana*. As divergências emergem novamente, com a decisão da

²²² *O Eco dos Operários* é criado pela mão do general Sousa Brandão, do escritor Lopes de Mendonça e do operário gráfico Vieira da Silva. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. p. 937; MARTINS, Susana - *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. p. 17, 18.

²²³ “Socialismo.” In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (coord) - Ob. cit. p. 937.

direção do PS em não se candidatar às eleições para deputados de outubro de 1872, gerando a oposição de uma facção, que decide apresentar candidaturas através da formação do Centro Eleitoral Operário no Porto. As divisões parecem ser sanadas com a assunção da tática eleitoralista em congressos (1879/80), passando o partido a designar-se Partido dos Operários Socialistas de Portugal. Mas a aparente união dura apenas até à próxima querela, no final da década de 80, entre marxistas e reformistas, que resulta na afirmação daquela ala no partido, que passa a chamar-se Partido Socialista Português (PSP).

Apesar de nova rutura, agora entre os marxistas, originada pelo dilema de se aliarem ou não aos republicanos, a reunificação das hostes socialistas dá-se em 1908, motivada pelos apelos internacionais para a união. Mas com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (IGM), o PSP, fiel à tradição de discórdia, incapaz de dar uma resposta uniforme sobre a participação no conflito²²⁴. A instauração da ditadura militar vem gerar novas divisões e, naturalmente, a institucionalização da ditadura do Estado Novo, a partir de 1933, com as sucessivas expurgações políticas, acarreta a dificuldade de sobreviver organizativamente. Susana Martins²²⁵ regista ainda alguma continuidade de atividade política de membros do partido até meados da década de 30, nomeadamente em organizações cooperativas e culturais. Porém, não consegue sobreviver na clandestinidade, sendo ultrapassado pelo ganho de terreno dos movimentos anarquistas e do Partido Comunista Português (PCP).

Apesar da criação do primeiro partido socialista português ser contemporânea do caso espanhol, e deste modo, pouco desfasada do início de consolidação na Europa de partidos do socialismo democrático, as querelas doutrinárias, aliás, comuns ao movimento socialista internacional, resultaram numa estrutura organizativa débil, sem capacidade de resposta pragmática, por sua vez, incapaz de melhorar uma deficiente implantação territorial e de classe. Obviamente, a isto não é alheia a própria circunstância nacional. “O atraso, a pobreza e a situação geográfica do país, a urbanização incipiente, a indústria artesanal são razões exteriores à realidade do movimento e que determinam enormemente a sua fraqueza. Agravando estas condicionantes, a história dos socialistas portugueses é recheada de divisões, fruto da confusão ideológica e doutrinal sempre reinantes, às quais se juntam as hesitações táticas e a inexistência de uma liderança forte que pudesse catalisar ao seu redor as vontades da maioria.”²²⁶

²²⁴ MARTINS, Susana – Ob. cit. p. 19-28.

²²⁵ *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. p. 29-36.

²²⁶ *Idem, ibidem*, p. 37.

A década de 40 assiste a algumas tentativas de ressurgimento do movimento socialista, impulsionados quer por uma nova geração, quer por antigos dirigentes do PSP, mas sem efeito político consequente na oposição. Fruto da ação da nova geração, por volta de 1944, surge a União Socialista, por fusão do Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista (criado em finais de 1942) e da União Democrato-Socialista (criada em 1943), que assume um papel destacado nas décadas de 40 e 50²²⁷. O Partido Socialista Independente surge em Coimbra, em 1943, registando-se pouca informação sobre a sua atividade. Por influência da vitória dos trabalhistas britânicos, em 1945, constitui-se o Partido Trabalhista Português nesse ano, que parece ter uma diminuta atividade e implantação. Por outro lado, as movimentações dos afetos ao antigo PSP levam a uma reorganização de antigos socialistas, criando um partido de designação renovada: o PSP-SPIO – Partido Socialista Português – Secção Portuguesa da Internacional Operária. Na linha dos dissidentes comunistas, está a formação do Partido Social Operário, em 1947, por José de Sousa, antigo dirigente do PCP. Ainda entre as diversas agremiações socialistas criadas estão a Juventude Socialista Portuguesa (em 1946) formada por estudantes universitários, simpatizantes dos comunistas, mas distintos pelas críticas ao estalinismo²²⁸.

Apesar das tentativas de unificação dos diversos grupos e até da celebração de acordos de unidade, o surgimento contínuo de novas agregações, as fragilidades organizativas e ambiguidades doutrinárias e a própria repressão do regime autoritário salazarista dificultaram a tarefa. Só a partir da década de 50 é que os socialistas iniciarão o caminho para a unidade.

b) Da Resistência Republicana ao PS: reorganização efetiva e definitiva dos socialistas

Por volta de 1953, é fundada a Resistência Republicana (RR), por “membros desiludidos” da União Socialista, como Gustavo Soromenho, Magalhães Godinho, António Macedo e José Ribeiro dos Santos, e por elementos que tinham abandonado o PCP, como Mário Soares, Piteira Santos, Francisco Ramos da Costa e Salgado Zenha, entre outros. Iniciou-se como um grupo de reflexão em Lisboa, sem definição política clara, que tentava assumir-se como uma alternativa à oposição comunista, fruto de uma “necessidade imperiosa de redefinir uma esquerda, liberta de hipotecas paralisantes.”²²⁹ A RR entra para o Diretório

²²⁷ Tendo participado na constituição dos movimentos unitários de combate à ditadura, como o MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista, e o MUD – Movimento de Unidade Democrática.

²²⁸ Sobre os vários grupos e partidos de inspiração socialista constituídos neste período, ver: *Idem, ibidem*, p. 38-59. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (coord) – Ob. cit. p. 938.

²²⁹ SOARES, Mário – *Portugal Amordaçado*. Lisboa: Arcádia, 1974. p. 195.

Democrato-Social (DDS), grupo fundamental no apoio à candidatura de Humberto Delgado. A intenção da entrada para o DDS era alargar a sua base de apoio e de influência na oposição não comunista²³⁰ e, tal como era ideia de Soares, afirmar uma oposição demarcada do PCP para iniciar relações exteriores captadoras de simpatias políticas na Europa ocidental.

Mário Soares será o principal responsável pela “importação” do socialismo democrático para Portugal. As constantes viagens ao estrangeiro, nomeadamente a França, Itália e Bélgica e as leituras do *Nouvel Observateur* dão-lhe a conhecer a linha neutralista muito típica do ideário da social-democracia francesa.

Seguindo a estratégia de assunção de uma oposição alternativa à esquerda, a RR agrega, em 1963, o termo socialista, tornando-se Resistência Republicana Socialista, demarcando-se “do conservadorismo republicano, afirmando-se como aglutinadora dos socialistas e social-democratas da época e proclamando-se uma organização de centro-esquerda.”²³¹ Ficando mais capaz de organizar uma oposição alternativa à comunista, a estratégia do grupo, nomeadamente com Ramos da Costa e Tito Morais - que encetam contactos com partidos e outras organizações europeias a partir do exílio, e com Mário Soares - como responsável pela organização no interior, passaria agora, assumidamente, pela conquista de projeção política externa. Estavam assim lançadas as bases para, um ano depois, se constituir a ASP – Ação Socialista Portuguesa, em Genebra, por aquele trio de timoneiros.

A ASP nasce sem uma definição ideológica clara, presa que estava a uma dualidade de necessidades: por um lado, cativar apoios externos; por outro, alargar as suas bases de apoio interno à esquerda e poder cativar dissidentes do PCP. Embora os seus fundadores revelassem simpatias pelo socialismo democrático, a sua declaração de princípios reconhecia a “revolução soviética como um marco fundamental na história da humanidade” e defendia um socialismo humanista, repudiando “os movimentos que dizendo-se socialistas ou social-democratas acabam por servir, deliberadamente ou de facto, os interesses do capitalismo internacional e do imperialismo.”²³² O texto é também revelador do consenso possível para a criação da ASP, que resulta mais da pressão de Mário Soares (consciente do momento

²³⁰ Nessa senda, conciliam aspirações socialistas e fazem algumas iniciativas conjuntas, como a publicação do Programa para a Democratização da República, lançado em 1960, que se assume como da oposição não comunista e ainda impregnado no espírito da I República. SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. Diss. de mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. p. 15, 16 [Em linha]. [Consult. 25.06.2016]. Disponível em WWW: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/18136/1/Dissertacao_MarioSoares_Europa.pdf>.

²³¹ SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. p. 16; Cf. MARTINS, Susana – Ob. cit. p. 86-93.

²³² “Declaração de Princípios da ASP”. Cit. in SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. p. 17.

favorável na Europa, com a vitória dos trabalhistas ingleses e a circunstância de os socialistas estarem no poder em muitos países), contra os membros do interior, mais favoráveis à continuação RRS.

Efetivamente, a estratégia de fazer oposição ao regime português na Europa irá concretizar-se e intensificar-se com o exílio de Soares, a partir de 1970. Com isto, reforçam-se os contactos partidários e com outras organizações (como se verá no capítulo seguinte) e uma tendência de ideologização social-democrata da ASP, com Soares a revelar-se a personificação de uma oposição não comunista em Portugal, construindo uma imagem de credibilidade para os europeus²³³. De modo que, em 1973 - e apesar de a ASP já ter sido aceite como membro da IS (em 1972), novamente por pressão de Mário Soares (que considerava necessário a existência de um partido para falar de igual para igual com os congéneres europeus), é fundado o PS, um ano antes da Revolução dos Cravos. A confiança granjeada na Europa nestes últimos anos da ditadura conferem ao partido um amplo apoio internacional durante o período conturbado da transição democrática, o PREC – Processo Revolucionário em Curso. Com a normalização da transição democrática e a experiência governativa, o partido virá, de facto, a incorporar a linha da social-democracia, sendo protagonista na condução da adesão de Portugal às CE.

²³³ SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. p. 17-20, 26-39; Cf. MARTINS, Susana – Ob. cit. p. 131-142, 184-204.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I – NA OPOSIÇÃO ÀS DITADURAS (1945-1975)

1. Europa e unidade europeia entre o utilitarismo da oposição e o idealismo federal

Pese embora o desfasamento temporal de cerca de um ano do fim das ditaduras ibéricas, registamos uma sincronia no relançamento democrático dos regimes políticos dos dois países após a IIGM. A vitória da democracia dos aliados não tocou a Península, que experienciou, durante mais cerca de 30 anos, a sobrevivência das ideologias derrotadas no grande conflito. A queda do Estado Novo, em Portugal, antecipou-se em ano e meio ao fim do *franquismo* em Espanha, em 1975, com a morte do ditador Francisco Franco. Também o início das ditaduras acontece na mesma década, apesar de alguns anos de desfasamento. A instauração do Estado Novo, em Portugal, acontece em 1933 e a do franquismo, em Espanha, em 1939. Esta sincronia dos estados ibéricos é importante no sentido em que exercerá nas forças de oposição em estudo a mesma estratégia para o combate na Europa: a denúncia das ditaduras como exceção numa Europa ocidental onde a democracia saíra vitoriosa da guerra e a pressão para que se mantivesse um isolamento dos regimes e afastamento de qualquer projeto de cooperação ou integração europeias.

1.1 PSOE: da exaltação federalista ao desalento

A partir de 1947, com as crescentes perseguições no interior, o PSOE será praticamente um partido de exílio, com a comissão de Toulouse, desde 1954, a tornar-se a única comissão política do partido.²³⁴ Será a partir daí que os socialistas se movimentarão na Europa e comandarão a sua atividade política.

a) No fervor da ideia dos Estados Unidos da Europa

Os títulos do *El Socialista*²³⁵ evidenciam bem que os socialistas espanhóis acompanharam a discussão e são favoráveis à ideia de unidade europeia debatida no pós-

²³⁴ JULIÁ, Santos - *Los Socialistas en la política Española, 1879-1982*. Madrid: Santillana, S.A. Taurus, 1996. p. 327-334.

²³⁵ Durante os anos de exílio, o *El Socialista* tem periodicidade semanal e é publicado no exílio, em Toulouse (com algumas intermitências em Paris), França, onde o PSOE tinha constituído uma nova comissão executiva. *Idem, ibidem*, p. 299.

guerra. Nos anos de 1948 e 1949, há 59 artigos publicados no jornal sobre temas de unidade europeia²³⁶, situação que contrasta com o zelo da imprensa franquista em ocultar o isolamento internacional que a ditadura espanhola vivenciava²³⁷.

Os anos após a IIGM são o derradeiro tempo da acreditação política da ideia de unidade europeia. A dimensão destrutiva do conflito e a emergência da Guerra Fria contribuíram para que a ideia de unidade europeia se começasse a libertar definitivamente dos preconceitos romântico e utópico do século XIX²³⁸ para ser apoderada com pragmatismo pela política²³⁹. As tentativas de concretização passaram, primeiro, pelo domínio da defesa, com o Tratado de Bruxelas, assinado em 1947, e depois pelo político, no Congresso da Haia, onde se reuniram, em 1948, políticos e representantes de vários movimentos europeus, galvanizados pelo apelo de Churchill em Zurique²⁴⁰, para a criação de uns “Estados Unidos da Europa”. A expressão encerra, contudo, uma multiplicidade de configurações institucionais para a concretização de um projeto político unitário, uma diversidade de opiniões que é a base dos impasses que atravessam toda a história da integração europeia até hoje. Em Haia, fica manifesta uma bipolaridade ideológica entre intergovernamentalistas e federalistas. O PSOE acompanha toda a discussão e ladeia a posição dos socialistas e sociais-democratas europeus, que, juntamente com os democratas-cristãos²⁴¹, davam fôlego político à ideia federal europeia.

²³⁶ Entre o total, contam-se cinco sobre o Pacto de Bruxelas e a constituição da União Ocidental, 12 acerca do Plano Marshall e da OECE, 19 sobre o Congresso da Haia e a constituição do CdE e 23 discutem a ideia de *Estados Unidos da Europa*. Alguns exemplos de títulos: “Por la unificación de Europa” (dois artigos), “Orígenes del federalismo en Europa”, “Sobre la Unión Federal de Europa”, “Hacia la creación de los Estados Unidos de Europa”, “Los Estados Unidos Socialistas de Europa” (3 artigos), “Los Estados Unidos de Europa han nacido”, “Es necesario crear un Parlamento europeo”, “Sobre los Estados Unidos de Europa”, “Un gobierno de la España democrática podría participar en la Europa unida”, “¿Serán una realidad los EE.UU. de Europa?”, “La Asamblea Europea de Estrasburgo” (3 artigos), “La Asamblea Europea ha terminado sus deliberaciones.” Estes títulos, indiciadores de uma ideia europeísta, foram publicados no jornal em 1948 e 1949, anos quentes do debate federal europeu, a propósito da realização do Congresso da Haia e da criação do CdE.

²³⁷ CAVALLARO, Maria Helena - *Los Orígenes de la Integración de España en Europa – desde el franquismo hasta los años de transición*. Madrid: Sílex Ediciones, 2009. p. 51, 52. Espanha tinha sido excluída da criação da ONU, da OTAN e do Plano Marshall. Cf. TELO, António José, GÓMEZ, Hipólito de la Torre - *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. p. 250-254.

²³⁸ BOER, Pim den – Ob. cit. p. 77.

²³⁹ Cf. NUGENT, Neill – Ob. cit. p. 4-17.

²⁴⁰ Cf. SILVA, António M. da - *História da Unificação Europeia: a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 26-57; OLIVI, Bino - *L'Europe difficile: Histoire politique de la construction européenne*. Paris: Éditions Gallimard, 2007. p. 9-20; BOSSUAT, Gérard – *Histoire de l'Union européenne. Fondations, élargissements, avenir*. Paris: Éditions Belin, 2009. p. 109-112; PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio, COLSA, Juan Manuel Uruburu - *História da União Europeia*. (trad. portuguesa). Coimbra: Coimbra Editora, 2004. p. 53-60; SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 23-34.

²⁴¹ Cf. OLIVI, Bino – Ob. cit. p. 26; RIBEIRO, Maria M. Tavares - *A Ideia de Europa: uma perspectiva histórica*. p. 57.

No âmbito das discussões de 1948 e 1949, os socialistas espanhóis assumem uma posição federalista²⁴² para a arquitetura política de uma união europeia. O partido faz-se representar no Congresso da Haia e na Conferência dos Partidos Socialistas da Europa (que aprova uma resolução para constituir os *Estados Unidos da Europa*), por Indalecio Prieto, líder da comissão executiva²⁴³, que discursa nos dois eventos²⁴⁴. Nas suas intervenções, Prieto condena a ditadura²⁴⁵ e pressiona as democracias ocidentais para apoiar o derrube do franquismo, mantendo o isolamento de Madrid. Espanha é a “piedra de toque de la unidad europea”²⁴⁶, um teste às reais intenções unitárias do Ocidente.²⁴⁷

Se, por um lado, esta abordagem do PSOE evidencia uma estratégia utilitária para fazer oposição, por outro a apropriação da ideia de unidade europeia não se reduz a ela. O envolvimento socialista na discussão reflete um sentido de pertença civilizacional, um ideário socialista e internacionalista, a aprendizagem da necessidade de fazer a unidade europeia, resultante da lição dos excessos nacionalistas, de que as duas guerras mundiais foram auge. Enfim, uma consciência sobre os limites do estado-nação.

Estas ideias ficam expressas no Congresso da Haia, onde Indalecio Prieto promove a resolução para bloquear a integração da Espanha ditatorial de Franco num futura Europa unida, que só se deveria abrir a “un Gobierno de la España Democrática [...]”²⁴⁸ Essa Espanha democrática, que seria a genuína, encontraria razões identitárias para se integrar

²⁴² Entenda-se por federalismo a aceção contemporânea do termo, conforme entendida nos estudos sobre a ideia de Europa depois da fundação dos EUA. Realçamos, novamente, que a visão federal aqui indicada é feita na aceção explicada de Viriato Soromenho Marques, já explicada no início deste trabalho. SOROMENHO-MARQUES, Viriato - Ob. cit. p. 34, 35.

²⁴³ Indalecio Prieto é eleito presidente da Comissão Executiva no exílio, no III Congresso do PSOE no exílio, em 1948. Manterá o cargo até 1950, quando se demite na sequência da admissão de Espanha na ONU. “Prieto Tuero, Indalecio”. *Diccionario Biográfico del Socialismo Español*. Fundación Pablo Iglesias [Em linha]. [Consult. 29.04.2014]. Disponível em WWW: < http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/10769_prieto-tuero-indalecio >.

²⁴⁴ “La Conferencia Socialista europea se reunirá en París el 24 de abril.” *El Socialista*. Nº 5408 (16.04.1948) p. 1; “Intervención de Indalecio Prieto, presidente del PSOE, en la Conferencia de Partidos Socialistas.” *El Socialista*. Nº 5410 (30.04.1948) p.1; “Conferencia Socialista Internacional.” *El Socialista*. Nº 5411 (7.05.1948) p. 1; “El Congreso de La Haya, un Gobierno de la España democrática podría participar en la Europa Unida – importante discurso de Indalecio Prieto.” *El Socialista*. Nº 5412 (13.05.1948) p.1.

²⁴⁵ A ideia de isolamento está presente em vários artigos do jornal, sendo vincada a exclusão de Espanha do Plano Marshall e do Pacto de Bruxelas, com realce para declarações de Paul-Henri Spaak: “Todas las dictaduras, de derecha o de izquierda, están excluidas del pacto, y, por lo tanto, no puede admitir-se en él a la España franquista.” “Unas declaraciones de Spaak.” *El Socialista*. Nº 5409 (23.04.1948) p. 4.

²⁴⁶ TROELLER, Gordlan - “Espanña, piedra de toque de la unidad europea.” *El Socialista*. Nº 5438 (11.11.1948) p. 4.

²⁴⁷ O empenho das democracias ocidentais no derrube da ditadura indicará “si la Unidad Europea ha de ser una conglomeración de anticomunistas que el miedo y el oportunismo habrá temporalmente reunido en el mismo campo, o bien una asociación de pueblos libres que quieren sinceramente construir una unidad superior.” *Idem, ibidem*.

²⁴⁸ “Un Gobierno de la España Democrática podría participar en la Europa unida.” *El Socialista*. Nº 5412 (13.05.1948) p. 5. Por Espanha democrática, entenda-se, conforme Indalecio diz, a Espanha do povo, que sofre da “non intervención” e do “modelo de hipocresía de la comunidad internacional(...)” *Idem, ibidem*.

nessa Europa unida. “Una serie de motivos económicos, geográficos, históricos, culturales y políticos exigen la presencia en la comunidad democrática de Europa... de una España democrática.”²⁴⁹ A integração é, assim, um devir natural civilizacional, mais do que uma opção, é uma evidência factual, conforme teorizado por Ortega Y Gasset, filósofo que inspira o discurso socialista espanhol.²⁵⁰ Vinga a Europa dos povos e não a das nacionalidades. Indalecio Prieto apoia o projeto “de la Federación de Pueblos Libres de Europa”²⁵¹, apresentado na Conferência dos Partidos Socialistas da Europa.

A filosofia espanhola e europeia influencia o discurso de Prieto, que torna urgente a união da Europa, na condição de que “sea de pueblos auténticamente libres, y en ella encuentren su base y su modelo los futuros Estados Unidos de Europa y más tarde la Confederación Mundial a que aspira el socialismo para garantizar de modo efectivo la paz (...).”²⁵² As palavras do socialista remetem para o universalismo da paz perpétua de Kant e do socialismo utópico que inspirou o século XIX.

Com o desfecho do Congresso da Haia, o PSOE lamenta a vitória dos unionistas sobre os federalistas, considerando que o domínio das posições britânicas acabou por minar as aspirações supranacionais.²⁵³ Antes da realização do Congresso, os socialistas já revelavam simpatia pela “Federación de los Estados Unidos de Europa, idea que de tener éxito habría de llevarse hasta sus últimas consecuencias: es decir, hasta la constitución de un gobierno y un parlamento internacional (...).”²⁵⁴ Perante as resoluções da Haia, a desilusão dos espanhóis culpa os trabalhistas britânicos: “los laboristas ingleses piensan, sin duda, en el Imperio y en los dominios.”²⁵⁵ Efetivamente, a Grã-Bretanha tem sido historicamente reticente em assumir

²⁴⁹ “España y el Plan Marshall.” *El Socialista*. Nº 5408 (16.04.1948) p. 3.

²⁵⁰ “It was historical realism which taught me to understand that unity of Europe as a society is not an ideal but a fact of a very ancient everyday life.” GASSET, Ortega y - *La Rebelión de las masas*. (primeira publicação em 1926). Cit. in D’APPOLLONIA, Ariane Chebel - “European Nationalism and European Union”. In PADGEN, Anthony (ed.) - *The idea of Europe: from antiquity to the European Union*. p. 177.

²⁵¹ “Intervención de Indalecio Prieto, presidente del PSOE, en la Conferencia de Partidos Socialistas.” *El Socialista*. Nº 5410 (30.04.1948) p.1.

²⁵² *Ibidem*. Os interesses de Prieto pela política internacional “incrementaram-se a partir do fim da guerra civil espanhola”, em linha com os seus princípios defensores de uma sociedade democrática e pluralista. Cf. VELÁZQUEZ, José Carlos G. - “España en Europa: la concepción europeísta de Indalecio Prieto durante el exilio (1946-1972). In LUXÁN, Adolfo de, PUERTA, Alonso (ed.) - *El Socialismo Español en el Exilio y la Construcción Europea*. Madrid: Fundación Acción Socialista Europea, Fundación Indalecio Prieto, 2003. p. 78.

²⁵³ A diversidade de movimentos europeus surgidos no pós-guerra e o diferente posicionamento dos países envolvidos, dividia-se essencialmente entre as posições unionistas ou intergovernamentalistas e as federalistas, que se expressaram no Congresso da Haia. Aí, foi a influência intergovernamentalista britânica que fragmentou as discussões e acabou por vingar. SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 30, 31.

²⁵⁴ “Crónica Internacional.” *El Socialista*. Nº 5403 (12.03.1948) p 4.

²⁵⁵ “Serán una Realidad los EE. UU: de Europa?” *El Socialista*. Nº 5415 (03.06.1948) p. 1. Cf. “Temas del momento.” *El Socialista*. Nº 5418 (24.06.1948) p. 2.

“compromissos sérios”²⁵⁶ na integração europeia, ponderando, nesta época, uma diversidade de interesses da sua política externa, que não passavam pela partilha de soberania nacional com uma entidade europeia.

A constituição de uma Assembleia Europeia com reais poderes e a formação do Movimento Europeu²⁵⁷ como força impulsionadora de um projeto federal são a esperança do PSOE depois do Congresso da Haia. Os socialistas ficam esperançosos que os poderes da assembleia parlamentar constituída no âmbito do CdE possam fazer evoluir a organização para um âmbito federal - “(...) Hace falta aumentar muy pronto las funciones de nuestra Asamblea”, clama o francês André Philip no jornal.²⁵⁸ Mas o desfecho dos trabalhos da assembleia volta a desiludir o PSOE.

O modelo de Prieto para a integração europeia assemelha-se ao dos socialistas franceses, com a formação de uma Assembleia que pudesse dispor de plenos poderes, como propõe León Blum.²⁵⁹ O jornal *El Socialista* veicula também a opinião do socialista francês Guy Mollet, inspirador dos exilados do PSOE na defesa da ideia de unidade²⁶⁰, reforçando a necessidade de conferir autoridade política à Assembleia Parlamentar do CdE.²⁶¹ Porém, o desfecho da configuração institucional desta organização contrariou o desejo dos socialistas e de outros federalistas, já que as várias propostas da Assembleia Consultiva, sob a liderança de Paul-Henri Spaak, para que lhe fosse concedido poder deliberativo, esbarraram no poder do Conselho de Ministros, com os ingleses a bloquear qualquer decisão nesse sentido.²⁶²

Concluimos, então, que o modelo federalista está na base da conceção dos socialistas espanhóis para uma união europeia nestes anos imediatos de pós-guerra. E, como veremos

²⁵⁶ SILVA, António M. da - *História da Unificação Europeia* [...] Cit. p. 20.

²⁵⁷ Na direção do Movimento Europeu, o PSOE realça nomes como Paul-Henri Spaak, León Blum e Alcides de Gasperi, como capazes de contribuir para o avanço das promessas saídas de Haia. “Por la unificación de Europa.” *El Socialista*. Nº 5438 (11.11.1948) p. 4; “El Consejo Internacional del Movimiento Europeo.” *El Socialista*. Nº 5454 (03.03.1949) p. 3.

²⁵⁸ E continua: “Es necesario hacer comprender al Consejo de Ministros que no es digno para una Asamblea como la nuestra (...) el estar constreñido a pedir la autorización para discutir un problema. Es necesario que la Asamblea obtenga una modificación de su estatuto de forma que le permita escoger, verdadera y efectivamente, las cuestiones que entienda debe discutir.” PHILIP, André - “Es necesario que Europa transforme la estructura de su vida económica.” *El Socialista*. Nº 5482 (15.09.1949) p. 4.

²⁵⁹ “(...)pero los asambleístas de 1949 (...) se contentaron con el modestísimo papel de perrillos falderos que les habían asignado los respectivos gobiernos.” PRIETO, Indalecio - “Europa por dentro.” *El Socialista*. Nº 5483 (22.09.1949) p. 1.

²⁶⁰ Cf. MATEOS, Abdón - “Europa en la política de presencia internacional del socialismo español en el exilio.” *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V. Hª Contemporánea*. Nº 2 (1989) p. 351.

²⁶¹ “(...) Los Estados Unidos de Europa no tardarán en organizarse y que podremos muy pronto saludar la apertura del primero Parlamento europeo.” MOLLET, Guy - “Los Estados Unidos de Europa han nacido.” *El Socialista*. Nº 5488 (27.10.1949) p. 4. A mesma ideia é reforçada noutro artigo: MOLLET, Guy - “Es necesario crear un Parlamento Europeo.” *El Socialista*. Nº 5489 (03.11.1949) p. 4.

²⁶² Cf. SILVA, António M. da - *História da Unificação* [...] Cit. p. 52-56.

adiante, a ideia de federação europeia acarretava outra - a apologia de um internacionalismo socialista.

b) Federalismo para um internacionalismo socialista

A Revolução Francesa legitimou a soberania do Estado, alicerçado na nação, i.e., na invocação do direito dos povos e do princípio da nacionalidade. Consolida-se, assim, politicamente o Estado-nação²⁶³. Mas o extremismo nacionalista do século XX desacredita-o e deslegitima-o. As duas guerras mundiais vêm atestar as teorias das elites intelectuais europeias que, desde o século XVIII, já davam corpo a projetos internacionalistas. O estado-nação é incapaz de evitar a crise e a exploração social.²⁶⁴ Conforme já anteriormente explicado, a federação surge, na intelectualidade europeia, como uma forma de concretizar o internacionalismo político, envolto num ideário socialista e republicano. Nos discursos do PSOE desta época, influenciado pelos franceses, encontramos esse trinómio - internacionalismo, federalismo e socialismo²⁶⁵, a denunciar uma certa herança da filosofia das Luzes. É imbuído neste ideário que o partido encara o Plano Marshall como a via para um internacionalismo socialista, capaz de inverter a decadência europeia.

A intervenção dos EUA na Primeira Guerra Mundial (IGM) já indiciara o seu crescente poderio económico e político, que fica consolidado com a IIGM. Contrariamente, a Europa, material e humanamente desfalcada, constatava a impossibilidade de “jogar o papel proeminente de outros tempos.”²⁶⁶ É com base na compreensão da alteração do paradigma histórico das hegemonias internacionais, evidente depois de 1945²⁶⁷, que os socialistas espanhóis acolhem positivamente o Plano Marshall. Sem ele, a “Europa estaría sumida en el caos”²⁶⁸, reconhecem. Não só as hegemonias político-económicas haviam mudado, como os atributos de poder, com a “proeza capitalista” do século XX a ser caracterizada pela

²⁶³ RIBEIRO, M. M. Tavares - *A Ideia de Europa, uma perspectiva* [...] Cit. p. 42, 43.

²⁶⁴ BUGGE, Peter – Ob. cit. p. 111.

²⁶⁵ Cf. MATEOS, Abdón – Ob. cit. p. 350, 351.

²⁶⁶ ARACIL, Rafael; OLIVER, Joan; SEGURA, Antoni - *El Mundo Actual. De la Segunda Guerra Mundial a nuestros días*. Barcelona: Edicions Universitat de Barcelona (revisada y actualizada), 1998. p. 22.

²⁶⁷ “Los países europeos apenas se han comenzado a enterarse de que su economía se ha hundido, al perder el poderío que anteriormente tenía sobre ciertos pueblos coloniales. [...] Los conservadores de Europa querían mantener aún sus privilegios. Los capitalistas de América quieren desarrollar el movimiento nacionalista e independiente de los antiguos países colonizados”, crenes de que ao abrir novos mercados e potencialidades de aumentar o consumo, podem “fortalecer por algunos años su creciente poderío.” SABORIT, Andrés - “Europa y el Plan Marshall.” *El Socialista*. Nº 5454 (03.03.1949) p. 1.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*.

“necessidade cada vez menor de adquirir mais terras”²⁶⁹, secundarizando a importância das possessões territoriais.

Esta consciência histórica reflete-se no *El Socialista*, que escreve que as colónias não passavam, afinal, de um “monopolio virtual de la industrialización.”²⁷⁰ Neste contexto, prosseguem os socialistas no jornal, a Europa deparava-se não só com a necessidade da reconstrução das suas infraestruturas económicas, mas também de alterar completamente as suas relações comerciais com o resto do mundo.²⁷¹ Consensualizava-se, entre os partidos, da direita e esquerda (moderadas)²⁷², que o Plano Marshall seria a epígrafe para um revisionismo à economia europeia, de forma a que esta atingisse a potencialidade de outros tempos.²⁷³ As antigas potências europeias estavam debilitadas, incapazes de sustentar o arranque necessário para a reconstrução e o desenvolvimento económico. Além disso, tinham de gerir politicamente o trauma psicológico antigermânico. A intenção norte-americana em lançar o Plano Marshall era sobretudo política. O comunismo seria contido através da economia e, simultaneamente, promovia-se o desmantelamento dos nacionalismos económicos europeus.

A relação do federalismo com o socialismo no PSOE é influenciada, por um lado, pelo sentido internacionalista da sua retórica marxista e, por outro, pelas reminiscências do socialismo utópico e da influência da linha social-democrata à qual o partido no exílio fica cada vez mais afeto²⁷⁴. Os interesses globais do capitalismo superariam o estado-nação e,

²⁶⁹ GALBRAITH, John Kenneth - *Viagem Através da Economia do Nosso Século*. Lisboa: Editorial Presença, 1995. p. 28.

²⁷⁰ Permitiam, “por meo del comercio, obtener alimentos y materias primas de casi todos los puntos del globo. Este siglo XIX, base de la prosperidad europea ha desaparecido para siempre tras los afectos de dos guerras y el enorme progreso logrado fuera de Europa. Los Estados Unidos producen hoy más acero que el conjunto de Europa haya producido nunca.” “La Salvación de Europa.” *El Socialista*. Nº 5369 (18.07.1947).

²⁷¹ “Europa, antes taller del mundo, que recibía materias primas y expedía productos fabricados, asiste ahora al desenvolvimiento industrial de países nuevos. Encuentra dificultades crecientes para procurarse las materias primas esenciales. Tropieza con dificultades mayores todavía para hallar los mercados necesarios a sus exportaciones tradicionales.” “Es necesario que Europa transforme la estructura de su vida económica, dice André Philip.” *El Socialista*. Nº 5482 (15.09.1949) p. 4. André Philip, socialista francês, tornou-se num importante representante do internacionalismo da SFIO (Section Française de l’Internationale Ouvrière) – organização percussora do partido socialista francês - e um expoente veiculador do socialismo francês sobre a ideia europeia. Cf. CRIDDLE, Byron – Ob. cit. p. 25-27.

²⁷² Socialistas, sociais cristãos e sociais-democratas uniram-se no apoio à sua implementação. “A situação do imediato pós-guerra em muitos países libertados e ocupados parecia minar a posição dos políticos moderados, com pouco apoio além do de aliados ocidentais, e assediados dentro e fora dos seus governos pelos comunistas, que em toda a parte emergiam da guerra mais fortes do que em qualquer época do passado, e às vezes como os maiores partidos e forças eleitorais dos seus países.” HOBBSAWN, Eric - *A Era dos Extremos*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2011. p. 230.

²⁷³ LEÓN, Pierre (dir.) - *História Económica e Social do Mundo. O Segundo Século XX - de 1947 aos nossos dias*. Vol. VI, Tomo I. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981. p. 225.

²⁷⁴ A homogeneidade ideológica do PSOE era ameaçada pela diversidade do partido, entre as vivências dos membros do interior e do exterior. Indalecio Prieto, que assume a presidência da comissão executiva no exílio, em 1948, pratica “una línea francamente socialdemócrata.” Cf. CIERVA, Ricardo de la – Ob. cit. p. 269-275. Sobre Indalecio Prieto: “Prieto Tuero, Indalecio.” *Diccionario Biográfico del Socialismo Español*, Fundación

conforme a conceção de Marx e Engels, para os combater a luta do proletariado teria de extravasar os limites nacionais.²⁷⁵ No caso do PSOE, a lógica internacionalista não reside na luta proletária, mas num planeamento democrático transnacional da economia. Neste sentido, apela à criação de uns *Estados Unidos da Europa* que “organicen democráticamente la propiedad europea de las industrias de base y la planificación económica general.”²⁷⁶

Os socialistas retiravam lições das consequências do nacionalismo económico, materializado numa Europa “antieconomicamente dividida en gran numero de economías nacionales”²⁷⁷, pelo que era imprescindível que a aplicação do Plano Marshall fosse feita numa perspetiva continental - aliás, como era vontade e foi exigência dos EUA. “En este programa de modernización el único punto importante, sin el cual no puede esperarse un éxito duradero, es la integración económica gradual de los países participantes.”²⁷⁸ Estava-se diante da grande oportunidade para concretizar um planeamento económico europeu.²⁷⁹

Tratava-se de transportar o papel nacional social-democrata regulador do capitalismo (que, advogavam os espanhóis, desde o século XVIII adquirira um carácter cada vez mais internacionalista e impositivo) para uma escala europeia. Esta argumentação, comum à de outros socialistas europeus, nomeadamente os franceses, exemplifica a conclusão de John Kenneth Galbraith, de que “o apelo à união política anda assim a par do desenvolvimento económico.”²⁸⁰ Porém, os socialistas distinguem-se de outros partidos pelo facto de apelarem

Pablo Iglesias [Em linha]. [Consult. 20.02.2016]. Disponível em WWW: < http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/10769_prieto-tuero-indalecio >.

²⁷⁵ DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'intégration Européenne* [...] Cit. p. 19-22.

²⁷⁶ “Los Estados Unidos de Europa.” *El Socialista*. Nº 5496 (22.12.1949) p. 4.

²⁷⁷ “La salvación de Europa.” *El Socialista*. Nº 5369 (18.07.1947) p. 2. A condenação ao nacionalismo económico é feita noutras edições do *El Socialista*, com a publicação de um artigo do *The Observer*: edições nº 5370 (25.07.1947) p. 2 e nº 5373 (15.08.1947) p. 2. De facto, se o nacionalismo tem sido latente na política europeia já desde o século XIX, no caso da economia, revelou-se expressivamente após a IGM, incrementado pela Grande Depressão. A necessidade de obter balanças comerciais excedentárias, com a adoção de medidas protecionistas para desencorajar as importações e proteger a indústria nacional e o emprego, levou ao domínio da filosofia autárquica na economia. Os anos 30 iriam assim contrariar a essência internacionalista do capitalismo e “testemunhar um regresso ao mais antigo e violento nacionalismo.” Se a história oferecia essa reflexão, a ela juntava-se a já referida perda da posição hegemónica da Europa e o seu desfasamento do novo paradigma de desenvolvimento económico. Cf. GALBRAITH, John Kenneth - Ob cit. p. 103.

²⁷⁸ Prossegue o *El Socialista*: “A menos que esto no se lleve a cabo, dichos países no podrán obtener los beneficios resultantes de una economía de base continental igual a la que actualmente disfrutan los Estados Unidos y Rusia.” “La salvación de Europa.” *El Socialista*. Nº 5369 (18.07.1947) p. 2.

²⁷⁹ “No basta nacionalizar. No basta el control. Es necesario, internacionalmente, saber la cantidad de productos de que se dispone y en qué países se pueden adquirir y en que otros se deben colocar.” “Internacionalismo.” *El Socialista*. Nº 5413 (20.05.1948) p.3.

²⁸⁰ *Viagem Através da Economia do Nosso Século*. p. 139.

a um planeamento regulador do desenvolvimento económico a que aspiram - toda a reflexão em torno do Plano Marshall, no *El Socialista*, apela a essa necessidade.²⁸¹

Num contexto internacional de extremos ideológicos, a retórica da doutrina socialista, aspirante a reguladora de uma economia europeia, não era fácil. O discurso tinha de fazer caminho no limbo da refuta do capitalismo e do comunismo.²⁸² Influenciado pelos partidos homólogos, o PSOE desenhava as suas opções políticas condicionado pelo mundo “novo”²⁸³ que emergiu depois da IIGM. Face ao bipolarismo, aos socialistas europeus restava uma terceira opção: “(...) ni con Rusia ni contra Rusia. Ni con América, ni contra América. Con y por la paz colectiva.”²⁸⁴ A ideia de constituir uma Europa como alternativa era protagonizada pelo socialismo pacifista francês, que, em ambiente de Guerra Fria, advogava um papel de neutralidade para o continente.²⁸⁵ O PSOE é altamente influenciado por esta linha, com vários artigos sobre a temática no *El Socialista* que são transcrições de textos já publicados nas publicações dos homólogos franceses.²⁸⁶

Deste modo, o PSOE acompanha e participa nas movimentações dos partidos socialistas europeus para a discussão e acompanhamento da implementação do Plano Marshall.²⁸⁷ Mas se havia consenso entre todos os partidos no bom acolhimento ao Plano²⁸⁸,

²⁸¹ “Todo ello (o planeamento económico) no puede ser obra de la competencia, ni de los ‘trusts’, ni de la elevación de los derechos aduaneros. Esta política está superada. Europa no se salva si no une su economía.” “Internacionalismo.” *El Socialista*. Nº 5413 (20.05.1948) p. 3.

²⁸² “El plan Marshall sirve también de pretexto al estalinismo para colocar ante un dilema que, cual callejón sin salida, fue hábilmente edificado: o con Rusia o contra Rusia. Con los Estados Unidos o contra los Estados Unidos. Para un socialista, habituado a responder con la voz de su conciencia y la de su pensamiento, tan absurda es una formula como otra, como las dos juntas.” “Crónica Internacional – El Plan Marshall.” *El Socialista*. Nº 5389 (06.12.1947) p. 4.

²⁸³ De um lado, uns EUA que saíram reforçados economicamente da IIGM, de outro, um Stalin e o comunismo que saíram politicamente credibilizados. A glória da vitória sobre o exército de Hitler conferira à URSS um enorme prestígio, alentando o crescimento dos partidos comunistas na Europa. Capitalismo e comunismo assumiam-se como dois modelos de organização de recursos económicos opostos e com ambições expansionistas. A recusa da URSS em integrar o Plano Marshall, levando consigo os países satélite soviéticos, aprofundou a cisão e lançou o clima de medo. Cf. ARACIL, Rafael; OLIVER, Joan; SEGURA, Antoni – Ob. cit. p. 22-24.

²⁸⁴ “Crónica Internacional – El Plan Marshall.” *El Socialista*. Nº 5389 (06.12.1947) p. 4.

²⁸⁵ André Philip, socialista francês, era um defensor deste estatuto de neutralidade e de constituição da Europa como uma terceira força, apaziguadora das relações Este/Oeste. Neste sentido, o Plano Marshall era visto como a oportunidade para a Europa recuperar economicamente e se tornar independente dos EUA. Cf. CRIDDLE, Byron – Ob. cit. p. 33-38.

²⁸⁶ Característica que é até alvo dos críticos históricos ao PSOE, como Unamuno: “Que inventam eles!”. Cit in CIERVA, Ricardo de la – Ob. cit. p. 61.

²⁸⁷ Em março de 1948, os partidos dos países aderentes ao Plano Marshall reuniram-se para refletir sobre a compatibilidade da ajuda com as reformas socialistas, tendo aprovado uma resolução orientadora para a aplicação do socialismo ao Plano - “El ideal de unidad europea sólo podrá salvarse de la influencia reaccionaria si los socialistas toman la dirección de ese movimiento de unificación.” Numa conferência seguinte, realizada em 24 e 25 de abril, na qual esteve presente o PSOE, foi aprovado um acordo que reforçava a necessidade de empregar o socialismo como orientador da implementação do Plano Marshall. E, mais uma vez, os socialistas repetiram, “hasta la saciedad que no son partidarios de la existencia de bloques. Ni los fomentan.” Em resultado das conferências, foram criados dois grupos socialistas, um de acompanhamento do Plano Marshall e outro da

as diferenças emergiam na forma de o aplicar. O socialismo apelava a um planeamento económico transnacional, mas se era pródigo no discurso, revelava-se parco nas concretizações.

Apesar das propostas surgidas no seio da OECE e das pressões norteamericanas no sentido de constituir uma união aduaneira que pudesse evoluir para um futura organização de integração económica, a unificação da Europa não passaria por esta via institucional.²⁸⁹ Um ano após a constituição da organização, Andrés Saborit²⁹⁰ lamenta que a mesma não vá para além da cooperação económica. Mas os socialistas franceses, como André Philip, cujas propostas têm eco no *El Socialista*, sugerem uma integração setorial²⁹¹, sob a autoridade da Assembleia Parlamentar do CdE, quando instituída de verdadeiros poderes deliberativos. Mesmo antes da constituição da OECE, em 1947, o jornal espanhol publicava, em várias edições, um artigo do *The Observer*, propondo um projeto de integração económica europeia, em que os estados tivessem de “ceder una parte de su soberanía económica”, convertendo os espaços dos países aderentes ao Plano Marshall numa união aduaneira e financeira. Este seria um processo gradual, que pressupunha a criação de um organismo central, onde todos os países membros estariam representados, e um corpo de funcionários.²⁹²

A progressão integrativa económica levaria a um estado de integração política, na lógica do *spill over*: “A medida que el proyecto fuese puesto en práctica y su prestigio aumentase, la necesidad de subordinar el organismo al control directo de una asamblea de elección, en vez del control indirecto de varias, se haría urgente. Cuando llegase ese día, el organismo

Europa Occidental. Tratava-se, como explicara um delegado inglês, de uma “organización paralela a la de los Gobiernos, pues, de ese modo (...) si en algún momento se pretendiera hacer del Plan Marshall un instrumento de dominación capitalista, nuestra organización socialista lo impediría.” LLOPIS, Rodolfo - “Por la unificación de Europa.” *El Socialista*. Nº 5398 (07.05.1948) p. 1.

²⁸⁸ LEÓN, Pierre – Ob. cit. p. 227.

²⁸⁹ SILVA, António M. da - *História da Unificação* [...] Cit. p. 50.

²⁹⁰ “El plan Marshall debía haber sido un revulsivo para UNIFICAR ciertas ramas de la economía europea. El capitalismo no quiere hacerlo. El socialismo es débil para imponerse. Ni el Benelux ha llegado a barrer las fronteras aduaneras, ni Francia i Italia han llegado a acuerdos eficaces para suprimir o atenuar sus respectivos sistemas aduaneros.” SABORIT, Andrés - “Europa y el Plan Marshall.” *El Socialista*. Nº 5454 (03.03.1949) p. 1. Andrés Saborit foi militante do PSOE, que participou na reorganização das estruturas socialistas no exílio. “Saborit Colomer, Andrés Avelino”. *Diccionario Biográfico del Socialismo Español*. Fundación Pablo Iglesias [Em linha]. [Consult. 01.05.2014]. Disponível em WWW: < (http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/5591_saborit-colomer-andres-avelino) >.

²⁹¹ A integração setorial colocaria em marcha “un cierto número de instituciones económicas, ellas mismas coordinadas por una autoridad política europea capaz de tomar decisiones por mayoría de votos.” PHILIP, André - “Es necesario que Europa transforme la estructura de su vida económica.” *El Socialista*. Nº 5482 (15.09.1949).

²⁹² “Durante el período en que Europa se encamine al logro de una total unión aduanera, aquella debería ser considerada como una unión económica ‘en gestación’ con plena libertad para ayudar y proteger el comercio interno entre sus fronteras.” “La Salvación de Europa.” *El Socialista*. Nº 5369 (18.07.1947) p. 2. Cf. *Ibidem*. Nº 5374 (22.08.1947) p. 2.

demonstraría ser el embrión de un gobierno federal europeo.”²⁹³ O aprofundamento da integração económica levaria, assim, a uma unificação política, a uma Europa federal, ao objetivo último de constituição dos *Estados Unidos da Europa*, tão apregoados pelo *El Socialista* em 1948 e 1949.

Porém, este período rico na discussão, entra em contraste aquele em que, efetivamente, a integração europeia começa a concretizar-se, com a constituição da CECA e CEE. A discussão esmorece no jornal. Será que morreram as aspirações europeístas do PSOE?

c) O lançamento da integração e o esmorecimento da causa europeia?

A assinatura dos tratados que lançam as primeiras comunidades europeias não é noticiada no jornal dos socialistas espanhóis. Tão-pouco se noticia o Plano Schuman. Porém, esta ausência temática transparece mais um desalento com a causa europeísta, e particularmente com o rumo institucional que as Comunidades adotaram, do que uma abdicação da ideia federalista, já que se regista a menção a outras movimentações.

Em 1952, o jornal publica a resolução aprovada pelo Comité Executivo Internacional do MSEUE²⁹⁴, a declarar a necessidade urgente da federação europeia²⁹⁵ e a propor a formação de uma Assembleia constituinte entre os seis países da CECA, para supressão das lacunas do Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED).²⁹⁶ Os apelos do socialista belga Paul-Henri Spaak, em torno da necessidade de uma constituição europeia, que ultrapasse as insuficiências da CED e da CECA, também são reproduzidos no jornal.²⁹⁷ Já as referências encontradas sobre o Tratado de Roma são feitas em tom crítico, numa notícia sobre o descontentamento da CIOSL²⁹⁸ (da qual é membro a UGT, sindicato afeto ao

²⁹³ *Ibidem*.

²⁹⁴ Movimento Socialista para os Estados Unidos da Europa.

²⁹⁵ “(...) la Federación Europea se impone aparte de toda consideración de seguridad inmediata. Solo ella puede asegurar un incremento racional y rápido de la producción, una elevación del nivel de vida, y la posibilidad para los pueblos del viejo continente de desarrollar (...) una política autónoma. (...) las exigencias de la defensa contra el expansionismo soviético plantean con imperiosa urgencia la necesidad de federación: a) porque solo ella puede permitir un aumento de nuestro potencial militar (...); b) porque la formación de potentes ejércitos nacionales comprometería definitivamente las tentativas de integración en curso (...); c) porque solo ella puede establecer un equilibrio real en el seno de la coalición atlántica.” “Movimiento Socialista pro EE. UU. de Europa.” *EL Socialista*. Nº 5617 (22.05.1952) p. 6.

²⁹⁶ *Ibidem*.

²⁹⁷ SPAAK, Paul-Henri - “Necesidad urgente de una Constitución Europea.” *El Socialista*. Nº 5619 (05.06.1952) p. 1.

²⁹⁸ Confederação Internacional de Organização de Sindicatos Livres.

PSOE²⁹⁹), que lamenta “que en lugar de una comunidad real basada en principios democráticos, se mantengan prácticamente todos los derechos de soberanía nacional en la aplicación del tratado.”³⁰⁰ Este artigo exemplifica a tendência do PSOE a partir dos anos 50, em que se passa a defender a conceção federalista mais nas organizações sindicais do que nas próprias estruturas partidárias.³⁰¹

Apesar do partido esmorecer o ímpeto retórico em torno da causa federalista, os seus valores espoletados pelo europeísmo de Rodolfo Llopis, secretário-geral de 1944 a 1972, permanecem até ao fim da ditadura. No exílio, Llopis torna-se muito próximo de León Blum, o socialista francês teorizador da ideia de neutralismo europeu na ordem mundial bipolar, e do também francês Guy Mollet. Esta relação e a vivência do partido na Europa levará à perceção da importância dos grupos pró-união europeia surgidos no pós-guerra, que o PSOE integrará, desde 1945³⁰², mantendo, até ao fim do exílio, as linhas fundamentais inicialmente definidas relativamente à construção europeia.³⁰³

Conclui-se, assim, que a ação pró-europeia do PSOE emana de uma ideia federalista, que foi acompanhada de uma estratégia oposicionista para manter o regime franquista isolado internacionalmente. O período auge do europeísmo socialista espanhol coincidiu com o período de efervescência política e cívica do pós-guerra, em torno da ideia de união europeia. No exílio, o partido tem a possibilidade de acompanhar as discussões em eventos a ela dedicados. O ingresso de Espanha na ONU e a celebração do acordo comercial com a CEE, em 1970, significaram derrotas para os socialistas no sentido de manter Franco isolado do sistema internacional. Por outro lado, a configuração institucional da CEE e os impasses da construção europeia na década de 60 parecem ter levado ao desalento os espíritos da oposição espanhola, como também observa Abdón Mateos³⁰⁴.

Mas, pelo anteriormente exposto, é inegável que a ideia para o futuro da Europa exposta pelo PSOE não se remete a uma mera estratégia utilitária de oposição, mas que emana do seu ideário socialista, em parte das persistências do legado marxista, mas muito mais

²⁹⁹ Os dirigentes do PSOE, que também exerciam cargos na UGT, lutaram para que a organização sindical estivesse representada em organizações europeias. A UGT consegue o estatuto de observadora e assessora técnica no Comité Sindical Consultivo da OECE. VARGAS, Bruno - “El movimiento socialista español en el exilio y la construcción de Europa (1942-1972)”. In LUXÁN, Adolfo de, PUERTA, Alonso J. - *El Socialismo Español en el Exilio y la Construcción Europea*. p. 51, 52.

³⁰⁰ “Los Sindicatos libres y el Mercado Común Europeo.” *El Socialista*. Nº 5868 (28.03.1957) p. 3.

³⁰¹ VARGAS, Bruno- Ob. cit. p. 45, 46.

³⁰² O PSOE integra o Movimento para os Estados Unidos Socialistas da Europa. Llopis chega a integrar o Bureau Internacional deste grupo, onde se defende a ideia de que a Europa unida poderá constituir-se como terceira via entre os EUA e a URSS. *Idem, ibidem*, p. 45.

³⁰³ Cf. *Idem, ibidem*, p. 41-62; VELÁZQUEZ, José Carlos G. – Ob. cit. p. 75-95.

³⁰⁴ “Europa en la política de presencia internacional del socialismo español en el exilio.” p. 354.

influenciado pela tendência social-democrata da Europa que vivencia no exílio. Por outro lado, o seu europeísmo advém também de um interesse próprio nacional, na motivação pela definição de um projeto que garanta à futura Espanha democrática uma inserção no movimento das ideias políticas internacionais e à Europa um futuro político próprio na ordem mundial saída do pós-guerra. Esta pretensão só poderá ser viabilizada através da união política, diga-se, da federação. A proximidade com os socialistas franceses e a restante social-democracia europeia foram os grandes fatores contribuintes para o europeísmo ter sido “uno de los componentes de la cultura política del socialismo español en el exilio.”³⁰⁵

1.2 Socialistas portugueses: chegada tardia à Europa, mas a tempo de incorporar a unidade europeia

A 7 de abril de 1964, Mário Soares, Ramos da Costa e Tito de Morais constituem, em Genebra, a ASP. A organização, conforme já explicado anteriormente, nasce com a intenção de agrupar várias correntes socialistas, desde as mais moderadas até as mais à esquerda, pelo que dispõe de um conteúdo programático e ideológico pouco definido. Apesar de criada no exílio, não era objetivo que a ASP se resumisse à atividade externa, pelo que Mário Soares fica responsável pela sua estruturação no interior. Para a sua ação na Europa, define-se como objetivo prioritário estabelecer uma rede de contactos com partidos socialistas e social-democratas europeus, com a Internacional Socialista (IS) e outras organizações. Ramos da Costa³⁰⁶, no exílio em Paris, coadjuvado por Tito de Morais³⁰⁷ serão os desbravadores de caminho para a ASP, que, graças à ação coordenada destes três homens, evoluirá até à formação do PS, em 1973.

a) Ideia de neutralidade europeia seduz Soares

Além do PCP, não existia em Portugal outro grande partido de oposição, facto que, num clima de temor pelo expansionismo soviético, Salazar aproveita para propagandear na Europa. Tal como o de Franco, o regime de Salazar sobrevivera à derrota dos fascismos da

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 352.

³⁰⁶ No exílio, a partir do Golpe Militar de Beja, em 1962, Ramos da Costa realiza uma incansável atividade de iniciação de contactos com o socialismo e social-democracia europeia. É o primeiro socialista português a entrar em contacto com a IS através de Willy Brandt e Olof Palme. ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão (coord) – Ob. cit. p. 235.

³⁰⁷ Inicialmente, a partir da Argélia e posteriormente de Itália.

IIGM, mas de forma ainda mais fácil já que, tendo sido convidado para membro fundador da OTAN e para integrar a OECE, não sofreu do isolamento a que Espanha foi condenada. Porém, a abertura do Estado Novo, que se mantinha fiel à continuação de uma política ultramarina³⁰⁸, tinha como limite a entrada em qualquer projeto de integração política europeia. O contraponto desta política externa salazarista será feito pela oposição socialista, que prega pela integração política de um Portugal democrático na Europa em construção.

Mário Soares será o arquiteto por excelência dessa alternativa para Portugal. Foi depois de se separar do PCP, no qual militou em jovem, e depois da “travessia no deserto”³⁰⁹, que descobre a linha neutralista para a Europa, através das leituras do *Nouvel Observateur*, e desenvolve um pensamento novo na oposição portuguesa.³¹⁰ Com o jornal francês, inicia um novo caminho intelectual,³¹¹ que marca a europeização do seu pensamento e da política europeísta da ASP e do PS. Enquanto Soares no interior se vai doutrinando neste âmbito, Ramos da Costa, em França desde a década de 60, assistia também ao arranque da CEE e encetava vários contactos com organizações e partidos europeus. Sob protagonismo do discurso de Soares, os socialistas portugueses apropriam-se do discurso dos homólogos franceses, da conceção de uma Europa como terceira via³¹², e trabalham fortemente para que a ASP se internacionalize e se credibilize na Europa. Chegados já com o projeto de construção europeia em andamento, era necessário uma ação eficaz para irem a tempo de *apanhar o comboio* das relações internacionais partidárias e comunitárias.

b) Na Europa, pela unidade europeia

Os socialistas portugueses constituem a ASP quando as Comunidades já tinham sido lançadas. Perderam o fervor da discussão do pós-guerra, em torno da ideia de unidade europeia, e a oportunidade de acompanharem os diversos movimentos então surgidos no

³⁰⁸ Da Europa, Salazar só pretendia alternativas à incapacidade do próprio regime: integrar-se num sistema de defesa (OTAN) que lhe garantisse proteção face ao comunismo; beneficiar de ajuda económica e integrar-se num espaço comercial que contribuísse para o equilíbrio da sua balança comercial (OECE e EFTA). A integração nestas organizações oferecia-lhe a garantia de não afetação da sua soberania política.

³⁰⁹ Período em que após a saída do PCP, Soares procurava um caminho ideológico a seguir, tentando aproximações com alguns grupos partidários. Cf. SOUSA, Teresa de - *Os Grandes Líderes, Mário Soares*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. p. 37-52.

³¹⁰ “Tentei, assim, ultrapassar os esquemas teóricos que até aí me tinham servido de amparo, como bordões pré-elaborados, muitas vezes para situações diversas [...]” SOARES, Mário - *Portugal Amordaçado*. p. 193.

³¹¹ AVILLEZ, Maria João - *Soares: ditadura e Revolução. Entrevista a Mário Soares*. S.l.: Público, 1996. p. 104.

³¹² O francês León Blum foi grande defensor da ideia, desenvolvida após a IIGM, defendendo um projeto de unidade Europeia que fizesse da Europa uma terceira força no equilíbrio geopolítico mundial, apaziguadora das tensões bipolares. Cf. CRIDDLE, Byron – Ob. cit. p. 31-38; DELWIT, Pascal - *Les Parties Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] cit. p. 57-61, 193-198.

âmbito dessa causa e de com eles se doutrinarem. Por outro lado, a ASP terá de começar a fazer duas coisas em simultâneo: acompanhar o movimento europeu de ideias e doutrinarem-se sobre ele; e construir a sua estrutura organizativa no exílio, iniciando uma rede de contactos internacionais. Esta tarefa é levada a cabo, essencialmente, por Ramos da Costa, com a promoção de encontros e presenças em congressos e reuniões com várias organizações. É ele que desbrava os primeiros contactos com grupos europeus, preparando canais para a projecção internacional de Soares.³¹³

- *Um padrão económico e político*

A ASP começa a definir a sua ideia sobre a Europa na década de 60, ainda circunscrita a uma visão mais económica, mas denunciando já padrões de futuro para Portugal: “A expansão económica da Europa Ocidental [...] toca-nos por uma forma ínfima. E todo o nosso sistema económico-político é repulsivo das conceções dominantes na Europa Ocidental.”³¹⁴ Nesta comparação entre Portugal e o paradigma económico europeu, subentende-se a necessidade de mudança de regime, cuja ausência de democracia é causa do subdesenvolvimento português. A integração económica no MC é condição para ultrapassar o estado de degradação económica do país, mas tal só é admissível sob a condição de democratização.³¹⁵

Mas de que forma entende a ASP a integração europeia de um Portugal democrático? Apenas uma associação económica ou uma integração política? Embora nesta fase as respostas não sejam ainda claras, Soares já revela uma noção crítica acerca do projeto europeu.

³¹³ Embora só parta para o exílio em 1971, Soares começa a gozar de projecção internacional com o caso do assassinato de Humberto Delgado, tornando-se advogado da família, e com a deportação para São Tomé, alvo de uma campanha internacional pela sua libertação.

³¹⁴ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto.” Abaixo-assinado ao Presidente da República. 1966. Dactil. Redigido por Mário Soares. Arquivo Mário Soares. (1965-1969), “Escritos Políticos”, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93313 (2016-6-17). Ideia presente noutras manifestações: SOARES, Mário - “Uma Entrevista que não foi publicada.” Entrevista de Raul Rego a MS com destino ao ‘Diário de Lisboa’. Dez. 1968. Arquivo Mário Soares. (1969), “Escritos Políticos”, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93344 (2016-6-17). **Nota: as citações de documentação arquivada em CasaComum.org obedecem às normas referidas pela fonte.** “À Nação”. Manifesto redigido por Mário Soares e subscrito por vários socialistas. In SOARES, Mário - *Escritos Políticos*, 4ª edição. Lisboa: Editorial Inquérito, s.d. p. 209-228.

³¹⁵ “Com efeito, sem uma reforma profunda das estruturas, das mentalidades e dos hábitos, e sem uma larga preparação do país ao ritmo europeu, o que implica, desde logo, a supressão do sistema corporativo, com o seu dirigismo económico e os múltiplos condicionalismos, a existência de sindicatos livres e o reconhecimento da livre iniciativa sem protecionismos a certos monopólios (conseguidos à sombra do poder político) como, sem isso, Portugal poderá integrar-se, ou por qualquer forma associar-se aos países democráticos e de economia liberal que constituem o mercado comum?” “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto” [...] cit.

- *Aproximação ao projeto europeu*

A partir de meados da década de 60, através das crónicas “Fogo Solto”, escritas para o jornal *República*³¹⁶, Soares revela estar a par da política comunitária e manifesta uma visão sobre o futuro papel internacional da Europa. Contra a particular influência de De Gaulle nas Comunidades³¹⁷, e defendendo um papel mediador da Europa no mundo, o socialista português considera que a política externa europeia não pode ser conduzida somente pela França. “Daí deriva a necessidade de construir, efectivamente, a Europa, sem exclusão da Inglaterra, porque só a Europa poderá ser um factor de estabilização política essencial num mundo dividido e que os dois super grandes cada vez menos controlam e que se revela cada vez mais sujeito a vários pólos de atração.”³¹⁸ Neste sentido, realça, em crónicas seguintes, um papel neutral e estabilizador da Europa, enaltecendo a Declaração de Bonn da Comissão para os Estados Unidos da Europa.³¹⁹

Outra das manifestações de proximidade com a construção europeia é a tentativa da ASP de, na década de 60, criar uma secção portuguesa do Movimento Europeu (ME), para o que contribuirá os contactos repetidos de Ramos da Costa com aquele organismo.³²⁰ Em Portugal, Mário Soares³²¹ fica encarregue de reunir o número de assinaturas necessário para a formalização do pedido, mas apesar de conseguir a quantidade mínima necessária de

³¹⁶ As crónicas foram cortadas pela censura.

³¹⁷ Nomeadamente, com o veto à candidatura britânica à adesão e a pretensão de construir a sua Europa dos Estados. Cf. OLIVI, Bino - Ob. cit. p. 61-101; BOSSUAT, Gérard – *Histoire de l’Union européenne*. [...] cit. p. 215-240.

³¹⁸ “Fogo Solto...por Mário Soares - Direitos do Homem; A Europa e o Terceiro Mundo.” Texto de MS para a crónica no jornal ‘República’. 24.02.1964. Manusc. Arquivo Mário Soares. (s.d.), “Colaborações em Jornais e Revistas/República/“Fogo Solto””, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93331 (2016-6-17).

³¹⁹ “[I]nsistindo em que a ‘comunidade se deverá estender aos outros países democráticos da Europa’ e na reunião dos alemães (e não da Alemanha!) no quadro de uma política de coexistência pacífica; propugnando uma política de relações de igualdade entre a Europa e a América para a definição duma estratégia comum global – a declaração de Bonn da Comissão para os Estados Unidos da Europa revela uma preocupação de realismo que importa destacar.” “Fogo Solto...por Mário Soares - Estados Unidos da Europa.” Prova cortada pela censura de crónica de MS para o jornal ‘República’. 09.06.1964, impr. Arquivo Mário Soares. (s.d.), “Colaborações em Jornais e Revistas/República/“Fogo Solto””, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93332 (2016-6-17).

³²⁰ Ramos da Costa troca várias cartas e contacta pessoalmente com o secretário-geral do Movimento Europeu, Robert van Schendel. Correspondência com Robert Van Schendel e Walter Hallstein (Movimento Europeu). Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80538 (2016-6-17).

³²¹ Em 1963, Ramos da Costa envia várias cartas a Mário Soares com esse intuito. “Devem, quanto antes, dirigir para a morada do amigo de Bruxelas, que indicamos, uma declaração subscrita pelas pessoas já designadas, se possível, indicando a filiação política. Liberais, cristãos democráticos e socialistas, em que se diga expressamente que se pretende constituir em Portugal uma Associação do Movimento Europeu.” Cartas de Ramos da Costa dirigida a Mário Soares. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80638 (2016-6-17).

signatários e de o pedido chegar a ser formalizado ao ME³²², a recusa posterior de um deles acaba por inviabilizar a concretização do objetivo, levando à desistência de Ramos da Costa.³²³ A criação do ME em Portugal só foi possível depois do fim da ditadura.³²⁴

O objetivo dos portugueses em criar uma delegação do ME era poder participar num fórum de acompanhamento da discussão europeia e, através do assento obtido, continuar a exercer vigilância e pressão para manter o salazarismo à parte do projeto comunitário. No Congresso do ME, em 1965, Ramos da Costa, que tinha sido convidado a assistir, frisou a imprescindibilidade da democratização de Portugal para uma futura adesão ao MC³²⁵. Mas perante um regime democrático em Portugal, admitiriam realmente os socialistas portugueses a adesão plena do seu país às Comunidades? Que modelo unitário preconizavam para a Europa?

c) O exílio: integração portuguesa e o federalismo

Começamos a encontrar algumas respostas às questões formuladas no discurso que Mário Soares profere, em 17 de abril de 1970, perante a Assembleia do CdE³²⁶, sobre o tema

³²² Carta de Mário Soares a Ramos da Costa. 07.02.1966. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80634 (2016-6-17).

³²³ “Em tempos fiz tudo quanto era possível fazer para entrar para os organismos europeus. Levei o Mário a Bruxelas, apresentei-o no Conselho no Movimento Europeu, levou todos os elementos para constituir o homólogo português deste organismo, com representantes das 3 correntes democráticas: socialistas, democratas-cristãos e liberais. Tudo parecia ir pelo melhor: promessas e mais promessas de que chegaria a almejada carta de adesão e eu lá ia alimentando o fogo sagrado junto do secretário geral e meu amigo Robert van Schendel, com justificações de demora arranjadas para o efeito. Dessa vez esbarrou-se com o Cunha Leal e não foi possível descobrir outro liberal no país. Depois deste desaire não tive mais cara para aparecer ao meu amigo van Schendel.” Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 02.02.1970. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80620 (2016-6-17).

³²⁴ SOARES, Mário - “Breve testemunho por Mário Soares” [Em linha]. [Consult. 31.03.2014]. Disponível em WWW: <http://www.movimento-europeu.eu/testemunhos.html> >. Só em 1980 se funda o Conselho Português do Movimento Europeu. “O Movimento Europeu em Portugal” [Em linha]. [Consult. 31.03.2014]. Disponível em WWW: <http://www.movimento-europeu.eu/apresentacao_a.html>.

³²⁵ “Falava-se da entrada dos sete sem necessidade prévia de Portugal reformar as suas estruturas políticas e económicas para entrar numa comunidade cujas instituições supranacionais estão submetidas ao princípio de eleição democrática e não de culminar num parlamento europeu, cujos membros serão eleitos por sufrágio direto. Levantei o caso da nossa exceção e consegui que fosse inscrita a necessidade prévia de reformas das estruturas em Portugal como condição para a sua entrada.” Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais. 13.10.1965. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80613 (2016-6-17).

³²⁶ Mário Soares profere este discurso a convite da Assembleia Consultiva. Carta da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, Comité dos Países Europeus Não Membros, assinada por G. Schlösser, dirigida a MS, enviando convite de Hofer, Presidente do Comité, para reunião e debate a realizar dia 17 de Abril de 1970 em Estrasburgo, 14.ABR.1970, dactil. Arquivo Mário Soares. (s.d.), “Conselho da Europa”, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428 (2016-6-17).

direitos humanos: “Nós, como democratas, desejamos juntar-nos à Europa – por ser do nosso interesse, assim como do interesse da Europa democrática (...).”³²⁷

A partir de 1970, quando parte para o exílio em Paris, o líder socialista começa a dar concretização à campanha na Europa de demarcação do PCP e promoção de uma ASP europeizada³²⁸, ao mesmo tempo que se vai doutrinando sobre a unidade europeia e fundamentando a sua relação com o futuro de um Portugal democrático. Havia que consolidar relações institucionais. Em junho de 1972, a IS formaliza a aceitação da ASP como membro, no seu XII Congresso, no qual Soares discursa.³²⁹ No ano seguinte, a organização portuguesa consegue um lugar de observador no Grupo Socialista da Assembleia Consultiva do CdE e assento como observadora nos VIII e IX Congressos do *Bureau* dos Partidos Socialistas das Comunidades.³³⁰ Apesar da ASP já funcionar como tal, tornava-se cada vez mais evidente para Soares, a nível organizativo e de relações institucionais, a vantagem³³¹ de a transformar num partido. A criação do PS acontece, assim, em 19 de abril de 1973.³³² A definição de um programa partidário teria de incluir “uma posição responsável em matéria de política internacional”, pelo que parte da estratégia do PS, diria de Soares, passa fortemente pelo estudo das matérias internacionais. Apesar de já disporem de um observador junto da

³²⁷ “Statement by Mr. Mário Soares.” Declaração de MS na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, sobre os Direitos do Homem em Portugal, Estrasburgo. 17.04.1970, polic. (s.d.), "Conselho da Europa", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428 (2016-6-17).

³²⁸ Apesar de já manifesta, esta constatação torna-se evidente com as eleições de 1969, às quais a ASP concorre num grupo independente dos comunistas – a CEUD - Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. As eleições trazem a Portugal Hans Janitschek, Secretário-geral da IS, demonstrando a Soares que havia que apostar definitivamente na internacionalização da organização e numa clara demarcação do PCP. “Sempre pensei que uma das razões da longa permanência do salazarismo resultou da situação de isolamento internacional das forças democráticas [...]. A oposição democrática, isolada de todos os contactos com a Europa, inteiramente desconhecida no estrangeiro, viveu, até há muito pouco tempo, numa espécie de gueto político. [...] [A]s únicas ligações, no plano político, que se foram estabelecendo entre a Oposição Portuguesa e os meios democráticos e progressistas europeus seguiam normalmente os canais comunistas ou para-comunistas.” Mário Soares, in AVILLEZ, Maria João – *Soares. Ditadura e Revolução. Entrevista a Mário Soares*. p. 224. Efetivamente, os detalhes da situação portuguesa eram bastante desconhecidos no estrangeiro: “Nessa altura, não havia muita gente fora de Portugal que soubesse muito sobre o país, exceto que tinha, juntamente com Espanha, ajudado a evitar a derrota dos outros poderes fascistas, Alemanha e Itália, e que foi aceite na NATO, nas Nações Unidas e na EFTA.” JANITSCHKEK, Hans - *Mário Soares. Portrait of a Hero*. London: George Weidenfeld & Nicolson Limited, 1985. p. 6, 7.

³²⁹ “Na Internacional Socialista”. Discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista. Viena de Áustria: 28.06.1972. In SOARES, Mário - *Escritos do Exílio*. Amadora: Bertrand, 1975. p. 154-158.

³³⁰ MARTINS, Susana - Ob. cit. p. 196.

³³¹ Soares percebeu que “como representante do partido disporia de um instrumento para falar de igual para igual com os restantes delegados da Internacional Socialista e que teria outros apoios.” Mário Soares in AVILLEZ, Maria João – *Soares. Ditadura e Revolução*. p. 256.

³³² Acta da transformação da ASP em Partido Socialista. 19.04.1973. Fotoc. Arquivo Mário Soares. (1969-1977), "ASP - Acção Socialista Portuguesa/Fundação PS", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93494 (2016-6-17).

conferência dos partidos socialistas do CdE, era necessário “ir muito mais longe no conhecimento dos vários organismos de integração Europeia (...)”³³³

O ideal de unidade europeia ocupará, crescentemente, um papel estruturante do pensamento político de Mário Soares, que no exílio consolida a importância da Europa comunitária para a definição de um projeto de futuro para Portugal. Além das relações interpartidárias, estabelece contactos com o Movimento Federalista Europeu (MFE), o que permite ao PS inserir-se na agenda europeia e ao seu líder ir mergulhando no modelo federalista para uma união europeia, recebendo várias informações do grupo sobre debates relativos a diversos temas comunitários.³³⁴

Num dos congressos do MFE, os socialistas portugueses, a par dos espanhóis e gregos, mostraram-se concordantes com a proposta de lei para a “eleição direta dos membros nacionais do Parlamento Europeu” e com a “extensão das suas competências.”³³⁵ Já no ano seguinte, o Movimento aprovava uma resolução que punha tónica no federalismo como propulsor do término das ditaduras e como base para o ansiado neutralismo europeu: “Apenas a criação de uma Europa unida, sobre uma base federal, permitirá o estabelecimento de uma política exterior e defensiva comum a toda a Europa. Assim se estabelecerão as condições para exercer uma pressão efetiva sobre os governos ditatoriais grego, português e espanhol, forçando-os a sair da sua atual dependência em relação aos Estados Unidos.”³³⁶

Simultaneamente, Soares promove o PS como o guardião da social-democracia europeia no país³³⁷ - “[s]e existe um socialismo europeu e ocidental somos nós que o

³³³ *Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida*. Relatório do Secretário-geral do PS, aprovado em maio de 1973. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 329 (469), p. 69-70.

³³⁴ “Plan par Etapes en vue de la constitution d'un Etat Fédéré Européen, adopté par le 19ème Congrès de l'Europa-Union Deustshland.” 12.10.1971, dactil.; “L'Europe Economique et Monétaire, Rapport Introductif de la Section II” (A Europa Económica e Monetária, relatório introdutório da secção II), relatório de Guiseppe Petrilli apresentado ao Congrès de L'Europe, Bonn - Bundeshaus, 12 a 13.MAI.1972, dactil. Arquivo Mário Soares. (s.d.), “Movimento Federalista Europeu”, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457 (2016-6-17). Estes são apenas alguns dos exemplos dos cerca de 30 documentos relativos a congressos e outra atividade do MFE e do ME que Soares recebe entre os anos 1971 e 1972.

³³⁵ As oposições portuguesa, espanhola e grega veem ainda no sucesso da iniciativa um reforço da Europa democrática, com que contam “para os ajudar a reverter aquelas ditaduras”. Comunicado de imprensa do Mouvement Fédéraliste Européen, sobre encontro de Tierno Galvan, Emmanuel Poniridis e MS com o Movimento Federalista Europeu, representado por Mario Albertini, realizado em Milão, Bruxelas, 29.OUT.1971, dactil. (s.d.), “Movimento Federalista Europeu”, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93458 (2016-6-17).

³³⁶ “Résolution relative aux Dictatures dans la Méditerranée”. Resolução do 13º Congresso do Mouvement Fédéraliste Européen, relativa às ditaduras do Mediterrâneo (Espanha, Portugal e Grécia), s.d. dactil. Arquivo Mário Soares. (s.d.), “Movimento Federalista Europeu”, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457 (2016-6-17).

³³⁷ Embora Mário Soares opte habitualmente pelo termo socialismo democrático em vez de social-democracia, trata-se de uma opção retórica que reflete as origens do partido, mas também com uma estratégia para o interior

representamos em Portugal. [...] Se Portugal tiver de se tornar europeu, é necessário que a Europa nos estenda a mão, que nos ajude a sair do pântano.”³³⁸ Ao mesmo tempo, reproduz o típico discurso dos socialistas europeus sobre a integração europeia: “Sou, portanto, um europeísta, mas sou pela Europa dos trabalhadores e não pela Europa dos *trusts*.”³³⁹ E se o socialismo é condição para a construção europeia, a democracia é condição para a integração europeia de Portugal: “Enquanto Portugal não for dotado de instituições democráticas não lhe será consentido associar-se à Comunidade Europeia”, que “não é apenas uma associação de integração económica; é, também, uma associação política, que visa fins supra-nacionais e cuja unidade deriva do facto de todos os países que a compõem terem instituições democráticas.”³⁴⁰

Através da intensificação de relações com partidos e organizações europeias, durante o exílio de Mário Soares, a ASP e, posteriormente, o PS reforçam a sua presença e credibilidade junto da Europa, ao mesmo tempo que consolidam a sua estratégia de oposição ao Estado Novo, que passava, efetivamente, pelo projeto de construção europeia. Neste sentido, os socialistas portugueses, essencialmente pela liderança estratégica de Mário Soares, assumiam-se como a oposição portuguesa compatível com os interesses da Europa ocidental e dos EUA no mundo bipolar, como uma oposição credível para a manutenção do *status quo* em alternativa a Salazar. Simultaneamente, esboçam para Portugal uma política externa antagónica à do Estado Novo, que apesar de ter aderido à OTAN, em 1949, fê-lo apenas por falta de alternativa eficaz para assegurar uma defesa para o país, garantindo a não interferência na natureza política do regime.³⁴¹ Além disso, a integração no Pacto não impedia a continuação da política ultramarina do regime, que pode continuar politicamente isolado do continente e virado para África.³⁴² Também a entrada na OECE e a aceitação do Plano

de alguma diferenciação da social-democracia, com vista a captar militantes à esquerda. Mais tarde, já em plena democracia, assumirá que a diferença é apenas de designação.

³³⁸ Relatório confidencial do Comité Diretivo da ASP, subscrito por Mário Soares (na qualidade de Secretário Geral), Ramos da Costa e Tito de Moraes, sobre o quadro político português herdado de 1972. (1973). "Rapport Confidential", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00517.001.003> (2016-6-17).

³³⁹ In (1972), "Sou pela Europa dos Trabalhadores e não pela Europa dos Trusts", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00007.001.002> (2016-6-17). Provas tipográficas de entrevista concedida por Mário Soares em Madrid, em 30.04.1972, a um jornalista do *República*, com indicação de ter sido proibida pela Censura.

³⁴⁰ (1973), "Entrevista concedida por Mário Soares a Avelino Rodrigues.", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00517.001.017> (2016-6-17).

³⁴¹ “Seja como for, sentimo-nos obrigados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso país estamos suficientemente esclarecidos.” A. de Oliveira Salazar - “Portugal no Pacto do Atlântico”. Discurso proferido na Assembleia Nacional em 25 de julho de 1949. Cit. in SILVA, António M. da - *Portugal e a Europa: distanciamento e reencontro*. Viseu: Palimage Editores, 2005. p. 297.

³⁴² Cf. *Idem, ibidem*, p. 264-304.

Marshall foram meras respostas pragmáticas à necessidade económica do país.³⁴³ E mesmo com a mudança de chefe de governo, com Marcelo Caetano, este continuará a seguir os ditos de Salazar em matéria de política externa – reclamando a incompatibilidade de uma vertente política portuguesa de “feição atlântica”³⁴⁴ com uma perspetiva europeia. Assim, também, o acordo comercial de 1972 com a CEE foi uma mera resposta a prementes necessidades económicas internas.

Soares é peremptório nos efeitos negativos do isolacionismo: “O prosseguimento de uma certa política ultramarina conduziu o nosso país a dificuldades crescentes no plano internacional e a uma situação de isolamento internacional nunca antes experimentada e que ficou expressa na frase tristemente célebre ‘orgulhosamente sós!’”³⁴⁵ Tendo como horizonte a integração europeia, os socialistas portugueses, personalizados na figura de Mário Soares, construíram uma alternativa à política isolacionista do regime. Encontramos, assim, depois do silenciamento provocado pela emergência da ditadura, um retomar das posições europeístas republicanas e socialistas do século XIX, início do XX, em Portugal. Vários republicanos portugueses, como Antero de Quental, Teófilo de Braga, Magalhães Lima, Teixeira Bastos ou Henriques Nogueira, influenciados pelos ventos liberais que chegavam da Europa e movidos pela insatisfação interna com o sistema monárquico, demonstraram simpatia com modelos federalistas como solução para os problemas do país, da Península Ibérica e da Europa. Uns proclamavam um federalismo latino, outros, motivados por uma certa anglofobia, um federalismo ibérico,³⁴⁶ mas todos concebiam fórmulas de associação à Europa como via para solucionar os problemas do país.

Retomando esta linha histórica do pensamento político nacional, Soares destaca-se entre os socialistas portugueses na oposição, e no exílio, como o timoneiro no discurso sobre a unidade europeia e a integração de Portugal. Apesar de a estratégia socialista portuguesa na

³⁴³ Cf. ROLLO, Maria Fernanda - *Portugal e a Reconstrução Europeia no Pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007. p. 170-201.

³⁴⁴ SILVA, António M. da - *Portugal e a Europa: distanciamento e reencontro*. p. 393.

³⁴⁵ Política externa". Resposta a um inquérito promovido por 'A Capital', publ. em 14.10.1969. Arquivo Mário Soares. (1972-1973), "Escritos Políticos/Caminho Difícil", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93343 (2016-6-17).

³⁴⁶ Cf. SILVA, António M. da - “Portugal e a Europa, o discurso europeu e federalista da monarquia à república.” *Revista da História da Sociedade e da Cultura*. Nº 3 (2003) p. 197-260; PEREIRA, M. da Conceição Meireles - “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre a Utopia e a Distopia.” *Revista de História das Ideias*. Vol. 31 (2010) p. 257-284; DIOS, Angel Marcos de - “Deux ibéristes différents: Antero et Unamuno.” In *Antero de Quental et l'Europe*, Actes du Colloque, 13,14.06.1991. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1993. p. 137-146; GÓMEZ, Hipólito de La Torre – “La percepción portuguesa de Europa (1848-1974). In MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo (dir.) – *España y Portugal. Veinticinco años en la Unión Europea (1986-2011)*. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial. p. 51-54.

oposição a Salazar ter chegado tarde à Europa – no sentido em que perdeu o auge da discussão sobre os modelos de unidade europeia do imediato pós-guerra - consegue inteirar-se da agenda política em curso e doutrinár-se relativamente ao processo de integração europeia. Soares foi o percussor deste caminho entre os socialistas. Na diversa documentação consultada para este trabalho, entre as outras três figuras que impulsionavam o PS (Ramos da Costa, Tito de Morais e Salgado Zenha) não se encontraram manifestações sobre o tema.³⁴⁷ Destaca-se, contudo, a figura de José Medeiros Ferreira, que integrará o PS mais tarde liderará o pedido oficial de adesão de Portugal à CEE enquanto MNE do governo socialista, que assumiu a tese da europeização de Portugal no Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, em abril de 1973, ideia já antes manifestada em artigos de imprensa³⁴⁸. Mas é Soares, indubitavelmente, o timoneiro socialista da pregação europeia. O seu pensamento sobre o futuro de Portugal e da Europa fica para sempre marcado pelo desbravar deste caminho no exílio, que proporciona uma aprendizagem política e doutrinação teórica que serão incontornáveis no seu papel na transição democrática portuguesa e futura ação governativa. Portugal e Europa complementar-se-ão no pensamento político que desenvolve, mesmo já depois de deixar os cargos políticos executivos, nomeadamente, enquanto Presidente da República.³⁴⁹

2. Desfasamento temporal, mas alinhamento comum por uma unidade europeia socialista (em jeito de conclusão)

Conforme observado, o PSOE antecipou-se, em muito, ao PS na opção pela Europa para exercer oposição aos respetivos regimes ditatoriais, assim como pela incorporação da ideia de unidade europeia nos seus argumentos políticos partidários contra a ditadura. Enquanto o PSOE acompanhou a discussão do imediato pós-guerra, momento auge da exaltação federalista, incorporando um discurso estruturado sobre o federalismo europeu, com fundamentos socialistas, o PS reproduz um discurso mais simplista neste aspeto, não se encontrando manifestações próprias teorizadoras do federalismo. Ao contrário, o jornal *El*

³⁴⁷ Nas 40 edições do *Portugal Socialista*, jornal da ASP na clandestinidade, publicado de maio de 1967 a dezembro de 1973, a partir de Itália, não se encontram artigos sobre o tema. Também no arquivo de Ramos da Costa, da CasaComum.org, não se encontraram artigos seus teóricos sobre o assunto.

³⁴⁸ FERREIRA, José Medeiros - “A estratégia para a adesão às instituições europeias”. In RIBEIRO, Maria M. Tavares, MELO, António M. Barbosa de, PORTO, António M. Lopes – *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra: Almedina, 2003. p. 165, 166.

³⁴⁹ Cf. SEBASTIÃO, Dina - *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. p. 96-144.

Socialista teoriza até, por forte influência dos socialistas franceses, um internacionalismo socialista concretizável através da federação europeia, sendo sob estas bases que se poderia exercer o tal neutralismo europeu, que se oferece como alternativa à bipolarização política e económica do mundo da Guerra Fria.

É também este neutralismo que seduzirá Mário Soares e que será o alicerce teórico do seu forte impulso para a construção de uma oposição à esquerda alternativa à comunista em Portugal, mas cuja estratégia passaria pela captação de apoio europeu e pela assunção de um discurso europeísta para o futuro de Portugal, em completo antagónico à posição do Estado Novo. Quando Soares, a ASP e depois o PS despertam para a ideia unitária europeia, já o projeto ia em marcha, lenta, diga-se, presenciando uma certa estagnação, incutida pelo *gaullismo* a impor a sua conceção intergovernamentalista à CEE. Por isso, os socialistas portugueses não terão a oportunidade de se contagiar do êxtase dos entusiasmos federais que as consequências da guerra alentaram nos anos de 1948 e 1949, como aconteceu aos congéneres espanhóis.

Em tempos de algum desalento com o decurso das comunidades, o PS vai beber a conceção federalista a contactos com grupos que por ela continuavam a clamar, como o MFE. Mas são escassas as manifestações dos socialistas portugueses sobre o federalismo europeu nesta altura, ainda que assumamos a simpatia de Mário Soares para com a ideia, já que subscreve a declaração do MFE em favor de uma Europa federal. Atendendo a estas circunstâncias, e ao facto de a ASP ter sido criada 10 anos antes do fim da ditadura e o PS um ano antes, não encontramos no PS uma teorização sobre a federação europeia, como no PSOE. Mas a conclusão que nos é dada retirar é que, apesar de um desfasamento temporal nas atuações partidárias, se regista uma sintonia dos dois partidos pela unidade europeia, com o diferencial de um manifesto federalismo do PSOE e uma simpatia do PS pelo modelo.

Que se regista um igual grau de fascínio pela Europa enquanto modelo de democracia e de padrão de vida económica, o que é suscitado pelas circunstâncias do seu oposto registado em Portugal e Espanha, é outra conclusão paralela a retirar. Que se regista um certo idealismo, vincado no PSOE, na assunção da ideia federal europeia, utilizado como estratégia utilitária de oposição, é outra conclusão a retirar. Mas que, apesar disso, os dois partidos encaram a inserção nas CE como um projeto de futuro para os seus países, não restam dúvidas. Que continuidade darão os socialistas ibéricos a esta ideia federal europeia, a esta clamada neutralidade da Europa, quando deixarem o “conforto” da oposição e se constituírem como governos? Que expressão darão ao socialismo em países candidatos à CEE e em futuros estados-membros que terão de cumprir as normas comunitárias? É o que se nos impõe tentar

perceber de seguida, de modo a podermos estudar as linhas de continuidade/descontinuidade nos seus discursos sobre a Europa e a influência desta sobre o seu ideário.

CAPÍTULO II – EM DEMOCRACIA: O CAMINHO PARA AS COMUNIDADES (1975-85)

1. CEE: uma visão política para o país, entre o idealismo na oposição, o pragmatismo no governo e o simplismo na discussão

A adesão às Comunidades Europeias foi, assumidamente, para os dois partidos socialistas, uma opção política estrutural, mais do que uma mera resposta à conjuntura económica que se abria findas as ditaduras. Pressupõe-se, assim, como opção política, haver uma identificação com as CE enquanto projeto político, o que, como verificámos no capítulo anterior, vinha já desde os tempos em que os partidos exerciam oposição a Salazar e a Franco. Importa, agora, perante a alteração das circunstâncias políticas dos dois países, com os partidos libertos da uma situação de clandestinidade e exílio, i.e., de exclusão dos respetivos sistemas políticos estatais, integrados nos respetivos processos nacionais de construção democrática, quer na oposição quer no governo, perceber de que modo eles recebem e concebem o projeto europeu em relação com Espanha e Portugal.

1.1 PSOE: do idealismo ao início do realismo das responsabilidades governativas – o prenúncio da europeização do partido

Depois da morte de Franco, a estratégia de Juan Carlos I, de encetar a transição democrática através da manutenção de Arias Navarro como presidente de governo, resultou frustrada. Rapidamente se evidenciou a falta de intenções reformistas por parte do chefe de governo, que, em termos de política europeia, se traduziram apenas - apesar de algumas manifestações de vontade de adesão como membro de pleno direito à CEE – em meras conversações com vista ao aprofundamento de um acordo comercial.³⁵⁰ O pedido de adesão acontece só com o governo liderado por Adolfo Suárez, nomeado para substituir Navarro³⁵¹, e

³⁵⁰ CAVALLARO, Maria Helena- Ob. cit. p. 248.

³⁵¹ A estratégia de Juan Carlos tinha primeiramente consistido em assegurar a transição sem causar descontentamento nos setores mais conservadores do franquismo, nomeadamente no exército, enveredando pela hipótese de uma mudança através da continuidade de cargos. Perante a inércia de Arias Navarro e a crescente pressão dos partidos de oposição, que em 1976 criam a Coordenação Democrática, ou Platajunta (uma estratégia conjunta multipartidária de pressão para a rápida implementação das liberdades democráticas baseadas num sistema multipartidário), o monarca destituiu Navarro e nomeia para chefiar o governo Adolfo Suárez, adepto de uma linha reformista no anterior regime. Cf. STORY, Jonathan – “Spain’s external relations redefined: 1975-

por iniciativa da UCD³⁵², o partido criado para apoiar Suárez nas primeiras eleições democráticas para as Cortes Constituintes. Tendo como principal partido de oposição à esquerda o PSOE (atingiu o segundo lugar na votação) e à direita a Alianza Popular³⁵³, a UCD venceu as eleições, tendo, poucas semanas depois, já na liderança do governo, formalizado o pedido de adesão à CEE, em 28 de julho de 1977. Assistia-se, agora, ao contrário da fase antecedente, com o anterior chefe de governo, a uma definição clara da política externa espanhola pela opção ocidental e europeia.³⁵⁴ A adesão plena de Espanha à CEE reúne, como é amplamente estudado, o consenso entre partidos, que se manifestaram todos favoráveis, inclusive o PCE.³⁵⁵

a) Adesão à CEE – consolidação da linha europeísta do PSOE

Para o PSOE, a adesão à CEE era prioritária. No programa eleitoral de 1977, o partido assumia a Europa como componente essencial do futuro de uma Espanha democrática e aberta ao mundo. “La España democrática debe ingresar como miembro de pleno derecho en las Comunidades Europeas y debe rechazarse cualquier propuesta de preadhesión o noviciado

89”. In GILLESPIE, Richard, RODRIGO, Fernando, STORY, Jonathan (ed.) – *Democratic Spain. Reshaping external relations in a changing world*. London, New York: Routledge, 1995. p. 32, 33; PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – *España ante la CEE y la OTAN*. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Grijalbo, S.A., 1985. p. 77-80.

³⁵² Unión de Centro Democrático. O partido coligava várias personalidades independentes e grupos diversos em termos ideológicos, como os democratas-cristãos, sociais-democratas, regionalistas ou liberais, liderados por Adolfo Suárez e unidos para o apoiar nas eleições de 1977. Circunstâncias que o tornam num partido com base ideológica dispersa e sem tradição histórica como outros partidos espanhóis. Pode encarar-se, no fundo, mais como um “aparelho eleitoral”, cuja definição clara de uma política externa e de outras orientações internas se revelava difícil, embora o partido venha a elaborar programas a partir do seu primeiro congresso. BARRIO, Antonio Marquina – “The Spanish Centre Parties.” In ROGER, Morgan, SILVESTRI, Stefano - Ob. cit. p. 135, 136. Cf. ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – *El Sur de Europa y la adhesión a la Comunidad. Los debates políticos*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 1996. p. 213.

³⁵³ Fundada em 1976, como aglomeração de personalidades e partidos afetos ao regime anterior, à medida que foi ganhando espaço eleitoral, foi também moderando algumas das suas posições, “na linha de partidos populistas reformistas e conservadores da Europa.” BARRIO, Antonio Marquina – Ob. cit. p. 156. Cf. ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 213.

³⁵⁴ A plena adesão à CEE e a integração de Espanha no sistema ocidental fazem parte das orientações da UCD, que no governo lhes começa a dar execução, sendo reiteradas no primeiro congresso do partido, realizado em 1978. BARRIO, Antonio Marquina – Ob. cit. p. 135, 136.

³⁵⁵ Partido Comunista Espanhol. Inicialmente ligado ao partido comunista da URSS, o PCE não tinha uma tradição europeísta. O seu posicionamento nos anos 50 e 60 caracteriza-se pela crítica à Europa e ao processo de integração europeia, que advinha também da posição europeia face à guerra civil espanhola e perante as ditaduras depois da IIGM. Defendia um alinhamento de Espanha com os países socialistas e do terceiro mundo, ao passo que a CEE representava a veiculação de um projeto capitalista para os países que a ela aderissem. Contudo, por exigências pragmáticas de oposição, o PCE começa, ainda na década de 60, a dar passos de mudança. Assiste ao IV Congresso do Movimento Europeu de Munique, em 1962, e subscreve a resolução final assinada por todos os partidos antirregime, sendo a primeira vez que se alinha com eles. Aderindo ao “eurocomunismo”, é no congresso de 1972 que abdica do discurso antieuropeu, para adotar uma posição favorável à adesão à CEE. AVILÉS, Juan – “España y la integración europea: partidos políticos y opinión pública.” *Espacio, Tiempo y Forma*. T. 16 (2004) p. 412. Ver também: ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 214, 215; CAVALLARO, Maria Elena – Ob. cit. p. 270, 271.

que reduzca a nuestro país a un papel secundario en el continente.”³⁵⁶ A Europa “debe ser el marco prioritario de nuestra política exterior”³⁵⁷, objetivo reafirmado no mesmo ano num debate parlamentar sobre política externa e em posterior discurso de investidura do líder do partido como chefe de governo (1982).³⁵⁸ A posição é reiterada nos programas eleitorais de 1979 e de 1982³⁵⁹, ano em que o partido ganha as eleições com maioria absoluta, constituindo o governo que conduzirá a fase decisiva das negociações até à assinatura do tratado de adesão, em 1985. A posição do PSOE pela integração plena é peremptória, recusando-se qualquer proposta de “preadhesión que nos margine de las instituciones comunitarias [...]”.³⁶⁰

Esta posição geral está, pois, em coerência com o que o partido vinha afirmando no exílio, como constatado no capítulo anterior, mas não é, todavia, imune a algumas divergências internas, nomeadamente do setor mais conservador, partidário de uma linha *terceiro-mundista*. Em expressão da variedade de visões partidárias para a política externa espanhola, Felipe González esclarece, na eminência de ganhar as eleições, em 1982, que a integração é um objetivo primordial do PSOE para o governo, “se bien no la queremos colocar en el nivel obsesivo de convertirlo no en una prioridad, sino en el 90 por el 100 de la política exterior. Hay otros sectores fundamentales como las relaciones con Hispanoamérica.”³⁶¹

Tal como já caracterizado anteriormente, a evolução do PSOE, apesar de adotar a designação de partido marxista (designação abandonada no congresso extraordinário de 1979), foi tendo desde sempre uma prática próxima da social-democracia, que se consolidou nos tempos de exílio e permaneceu mesmo com a transição da liderança de Rodolfo Llopi para Felipe González (que incrementará essa tendência, com veremos posteriormente).

³⁵⁶ PSOE - “Programa del PSOE – Elecciones 77.” 1977, p. 25.

³⁵⁷ Luis García Yáñez-Barnuevo, deputado do grupo parlamentar socialista, em intervenção no Congresso dos Deputados. *Diario de Sesiones*. Nº 10 (20.09.1977) p. 260.

³⁵⁸ “El Discurso.” *El Socialista*. Nº 287 (08.12.1982) p. 13. Poucos dias depois, o governo socialista volta a assumir como prioridade a entrada na CEE, querendo fazer acelerar as negociações. “Tiempo del Exterior.” *El Socialista*. Nº 289 (22.12.1982) p. 8.

³⁵⁹ “El PSOE negociará desde el Gobierno un tratado de adhesión a la CEE en condiciones dignas y justas para España. Los socialistas queremos que España participe decisivamente en el proyecto de unidad europea, potenciando el papel de las instituciones representativas de los pueblos de Europa (Parlamento Europeo, Consejo de Europa).” In “Programa. Elecciones 79.” 1979, p. 17. “Las tareas prioritarias de nuestra política exterior [...] serán: - Una proyección europea basada en una opción esencialmente política, aunque de fuerte contenido económico. Esta opción implica [...] la participación activa en sus organismos, las Comunidades Europeas y el Consejo de Europa.” In “Por el Cambio. Programa Electoral Partido Socialista Obrero Español.” 1982, p. 46. A afirmação peremptória da adesão é repetida em diversos discursos e documentos partidários, como no Documento de bases de ação elaborado em 1981: “2. **Integración en la CEE**. Debe ser tratada con atención especial, no exclusiva, como uno de los objetivos fundamentales de nuestra política exterior.” In “El PSOE ante la situación política.” *El Socialista*. Nº 211 (24.06.1981) p. 52.

³⁶⁰ Felipe González, em discurso diante de eurodeputados do grupo socialista, reunidos em Madrid, em 1977. “El PSOE es la fuerza política más importante de España.” *El Socialista*. Nº 2 (01.05.1977) p. 7.

³⁶¹ “Felipe presentó el programa socialista.” *El Socialista*. Nº 277 (29.09.1982) p. 9.

Porém, a ala mais reformista do partido condizia com os representantes que experienciavam o exílio e o contacto com os sociais-democratas europeus. O expressivo crescimento da representatividade política do partido em Espanha, nos últimos anos da ditadura e ao longo da década de 70 e inícios da de 80, levou também à sua heterogeneidade militante e, em consequência, a alguma dificuldade em conseguir homogeneidade ideológica.

O crescimento eleitoral do PSOE faz-se também pela “absorção de partidos e organizações relativamente menores”, como o Partido Socialista Popular, a Federação de Partidos Socialistas, o Partido Socialista Andaluz e o Partido de Ação Democrática, além de vários quadros do PSOE histórico, entre outros.³⁶² A completar este quadro, temos o próprio regionalismo político espanhol a incrementar a diversidade do espectro partidário. Não se estranha, assim, que o enraizado europeísmo do partido, bem assumido logo desde o final da IIGM, aquando do impulso dado à construção europeia, coexista com uma linha *tercermundista*³⁶³, situação que se reflete no discurso do partido, designadamente nas advertências conciliatórias do seu líder:

“España debe integrarse en Europa. España tiene vocación europeísta, y pertenece a Europa, y eso no es contradictorio con una política de relación con el mundo árabe y con América Latina. Puede, y debe, ser complementario para fortalecer ambas líneas de tensión. Pero, naturalmente, si me preguntaran en términos de patriotismo de España si voy a caminar en la rosa de los vientos hacia el Norte o hacia el Sur, tendría que decir, necesariamente, que quiero caminar hacia el Norte, que quiero integrarme en países que tienen un mayor grado de prosperidad, sin perder de vista la necesaria solidaridad con otros países. Es decir, en una postura de buena relación con el Tercer Mundo no tiene que haber una tentación tercermundista, que es distinto. Hay veces en que se trata de plantear el tema tercermundista en una situación como la española, que no es tercermundista y que trata de ser Europa. Eso tiene que quedar claro.”³⁶⁴

Felipe González tratará de usar uma retórica que, embora primando o europeísmo, o conjuga com a outra vertente, quer na orientação da política externa nacional, quer transportando também para a Europa a responsabilidade de um diálogo com o sul, especialmente com a América Latina, apelo frequente na época da assinatura do tratado de adesão. Por outro lado, à medida que Espanha vai normalizando as suas relações externas com os países ocidentais, logo a partir do governo de Suárez, e com a oficialização do pedido de

³⁶² GÓMEZ, Carlos López – “Visiones de Europa. Cambio y continuidad en el discurso europeísta del PSOE (1976-1985).” *Historia de la época socialista, 1986-1996*. V Congreso de la Asociación de Historiadores del Presente, 2011, p. 4 [Em linha]. [Consult. 13.07.2016]. Disponível em WWW: <<http://historiadelpresente.es/sites/default/files/congresos/pdf/41/relainternacionales/Lopez.pdf>>.

³⁶³ CAVALLARO, Maria Elena – Ob. cit. p. 265.

³⁶⁴ *Diario de Sesiones*. Nº 94 (29.05.1980) p. 6161.

adesão e a condução das negociações, a opção europeia parecerá cada vez mais um destino natural à generalidade do partido, que com a chegada ao poder enveredará definitiva e peremptoriamente pela recusa do *terceiro-mundismo*. “La apuesta por Europa, en el caso del socialismo español, supone rechazar la tentación del tercermundismo, una de las ideologías menos marxistas y sin embargo más difundidas en la pasada década en nombre del marxismo.”³⁶⁵

Efetivamente, a recusa da linha *terceiro-mundista* e a assunção de um europeísmo prioritário coincide com a evolução da generalidade da política espanhola, com o consenso partidário relativamente à integração europeia e com a própria tradição internacional europeia do PSOE, evidenciada quer em termos práticos, quer ideológicos, no exílio. Por outro lado, as razões invocadas para a adesão à CEE - quer conjunturais, no sentido da consolidação da jovem democracia espanhola, quer estruturais, como projeto político estruturante para o país, condizente com a própria história e geografia nacionais – fundamentam a primazia do europeísmo em detrimento de um *terceiro-mundismo*.

b) Adesão à CEE – uma opção política e ... económica. Autarcia não!

No debate parlamentar de 1979 sobre as CE, o PSOE congratula-se com a posição favorável de todos os partidos à adesão europeia de Espanha, o que considera tratar-se de um assunto de estado. Justifica-o por representar uma homologação da democracia espanhola e um valor histórico do partido: “[E]l modelo de la democracia europea ha sido una referencia constante para los socialistas, y, en general, para todos los demócratas españoles durante la dictadura. [...] También la integración de España en el esquema político europeo va a suponer la homologación y el reconocimiento de nuestra sociedad democrática, y al mismo tiempo, la participación en la Comunidad Económica Europea será un factor dinámico de afianzamiento y de profundización de la vía democrática en un momento ciertamente importante de nuestra propia evolución política.”³⁶⁶ A utilização da Europa e da adesão como símbolo legitimador e de consolidação da democracia espanhola é uma ideia comum a todos os partidos. No caso do PSOE, este discurso coaduna-se com a sua posição histórica assumida relativamente à construção europeia. Nos finais dos anos 40 e inícios dos 50 assumia a possibilidade de uma Espanha democrática vir a entrar num projeto de unidade europeia, permanecendo vigilante na Europa para manter afastado o regime de Franco como estratégia de combate à ditadura através do isolamento – conforme visto no capítulo anterior.

³⁶⁵ PARAMIO, Ludolfo - “Análisis. Mucho más que un mercado.” *El Socialista*. Nº 379 (15.04.1985) p. 6.

³⁶⁶ Intervenção de Marín Gonzalez, deputado socialista. *Diario de Sesiones*. Nº 21 (27.06.1979) p. 1075.

A condicionalidade democrática para a adesão, usada no discurso de exílio, volta a ser invocada, mesmo já depois da morte de Franco e de Juan Carlos I ter tomado posse, enquanto a situação ainda permanecia nebulosa e Arias Navarro não dava sinais reformistas no governo. Em fevereiro de 1976, na conferência de partidos socialistas da Europa do Sul, o PSOE leva à aprovação uma resolução na qual se declara “[q]ue se opone y continuará oponiéndose al ingreso de España en la Comunidad Económica Europea, bien como miembro de pleno derecho, o asociado, mientras que no se obtengan previamente la libertad de expresión y la libertad para las organizaciones políticas y sindicales [...]”³⁶⁷ Nesta fase de incerteza da transição democrática, o assunto da adesão é uma questão eminentemente política e um instrumento ao serviço da pressão partidária. Porém, não se reduz a esta vertente instrumental, integrando-se genuinamente no projeto do PSOE para o futuro de Espanha, como fica manifesto no contínuo empenho que o partido coloca no assunto e na fundamentação dada. Já depois de terem sido convocadas as primeiras eleições democráticas, em 1977, critica a CEE por não estar a facilitar a negociação sobre as relações comerciais com Espanha, país que necessita da Europa tanto económica como politicamente.³⁶⁸

A perspetiva política da adesão continuará a ser realçada como uma dimensão que o PSOE quer recuperar nas negociações, caso viesse a ser eleito para chefiar o governo, como manifesta na apresentação do programa eleitoral em 1982: “[E]n efecto, cambiaremos nuestra estrategia de negociación en el sentido de recuperar la dimensión política de la integración.”³⁶⁹ Mas desse programa consta também a vertente económica como motivo para a prioridade da política externa espanhola: “Una proyección europea basada en una opción esencialmente política, aunque de fuerte contenido económico.”³⁷⁰

- *Abertura económica sim, autarcia não!*

Será, precisamente, nas eleições de 82 que o partido chega ao governo e que essa circunstância determinará a motivação económica que dominará o seu discurso sobre a adesão, ao invés do período 1976-1982, no qual prevalece o simbolismo democrático. Esta transição de argumentos emerge do próprio contexto histórico: por um lado, o início da estabilização da democracia espanhola secundariza o argumento político (como assumido em

³⁶⁷ “Resolución sobre España aprobada por aclamación.” *El Socialista*. Nº 57 (01.02.1976) p. 3.

³⁶⁸ “Lo que desde el punto de vista español parece fuera de duda – los partidos civilizados, de la izquierda a la derecha así lo han manifestado – es la necesidad de nuestra integración en el ámbito comunitario tanto por razones políticas – huir de una posible veleidat fascista – como económicas dado el peso específico de nuestras relaciones comerciales con la CEE [...]” “España-CEE: las negociaciones que nunca acaban.” *El Socialista*. Nº 6 (29.05.1977) p. 14.

³⁶⁹ Manuel Marín, in “Una política exterior sin triunfalismos ni complejos.” *El Socialista*. Nº 278 (06.10.1982) p. 14.

³⁷⁰ PSOE - “Por el Cambio, Programa Electoral.” 1982, p. 46.

editorial no jornal oficial do partido³⁷¹); por outro, a prática do partido enquanto governo dita a urgência de construir um projeto de desenvolvimento económico nacional, em resposta à situação de crise, e de o fundamentar³⁷²; e ainda, a urgência de justificar a dificuldade das negociações e dos inerentes efeitos negativos da adesão, assim como de responder às críticas da oposição, foca o debate nas questões setoriais da economia – disto é exemplo o debate da nação, de novembro de 1984.³⁷³

Portanto, além do interesse político da adesão, há, manifestamente, uma motivação económica do PSOE que vai ficando evidente à medida que a transição democrática vai ficando resolvida e que o partido se faz governo, começando a entrar num realismo político despertador do seu sentido pragmático. A razão para o interesse económico da adesão, transversal aos vários partidos, relaciona-se com as lições históricas sobre a política económica de Espanha, que experienciou o prejuízo da autarcia franquista, em detrimento do benefício da abertura económica.

Levado pelo contraditório dos ideais de liberalismo e comunismo das forças que se lhe tinham oposto na guerra civil, Franco definirá uma política económica ditada pelos próprios objetivos políticos do regime, com o intuito de implementar uma estrutura economicamente independente da economia internacional. O modelo autárquico da ditadura espanhola, que não teve mudanças significativas antes da década de 50, viveu o seu auge de 1939 a 1945 e aplicou-se aos diversos setores da economia, com um intervencionismo forte do estado na indústria, agricultura e protecionismo face ao exterior, ainda que o país não conseguisse viver totalmente de uma economia autossuficiente em todos os bens de consumo.³⁷⁴

Foi a partir de meados da década de 50, em consequência da estagnação económica e da remodelação governamental, com a entrada de vários membros da Opus Dei para o executivo, que se inicia um período de abertura ao exterior e de primazia da economia sobre a ideologia, abandonando-se o sistema autárquico para se iniciarem reformas tendentes à

³⁷¹ “Dejando aparte de los argumentos políticos, sobre los que ya no cabe insistir desde que España es una democracia, abundan los económicos que se han aducido para demostrar que a España le interesa adherirse a la Comunidad Económica Europea.” “Editorial.” *El Socialista*. Nº 320 (27.07.1983) p. 7.

³⁷² O Conselho de Ministros do governo presidido por Felipe González assume, em 1983, que a adesão é um objetivo político e económico, reafirmando a vontade de concluir as negociações o mais breve possível e inserir a CEE na estratégia de desenvolvimento económico do governo, de modo a não prejudicar os interesses setoriais nacionais. “Adhesión a la CEE.” *El Socialista*. Nº 320 (27.07.1983) p. 29. Ainda em editorial da mesma edição, assume-se que após a estabilização democrática, a razão económica toma primazia para a adesão, perspetiva sustentada com a tradição comercial de Espanha com a Europa: “No sólo porque los países de la Comunidad so nuestros primeros clientes, sino porque las perspectivas de un desarrollo continuado se verían favorecidas primero y consolidadas luego mediante la integración económica en la Europa de los ‘diez’.” “Editorial.” *El Socialista*. Nº 320 (27.07.1983) p. 7.

³⁷³ *Diario de Sesiones*. Nº 159 (25.10.1984) p. 7161.

³⁷⁴ VIGIL, Alicia Alted - *La Política Económica en España, 1939-1975*. Madrid: Cuadernos de la UNED, 1986. p. 10-15.

liberalização do mercado. Isto será consolidado com o Plano de Estabilização de 1959³⁷⁵, que promoverá medidas de contenção da inflação, diminuição do controlo sobre a atividade económica e liberalização do comércio exterior. Representando um “primeiro passo na homologação da economia espanhola com as da Europa Ocidental”, o plano resultará num crescimento económico de cerca de 8,7% ao ano³⁷⁶, que influenciará a vontade de uma aproximação às Comunidades. Após uma primeira tentativa falhada em 1962, o governo espanhol volta a pedir negociações à CEE, em 1964, o que resultará na assinatura do acordo de preferência comercial em 1970.³⁷⁷

É sob este pano de fundo que os partidos espanhóis atuantes na transição democrática retiram lições sobre os efeitos económicos negativos da autossuficiência franquista, em contraposição com os positivos da ação liberalizadora dos tecnocratas do regime, cujos efeitos de abertura à CEE se fazem notar mesmo após a morte de Franco, com a Europa como principal destino de exportação nacional. Encontramos este reconhecimento nas argumentações do PSOE³⁷⁸.

Outro argumento socialista para a adesão a um projeto de economia liberal como a CEE emerge da natureza da economia internacional, que inviabiliza soluções nacionais e unilaterais aos países da Europa para resolverem os seus problemas económicos. Esta dimensão pode ser comparável às ideias internacionalistas do partido durante o exílio, mas elas são agora, apenas, levemente afloradas e não exibem a mesma teorização socialista que anteriormente. Esta evolução do discurso do PSOE atesta o que defende Navarro: que o argumento da consolidação democrática como motivo para o consenso partidário espanhol sobre a adesão à CEE domina os primeiros anos após a morte de Franco, mas não é consistente até ao ano da adesão, ao contrário do que fazem crer alguns estudos académicos.³⁷⁹

³⁷⁵ CAVALLARO, Maria Elena – Ob. cit. p. 76-79.

³⁷⁶ VIGIL, Alicia Alted – Ob. cit. p. 26-30.

³⁷⁷ GÓMEZ, Carlos López – “Europe as a symbol: the struggle for democracy and the meaning of European integration in post-Franco Spain”. *Journal of Contemporary European Research*. Vol. 10 (1) (2014) p. 80, 81. O acordo assentou numa redução mútua de tarifas, especialmente para produtos industriais e revelou-se vantajoso para Espanha. Apesar do imediato interesse económico deste pedido de negociações, estava latente um interesse político, que residia numa esperança por parte de diplomatas e outros políticos espanhóis numa adesão plena. Cf. TROUVÉ, Matthieu – *L’Espagne et l’Europe. De la dictature de Franco a l’Union Européenne*. Bruxelles: PIE Peter Lang SA, 2008. p. 65-70; CAVALLARO, Maria Elena – Ob. cit. p. 99-105.

³⁷⁸ Reconhece os países da Europa como “nuestros primeros clientes.” “Editorial.” *El Socialista*. Nº 320 (27.07.1983) p. 7.

³⁷⁹ NAVARRO, Miguel Ángel Quintanilla – “Los Partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea.” *Revista de Estudios Políticos*. Nº 108 (2000) p. 307-323.

Na vasta literatura sobre a transição democrática espanhola³⁸⁰ e a adesão às CE, procura-se compreender as razões para o facto de se ter registado um consenso político entre os diversos partidos para a europeização de Espanha, dado até o facto de países do mesmo arco geográfico e com problemas estruturais e antecedentes políticos semelhantes, como Portugal e Grécia, não terem registado esse consenso.³⁸¹ Efetivamente, a fragilidade do contexto inicial da transição democrática espanhola terá sido um fator para a ponderação consensual da integração europeia como elemento democratizante de Espanha.³⁸² De um lado, Juan Carlos I, apontado por Franco como seu sucessor, apesar de manifestar uma intenção de democratizar o regime, mantém como chefe de governo Arias Navarro, homem do franquismo. De outro, após alguns meses de inércia de Navarro em encetar as reformas necessárias à instauração de liberdades democráticas, o rei nomeia Adolfo Suárez em sua substituição, que era também uma figura do franquismo, embora da ala reformista. Todas estas movimentações suscitam dúvidas aos partidos.

As primeiras medidas de Suárez, como a legalização de partidos políticos, dão alguns sinais de democratização, mas o facto de escolher enveredar por uma estratégia de pactos e consensos entre as diversas forças políticas e institucionais, e não por uma rutura com o regime anterior, fará arrastar o ceticismo.³⁸³ Porém, Suárez vem a revelar-se um hábil negociador com a sua política de acordos à esquerda e à direita, convencendo mesmo os setores mais imobilistas, como o exército, alcançando a democracia através de sucessivas reformas³⁸⁴ - das quais a convocação de eleições, em 1977, para as Cortes Constituintes, o que levará à aprovação da Constituição Espanhola no ano seguinte, foi a evidência mais expressiva da sua intenção democratizante. Tornar-se-ia claro que a essência de governo mudara, o que conquistou um clima de confiança na oposição, levando o PSOE a abandonar a sua estratégia de rutura inicialmente afirmada para a transição democrática.

Mas apesar da habilidade e do progresso nas reformas, vários fatores persistiam em debilitar a jovem democracia, como os sinais de desgaste de Suárez e alguma incapacidade e aparente desorientação como líder de governo, com falta de ideias políticas capazes de criar

³⁸⁰ A literatura não é consensual sobre uma data para o final da transição, sendo apontadas várias possibilidades, como a realização das primeiras eleições democráticas, em 1977, a aprovação da Constituição, em 1978, o ano em que o PSOE ganha as eleições pela primeira vez, em 1982, além de outras datas mais tardias.

³⁸¹ Um dos estudos comparativos em que se tenta reponder à questão é o de ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit.

³⁸² CAVALLARO, Maria Elena – Ob. cit. p. 245-248.

³⁸³ Os partidos de oposição estavam divididos entre a estratégia da esquerda, de rutura com o regime anterior, e a centrista, de reforma. O PSOE enquadrava-se na estratégia de rutura. Cf. ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 269; RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s Security Policy.” In GILLESPIE, Richard, RODRIGO, Fernando, STORY, Jonathan (ed.) – Ob. cit. p. 51.

³⁸⁴ PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 77-85.

um plano de resposta ao clima de recessão económica do país. Simultaneamente, o governo da UCD enfrenta uma ETA³⁸⁵ desestabilizadora e um setor militar ainda de herança franquista, em crescente descontentamento, que, em 1981 (já depois das segundas eleições democráticas, em 1979), intenta um golpe militar³⁸⁶ aquando da tomada de posse de Leopoldo Calvo-Sotelo como presidente do governo (em substituição de Adolfo Suárez que se demitira).

A progressão dos acontecimentos revela as contingências da concretização de uma transição democrática reformista, em convivência com múltiplas e contrárias forças políticas e sociais, entre elas uma oposição desconfiada e adepta da democratização pela rutura; a permanência de mentalidades falangistas nos diversos setores das instituições estatais (capazes de encetar um golpe regressista); e o agravamento das condições económicas nacionais. É neste contexto que a intenção da UCD, na chefia do governo, de pedir a adesão de Espanha às CE recolhe o apoio unânime de todos os partidos da oposição, sendo expressão da política de consenso da transição democrática de Espanha. “De acuerdo con la hipótesis de la vía de transición, se da un mayor consenso en los casos en que el riesgo de regresión al autoritarismo está más presente, aconsejando a una vía de transición incluyente. La transición española, que no rompió bruscamente con la legalidad ni con la legitimidad franquista, y que construyó el nuevo régimen a través de pactos y de la llamada ‘política del consenso’, es un buen ejemplo de esta vía.”³⁸⁷

A CEE representava assim um reforço da ação democratizante da transição espanhola e foi uma evidência da superação das divergências entre todos os partidos embrenhados no processo. De entre eles, destacamos a primazia do europeísmo do PSOE. Os socialistas são, juntamente com os comunistas do PCE, os únicos dois partidos sobreviventes da ditadura, sendo que o PCE apenas afirmou o apoio à entrada de Espanha na CEE no congresso de 1972 – esta adesão ao eurocomunismo foi crucial para o consenso. O PSOE é, pois, o único partido com uma tradição europeísta herdada do imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

Porém, Miguel Navarro considera que o argumento da democratização tem sido sobrevalorizado para explicar o consenso, não se justificando a sua invocação até ao período da adesão: primeiro, porque o pedido formal de adesão foi feito após as primeiras eleições democráticas, portanto, após um ato formal de instauração democrática no país (apesar de o sistema democrático ainda estar em construção); segundo, porque esse ato eleitoral iniciou os

³⁸⁵ Euskadi ta Askatasuna - organização revolucionária e clandestina que reclama a independência do País Basco.

³⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 85-105.

³⁸⁷ ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 268.

trabalhos para a elaboração da Constituição, aprovada em 1978, sendo este já, por si só, um processo de democratização muito próprio e concreto do país - “Se puede explicar el europeísmo español como la expresión del deseo de que finalizara el régimen autoritario franquista y se iniciara uno democrático, pero sólo mientras aquél y hasta que se inició éste. Sólo hasta 1977. El uso antonomástico de las Comunidades Europeas para designar a la democracia no se puede extender hasta 1985.”³⁸⁸ Daí que o autor considere necessário encontrar outras razões que permitam explicar a continuidade do europeísmo dos partidos políticos espanhóis.

Quanto ao PSOE, podemos afirmar a concordância com a perspetiva de Navarro, pois efetivamente o argumento democrático, embora vá subsistindo no seu discurso, dará primazia, nos finais dos anos 70 e, concretamente, a partir de 1982, ao argumento económico (como melhor detalharemos nos próximos tópicos temáticos). Relativamente às explicações que possam suportar a continuidade do seu europeísmo, uma delas já ficou evidente no capítulo anterior. O PSOE pós-Franco herda uma tradição europeísta da prática de oposição à ditadura e particularmente do exílio. Nas próximas páginas, fundamentaremos ainda que, embora ideologicamente paradoxal, a economia constitui-se também como uma razão prática para a continuidade desse europeísmo. Mas, reportando ainda ao período nuclear da transição democrática, encontramos também o europeísmo do PSOE relacionado com a conceção de uma Espanha de pertença histórica e civilizacional europeia (outra continuidade da retórica europeísta do exílio). A integração na Europa é uma espécie de homologação da verdadeira Espanha, um retomar que quebra com o passado fechado e isolacionista do franquismo, que devolve a Espanha a sua plena essência como país europeu que é. Esta ideia é reiteradamente veiculada no final das negociações da adesão e no momento da assinatura do respetivo tratado:

“Con la firma de la adhesión de España a la Comunidad Europea se culmina la profunda aspiración europeísta que [...] ve realizado su deseo de integrarse plenamente en el marco cultural y político en el que España, tras largo tiempo de olvido y postergación, reencuentra su auténtica dimensión histórica.”³⁸⁹

³⁸⁸ NAVARRO, Miguel A. Quintanilla - “Los partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea.” p. 312.

³⁸⁹ “Editorial.” *El Socialista*. Nº 383 (15.06.1985) p. 1. O próprio título do artigo (“Ya Somos Europa”) desta edição do jornal, que anuncia a assinatura do tratado de adesão concorre para esta ideia de homologação da essência europeia de Espanha.

“... [E]s toda una nación la que recupera el pleno sentido de su historia, al conjugar el legado pasado y su evidencia de ser ‘Europa con realidad presente de estar en las instituciones europeas [...]’.”³⁹⁰

“A lo largo de la historia, los proyectos de modernización de España han sido proyectos europeístas. ‘Si España es el problema, Europa es la solución’, - decía Ortega. Desde el siglo pasado los proyectos de modernización de España han mirado hacia Europa. Recordad, a Joaquín Costa y a los liberales del XIX. Sin embargo, cuasi siempre esos proyectos de modernización y regeneración se han visto frustrados. ‘Bastardos afrancesados’ llamaba Franco a los liberales españoles.”³⁹¹

A Europa, miragem de outrora, faz-se agora realidade. Europeísmo é sinónimo de progresso e modernização, interrompido por um passado de guerra civil e de ditadura, retrocessos da sociedade espanhola.³⁹² A adesão à CEE vem assim resolver um problema histórico, indo ao encontro das aspirações intelectuais vindas desde o século XIX.³⁹³ Apesar de alguns pensadores deste século terem considerado também Espanha como um país heterogéneo, “sui generis”, com poucas afinidades com a Europa, foi a influência iluminista e as ideias republicanas que acabaram por resistir de algum modo³⁹⁴, até que o século XX pós-Franco faz emergir uma unanimidade partidária na assunção da Europa como modernizadora, libertadora, impulsionadora do potencial internacional de um país renovado, em contraste com o passado.

É um reflexo da própria aspiração do povo espanhol, como denota Moreno Juste: “Europa, o mejor dicho, su representación más coherente a ojos de los españoles, la Comunidad Europea valorada como el destino final de un viaje largamente anhelado, imprescindible para romper la marginalidad de la dimensión internacional de España.”³⁹⁵ É a satisfação de uma necessidade histórica, política, cultural e social. Mas se a aspiração europeia é um consenso partidário e a entrada na CEE goza desta representação simbólica unânime, o projeto europeu, enquanto modelo político em construção, não tem o mesmo significado para todos os partidos. Consenso não significa igualdade de conceções políticas

³⁹⁰ Felipe González no discurso de assinatura do tratado de adesão. “España supera su aislamiento secular.” *El Socialista*. Nº 383 (15.06.1985) p. 3.

³⁹¹ BENEGAS, Jose Maria - “Los proyectos de modernización de España han sido siempre europeístas.” *El Socialista*. Nº 385 (15.07.1985) p. 7.

³⁹² CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira, JUSTE, António Moreno – “A Espanha: no centro ou na periferia da Europa?” In PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.) – *A Europa do Sul e a construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 47.

³⁹³ GÓMEZ, Carlos López – “Europe as a symbol [...]” Cit. p. 75, 76, 85.

³⁹⁴ Cf. PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 58, 59.

³⁹⁵ JUSTE, António Moreno – “El proceso de construcción europea y las relaciones España-Europa.” *Circunstancia*. Nº 25 (2011) s.p. [Em linha]. [Consult. em 20.10.2015]. Disponível em WWW: <<http://www.ortegaygasset.edu/publicaciones/circunstancia/ano-ix---n--25---mayo-2011/articulos/el-proceso-de-construccion-europea-y-las-relaciones-espana-europa>>.

sobre a Europa unida. O que significa para o PSOE a ideia de Europa unida nesta fase de transição? Vamos tentar perceber de seguida.

c) Que modelo institucional para a Europa do futuro? O início da perda da retórica histórica

A firmeza da assunção de encarar a adesão de Espanha à CEE como uma motivação e decisão política não se traduz numa discussão rica do projeto europeu em termos políticos. Nos programas eleitorais até à adesão, as referências são generalistas e breves. Entre os manifestos eleitorais analisados, a única ilação sobre o modelo político de uma Europa futura pode retirar-se daqui: “Los socialistas queremos que España participe decisivamente en el proyecto de unidad europea, potenciando el papel de las instituciones representativas de los pueblos de Europa (Parlamento Europeo, Consejo de Europa).”³⁹⁶ E, em 1982, daqui: “Esta opción [adhesión] implica la apuesta por el proyecto de consolidación de una Europa unida, fuerte y solidaria y, en consecuencia, la participación activa en sus organismos [...]”³⁹⁷ Embora se milite por uma Europa forte e unida, o que induz ao seu aprofundamento, através de instituições como o Parlamento Europeu, as referências são muito vagas e, da forma como são apresentadas, podem assumir diversos modelos institucionais. Estas menções gerais são o exemplo do que fundamentámos, inicialmente, sobre a metodologia adotada nesta tese: a de que o estudo dos partidos somente através dos manifestos eleitorais não permite chegar a conclusões consistentes e esclarecedoras sobre as suas reais posições.

Os debates parlamentares fornecem-nos mais pistas, ainda que sujeitos também a ambiguidade. Em 1977, o PSOE defende o aprofundamento democrático das CE: “Desde ya debemos impulsar las iniciativas tendentes a la democratización de las instituciones comunitarias, tales como la elección del Parlamento Europeo por sufragio universal directo, la planificación democrática [...]”³⁹⁸ Dois anos mais tarde, noutro debate sobre as CE, assume-se que a entrada na CEE “supone la integración en una organización supranacional”³⁹⁹, mas sem explicitar se a supranacionalidade deve ser a orientação para a evolução da CEE, o que a avaliar pela declaração anterior, sobre o PE, podemos deduzir que sim.

À exceção destas manifestações, nos debates parlamentares selecionados para este estudo, nos quais as CE ou a política externa de Espanha são temas de discussão, a

³⁹⁶ PSOE - “Programa. Elecciones 79.” 1979, p. 17.

³⁹⁷ PSOE - “Por el Cambio. Programa Electoral.” 1982, p. 46.

³⁹⁸ Intervenção de Luís Yanez-Barnuevo Garcia, deputado socialista. *Diario de las Sesiones*. Nº 10 (20.09.1977) p. 258.

³⁹⁹ Intervenção de Marín Gonzalez. *Diario de las Sesiones*. Nº 21 (27.06.1979) p. 1075.

configuração institucional-política do projeto europeu é praticamente ignorada, o que está em total desproporção com a consequência nacional da decisão que está em causa. O consenso partidário europeísta poderá ser, como registam alguns autores, a causa da pobreza da discussão: “al no existir posturas radicalmente opuestas, el expediente europeo dio origen a escasa polémica y la escasez del debate provocó una cierta superficialidad de las convicciones sociales lo que facilitaría una lenta pero permanente pendulación de la opinión pública hacia una imagen mucho más pragmática de lo que Europa podría ofrecer a los españoles.”⁴⁰⁰

Precisamente, o pragmatismo e o imediatismo acabou por dominar a questão entre os deputados, com o simbolismo democrático da Europa a dominar as ideias do debate inicialmente e as preocupações com as questões setoriais das negociações, posteriormente. Há ainda que acrescentar, pelas leituras dos debates parlamentares, que as divergências partidárias relativamente à opção de entrada na OTAN acabaram também por monopolizar as discussões sobre a política externa espanhola, retirando espaço às CE. Este alheamento parlamentar não deixa de ser contraditório com a consequência do ato da adesão, como reporta Miguel Navarro, já que a entrada na CEE teve um impacto direto na necessidade de alterar a Constituição, que profundo e aceso debate e negociação exigiu para ser aprovada.⁴⁰¹

De facto, a característica supranacional de que o projeto europeu já gozara na época exigia que o parlamento espanhol fosse mais ponderado e preventivo sobre as implicações da adesão na recente democracia nacional, assim como sobre a conceção de Espanha para o futuro das CE. Corresponsável por esta pobreza da discussão, o PSOE colmata um pouco, mas não suficientemente, a lacuna com algumas manifestações, em discursos públicos ou artigos de opinião no jornal, através dos quais se depreende um rumo da Europa para a supranacionalização, ou mesmo, excecionalmente, diga-se, a federalização.

Num artigo de opinião, o secretário-geral do conselho federal espanhol do Movimento Europeu defende que o futuro das Comunidades a 12 membros exigirá uma reforma institucional de teor federal. Lamenta-se que o PE, apesar de eleito por sufrágio

⁴⁰⁰ JUSTE, Antonio Moreno – “Europa en la transición: cambio y permanencia en la perspectiva europea de España.” *Revista Universitaria Europea*. Nº 4 (2004) p. 120 [Em linha]. [Consult. 11.11.2015]. Disponível em WWW: < <http://www.revistarue.eu/RUE/2004.htm> >.

⁴⁰¹ “A diferencia de lo ocurrido durante el proceso constituyente, con motivo de la adhesión no se produjo negociación alguna entre los partidos españoles. No hubo una posición común a favor de la cual se votó. Dado el impacto constitucional que la incorporación de España a las comunidades iba a producir sobre el nuevo sistema político español, esta pacífica convergencia en el voto resulta llamativa. Los partidos españoles necesitaron de una negociación larga y difícil para ponerse de acuerdo sobre la Constitución, pero coincidieron espontáneamente en promover la incorporación de España a las Comunidades, incorporación cuyo primer – y conocido – (33) efecto habría de ser la alteración del acuerdo constitucional tan costosamente elaborado.” NAVARRO, Miguel A. Quintanilla – “Los partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea.” p. 322, 323.

universal, seja uma entidade inoperante em termos de competências legislativas e defende-se que a Europa tenha um órgão executivo, que deve ser a Comissão, e um deliberativo, o parlamento, e que aquela deva emanar e responder democraticamente a este, ao invés de ser constantemente travada pela unanimidade do Conselho:

“Es mecánicamente imposible que una comunidad de tal envergadura se rija con coherencia y equidad a través de un Consejo de Ministros [...] con derecho a veto [...], a través de una Comisión de competencias tasadas frente a ese Consejo y, por tanto, con manos atadas frente a él y no frente a quien debería ostentar la voluntad del pueblo europeo: el Parlamento. [...] Pero no existe ejecutivo – y tal debería ser la Comisión – que no nazca de un legislativo – y tal debería ser el Parlamento – que no dependa de la confianza del mismo, esto es, en definitiva, de la voluntad europea, y no hay articulación de poderes sin su vertebración en una Constitución. Constitución de la que los Tratados Europeos no son sino un anticipo y que, en definitiva, habrá de nacer del Parlamento Europeo convertido en constituyente, mediante un proceso asimilable a lo ocurrido en España en estos años pasados.”⁴⁰²

Está-se claramente perante um desafio federal, conforme titula o próprio artigo. Mas, está-se também perante uma exceção na documentação consultada referente a esta época. Na que se refere aos órgãos do partido, regista-se mesmo a ausência do termo federal ou derivados. Em vez disso, encontra-se com frequência, no jornal, a ideia de favorabilidade à supranacionalização das Comunidades: “Los socialistas europeos expresaron en la primavera pasada en Madrid unas necesidades muy concretas: el reforzamiento de las competencias del Parlamento Europeo, dotándole de mayores competencias que la simple opinión presupuestaria con la que hoy cuenta y haciendo de la eurocámara el auténtico foro democrático con capacidad de decisión supranacional. La unidad política de Europa conseguiría así un importante espaldarazo.”⁴⁰³ Se o termo federal parece ser quase tabu, a ideia supranacional sobressai noutros artigos: “En efecto, todas las naciones europeas, sin exclusiones, se enfrentan al mismo reto. [...] Es un reto económico y político, y sólo puede ser afrontado mediante la articulación en el plano supranacional de grandes conjuntos regionales, de soluciones económico-políticas. [...] La unidad económica y política de Europa es una necesidad ineludible para todas sus naciones.”⁴⁰⁴ Temos, contudo, a defesa de uma supranacionalidade geral e não particularizada, não se explicitando as competências concretas a atribuir a cada instituição, o que só assim seria esclarecedor para avaliar o quão supranacional seria essa ambição, uma vez que a Comunidade já dispunha em teoria de

⁴⁰² BRU, Carlos Maria - “Europa ante el reto federal.” *El Socialista*. Nº 190 (28.01.1981) p. 20.

⁴⁰³ “La deseada unidad de Europa.” *El Socialista*. Nº 394 (01.12.1985) p. 2.

⁴⁰⁴ “Editorial.” *El Socialista*. Nº 320 (27.07.1983) p. 7.

natureza supranacional na mera triangulação do sistema de decisão entre os poderes da Comissão, do PE (embora simbólicos) e do Conselho, e também com o papel do Tribunal de Justiça. Registamos ainda o facto de estas declarações dadas como exemplo de um pendor supranacional provirem de opiniões avulsas veiculadas no jornal.

Já nas comunicações de órgãos oficiais do partido, a abordagem é comedida. No documento que o Comité Federal do PSOE aprova, em 1981, como base de ação política nacional, menciona-se apenas: “Si tenemos consciencia de que nuestro proceso de integración es positivo e irreversible, como ocurre con nuestros interlocutores, el esfuerzo negociador tiene que ir acompañado de una adaptación institucional, financiera y económica.”⁴⁰⁵ Uma adaptação institucional em que termos? Reforçar os poderes dos órgãos intergovernamental, o Conselho, ou supranacionais, a Comissão e o PE? Tais questões ficam por responder. O mesmo acontece nas resoluções do congresso de 1985, com desejos de: “a) Que se refuercen las instituciones comunitarias y se agilicen sus procedimientos de funcionamiento y decisión, de manera que sean capaces de responder a las expectativas de los pueblos de Europa.”⁴⁰⁶ A ambiguidade domina esta aspiração, que abre uma multiplicidade de formas institucionais que lhe podem dar resposta.

No mesmo ano, numas jornadas da federação socialista madrilenha, o líder do PSOE defende a evolução das Comunidades, mas centra-se quase exclusivamente na perspetiva económica, sendo nestes termos que justifica a importância da adesão para Espanha.⁴⁰⁷ Quando se refere à necessidade de adaptação das instituições europeias, deixa, novamente, tudo em aberto: [U]na Europa necesitada de modificar los mecanismos de sus instituciones para poder llevar a cabo una política económica adecuada y equilibrada.”⁴⁰⁸ Repare-se que a justificação para a necessidade da mudança institucional é devida à necessidade económica, apesar de, em outras ocasiões, se frisar a natureza política do projeto europeu. González parece, assim, abrir caminho para o que dominará o seu discurso nos anos vindouros: a CEE como projeto de modernização económica de Espanha e o enfoque obstinado na política de coesão.

Denotamos, assim, uma quebra na tendência assumida historicamente pelo partido, particularmente nos tempos de exílio, após a IIGM, em que o idealismo federalista esteve ao

⁴⁰⁵ “El PSOE ante la situación política.” *El Socialista*. Nº 211 (1981.06.24) p. 52.

⁴⁰⁶ “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 372 (01.01.1985) p. 23.

⁴⁰⁷ “La mitad de nuestras exportaciones van para CEE – añadió – y es preferible negociar nuestros intereses puertas adentro que afuera. [...] [H]ay que hacer penetrar en los sectores económico y sociales la convicción de que la política de adaptación debe realizarse desde ahora.” Intervenção de Felipe González. “España dinamizará Europa – afirma Felipe González.” *El Socialista*. Nº 394 (01.12.1985) p. 6.

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*.

rubro, em consonância com a expressão de outros sociais-democratas europeus. O termo federal não constam do discurso oficial do PSOE, com exceção para uma intervenção avulsa de um militante. O papel político que o partido é chamado a desempenhar, particularmente depois de assumir funções governativas, desde 1982, parece ser o fator crucial a contribuir para esta mudança de discurso.

Não obstante, regista-se uma permanência na ideia de supranacionalização da CEE, na ambição para a evolução das instituições com esse papel. Por outro lado, os argumentos do reforço supranacional aparecem relacionados quer com uma necessidade prática política, para uma maior igualdade entre estados, quer com uma ideia herdeira do pós-guerra, de assumir a Europa como alternativa ao bipolarismo. Numa intervenção isolada, podemos até vislumbrar a permanência de um internacionalismo socialista ao rubro, associando-o à ideia de federação: “Creo que para los socialistas [...] la cuestión no ofrece dudas. Un francés llamado Proudhon afirmaba: ‘Quien dice socialismo, dice federación, o no dice nada’.”⁴⁰⁹ A afirmação, feita em 1981, é do socialista Carlos María Bru - que assistiu ao Congresso de Munique de 1962 do Movimento Europeu, e que se filiou no PSOE em 1979.⁴¹⁰ Revela a sobrevivência de um certo espírito internacional socialista característico do PSOE do exílio. Mas será esta a orientação programática e prática do partido? De que forma este ideário continua efetivamente no discurso oficial do PSOE? Como é que adequa a sua ideologia socialista com o projeto liberal do Mercado Comum da CEE?

d) Um modelo socialista para uma Europa unida? O início da dificuldade de compatibilizar retórica e prática ...

“Por imperativos políticos y económicos, una España democrática no puede estar ausente de la construcción de una unidad europea que supere nacionalismos caducos y proporcione un marco para el desarrollo del socialismo, independiente de los imperialismos y en cooperación con el tercer mundo. El objetivo de este proceso debe ser una Europa democrática y socialista.”⁴¹¹ No programa para as eleições de 1977, o PSOE assume um

⁴⁰⁹ BRU, Carlos Maria (secretário geral do Conselho Federal Espanhol do Movimento Europeu) - “Europa ante el reto federal.” *El Socialista*. Nº 190 (28.01.1981) p. 21.

⁴¹⁰ “Notice Biographique de Carlos María Bru Purón.” CVCE.EU, 07.07.2016 [Em linha]. [Consult. 19.07.2016]. Disponível em WWW: <

http://www.cvce.eu/obj/notice_biographique_de_carlos_maria_bru_puron-fr-5887ee77-9839-4cd7-bd66-553add33c650.html >.

⁴¹¹ PSOE - “Programa del PSOE. Elecciones 1977.” 1977, p.25.

objetivo socializante para a Europa, emanado de uma nova geração de líderes partidários, com um discurso assumidamente de esquerda, bem expresso no Congresso de 1976⁴¹².

Nos anos finais da ditadura, o PSOE tinha-se com a reivindicação de uma formação de jovens do interior, que contestava a falta de rotação nos cargos dirigentes do partido, dominado pelos veteranos de exílio. O partido dividia-se entre as fações histórica e renovadora, não se tratando de uma dissidência ideológica, mas de uma luta por lideranças, provocada por aspirações de renovação de cargos, com o argumento de que os líderes de exílio estavam há muito tempo fora da realidade do interior, não sabendo adequar as melhores estratégias de oposição ao franquismo. O diferendo foi resolvido com o reconhecimento pela IS do PSOE renovador, que mais tarde levou Felipe González à liderança, como já relatado em capítulo anterior. Que o epíteto renovador não nos equivoque, pois esta nova geração de socialistas continua a conduzir o partido numa linha de esquerda. “Estos nuevos dirigentes proponían una socialización parcial de la economía en el marco de la libertad, lo que conduciría a un socialismo genuino, opuesto al modelo soviético pero también al capitalismo, y consideraban que esta vía no era posible en el marco restringido de los países, pero sí lo era, en cambio, en el ámbito mucho más amplio de una federación europea.”⁴¹³

Herdam, assim, a noção de construir uma união europeia socialista, que irá estar presente nos primeiros anos da transição, além de nos programas eleitorais e nos debates parlamentares – “Europa también necesita de España. Nuestra participación contribuirá sin duda a la construcción de una Europa libre e independiente, a la Europa de los pueblos y no a la Europa de los mercados o las multinacionales.”⁴¹⁴ Atribui-se a Madrid uma missão socializante da construção europeia. Uma forma justificativa da adesão a um projeto que nasce do liberalismo económico e, portanto, está em dissonância com o que são as bases ideológicas do partido. Já antes do pedido de adesão ter sido oficializado, o PSOE

⁴¹² Na moção aprovada, o PSOE define-se “como Socialista, porque su programa y su acción van encaminados a la superación del modo de producción capitalista, mediante la toma del poder político y económico y la socialización de los medios de producción, distribución y cambio por la clase trabajadora. Entendemos el socialismo como un fin y como el proceso que conduce a dicho fin y nuestro ideario nos conduce a rechazar cualquier camino de acomodación al capitalismo o a su simple reforma.” Reafirma a sua caracterização como “Partido de clase, y por lo tanto, de masas, marxista y democrático.” “Ponencia Política.” *El Socialista – especial XXVII congreso*. Nº 4 (08.12.1976) p. 5. Já nas resoluções aprovadas no congresso diz-se: “ALARMADO por el poder creciente de las multinacionales que constituyen un instrumento al servicio de esas formas de explotación, poniendo en continuo peligro la dependencia económica y política de los pueblos; LLAMA a la Unidad Internacional de la clase trabajadora mundial para garantizar una defensa eficaz frente a la agresión permanente del capitalismo internacional y su expresión imperialista.” “Ponencias PSOE XXVII Congreso.” *El Socialista*. Nº1 (01.02.1977) p.4.

⁴¹³ AVILÉS, Juan – Ob. cit. p. 411. Ressalve-se, contudo, que embora possamos inferir esta aspiração federalista para a Europa através de manifestações de alguns socialistas e discursos no jornal, ela não é oficialmente assumida após o início da transição democrática nos documentos oficiais do partido.

⁴¹⁴ Intervenção do socialista Luís Yáñez-Barnuevo Garcia. *Diario de las Sesiones*. Nº 10 (20.09.1977) p. 260.

considerava que a integração de Grécia, Portugal e Espanha na CEE representaria um teste à capacidade dos países comunitários de “renuncia a muchos egoísmos de los respectivos capitalismos nacionales.”⁴¹⁵

A aspiração socializante da Europa por parte do PSOE pretende que as Comunidades atendam à diversidade europeia, de forma a considerar os novos membros do sul, i.e., os interesses particulares de um futuro estado-membro como Espanha, com um nível de desenvolvimento abaixo da média comunitária: “se va a instalar permanentemente una tensión dialéctica entre los propios ‘partenaires’ europeos, según su adscripción a las zonas de riqueza y de pobreza que va a producir la ampliación. Pensamos en este contexto que el problema fundamental de una Europa a doce consistirá, en el futuro, en encontrar un marco donde efectivamente se produzca un mejor reparto de la riqueza a nivel comunitario.”⁴¹⁶ Este posicionamento é coerente com as bases definidas pelo partido, nas resoluções do congresso de 1976.⁴¹⁷

Todavía, o congresso extraordinário de 1979⁴¹⁸ marcará uma viragem para a moderação, com a renúncia da designação do PSOE como partido de carácter marxista, assumindo, na resolução política aprovada, o marxismo como um instrumento não dogmático e apenas teórico de análise social.⁴¹⁹ A persistência de Felipe González para esta alteração reside na crença de que o partido, o principal opositor da UCD, precisava de se libertar do rótulo marxista para chegar ao governo. Apesar da crise interna de 1979 (gerada com a abdicação do marxismo) González sairá reforçado, garantindo a sua reeleição por unanimidade no 29º Congresso, em 1981, no qual os esquerdistas mais extremos, muitos deles vindos do PCE, já pouca expressão tinham e com muito menos ficaram com a reformulação

⁴¹⁵ “Primero democratizar.” *El Socialista*. Nº 6 (29.05.1977) p. 14.

⁴¹⁶ Intervenção de Marín González. *Diario de las Sesiones*. Nº 21 (27.06.1979) p. 1076.

⁴¹⁷ No qual se defende que uma integração “con objeto de que España pueda gozar de las ventajas de los miembros de pleno derecho. Ello no es óbice para que en la negociación correspondiente se reclamen condiciones especiales de adaptación de nuestra economía, dado su menor grado de desarrollo relativo.” “XXVII Congreso del PSOE. Socialismo es libertad”, documento del partido, 1976. Cit. in. ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 229, 230. Em entrevista que antecipa o congresso, Felipe González assume a busca por “una alternativa a una sociedad de explotación como es la sociedad capitalista.” “Felipe González.” *El Socialista – especial XXVII congreso*. Nº 1 (05.12.1976) p. 4.

⁴¹⁸ Como já referido em capítulo sobre a história do partido, depois de no 28º Congresso, realizado em 1979, a proposta de Felipe González de abdicação do marxismo ter sido rejeitada, o que levou à sua consequente demissão, realizou-se um congresso extraordinário cerca de 4 meses depois, no qual se aprovou a proposta de González.

⁴¹⁹ A referência ao marxismo é apresentada como uma ressalva para evitar a deriva social-democrata do PSOE: “**1.2. Declaración ideológica.** Este punto comienza con la referencia al carácter del partido (de clase, de masas, democrático y federal) y la asunción del marxismo para continuar con una alusión a la necesidad de evitar la socialdemocratización del partido.” “Resolución Política del PSOE.” *El Socialista*. Nº 129 (07.10.1979) p. 12.

do sistema de votação interna do partido⁴²⁰. Esta etapa marca o início do caminho de moderação ideológica do PSOE, que fica evidente com a sua chegada ao poder em 1982.⁴²¹

Efetivamente, a premonição de González provou estar certa, com o partido, apesar da perda de algum eleitorado de esquerda, a conquistar o poder nas eleições de 1982, face ao desgaste latente da UCD no governo. Como se traduzirá isto no discurso sobre o modelo ideológico da Europa?

No manifesto eleitoral de 1982, as alusões ao carácter ideológico da CEE, no capítulo de política externa, são inexistentes, ao contrário do de 1977. A referência a que as negociações serão tratadas, no plano da integração económica, de forma a concretizar “la convergencia objetiva con los intereses de los países del Sur” é a única da qual se pode induzir alguma conotação social da Europa. Porém, se atentarmos ao discurso do PSOE já enquanto governo, encontramos a permanência do objetivo socializante para a CEE - “La Comunidad Europea es una pieza dentro del sistema liberal, en el que cabe el correctivo de la socialización, a través de la vía parlamentaria y de la vía democrática, y esta opción española, profunda, por la Comunidad Económica Europea es otra de las contribuciones españolas a la estabilidad occidental.”⁴²² Mas estas declarações, feitas em 1983, são de Fernando Morán López - então MNE, suporte das ideias do partido em 1976 e que não acompanhou a sua tendência de moderação⁴²³, sendo um dos ministros substituídos na remodelação governamental de 1985. Nesse ano, Morán, já enquanto ex-ministro, numas jornadas sobre a CEE, levadas a cabo pelo partido, traz a debate a necessidade de não deixar perder o objetivo ideológico para a construção da Europa:

“Hemos llegado a un consenso en política y tal vez sacamos alguna idea precipitada [...]. Una de las ideas que a veces se escucha comentar es el fin del valor ideológico. Ante ello hay que afirmar que la adaptación a lo existente es una postura conservadora. El que en Europa la vida ideológica no sea tan clara e identificable no quiere decir que no exista. Precisamente ahí tenemos uno de los retos más importantes. ¿Cuál es la versión actual de los viejos ideales? ¿Cómo es posible la toma de consideración de todos los datos? Esta indagación, esta búsqueda, este esfuerzo tiene que hacerse. No sólo teniendo en cuenta

⁴²⁰ PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 123-125.

⁴²¹ ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 214.

⁴²² Intervenção do socialista Morán López, MNE. *Diario de las Sesiones*. Nº 65 (25.10.1983) p. 3022.

⁴²³ “Fernando Morán López, Ministro de Exteriores, no puede ser considerado como una persona asociada a la transformación ideológica del socialismo español y como responsable de la política comunitaria, centrada entonces en las negociaciones de adhesión, sus manifestaciones acerca del proceso de integración europea responden a ideas diferentes de las que se van configurando al hilo del cambio del partido.” NAVARRO, Miguel A. Quintanilla – *La integración europea y el sistema político español: los partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea, 1979-1999*. Madrid: Publicaciones del Congreso de los Diputados, 2001. p. 83.

las referencias de España. La batalla ideológica tiene que desarrollarse también en terreno europeo. Hay una tarea superior que consiste en encontrar entre todos ese modelo. Esto excede las tareas de gobierno o administrativas.”⁴²⁴

A reflexão sobre o rumo ideológico da Europa parece ser alvo de preocupação dentro do partido, refletida no próprio jornal oficial, como expressam também os artigos dedicados à questão, a propósito da realização em Madrid do 14º Congresso da CPSCE, em abril de 1985, com análises e declarações de socialistas espanhóis e europeus acerca do rumo ideológico da Europa, alguns com propostas para medidas no âmbito social.⁴²⁵ No discurso perante este congresso, Felipe González também aflora o tema, falando na necessidade de encontrar soluções para o problema do desemprego jovem, para o qual uma política socialista pode ter respostas, embora (tanto o quanto nos é dado perceber pela notícia veiculada que não reproduz na íntegra o seu discurso) se fique por propostas avulsas, como “preparar nuevos programas de formación profesional que faciliten la ocupación de los jóvenes”⁴²⁶, sem apontar um rumo político estrutural para a Europa neste âmbito. É neste contexto, falando para os seus pares socialistas europeus, que o líder do PSOE vai continuando a manifestar preocupações socializantes para a Europa, observando-se, porém, a retração do seu discurso neste âmbito, agora ausente de expressões como a “Europa dos trabalhadores”, uma “Europa social”, em detrimento da “Europa das multinacionais” ou do “capital”, como eram seu apanágio no partido em anos anteriores.

Embora sem descurar manifestações de preocupação social, efetivamente, o enfoque do secretário-geral do PSOE passará a ser a dinamização económica do país. Paralelamente à existência de alguma reflexão no partido - dispersa por várias personagens – sobre o objetivo de *ideologizar* a CEE com uma prática socialista, assistiremos a um discurso oficial direcionado para o setor empresarial, para o incentivo à competitividade, em jeito de preparação da economia espanhola para a entrada num mercado livre, que começa logo no congresso de 1981 (em preparação para as eleições da vitória). Nele, afirma-se a necessidade de “una adaptación institucional, financiera y económica que nos aproxime al modelo europeo”⁴²⁷, reiterada no congresso de 1984, no qual o partido faz confluír a sua orientação com os próprios objetivos de governo: “40. La culminación del proceso de integración de

⁴²⁴ “Llegamos creyendo en Europa, lo cual es muy bueno.” *El Socialista*. Nº 385 (15.07.1985) p. 8.

⁴²⁵ Veja-se os exemplos de alguns artigos: “La Unidad Europea”; “Delors contra el paro, jornada de 35 horas – semana”; “El neoliberalismo de Regan es muy perjudicial”; “Mucho más que un mercado”. *El Socialista*. Nº 379 (15.04.1985) p. 3, 5, 6. Porém, as propostas pecam por generalistas, sem determinarem a resolução do problema – como, a nível institucional, nas CE, se implementam objetivos socialistas.

⁴²⁶ “Felipe González: ‘Una Europa unida y que no sea satélite de nadie’.” *El Socialista*. Nº 379 (15.04.1985) p. 3.

⁴²⁷ “XXIX Congreso del PSOE. Resoluciones. Política y Estrategia. Política Internacional, Documento del partido.” Cit. in ALVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 256.

Espanha na CEE, além de la interpretação política em quanto a ruptura definitiva del aislamiento secular de España, habrá de suponer una profunda modificación de las estructuras administrativas empresariales y productivas del país.”⁴²⁸ Seguidamente, neste ponto, enumeram-se os objetivos dos vários setores económicos para se adequarem à entrada na CEE. Uma mensagem muito dirigida para as estruturas económicas nacionais: “A partir de ahora se abre un período en que habrá que intensificar el ritmo de adaptación de nuestro aparato productivo y del marco jurídico de la actividad económica a los mecanismos y reglas vigentes en la Europa comunitaria.”⁴²⁹ As mensagens de ordem pragmática e imediata em torno da CEE substituem as aspirações mais abstratas, do foro ideológico, sobre o seu futuro.

Estamos perante um novo paradigma do partido face à CEE. Trata-se, agora, não de adaptar o modelo europeu à conceção socialista, como foi seu apanágio de 1976 a 1979, mas de adequar a conceção socialista ao modelo europeu, conforme também é objetivo expresso pelo líder de governo no debate sobre o Estado da Nação, em 1984: “Y el [...] exigirá de todos un esfuerzo, a mi juicio, de adaptación solidaria, de adaptación con el mayor consenso posible, social, económico, político de todas las fuerzas representativas a las instituciones, a las exigencias, a los parámetros de funcionamiento de la Comunidad Económica Europea.”⁴³⁰ Exige-se a adaptação, afinal, à competitividade de um amplo mercado livre: “[S]i los agentes económicos y sociales no entienden que nos incorporamos a un mercado mucho más amplio y pasan a la ofensiva, no han entendido nada. [...] En alguna ocasión he dicho que hubiera sido bueno firmar desde el primer momento la integración plena de determinados sectores para estimular y provocar las reacciones consiguientes.”⁴³¹

A mudança de discurso governamental e partidário relativamente à relação do binómio socialismo espanhol/CEE é acompanhada por uma política governamental nacional no mesmo sentido. No início da transição democrática, a política económica do PSOE caracteriza-se pela defesa de uma grande intervenção estatal na economia, com propostas de socialização dos meios de produção, de nacionalização de propriedade individual ou coletiva, como a dos setores bancário, energético, petrolífero, ou os latifúndios mal aproveitados, através de uma planificação democrática, conduzida pelo parlamento. Mas, em 1977, estes objetivos começam a ser moderados e no programa com que ganha as eleições, em 1982, os termos expropriação e nacionalização já não aparecem. Esta moderação irá levar a um governo que

⁴²⁸ “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 372 (01.01.1985) p. 11.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro. *Diario de las Sesiones*. Nº 175 (23.10.1984) p. 7069.

⁴³¹ Manuel Marin, Secretário de Estado para as Relações com a Comunidade, in “Tenemos que pasar a la ofensiva.” *El Socialista*. Nº 385 (15.07.1985) p. 7.

restringe o papel do Estado a uma intervenção de apoio somente às empresas privadas em crise e para regular as incertezas do mercado. Além de aplicar medidas macroeconómicas restritivas, desvalorizando a moeda e aumentando a pressão fiscal, cria legislação *desreguladora* do sistema financeiro e liberalizadora do comércio e imprime uma reestruturação industrial de modo a eliminar as empresas em crise, revelando-se uma orientação governamental em promiscuidades com a tradição liberal⁴³², que González justifica e legitima com o facto de ter resultado em governos europeus de diferentes índoles ideológicas⁴³³.

Os socialistas herdaram de facto uma situação económica complicada no governo em 1982. Consequência arrastada da crise de 1973, da persistência de setores obsoletos da indústria, do elevado grau de dependência energética, do baixo rendimento das explorações agrárias, a economia crescia apenas a 1,2%, a inflação rondava os 14%, o desemprego atingia os 17% e o défice os 5,5%.⁴³⁴ Assim que chega ao poder, o PSOE abandona a prometida política expansionista, como o incentivo ao crescimento económico e à criação de emprego. Ao contrário, o executivo de González adotará uma política de contenção, com um plano de ajustamento económico até 1985, que passaria por restringir a despesa pública e o papel do Estado como investidor e pela limitação de dinheiro em circulação, com desvalorização da peseta, contenção salarial, aumento de impostos, subida do preço de combustíveis, além da remodelação do sistema fiscal.⁴³⁵ Esta orientação económica, que dá primazia à competitividade empresarial através da reestruturação industrial, ao incremento da iniciativa

⁴³² O Ministro das Finanças, M. Boyer, assume que o Estado não traz mais valias como ator económico em substituição dos privados, admitindo que “la izquierda ha vuelto a apreciar los mecanismos del mercado con correcciones, como los más eficaces.” *El País* (14.10.1984) p. 63. Cit. in ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 257, 258.

⁴³³ “Pero no solo la experiencia nuestra; la experiencia de países con componentes ideológicos de Gobierno totalmente distintos, pasando desde Suecia a Italia, Alemania o Francia, por no citar otros, indica que el único método es el método que estamos empleando: saneamiento, afrontar con valentía los problemas estructurales, intentar encaminar los procesos de reindustrialización y no bajar la guardia sobre ninguno de los equilibrios necesarios para la economía. [...] La reconversión que resta fundamentalmente, es la del sector público. El sector privado ya la ha venido haciendo [...]. La reconversión industrial todo mundo reconoce que es necesaria, naturalmente, salvo los que dicen que son sectores en ocaso que, hay que liquidar [...] No comparto esa teoría. Me parece que esos sectores forman parte de la nervatura industrial de España. Lo que hace falta es sanearlos e intentar hacerlos competitivos, para que sigan formando parte de ese nervio y de esa estructura industrial de España.” Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro. *Diario de las Sesiones*. Nº 175 (23.10.1984) p. 7066, 7067.

⁴³⁴ MÉNDEZ-LAGO, Mónica - “The Socialist party in government and in opposition”. In BALFOUR, Sebastian (ed.) – *The Politics of Contemporary Spain*. London, New York: Routledge, 2005. p. 176.

⁴³⁵ PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 140, 141; MÉNDEZ-LAGO, Mónica – Ob. cit. p. 177.

privada e à flexibilização do mercado laboral, teve efeitos colaterais em termos de desemprego, bem reconhecidos pelo próprio governo⁴³⁶.

O contexto económico-social nos anos antecedentes à adesão e as opções do governo socialista para lhe fazer face, aproxima o PSOE do centro e distancia a sua prática dos preceitos programáticos que defendia nos anos finais da ditadura e no imediato início da transição, o que, inerentemente, também o afasta do objetivo socializante para a CEE. As medidas políticas adotadas para atingir o objetivo nacional pretendido - reestruturação do sistema de produção de modo a ganhar competitividade capaz de colocar Espanha em vantagem no mercado que se internacionalizaria – revelam, nestes quatro anos antecedentes à adesão (1982-85 – anos de governo socialista), uma incongruência entre prática e discurso relativamente à CEE. Assistimos, assim, nesta fase, à Europa a começar a assumir um papel de modelização ideológica do PSOE e não este a modelizar a CEE, como vaticinava inicialmente.

“Pasados los años, el proyecto socialista no pasaba ya por cuestionar el mercado (ni mucho menos el Mercado Común), sino por corregirlo mediante la sustitución en el mismo de los valores capitalistas por los valores socialistas [...]”⁴³⁷ Apesar de ainda não estar dentro das Comunidades, o processo negociador já determinava na governação nacional e incutia no partido uma atitude preventiva para um futuro de competitividade empresarial nacional, capaz de levar Espanha a “sobreviver” no Mercado Comum. Neste processo, de ambientação partidária à natureza liberal económica da CEE, encontramos bem esclarecida uma das causas para a mudança do enfoque do argumento político para o económico para a adesão – como atrás explicitado. Estas conclusões veem ao encontro da perceção de Navarro:

“Michael P. Marks ha considerado que el cambio e posición del PSOE que se inició a finales del los años setenta se aceleró como consecuencia de un proceso de aprendizaje acerca de lo que eran las Comunidades Europeas y de lo que era posible o no defender en ellas. [...] La orientación centrista del PSOE resultó intensificada por el aprendizaje que el proporcionó el proceso negociador y por las fracasadas experiencias francesa y griega, que no habían podido consolidar una política de intervención económica intensa. Desde ese instante, el PSOE vincula la fortaleza económica de la Comunidad a la fortaleza de

⁴³⁶ “[E]l problema del paro no sólo no se ha recuperado, sino que ha aumentado, y el pasado año me equivoqué cuando pensé [...] que estábamos tocando el suelo de la destrucción de empleo y, por consiguiente, que podíamos empezar a recuperar empleo en el año 84 ya. [...] Hemos conseguido que la destrucción de empleo haya descendido de ritmo, pero se siguen destruyendo postes de trabajo. [...] Cuando me pregunto sobre el problema del paro, estoy convencido de que no hay errores en la política económica que pudieran haber mejorado esa situación.” Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro. *Diario de las Sesiones*. N.º 175 (23.10.1984) p. 7066.

⁴³⁷ GÓMEZ, Carlos López – “Visiones de Europa [...] Cit. p. 6.

España y ambas a la adopción de una orientación económica basada en la promoción de la competitividad empresarial como eje del desarrollo.”⁴³⁸

Além de constatado pela ação do partido, esta tendência revela-se no próprio discurso, agora despido dos epítetos ideológicos e idealistas para o futuro da CEE. Se a política do PSOE foi europeísta neste últimos anos antes da adesão, foi-o num certo sentido pragmático de europeísmo, i.e., “menos interesado en un futuro federal, que defendían ciertos sectores del partido, que en la modernización económica de España [...]”⁴³⁹ Começa, assim, a tornar-se mais difícil a dialética do PSOE de justificar o seu europeísmo face à adesão ao projeto político neoliberal que representava a CEE, o que parece ser motivo de alguma introspeção no partido, como transparece um artigo do *El Socialista*: “Se diría, leyendo y escuchando los comentarios más usuales, que la entrada en la CEE es cuestión importante para el capitalismo español, e importante también para los socialistas en la medida en que por cuestiones de pragmatismo necesitamos relanzar la economía capitalista española para avanzar hacia nuestro modelo de sociedad.”⁴⁴⁰ Na fase final desta declaração, parece ser deixada uma esperança para o socialismo, a de que a rendição ao modelo capitalista como meio de melhorar a economia espanhola possa, a prazo, aumentar a capacidade financeira estatal de forma a permitir suportar o modelo de sociedade socialista. Ora, esta sujeição pragmática do PSOE às contingências da adesão em perspectiva de um tempo futuro melhor para o socialismo podem também encerrar um prenúncio do que virá a ser a continuação do posicionamento do partido relativamente à evolução do projeto europeu: o de ir aceitando avanços políticos nas Comunidades, embora contrários à sua ideologia mas com contrapartidas imediatas, em perspectiva de um longo prazo mais próximo do ideal. E assim, se ficará à espera das condições para criar um *eldorado* europeu do socialismo - o que pode vir a ser a uma *pescadinha de rabo na boca*. Como fará o partido a gestão desta dialética enquanto estado-membro de pleno direito numa Europa que acentuará a sua deriva neoliberal? Debruçar-nos-emos sobre isso no próximo capítulo.

⁴³⁸ NAVARRO, Miguel A. Quintanilla – “*La integración europea y el sistema político español* [...]” Cit. p. 84.

⁴³⁹ AVILÉS, Juan – Ob. cit. p. 412.

⁴⁴⁰ PARAMAIO, Ludolfo - “Mucho más que un mercado.” *El socialista*. Nº 379 (15.04.1985) p. 6.

1.2 PS: face à instabilidade política e económica, pragmatismo acima de tudo – o prenúncio da europeização do partido

Foi o PS, à chefia do I Governo Constitucional (GC) após o 25 de Abril de 1974, que liderou o pedido de adesão de Portugal às CE, em 28 de março de 1977. Na campanha para as primeiras eleições legislativas em democracia, em 1976, o PS assumiu o slogan “A Europa connosco”, que encerrava um europeísmo iniciado ainda durante a oposição a Salazar e a prioridade dada ao pedido de adesão às Comunidades. Só após iniciado o período constitucional da transição democrática portuguesa é que o partido assumiu explicitamente a sua posição pela adesão plena à CEE. Até à convocação de eleições e durante a instabilidade dos governos provisórios, o PS gere cautelosamente as suas manifestações públicas sobre a adesão, com o líder Mário Soares a aproveitar as circunstâncias de indefinição política para, paulatinamente, se mostrar favorável a uma aproximação, mas sem ser explícito no que pretendia, de forma a gerir as sensibilidades políticas da revolução e a conquistar espaço eleitoral à esquerda, numa primeira fase.

a) Estratégia de sobrevivência partidária no período revolucionário abafa europeísmo

O 25 de Abril de 1974 acarreta um reconhecimento do PS como partido da oposição credível na Europa, ao ponto de o general Spínola ter convidado o seu líder, Mário Soares, para fazer um imediato reconhecimento da revolução portuguesa pelos países europeus.⁴⁴¹ Da parte da Junta de Salvação Nacional⁴⁴² havia a consciência da necessidade de quebrar com o isolamento do regime anterior e angariar apoio das democracias europeias. Na fase do período revolucionário, até ao início do período constitucional, o PS exerceu uma influência considerável na política externa portuguesa, gerindo, nos governos provisórios, a tendência terceiro-mundista que pairava nas elites militares e políticas da revolução. Isto acontecerá, essencialmente, com o exercício do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) por Mário Soares⁴⁴³.

⁴⁴¹ “A Revolução necessita de imediato reconhecimento internacional. Você tem numerosas amizades na Europa e no mundo. É o homem que nos vai abrir as portas.” In SOUSA, Teresa – *Os Grandes Líderes. Mário Soares*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 70.

⁴⁴² A Junta de Salvação Nacional (JSN) é o órgão criado logo a seguir à revolução, que, destituídos o Presidente da República e o Governo do regime anterior, assim como a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado, acumula formalmente todos esses poderes de forma a fazer a transição política. A JSN é presidida pelo general António de Spínola. Cf. TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007. p. 43, 44.

⁴⁴³ Foi já com o intuito de influenciar a política externa dos governos provisórios que Mário Soares pediu a Spínola para ficar com a pasta dos Negócios Estrangeiros ao invés de ser Ministro sem pasta. “No fundo, tratava-se de uma questão formal e os Negócios Estrangeiros convinham-me muito mais por outras razões:

Com base no pressuposto da descolonização⁴⁴⁴, as três orientações da política externa portuguesa passavam pela “estrita fidelidade à Aliança Inglesa”, “fidelidade absoluta à Aliança Atlântica”⁴⁴⁵ e uma aproximação ao Mercado Comum. Neste âmbito, Soares revela que na então situação de transição “a melhor opção para Portugal, para já”, seria a “de aprofundar e desenvolver o tratado comercial preferencial” existente. “Mas”, ressalva, “para além do plano económico, também no plano político nos interessa estreitar laços. [...] [E] estou certo de que Portugal vai ratificar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, podendo vir a participar nas organizações europeias de tipo político, como é do interesse de Portugal.”⁴⁴⁶

Nesta fase, o líder do PS tem de ser suficientemente metucioso para, simultaneamente, aproveitar a margem de indefinição política dos governos provisórios em favor da política externa socialista, mas sem ir demasiado longe com este objetivo, de modo a não ferir suscetibilidades políticas de governos constituídos pelas diversas forças partidárias envolvidas na transição, nomeadamente o PCP (ortodoxo, avesso à integração europeia), e por uma liderança militar revolucionária, “comprometida, em questões de política externa, com uma orientação terceiro-mundista”, em que “a maioria dos militares ainda não tinha formulado qualquer opinião sobre a CE.”⁴⁴⁷ Se é certo que os governos provisórios previam “uma intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia”⁴⁴⁸, estas referências eram vagas e com bastante enfoque na vertente

desenvolveria a minha rede de contactos internacionais, interviria nas questões de descolonização; e por outro lado, seria muito mais fácil adquirir notoriedade aos olhos do Povo Português através de maior visibilidade da pasta conferida pela televisão.” Mário Soares, in AVILLEZ, Maria João - *Soares, Ditadura e Revolução*. p. 330. O desempenho do cargo de MNE foi também vantajoso para a própria estratégia partidária, ajudando à consolidação dos contatos internacionais do partido. CASTRO, Francisco - “A CEE e o PREC.” *Penélope*. Nº 26 (2002) p. 128.

⁴⁴⁴ A descolonização é uma bandeira do PS, mas é também assumida pelos governos provisórios como um passo legitimador do caminho para a instauração de um sistema democrático e de diversificação das relações externas de Portugal. “As novas perspectivas abertas no plano internacional pela política de descolonização e de democratização permitem delinear uma actuação de muito mais largo espectro [...]” “Programa de Política Económica e Social”- III Governo Provisório da República de Portugal. Lisboa: 1975, p. 109 [Em linha]. [Consult. 31.07.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464078/GP03.pdf> >.

⁴⁴⁵ SOARES, Mário - “Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades”, 13.09.1974. In SOARES, Mário Soares - *Democratização e Descolonização. Dez meses de Governo Provisório*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975. p. 97.

⁴⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 98.

⁴⁴⁷ SABLOSKY, Juliet Antunes - *PS e a transição para a democracia*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. p. 115.

⁴⁴⁸ Linhas Programáticas do Governo Provisório [1º Governo] [Em linha]. [Consult. 31.07.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464072/GP01.pdf> >. No programa do 3º governo provisório, volta-se a abordar o estreitamento de relações com o Mercado Comum, mas meramente na perspetiva económica. “Programa de Política Económica e Social.” 3º Governo Provisório da República Portuguesa. Cit. p. 109.

económica, de modo a não entrarem em conflito explícito com a latente orientação “terceiro-mundista”⁴⁴⁹ da política externa portuguesa nesta fase.

Mário Soares dará alguma consistência e desenvolvimento à intenção de aprofundamento do acordo com o MC e das relações com a Europa, mas fá-lo, face ao contexto da transição, sem defender o pedido de adesão imediato de Portugal à CEE. Na fase pré-constitucional, caracterizada pela instabilidade governativa, “pelo exercício de diplomacias paralelas e, conseqüentemente, pela indefinição”⁴⁵⁰, o PS vai, através do cargo que ocupa no governo, usando esse espaço da indefinição para ir concretizando a sua política europeia para Portugal. Até dia 26 de março, data em que termina a vigência do 3º governo provisório, Soares, enquanto MNE, desdobra-se em vários encontros diplomáticos pela Europa, em discursos e entrevistas, nos quais passa a ideia de abertura de Portugal à Europa.

Descolonização, democratização e europeização são três vetores do discurso do líder socialista, insistindo na descolonização como etapa prévia às duas outras mudanças. Logo após a Revolução do 25 de Abril, ainda antes de empossado como MNE, insiste na rápida descolonização⁴⁵¹, em conformidade com o que defendia na oposição⁴⁵², sem pejo de demonstrar alguma divergência com Spínola, cuja posição sobre a autodeterminação e independência das colónias se tornava ambígua.⁴⁵³

⁴⁴⁹ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano - “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986.” *Política Internacional*. Nº 12 (1996) p. 81, 82.

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 54-83.

⁴⁵¹ “Devemos começar a trabalhar imediatamente para um acordo com os guerrilheiros. Não podemos esperar doze meses para que um governo eleito trate disso.” Entrevista concedida por Mário Soares ao semanário americano *Newsweek*, 13.05.1974. In SOARES, Mário - *Democratização* [...] cit. p. 37-41. O tom afirmativo sobre a descolonização é repetido noutras intervenções e entrevistas realizadas também pela Europa, como ao alemão *Der Spiegel*, num debate televisivo na Alemanha, no discurso perante a Assembleia Geral da ONU, além de noutros jornais estrangeiros e nacionais. Cf. “Entrevista concedida ao semanário alemão *Der Spiegel*”, 19.08.1974; “Declarações de Mário Soares em mesa redonda transmitida pela televisão alemã ocidental”, 9.10.1974; “Discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU”, 23.09.1974; e ainda entrevistas dadas ao semanário tunisino *Dialogue*, 11.11.1974, ao diário português *A Capital*, 13.12.1974, ao semanário português *O Século Ilustrado*, publicada em 21.12.1974, ao jornal francês *Le Monde*, publicada em 24.12.1974. In SOARES, Mário - *Democratização e* [...] cit. p. 75-84, 123-137, 145-159, 189-201, 213-227, 229-239, 241-248.

⁴⁵² A descolonização já fazia parte da declaração de princípios do PS de 1973 e permanece como primeiro passo para a democratização e europeização de Portugal. *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*. Porto: Livraria Leitura, 1973. p. 61. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 329 (469).

⁴⁵³ Cf. COSTA, Eduardo Freitas - *Spínola, o anti-general*. Lisboa: Edições FP, 1979. p. 157-169. A existência de diferentes posições relativamente à descolonização terá levado o próprio MFA a evitar menções no seu programa à descolonização. Na retaguarda do processo revolucionário, conviviam diferentes concepções políticas sobre como descolonizar, coexistindo duas posições principais e opostas. Uma advogava que a autodeterminação não pressupunha independência e deste modo aceitar-se-ia a manutenção da soberania portuguesa até à realização de um referendo. A outra defendia o oposto - a autodeterminação significava independência dos territórios e transferência de poderes políticos. Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano - “Entre a África e a Europa [...] cit. p. 80-83.

Entre a coexistência pacífica de várias correntes nos primeiros governos provisórios, o líder socialista vai inserindo a relação com a Europa numa ideia geral de abertura externa de um novo Portugal democrático, em dicotomia com o passado⁴⁵⁴, frisando como objetivo particular a “intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia.”⁴⁵⁵ Porém, a motivação do discurso socialista limita-se à necessidade económica, em aprofundar o acordo comercial de 1972⁴⁵⁶, ficando assim o europeísmo do partido neste período revolucionário muito mais comedido do que as aspirações de exílio. Defende-se como prioritária “uma cooperação económica cada vez mais estreita com a Europa, com o Mercado Comum”⁴⁵⁷, mas o líder socialista não defende uma integração imediata, no que justifica ser para proteção dos interesses portugueses: “A nossa economia não está, certamente, ainda em condições de encarar uma integração [...]”⁴⁵⁸ Parece-nos que esta defesa dos interesses económicos do país encobre outra intenção, a de deixar para as eleições democráticas a defesa da plena integração, já que o socialista é zeloso em esclarecer que não a recusa:

MS: “(...) Penso que não devemos solicitar logo no início das conversações um estatuto de associado e, muito menos ainda, um acordo de integração, porque o estado actual da nossa economia não o permite. Mas esse é o nosso objectivo. Por agora, todavia, vamos desenvolver as nossas relações comerciais, no quadro do tratado preferencial que assinámos e que vai ser corrigido, desenvolvido e aprofundado. Só então, poderemos encarar, para o futuro, a possibilidade de solicitarmos o estatuto de associado. Mas queremos, evidentemente, estreitar desde já, ao máximo, os laços económicos, culturais e políticos com a Europa.

Jornalista: Mas depois do estatuto de associado, quererão ser um futuro membro de pleno direito?

MS: Dentro de um prazo razoável e logo que a nossa economia o permita (...).”⁴⁵⁹

⁴⁵⁴ “Quero deixar bem claro que o Portugal livre e democrático que estamos a construir, com grandes dificuldades, mas estimulados pela confiança generalizada do nosso povo, começa agora a sentir-se orgulhosamente acompanhado.” SOARES, Mário - “Discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-Geral da ONU”, 23.09.1974. In SOARES, Mário – *Democratização e descolonização* [...] cit. p. 125.

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 131.

⁴⁵⁶ Em junho de 1974, Soares havia já consumado, com o Primeiro-ministro, encontros com dirigentes das CE, com o intuito de aprofundar o acordo comercial com o MC, e meses depois as relações diplomáticas intensificaram-se neste domínio. Cf. Entrevista a Mário Soares, realizada por Javier Moral, para o jornal espanhol *Pueblo*, 28.06.1974. In SOARES, Mário – *Democratização e descolonização* [...] cit. p. 59, 60. Portugal já tinha recebido também a visita do Secretário de Estado alemão, do Primeiro-ministro e do MNE da Holanda e do Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros italiano. SOARES, Mário – “Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades”, 13.09.1974. In SOARES, Mário – *Democratização e descolonização* [...] cit. p. 97, 98.

⁴⁵⁷ Entrevista a Mário Soares, realizada por Marcel Niedergang, para o *Le Monde*, publicada em 24.12.1974. In SOARES, Mário – *Democratização e descolonização* [...] cit. p. 246.

⁴⁵⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁵⁹ SOARES, Mário – “Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades”, 13.09.1974. Cit. p.106.

A estratégia passa pelo ajuste ao momento político. A posição socialista pela adesão não é explícita nem afirmativa, é fruto do pragmatismo necessário para se flexibilizar à coexistência de diferentes posições nos governos provisórios e de um MFA ainda um tanto ou quanto alheio sobre as CE. Simultaneamente, Soares tentava captar um eleitorado mais à esquerda. Enquanto isso, sem negar a plena adesão, o líder socialista prepara terreno para um futuro que passasse por isso mesmo, sendo a personalização, nos governos provisórios, de uma nova política externa de Portugal, que só irá assumir plenamente na campanha para as primeiras eleições legislativas.

No manifesto para as eleições para a assembleia constituinte, em 1975, não se aborda o tema da política externa, concentrando-se as propostas em assuntos internos.⁴⁶⁰ Já em dezembro de 1974, no relatório apresentado por Mário Soares ao 1º Congresso Nacional do PS, a opção europeia aparece diluída noutras possibilidades da política externa portuguesa:

“A nova política internacional realizada em obediência às grandes linhas de orientação do Programa do MFA tem em conta os compromissos anteriores de Portugal e as chamadas alianças tradicionais. É um acto de realismo político não abstrair das indicações da geografia e da histórica. Portugal, país europeu, situado no Atlântico e com interesses prementes nessa área geográfica, deixou fundas raízes em África, que importa saber valorizar e, pelo seu próprio subdesenvolvimento e vocação, é um país naturalmente próximo do Terceiro Mundo. Essa dupla ou tripla condição faz de Portugal um lugar de encontro e de diálogo – um traço de união possível entre a Europa e África. Porém, a espinha dorsal de qualquer política externa independente, há-de residir em defesa intransigente dos interesses nacionais. Portugal, país prestigiado hoje no mundo, tem de saber impor a sua própria vida nacional, recusando ser um peão mais no jogo das superpotências.”⁴⁶¹

Hábil no discurso em prol da estratégia na política, Soares, discursando perante convidados do MFA e de partidos homólogos europeus, “pisca o olho” a um lado e ao outro, não definindo uma opção de política externa, mas deixando em aberto a alternativa europeia. A esta intenção não é alheia a forte presença de líderes europeus.⁴⁶² Já na declaração de princípios resultante do congresso, sem nunca se afirmar a intenção de adesão plena à CEE, projeta-se um futuro que “não pode ser pensado independentemente dos estados europeus

⁴⁶⁰ PS - “Alguns pontos do programa”. Centro de Documentação do Partido Socialista. 1975. Este programa resume apenas alguns pontos da Declaração de Princípios do último congresso do partido, realizado em 1974.

⁴⁶¹ “Relatório de Mário Soares no Congresso do PS” (1974). In NOSTY, B. Diaz – *Mário Soares, o chanceler português*. Lisboa: Liber (1975?) p. 175. O relatório foi lido por Mário Soares em 13.12.1974, na sessão de abertura do I Congresso Nacional do PS, e aprovado por maioria absoluta dos delegados, com três votos contra.

⁴⁶² Com este convite, Soares pretendia não só alertar os congéneres europeus para a alternativa europeia de Portugal, mas também chamar a atenção para o alegado perigo comunista em Portugal. Cf. AVILLEZ, Maria João - *Soares, Ditadura e Revolução* [...] cit. p. 367.

vizinhos”, defendendo-se que “Portugal deve participar na construção europeia, salvaguardando os legítimos interesses do seu povo.”⁴⁶³ Esta indefinição, a contrastar com o discurso afirmativo pela europeização de Portugal na oposição à ditadura, fará cada vez mais sentido à medida que cresce a instabilidade política nesta fase da transição democrática até ao final de 1975. A viragem inicial da revolução à esquerda concorre fortemente para a atitude pragmática do PS relativamente à política europeia. Se, por um lado, tinha de conjugar-se na pluralidade de ideias dos governos provisórios, por outro, pretende conquistar espaço eleitoral ao PCP⁴⁶⁴, partido manifestamente contra a adesão de Portugal à CEE.

Além disso, a crescente instabilidade no processo de transição⁴⁶⁵ monopoliza a atenção do PS para combater a situação e socorrer-se de apoio diplomático da Europa e dos EUA, além das ajudas financeiras e diplomáticas para estruturar e desenvolver o partido.⁴⁶⁶ A tentativa fracassada de golpe e o desfecho pacífico do período revolucionário no 25 de novembro, culminará com a aprovação da Constituição da República Portuguesa e a convocação de eleições legislativas para 25 de abril de 1976. Será a partir daqui que o PS se dedicará à defesa explícita de uma integração plena de Portugal nas Comunidades.

b) A subida ao poder governativo e a assunção plena da linha europeísta: uma motivação política e económica

Na campanha para as primeiras eleições legislativas em democracia, o PS assume como objetivo principal de governo o pedido da adesão plena às CE. O líder socialista começa por apresentá-lo publicamente na cimeira do PS, em março de 1976, numa espécie de

⁴⁶³ PS – “Declaração de princípios. Programa e estatutos do Partido Socialista.” 1974. p. 61.

⁴⁶⁴ Durante a transição democrática, registou-se, por parte dos atores partidários, uma deslocação para a esquerda, o que corresponde também a uma certa preferência dos eleitores e à existência de um partido comunista forte. Mais tarde, esta tendência inverter-se-á, com uma moderação dos partidos. LISI, Marcos – *Os partidos políticos em Portugal. Continuidade e transformação*. Coimbra: Almedina, 2011. p. 40.

⁴⁶⁵ A progressiva radicalização do MFA pela ala comunista, a tentativa de implementar a unicidade sindical e o golpe falhado de 11 de março de 1975 são alguns dos acontecimentos que agudizaram as tensões político-partidárias, levando o PS e outros partidos da ala moderada a sair do governo provisório, desembocando as tensões no periclitante “Verão Quente”, em que forças moderadas e revolucionárias disputam o poder, com o perigo de uma deriva para a instauração de uma república popular. Cf. TELO, António José – *História Contemporânea de [...] Vol. I*. Cit. p. 92-175.

⁴⁶⁶ Mário Soares mantém contactos frequentes com Willy Brandt, François Mitterrand, James Callaghan, entre outros europeus, no sentido de pressionar o presidente da República Costa Gomes a destituir Vasco Gonçalves da presidência do governo e a URSS a não interferir na situação portuguesa, aproveitando o momento oportuno da assinatura dos Acordos de Helsínquia. Cf. SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. p. 69-86. Por seu turno, os europeus estavam também profundamente interessados no desfecho moderado da revolução, de forma a manter o *status quo* geopolítico ocidental. O interesse revela-se não só na ajuda diplomática pessoal dos vários líderes, como também na ajuda financeira da CEE a Portugal. Cf. CASTRO, Francisco – Ob. cit. p. 124; LÓPEZ, Encarnación Lemus – “La estrategia de la ‘zanahoria y el palo’. La CE y el Portugal revolucionario.” In MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, A. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo (dir.) – *España y Portugal. Veinticinco años en la Unión Europea (1986-2011)*. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial. p. 100-107.

ação de charme perante uma assistência integrada por vários líderes⁴⁶⁷ do socialismo democrático europeu: “É nessa direção, com o auxílio da Europa [...], integrando-nos nesse grande movimento de marcha colectivo que é a integração europeia, que nós, socialistas, queremos caminhar. E tê-lo-emos se o povo português nos der uma vitória eleitoral expressiva.”⁴⁶⁸ Noutro discurso, no mesmo evento, reitera a intenção e o desejo de Portugal contribuir para a integração europeia.⁴⁶⁹ O próprio título da cimeira, “A Europa conosco”, será também o *slogan* de campanha para as legislativas, simbólico da centralidade que o tema ocupa na estratégia do partido, cujo manifesto eleitoral reflete também a prioridade da adesão à CEE.⁴⁷⁰ Com a vitória nas eleições legislativas, realizadas em 25 de abril de 1976, os socialistas irão inscrever o objetivo no programa do I GC, com intenção de “acelerar a integração institucional de Portugal na CEE [...]”⁴⁷¹ A 27 de fevereiro de 1977, o Primeiro-ministro parte com o MNE, Medeiros Ferreira, para um périplo europeu, composto por encontros com vários governantes, numa ação diplomática a anteceder o pedido formal de adesão entregue no dia 28 do mês seguinte.⁴⁷² Antes disso, já o governo tinha assinado o Protocolo Adicional ao Acordo Comercial de 1972 e sido admitido no Conselho da Europa.⁴⁷³

Estes atos institucionais consolidam a ocidentalização de Portugal após o 25 de Abril, ultrapassando assim a indefinição dos governos provisórios relativa à política externa e “a

⁴⁶⁷ De Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Noruega, RFA, Suécia e o Secretário-Geral da IS. SOARES, MÁRIO - *A Europa Conosco. Dois discursos na cimeira socialista do Porto*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976. p. 53-55.

⁴⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁴⁶⁹ “Repensar Portugal e o seu futuro passa pelo repensar da Europa em que Portugal se quer vir a integrar. [...] Repensar convosco o futuro da Europa e a inserção de Portugal no processo de construção europeia é tarefa altamente estimulante e enriquecedora para os camaradas portugueses e para mim, pessoalmente.” SOARES, Mário - *A Europa Conosco* [...] cit. p. 27, 30.

⁴⁷⁰ “[...] [O] governo socialista patrocinará a candidatura de Portugal a uma adesão plena à CEE – Comunidade Económica Europeia – iniciando para tanto as necessárias negociações, cujos resultados submeterá à Assembleia da República para decisão, tendo o cuidado de ressaltar a necessidade de garantir as condições especiais justificadas pela debilidade e atraso da nossa economia, aproveitando para tal o apoio que ao PS concedem os partidos de governo da maioria dos Estados da CEE, conforme ficou recentemente demonstrado na Cimeira Socialista do Porto.” PS - “Programa para um governo PS.” Edição do Centro de Documentação do Partido Socialista (CTE/76), 1976. p. 21.

⁴⁷¹ “Programa do I Governo Constitucional.” p. 127 [Em linha]. [Consult. 04.08.2016]. Disponível em WWW: <<http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf>>.

⁴⁷² Em 5 de abril, o pedido é formalmente aceite pelas Comunidades Europeias. Em 17 de outubro do ano seguinte abrem-se oficialmente as negociações. ROLLO, Maria Fernanda, AMARAL, João Ferreira do, BRITO, José Maria Brandão de – *Portugal e a Europa*. Cronologia. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011. p. 242.

⁴⁷³ As negociações para o protocolo adicional ao acordo financeiro assinado pelo Estado Novo, em 1972, foram concluídas em 11 de junho de 1976, tendo sido assinado em 20 de setembro. O pedido de integração no Conselho da Europa, também inscrito no programa de governo, foi feito em 20 de agosto, com desfecho positivo pouco mais de um mês depois. Em 22 de setembro, José Medeiros Ferreira, MNE, assina a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, considerada também como um passo fundamental na afirmação da democracia portuguesa e na ocidentalização do novo Portugal democrático. *Idem, ibidem*, p. 217-220.

tentação terceiro-mundista do período revolucionário.”⁴⁷⁴ Com a liderança de governo, o PS imprimiu definitivamente a opção europeia para Portugal - “[F]aremos uma política diversificada, mas uma política que claramente faz uma opção europeia.”⁴⁷⁵ O partido pode agora concretizar o seu latente europeísmo, que, apesar de manifesto na oposição a Salazar, ficara estrategicamente *aprisionado* na fase revolucionária da transição democrática, encontrando só na etapa constitucional as condições adequadas para se afirmar. Se no congresso de 1974 a opção europeia não aparecia explícita como prioridade, no relatório lido ao 2º Congresso Nacional, em 1976, a plena integração no Mercado Comum já lá figura: “Uma vez reconhecida a independência das suas ex-colónias, Portugal havia necessariamente de se integrar no espaço geográfico e histórico a que pertence – a Europa do Mercado Comum.”⁴⁷⁶

Porém, mesmo nesta fase de acalmia e caminho para a estabilização partidária política, a oficialização da europeização de Portugal pelo PS não foi livre de uma oposição interna situada mais à esquerda do que a renunciada orientação mais moderada da liderança.⁴⁷⁷ O *boom* de novos aderentes⁴⁷⁸ ao partido e a prevalência de um setor mais ortodoxo fazem emergir as dissidências, lideradas pela lista de Manuel Serra, que concorre ao 1º Congresso Nacional contra Mário Soares. Apesar de ter perdido e abandonado o PS logo a seguir, a sua moção conquistou 44% dos votos⁴⁷⁹, demonstrativos da heterogeneidade ideológica do partido.

A opção do PS pela adesão à CEE é política, acima de tudo. Encontra nas suas motivações razões estruturais, de caráter de pertença geográfica, histórica e civilizacional de Portugal à Europa, mas também conjunturais, de consolidação da democracia portuguesa, o

⁴⁷⁴ PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Portugal e a integração europeia, 1945-1986.” In PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.) – *A Europa do Sul e [...]* cit. p. 34, 35.

⁴⁷⁵ Exposição do Primeiro-ministro à Assembleia da República sobre o programa de governo. *DAR*. Nº 17 (03.08.1976) p. 406.

⁴⁷⁶ SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade*. Lisboa: Editorial Império, 1977. p. 32

⁴⁷⁷ O próprio secretário-geral assume-o no relatório lido ao II Congresso Nacional e em entrevista mais tarde. Cf. *Idem, ibidem*, p. 14, 15.

⁴⁷⁸ Depois da legalidade, quando o partido começa a abrir as sedes, registou-se “uma avalanche de adesões.” SOARES, Mário – *Um político assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 205.

⁴⁷⁹ Manuel Serra, que tinha criado o Movimento Socialista Popular, grupo autónomo do PS, tinha sido convidado por Mário Soares logo a seguir ao 25 de Abril para integrar o partido. No congresso de 1974, obteve 44% dos votos na lista concorrente a Mário Soares, após o que abandonou o PS. “Manuel Serra (1932-2010).” *Expresso* (01.02.2010) [Em linha]. [Consult. 06.08.2016]. Disponível em WWW: <<http://expresso.sapo.pt/sociedade/manuel-serra-1932-2010=f561329>>. Mário Soares assume essa dissidência, na relatório ao II Congresso Nacional. Cf. SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade*. p. 13, 14; SOARES, Mário – *Um político assume-se. [...]* Cit. p. 205, 206, 231, 232.

que justifica a imediatez do pedido. “O pedido de adesão de Portugal ao Mercado Comum representa, pois, antes de mais, um acto de vontade política. [...] Abre-se, [...] com a futura adesão de Portugal à CEE, um período de consolidação da jovem democracia portuguesa que passará por um projeto de reconstrução nacional em que cabem todas as forças políticas.”⁴⁸⁰ Nas várias intervenções socialistas no parlamento até ao fim das negociações para a adesão, encontramos a permanência do simbolismo democrático da Europa numa visão instrumental da adesão como contribuinte para a consolidação democrática do país.⁴⁸¹ Apesar do perigo de instauração de um regime comunista parecer ter ficado resolvido a partir dos resultados das primeiras eleições legislativas, a instabilidade governativa que se registou posteriormente - com a queda de governos constituídos por alianças partidárias e de sucessivos governos de nomeação presidencial, quer do PS quer do PPD/PSD - abalou a capacidade dos partidos moderados para governar até 1985, num contexto económico particularmente difícil para o país. De modo que a preocupação em consolidar a democracia permaneceu como argumento socialista até ao final das negociações de adesão:

“O 25 de Abril e a descolonização destruíram toda a lógica do sistema político-económico criado pelo fascismo. Portugal regressou ao rectângulo continental. Foi então que se travou a luta entre aqueles que queriam recolocar Portugal na família das democracias representativas e os que almejavam transformar o nosso país na ponta-de-lança das democracias ditas populares no Ocidente Europeu. E essa luta ainda não terminou. A integração europeia de Portugal inviabilizará definitivamente a intenção daqueles que são contrários à CEE. [...] No plano político, a adesão significará a participação portuguesa nas decisões comunitárias, o que nenhum estatuto de associação nos garantiria. E essa participação reforçará as nossas instituições democráticas, porque só um processo político de democracia representativa permite a articulação com as instituições europeias - Parlamento Europeu, Conselho de Ministros, Tribunal Europeu. [...] Para uma democracia débil como a nossa, essa garantia não é despicienda.”⁴⁸²

⁴⁸⁰ Intervenção do deputado do PS Rodolfo Crespo. *DAR*. N.º 79 (25.02.1977) p. 2652, 2653.

⁴⁸¹ “[...] [A]Europa não é vontade de expressão comercial, mas de uma vontade política, e que essa vontade coincide com as aspirações do povo português.” Intervenção do deputado do PS Rodolfo Crespo. *DAR*. N.º 84 (08.06.1978) p. 3030. A ideia de consolidação democrática é estendida a um âmbito mais lato da Europa, como relativamente à adesão ao Conselho da Europa: “Em primeiro lugar consideramos que a adesão de Portugal ao Conselho da Europa representa uma contribuição para a consolidação das instituições democráticas, na medida em que a Europa das Comunidades tem da política exactamente as mesmas concepções que o Partido Socialista.” Intervenção de Rodolfo Crespo, deputado do PS. *DAR*. N.º 85 (09.06.1978) p. 3082.

⁴⁸² Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo. *DAR*. N.º 64 (29.03.1985) p. 2626. E ainda: “A integração numa forte estrutura política europeia e pluralista acentuará, a nível político, a irreversibilidade da nossa própria opção democrática.” Intervenção de Jaime Gama, MNE, pelo PS. *DAR*. N.º 106 (11.07.1985) p. 4052.

É nesta necessidade de consolidação democrática que se justifica a opção pela integração plena imediata em vez de por qualquer acordo de associação como etapa prévia.⁴⁸³ O simbolismo democrático da Europa permanece mesmo no ato de assinatura do tratado de adesão, considerado “uma consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa [...]”⁴⁸⁴ A mesma conceção já tinha ficado vincada na cimeira socialista e no congresso de 1976, sendo reiterada em manifestos eleitorais posteriores.⁴⁸⁵ “Que outra opção seria compatível com a democracia conquistada no 25 de Abril?”⁴⁸⁶

Não foram apenas os sistemas estatais europeus que se tornaram referência de democracia para o PS, como uma alternativa ao regime do Estado Novo. A própria CEE foi tomada como modelo, uma alternativa de futuro político face ao fim do anterior sistema. Como Magone refere, a CEE/UE torna-se numa “resposta, consciente ou inconsciente, a estas mudanças na estrutura económica, ideológica e militar do sistema mundial moderno”, o que no caso português se encontra bem “presente nas opções das novas elites”⁴⁸⁷ políticas após o 25 de Abril.

Para além da razão conjuntural da consolidação democrática, a adesão assenta num argumento estrutural, o do regresso de Portugal ao espaço histórico e civilizacional a que naturalmente pertence, i.e., a consumação plena das várias dimensões da sua identidade geográfica. “Portugal é também a Europa na medida em que a sua pertença ao continente transcende a mera expressão geográfica e antes encontra as suas razões mais válidas na interação do ambiente cultural e na evolução ideológica que caracteriza a Europa.”⁴⁸⁸ Esta incumbência da nação portuguesa aos valores europeus fica também vincada no programa *10 Anos para Mudar Portugal*, resultante do Congresso de 1979.⁴⁸⁹ A integração europeia de

⁴⁸³ Seria possível como alternativa a invocação de uma cláusula evolutiva para a uma associação e a médio, longo prazo para a entrada, ou uma associação imediata levando posteriormente a uma entrada. Contudo, considera João Cravinho, os acontecimentos políticos motivaram o pedido de adesão plena de Portugal, assim como também o interesse político da própria CEE na estabilização democrática do país. CRAVINHO, João – “Characteristics and motives for entry”. In SAMPEDRO, José Luís; PAYNO, Juan Antonio (ed.) - *The Enlargement of the European Community: case studies of Greece, Portugal and Spain*. London: The Macmillan Press Ltd, 1983. p. 138.

⁴⁸⁴ Discurso de Mário Soares na assinatura do tratado de adesão. “Um dos momentos mais significativos da história contemporânea portuguesa.” *Acção Socialista*. Nº 341 (13.06.1985) p. 8.

⁴⁸⁵ “Pela contribuição que pode trazer à consolidação da democracia em Portugal, [...] a entrada de Portugal na CEE como país membro é um dos elementos estratégicos fundamentais [...]” PS - “Mudar em Paz a Vida portuguesa. Medidas para um governo PS.” Edição da Comissão Técnica e Eleitoral, s.d. (1979).

⁴⁸⁶ SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade*. p. 34.

⁴⁸⁷ MAGONE, José – “A integração europeia e a construção da democracia portuguesa”. *Penélope*. Nº18 (1988) p. 125, 133.

⁴⁸⁸ SOARES, Mário - *A Europa conosco* [...] cit. p. 27.

⁴⁸⁹ PS – “10 Anos para Mudar Portugal. Proposta PS para os Anos 80.” 1979. p. 93.

Portugal é vista “como opção estratégica para a afirmação da nossa vocação histórica”⁴⁹⁰, “uma fidelidade às nossas raízes e tradições [...] condição essencial para a construção do futuro.”⁴⁹¹

A Europa significa a consumação da aspiração pela contemporaneidade das ideias políticas, em dicotomia com um passado de isolamento e colonialismo, um paradigma de regressão. “Nos períodos mais brilhantes da sua história Portugal abriu-se ao mundo, afirmando-se como autêntico representante da cultura e civilização europeia [...]. As fases de isolamento face à Europa corresponderam sempre em Portugal a um empobrecimento cultural e técnico, a decadência das estruturais sociais e a um marcado depauperamento ideológico.”⁴⁹² A integração europeia representa o culminar do processo de descolonização – “constitui consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa [...]. E igualmente da descolonização [...]”⁴⁹³ – e a homologação de uma renovação nacional, assente na abdicação da política colonialista: “Feita a descolonização [...] Portugal, regressando às suas fronteiras europeias, reassume a sua verdadeira identidade na integração europeia, onde melhor se realçarão as suas potencialidades nacionais.”⁴⁹⁴ Deste modo, a Europa do discurso socialista carrega um simbolismo de modernidade, de vanguardismo político – “a inserção definitiva do nosso país numa das correntes que seguem na vanguarda do Mundo.”⁴⁹⁵

Daqui, e essencialmente da razão da consolidação democrática, se compreende que os motivos socialistas da adesão portuguesa suplantam o caráter eminentemente económico que a CEE detinha então. Entendemos esta opção europeia da forma como Severiano Teixeira a

⁴⁹⁰ Intervenção de António Guterres, deputado pelo PS. *DAR*. Nº 78 (19.02.1977) p. 2615.

⁴⁹¹ Discurso do Primeiro-ministro, Mário Soares, no dia da assinatura do tratado de adesão à CEE. “Um dos momentos significativos da história contemporânea portuguesa.” *Acção Socialista*. Nº 341 (13.06.1985) p. 8.

⁴⁹² SOARES, Mário - *A Europa conosco* [...] cit. p. 28. A ideia de fim do isolamento português é vincada noutros discursos, nomeadamente na AR, como é exemplo a intervenção do deputado socialista Carlos Lage: “Portugal não poderia ficar, sem nefastas consequências, à margem deste movimento, constituindo a plena integração na CEE um acontecimento histórico do plano interno, que transformará apenas em má recordação o isolamento político anterior ao 25 de Abril e contribuirá para atenuar os efeitos da situação periférica do país a que a geografia nos condenou.” *DAR*. Nº 69 (12.04.1985) p. 2837.

⁴⁹³ “Um dos momentos mais significativos da histórica contemporânea portuguesa.” *Acção Socialista*. Nº 341 (13.06.1985) p. 8.

⁴⁹⁴ Comunicação do Primeiro-ministro Mário Soares à AR, sobre a projetada adesão à CEE. *DAR*. Nº 88 (19.03.1977) p. 3015. Outras manifestações socialistas induzem na mesma ideia da Europa como homologação da nova política externa portuguesa, em contraposição ao colonialismo de Salazar. “[A] descolonização é um facto histórico que honra Portugal e tornou possível o reencontro de Portugal consigo mesmo e com a comunidade internacional.” Intervenção de Manuel Alegre, deputado pelo PS. *DAR*. Nº 38 (11.02.1978) p. 1372.

⁴⁹⁵ Comunicação do Primeiro-ministro Mário Soares à AR, sobre a projetada adesão à CEE. *DAR*. Nº 88 (19.03.1977) p. 3015.

concebe, “en tant que projet politique et non plus seulement dans une perspective purement économique, comme lors des accords d’association de 1972.”⁴⁹⁶

Com este pressuposto se compreende também que a desvantagem económica, tão valorizada no discurso socialista no período revolucionário (e também motivo das reservas internas do partido⁴⁹⁷), seja agora secundarizadas face ao argumento político para a adesão. “O Partido Socialista e o Governo Constitucional têm plena consciência das dificuldades causadas pelo nosso atraso relativo de desenvolvimento e pelos graves problemas estruturais suportados pela economia portuguesa após cinquenta anos de uma política chauvinista [...]. Porém, essas dificuldades não podem servir para justificar o isolamento e a mediocridade.”⁴⁹⁸ Agora, as desvantagens económicas são menosprezadas face à premência política da intenção, já que, além das estritas razões internas da consolidação democrática, urgia não perder o momento que se afigurava oportuno para a Europa do Sul - “temos agora condições políticas excepcionais para negociar a integração portuguesa, em termos altamente favoráveis, prevalecendo-nos do precedente grego e antes que a Espanha bata igualmente à porta [...]”⁴⁹⁹

O primado do argumento político após o primeiro governo constitucional ajuda-nos a consolidar a justificação que avançámos no início deste capítulo para o discurso do PS durante o período revolucionário, defensor, apenas, de um aprofundamento do acordo comercial de 1972. As razões então invocadas – a debilidade económica de Portugal face aos estados da CEE - que agora são passadas para segundo plano, não passaram efetivamente de mera estratégia de distração para evitar a definição clara do partido numa altura inconveniente. Efetivamente, são as primeiras eleições legislativas que oferecem as condições políticas para o PS retomar a posição que defendera para a política externa portuguesa durante o exílio, fazendo da integração europeia a “prioridade das prioridades.”⁵⁰⁰

O europeísmo do PS convive num contexto de maioria de partidos integrantes do novo sistema democrático favoráveis à adesão, como o PPD/PSD e o CDS, sendo o PCP o único com posição desfavorável. Os dois primeiros foram criados após a Revolução do 25 de Abril, mas no caso do PPD/PSD as posições pró-europeias dos seus líderes são ainda anteriores. No

⁴⁹⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano – “La politique extérieure de la démocratie portugaise.” *Pôle Sud*. Nº 22 (2005/1) p. 70.

⁴⁹⁷ Tanto no PS como no PSD, um dos argumentos para a não adesão plena imediata era do domínio económico, face à previsão de efeitos desastrosos para a economia nacional. TELO, António José - *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 2008. p. 205.

⁴⁹⁸ Intervenção do deputado socialista António Guterres. *DAR*. Nº 78 (19.02.1977) p. 2615.

⁴⁹⁹ SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade*. p. 33.

⁵⁰⁰ VICENTE, Paulo Carvalho – “European integration, federalism and the role of Portugal.” *Janus.net – e-journal of International Relations*. Nº 1 Vol. 4 (2013) p. 37-39.

programa de 1974, o partido defende o desenvolvimento de um acordo de associação que deverá culminar na adesão à CEE, demonstrando-se partidário da supranacionalidade.⁵⁰¹ Apoia o pedido de adesão feito pelo governo socialista em 1977, empenhando-se nas negociações durante os diversos governos de iniciativa presidencial que se sucederam entre 1978 e 1980, mas particularmente depois, quando ganha as legislativas nesse ano em coligação com o CDS.⁵⁰² Este inscreve também na sua declaração de princípios de 1974 a favorabilidade em acelerar a integração no MC, mostrando-se até entusiasta com a possibilidade de uma união económica e monetária para as CE.⁵⁰³

Mediante este cenário político, o PS, que após a queda dos primeiro e segundo governos constitucionais (este último por quebra da aliança com o CDS) e só voltará ao governo com as legislativas de 1983 (com uma coligação pós-eleitoral com o PSD), não terá de enfrentar uma oposição que fosse obstáculo à essência do seu projeto europeu. O PCP não tinha suficiente expressividade eleitoral para vir a revelar-se um entrave. O partido, “um dos mais ortodoxos da Europa ocidental”⁵⁰⁴, tinha poucas probabilidades de governação, não só pela tendência de moderação do eleitorado após a experiência do período revolucionário⁵⁰⁵ como também pela sua exclusão das coligações governamentais e pela progressiva consolidação como partido antissistema.⁵⁰⁶ Assim, proposta do governo PS para o pedido de adesão à CEE, em 1977, teve o voto favorável da maioria dos partidos (PS, PPD/PSD e CDS), tendo a ratificação do tratado de adesão sido aprovada apenas com os votos desfavoráveis do PCP e do deputado independente António Gonzalez.⁵⁰⁷

A iniciativa governamental socialista para o pedido de adesão em 1977 iniciara a definição da política externa portuguesa pela via ocidental, determinando o fim do isolamento histórico do país e a abdicação da opção terceiro-mundista que pairava no período revolucionário.⁵⁰⁸ Por outro lado, a resiliência do PS⁵⁰⁹, assim como dos outros partidos, na

⁵⁰¹ Cf. BARROSO, Durão – *Le système politique portugais face à l'intégration européenne. Partis politiques et opinion publique*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais, 1983. p. 133, 134.

⁵⁰² CUNHA, Alice – *O alargamento ibérico da Comunidade Económica Europeia: a experiência portuguesa*. Tese de doutoramento em história contemporânea. Lisboa: FSCH, 2012. p. 100-121 [Em linha]. [Consult. 10.08.2016]. Disponível em WWW: < <http://hdl.handle.net/10362/9076> >.

⁵⁰³ BARROSO, Durão – Ob. cit. p 135, 136.

⁵⁰⁴ LISI, Marcos – *Os partidos políticos em Portugal* [...] Cit. p. 41.

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 41, 42.

⁵⁰⁶ A ortodoxia do PCP acabou por levar a uma cada vez maior clivagem com o PS, tornando inviável qualquer entendimento entre os dois partidos. (Nota: não se aplicando esta reflexão ao período de data de escrita desta tese – 2016 – em que, pela primeira vez, o PS governa através de um acordo parlamentar em que entra o PCP). JALALI, Carlos – *Partidos e Democracia em Portugal*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2007. p. 74.

⁵⁰⁷ *DAR*. Nº 106 (11.07.1985) p. 4092.

⁵⁰⁸ “A opção europeia concebida pelo Ministro Medeiros Ferreira é, por um lado, a recusa do isolamento internacional em que o país viveu durante cinco décadas, e, por outro, a negação do simplismo antidemocrático

condução de negociações, num contexto difícil - quer devido à instabilidade política interna quer à fase conturbada que a própria CEE atravessava – representam a homologação de uma profunda aspiração nacional pela opção ocidental, assim como a consolidação político-partidária do fim do terceiro-mundismo em Portugal.

Os anos finais das negociações representaram também para o próprio PS a consolidação da sua linha europeísta e ocidental. Apesar da posição oficial assumida desde o período constitucional ser indubitavelmente pela integração plena na CEE, inicialmente o partido estava dividido quanto à questão⁵¹⁰, face a objeções de natureza técnica e ideológica. Mas Soares decide pela urgência da adesão, enfrentando ainda, nos primeiros anos de democracia, a cisão Manuel Serra, representativa de uma militância de esquerda mais ortodoxa, cética relativamente à opção europeia no partido. O PS teve ainda de lidar, além de com os ceticismos de economistas, com a oposição de muitos dos dirigentes do MFA à candidatura e com as próprias reservas do Presidente da República Ramalho Eanes⁵¹¹.

A resiliência socialista (e dos outros partidos) favoráveis à integração acabará por familiarizar o partido e a sociedade portuguesa com a ideia da europeização de Portugal. Nos congressos de 1981 e 1983, houve ainda duas moções apresentadas que se destacaram pelo questionamento da adesão à CEE⁵¹², mas que não se revelam ameaçadoras à política

que nos pretendeu forçar ao alinhamento com o Terceiro Mundo durante os últimos meses.” Intervenção do deputado socialista Jaime Gama. *DAR*. Nº 22 (12.08.1986) p. 603, 604.

⁵⁰⁹ A partir de 1983, quando o líder do PS volta a ser primeiro-ministro, em governo de coligação com o PSD, entra-se na fase decisiva das negociações, que até então estavam num impasse, devido a bloqueios internos no Conselho de Ministros da CEE. A novo governo dará um impulso às negociações, que ficarão praticamente resolvidas nos finais de 1984, com a simbólica assinatura do *Constat d'Accord*. Mário Soares, enquanto primeiro-ministro, e Ernâni Lopes, enquanto Ministro das Finanças e do Plano, responsável pelas negociações, tiveram um papel determinante. Cf. AVILLEZ, Maria João – *Soares: democracia*. Lisboa: Público, 1996. p. 194-200; CUNHA, Alice – *O alargamento ibérico* [...]. Cit. p. 157-171.

⁵¹⁰ AVILLEZ, Maria João – *Soares: democracia*. p. 56; SOUSA, Teresa - *Os Grandes Líderes, Mário Soares*. p. 103. Na conferência de abertura do I Encontro Nacional de Estudantes de Estudos Europeus, no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, em 14.04.2010, Mário Soares faz também essa revelação, admitindo que havia divergências internas no PS quanto à opção do pedido imediato de adesão.

⁵¹¹ “Na entrevista que nos concedeu, o Presidente Ramalho Eanes referiu, que embora ao tempo tivesse concordado com a candidatura, pensava que deveria ter havido debate público sobre as implicações da adesão à CE.” SABLOSKY, Juliet – *PS e a transição* [...] cit. p. 115, 116.

⁵¹² Em 1981, a moção “Esquerda Laboral”, subscrita, entre outros, por Francisco Marcelo Curto, propõe: “Porque a adesão ao Mercado Comum condiciona irremediavelmente o futuro do país, o PS exige que a sua concretização fique condicionada à aprovação popular em referendo.” “Manifesto de Orientação para o congresso do PS. ‘Esquerda laboral’.” *Acção Socialista*. Nº 120 (13.03.1981) p. 4. A mesma proposta volta a ser feita noutra moção, novamente liderada por Marcelo Curto, manifestando não serem suficientes as motivações políticas para a adesão, face à incerteza das consequências económicas: “Ultrapassando as razões de ordem política que levaram a Europa a dizer que estava connosco, importa esclarecer que outras razões aconselham hoje uma total adesão. / Se é certo que, a médio ou longo prazo, parece ser inevitável a adesão de Portugal à CEE, também é certo que, presentemente, ainda não foram suficientemente avaliadas as consequências que dessa adesão resultarão para um país nos domínios económicos (a agricultura, por exemplo) social e cultural. / Mais do que nunca, parece ser indispensável a organização de um debate o mais amplamente participado de forma a habilitar todo o povo português a pronunciar-se sobre uma decisão que condicionará inevitavelmente o

moderada e europeísta que Soares iniciara no partido e que conseguiu fortalecer. Foi ele o principal arquiteto⁵¹³ da ideia de adesão no socialismo português, levando à consolidação do europeísmo no partido. Apesar de ter enfrentado nova dissidência no congresso de 1981 – não de índole ideológica, mas devida à estratégia partidária a seguir relativamente ao apoio ao Presidente da República Ramalho Eanes – a moção de Mário Soares vence com cerca de 60% dos votos.⁵¹⁴ A linha europeísta ficaria solidificada no partido com a declaração de princípios do 5º Congresso Nacional, de 1983, a continuar a fazer da adesão uma prioridade da política externa ao serviço do interesse nacional.⁵¹⁵ Na base deste europeísmo socialista estão os argumentos políticos, como atrás descrito, mas também económicos.

- *Para além da política, a motivação económica*

Apesar das cautelas internas do partido relativamente às consequências económicas negativas da integração, o PS fundamenta a opção europeia também como necessidade económica: “Ora, o nosso projeto europeu é inseparável do projecto de reconstrução da economia nacional [...]”⁵¹⁶ Logo no início do período constitucional, o partido assume o interesse económico do país em integrar o MC, como componente essencial para a construção de um novo paradigma da economia nacional. “[N]um país pequeno e com acentuadas dependências do exterior, o aprofundamento da democracia económica só pode ser atingido num quadro mais vasto do que o nacional e esse – feita a descolonização – não pode ser outro senão a Europa do Mercado Comum [...]”⁵¹⁷ A mesma ideia é realçada ainda por Mário Soares, enquanto Primeiro-ministro, oferecendo a Europa como a alternativa após a perda do Ultramar e a consequente redução do espaço económico português: “Nós hoje somos

seu futuro.” “Moção de Orientação Política da Tendência Esquerda Laboral.” *Acção Socialista*. Nº 237 (09.06.1983) p. IV.

⁵¹³ Cf. SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. p. 14-53, 96-142. O carisma das lideranças dos dois principais partidos é importante para a atenuação do ceticismo relativamente à opção europeia de Portugal. Como Mário Soares, também o europeísmo declarado de Sá Carneiro, para quem também “a vertente política estratégica” de longo prazo se sobrepunha às desvantagens imediatas, foi importante para a consolidação da ideia no PSD. TELO, António José - *História Contemporânea de Portugal* [...]. Vol. II Cit. p. 205.

⁵¹⁴ Contra Mário Soares concorre a moção “Um partido forte - um projeto claro”, afeta ao Secretariado Nacional e apoiante do presidente Ramalho Eanes. A moção é subscrita por António Arnaut, Francisco Salgado Zenha, Henrique de Barros, Jorge Sampaio, José Magalhães Godinho, entre outros. As ideias relativas à adesão de Portugal à CEE, apresentadas no documento, convergem com a política que o PS tem prescrito desde o início da democracia e com a moção que Mário Soares apresenta ao mesmo congresso. Cf. “Um Partido Forte - Um Projecto Claro. Democratizar e renovar para vencer” e “Novo Rumo para o PS. Organizar, descentralizar, recuperar a iniciativa política e social”. *Acção Socialista*. Nº 120 (13.03.1981) p. 9-12, 10-18; “Maioria Absoluta para a Moção de Mário Soares.” *Acção Socialista*. Nº 125 (16.04.1981) p. 1. Cf. SOARES, Mário - *Um político assume-se* [...] cit. p. 326-328.

⁵¹⁵ “Declaração de Princípios e Objectivos aprovada por esmagadora maioria.” *Acção Socialista*. Nº 254 (06.10.1983) p. 8.

⁵¹⁶ SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional na legalidade*. p. 33.

⁵¹⁷ SOARES, Mário – “Entre Militantes. Política Externa.” *Acção Socialista*. Nº 8 (18.01.1979) p. 3.

definitivamente um pequeno país desde o momento em que terminou o facto colonial. Somos um país com dificuldades económicas muito sérias e se ficarmos completamente isolados na Europa não será com uma política chamada, como se diz, eufemisticamente, de diversificação de relações diplomáticas que nos poderemos entender.”⁵¹⁸

Apesar de já durante a ditadura defender a abertura económica de Portugal como via para o desenvolvimento económico e melhoria das condições sociais, após o 25 de Abril, o PS começou por questionar a plena integração no MC com base na desvantagem competitiva do país. Mas com o início do período constitucional e das funções de governação, urge encontrar um projeto estrutural de desenvolvimento económico e social nacional⁵¹⁹ e a economia deixa de ser uma espécie de álibi do adiamento da integração, como fora no período revolucionário em favor da estratégia eleitoralista. Cremos que a razão para essas reticências iniciais do PS não se baseavam tanto assim na alegada “escasa competitividad de los productos de Portugal en la CEE”⁵²⁰, como refere Berta Álvarez-Miranda, pois logo após o fim do PREC a ordem de argumentos inverte-se. Se a declaração de princípios de 1974 do PS atentava à debilidade da economia portuguesa, a de 1976 inicia a transição para um discurso promissor de vantagens económicas da integração. Não sendo, contudo, despiciente a debilidade económica de Portugal relativamente ao MC, entende-se o benefício da integração como estrutural, que se refletirá a médio/longo prazo.

Para fazer face à desvantagem competitiva do país, os socialistas apostam na “necessária preparação interna, sobretudo por parte dos sectores económicos”⁵²¹, e apelam à consciência de que os proveitos da integração económica não se notarão a curto prazo.⁵²² De

⁵¹⁸ Comunicação à AR sobre a projetada adesão de Portugal à CEE. *DAR*. Nº 88 (19.03.1977) p. 3022.

⁵¹⁹ “Opção política, portanto, Sr. Presidente e caros colegas, mas opção económica também. E é aqui que os benefícios da integração tocarão mais directamente os trabalhadores portugueses, traduzindo-se a médio prazo numa elevação considerável do nível de vida da população [...]. [...] No mundo de hoje, em que as diferentes economias nacionais são complementares, é pura utopia, se não for má fé, falar em independência nacional em termos absolutos, já que qualquer decisão dos nossos parceiros pode afectar os nossos próprios projectos nacionais.” Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo. *DAR*. Nº 79 (25.02.1977) p. 2652, 2653; “A nossa integração na CEE significa que todos nós desejamos uma economia moderna, industrial, aberta, de acordo com a nossa tradição universalista.” Intervenção do deputado socialista Salgado Zenha. *DAR*. Nº 87 (18.03.1977) p. 2976; “[P]ensamos que esta adesão ao mercado Comum vem, de certo modo, dar as coordenadas da reestruturação da própria economia portuguesa, pois que a crise que atravessamos é uma crise estrutural; necessitamos de modernizar e de desenvolver a nossa economia, e agora todos aqueles que investem, sejam eles investidores públicos ou privados, sabem que ao investir em Portugal investem num mercado muito mais largo, investem num mercado europeu e têm assim as coordenadas da sua própria actividade.” Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo. *DAR*. Nº 85 (09.06.1978) p. 3082.

⁵²⁰ ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 141.

⁵²¹ “Programa do I Governo Constitucional.” p. 127 [Em linha]. [Consult. 10.08.2016]. Disponível em WWW: <<http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf>>.

⁵²² “Quer isto dizer que a adesão de Portugal às comunidades acabará com a crise, dará a cada português, de um dia para o outro, um nível de vida europeu, as vantagens sociais adquiridas pelos cidadãos europeus? É evidente que não. Trata-se antes de uma aposta política, um desafio que se coloca ao Estado, mas também às forças

forma a atenuar os efeitos colaterais da adesão enquanto Portugal não se tornar mais competitivo, defende-se que as negociações devem acautelar a devida proteção da economia nacional e garantir ajudas de pré-adesão. “O PS [...] sempre se tem manifestado a favor da integração europeia de Portugal – *mas não a qualquer preço* [...]. Precisamos de arrancar da CEE garantias excepcionais de apoio financeiro e tecnológico ao seu desenvolvimento.”⁵²³ A exigência de negociações favoráveis para fazer face às contingências económicas da adesão era mais contundente quando o PS estava na oposição, mas este alerta marca toda a sua intervenção até à adesão, sendo uma preocupação dos socialistas enquanto governo e partido.⁵²⁴

Efetivamente, as preocupações eram reais, já que a própria Comissão Europeia, na avaliação da candidatura de Portugal, havia alertado para o facto da estrutura económica produtiva do país estar muito longe dos padrões ocidentais europeus. “The essential nature of the problem is structural, and there is no shortcut to promoting equitable development.”⁵²⁵ Esta situação deveria resultar na dificuldade de inverter uma balança comercial negativa para Portugal, apesar da expectativa de que a entrada no MC impulsionasse as exportações. O facto é que o governo nacional carregava uma herança pesada, já que nas décadas de 60 e 70 o país tinha perdido mercado para os países em vias de industrialização e para Grécia e Espanha. E o cenário estava a ser agravado pelas políticas restritivas implementadas para combater a crise financeira e agravadas pela intervenção do FMI, após a transição democrática.⁵²⁶

Mesmo face a esta situação, o PS encarou o pedido imediato de adesão total, descartando outras possibilidades que tinha de aproximação à CEE, na perspetiva de que, sendo o problema da economia portuguesa estrutural, seria pelo choque da integração num modelo económico diferente que o país poderia encarrear na linha do desenvolvimento europeu.

Creemos ainda que, para esta opção, não terá sido alheia uma aprendizagem histórica da experiência económica nacional. “Portugal não é uma ilha isolada do resto do Continente

económicas e sociais. Será o quadro político e económico do nosso esforço de desenvolvimento a contrapor ao quadro obsoleto a que o 25 de Abril nos arrancou.” Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo. *DAR*. Nº 64 (29.03.1985) p. 2626.

⁵²³ Discurso de Mário Soares, enquanto deputado socialista, na AR. “Este governo está cego para as realidades nacionais.” *Acção Socialista*. Nº 172 (11.03.1982) p. IV (suplemento).

⁵²⁴ Isto fica bem patente no encontro de reflexão “Debates sobre o futuro de Portugal”, organizado pelo Gabinete de Estudos do PS, em 1979, em que a perspectiva económica futura para Portugal é um dos assuntos em realce. “Debate aberto sobre o futuro de Portugal foi um sucesso sem precedentes.” *Acção Socialista*. Nº 12 (15.02.1979) p. 12.

⁵²⁵ CRAVINHO, João – Ob. cit. p. 140.

⁵²⁶ *Idem, ibidem*, p. 141.

nem tem condições para ser uma autarcia económica.”⁵²⁷ Ora, foram precisamente as consequências do isolamento económico do Estado Novo que levaram o próprio a constatar que teria de realizar-se alguma abertura comercial à Europa, pois o aclamado território ultramarino não era suficiente para impulsionar a economia da metrópole. Isto resultou num primeiro acautelamento de Salazar em integrar a OECE, levando à posterior constatação de que, após uma primeira recusa, teria de aceitar mesmo as ajudas do Plano Marshall. Este pragmatismo económico do regime ditatorial responde a uma necessidade interna crescente, que passará ainda pela integração na EFTA e pela assinatura do acordo comercial de 1972 com a CEE, já sob a vigência de Marcelo Caetano no governo.⁵²⁸

A abertura do Estado Novo à Europa resulta de um realismo político, que se desvia do ideal de afastamento do projeto europeu apenas o suficiente para não ferir a natureza política do regime. Tal realismo levou à emergência, na fase final da ditadura, de uma corrente europeísta no regime, oposta à *ultramarinista*.⁵²⁹ A aprendizagem dos efeitos negativos da autarcia económica está expressa no discurso socialista, envergado também de realismo político, que *sacrifica* a economia portuguesa no seu imediato, assumindo os potenciais efeitos negativos da adesão, em primor de uma mudança estrutural, com efeitos a longo prazo, crê-se.

Assim, concluímos que ao primeiro argumento para a adesão – a consolidação da democracia – se junta um segundo, o da modernização económica do país, estando a integração política como pressuposto basilar da abertura económica, daí que a adesão plena tenha sido privilegiada em vez de uma primeira etapa de associação: “As reticências antieuropeias das várias oposições – defensores de formas de associação económica mitigada de Portugal com a Comunidade – são prejudiciais ao futuro dos trabalhadores portugueses e da economia nacional e em nada servem o interesse dos nossos emigrantes, os quais só poderão ser defendidos integralmente com a adesão à CEE.”⁵³⁰ O PS encara a plena participação nas Comunidades como um instrumento para Portugal, i.e., vê o assento político nas instituições comunitárias como um meio de controlo das decisões que afetarão o MC, em vez de, como num acordo de associação, ser mero receptor dessas decisões.

⁵²⁷ SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade*. p. 32.

⁵²⁸ Cf. ROLLO, Fernanda – *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra: O Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*. p. 196, 197, 200; SILVA, António M. da – *Portugal entre a Europa e o Além Mar. Do plano Briand na SDN (1929) ao Acordo Comercial com a CEE (1973)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. p. 48-59.

⁵²⁹ PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Portugal e a integração europeia, 1945-1986.” p. 30.

⁵³⁰ Intervenção do deputado socialista Jaime Gama. *DAR*. Nº 22 (12.08.1976) p. 604.

Deste modo, podemos induzir que os socialistas parecem não conceber a edificação do projeto económico europeu sem a sua sujeição a um projeto político. Sendo assim, podemos conceber que a CEE terá, enquanto ideia política, pelo menos, uma importância funcional imediata - se não concebível como um ideal político. Então, nesta fase de caminho para a integração, que projeto político, que modelo institucional concebe o PS para a CEE?

c) Que modelo institucional para a Europa do futuro? O simplismo do debate!

A mediação de oito anos desde o pedido de adesão às CE até à assinatura do tratado (1977-85) foi um tempo longo para se maturar a discussão sobre o projeto europeu, nomeadamente sobre a natureza do sistema político das CE, as respetivas consequências políticas para a jovem democracia portuguesa e a conceção para a evolução futura das Comunidades. As demoradas negociações da adesão teriam, pelo menos, a vantagem de conferir tempo para os partidos do novo sistema político português, a maior parte deles surgidos no final ou mesmo após o fim da ditadura, analisarem e maturarem em debate político a sua ideia para o futuro da Europa. Mas a quantidade de tempo de que dispuseram não foi proporcional à qualidade da discussão, registando-se, quer nos debates interpartidários da AR, quer noutros fóruns de intervenção do PS, uma discussão rara e simplista acerca do ansiado modelo político-institucional para uma futura Europa unida.

Em 1976, na AR, o CDS faz a pergunta: “[O] programa do governo socialista não aborda esta questão candente: que Europa? Uma Europa supranacional ou uma ‘Europa das pátrias?’”⁵³¹ Efetivamente, o programa do primeiro governo constitucional confina-se aos aspetos pragmáticos do processo de adesão⁵³², não aludindo à natureza institucional e política da Europa em que quer ver Portugal integrado. Na comunicação do Primeiro-ministro à AR sobre o pedido de adesão, a necessidade de reformulação institucional das Comunidades é afluada, mas numa abordagem descritiva sobre a discussão que se desenvolvia entre os estados-membros, nomeadamente, sobre a necessidade de implementar o processo de decisão por maioria no Conselho, tendo em conta a prevista dificuldade futura de desbloquear decisões face à permanência da unanimidade.⁵³³ Quando questionado, novamente pelo CDS,

⁵³¹ Intervenção do deputado do CDS, Lucas Pires. *DAR*. Nº 20 (10.08.1986) p. 500.

⁵³² “Programa do I Governo Constitucional.” p. 127 [Em linha]. [Consult. 14.08.2016]. Disponível em WWW: <<http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf>>.

⁵³³ “Do lado, sobretudo, dos pequenos países da Comunidade [...] havia uma preocupação maior. Essa preocupação não tem nada a ver diretamente com o caso português, mas diz fundamentalmente respeito a que o alargamento da Comunidade torna mais difícil a formulação das decisões e o processo das decisões dentro das instituições comunitárias. Está hoje em causa o problema de se saber se se deve continuar a manter a regra da unanimidade, que se arrisca a fazer parar a Comunidade durante algum tempo, ou se, pelo contrário, se deveria

sobre o modelo da futura união europeia, Mário Soares mostra-se partidário de que “a CEE tem, ou deve ter, não somente uma feição económica mas também uma feição cultural de civilização [...], e até política.”⁵³⁴ Mas fica-se por aqui, não explicitando que tipo de instituições e poderes políticos conceberia.

No manifesto eleitoral de 1976, nada se refere relativamente à natureza institucional das futuras Comunidades. No de 1979, considera-se ser necessário “ter em conta as consequências económicas e políticas duma integração que não fosse apoiada por salvaguardas apropriadas”⁵³⁵, mas disto apenas se refere a perspetiva económica, assim como no programa de 1983. No documento *10 Anos para Mudar Portugal*, aprovado no 3º Congresso Nacional, em 1979, a perspetiva do modelo político-institucional das Comunidades também não é afluída (apenas as repercussões económicas setoriais da integração e a necessidade de adaptação da economia portuguesa).⁵³⁶ Porém, a moção de Mário Soares ao 4º Congresso, de 1981, refere que o alargamento da CEE se deve fazer numa “óptica de aprofundamento das instituições comunitárias supranacionais.”⁵³⁷ Já a moção do 5º Congresso, de 1983, nada aborda neste aspeto. Assim, pela quase ausência do tema nos documentos base do partido, regista-se uma profunda subestimação da importância do debate político partidário interno, o que – como viremos a concluir em próximos capítulos – será fonte de um ciclo progressivo de alheamento da reflexão partidária sobre as questões europeias. Mais, concluímos também que debater politicamente o futuro do projeto europeu não era uma prioridade partidária nesta fase – resta saber se o será noutras.

Há outras manifestações que afloram o assunto, mas com uma enorme ligeireza. Quando, por exemplo, Victor Constâncio adverte que o alargamento comunitário deve ser seguido por uma reforma das instituições comunitárias.⁵³⁸ Ou quando Mário Soares reforça a ideia, perante uma reunião do grupo socialista do PE em Lisboa - “Congratulamo-nos, aliás, em verificar, [...] que os socialistas europeus preconizam que se aproveite o novo

passar para à regra da maioria, embora essa possa criar problemas delicados em relação à soberania de cada um dos Estados.” Intervenção do Primeiro-ministro Mário Soares sobre o projetado pedido de adesão às CE. *DAR*. Nº 88 (19.03.1977) p. 3018, 3019.

⁵³⁴ *Ibidem*, p. 3019.

⁵³⁵ PS - “Mudar a vida portuguesa em paz social e liberdade. Medidas para um governo PS”. Cit. p. 33.

⁵³⁶ PS - “10 Anos para Mudar Portugal. [...] Cit. p. 113-117.

⁵³⁷ SOARES, Mário - *Novo Rumo para o PS* (Moção de orientação política e bases de revisão estatutária). 1981. p. 16.

⁵³⁸ “É, no entanto, um facto que sublinhámos no seminário de Bona – e parece-nos necessário, na actual conjuntura nacional e internacional, fazê-lo muito claramente – um conjunto de condições que sempre enunciámos como as necessárias para que a adesão de Portugal e o alargamento, em geral, a estes três novos países se possam fazer em condições que salvaguardem o funcionamento e o aprofundamento da Comunidade e salvaguardem também os interesses económicos dos novos países-candidatos.” [Sublinhado nosso]. “As declarações de Giscard d’Estaing sobre a CEE puseram a nu a campanha precipitada, eleitoralista e insensata do governo.” *Acção Socialista*. Nº 81 (13.06.1980) p. 10.

alargamento, a Portugal e à Espanha, para se iniciar um processo de reforço da eficácia das instituições comunitárias, benéfico não só à CEE actual, como igualmente susceptível de reforçar o progresso económico dos países candidatos.”⁵³⁹ Ou perante a AR, no debate sobre a integração de Portugal na CEE.⁵⁴⁰ Fica manifesto o interesse pragmático da reforma das CE, não apenas para uma melhoria do seu funcionamento institucional com mais membros, mas também pelo interesse económico dos países candidatos. Mas a ideia veiculada fica por aqui.

A abordagem deste assunto parece ser privilegiada em fóruns internacionais, nomeadamente socialistas, como é exemplo o discurso de Soares no 14º Congresso da CPSCE⁵⁴¹, em que defende que a resolução das crises económicas nacionais só é possível no plano europeu através de um aprofundamento institucional – uma perspectiva que vai ao encontro de resoluções anteriores do congressos dos socialistas europeus⁵⁴², o que era, manifestamente, do interesse português, já que o país se esforçava por sair de uma situação económica e financeira grave.

Nesta generalista defesa por uma reforma institucional das Comunidades, algumas manifestações do partido propugnam pelo reforço da supranacionalidade: “Aliás, a crise económica internacional põe hoje um desafio à Europa, ao qual ela só poderá responder por um *salto qualitativo*, para a frente, mediante a criação de verdadeiras instituições supranacionais [...]”⁵⁴³ E defende-se o reforço da legitimidade democrática dos órgãos supranacionais: “Nós pensamos que um Parlamento Europeu eleito por sufrágio universal será, pelo contrário, o garante de que as instituições serão democraticamente controladas.”⁵⁴⁴ Note-se que à data desta intervenção na AR já as primeiras eleições democráticas do PE

⁵³⁹ “Forças políticas e parceiros sociais têm sido marginalizados pelo governo.” *Acção Socialista*. Nº 206 (04.11.1982) p. 4.

⁵⁴⁰ “Mas para a Comunidade Económica Europeia a entrada de Portugal e de Espanha não tem menor importância nem menor significado: o alargamento pressupõe como sempre defendi, o aprofundamento institucional de um novo fôlego para a Comunidade [...]” [Sublinhado nosso]. Intervenção do Primeiro-ministro Mário Soares. *DAR*. Nº 69 (11.04.1985) p. 2839.

⁵⁴¹ “Do meu ponto de vista, nenhum dos grandes problemas objeto das nossas comuns preocupações tem solução no quadro estrito de cada uma das nossas nações. Só no âmbito europeu poderão encontrar resposta adequada. Mas para tanto será necessário que a Comunidade Europeia aprofunde as suas políticas comuns e as suas instituições e, ao mesmo tempo, se abra ao exterior.” “Portugal acredita na importância decisiva de uma Europa unida, forte e solidária.” *Acção Socialista*. Nº 332 (11.04.1985) p. 18. **Nota:** apesar de as notícias do jornal *Acção Socialista* utilizarem a designação de União de Partidos Socialistas da CEE, optámos por utilizar a designação oficial desta confederação de partidos – Confederação de Partidos Socialistas da CEE.

⁵⁴² “[É] claro que a crise com a qual nos confrontamos requer mudanças básicas nas políticas e uma reorganização dos recursos e das instituições da Comunidade Europeia de forma a resolver os problemas económicos e sociais fundamentais [...]” Excerto de “A crise europeia e a resposta socialista”, documento aprovado no XII Congresso da CPSCE. In “A Adesão de Portugal e da Espanha e o conseqüente alargamento da CEE é um imperativo urgente para os políticos democratas socialistas europeus.” *Acção Socialista*. Nº 209 (25.11.1982) p. 10.

⁵⁴³ SOARES, Mário - “Entre Militantes. Política Externa.” *Acção Socialista*. Nº 8 (18.01.1979) p. 3.

⁵⁴⁴ Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo. *DAR*. Nº 79 (25.02.1979) p. 2654.

tinham sido decididas (para 1979). Alguns anos mais tarde, já após a conclusão das negociações, novamente em debate parlamentar, o mesmo deputado vai mais longe: “O Parlamento Europeu terá de ser o motor do progresso comunitário e por isso há que reforçar os seus poderes legislativos próprios e em co-decisão com o Conselho de Ministros.”⁵⁴⁵ Na documentação analisada, registamos ainda a veiculação da mesma ideia no jornal oficial do partido, mas através da reprodução de uma resolução da CPSCE.⁵⁴⁶

Alguns meses após a assinatura do tratado de adesão, a mesma ideia é reiterada por outro deputado socialista, mas com uma nuance notável, porque também favorável ao reforço do poder intergovernamental da CEE: “O PS deseja igualmente dar o seu contributo para uma maior eficácia da CEE e das suas instituições, reforçando os poderes do Parlamento Europeu e da Comissão e racionalizando os mecanismos de decisão e aumentando a autoridade do próprio Conselho.”⁵⁴⁷ [Sublinhado nosso].

Apesar de, em várias ocasiões, as manifestações do partido serem peremptórias na defesa de uma reforma institucional das CE que acompanhe o alargamento, a ideia em torno dessa ansiada reforma é, por demais, generalista. Quando se trata de a concretizar - i.e, de explicitar que instituições reformar, de que forma, que competências transferir, que poderes conceder no processo de decisão? - o partido é disperso e simplista nas sugestões que apresenta. Apesar de afirmado o desejo de reforço das instituições supranacionais, defendendo-se mesmo o aumento de poder do PE, isso não leva necessariamente a concluir por uma ideia sustentada do reforço incondicional da supranacionalidade ou do reforço progressivo de uma supranacionalidade para um patamar federal, porque, não só a explicitação da complexidade de formas que pode assumir o futuro da CEE não é feita, como, conforme observado em intervenção anterior, também se defende o aumento da intergovernamentalidade, com reforço da influência do Conselho. Ora, e sabemos bem que a evolução peculiar da integração europeia tem precisamente ficado refém dos impasses resultantes da disputa de poderes entre os pilares supranacional e intergovernamental.

Assim, pode concluir-se que a nível oficial parece haver uma omissão intencional do assunto pelo PS, como é vidente pelos documentos base do partido – declarações de

⁵⁴⁵ Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo, em debate sobre a adesão à CEE. *DAR*. Nº 68 (11.04.1985) p. 2810.

⁵⁴⁶ “A tomada de decisões por parte da CE deve ser acelerada e o Parlamento deve ser autorizado a desempenhar o seu próprio papel em providenciar um controlo democrático e em participar no processo legislativo.” Excerto de “A crise europeia e a resposta socialista”, documento aprovado no XII Congresso da CPSCE. In “A Adesão de Portugal e da Espanha e o conseqüente alargamento da CEE é um imperativo urgente para os políticos democratas socialistas europeus.” *Acção Socialista*. Nº 209 (25.11.1982) p. 11.

⁵⁴⁷ Intervenção do deputado socialista Rui Mateus, no âmbito da ratificação do tratado de adesão às CE. *DAR*. Nº 106 (11.07.1985) p. 4089.

princípios e programas eleitorais. A estratégia partidária parece ser a de evitar o tema. Se bem que o assunto é afluído em discursos dos militantes e do líder, as ideias apresentadas são opacas.

Como se explica este simplismo de ideias vindo a intenção do PS de integração já desde a oposição a Salazar? É certo que enquanto decorriam as negociações, a atenção dos partidos parece ser monopolizada pelas questões setoriais, pelas contrapartidas financeiras da adesão e pelos acordos de transição que eram conflito com e entre os estados comunitários. Mas esta explicação não é suficiente, já que mesmo após o termo das negociações, quando se discute a ratificação do tratado de adesão, e coincidindo essa época com o lançamento da CIG que fará caminho para o AUE, o tema também não é esmiuçado o quanto merecia. Disto é exemplo a exposição de Jaime Gama, MNE do governo socialista à AR, apresentando os temas em causa nas discussões do Conselho Europeu de Milão (que aprovou o Livro Branco da Comissão para a realização do mercado interno e que lançou uma CIG para analisar a reforma institucional, tendo já como base o relatório do Comité Doodge) mas não revelando qual a perspectiva do governo socialista sobre a prevista reforma institucional.⁵⁴⁸

Será que podemos atribuir esta depreciação do assunto ao défice de conhecimento sobre as questões europeias dentro do próprio partido? Este é um fenómeno que a investigação académica observa como resultado da UE nos partidos políticos nacionais, como verificámos na primeira parte deste trabalho (capítulo I, ponto 3.2, alínea a). Credo nós que, devido às circunstâncias de formação do partido e rápido crescimento após o 25 de Abril, esta situação pudesse ocorrer no PS, isso não seria impeditivo de que assumisse uma posição mais clara nos seus documentos oficiais se esse fosse um objetivo da liderança, já que ela tinha um cunho muito forte na definição e execução da estratégia partidária.⁵⁴⁹

Estratégia é precisamente o motivo que cremos ser a razão para a omissão do assunto no discurso oficial do partido e para as abordagens simplistas feitas em algumas manifestações de socialistas. Por um lado, estratégia interna. Sendo inicialmente o PS

⁵⁴⁸ Intervenção do socialista Jaime Gama, MNE. *DAR*. N° 106 (11.07.1985) p. 4052-4054.

⁵⁴⁹ O processo de adesão terá mesmo reforçado a tendência oligárquica dentro do PS, tendo a responsabilidade de relacionamento com a CEE recaído sobre um diminuto quadro de dirigentes e tendo Mário Soares assumido pessoalmente as relações com os partidos europeus e chefes de governo sempre que estava em causa o assunto da adesão. Foi, aliás, esta tendência uma das causas que terá levado o MNE Medeiros Ferreira, muitas vezes colocado fora do circuito das suas funções, a demitir-se do cargo em outubro de 1977. SABLOSKY, Juliet Antunes – Ob. cit. p. 124. Cf. GALLAGHER, Tom – “The Portuguese Socialist Party: the pitfalls of being first.” In GALLAGHER, Tom, WILLIAMS, Allan M. (ed.) – *Southern European Socialism. Parties, elections, and the challenge of government*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1989. p. 18. A influência da CEE numa tendência oligárquica dos partidos é uma perspectiva registada em diversos estudos sobre a europeização dos partidos políticos, como constatámos no ponto 3.2, no capítulo I da primeira parte desta tese.

composto por uma heterogeneidade de militantes, com uma expressiva ala de esquerda ortodoxa, não seria conveniente esmiuçar os pormenores das implicações, em termos de soberania nacional, da integração europeia, um assunto já por si sensível à consensualidade partidária. Ora, a investigação académica regista a tendência interna dos partidos nacionais de evitar a discussão dos assuntos europeus quando eles são incómodos.⁵⁵⁰ A estratégia parece também ser necessária ao partido enquanto governo. No âmbito da comunicação à AR sobre o pedido de adesão à CEE, o MNE do primeiro governo constitucional, o socialista Medeiros Ferreira, num esclarecimento sobre as possíveis modalidades de decisão no Conselho da CEE, revelou que se o veto podia ser desvantajoso na fase em que Portugal é candidato, seria um meio protetor dos interesses nacionais quando o país fosse já um estado-membro, não desejando por isso que alterações à forma de decisão por unanimidade fossem feitas antes da adesão:

“Quanto à primeira pergunta, é evidente que quer a maioria quer a unanimidade têm factores positivos e negativos em relação a Portugal. É uma questão que não é simples e que requer o seguinte recenseamento: a unanimidade é-nos favorável porque dá um peso específico e tamanho a Portugal, como a qualquer outro país da Comunidade, quando lá entrar. Dentro dessa perspectiva, creio que é lógico que Portugal defenda a manutenção da unanimidade nas questões essenciais ou que possam ser fundamentais para a soberania do Estado. / No período anterior à nossa adesão, não digo que a regra da unanimidade nos seja desfavorável, mas certamente irá haver lentidão no processo de negociação, que é a lentidão requerida pela chegada a um consenso entre os países da Comunidade. São estes, portanto, quanto a mim, os principais prós e contras das regras da maioria e da unanimidade. Estou, no entanto, convencido de que a própria Comunidade terá de resolver rapidamente – e até desejava que não fosse antes da entrada de Portugal – os problemas da maioria e da unanimidade, porque, aí sim, terá de haver um esforço sistemático para se definirem aqueles sectores onde a decisão pode ser e deve ser maioritária e aqueles sectores em que as decisões devem continuar a ser por unanimidade.”⁵⁵¹ [Sublinhado nosso].

Esta declaração feita por um europeísta como Medeiros Ferreira, remete-nos para o pragmatismo do governo socialista e, inerentemente, do partido ao seu serviço. Se a manutenção prática da unanimidade no Conselho permitida com o Compromisso do

⁵⁵⁰ Nos estudos sobre a europeização dos programas dos partidos nacionais, identificam-se vários fatores que influenciam a saliência dada à política europeia. As divergências internas do partido relativamente à UE são um dos identificados, que levam a evitar o assunto, como fizemos referência na primeira parte (capítulo I, ponto 3.1). Cf. STEENBERGEN, Marco R.; SCOTT, David J. – “Contesting Europe? The salience of European integration as a party issue.” p. 165-192.

⁵⁵¹ Intervenção de José Medeiros Ferreira, MNE, no âmbito da comunicação feita sobre o pedido de adesão à CEE. *DAR*. Nº 88 (19.03.1977) p. 3024.

Luxemburgo, símbolo da “Europa das Pátrias” de De Gaulle, foi um travão ao avanço para uma forma de decisão mais comunitária, ela aparece aqui também como um instrumento de exercício de soberania para o governo português. Ora, a unanimidade seria duplamente importante para Portugal defender os seus interesses. Por um lado, podia exercer o veto mesmo sendo um país pequeno, por outro, porque como novo estado-membro que entraria numa Comunidade já em andamento e com um *acquis* comunitário produzido, de cuja decisão o país não tinha participado mas teria de incorporar, seria importante que pudesse preservar decisão depois da primeira alteração ao Tratado de Roma, de forma a salvaguardar os interesses nacionais. Entendemos assim que parte da razão para a superficialidade da discussão socialista para o futuro do projeto europeu se deve a este contexto, resultante num pragmatismo adotado, o que vai ao encontro da tendência apontada por alguma literatura científica - quando o partido é governo tende a ser menos idealista e aceitar mais facilmente o *status quo* comunitário.⁵⁵²

Parece-nos ainda que as estratégias eleitoralistas podem ter levado o partido a desviar-se demasiado para um discurso causador de ruído e confusão num assunto que já de si carecia de uma explicação clara e objetiva ao eleitorado. Disto é exemplo o objetivo do manifesto eleitoral de 1983, quando o PS tentava ganhar o governo à coligação AD: “2. Entre as principais opções do Partido Socialista em matéria de política externa contam-se: / - A condição do processo de adesão de Portugal à CEE, sem que essa adesão implique para Portugal limitações à nossa capacidade de decisão como Estado soberano, nem apagamento da nossa identidade nacional.”⁵⁵³ [Sublinhado nosso]. Ora, face à natureza supranacional da CEE, tal pretensão é demagógica, já que o carácter jurídico vinculativo do Tratado de Roma implicaria sempre algumas limitações à soberania nacional, com a inerente transferência de competências nas áreas já definidas no direito comunitário.

Se compararmos o discurso dos socialistas (concretamente de Mário Soares) durante a oposição ao Estado Novo e após a democracia, constatamos que as declarações de princípios/resoluções de congressos apesar de assumirem a via da adesão, não veiculam uma ideia do partido sobre o tipo de projeto político que pretendem para a CEE. Ou seja, no âmbito da ideia política para a Europa, o partido não faz evolução. Se na era democrática há novas vozes militantes que se juntam à do líder neste tema, isto não reverte para uma riqueza

⁵⁵² Cf. HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party [...]” Cit; FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. p. 318-333.

⁵⁵³ PS - “A resposta PS ao Portugal em crise. Manifesto-Programa.” 1983. p. 69.

de discussão nem para um mínimo papel pedagógico que o partido deveria exercer no processo de adesão.

Além disso, Mário Soares, que antes assumira o protagonismo da discussão, é agora bastante comedido em abordar e, principalmente, desenvolver o assunto. Ou seja, quando o PS assume um papel ativo no novo sistema democrático, esmorece no contributo que poderia ter para o debate da ideia de uma futura união europeia. Cremos que as contingências governativas e a realidade das negociações, que colocaram o partido na teia de confrontos de interesses nacionais na Europa e a consequente necessidade de defender os portugueses, terão também levado ao esmorecimento de um certo idealismo veiculado na oposição à ditadura.

Deste modo, o PS, enquanto partido de governo e de oposição, é altamente responsável por uma discussão paupérrima sobre a natureza do projeto político a que Portugal iria aderir, sobre as implicações políticas nacionais da adesão, não promovendo o esclarecimento público sobre que modelo político europeu se pretendia e seria conveniente a Portugal. Os documentos oficiais do partido omitem mesmo o tema, enquanto as manifestações de alguns socialistas pecam por demasiado sumárias, enquanto os poucos debates na AR que afloram o assunto fazem-no de forma igualmente simplista. Os socialistas contribuíram, assim, decisivamente, para um contexto nacional de desinteresse e desconhecimento do assunto e de défice de conhecimento da opinião pública sobre a CEE – futura UE – a que iam aderir e que traria implicações para o país.

“No que respeita à opinião pública, apesar de uma relativa abundância noticiosa sobre factos comunitários e aspectos negociais da adesão, não se pode afirmar que a comunicação social se tenha interessado sugestivamente com considerações analíticas sobre a construção comunitária e a problemática da integração e tenha primado pelo rigor técnico das referências que ia tecendo sobre o processo negocial. O governo também é acusado por isso: por ter ‘negligenciado quase em absoluto’ a ação de esclarecimento, por ter considerado a questão europeia como matéria política e não como desígnio nacional de importância estratégica para o futuro, por não promover iniciativas de discussão pública sobre o que estava em jogo, sobre as vantagens e os riscos da integração comunitária [...]”⁵⁵⁴

Se a estratégia partidária e o realismo governativo terão para isto contribuído, a dificuldade das negociações, que levou à centragem do debate nas questões setoriais e nas contrapartidas financeiras, além da crise económica que o país atravessava, terão incentivado os partidos a pegar nessas abordagens, mais práticas, prementes, de consequência imediata e, por isso, mais prestáveis aos jogos de oposição partidária. Por outro lado, apesar de em

⁵⁵⁴ SILVA, António Martins da - *Portugal e a Europa: distanciamento* [...] Cit. p. 415, 416.

Portugal não ter havido consenso político pela integração, como em Espanha, na prática foi quase como se tivesse havido, já que o único partido oposto, o PCP, ficara desde as primeiras eleições democráticas marginalizado no sistema partidário afeto à governação, pelo que o seu peso na oposição era desdenhável. Assim, podemos também concluir que o *quase consenso* português terá prejudicado a qualidade do debate político.

Por sua vez, este estado de situação parece ser causa e consequência de um processo de adesão portuguesa liderado pelas elites políticas, “an elite-based process that started immediately after the transition to democracy, and through which political elites sought to break with the dictatorial, isolationist and colonialist past.”⁵⁵⁵ Este consenso de ideias entre os três principais partidos do novo sistema democrático, PS, PSD e CDS, de ver a Europa como quebra com um passado negativo, levou ao reducionismo da integração a um papel simbólico de consolidação do fim da ditadura, o que por sua vez se repercutiu no tal estado de *quase consenso*, contrário ao enriquecimento da discussão sobre o projeto europeu.

A própria origem destes partidos influenciou também neste estado de coisas. PS, PSD e CDS não emergiram de raízes sociais profundas. Foram antes criados por elites, por uma institucionalização feita após a Revolução dos Cravos de 1974, à exceção do PS, mas este fora constituído apenas um ano antes. “Isto teve um duplo efeito. Primeiro, os partidos tornaram-se praticamente sinónimo dos seus líderes [...]. Este facto contribuiu para a centralidade dos líderes partidários e para uma ‘institucionalização do carisma’, assim como a faccionalização personalizada interna dos partidos. Em segundo lugar, e mais importante ainda, o desenvolvimento das estruturas organizacionais foi feito por ‘partidos-fantasma’ que já estavam no poder, mais do que organizações construídas para alcançar o poder.”⁵⁵⁶

Apesar de ser antecedente ao 25 de Abril, o PS foi constituído por um grupo restrito de homens letrados, que procuravam uma alternativa ao socialismo comunista na oposição. Mesmo depois do crescimento no período democrático, o partido continuava a ser controlado por elementos de classe média-alta, académicos e profissionais liberais, a partir de Lisboa. O espectro socialista carecia de um verdadeiro enraizamento social. Além de não dispor de estruturas clandestinas de representatividade de classe durante a ditadura, após a Revolução também foi ineficaz em lançar uma estrutura organizativa de bases e descentralizada.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ PEREIRA, José Santana, SANCHES, Edalina Rodrigues – “Portugal”. In CONTI, Nicolò (ed.) – *Party attitudes towards the EU in the Member States*. London and New York: Routledge, 2014. p. 115.

⁵⁵⁶ JALALI, Carlos – Ob. cit. p. 69, 70.

⁵⁵⁷ Só em 1979 é que foi capaz de lançar a UGT – União Geral de Trabalhadores, que não é, contudo, exclusiva de sindicalistas ligados ao PS, mas surge fruto de um entendimento com sindicalistas do PSD, impulsionado pelos líderes dos dois partidos. Apesar disto, com a permanência de uma gestão centralizada na liderança, o estado de governo do partido não se alterou, continuando a ser comandado a partir de Lisboa. A caracterização

Assim, o desenvolvimento destes partidos após o 25 de Abril foi feito do topo para as bases, ao contrário do processo normal de criação dos partidos na Europa a partir das clivagens sociais – de bases para o topo. Foram as lideranças institucionalizadas a incrementar a criação de representações partidárias em todo o território nacional. Esta foi uma prioridade entre várias dos líderes que se viam a braços com uma transição democrática instável, em que, mesmo após o início do período constitucional, se mantém a instabilidade governativa coexistente com uma crise económica e financeira grave. Neste contexto, e assumindo-se os três principais partidos do sistema favoráveis à integração, a doutrinação partidária e o papel de esclarecimento público sobre a natureza do projeto político da CEE não era, de todo, uma prioridade.

Assim, e tendo em conta que o processo de construção das primeiras comunidades europeias resultou de uma vontade de elites, concebemos também o processo de integração de Portugal nas CE como tal, situação exacerbada pela própria origem dos partidos se relacionar com uma elitização do arranque do sistema partidário em democracia. Ora, se já existe uma tendência de elitização da política europeia nos partidos nacionais da UE (fenómeno que se tem desenvolvido à medida que o sistema político da UE se torna mais complexo), levando a que a definição das políticas seja feita numa lógica interna partidária de *top-down*⁵⁵⁸ e não o contrário, como deveria ser, no caso do PS esta realidade é incrementada pelo próprio contexto de aparecimento do partido e da transição democrática. I.e., enquanto os estudos da europeização dos partidos identificam esta tendência como consequência da sua participação nas instâncias políticas da UE, como abordámos na primeira parte desta tese, no caso do PS esse fenómeno é prévio a isso. Mais. Enquanto estes estudos identificam essa tendência como fomentadora do défice democrático sobre as questões europeias no interior dos partidos, no caso do PS, esse défice democrático intrapartidário coexiste com a sua iniciação na política europeia.

de classes dos militantes na liderança refletia-se também nos próprios funcionários do partido. Cf. GALLAGHER, Tom – Ob. cit. p. 16-18; TELO, António José - *História Contemporânea de [...]*. Vol. I. Cit. p. 200.

⁵⁵⁸ Como ficou explicado na primeira parte desta tese, alguns estudos no âmbito da europeização dos partidos políticos nacionais indicam que a participação de membros de partidos, enquanto elementos de governo participantes nas negociações europeias e enquanto eurodeputados, com o crescimento de poderes do PE e alargamento de competências da UE, gera nos partidos nacionais um grupo de elites altamente especializadas nas questões europeias. Face à complexidade do sistema político da UE, regista-se a tendência de serem estes especialistas a definirem muitas vezes as diretrizes a tomar, em vez de tal ser discutido e definido pelas bases do partido. Isto incrementará não só a centralização das decisões como o défice democrático dentro dos próprios partidos. Cf. LADRECH, Robert – “National political parties and European governance: the consequences of ‘missing in action’”; RAUNIO, Tapio - “Why European integration [...]” Cit.

Todo este conjunto de circunstâncias, que resulta então na pobreza do debate político, é contraditório com o significado que a integração tinha para uma jovem democracia. Portugal não foi um estado fundador das CE. Ao entrar, teria de acatar o acervo comunitário já existente e de cuja decisão não tinha participado. Estava no rescaldo da formalização constitucional do seu sistema democrático e seria sobremaneira importante promover uma discussão nacional séria, profunda e esclarecedora sobre a natureza do sistema político da CEE e as suas implicações para a jovem democracia. O PS teria essa obrigação primordial, não só por no seu governo formalizar o pedido de adesão, mas porque foi o partido pioneiro na ideia da europeização de Portugal, posição defendida ainda durante a oposição à ditadura. Por outro lado, assumindo o partido a adesão como uma opção política, a discussão da CEE enquanto projeto político faria ainda mais sentido.

De qualquer modo, o cariz político dado à adesão vem consolidar a entrada num novo paradigma de política externa de Portugal, antagónica à do Estado Novo, este que ditou apenas uma aproximação pragmática à Europa como consequência das incapacidades da sua estratégia atlântica e colonial, manifestas nas necessidades económicas do regime. O posicionamento e o lote de argumentos socialistas permitem-nos responder a uma questão “muito debatida na historiografia portuguesa”⁵⁵⁹ - a de se a adesão representa uma continuidade ou rutura na política externa do país? Calvet de Magalhães manifesta a perspetiva de “a adesão portuguesa às Comunidades ter constituído o termo de um processo longo de trinta anos [...]”⁵⁶⁰ Efetivamente, Salazar soube adequar as potencialidades intergovernamentais dos projetos europeus que foram surgindo, como a OECE e a EFTA (além da celebração do acordo comercial de 1972 com a CEE) para responder à premência económica do país, mas cultivava uma aversão cuidada e bem fundamentada sobre a supranacionalidade característica da CEE e a ideia de federação.⁵⁶¹

A perspetiva Salazarista perante a ideia de integração europeia em comparação com as motivações do PS para a adesão (assim como as razões dos outros partidos favoráveis à Europa), são completamente diferentes. Em democracia, regista-se uma aceitação do projeto político que a CEE representa e até uma aspiração para que as suas instituições supranacionais evoluam (embora de forma vaga). Após o 25 de Abril, há, de facto, uma continuidade de abertura económica à Europa, mas há também uma enorme diferença nas conceções políticas sobre a mesma, i.e., há uma aceitação do projeto político das

⁵⁵⁹ TELO, António José - *História Contemporânea de [...]* Vol. II. Cit. p. 206.

⁵⁶⁰ MAGALHÃES, Calvet de - “Portugal e a integração europeia.” *Estratégia*. Nº 4 (1987-88) p. 71.

⁵⁶¹ SILVA, António M. da - *Portugal entre a Europa e o Além-mar [...]* Cit. p. 25-42.

Comunidades o que, de todo, não se verifica no regime anterior. Há, pois, um rutura política da democracia relativamente à Europa, quando comparada com o Estado Novo. O PS quer que Portugal participe plenamente nas instituições políticas das Comunidades e quer que estas se aprofundem. Neste aspeto, partilhamos plenamente da tese de rutura de António José Telo e todo o posicionamento do PS que temos vindo a analisar é um suporte dessa mesma conclusão.⁵⁶²

Para a argumentação desta tese da rutura há ainda outro argumento, afeto à ideia específica do PS para a construção europeia: a de conceber a construção do socialismo em Portugal pela sua inserção nas Comunidades, que deverão ser a via de construção de um socialismo europeu. Urge, então, perceber de que modo o PS compatibiliza o seu discurso socialista para Portugal com a pretensão de entrar na CEE.

d) Um modelo socialista para uma Europa unida? O início da dificuldade de compatibilizar retórica e prática ...

No início da transição democrática, o PS faz coincidir o seu modelo político socialista para o país com a natureza liberal da CEE, encarando-a como projeto dinâmico, a ser futuramente moldado pelo socialismo. A declaração de princípios de 1974 pugna pelo desenvolvimento em Portugal do socialismo democrático, de modo a fazer “frente ao capital monopolista europeu, que sofre a crise do modelo de acumulação capitalista à escala mundial[...].”⁵⁶³ Estando nesta fase a dar passos cautelosos, aguardando a evolução política da revolução e continuando com a estratégia de diferenciação do PCP⁵⁶⁴, o PS pende para acompanhar a esquerdização que o período revolucionário tendia a sofrer. Deste modo, quer diferenciar-se da social-democracia europeia, utilizando a designação de socialismo democrático como opção para o país. No relatório que apresenta ao 1º Congresso Nacional, Mário Soares revela até que Portugal não tem condições para aplicar a social-democracia

⁵⁶² “O pedido de adesão de 1977 deve pois ser entendido como um corte com o passado, uma decisão estratégica que coloca os objectivos de longo prazo longínquos à frente das dificuldades conjunturais de curto prazo, como Medeiros Ferreira refere (Ferreira, 2006). Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, Portugal efectivamente alinha o passo com o movimento de integração europeia, afirma que é essa a sua opção estratégica e opta pela plena adesão, sem reservas ou limitações, ao contrário do que acontecia no passado.” TELO, António José - *História Contemporânea de [...]*. Vol. II. Cit. p. 206, 207.

⁵⁶³ PS, 1974: Declaração de princípios, programa e estatutos do Partido Socialista. Lisboa: PS. Cit in. ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta - Ob. cit. p. 133.

⁵⁶⁴ “É cedo, naturalmente, para definir uma estratégia eleitoral. Em princípio, o PS pensa apresentar-se ao eleitorado em listas próprias, socialistas. O PS é um partido diferenciado, que tem a sua imagem própria no País, que não se confunde nem com o PCP ou com MDP/CDE nem com o PPD.” In “Relatório de Mário Soares no congresso do PS” (1974). Cit. p. 187.

típica dos partidos nórdicos⁵⁶⁵, justificando assim a sua estratégia pelo socialismo democrático para, diferenciando-se do PCP, captar eleitorado à esquerda. O programa eleitoral de 1975 ajusta-se a esta estratégia, apresentando como medidas o cooperativismo agrícola, a apropriação coletiva dos meios de produção necessária para transformar definitivamente o modo de produção capitalista. “Esta transformação não se dará enquanto não forem os trabalhadores a criar uma nova organização da produção e, em particular, novas relações de trabalho.”⁵⁶⁶

A opção do PS nesta fase por um socialismo de inspiração marxista, mas de índole democrática, em seguimento do que preconizara na oposição à ditadura, responde ao contexto político da revolução, na qual todos os partidos adotaram posições mais radicais do que no futuro revelarão. No programa eleitoral de 1976, o PS continua a assumir o discurso com o fim de “reorganizar a actividade económica e social ao serviço das classes trabalhadoras” e, embora modere ligeiramente as propostas, já não se apelando à apropriação coletiva dos meios de produção, compromete-se com o desenvolvimento do cooperativismo, designadamente na agricultura, com a criação de formas legais de participação dos trabalhadores na vida coletiva das empresas (em cumprimento da Constituição) e com a reestruturação das empresas nacionalizadas. Salvaguarda-se, porém, que o papel de planeamento do estado não pretende retrair a iniciativa privada, antes estimulá-la, através de sistemas de incentivos fiscais e políticas seletivas de crédito.⁵⁶⁷

Como é que o partido compatibiliza esta visão socializante da sociedade portuguesa com a adesão a uma CEE de natureza liberal? “Tal integração [...] não deve impedir a aplicação prudente mas firme da nossa política de construção de uma sociedade socialista em liberdade [...]”⁵⁶⁸ – assume o partido. Sendo assim, não será Portugal a mudar o seu projeto político em função da Europa, mas será esta a compatibilizar-se com os preceitos do PS para a democracia portuguesa. Caminhar-se-á para “uma Europa unida, independente e socialista – a

⁵⁶⁵ “Pensamos sinceramente que a social-democracia – que é uma experiência histórica característica dos países industrializados e superdesenvolvidos da Europa – não tem aplicabilidade em Portugal, como, porventura, não terá nos países da Europa do Sul e da América Latina. Na Alemanha, na Inglaterra ou nos países Escandinavos as respectivas classes operárias votam maciçamente na social-democracia, o que não é o caso seguramente da França, da Itália, da Espanha ou de Portugal, onde hoje existem fortes partidos comunistas com uma implantação nos meios operários indiscutível [...]. Este dado de base sociológico comandou a nossa opção socialista [...]” *Ibidem.* p. 183.

⁵⁶⁶ PS - “Alguns pontos do programa.” Centro de Documentação do Partido Socialista. 1975. p. 3.

⁵⁶⁷ PS - “Programa para um governo PS.” Edição do Centro de Documentação do Partido Socialista (CTE/76). 1976. p. 27, 28, 30-35.

⁵⁶⁸ *Ibidem.* p. 21.

EUROPA DOS TRABALHADORES.”⁵⁶⁹ Já na cimeira socialista no Porto, em março de 1976, Mário Soares deixara a pretensão aos vários homólogos europeus presentes:

“Repensar convosco o futuro da Europa e a inserção de Portugal no processo de construção europeia é tarefa altamente estimulante e enriquecedora para os camaradas portugueses e para mim, pessoalmente. O Partido Socialista teve ocasião, em diversas oportunidades, de afirmar a necessidade de transformar a Europa – de forma a que deixe de ser a Europa dos trusts e passe a ser a Europa dos trabalhadores. Hoje, esta tomada de posição de princípio tem urgência em ser reafirmada, na medida em que certas forças políticas em Portugal se encaminham para defender a aproximação de Portugal às Comunidades Europeias numa perspectiva puramente capitalista que não corresponde aos verdadeiros interesses do povo português e se afasta dos imperativos de uma verdadeira independência nacional condicionando a transformação da sociedade portuguesa a caminho do socialismo.”⁵⁷⁰

Concebendo as CE como modelo ideológico em evolução, Soares argumentava assim a compatibilidade do seu projeto de governo nacional com a pretensão da adesão à CEE, diferenciando-se nos argumentos e implicitamente criticando os partidos do centro direita (PSD e CDS), apoiantes da vertente liberal europeia. Registamos nesta posição uma continuidade com o discurso do exílio.

Porém, as responsabilidades governativas de 1976 exigirão ao PS uma mudança de discurso interno. O programa eleitoral para as primeiras eleições legislativas, pela temperança da linguagem, é já ilustrativo de um início de transição do seu arquétipo ideológico. As conturbações do PREC, com o Verão Quente e o 11 de Novembro, geraram já na sociedade portuguesa uma certa *aversão* à esquerda, manifesta nas preferências eleitorais do país, ao que se juntam, como impulso para a moderação do partido, as responsabilidades governativas assumidas em 1976.

Na comunicação ao país, o Primeiro-ministro traça o panorama que encontrou recém-chegado ao governo: uma estrutura económica obsoleta, herdada do fascismo, com uma produção nacional estagnada face a um aumento de consumo interno e uma instabilidade recente com seis governos provisórios, uma balança comercial deficitária, um alto endividamento público, a rondar os 95,4 milhões de contos, e cerca de 80% das reservas do país consumidas para fazer face às dificuldades económicas e a uma guerra colonial prolongada.⁵⁷¹ Para tentar sanar o problema, o governo socialista aplica medidas restritivas da

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ SOARES, Mário - *A Europa Connosco*. [...] Cit. p. 30, 31.

⁵⁷¹ “Na hora da verdade.” Comunicação feita ao país pelo Primeiro-ministro Dr. Mário Soares. Secretaria de Estado da Comunicação Social. 1976. p. 6, 7.

despesa pública, corta em subsídios e outros apoios a empresas deficitárias, aumenta preços de bens, implementa medidas de controlo salarial no setor público e retrocede na posse estatal das empresas intervencionadas pelo Estado, passando algumas para propriedade privada ou mista ou deixando falir as mais inviáveis.⁵⁷² Solucionar a crise económica e financeira e evitar a bancarrota era a prioridade. As medidas tomadas não evitaram a primeira intervenção do FMI, a partir de 1978, viabilizada pelo acordo de governo com o CDS, no segundo governo constitucional, acentuando uma política de contenção e austeridade.⁵⁷³

A este contexto interno juntava-se o externo, com os efeitos da crise económica internacional dos anos 70. Mário Soares confessa mesmo que “quando os socialistas formaram governo encontraram um país desfeito do ponto de vista económico e social”, com o PS, que “não tinha preparação para governar”⁵⁷⁴, a dar os primeiros passos nesse sentido. Apesar de o partido ainda se reger pela declaração de princípios de 1974, tal revelava-se incompatível com o pragmatismo governativo necessário. O secretário-geral já traduz estas contingências de governação ao 2º Congresso Nacional, em 1976, ressaltando que apesar de a meta continuar a ser o socialismo, “temos que o aplicar por fases, levando em conta as condições objectivas da realidade portuguesa actual.”⁵⁷⁵ O líder apela assim à união do partido para enfrentar a situação excepcional do país: “Urge pois evitar, corajosamente, que a situação económica se deteriore mais e tomar medidas, mesmo impopulares, que levem à resolução dos problemas e não ao seu contínuo agravamento.”⁵⁷⁶

Esta movimentação ideológica do PS parece também refletir, afinal, a visão de Mário Soares para o seu designado “socialismo democrático” em Portugal, que não passava pela identificação com a propriedade estatal e a primazia do setor público, mas em aproveitar as possibilidades da Constituição para corrigir algumas derivas do gonçalvismo, implementando um sistema de economia mista e criando um Estado-providência, garante da redistribuição da riqueza em preferência dos desfavorecidos.⁵⁷⁷

⁵⁷² *Ibidem.* p. 15-20.

⁵⁷³ Na fase inicial do primeiro governo constitucional, a estratégia do PS em formar governo sozinho, apesar de não ter a maioria parlamentar, beneficiou do apoio dos outros partidos. Mas com as primeiras negociações para a intervenção do FMI em Portugal, no final de 1977, o PS perdeu o apoio parlamentar do PSD e CDS. O governo cai e, por pressão do Presidente da República, Mário Soares volta a formar governo em acordo com o CDS, com o objetivo de viabilizar a intervenção do FMI e responder à urgência nacional financeira. TELO, António José – *História Contemporânea de [...] Vol. I.* Cit. p. 198-206.

⁵⁷⁴ SABLOSKY, Juliet Antunes – Ob. cit. p. 87, 88.

⁵⁷⁵ SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade.* Cit. p. 22.

⁵⁷⁶ *Idem, ibidem,* p. 24.

⁵⁷⁷ TELO, António José – *História Contemporânea de [...] Vol. I.* cit. p. 193.

Porém, na fase inicial do período constitucional, mesmo com uma atuação que motiva a mediática constatação do “socialismo na gaveta”, o partido no governo não larga o objetivo socializante para a Europa, do qual faz depender a consagração do socialismo português, em evidência de uma ideia internacionalista para os problemas nacionais e para o socialismo. O líder do PS assume esta posição no congresso de 1976⁵⁷⁸ e o MNE reitera-a no governo: “Nós, socialistas democráticos, achamos que a Europa é o espaço privilegiado para a construção do socialismo, tendo por base o respeito da pessoa humana e o respeito da vontade popular, como consta da nossa Constituição.”⁵⁷⁹

É a utilização da Europa como “uma ideia em permanente evolução”⁵⁸⁰, como projeto dinâmico, como também observa Berta Álvarez-Miranda, que permite ao partido argumentar a compatibilidade do projeto socialista para Portugal com os preceitos do Tratado de Roma. Porém, a realidade desmontará estes argumentos, o que começa a verificar-se pela própria incapacidade de internamente, na governação nacional, fazer jus ao socialismo.

Mas apesar de a prática governativa do PS representar uma contradição com este discurso, durante o primeiro governo constitucional, tanto a bancada parlamentar como o partido continuam a proclamar o ideal do internacionalismo socialista europeu. “O Partido Socialista tem também consciência de que a presença na CEE da jovem democracia portuguesa, orientada no caminho da formação de uma sociedade socialista e democrática, será elemento dinâmico, de importância indiscutível, no impulso para a construção de uma verdadeira Europa dos trabalhadores, em que nós, socialistas, acreditamos e desejamos alcançar o mais breve possível.”⁵⁸¹

⁵⁷⁸ SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade*. p. 34.

⁵⁷⁹ Intervenção do MNE, José Medeiros Ferreira. *DAR*. Nº 21 (11.08.1976) p. 554.

⁵⁸⁰ SOARES, Mário - *A Europa conosco*. [...] Cit. p. 26, 27; Cf. ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta - Ob. cit. p. 169.

⁵⁸¹ Intervenção do deputado socialista António Guterres. *DAR*. Nº 78 (19.02.1977) p. 2615. Até ao final de 1977, nomeadamente aquando das discussões sobre o pedido de adesão à CEE, proclamações como esta continuam a ser feitas, quer pelo governo quer pelos deputados socialistas. “E na medida em que essa medida é possível no interior da CEE, na medida precisamente em que nós pensamos que o socialismo deve ser construído numa unidade económica suficiente para garantir a sua independência, nessa mesma medida, pensamos que a via socialista portuguesa passa pela via europeia para o socialismo e que a nossa integração na CEE tem aí toda a razão de ser.” Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo. *DAR*. Nº 79 (25.02.1977) p. 2655. “Nós falamos da Europa e, quando falamos da integração europeia, não prescindimos do nosso projecto socialista [...]. Portanto, a nossa política europeia não é contraditória com a nossa política rumo ao socialismo democrático. [...] [E] para que a Europa seja de facto a Europa dos trabalhadores – é uma forma que adoptamos e que subscrevemos -, é necessário que o nosso movimento sindical e o sindicalismo português não sejam isolacionistas em relação a todo o resto do movimento sindical europeu [...]” Intervenção do Primeiro-ministro Mário Soares. *DAR*. Nº 87 (18.03.1987) p. 3003, 3004. “[...] [É] no quadro da Europa e em contacto com outros movimentos sindicais europeus que nós podemos caminhar, para que a Europa deixe de ser uma Europa dos *trusts*, como se diz, e passe a ser a Europa que nós desejamos, que é a Europa dos trabalhadores.” Intervenção do primeiro-ministro Mário Soares. *DAR*. Nº 88 (19.03.1987) p. 3026. “A Europa do socialismo democrático, que os trabalhadores, os seus partidos e sindicatos estão a construir, a Europa do euro-socialismo, conta em Portugal

Estas repetidas invocações, tanto do Primeiro-ministro como dos deputados socialistas, são também uma resposta às críticas da esquerda, mas atenuar-se-ão no segundo governo constitucional, que vigora de janeiro a agosto de 1978. Com a entrada do FMI em Portugal, a necessidade de aplicar mais medidas restritivas e de reestruturação da economia não só desvia o foco das atenções do processo de integração, como torna mais evidente a contradição retórica dos socialistas. A governar sob coligação parlamentar com o CDS, e apesar de não haver programa conjunto de governo⁵⁸², o PS tem se pautar por consensos que viabilizem aprovações em parlamento.

As políticas de estabilização financeira que foi necessário aplicar resultam na assunção, pelo próprio Ministro das Finanças e do Plano, da mudança da dialética económica socialista de uma rejeição do capitalismo para a regulação estatal do mesmo: “Com tudo isto se pretende reafirmar que se completará o quadro jurídico que clarifique a economia portuguesa como uma economia mista, de coexistência concorrencial entre diferentes sectores institucionais como modo de regulação assegurado por uma síntese entre os mecanismos de mercado e de planeamento, adequada à nossa futura inserção na CEE.”⁵⁸³ Ora, constatamos nesta declaração que a Europa é que se torna numa alavanca de mudança da conceção socialista para a economia portuguesa e não o contrário – o PS alavancar a mudança da CEE para um teor socialista. Tal fica também atestado pelo programa do segundo governo constitucional, que reconhece o “mercado como fonte de dados importante para a racionalidade da economia portuguesa” e declara como objetivo de política económica “possibilitar o funcionamento dos mecanismos de mercado.”⁵⁸⁴

A deslocação do PS rumo ao centro ficará patente no 3º Congresso Nacional, em 1979, no qual é aprovado o documento *Dez Anos para Mudar Portugal*, um texto programático para os anos 80, preparado por António Guterres, em resultado de um amplo debate no partido⁵⁸⁵, que se designa um projeto de socialismo democrático, nomenclatura que na essência assume a orientação social-democrata. No congresso, Mário Soares preconiza o espaço político do PS como “de esquerda não comunista, num largo leque ideológico que

com o apoio das classes trabalhadoras, com o apoio dos emigrantes portugueses e também com o apoio do Partido Socialista.” Intervenção do deputado socialista Jaime Gama. *DAR*. Nº 89 (23.03.1977) p. 3043.

⁵⁸² TELO, António José – *História Contemporânea de [...]* Vol. I. Cit. p. 204.

⁵⁸³ Intervenção do Ministro das Finanças e do Plano, o socialista Vítor Constâncio. *DAR*. Nº 38 (22.02.1978) p. 1381.

⁵⁸⁴ “Programa do II Governo Constitucional.” p. 36 [Em linha]. [Consult. 18.08.2016]. Disponível em WWW: <<http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf>>.

⁵⁸⁵ “Como decorreu o grande debate do documento no interior do partido.” *Acção Socialista*. Nº 14 (01.03.1979) - Suplemento. p. II; “Documento dos anos 80 foi aprovado e a meta é o socialismo democrático.” *Acção Socialista*. Nº 15 (08.03.1979) p. 6.

pode e deve englobar os sociais-democratas (no sentido europeu do termo).” O PS tinha acabado de sair do governo (meados de 1978) e permanecerá na oposição até 1983. Era necessário reorganizar a estratégia política, que passa por alinhar o programa do partido mais ao centro, como resposta à necessidade de “aglutinar uma grande base social de apoio.”⁵⁸⁶

O congresso de 1979 foi uma espécie de início do fim das dissidências internas de esquerda e do início da desmistificação de Mário Soares sobre as afinidades com a social-democracia. Após a derrota da ala esquerda obreira, liderada por Manuel Serra, em 1974, o PS ultrapassa ainda alguma dificuldade de gestão com a sua primeira experiência governativa, com o partido no parlamento a assumir frequentemente posições mais à esquerda do que o partido no governo. Ainda em 1977, um grupo de dirigentes sindicais concorre contra a lista soarista às eleições para a Comissão Nacional do Partido.⁵⁸⁷ Mas a consolidação de uma liderança forte, as tendências oligárquicas de gestão e a experiência da condição de partido de oposição leva o PS a definir uma estratégia que passava por objetivos eleitorais (que correspondessem à tendência, desde finais da década de 70, de concentração do eleitorado nas posições centrais do eixo esquerda-direita⁵⁸⁸), conseguindo assim apagar o seu “complexo de direita”⁵⁸⁹, o que ficou evidenciado nesse congresso.

As circunstâncias do início do período constitucional, a instabilidade governativa e, designadamente, a grave situação económica e financeira que o país atravessava com os inerentes compromisso assumidos com o FMI, contribuíram para que o PS adotasse um sentido prático, revelador de uma “lenta e gradual deslocação para o centro. O PS abandonou progressivamente o legado de inspiração marxista que marcou o período da transição democrática para adotar posições moderadas e pragmáticas.”⁵⁹⁰

Porém, entre os anos de 1979 e 1983, os socialistas continuam a adotar um discurso socializante da Europa, acalentado pelo conforto do estatuto de partido de oposição. “[...] [F]ica-nos um pouco a preocupação de o Governo estar satisfeito com a Europa que temos, e [...] poder estar resignado a uma Europa em que ainda hoje os grandes grupos económicos e

⁵⁸⁶ “Temos os meios, os instrumentos e os homens capazes de transformar Portugal – afirmou Mário Soares no seu relatório ao III Congresso.” *Acção Socialista*. Nº 15 (08.03.1979) p. 4.

⁵⁸⁷ Isto não acontece sem que haja outras contestações, nomeadamente contra a liderança personalizada de Mário Soares, o que resulta no abandono de elementos moderados, como Medeiros Ferreira, a quem se juntam, posteriormente, Mário Mesquita e Vítor Cunha Rego. SABLOSKY, Juliet Antunes – Ob. cit. p. 100-103; Cf. JALALI, Carlos – Ob. cit. p. 150-152.

⁵⁸⁸ LISI, Marcos - *Os partidos políticos em Portugal* [...] Cit. p. 40. Em consequência desta moderação do eleitorado, o “PS e o PPD viravam-se, assim, para estratégias eleitorais amplas e *catch-all*.” JALALI, Carlos - Ob. cit. p. 72.

⁵⁸⁹ “Documento dos anos 80 foi aprovado e a meta é o socialismo democrático.” *Acção Socialista*. Nº 15 (08.03.1979) p. 6.

⁵⁹⁰ LISI, Marcos - *Os partidos políticos em Portugal* [...] Cit. p. 46, 47.

as grandes empresas multinacionais impõem, de forma clara, a sua vontade aos parlamentos e aos Governos, afrontando, dessa forma, em tantas e tantas ocasiões relevantes, a vontade democrática expressa pelo voto popular.”⁵⁹¹

No jornal do partido abundam os artigos que apelam a um cariz socialista para as Comunidades, desde os apelos de socialistas europeus, como François Mitterrand⁵⁹², à intervenção de militantes em artigos de opinião⁵⁹³, às preocupações das centrais sindicais com as questões dos trabalhadores⁵⁹⁴, aos encontros de socialistas portugueses com eurodeputados socialistas em defesa de uma divisão europeia do trabalho e do abandono do capitalismo na Europa⁵⁹⁵, à reprodução de entrevistas a membros socialistas da Comissão Europeia⁵⁹⁶ ou às conclusões de congressos da CPSCE.⁵⁹⁷ O objetivo socializante para as Comunidades não se perde, portanto, no discurso socialista e está também expresso na moção de Mário Soares ao congresso de 1981, com o chavão da “Europa dos trabalhadores”, apesar de o partido também alertar para o choque económico que o país sofrerá com a integração na CEE, do que decorre “um enorme desafio: o da modernização das suas estruturas e da racionalização dos seus recursos materiais e humanos.”⁵⁹⁸

A consciência desse choque económico intensificar-se-á no PS com o regresso ao governo em 1983, numa fase coincidente com o período decisivo das negociações para a adesão. A governar em coligação pós-eleitoral com o PSD, o designado Bloco Central, o Primeiro-ministro Mário Soares apresenta um programa de governo, novamente em época de grave crise, que tem como objetivos a “estabilização financeira e desenvolvimento económico”, que, entre outros, inclui “um programa de recuperação financeira e económica”, a criação de “condições sadias para o investimento” e, “um programa de modernização da

⁵⁹¹ Intervenção do deputado socialista António Guterres. *DAR*. Nº 5 (16.01.1980) p. 87. As críticas ao governo da AD - Aliança Democrática (aliança pré-eleitoral formada pelo PSD e pelo CDS) acontecem noutros fóruns, como no encontro com um grupo de eurodeputados socialistas, em que Vítor Constâncio acusa o governo de interpretar mal o princípio da liberdade de estabelecimento da CEE, como meio para abrir todos os setores da economia portuguesa à iniciativa privada. “Reforço do PS nas eleições apressará a adesão à CEE.” *Acção Socialista*. Nº 94 (11.09.1980) p. 6.

⁵⁹² “Debate vivo e participado do documento dos anos 80.” *Acção Socialista*. Nº 15 (08.03.1979) p. 8.

⁵⁹³ CARTAXANA, Rui – “Europa sim- mas que Europa?” *Acção Socialista*. Nº 20 (12.04.1979) p. 3.

⁵⁹⁴ “A Europa dos trabalhadores deve ser a meta final da integração na CEE.” *Acção Socialista*. Nº 70 (27.03.1980) s.p.

⁵⁹⁵ “Reforço do PS nas eleições apressará a adesão à CEE.” *Acção Socialista*. Nº 94 (11.09.1980) p. 6; “Forças políticas e parceiros sociais têm sido marginalizados pelo governo.” *Acção Socialista*. Nº 206 (04.11.1986) p. 4.

⁵⁹⁶ “A Comissão pensa – e aí ela será intransigente – que não podemos ser responsáveis por uma política ignorando as consequências sociais dessa política.” Claude Chaysson em entrevista ao jornal *L’Unité*. In “Comunidade Europeia um gigante económico e um anão político.” *Acção Socialista*. Nº 115 (05.02.1981) p. 8.

⁵⁹⁷ “A adesão de Portugal e da Espanha e o alargamento da CEE é um imperativo político urgente para os socialistas europeus.” *Acção Socialista*. Nº 209 (25.11.1982) p. 10, 11.

⁵⁹⁸ “Novo rumo para o PS – organizar, descentralizar, recuperar a iniciativa política e social.” *Acção Socialista*. Nº 120 (13.03.1981) p. 14, 15.

economia portuguesa (de 4 anos), que terá obviamente em conta a adesão à CEE como elemento prioritário e presente em todos os aspetos setoriais relevantes.”⁵⁹⁹ Uma das prioridades dos socialistas no governo é a conclusão das negociações para a adesão e a necessária adaptação da estrutura interna económica à exigência de competitividade que a entrada num MC acarretaria.

Para isso, o governo convidou Ernâni Lopes, antigo chefe da missão de Portugal nas CE, para Ministro das Finanças e do Plano, que aproveita o facto de a liberalização da economia ser um ponto sensível sem acordo formal na coligação governamental⁶⁰⁰, para impor as necessárias reformas para a adesão à CEE: “liberalização dos mecanismos financeiros e económicos”, e “uma política clássica de austeridade financeira, sem se pensar de momento em grandes investimentos públicos.”⁶⁰¹ Na prossecução deste objetivo, o PS enfrenta novamente uma situação financeira periclitante para o país, que leva a uma nova intervenção do FMI, com mais medidas de austeridade, tendo em vista a contenção do défice do Estado e do setor público administrativo e uma reestruturação do sistema fiscal com aumentos de tributação sobre os cidadãos.⁶⁰² Foi também nesta fase que, através de alterações legislativas, se abria a porta à iniciativa privada em setores vitais, que criarão novos grupos económicos no país.⁶⁰³

O PS dava cumprimento a alguns preceitos do “Programa para os anos 80” e homologava a sua política centrista no Congresso de 1983, numa clara orientação para debelar a crise financeira e preparar o país para o mercado livre europeu:

“Interessa não perder de vista que as medidas restritivas, destinadas a actuar sobre a conjuntura, são uma condição prévia, indispensável, à obra de transformação urgente e igualmente necessária da estrutura produtiva portuguesa. [...] [T]emos que saber tirar partido da nossa força de trabalho, da terra e do nosso génio e, ao mesmo tempo, que saber aproveitar a entrada no espaço europeu (CEE) para racionalizar, valorizar e modernizar a economia portuguesa, em termos realmente competitivos e de mercado. [...] Temos um horizonte de esperanças referido a 1985. Estaremos no bom caminho quando a conjuntura depressiva estiver vencida – restabelecidos os equilíbrios financeiros essenciais – e estivermos em pleno na aplicação de reformas estruturais indispensáveis, por forma a valorizar as riquezas nacionais em termos de competição externa e

⁵⁹⁹ Apresentação do programa de governo pelo primeiro-ministro Mário Soares. *DAR*. Nº 6 (21.06.1983) p. 98.

⁶⁰⁰ O PSD insistia na liberalização e o PS estava relutante. O acordo de governo foi fechado sem haver um acerto formal relativamente a este ponto, apenas com o comprometimento de colaboração. TELO, António José – *História Contemporânea de [...]* Vol. I. Cit. p. 234.

⁶⁰¹ *Idem, ibidem*. p. 234.

⁶⁰² “Programa do IX Governo Constitucional.” p. 38, 39 [Em linha]. [Consult. 18.08.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464033/GC09.pdf> >.

⁶⁰³ TELO, António José – *História Contemporânea de [...]* Vol. I. Cit. p. 236.

modernizar a Sociedade e o Estado, conferindo aos portugueses padrões de vida Europeus.”⁶⁰⁴

Ainda que na declaração de princípios que sai deste 5º Congresso se incluía como “objectivo de largo alcance a construção de uma Europa dos trabalhadores, institucionalizada e democrática”⁶⁰⁵, o enfoque do partido será imprimir no país as necessárias mudanças conjunturais na economia para a adaptar às regras da CEE. Garantir competitividade nacional para integrar o mercado concorrencial europeu continuará a ser a orientação do PS no governo e no parlamento⁶⁰⁶, diretriz reiterada pelo Primeiro-ministro na assinatura do tratado de adesão, em 1985: “Mas será no trabalho, na organização e na capacidade de adaptação a novas situações concorrenciais que os portugueses terão de encontrar a força necessária para a modernização das estruturas produtivas e, mais importante ainda, para a necessária reforma das mentalidades de que falava António Sérgio.”⁶⁰⁷

Modernizar e adaptar Portugal às regras da Europa de que vai institucionalmente fazer parte é a ordem omnipresente. Este fluxo de influência é o oposto ao pretensu discurso idealista do PS de transformar a CEE numa viabilização política do socialismo democrático para a Europa. No final do período de negociações para a adesão às Comunidades, o objetivo socializante do partido para as Comunidades, com o pretensu fim da “Europa dos *trusts*” em favor da “Europa dos trabalhadores”, resultou duplamente fracassado: não só porque a Europa não fez qualquer evolução nesse sentido (apesar do fim da era De Gaulle e do prometido relançamento europeu na Cimeira de Haia de 1969, do plano Werner para uma União Económica e Monetária que passaria pela união política, o máximo que se conseguiu foi a criação de um Sistema Monetário Europeu com cariz monetarista e uma Cooperação Política Europeia com base intergovernamental), mas porque no âmbito nacional tal também não se verificou. Mais. Foi a Europa a *impor* a mudança em Portugal, com o PS a render-se à

⁶⁰⁴ “Relatório do Secretário-geral: Juntos construiremos o futuro.” *Acção Socialista*. Nº 254 (06.10.1983) p. 6.

⁶⁰⁵ “Declaração de princípios e objectivos aprovada por esmagadora maioria.” *Acção Socialista*. Nº 254 (06.10.1983) p. 8.

⁶⁰⁶ “A próxima adesão de Portugal à CEE é hoje uma certeza. É, pois, necessário que a sociedade civil, no seu conjunto, se prepare para uma integração que implica profundas adaptações a nível económico, jurídico e social. É dever desta Assembleia alertar a opinião pública para a necessidade de nos repensarmos face às regras de funcionamento comunitárias que nos obrigarão em relação aos outros países membros, mas que obrigarão também estes em relação a Portugal. O Sr. Primeiro-Ministro afirmou, o que é um facto, que ‘o desenvolvimento a médio prazo da economia portuguesa fica, desde agora, ligado ao processo de integração europeia, ainda que – como ele próprio acrescentou – a integração não vá resolver os problemas imediatos conjunturais.’ Isto significa que devemos repensar não apenas o quadro do nosso desenvolvimento numa perspectiva macroeconómica, mas também sectorialmente em função do mercado alargado que se nos abre, das regras desse mercado e das novas concorrências que despontam.” Intervenção do deputado socialista Rodolfo Crespo. *DAR*. Nº 8 (31.10.1984) p. 259.

⁶⁰⁷ “Um dos momentos mais significativos da história contemporânea portuguesa.” *Acção Socialista*. Nº 341 (13.06.1985) p. 9.

necessidade de adaptar as estruturas económicas nacionais às regras europeias de livre mercado.

As origens do PS, com a ambicionada criação de um partido de alternativa na oposição ao PCP, com a estratégia de captar militantes à esquerda, levou a uma definição socialista, embora democrática, com inspiração marxista. Esta linha dominou o partido desde a primeira declaração de princípios até aos anos do período revolucionário da transição democrática, já que a estratégia continuava a ser competir com o PCP. “A significativa viragem à esquerda da revolução em 1975 enviesou os partidos e o sistema de partidos para a esquerda, pelo menos em termos nominais. Os partidos adoptaram programas, posições ideológicas e até designações que não reflectiam (nem reflectem) a sua verdadeira posição ideológica. [...] O discurso partidário foi igualmente afetado. O PS adoptou um discurso marxista radical durante a revolução, que posteriormente viria a moderar ou até mesmo abandonar.”⁶⁰⁸

Na verdade, a prática dos socialistas portugueses, já durante o exílio, se aproximava mais da social-democracia europeia. Mas devido à estratégia política e à particularidade do contexto histórico português, o discurso de Mário Soares começa por defender para o país o designado “socialismo democrático” – que explicava como uma espécie de experiência socialista inovadora para a Europa do sul, diferente da social-democracia típica do norte, ideia que começa a abandonar a partir de 1979, para reconhecer as afinidades com a social-democracia.⁶⁰⁹ É a partir da primeira experiência governamental que o PS se vê perante a incapacidade de implementar o seu programa socialista⁶¹⁰, o que será sucessivamente confirmado nas bases do partido com os congressos de 1979, 1981 e 1983 e com a última responsabilidade governativa até à adesão (1983-85).

⁶⁰⁸ JALALI, Carlos - Ob. cit. p. 73, 74.

⁶⁰⁹ Em entrevista, Mário Soares confessa que apesar de admirar as posições de Willy Brandt, Olof Palm e Pietro Nenni, não estava totalmente rendido. “Nenhuma delas me satisfazia totalmente. Mas apontavam um caminho – uma direção – por onde entendia que Portugal, reconquistada a liberdade perdida, deveria seguir, com os inevitáveis reajustamentos que se impusessem. A tradição portuguesa, desde o século XIX, não era trabalhista nem social-democrata. Por isso, nos reclamávamos do socialismo democrático ou humanista, como dizia León Blum.” In AVILLEZ, Maria João – *Soares: ditadura e revolução* [...]. Cit. p. 139, 140. Desde o 25 de Abril, nas várias intervenções feitas, Mário Soares negava a afetação do PS à social-democracia e distinguia o socialismo democrático como experiência inovadora, que não se guiaria por um mero controlo estatal do capitalismo, mas pela sua recusa necessária para implementar um verdadeiro socialismo em Portugal. Com as evidências da realidade e as necessidades pragmáticas do PS, o líder começou a abandonar esse discurso a partir de 1979, reconhecendo as afinidades com a social-democracia. Cf. CASTAÑO, David – *Mário Soares e a Revolução*. Alfragide: D. Quixote, 2013. p. 220-232.

⁶¹⁰ Mário Soares reconhece as críticas por não ter implementado as reformas socialistas enquanto esteve no governo. “Os críticos, segundo ele, não conseguiram compreender que ‘a tarefa prioritária consistia em modernizar a sociedade e o Estado e consolidar o regime democrático’.” SABLOSKY, Juliet - Ob. cit. p. 107.

O PS desloca-se para o centro, abandonando os conceitos coletivistas e a primazia do planeamento económico estatal, para privilegiar a iniciativa privada e a competitividade de mercado como impulsionadores do desenvolvimento económico, assente numa regulação estatal. Esta evolução é não só fruto das contingências políticas e económicas do país, desde o 25 de Abril até à adesão, mas também inequivocamente da iminente entrada de Portugal na CEE, que obriga os governos a fazer uma adaptação económica aos mecanismos do Mercado Comum. A revisão constitucional de 1982 é disso um reflexo. Foi feita de modo a remover as cláusulas socializantes da Constituição de 1976, elaborada em resultado de opções ideológicas e políticas do período revolucionário, procurando-se “diminuir a carga ideológica” do texto constitucional anterior e “flexibilizar o sistema económico”⁶¹¹, compatibilizando a lei fundamental do país com os preceitos comunitários.

Deste modo, e apesar de o PS não perder a retórica socializante para a Europa, a sua prática interna contrariou o ideal e ainda sofreu o inverso do pretendido, com as Comunidades a contribuir para moldar a prática socialista portuguesa à sua natureza, i.e., para europeizar o partido.

2. Idiossincrasias das jovens democracias condicionam concretização do europeísmo socialista ibérico – o triunfo do pragmatismo político, no caminho da europeização (em jeito de conclusão)

Após dissecar o discurso e a atuação governamental dos dois partidos socialistas ibéricos, tendo como pano de fundo os contextos das transições democráticas dos dois países e as particularidades económico-políticas até à adesão, apresentamos cinco pontos de conclusões prévias, feitas na maior parte de paralelismos, embora com algumas particularidades de cada caso, mas que não trazem diferenças significativas entre o posicionamento de PS e PSOE face à Europa nesta fase.

Em primeiro lugar, a intenção política da adesão comum aos dois partidos, com o simbolismo democrático da Europa a dominar os discursos, conferindo à CEE um papel de fortalecimento dos sistemas democráticos nacionais que davam os primeiros passos⁶¹². Em

⁶¹¹ “Revisões Constitucionais.” Parlamento.pt [Em linha]. [Consult. 25.08.2016]. Disponível em WWW: < <https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx> >.

⁶¹² A ideia de consolidação democrática é um fator de semelhança não só entre os dois estados da Península Ibérica, como de outros estados de geografias mais diversas na Europa, mas com histórias nacionais que sacrificaram os sistemas democráticos, como os países da Europa do Báltico. MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo – “La Península Ibérica: un difícil camino hacia a integración

ambos, esta função estende-se à fase posterior da formalização constitucional das democracias, dado que a instabilidade política, embora de índole diferente, perdurou nos dois países, sendo no caso de Portugal mais duradoura. Há, porém, uma diferença entre PS e PSOE explicável pelas diferenças nos processos de transição. Enquanto o PSOE, na oposição, assume imediatamente o desejo de pedido de adesão plena - devido ao processo de transição estar a ser feito através de uma continuidade das estruturas e personagens do regime anterior e, portanto, o pedido de adesão seria uma prova democratizante do governo em funções, o PS começa por defender apenas uma aproximação comercial durante a fase revolucionária da transição (devido ao processo de transição estar a ser feito por rutura com o sistema anterior esconde a ideia de integração plena por estratégia eleitoralista e de sobrevivência em governos multipartidários com retaguarda militar), assumindo a adesão plena apenas com a convocação de eleições legislativas.

O segundo aspeto conclusivo, e relacionado com o primeiro, é que a adesão aparece relacionada com uma ideia de plenitude da identidade nacional, que se completa com a pertença a uma Europa para cuja civilização também os dois Estados se sentem contribuidores. Este âmbito não está só contido no argumento político da adesão, que referimos antes, mas é mais profundo do que essa dimensão. Não se relaciona só com o oposto ao isolamento da ditadura. A Europa parece simbolizar o culminar de um devir histórico difícil, no qual as peripécias políticas e económicas dos dois Estados desde o século XIX, aliadas à condição geográfica de periferia, marginalizaram a Península da corrente modernizadora das ideias políticas do continente. “Europa, o mejor dicho, su representación más coherente a ojos de los españoles, la Comunidad Europea fue valorada como el punto final de un viaje largamente anhelado, imprescindible para romper la marginalidad de la dimensión internacional de España. Una marginalidad ciertamente matizable pero que ha sido recurrentemente interpretada y sentida como producto de su convulsa historia, de su debilidad, de su dificultad para articular un Estado liberal y cohesionado.”⁶¹³ Apesar de estas palavras se referirem a Espanha, a similitude da dificuldade da implementação do Estado liberal em Portugal e das ideias do PS invocadas nos argumentos para a adesão, levam-nos a poder transpô-las ao país luso.

Em terceiro lugar, o argumento económico da adesão é também comum aos socialistas ibéricos. Apesar do primado do político, a necessidade de encontrar um novo modelo

européa”. In MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo (dir.) – *España y Portugal. Veinticinco años en la Unión Europea (1986-2011)*. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, p. 27, 28.

⁶¹³ JUSTE, António Moreno – “Europa en la transición [...] Cit. p. 107.

económico para os respetivos países, que quebre definitivamente com a anterior autarcia económica e insira as economias ibéricas no sistema internacional, compõe o raciocínio económico para a adesão. Deste modo, a CEE surge como progresso, como o escape para uma reforma estrutural na economia que viabilizasse a médio/longo prazo o futuro político das duas jovens democracias, pese embora os efeitos negativos a curto prazo. Para esta visão assumida pelos dois partidos contribuiu a experiência histórica negativa de autarcia económica das ditaduras, que provocou o retrocesso e degradação social dos dois países.

Nestes dois aspetos, respeitantes aos argumentos político e económico da adesão, concluímos que a dimensão histórica é essencial para entender o posicionamento dos partidos pela adesão. A herança pesada das ditaduras motivou decisivamente o cariz político e a imediatez do pedido de adesão, motivou o europeísmo dos dois partidos, que, face a esse contexto nacional, desvalorizaram o cariz neoliberal da CEE.

Em quarto lugar, e no âmbito da conceção da CEE como ideia política, ambos os partidos apelam a um necessário aprofundamento institucional das Comunidades provocado pelo alargamento, afluam a importância de conceber mais poder às instituições supranacionais, mas ambos contribuem muito precariamente para um debate claro e profundo sobre o tema. O PSOE faz alguma referência nos programas partidários e nas resoluções de congresso, mas o PS é praticamente omissa nisso. Não menciona a necessidade de supranacionalidade nos documentos oficiais e fá-lo apenas em algumas intervenções de militantes. Em ambos os casos, as referências são simplistas, generalistas, não sendo possível perceber esclarecidamente que competências querem ver reforçadas na CEE, que domínios de soberania transferidos, etc – embora se ressalve que, de entre a ligeireza de abordagem do tema, o PSOE é menos ligeiro. No caso de Espanha, o consenso partidário terá contribuído para tal, não gerando controvérsia e oposição e, conseqüentemente, não promovendo o debate. No caso de Portugal, apesar de não ter havido consenso partidário, na prática é como se tivesse havido, pois o único partido oposto era o PCP, que viria a tornar-se num partido antissistema. Ainda relativamente aos portugueses, as contingências partidárias internas, com uma parte do partido reticente relativamente à adesão, o pragmatismo governamental e as particularidades de construção do partido e da transição democrática, feitas pelas elites, terão influenciado esta omissão do assunto. A situação não deixa de ser caricata nos dois países, já que se trata de duas jovens democracias, acabadas de formalizar constitucionalmente o seu sistema democrático, no qual a adesão teria implicações, nomeadamente no exercício de soberania dos Estados.

Neste âmbito, é interessante confrontar a situação dos socialistas ibéricos com a conclusão de estudos sobre a saliência da integração europeia na política dos partidos nacionais. Entre as quatro variáveis identificadas por Steenbergen e Scott⁶¹⁴ como determinantes para a saliência da integração europeia na política dos partidos nacionais, destacamos duas consideradas pertinentes para a nossa análise: a saliência é tanto maior quanto mais os outros partidos do sistema valorizam o assunto - ora, neste caso, o tal consenso ou quase consenso contribuiu para que os partidos do sistema não tenham utilizado o tema como tópico de oposição e não o tenham valorizado no debate político; a saliência da integração europeia é tanto maior quanto for a identificação do público com o tema – ora, neste caso, a maioria da população portuguesa e espanhola valorizava a ideia da adesão, pois identificava-a com modernidade e melhoria para o país. Mas, uma coisa é simplesmente a ideia de adesão à CEE (na qual se regista saliência nos discursos partidários) outra são as implicações políticas dessa adesão, como a partilha de soberania do Estado, as possíveis evoluções das Comunidades para um sistema federativo ou que implicasse ainda mais partilha de soberania. Uma coisa é o eleitorado encarar positivamente a adesão, imbuído do simbolismo de modernidade e de quebra com o passado ditatorial – uma ideia simples, correspondida pela saliência dada pelos partidos ao assunto. Outra coisa, diferente, seria perceber que uma das consequências políticas da adesão é que os seus Estados iriam partilhar soberania, quando tinham mesmo acabado de conquistar as liberdades democráticas, a par da compreensão da complexidade das possíveis formulações futuras da Comunidade. Daí que se entenda que a discussão sobre a ideia política de Europa tenha sido subalternizada pelo PS e PSOE, o que pode ainda ter sido coadjuvado por outra variável, também apontada pelo estudo: quanto maior a divisão interna do partido sobre a UE menor a saliência. Ora, se o pedido de adesão já levantou, só por si, reticências internas nos partidos, a ideia sobre o modelo político da futura Europa mais divergências despertaria. Parece-nos, assim, que os partidos optaram por gerir o tema de forma pragmática tanto internamente como com os respetivos eleitorados, não contribuindo para uma *descomplicação* do sistema político da CEE na opinião pública.

Também, por isso, registamos também o facto de o tema ter sido confinado a um debate de elites partidárias, com protagonismo dos líderes, em que estes tiveram um papel decisivo, essencialmente no caso português, devido ao particular contexto da formação de

⁶¹⁴ STEENBERGEN, Marco R.; SCOTT, David J. – “Contesting Europe? The salience of European integration as a party issue.” p. 165-192.

partidos no final da ditadura. E isto vem agravar a tendência já verificada na gestão partidária dos assuntos europeus:

“Regarding the role of individuals and of governments, three further points can be made here. The first is that it is invariably individuals from the party elites who wield the influence we referred to above. That is to say that, almost by definition, the influential individual must be in an influential position (this may not always involve office; former influence is also determining). This normally means, but again not invariably, the individual concerned will be a member not only of the party’s elite but of the country’s social elite also. Many studies demonstrate that it is not only in the parties with a patrician tradition or element (The British Conservative Party, for example), but also within leftist parties that the higher the position in the party, the higher the social status of the individual concerned. This is a common place in political sociology. What it means for our study, however, is that Europe will be normally perceived as an elite issue.”⁶¹⁵
[Sublinhado nosso].

Assim, o PS e o PSOE contribuíram significativamente para que o arranque da europeização dos seus países, das suas jovens democracias, fosse confinada a essa perceção de elites, típica dos assuntos europeus, limitando a compreensão da opinião pública sobre o assunto ao simbolismo prometedor e modernizador da Europa. Os socialistas ibéricos no processo de adesão começam assim por contribuir para o défice democrático das questões europeias – porque o imprimem nos seus eleitorados, não lhes oferecendo as bases necessárias para irem construindo uma opinião pública acerca destes temas, fator imprescindível para o pleno exercício futuro da cidadania europeia através do direito de voto.

E, finalmente, no quinto aspeto, relativamente ao modelo ideológico pretendido para a futura Europa unida, ambos os partidos tentam compatibilizar as suas pretensões socialistas nacionais com uma aspiração evolutiva da CEE para um modelo socialista. Partindo do princípio de que as clivagens políticas influenciam o modo como os partidos recebem a integração europeia, esta deveria ser rejeitada, já que não se encaixava no modelo ideológico de PS e PSOE. Os partidos contornam a situação, concebendo as Comunidades como conceito político dinâmico, evolutivo, suscetível à ação que os socialistas dos novos estados-membros, em coordenação com os congéneres europeus, lhes iriam imprimir. Porém, em ambos os casos, as responsabilidades governativas dos dois partidos contrariaram esta retórica. Tanto o PSOE como o PS, que ao chegarem aos governos se viram a braços com uma crise económica e financeira (no caso de Portugal a tendência foi agravada por duas intervenções do FMI), aplicaram um programa de medidas restritivas e limitadoras do papel do Estado na economia.

⁶¹⁵ GAFFNEY, John – *Political parties and the European Union*. p. 14.

A situação portuguesa foi exacerbada pelas subseqüentes instabilidades governativas, com o PS a ter de fazer entendimentos com partidos à direita. As duas atuações governamentais resultaram no oposto à oratória partidária, com os dois partidos a alinharem-se com uma orientação mais ao centro, definitivamente incrementada com a necessária tomada de medidas de modernização e liberalização económica compatível com a entrada na CEE. Esta será a prioridade dos últimos anos de governo dos partidos até à adesão. Assim, nos casos do PS e PSOE, concluímos que a integração europeia contribuiu, como refere Robert Ladrech⁶¹⁶, para conferir novos “inputs” ao espectro cognitivo dos líderes partidários e simultaneamente problematizar a identidade do partido.

Assim, o pragmatismo político governamental torna inócuas as pretensões ibéricas em socializar as Comunidades. Ao contrário, são estas que imprimem mudanças na atuação partidária do socialismo ibérico. Consequentemente, observamos também a tendência registada pela literatura científica – de que a UE parece converter os partidos quando estão no governo à sua própria causa: “It is not simply strong national executives who reorientate party positions on Europe. The EU itself seems to draw political parties in and convert them (and individuals too) to the European cause. This is very noticeable with left-wing political parties, specially, although not exclusively, once they are in government.”⁶¹⁷ É certo que nesta época ainda não estamos com uma UE, mas estamos a discutir a inserção numa CEE que já leva quase 30 anos de existência, com uma índole liberal de mercado a consolidar-se, prestes a fazer a sua primeira reforma e a aprofundar-se. Assim, conclui-se que, nesta primeira fase de democracia, na preparação para a entrada na CEE, os partidos começam logo por entrar derrotados nas pretensões da sua política europeia que já vinha desde o exílio.

Como será nos próximos anos, em que Portugal e Espanha estarão em pleno na Europa e em que a CEE fará as duas mais profundas reformas institucionais? Para já, ofereceu-se-nos retirar uma ilação para avaliação futura. O simplismo da discussão que se verificou pelos dois partidos pode encerrar um perigo escondido. Como será quando a democracia já for um dado adquirido, e portanto o simbolismo inicial da Europa tiver perdido importância, e as duas sociedades revelarem outros problemas prementes para a população? Aí, como justificar a Europa se não houve um entendimento prévio do que implicaria? E se PS e PSOE se modularam ideologicamente às contingências do mercado liberal da CEE, como continuarão a justificar futuramente uma Europa social e dos trabalhadores? Exigir-se-á, portanto, em coerência com a matriz dos partidos, mais do que nunca, que a modulação seja

⁶¹⁶ *Social Democracy and the Challenge of European Union*. p. 64.

⁶¹⁷ GAFFNEY, John – *Political parties and the European Union*. p. 14.

no sentido inverso. Parece que nesta data da adesão, os ventos sopram a favor dos socialistas ibéricos. Um presidente da Comissão socialista, um presidente de um grande Estado, a França, que tem sido determinante na construção europeia, socialista. E os temas sociais estarão em cima da mesa das negociações nos próximos anos, com Portugal e Espanha já como estados-membros. É orientados por esta expectativa e sob o cenário anteriormente traçado como pano de fundo, que partimos para a próxima etapa de análise.

CAPÍTULO III – EM PLENO NA EUROPA COM A EUROPA A TODO O GÁS: NO CAMINHO PARA A UE (1986-93)

Cerca de dois meses depois de Portugal e Espanha serem oficialmente membros da CEE, assinam o Ato Único Europeu. A adesão plena da Península Ibérica acontece quando as Comunidades iniciam o seu primeiro processo de reforma, continuado com o Tratado de Maastricht (TM), que aprofundou o seu sistema político no sentido de reforço da vertente supranacional - com o devido contrabalanço intergovernamental - e da legitimidade democrática, prevendo ainda a conclusão do mercado interno e alargamento do âmbito político das competências comunitárias. A criação de novas políticas, designadamente com o TM, fará deslocar o projeto comunitário das áreas eminentemente económicas, mais práticas e técnicas, na gíria da ciência política, da *low politics*, para domínios mais políticos no sentido mais estrito do termo, relacionados com noções de identidade e liberdade, de política externa dos estados-membros, de regulação social, imprimindo a mudança de designação de CEE para UE. Esta passa a imiscuir-se nos aspetos mais ideologizados da política nacional, os tais concebidos como *high politics*.

Se até agora a construção europeia se deu pela feitura do mercado, a partir de meados da década de 80, far-se-á pela sua conclusão e pela feitura de políticas. Não só se alarga o espectro de atuação comunitária, como em cima da mesa das negociações intergovernamentais e da discussão política estão novos domínios de possível atuação ao nível europeu: a liberdade de circulação de pessoas e a necessária construção de uma política de justiça e assuntos internos; uma política de coesão social e territorial e a consequente necessidade de reformulação orçamental europeia; a liberdade de circulação de capitais e uma moeda comum agregada à necessidade de repensar a repartição das competências económicas e financeiras entre os níveis nacional e supranacional, o que traz para cima da mesa a questão da função *reguladora* e *(re)redistributiva* da Europa. Tudo isto acarreta novas dinâmicas de contestação partidária à UE, que melhor se enquadram com a clássica dimensão de conflito partidário esquerda/direita dos sistemas políticos nacionais.

Se até aqui os partidos enquadravam o discurso relativamente à Europa maioritariamente no paradigma de contestação decorrente do processo de integração - intergovernamental/supranacional – desencadeado pelo surgimento da CECA e CEE, a partir de agora os partidos podem utilizar as clássicas dinâmicas de contestação partidária baseadas nas clivagens de Lipset e Rokkan, que apesar de originadas por alterações estruturais na

sociedade europeia extemporâneas da UE, se adequam aos seus novos domínios de atuação.⁶¹⁸ Como tivemos oportunidade de analisar detalhadamente na primeira parte desta tese, a evolução do sistema político da UE despertou, na investigação académica, novas propostas de modelos de análise para tentar conceptualizar e padronizar comportamentos de contestação partidária que superassem o clássico modelo unidimensional (intergovernamentalidade/supranacionalidade) das Relações Internacionais. Estes novos estudos, como os de Simon Hix, argumentam que aquilo que os partidos pensam sobre a UE não pode apenas ser medido entre mais ou menos integração europeia, mas também entre a dimensão esquerda/direita.⁶¹⁹

Deste modo, inserindo a UE neste clássico paradigma de contestação, os partidos podem fazer uso de uma dinâmica de disputa política mais familiar do eleitorado doméstico do que os conceitos de intergovernamentalidade/supranacionalidade. Afigura-se, assim, que a evolução da UE se tornará mais proveitosa em termos de estratégia eleitoral nacional, já que podem enquadrá-la nos princípios partidários de base. Por outro lado, o crescente ganho de poder de decisão do PE e as profundas implicações nacionais das novas políticas comunitárias são um acréscimo de motivação para fazerem da UE um assunto nacional. Se até meados da década de 80, a UE não desperta discussão como assunto a ser politizado pelos partidos na arena nacional, a partir daqui a situação altera-se, com a política europeia a ser transformada em assunto doméstico. “The days in which the EU was a foreign policy object to most party officials and electorates are over, as it is now clear that from keeping manufacturing plants open to regulating genetically modified organisms (GMO’s), the EU is now intertwined with domestic political issues, and no single member state government can contain the EU from spilling over into issues that affect national politics.”⁶²⁰ [Sublinhado nosso].

Estas generalizações ocultam, contudo, situações particulares, ou são passíveis de alguma ambiguidade, já que no caso do PS e PSOE, durante a fase de adesão, apesar da discussão sobre o modelo institucional e político da CEE não ser profunda nem profícua, como vimos, os dois partidos enquadram a pretensa Europa futura nos seus modelos ideológicos partidários, i.e., inserindo a discussão no paradigma esquerda/direita. Não

⁶¹⁸ STEENBERGEN, Marco R.; MARKS, Gary – “Introduction: models of political conflict in the European Union.” p. 2.

⁶¹⁹ Simon Hix foi precursor nesta ideia (a primeira parte - capítulo I, ponto 3.2, alínea a) - desta tese desenvolve a conceção de Hix). Os vários estudos desenvolvidos no âmbito da ciência política relacionam as dimensões esquerda/direita com a de intergovernamentalidade/supranacionalidade, concluindo-se que não há uma tendência linear de conjugação das duas dimensões entre os partidos que compõem os principais grupos políticos europeus. Cf. HIX, Simon, HOYLAND, Bjorn – Ob. cit. p. 138-141.

⁶²⁰ LADRECH, Robert – *Social Democracy and the Challenge of European Union*. p. 69, 70.

obstante, como também constatado, fazem-no de forma simplista, sem pormenorizar políticas e domínios concretos em que a Europa devesse incorporar a vertente ideológica de esquerda. As novas áreas de discussão levantadas pelo AUE e o TM deverão permitir-lhes uma pormenorização de ideias e discurso, ainda para mais com os partidos já libertos da preocupação prioritária de fechar as negociações.

Assim, é objetivo, neste capítulo, analisar de que modo os socialistas ibéricos conceptualizam a UE e a ajustam aos seus moldes ideológicos, ou, pelo contrário, de que modo a Europa influencia as conceptualizações dos partidos e molda os seus princípios basilares. São os dois partidos que irão *ideologizar* a Europa à sua semelhança ou será esta a exercer uma influência superior, modelizando as bases ideológicas daqueles? A nossa análise seguirá então, como até aqui, numa dupla vertente. Por um lado, constatar as “Europe que dissent les partis politique”, à semelhança do que diz Pascal Delwit⁶²¹, mas, por outro, perceber a existência do fenómeno da europeização no PS e PSOE, à semelhança da definição de Robert Ladrech⁶²²: “My operative definition of Europeanization is one that attempts to understand how the behaviour of institutions and actors alters as a consequence of their increased embeddedness in the European Union.”

Com estes objetivos, e agora com os partidos já plenamente imbuídos na UE, definimos três linhas de análise aos discursos e atuações socialistas, decorrentes dos novos temas suscitados pelas negociações do AUE e TM: 1) a dimensão social da UE - deve o mercado interno dispor de mecanismos de regulação em termos sociais numa economia livre?; 2) a dimensão (re)reguladora e redistributiva económica e financeira da UE - deve a UE assumir a nível supranacional a competência reguladora e redistributiva que progressivamente foi retirando aos Estados com as suas políticas liberais e monetaristas?; 3) a dimensão política federal da UE - deve a UE evoluir para um sistema federal ou aprofundar a sua dimensão supranacional e a legitimidade democrática de forma a ultrapassar inoperâncias institucionais e políticas (relacionadas com as duas dimensões anteriores) e o tão apontado défice democrático?

Tendo em conta os clássicos temas que fomentam a ação dos partidos socialis-democratas nos sistemas políticos estatais e as áreas que têm emergido com a evolução do sistema político da UE (e que continuam cada vez mais na ordem do dia, pelo aglomerado de problemas económicos, financeiros e sociais que a Europa atravessa) considera-se que estas dimensões de análise, da quais também depende a mudança de paradigma ideológico e

⁶²¹ *Les Parties Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] Cit. p. 9.

⁶²² *Social Democracy and the Challenge of European Union*. p. 69.

político da construção europeia, permitirão uma avaliação pertinente do posicionamento do PS e PSOE.

1. A dimensão social da UE – resignação socialista a um adiamento permanente

Apesar de a UE dispor atualmente de alguma legislação e políticas que tocam o âmbito social, como é o caso da política de coesão ou da livre circulação de pessoas, as medidas nucleares do que se entende por política social, i.e., a proteção do direito ao trabalho, a regulação de horários e salários mínimos, a reforma de velhice, entre outras no domínio da segurança social, continuam a ser do domínio de atuação dos estados nações. Face ao grande aprofundamento do MC, os estados deparam-se assim com um paradigma contraditório. Se, por um lado, foram perdendo a capacidade de proteção da economia nacional - nomeadamente pela perda de poder de atuação alfandegária - através da vertente *desreguladora* do MC e da progressiva transferência de competências neste âmbito para a UE, por outro, têm de continuar a garantir capacidade financeira interna para suportar o Estado Social. Este objetivo veio a tornar-se tanto mais difícil, para alguns estados, quanto a dinâmica liberalizadora e *desreguladora* comunitária se tem aprofundado, do que é evidência a introdução da moeda única, que veio reduzir ainda mais a margem de atuação interna dos governos, retirando da alçada nacional a política monetária. O PEC, pela imposição de limites orçamentais, juntou-se a estes constrangimentos, limitando o estado na procura de financiamento externo de modo a colmatar carências financeiras nacionais e assim cumprir plenamente a sua função social, dificuldades tão evidentes na época de escrita desta tese.

Quase 60 anos depois da assinatura do Tratado de Roma, as coisas na área das competências sociais não são muito diferentes das disposições fundadoras da CEE. O contexto pós-Segunda Guerra Mundial ditava a urgência da resposta a carências sociais e a necessidade de estruturar um conjunto de medidas que garantisse aos mais fracos e desfavorecidos uma proteção assente na redistribuição de riqueza que o capitalismo gerava. O estado propunha-se fazer o papel de moderador do capitalismo e da concentração de riqueza que este tendia a gerar. Propunha implementar um conjunto de normas com o objetivo não só de regular as condições de prestação do trabalho, como de garantir alguma captação financeira dos mais abastados para a utilizar na prestação de serviços básicos em igualdade para todos e a proteção dos mais desfavorecidos. Nascia o Estado-providência, uma proeza do

estado-nação e uma bandeira dos partidos sociais-democratas, que embora com as suas especificidades nacionais, justifica que se fale de um modelo social europeu.

Fazendo jus ao contexto e às características políticas dessa Europa em reconstrução da guerra, o Tratado de Roma revela também preocupações sociais, estabelecendo objetivos gerais relativos à melhoria das condições de vida e emprego, à igualdade de remuneração entre sexos, à liberdade de circulação de trabalhadores, e prevendo a criação de um fundo com vista a promover a empregabilidade e mobilidade dos trabalhadores.⁶²³ Mas, excetuando a criação do Fundo Social Europeu e de algumas normas no âmbito da higiene e segurança no trabalho, nada foi feito nas décadas de 60 e 70, com o pressuposto de que seria o progresso económico previsto com o MC a ditar o reforço das políticas sociais. Ante o primado do mercado, a concretização dos objetivos sociais previstos no tratado fica constantemente adiada, já que dependente da riqueza criada pelas economias de escala geradas pela liberalização comercial. “La sacralisation du marché comme moteur du progrès social explique en partie l’absence de fait d’une véritable structure constitutionnelle sur laquelle s’appuierait la politique sociale européenne.”⁶²⁴ A regra de votação por unanimidade seria a melhor cúmplice da falta de vontade política dos estados-membros em querer avançar neste domínio.

O AUE, inscrevendo os objetivos da coesão económica e social como necessários para responder aos efeitos colaterais da conclusão do mercado interno previsto para 1992, vem relançar a questão da política social, mas o máximo que conseguiu alterar às disposições anteriores foi incluir as áreas de saúde e segurança no trabalho no âmbito das decisões por maioria qualificada.⁶²⁵ Em 1989, o Conselho Europeu de Estrasburgo aprova a Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, um acervo enumerador de diversos direitos sociais, mas generalista e sem capacidade jurídica impositiva aos estados. A Comissão ainda pegou no documento para lançar algumas propostas legislativas, mas sem êxito. O conteúdo da Carta, que tinha sido aprovado por todos os estados-membros com exceção do Reino Unido, será incluído como protocolo anexo ao TM, novamente com a exceção inglesa. Animados pelas concessões necessárias a uma Europa monetarista, os parceiros europeus consentem a extensão da maioria qualificada a algumas matérias sociais,

⁶²³ BITTNER, Fabrice, COCQ, Emmanuel – “Politiques sociales et emploi en Europe: quelle convergence? ” In SCHLACTHER, Didier (dir.) – *Questions d’Europe. Le débat économique et politique*. Paris : Ellipses, 1998. p. 90; Cf. HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 206.

⁶²⁴ BITTNER, Fabrice, COCQ, Emmanuel – Ob. cit. p. 91.

⁶²⁵ HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 207.

mas deixam as nucleares, como segurança social, proteção dos trabalhadores e despedimentos, sob alçada da unanimidade.⁶²⁶

Com a aprovação do protocolo social pelo novo governo trabalhista inglês, o Tratado de Amesterdão irá incorporar o conteúdo do dito documento, mas sem alterações substâncias nas competências dadas à UE e na fórmula de decisão das matérias sociais. Mais tarde, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, que será incluída no Tratado de Nice, agregará os direitos sociais com uma série de outros direitos, ainda que nesta altura apenas com efeito declarativo. O valor jurídico da carta virá a ser reconhecido com o Tratado de Lisboa, dando assim competência ao Tribunal de Justiça da UE para fazer o controlo dos direitos por ela instituídos.

Este tratado vem delimitar, com mais precisão, as competências da UE e as dos estados, mas continua a deixar a política social como prerrogativa destes. Identifica-a como competência partilhada, sendo que nos domínios referidos no tratado - segurança social e proteção social dos trabalhadores, condições de trabalho, modernização de sistemas de proteção social e integração das pessoas excluídas no mercado de trabalho, entre outros⁶²⁷ - a UE pode completar a ação nacional e adotar legislação harmonizadora. Mas o processo legislativo a que estas matérias ficam sujeitas torna muito difícil, apesar de não impossível, a adoção de legislação juridicamente vinculativa (*hard law*) pelo Parlamento e o Conselho ou apenas por este. Acresce ainda que o exercício legislativo das competências partilhadas tem de obedecer “à delimitação imposta por determinados princípios formalizados nos tratados – o da atribuição, o da proporcionalidade e, particularmente, o da subsidiariedade – fiscalizado pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, nas condições que nele (e respetivo protocolo) se estabelecem. Com este enquadramento restritivo, a União é constringida a conter-se, na forma e no conteúdo, ao indispensável, no pressuposto formal de que tenha competência para intervir, ou seja, de que a sua ação, no plano europeu, seja preferível e melhor conseguida do que, a nível nacional, pelos estados-membros.”⁶²⁸ Porém, o Tratado de Lisboa não deixa de abrir uma janela de oportunidades legislativas para uma política social europeia desde que se reúna a vontade política.

Não se pode dizer, contudo, que, neste espaço de quase 60 anos, a UE não tenha atuado no domínio social. Tem-no feito por efeito da engrenagem do MC, com um normativo

⁶²⁶ DELORS, Jacques – *Memórias*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004. p. 220.

⁶²⁷ As competências partilhadas no âmbito da Política Social estão definidas no Título X, art. 153º do TFUE.

⁶²⁸ SILVA, António M. da – “A União Europeia e a política social: parâmetros, perplexidades e perspectivas.” *Revista Estudos do Século XX*. Nº 13 (2013) p. 149 [Em linha]. [Consult. 31.08.2016]. Disponível em WWW: <http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_13_9>.

harmonizador das regras veterinárias e fitossanitárias, de higiene dos bens alimentares e de outras de proteção do consumidor, com a adoção de uma política ambiental como competência exclusiva, com a produção de legislação no âmbito da segurança, saúde e igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no reconhecimento de diplomas e outras certificações necessárias ao desempenho profissional em qualquer estado. Este tipo de legislação comunitária impõe o caráter *(re)regulador* da UE em consequência do efeito *desregulador* do mercado interno (ou, uma integração positiva em consequência de uma integração negativa), para evitar as suas distorções, e promove até um certo caráter distributivo, no entendimento de Simon Hix, uma vez que, impondo os custos da concretização das políticas regulatórias aos empresários, está a responder a interesses ambientais e outros dos consumidores.⁶²⁹

Este tipo de legislação - que Hix classifica como “normas de produto” (*product standard*) - tem sido aprovada na UE por gozar de maior interesse e consenso entre os governos, em contraste com a legislação respeitante às “normas de processo” (*process standard*).⁶³⁰ Os estados-membros ficam mais dispostos a delegar poderes de iniciativa legislativa à Comissão e a adotar a maioria qualificada em matérias de “normas de produto”, pois essa atuação beneficiará o mercado comum, a livre circulação e a ambicionada expansão das economias nacionais. Mas quando se trata de “normas de processo”, todos os governos ficam relutantes, quer os de estados ricos, quer os de pobres, por tal prejudicar as estratégias políticas nacionais de competitividade económica. Aqueles, que detêm altos níveis de proteção social, por não os quererem descer face a uma harmonização e ter de enfrentar a oposição política interna de sindicatos e partidos, preferem conquistar a competitividade através do aumento de produtividade. Os outros, que detêm baixos níveis de proteção social, por não os quererem subir face a uma harmonização, pois preferem manter a competitividade através dos baixos níveis do custo do trabalho.⁶³¹ Jacques Delors regista essa dualidade de posições nas negociações para o AUE e TM.⁶³²

Esta relutância transversal aos governos comunitários resultou em que a formalização de uma política social em tratados - entenda-se como nuclear nesta política medidas de fixação de salários mínimos, subsídios de desemprego e outras normas de segurança social -

⁶²⁹ HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 217.

⁶³⁰ As “normas de produto” dizem respeito à legislação europeia que abrange as condições de circulação de bens, como embalagem, etiquetagem, regras de higiene, etc. As “normas de processo” respeitam à legislação que regula a forma de produção dos bens, ou seja, condições de trabalho, de remuneração, regras industriais, etc. *Idem, ibidem*, p. 210.

⁶³¹ *Idem, ibidem*, p. 210, 211.

⁶³² DELORS, Jacques – Ob. cit. p. 296.

na UE tenha sido mais simbólica do que operativa, escudando-se a falta de vontade política em formas institucionais de difícil decisão, impeditivas de produção de legislação comunitária vinculativa. Também não é despiciente o facto de a criação de uma política social europeia implicar o argumento do reforço do papel redistributivo da UE, o que, por sua vez, requer um aumento de orçamento, que teria de traduzir-se num acréscimo das contribuições dos estados-membros e/ou da criação de novos impostos como receitas próprias.

Ora, por ser um âmbito nuclear da ideologia social-democrata, impõe-se perceber o posicionamento do PS e PSOE relativo a uma política social para a UE. Portugal e Espanha entraram para a CEE num período de lançamento do tema, com a discussão avivada pelos efeitos multilaterais do AUE e reforçada com o teor monetarista do TM. A política social e os partidos socialistas ibéricos têm do seu lado um presidente da Comissão dinâmico, estratega e sensível ao tema, ele próprio ex-sindicalista⁶³³, apoiado por um presidente francês socialista.

Para esta análise, é importante considerar o contexto dos dois países ibéricos, em convalescença de situações económicas e financeiras difíceis, em construção de um Estado Social, em total diacronia com os países fundadores das Comunidades. O pós-guerra não representou para Portugal e Espanha a oportunidade de reconstrução económica, social e política permissora da edificação do Estado-Providência, tal como no resto da Europa. Foi sim um tempo de permanência das estruturas económicas e sociais ditatoriais, só desmanteladas em meados da década de 70, quando o resto da Europa já regozijava com o Estado Social. Como encaram os socialistas ibéricos a possibilidade de uma política social na Europa? Será que veem nela uma colmatação das dificuldades internas de edificar o Estado-Providência? Será que as especificidades nacionais e os interesses imediatos de uma economia em reestruturação se sobrepõem à ideia nuclear social-democrata de uma política social? Até onde vão as aspirações ibéricas neste âmbito de dois partidos defensores da construção da *Europa dos trabalhadores* em detrimento da uma *Europa dos trusts*? Estas questões guiar-nos-ão nas análises que faremos seguidamente.

⁶³³ O interesse de Jacques Delors começou ainda enquanto jovem de liceu, quando trocou as atividades de tempos livres pela Juventude Operária Católica. Além de colaborações com revistas de reflexão sobre a organização laboral e o socialismo, adere, logo desde que inicia a vida profissional, a organizações sindicais, onde se sente “como peixe na água.” *Idem, ibidem*, p. 21.

1.1 PSOE: a cosmética ideológica de uma Europa social

Neste período de análise (1986-93), em que o PSOE continua a ser governo, a dimensão social da Europa é um assunto mencionado nos manifestos eleitorais, nas resoluções de congresso, nos debates parlamentares e no jornal oficial do partido. A abordagem é feita de duas formas - pela defesa dos direitos sociais dos trabalhadores e cidadãos - o cerne da política social - e pela coesão, tema que domina crescentemente o discurso do partido, à medida que a integração económica e monetária se vai aprofundando nestes anos.

No âmbito das políticas públicas europeias, a coesão, ainda que tenha fins sociais, é uma política autónoma e com objetivos próprios⁶³⁴, mas incluímo-la neste ponto de análise por registarmos uma apropriação do PSOE desta política para conferir um carácter social ao MC a que a Espanha aderira, argumentando a continuidade do apoio político socialista ao projeto comunitário.

a) A coesão como elemento socializante do mercado interno

A coesão aparece nos programas eleitorais nacionais como elemento imprescindível à prossecução do mercado interno – “[H]ay que profundizar la creación de un auténtico mercado interno europeo en un marco de cohesión económica”⁶³⁵ - como corretivo dos desequilíbrios sociais e territoriais agravados pela liberdade de comércio. O partido apela a um carácter redistributivo da Comunidade⁶³⁶ e nos manifestos para eleições europeias confere desenvolvimento ao tema - “El reforzamiento de la cohesión económica y social dentro de la Comunidad, como complemento necesario e imprescindible del mercado interior y no como elemento compensatorio. La cohesión implica, a su vez, un ejercicio de solidaridad [...] para la corrección de los desequilibrios regionales todavía existentes [...]”⁶³⁷

⁶³⁴ Com o AUE, a política regional passou a ser fundamentada numa lógica de coesão económica e social, podendo designar-se também de política de coesão. O objetivo da coesão, introduzido no AUE, está ligado à criação do grande mercado interno, com a pretensão de atenuar as disparidades territoriais já existentes, em risco de se agravar com a abertura total das fronteiras económicas. Os fundos estruturais e o de coesão são os instrumentos fundamentais desta política, que obedece a critérios de distribuição regional de financiamento europeu, sendo expressão de um carácter redistributivo da UE. Cf. ALLEN, David – “The Structural Funds and Cohesion Policy”. In WALLACE, Helen et al. (ed.) - *Policy Making in the European Union 6th edition*. p. 229-253; OUARDIGHI, Jalal El, KAHN, René – “Les régions et la politique régionale européenne.” In DÉVOLUY, Michel (dir.) – *Les politiques économiques européennes*. Paris: Editions du Seuil, 2004. p. 277-314.

⁶³⁵ PSOE – “Programa 1986/1990. Para seguir avanzando. Por buen camino.” 1986. p. 17.

⁶³⁶ PSOE – “Programa Electoral 1989.” 1989. p. 17.

⁶³⁷ PSOE – “Manifiesto Europeo. Por las cosas bien hechas.” 1987. s.p. Nas eleições europeias de 1989, apela-se ao aumento dos fundos estruturais. “La primera dimensión de la cohesión económica y social que se ha concretado ha sido la de la solidaridad interterritorial. Los socialistas consideramos la duplicación de los fondos

O tema é também incluído nas resoluções do 31º congresso - com o ansiado “reforzamiento de los fondos estructurales y, en particular, del FEDER”⁶³⁸ - e do 32º, aliando-se um carácter social da coesão às exigências de convergência económica do mercado interno.⁶³⁹ Toda esta pretensão política surge em resultado de o partido, enquanto governo, ter de incorporar as medidas do AUE e, posteriormente, as do TM, aceitando tacitamente as implicações de um projeto liberal, integrando-as como objetivo de interesse nacional⁶⁴⁰ e, assim, partidário:

“La Europa comunitaria está viviendo un nuevo proceso constituyente que pasa por la Unión Económica y Monetaria y tiene como nueva frontera la Unión Política. Ese proceso va a definir los esfuerzos principales y las transformaciones más importantes que han de realizarse en nuestro país durante los próximos años. / Por eso los intereses generales de la sociedad española deberán definirse y valorarse en torno al reto europeo y hacia él se han de orientar las tareas inmediatas de los socialistas españoles.”⁶⁴¹

As resoluções de congresso suportam a política governamental do partido e a omnipresença da coesão nos discursos fundamenta um cariz social conferido ao mercado interno, uma justificação partidária pelo apoio ao AUE e TM, em jeito de evitar as contradições entre a ideologia e o europeísmo do PSOE no governo:

“Pues bien, en este sentido España ha adoptado, desde el primer momento, una posición claramente europeísta, defendiendo la tesis del mercado interior para 1999 como objetivo político [...]. Junto a este principio de mercado interior, creemos que es absolutamente necesario el principio de cohesión económica y social. El Gobierno socialista [...] está manteniendo el criterio de los intereses nacionales – está manteniendo el criterio de que debemos ir a la Comunidad Económica Europea exigiendo que, junto al principio y a la orientación de eliminar todas las trabas cara a 1992, sea esto posible sólo sobre la base de la cohesión social y económica, que haga realidad el principio de la ciudadanía europea y de la Europa unida.”⁶⁴²

estructurales para 1993 como un compromiso mínimo que se debe hacer realidad.” PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p. 8.

⁶³⁸ “Resoluciones.” *El Socialista*. Nº Especial 31º Congreso (22.01.1988) p. 26.

⁶³⁹ “[L]a consecución del Mercado Interior debe estar en íntima conexión con la cohesión económica y social, no sólo en términos de solidaridad entre los ciudadanos y las regiones de Europa, sino en la exigencia de un esfuerzo de convergencia de las políticas económicas.” “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 2.

⁶⁴⁰ O primeiro período de Espanha com membro da CEE é caracterizado, em termos de política económica governamental, pela intenção de “maximizar os benefícios internos e externos resultantes da adesão.” POWELL, Charles – “A adesão espanhola à União Europeia revisitada.” In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2005. p. 193.

⁶⁴¹ “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 2.

⁶⁴² Intervenção de Zapatero Gómez, Ministro para as Relações com as Cortes e da Secretaria do Governo, no Congresso dos Deputados, em resposta à interpelação de um deputado do grupo parlamentar Coligação Popular. *Diario de las Sesiones*. Nº 62 (23.09.1987) p. 3704.

O partido no governo é suportado pelo partido no parlamento - “[...] [N]o se trata sólo de construir un mercado único europeo[...]. [E]s necesario recalcar hasta las últimas consecuencias el principio de cohesión económica y social, que ha de ser no sólo el contrapunto a la construcción del mercado unido sino el principio básico inspirador de toda la política europea.”⁶⁴³ O chefe de governo admite a insatisfação com o AUE, mas antecipa a continuidade de apoio ao projeto europeu, porque “[p]ara España, la aplicación del Acta Única no solo debe agotarse en su propio contenido, sino que [...] la consideramos como un paso mínimo en la construcción de la unidad europea.” Agora, com o país à mesa das negociações intergovernamentais, seguir-se-ia a luta pela materialização da coesão através dos fundos estruturais, porque “una mera zona de libre cambio no es suficiente [...] estamos exigiendo en el mismo paquete la puesta en marcha inmediata de las medidas conducentes a una mayor política de cohesión económica y social [...]”⁶⁴⁴

Estamos no final de 1987, com as complexas negociações intergovernamentais que se prolongam no ano seguinte com base na proposta da Comissão Europeia para o famoso Pacote Delors I - que agregava uma duplicação da dotação financeira para os fundos estruturais à reforma das suas regras de execução (originando uma verdadeira Política Regional), à criação de uma nova receita para o orçamento europeu, o RNB, e à reformulação da decisão política orçamental - através da introdução das Perspetivas Financeiras Plurianuais (atualmente designadas de Quadro Financeiro Plurianual), comprometendo os estados-membros com contribuições para o orçamento a vários anos em vez de anuais.⁶⁴⁵ A estratégia do presidente da Comissão assentava num aumento do orçamento europeu aliado à alteração de regras de aplicação dos fundos estruturais sob uma perspetiva realmente regional e à facilitação da decisão política para aprovação orçamental. Deste modo, afinar-se-ia a feição redistributiva da Comunidade, materializando o objetivo de coesão económica e social inscrito no AUE.⁶⁴⁶

É a este compromisso assumido no tratado que Felipe González se agarra para salvaguardar o interesse nacional nas negociações intergovernamentais e no derradeiro Conselho Europeu extraordinário de Bruxelas, de 11 de fevereiro de 1988, que aprova o

⁶⁴³ Intervenção de Berenguer Fuster, deputado socialista no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 47 (06.05.1987) p. 2784.

⁶⁴⁴ Felipe González, enquanto primeiro-ministro, em intervenção no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 76 (09.12.1987) p. 4853.

⁶⁴⁵ Na primeira perspetiva financeira plurianual, iniciada em 1988, a despesa com os fundos estruturais representa 17,2% da totalidade do orçamento europeu, face aos 12,8% em 1985. Cf. ALLEN, David – Ob. cit. p. 232, 233; OUARTIGHI, Jalal El, KAHN, René – Ob. cit. p. 288-292.

⁶⁴⁶ DELORS, Jacques – Ob. cit. p. 216-226.

Pacote Delors I - “[p]ara España, [...] la base fundamental para poder aceptar un acuerdo dependía de que se consiguieran doblar los fondos estructurales.” É com base nesse acordo que o líder socialista pode consumir os seus argumentos de resposta às críticas domésticas de que o governo havia sucumbido a um projeto neoliberal: “A partir de ese acuerdo Europa se aleja de una concepción de mera zona de libre mercado.”⁶⁴⁷ Mas, na verdade, como observa Jonathan Story, os fundos só se tornaram possíveis em troca do compromisso de Madrid em aplicar medidas de mercado:

“Spain’s supportive contributions to the European integration were rewarded during the 1988 German presidency when the February 1988 European Council at Brussels agreed on a doubling of the EC regional funds by 1993 – a key objective of the Madrid government to ensure as large a flow as possible of private or public funds into Spain as trade barriers came down. Such results could not have been achieved without a government capable of implementing *marktkonform* policies, which involved the government in harsh conflicts with its own supporters in trade unions.”⁶⁴⁸

Esta conceção vai precisamente ao encontro da nossa perspectiva de análise, em que a coesão se torna uma espécie de álibi do PSOE para justificar na arena política nacional o seu apoio ao aprofundamento comunitário nos moldes liberais do AUE.

Face à nova etapa comunitária planeada para Maastricht, com a integração monetária, a coesão continua a ser o objetivo dos objetivos, manifesto na presidência espanhola da CEE, no primeiro semestre de 1989⁶⁴⁹, após a qual González continua a debater-se nas negociações intergovernamentais – “Interpretamos el interés nacional [...] en términos de cohesión.”⁶⁵⁰ Encara os resultados do Conselho Europeu de Maastricht (que no final de 1991 aprova as disposições para o tratado) como “coherentes con lo que habíamos esperado y [...] para los intereses de nuestro país mucho satisfactorios.” A satisfação encontra-se na “confirmación de la cohesión económica y social como una de las metas de la Comunidad [...]” Na informação ao congresso sobre o acordo alcançado, o chefe de governo enumera várias razões pelas quais os compromissos a serem plasmados no tratado são positivos para Espanha, desde a prevista quantificação dos fundos a receber, à criação do Fundo de Coesão, até às responsabilidades da

⁶⁴⁷ Felipe González, enquanto primeiro-ministro, em intervenção no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 88 (24.02.1988) p. 5537.

⁶⁴⁸ STORY, Jonathan – Ob. cit. p. 45, 46.

⁶⁴⁹ “Objetivos de la presidencia española en la CEE”. *El Socialista*. Nº 467-468 (01.12.1988) p. 12.

⁶⁵⁰ Intervenção de Felipe González, enquanto presidente do governo, no Congresso dos Deputados, informando sobre as negociações intergovernamentais para a reforma do AUE. *Diario de las Sesiones*. Nº 151-1 (28.11.1991) p. 7569.

Comissão em acompanhar a execução do objetivo de coesão económica e social.⁶⁵¹ Quanto às decisões de Maastricht preocupantes para o desempenho económico e financeiro do país, como os critérios de convergência, o presidente do governo aborda-as de forma generalista, não as explicitando, falando apenas na necessidade de uma “convergencia nominal y, si lo prefieren, de convergencia real.”⁶⁵²

A anuência do partido aos preceitos monetaristas e liberais do TM seria retribuída com o compromisso comunitário pela coesão, cavalo de batalha de Felipe González nas negociações intergovernamentais. Se é certo que outros fatores, como a queda do Muro de Berlim e a necessidade de uma resposta coesa comunitária aos acontecimentos de leste terão levado ao acordo entre os 12 para o reforço da coesão económica e social, Felipe González desempenhou um papel fundamental nas negociações, conseguindo que a coesão ficasse inscrita no coração do tratado, com referência no Artigo B.⁶⁵³

Depois do Tratado, seguir-se-ão as negociações intergovernamentais para o Pacote Delors II (com a proposta de mais uma subida do orçamento, a representar cerca de 1,3% do PIB comunitário) e com a criação do Fundo de Coesão, aspetos nos quais o governo socialista espanhol continua a depositar prioridade máxima.⁶⁵⁴ A pretensão não foi facilmente conseguida. Apesar de Espanha pretender acordo durante a presidência portuguesa, no primeiro semestre de 1992⁶⁵⁵, só o conseguirá no final desse ano, num processo *arrancado a ferros*. Contra a resistência inglesa à subida do teto orçamental, a Espanha ameaçou com o veto ao início das negociações para o alargamento à Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia. Graças às diligências de Mitterrand, Delors e Kohl, os 12 acordaram num limite orçamental de 1,27% do PIB, permitindo a Espanha duplicar a quantia de fundos a receber.⁶⁵⁶ A aprovação do Pacote Delors II e a criação do Fundo de Coesão, dos quais Felipe González fez

⁶⁵¹ “Primero porque creemos que es un elemento de la construcción comunitaria. Segundo, porque afecta directamente a los intereses de nuestro país, no sólo en tanto país que participa en la construcción comunitaria, sino en tanto país que está en unas condiciones de desarrollo relativamente peores que la de algunos países de la Comunidad. [...] [T]endríamos que decir que la delegación española ha obtenido lo que ha planteado, prácticamente en su totalidad, en materia de cohesión económica y social.” Intervenção de Felipe González, enquanto presidente do governo, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 155 (17.12.1991) p. 7759, 7760.

⁶⁵² *Idem, ibidem*, p. 7761.

⁶⁵³ RODRIGO, Fernando – “Reshaping the Union: Spain and the development of cohesion.” *Pôle Sud*. Nº 26 (2007) p. 14, 15 [Em linha]. [Consult. 05.09.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.cairn.info/revue-pole-sud-2007-1-page-9.htm> >.

⁶⁵⁴ Intervenção de Felipe González, enquanto presidente do governo, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 204-1 (01.07.1992) p. 10050.

⁶⁵⁵ O máximo que conseguiu nesta cimeira foi a garantia de que o fundo de coesão entraria em vigor a partir de 1 de janeiro de 1993. “España logro garantizar la entrada en vigor del fondo de cohesión”, “González salva el fondo de cohesión en la cumbre de Lisboa.” *El Socialista*. Nº 553 (15.07.1992) p. 1, 4.

⁶⁵⁶ RODRIGO, Fernando – “Reshaping the Union: Spain and the development of cohesion.” p. 9, 10.

depende a abertura das negociações para um novo alargamento, permitem-lhe rebater a oposição política interna: “Sobre todo me interesaba destacar que las condiciones del proceso de ampliación son condiciones que favorecen claramente la tesis de aquellos países que defienden que la unión europea es algo más que una zona de libre cambio o un espacio económico europeo, que es una unión política y una unión económica con dimensión social.”⁶⁵⁷

Incapaz de atuar em contracorrente da tendência liberal que se iniciara com o Tratado de Roma e se aprofundava com o AUE, cujos acervos Espanha teve de incorporar apesar de não ter participado nas negociações, o governo socialista de Madrid aposta tudo numa concretização eficaz da coesão económica e social inscrita nos tratados, aproveitando esse facto a favor do interesse nacional espanhol e usando o poder de veto para atingir as suas pretensões. Pela liderança de Felipe González, a Espanha começou a comportar-se como um dos grandes - “the great power of the south”⁶⁵⁸, sendo a sua ação determinante para a definição e concretização de uma política de coesão. Deste modo, como também refere Navarro, o PSOE, que defendera a adesão plena à CEE também por motivos económicos, não concebendo a sobrevivência de Espanha como economia isolada da Europa, compatibiliza as necessidades governativas nacionais de promoção ao investimento económico, para o que os fundos estruturais eram imprescindíveis, com a sua ideia para o futuro da integração comunitária. “El modelo de una Europa con un Mercado Interior desarrollado pero que acepte como principio estructurador de todas sus actividades la cohesión económica y social, es el centro del pensamiento europeo de Felipe González y de sus gobiernos desde 1986 y coincide perfectamente con el desarrollo comunitario impulsado por el Presidente de la Comisión Jacques Delors.”⁶⁵⁹

Está também em evidência a evolução da própria ideia do PSOE relativamente à integração europeia, com o realismo de um partido com responsabilidades governativas, a fazer de tudo para defender os interesses nacionais e temperar o mercado livre com um cariz redistributivo, querendo mover a Comunidade, ainda que a *passo de caracol*, um pouco à esquerda. Desta forma, Felipe González pode justificar o seu apoio à integração europeia e contestar a oposição que acusa o partido de contraditório por seguir um projeto (neo)liberal. O discurso do PSOE faz assim uma instrumentalização da coesão para inserir a UE no

⁶⁵⁷ Intervenção de Felipe González, enquanto presidente do governo, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 238-1 (15.12.1992) p. 12019.

⁶⁵⁸ BARBÉ, E – *La Política europea de España*. Barcelona: Ariel, 1999. Cit in RODRIGO, Fernando – “Reshaping the Union: Spain and the development of cohesion.” p. 16.

⁶⁵⁹ NAVARRO, Miguel A. Quintanilla – *La integración europea y el sistema político* [...]. Cit. p. 96.

espectro ideológico socialista, enquadrando o assunto nas tradicionais clivagens esquerda/direita. É com base nesta interpretação da estratégica retórica socialista espanhola que optámos por tratar esta abordagem feita à coesão na perspetiva da dimensão social comunitária – pois apesar de não o ser verdadeiramente no âmbito das políticas públicas europeias, ela serve uma ideia de esquerda conferida pelo PSOE à UE.

Contudo, os socialistas não deixam de tratar o tema da política social na sua especificidade, como veremos a seguir, também com o intuito de dotar a UE de um cariz de esquerda. Questionamos, como ponto de partida para a próxima análise, se este afinco do governo socialista na defesa da coesão, e portanto de um carácter atenuador do liberalismo comercial europeu, prevalece aquando das discussões sobre uma verdadeira política social para a UE.

b) Uma política social? Harmonização comunitária ou coordenações nacionais?

A principal questão a que pretendemos responder nesta vertente de análise, e que nos permite avaliar a verdadeira essência europeia da política socialista defendida pelo PSOE para a UE, é se a defesa de políticas sociais na Europa se pretende atingida através da coordenação de políticas nacionais ou da harmonização legislativa ao nível comunitário. Isto é, se o partido pugna explicitamente por uma verdadeira política social europeia, supranacional, ou se se esconde atrás da complexidade do sistema político da UE para evitar clarificar a sua posição, que, por diversas circunstâncias, possa não ver vantagem em manifestar.

A política social é um tema comunitário de saliência nos manifestos eleitorais, quer para as eleições nacionais quer europeias, tendo nestes últimos mais desenvolvimento. Construir uma Europa social é uma aspiração do PSOE, apresentada como condição para a construção do mercado interno, inaceitável “sin una dimensión social real”, que é “un elemento básico de construcción de la Europa de los ciudadanos.” No manifesto eleitoral europeu de 1989, o partido deseja uma política europeia para a criação de emprego e “coherencia en los procesos de armonización social hacia el progreso.”⁶⁶⁰ Os manifestos eleitorais nacionais reportam a mesma pretensão, por uma Comunidade que responda à crise

⁶⁶⁰ PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p. 1, 8. Já nas eleições anteriores para o PE, em 1987, o PSOE defendia de forma mais breve a Europa social. PSOE – “Manifiesto Europeo. Por las cosas bien hechas.” 1987. p. 1, 2. Nestas eleições, os socialistas advogam-se como os únicos capazes de defender um modelo social para a CEE. Cf. “España, en las mejores condiciones para colocarse a la cabeza de los países más avanzados de Europa.” *El Socialista*. Nº 430 (30.05.1987) p. 3.

económica de modo a “mantener las conquistas sociales que han hecho de Europa una área de bienestar y avance social.”⁶⁶¹

A aspiração pela construção de um espaço social, que implica “un ejercicio de voluntad política por parte de todos los países miembros”⁶⁶², consta também das resoluções do 31º congresso do partido, em 1988, assim como nas do 32º, em 1990.⁶⁶³ É também dada ênfase ao tema na apresentação dos objetivos do governo socialista para a presidência da CEE no primeiro semestre de 1989.⁶⁶⁴ A dimensão social pretendida para a CEE/UE, evidenciando uma índole de esquerda que o partido pretende para o projeto europeu, é exemplo da tendência de inserção dos temas europeus, a partir de meados da década de 80, nas dinâmicas discursivas da clivagem esquerda/direita, impulsionadas pelos próprios temas que estão na agenda das negociações intergovernamentais europeias.

Deste modo, o partido acentua e desenvolve o discurso da pretensa Europa socialista, “dos trabalhadores”, que usara no exílio e na transição democrática, chavões que, apesar de apenas transmitirem ideias generalistas e quase nada de concreto sobre o tipo de política social pretendida, servem também ao exercício de uma oposição governamental de esquerda na Europa, através da utilização do espaço eleitoral doméstico para contradizer a tendência liberal da direita europeia – e, deste modo, defender na arena nacional a sua coerência ideológica com o projeto europeu: “En su intervención, [...], Alfonso Guerra explicó que en estas elecciones se presentan dos modelos, ‘el de la señora Thatcher y de la derecha conservadora que quiere que Europa sea un supermercado, y el modelo que representan Felipe González y Fernando Morán, que aspira a garantizar un espacio social para los europeos, con recursos para los más pobres y con derechos iguales para toda la clase trabajadora.”⁶⁶⁵ O PSOE afirma o socialismo em contraposição à tendência dominante inglesa do conservadorismo de Margareth Thatcher, que até aos finais dos anos 80 condiciona significativamente a construção europeia. A vitória nas eleições europeias de 1989 leva à reafirmação da esquerda contra o liberalismo europeu - “El socialismo democrático avanza en Europa”⁶⁶⁶ – o que nos faz reiterar a conclusão sobre a utilização do espaço doméstico para realização de oposição europeia.

⁶⁶¹ PSOE – “Programa 1986/1990. Para seguir avanzando. Por buen camino.” 1986. p. 114. Ideias reiteradas nos manifestos para as eleições nacionais de 1989 e 1993. Cf. PSOE – “Programa Electoral 1989.” 1989. p. 8; PSOE – “El programa de la mayoría.” 1993. p. 92.

⁶⁶² “Resoluciones Provisionales. 31º Congreso.” *El Socialista*. Nº Especial 31º Congreso (22.01.1988) p. 42.

⁶⁶³ “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 2, 25.

⁶⁶⁴ “Objetivos de la presidencia española en la CEE.” *El Socialista*. Nº 467-468 (01.12.1988) p. 12.

⁶⁶⁵ “Garantizar la unidad de Europa.” *El Socialista*. Nº 478 (31.05.1989) p. 5.

⁶⁶⁶ *El Socialista*. Nº 479 (15.06.1989) p. 4.

Relacionamos esta prática eleitoralista com as limitações do PE ao exercício de um verdadeiro poder de oposição no sistema político da UE. Para melhor entender, consideremos as constatações de Raunio, resumidas por Rodríguez-Aguilera de Prat, acerca das características do PE:

“1) no hay mayoría de gobierno y oposición; 2) hay notable distancia entre los europarlamentarios y los electores; 3) los aparatos de los partidos nacionales determinan las estrategias políticas fundamentales de eurogrupos y europartidos; 4) son inevitables las coaliciones transversales *ah hoc* según preferencias nacionales; 5) no es fácil asegurar la disciplina ideológica supranacional, de ahí el superior fraccionalismo del PE en comparación con los Parlamentos nacionales; [...] 7) los europartidos so casi virtuales por su débil estructuración y su bajo perfil ideológico y programático.”⁶⁶⁷

Pese embora alguma parlamentarização de poder que se tem verificado na UE, os partidos precisam de usar o espaço político nacional para realizar oposição à tendência dominante no Conselho, fazendo emergir uma inovadora dinâmica de oposição como efeito da particularidade multinível do sistema político comunitário. Sendo a decisão política partilhada (e nesta altura praticamente exclusiva) pelo órgão intergovernamental, observamos partidos de governo a fazer oposição a partidos de governo. A estratégia política do PSOE, de aproveitar o tema da política social para afirmar junto dos partidos e eleitorado domésticos a sua vertente socialista para a construção europeia e, simultaneamente, realizar oposição europeia aos governos de tendência liberal que limitavam a agenda socialista da Comissão para o mercado interno, é disto um claro exemplo do carácter inovador do sistema político da UE e das consequentes peculiaridades que traz às dinâmicas eleitorais domésticas.

A inserção dos assuntos europeus numa discussão inserida na clivagem esquerda/direita, como faz neste caso o PSOE, é também a consequência da evolução do paradigma da construção europeia - da construção do mercado para a construção de políticas: “Recall that in left/right terms, the character of support and opposition for the European integration has changed decisively over the past two decades. The European Union is a moving target, not just because it evokes quite rapidly changing levels of support, but because the essential nature of the beast has been transformed from a market-making to a polity-making process.”⁶⁶⁸ Em consequência, como aponta Gary Marks, regista-se uma mudança no posicionamento dos partidos face à UE. Se há 20 anos eram os de direita que ambicionavam mais integração, no sentido de que ela significava realizar um mercado único, a partir de

⁶⁶⁷ RAUNIO, T. – *The European Perspective: Transnational Party Groups in the 1989-1994 European Parliament*. Ashgate: Aldershot, 1997. p.82-87. Cit in PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de – Ob. cit. p. 44.

⁶⁶⁸ MARKS, Gary – “Conclusion: European integration and political conflict.” p. 258.

meados dos anos 80 são os partidos de esquerda moderada a querer mais integração⁶⁶⁹, no sentido em que ela significa a regulação europeia do mercado livre e a realização de políticas sociais. Mas será que isto é constatável no caso do PSOE? Se este raciocínio parece ser assim em teoria, e à luz do que seria óbvio face à mera caracterização ideológica dos partidos, na prática, o jogo de forças ou a estratégia dos interesses nacionais não permitiu que se desenvolvesse uma verdadeira política social europeia.

A transferência de competências para o nível comunitário feitas no AUE e TM arredou o cerne da política social, com exceção de algumas áreas. Mas foi nesta época que, com o impulso da Comissão Europeia, se iniciou uma discussão intensa ao nível intergovernamental. Porém, como já referido, os estados foram relutantes em transferir soberania em determinadas áreas sociais, nomeadamente as mais sensíveis no domínio da despesa orçamental e competitividade nacional, como a proteção do direito ao trabalho e outras medidas de segurança social. Face ao crescente desemprego que afetava vários países da União, a intransigência da soberania nacional encontrou no desenvolvimento do *método aberto de coordenação* uma forma de aumentar as probabilidades de eficácia da mera intergovernamentalidade, reforçando os mecanismos de coordenação nacional, através de recomendações, troca de melhores práticas e planos de orientação (*soft law*). Uma tentativa de produzir os mesmos resultados que não eram politicamente possíveis através da harmonização legislativa europeia (*hard law*) e que foi particularmente aplicável à política de emprego, após os compromissos assumidos no Tratado de Amesterdão, para desenvolver uma estratégia neste âmbito.⁶⁷⁰

Ora, pretendemos de seguida destrinçar, entre o discurso generalista do PSOE defensor de uma dimensão social europeia, em que nível de governação o partido a concebe? Supranacional, intergovernamental, e de coordenação reforçada de políticas nacionais (embora à época ainda o designado *método aberto de coordenação* não fosse prática instituída)? Frequentemente, na documentação analisada, o discurso utilizado pelos socialistas é ambíguo para responder à questão, como quando o governo apresenta as prioridades para a

⁶⁶⁹ *Idem, ibidem.*

⁶⁷⁰ O *método aberto de coordenação* (MAC) não tem existência formal nos tratados, mas é uma prática instituída pelos estados-membros, iniciada com o lançamento da Estratégia Europeia de Emprego, em 1997, reforçada e aprofundada com a premência de uma convergência das economias nacionais face à existência de uma política monetária única, que cria mecanismos de orientação, coordenação e supervisão em matéria de política económica dos estados. A lançamento da Estratégia de Lisboa, em 2000, viu no MAC a via política possível para concretizar os objetivos do plano. O MAC consiste em fazer levar à aplicação de medidas para atingir os objetivos propostos não através de legislação comunitária, vinculativa (*hard law*), mas de incentivo à tomada de ações governamentais nacionais voluntárias (*soft law*). Cf. NUGENT, Neill - Ob. cit. p. 297, 298; HIX, Simon; BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 201, 2002; SILVA, António M. da - *Sistema Político da União Europeia* [...]. cit. p. 106-110.

presidência da CEE: “En materia social los objetivos se centrarán en la armonización de los ordenamientos jurídico-laborales de los Estados miembros y en los temas del empleo y la formación profesional continuada.”⁶⁷¹ A forma como esta intenção é apresentada, deixa a possibilidade de a harmonização poder ser atingida através da iniciativa governamental nacional e não de uma comunitarização da legislação, i.e. da aprovação de legislação vinculativa europeia.

É-nos, contudo, possível chegar a duas conclusões através da análise qualitativa de discurso feita: que o PSOE defende a supranacionalidade em áreas como a concertação social europeia, a participação dos trabalhadores na administração das multinacionais europeias e nas normas de segurança e saúde no trabalho; e que noutros assuntos, como proteção de emprego e medidas de segurança social, pela ambiguidade do discurso que evita assumir uma posição clara, o partido será favorável à manutenção do *status quo* europeu.

No programa eleitoral europeu de 1989, o PSOE defende a “Carta Social Europeia” (fazendo referência à Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores aprovada pelo Conselho Europeu de Estrasburgo em 1989) como a “piedra angular que debe ser reconocida por todos los Estados miembros.” Mas, considerando a peculiaridade do sistema político e jurídico da UE, o reconhecimento pelos estados-membros pode significar apenas a aceitação em tratado sem lhe ser conferido valor jurídico, como aliás foi o que aconteceu. Mais à frente, o PSOE parece então ser favorável a que a Carta seja uma base para a iniciativa legislativa europeia:

“35. A partir de ella, debe elaborarse una legislación social comunitaria que defina las bases de la democracia económica, la protección social, la seguridad y la salud en el puesto de trabajo, la igualdad profesional y de posibilidades entre mujeres y hombres, la libre circulación y el reconocimiento mutuo de diplomas y calificaciones, y los derechos de los emigrantes. 36. Las principales líneas que caracterizan la democracia económica propugnada por los socialistas europeos son: la participación de los trabajadores y de sus representantes en las decisiones de las empresas; los derechos de información, de consulta y de negociación en la empresa sobre todos los problemas que conciernen a la organización y a las condiciones de trabajo; la participación de los representantes de los trabajadores en la concertación y elaboración (a nivel regional, nacional y comunitario) de los programas de desarrollo sectoriales y regionales. 37. El desarrollo del diálogo entre los interlocutores sociales en el marco comunitario debe ser otro rasgo básico de la Europa social. Hay que iniciar la negociación colectiva entre los interlocutores sociales para regular la situación de las multinacionales e introducir normas mínimas en los sectores profesionales, que eviten

⁶⁷¹ “Potenciar la unidad europea.” *El Socialista*. N° 470 (31.01.1989) p. 4.

situaciones de competencia desleal y logren una aproximación negociada y solidaria.”⁶⁷²
[Sublinhado nosso].

Ao referir-se à elaboração de legislação comunitária, acima sublinhada, o PSOE assume uma posição supranacional para aquelas áreas. No manifesto eleitoral europeu de 1987, já tinha inscrito também o objetivo de comunitarização no âmbito da higiene e segurança no trabalho.⁶⁷³ Na apresentação dos objetivos da presidência espanhola da CEE para o primeiro semestre de 1989, o governo socialista incide sobre o mesmo - “es necesario desbloquear algunas directivas como las consultas sobre formación de los trabajadores y normas mínimas sobre los derechos de los trabajadores en contratos de trabajo atípicos”⁶⁷⁴, assim como no programa eleitoral nacional de 1989 - “Contribuir a la democracia industrial a través de legislaciones comunitarias sobre información y participación de los trabajadores de las empresas y grupos multinacionales.”⁶⁷⁵

Quanto aos outros temas integrados numa política social europeia, o PSOE é difuso e ambíguo na linguagem utilizada para expressar a sua posição, como no manifesto de 1989: “[T]odos los ciudadanos europeos tienen derecho a un buen sistema de seguridad social. De acuerdo con la Ata Única apoyamos la mejora de prestaciones de la seguridad social en todos los países comunitarios, incluso mediante un desarrollo al alza con vista al progreso social.”⁶⁷⁶ Apoiar-se a melhoria da segurança social em todos os países, mas sem se defender harmonização legislativa europeia, o que nos remete para a iniciativa nacional governamental como meio para atingir o objetivo. A mesma ambiguidade caracteriza as resoluções do 31º congresso, sobre a construção de um espaço social europeu, que “implica [...] un ejercicio de voluntad política por parte de todos los países miembros, quienes deberán tomar iniciativas conjuntas [...]”⁶⁷⁷ O termo empregue - “iniciativas conjuntas” - deixa também margem para interpretações várias, pois podem ser tomadas através de diretivas europeias harmonizadoras de legislação nacional ou da coordenação de ações nacionais voluntárias. Nas resoluções do 32º congresso, registam-se os mesmos apelos sob a mesma indefinição.⁶⁷⁸

⁶⁷² PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p. 9.

⁶⁷³ “4. La fijación de normas mínimas en Europa de salud y seguridad en el trabajo.” PSOE – “Manifiesto Europeo. Por las cosas bien hechas.” 1987. s. p.

⁶⁷⁴ “El espacio social y la protección del medio ambiente, objetivos de los socialistas europeos.” *El Socialista*. Nº 469 (15.01.1989) p. 6.

⁶⁷⁵ PSOE – “Programa Electoral 1989.” 1989. p. 8. Cf. *Diario de las Sesiones*. Nº 166 (14.02.1989) p. 17.

⁶⁷⁶ PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p.10.

⁶⁷⁷ “Resoluciones 31º Congreso.” *El Socialista*. Nº 48 (22.01.1988) p. 42.

⁶⁷⁸ “De esa dimensión ciudadana deriva también la puesta en práctica del espacio social comunitario, para hacer posible que el ciudadano trabajador en el seno de la Comunidad goce de unos derechos básicos similares en el campo laboral y de la protección social, sea cual fuer el lugar en el que realiza su trabajo y resida. La Carta Social Europea responde a esa necesidad y es un complemento indispensable de la progresiva creación del mercado único europeo.” “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 25.

Com a presidência da CEE durante o primeiro semestre de 1989, o governo socialista fica incumbido de formular e impulsionar propostas para avançar na dimensão social comunitária, de modo a colmatar o atraso relativamente a outros aspetos do mercado interno. Assim, solicita à Comissão um esboço final de uma carta comunitária dos direitos sociais.⁶⁷⁹ Os socialistas no governo vão justificando a dificuldade das negociações para realizar a Europa social devido às diferentes legislações nacionais, apresentando o RU como principal opositor. Os objetivos da presidência espanhola no âmbito social são “aprobarse directivas importantes sobre higiene y seguridad en el trabajo” e “analizar, en primera lectura, el texto de la Carta de Derechos Sociales [...]”⁶⁸⁰ De acordo com a proposta feita ao Conselho Europeu, veiculada pelo governo, “la carta comunitaria, de aplicación directa, garantizaría el reconocimiento de la libertad sindical, y los derechos de los trabajadores a la representación, a la negociación colectiva, a la información, a la consulta, a la salud, a la seguridad en el trabajo y a la protección social.”⁶⁸¹ Mas, o que entender aqui por “aplicação direta” da Carta? Na falta de outras referências a aspirações realmente comunitárias, o entendimento mais óbvio parece-nos a incumbência aos estados-membros de aplicar legislação nacional conforme, em vez da imposição jurídica que adviria de uma legislação comunitária. E, nesse sentido, estaríamos no âmbito da coordenação governamental.

Na continuação da apresentação dos objetivos, encontramos outra passagem que nos dá mais pistas para uma conclusão mais fundamentada. O governo considera que “lo más importante para construir [...] el ‘modelo social europeo’ es fijar los objetivos para la consecución del mercado interior de 1992, como marco de primera etapa de armonización de los sistemas socio-laborales de los doce países miembros.”⁶⁸² O que interpretar desta declaração? Parece-nos que é a concretização do mercado interno prevista para o final de 1992 que dará o mote para avaliar as condições de harmonização no âmbito social. Pelo que, a ser assim, podemos induzir que a ideia de harmonização social será uma etapa a *chutar para a frente* – ou seja, não é descartada politicamente num horizonte dependente da concretização do mercado interno, mas não é concretizável para já.

Na informação ao Congresso de Deputados sobre os resultados do Conselho Europeu de Madrid, o governo defende agora o vínculo jurídico para a Carta, deixando explicitamente em aberto qual o nível de competências em que ficariam os assuntos por ela abrangidos:

⁶⁷⁹ “Derechos sociales para todos los ciudadanos comunitarios.” *El Socialista*. N° 474 (31.03.1989) p. 3.

⁶⁸⁰ *Diario de las Sesiones*. N° 166 (14.02.1989) p. 17.

⁶⁸¹ “Derechos sociales para todos los ciudadanos comunitarios.” *El Socialista*. N° 474 (31.03.1989) p. 3.

⁶⁸² *Ibidem*.

“[...] [S]omos de los que creemos, con otros muchos países miembros de la Comunidad, que la Carta Social, además de tener un contenido puramente declarativo, tiene que tener un desarrollo jurídico vinculante, obviamente respetando principios de funcionamiento de la Comunidad, de ellos uno elemental, el respeto a los Tratados, y junto a eso, también razonablemente, respetando que hay distintos ámbitos de competencia: el ámbito de competencias comunitario, el nacional y el convencional.”⁶⁸³ [Sublinhado nosso].

Apesar de o carácter jurídico vinculativo da carta conferir poder ao Tribunal de Justiça das Comunidades para arbitrar sobre o cumprimento dos seus objetivos, isso não implicaria a transferência automática de competências legislativas, tendo de ser especificado quais os domínios que passariam para o âmbito comunitário (supranacional) e quais as que permaneceriam no nacional. É precisamente este esclarecimento que o PSOE não faz, escudando-se na complexidade dos tratados e da diversidade de níveis legislativos que poderiam fazer concretizar os objetivos da carta. Mas se não faz este esclarecimento de forma explícita, deixa essa ressalva implícita, ao salvaguardar que o vínculo jurídico teria sempre de obedecer ao estipulado nos tratados em termos de atribuição de competências.

Por um lado, temos o desejo de uma política social para a Europa, de uma dimensão social para o mercado interno, com a defesa do vínculo jurídico da Carta Social, mas, por outro, não temos um esclarecimento sobre se se pretende que realmente as matérias a ela afetas sejam harmonizadas através de legislação comunitária, i.e., passem para o âmbito supranacional. Como regista Gillespie, o tema da Europa social “has been limited to support for the Social Chapter, and the dominant theme in socialist discourse since the late 1980s has been that of a citizen’s Europe rather than that of a social Europe.”⁶⁸⁴ De facto, não vemos nos discursos analisados, a defesa de uma verdadeira integração da política social.

Esta nossa conclusão é fortalecida por outras intervenções de Felipe González no parlamento, quando enfrenta a oposição de Azcarraga Rodero, deputado pelo partido basco Eusko Alkartasuna, que critica o mero valor declarativo da carta – “se trata de un texto que no es vinculante y que además deja en manos de los gobiernos la adopción o no de muchos de los principios de esta Carta.”⁶⁸⁵ A isto, González responde:

“He añadido que la única prueba para medir las consecuencias de esta carta será probablemente el ver en cada una de las propuestas de la Comisión cómo se puede ir avanzando en la definición de un vínculo jurídico derivado de unos derechos sociales de

⁶⁸³ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 204 (28.06.1989) p. 11552.

⁶⁸⁴ GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” In GAFFNEY, John (ed.) – *Political Parties and the European Union*. p. 161.

⁶⁸⁵ Intervenção no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 006-1 (20.12.1989) p. 181.

carácter comunitario. Siempre tengo que añadir que en los tratados hay un reparto competencial entre la Comunidad y los Estados miembros que no está en cuestión ni por la Carta Social ni por las propuestas de la Comisión, y esto no porque a uno le guste más o menos, sino porque son tratados internacionales que tienen que ser cumplidos al pie de la letra. Por tanto, la Comisión sólo hará propuestas. Probablemente seguiremos debatiendo ‘ad infinitum’ en el ámbito de las competencias de la Comunidad y no en el ámbito de las competencias de los Estados. Cuando haya que criticar la mayor o menor política social de cada Estado miembro se podrá criticar en cuanto a su posición respecto a las propuestas que se hagan en la Comunidad [...]”⁶⁸⁶

Felipe González opta por responder ao deputado explicando o que de facto seria possível fazer em matéria social daí em diante de acordo com os tratados e não revelando qual seria o ideal do governo socialista relativamente à definição de repartição de competências neste domínio. Sendo que a Comissão pode fazer propostas, a real vontade de uma política social por parte dos estados-membros seria avaliada no momento da discussão de cada proposta, em face da decisão sobre a que nível de competências atuar. Deste modo, González escapa-se da questão que verdadeiramente interessava: concebe o PSOE que a UE exerça competências legislativas no domínio de segurança social?

Note-se, conforme explicado anteriormente, que os socialistas espanhóis foram explícitos relativamente à ambição de adoção de legislação comunitária, harmonizadora, para algumas questões, como as de saúde e segurança no trabalho. Mas não o fazem para outros temas da carta, como os concernentes à segurança social. Face a esta omissão e a toda a evasão discursiva do governo e do partido, tendemos a concordar com a crítica que o mesmo deputado da oposição deixa implícita na pergunta que faz a González: “Cabe preguntarse, incluso, hasta qué punto – y es una pregunta que yo me hago, que usted estará en condiciones de responder, si así lo desea – muchos gobiernos no se han servido de la postura intransigente del Gobierno británico para sacar adelante una Carta Social no vinculante y que no les impusiera unos costes demasiado elevados.”⁶⁸⁷ Efetivamente, observamos um certo comodismo do governo espanhol ante a indefinição das competências comunitárias no âmbito social, não manifestando a determinação e resiliência política que usou nas negociações para a política de coesão, por exemplo.

O cerne da questão está no facto de a dimensão social não gozar, de todo, do mesmo interesse nacional que a coesão, em termos de estratégia governamental para a política económica nacional no mercado interno. Como referido na introdução deste capítulo, não

⁶⁸⁶ Intervenção no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 006-1 (20.12.1989) p. 194, 195.

⁶⁸⁷ Intervenção de Azcarraga Rodero no Congresso dos Deputados. *Ibidem*, p. 181.

houve um governo que tivesse concordado com uma harmonização legislativa comunitária nos assuntos de segurança social. Nem os mais ricos, que não queriam descer os seus altos níveis de proteção social para não enfrentar oposição interna, preferindo aumentar a competitividade através da produtividade, nem os mais pobres, que viam nos baixos custos sociais do trabalho um fator competitivo e de atração de investimento estrangeiro. Ora, para um estado-membro como Espanha, com níveis de proteção social abaixo dos estados fundadores, seria certo que uma harmonização social prejudicaria a estratégia competitiva nacional espanhola no mercado interno.

Assim, Felipe González parece preferir *chutar* a questão para a frente. Em vez de explicitar quais as áreas em que pretendia comunitarização, porque não o pretende ou tem sérias dúvidas quanto a isso, fica-se pela versão simplista de que a Carta Social e o posterior protocolo anexo ao TM confeririam à União a possibilidade de ter iniciativa legislativa no domínio social. Nas explicações que dá ao congresso dos deputados sobre o acordo conseguido no Conselho Europeu de Maastricht, remete-se a essa explicação, para evitar ser confrontado com a negação da Europa social - “El citado acuerdo confiere a la futura Unión Europea la competencia para legislar en todas las cuestiones que tienen que ver con la materia social, entendida ésta en su más amplio sentido: condiciones de trabajo; salud; seguridad e higiene; derechos de información de los trabajadores y sus representantes; inserción laboral; discriminación en el empleo; seguridad social y protección social; protección frente al despido; etcétera.”⁶⁸⁸ A questão é que, mesmo que a UE tenha margem para usar capacidade de iniciativa legislativa neste âmbito, o processo de decisão a que as matérias sociais ficam sujeitas torna praticamente impossível a produção de legislação comunitária, como aliás se tem verificado, com exceção em alguns assuntos sobre as condições de trabalho e diálogo social. Ou seja, mais importante para avaliar a genuína vontade socialista em avançar no domínio social seria o governo discernir sobre os processos de decisão comunitária possíveis para esta área.

c) O sacrifício da dimensão social europeia ao serviço da política económica governamental

A estratégia de desenvolvimento económico do governo espanhol entre 1986 e 1993 ajuda-nos a compreender o laxismo do PSOE relativamente à política social, em contraponto

⁶⁸⁸ Intervenção de Felipe González, enquanto chefe de governo, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. N° 216 (01.10.1992) p. 10621. Cf. *Diario de las Sesiones*. N° 155 (17.12.1991) p. 7759.

à de coesão, da qual Felipe González foi exemplo de personalização europeia, exercendo um papel determinante para a sua concretização.⁶⁸⁹

Antes da entrada para a CEE, Espanha focou-se na preparação da economia nacional para a competitividade livre do mercado interno, com reestruturação industrial e limitação de salários como algumas das medidas tomadas, conforme anteriormente explicado. De 1986 a 1991, a política económica do governo centrou-se numa estratégia de crescimento assente no investimento público e privado, para o que a captação de investimento estrangeiro era um ponto fulcral. De tal modo que, em 1989, Espanha é o quarto país do mundo a atrair o maior volume de investimento externo.⁶⁹⁰ Face à crise dos inícios dos anos 90 e às obrigações nacionais no Sistema Monetário Europeu (SME), o governo é obrigado a tomar medidas de desvalorização da moeda⁶⁹¹, que, apesar de não coincidentes com as capacidades da economia nacional, cumpriam o objetivo de manter o país na integração monetária. Mediante esta estratégia de desenvolvimento económico, aliada ao início das contingências monetaristas que a UE começa a imprimir aos Estados, o governo socialista aposta fortemente na coesão, vendo no aumento dos fundos estruturais uma injeção de investimento estatal para auxiliar a transformação das infraestruturas básicas, ainda necessárias para o desenvolvimento competitivo das actividades económicas, e também deste modo impulsionar a economia através de investimento estatal. O PSOE bateu um recorde de promoção de infraestruturas públicas, como autoestradas, caminhos de ferro, portos, aeroportos, condutas de gás e petróleo entre outras, o que praticamente triplicou o investimento em obras públicas neste período.⁶⁹²

Assim se compreende que os fundos estruturais fossem a prioridade das prioridades de González na Europa - com Espanha a ameaçar mais do que uma vez dificultar outras áreas se a coesão não fosse concretizada⁶⁹³ – e, por outro lado, que a comunitarização da política social fosse contraproducente à oferta de uma economia nacional competitiva no mercado europeu e à atração de investimento externo, pois ela implicaria uma subida dos custos do trabalho.

⁶⁸⁹ PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de – Ob. cit. p. 42.

⁶⁹⁰ KENNEDY, Paul – “Spain’s ‘Third Way’?: The Spanish Socialist Party’s utilization of European Integration”. *Journal of Southern Europe and the Balkans Online*. Nº 1, vol. 3 (2010) p. 49, 53 [Em linha]. [Consult. 09.09.2016]. Disponível em WWW: < <http://dx.doi.org/10.1080/14613190120050476> >. Regista-se uma vertiginosa subida no investimento estrangeiro a partir de 1986. BALSAMEDA, Miguel, SEBASTIÁN Miguel – “A Espanha na UE.” In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2005. P. 255, 256.

⁶⁹¹ *Idem, ibidem*.

⁶⁹² *Idem, ibidem*. p. 55.

⁶⁹³ NUGENT, Neill – Ob. cit. p. 339.

Efetivamente, o resultado desta estratégia governamental socialista é um crescimento económico notável, atingindo os mais altos níveis entre 1986 e 1990⁶⁹⁴, o que permite também construir o Estado Social. Quando o PSOE subiu ao governo em 1982, a expectativa dos espanhóis era que viessem a lograr padrões de vida e de proteção social semelhantes aos que a social-democracia tinha garantido no resto da Europa. A missão do partido não será fácil, num contexto em que no resto da Europa já as ideias sociais-democratas entravam em declínio com a dificuldade de manter o seu modelo social face a uma globalização económica e à ascensão de uma direita com medidas liberalizantes renovadas. Mas, a par com um alto investimento público, o PSOE consegue estruturar um Estado Social, constituindo um sistema nacional de saúde e pensões mínimas que abrangem toda a população, assim como estender o subsídio de desemprego a mais beneficiários. As despesas com educação, saúde e outras garantias de proteção social aumentaram exponencialmente, chegando em 1995 a atingir 50% do PIB.⁶⁹⁵ Foi essencialmente graças ao crescimento económico que este nível de despesa pública foi possível, o que, em parte, apesar de algumas medidas impopulares e da perda de apoio dos sindicatos, garantiu a reeleição de Felipe González.

Enquanto o crescimento económico nacional garantisse a manutenção do Estado Social não haveria necessidade de olhar para a UE como um complemento às incapacidades nacionais (até porque a heterogeneidade de regimes sociais beneficiava a competitividade espanhola), através de transferências de soberania acompanhadas por reforço do carácter redistributivo comunitário, resultante num aumento de orçamento europeu. Até porque, este, na ótica espanhola, deveria ser direcionado para a política de coesão, que servia a estratégia de estímulo nacional à economia.

Assim, se concluímos que esta atuação do PSOE é coincidente com as tendências, identificadas na primeira parte desta tese, de os partidos no governo atuarem com pragmatismo face à política europeia, acrescentamos a conclusão de que, conforme o caso do governo socialista espanhol, a atuação em função do imediato interesse nacional limita e desvanece mesmo a concretização de um programa ideológico do partido para a UE – aqui constatado na fácil conformação com o estatuto da Carta dos Direitos Sociais. Isto resulta num PSOE mais interessado numa política europeia apoiante do crescimento económico (apoio à coesão) do que da redistribuição de riqueza, i.e., genuinamente mais afastado de uma via socializante para a UE do que a sua retórica transparece.

⁶⁹⁴ KENNEDY, Paul – Ob. cit. p. 51.

⁶⁹⁵ *Idem, ibidem.* p. 55.

É um facto que se regista no discurso doméstico do partido uma preocupação com a dimensão social europeia, instrumentalizando o tema para manter viva a abordagem ideológica à UE. Neste sentido, o caso do PSOE é uma prova da dificuldade de consensualidade entre os estudos académicos sobre a influência que a UE tem na diminuição de polarização ideológica dos programas partidários.⁶⁹⁶ Se existem alguns estudos que indicam que o processo de integração europeia reduz os elementos político-ideológicos de uma série de assuntos políticos, não só porque o eleitorado é indiferente a esses temas europeus, como também porque quando no governo os partidos tendem a *despolitizar* as questões devido aos compromissos que têm de assumir na UE⁶⁹⁷, o discurso partidário e programático do PSOE não parece encaixar nesta tendência, também verificada por outras investigações. Ao nível do discurso programático do PSOE, registamos que é precisamente a complexidade das formulações que a política social pode assumir no sistema político da UE - e por conseguinte, a dificuldade dos eleitores chegarem a esse conhecimento - que permite ao partido *ideologizar* consistentemente (quer nos programas partidários, quer nas resoluções de congresso) o seu discurso com o chavão da Europa social e o apoio à Carta dos Direitos Sociais. Assim, a complexidade do sistema político da UE atua como um álibi para a ideologização do discurso partidário que chega ao eleitorado. Porém, quando tentamos ir além da simplicidade ideológica da retórica, é que podemos considerar que o partido diminui, efetivamente, a real intenção ideológica para uma política social europeia, já que não assume explicitamente uma preferência por competências supranacionais, nem uma agilização dos processos de decisão comunitária neste domínio. Apesar disso, consegue com essa retórica escudada na complexidade do sistema político comunitário *ideologizar* o seu discurso sobre a UE.

Desde 1986, o PSOE utiliza também a coesão para conferir uma característica socializante ao projeto do mercado interno. Concluímos, assim, que o particular contexto nacional e a resposta a ele consignada numa estratégia económica de liberalização e promoção à competitividade e investimento estrangeiro condicionou fortemente, apesar do

⁶⁹⁶ DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki – Ob. cit. p. 238. Os autores citam diversos trabalhos que têm como objetivo avaliar, através da análise de manifestos eleitorais, se se regista um impacto da UE na abordagem ideológica de vários assuntos europeus, mas os resultados alcançados são contraditórios.

⁶⁹⁷ Dorussen e Nanou citam, neste caso, estudos como os de: MAIR, Peter – “The limited impact of Europe on national party systems.” In HIX, Simon, GOETZ, Klaus H. (ed.) – *Europeanised Politics? European Integration and National Political Systems*. London: Frank Cass, 2000. p. 27-51; o de HIX, Simon – “The end of democracy in Europe? How the European Union (as currently designed) restricts political competition.” Typescript. London School of Economics, 2003; e o de BERNARD, William – “The European Union’s impact on domestic party competition”. Unpublished paper. Cit. in DORUSSEN, Han, NANOU, Kyriaki – Ob. cit. p. 238, 239.

aparato discursivo, uma genuína dimensão social programática do PSOE para a UE. “Growth rather than redistribution was the clear priority during the PSOE’s first decade in office.”⁶⁹⁸

Seria, porém, excessivo afirmar que as preocupações sociais estiveram ausentes das atuações dos socialistas espanhóis enquanto governo, pois refletiram-se numa perspetiva nacional (com a edificação do Estado Social, embora com os valores de investimento mais baixos da Europa) e, apesar de muito aquém das aspirações do discurso de exílio e do pós-ditadura em prol da construção de uma “Europa dos trabalhadores”, evidenciaram-se na defesa de algumas medidas como as condições de trabalho e os direitos de cidadania, ou na mera defesa da Carta Social, por mais inconsequente que ela fosse no imediato em termos políticos e jurídicos, seria sempre um primeiro passo para o aprofundamento.

Tendemos, pois, a concordar parcialmente com a posição de Kennedy, “that’s the PSOE’s adoption of the liberal economic framework offered by the European project did not imply any rejection of the welfare state.”⁶⁹⁹ Concordamos parcialmente porque se por um lado a adoção de uma política económica liberal como fator de competitividade no mercado interno permitiu o crescimento necessário para que o Estado investisse num sistema de segurança social nacional, por outro, esta mesma estratégia económica limitou o programa ideológico do PSOE para uma verdadeira Europa social. Uma limitação estratégica, podemos dizer, relacionada com a conjuntura nacional da época, que poderá ser desbloqueada mais tarde, quando o partido considerar que o papel redistributivo da UE a esse nível poderá ser imprescindível como auxílio às incapacidades nacionais das funções sociais do Estado (limitado pelo PEC e/ou em fases de recessão económica).

1.2 PS: contexto eleitoral e contingências partidárias atenuam Europa Social – a ideologia de parte

Ao contrário do PSOE, o PS iniciou esta fase de Portugal como membro da CEE na oposição, situação que permanecerá até ao final deste período de análise, 1993. É uma “travessia do deserto”⁷⁰⁰ para um partido que estava habituado à supremacia eleitoral e ao protagonismo mediático, conotado como o principal responsável pela contenção

⁶⁹⁸ GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” p. 161.

⁶⁹⁹ KENNEDY, Paul – Ob. cit. p. 57.

⁷⁰⁰ TELO, António José - *História Contemporânea de [...] Cit. Vol. II. p. 22.*

revolucionária da transição democrática e que, apesar de já ter experimentado a oposição, tinha-o feito por curtos períodos. Mas as experiências de governação, com a aplicação de dois programas de austeridade, conduzidos por duas intervenções do FMI, foram desgastantes. Na última, em coligação com o PSD, o designado Bloco Central, governou de 1983 a 1985.

Por outro lado, o seu líder de sempre, personalidade carismática, de punho firme e projeção internacional na liderança socialista, Mário Soares, abandona o cargo de secretário-geral para se candidatar à presidência da República. Apesar de intrínseca ao devir partidário, esta mudança não deixa de abalar um partido relativamente jovem, criado, orientado e conduzido sob a marca *soarista*. O PS vivera muito da personalização de Soares, que adquirira um carisma e simbolismo de patriotismo e luta democrática durante o período revolucionário do pós-25 de Abril. Ressacado do término de uma liderança (apesar de também contestada) forte, o PS vai procurando a via de regresso ao poder com alguma dificuldade, elegendo três líderes diferentes durante este período em análise (1986-93).

O adversário PSD fazia o trajeto contrário. Depois da alternância de cadeiras na liderança, de experiências governativas fugazes desde o início do período democrático, o partido inicia uma etapa governativa que se prolonga durante 10 anos consecutivos. O novo secretário-geral, Cavaco Silva, consolida uma liderança que se afirmará pelo êxito da experiência no executivo, auxiliado por um clima económico internacional favorável, pelo fim de um período de saneamento financeiro e pela avalanche do fundos estruturais da Europa. De 1986 a 1993, Portugal vive o maior crescimento alguma vez visto, acima da média europeia. O país ruma a uma significativa convergência com a média de desenvolvimento comunitária *per capita* - apesar de ficar ainda aquém dela. Depois de uma primeira legislatura curta - pois governava em minoria e é derrubado por uma moção de censura aprovada em parlamento, o PSD será reeleito com maioria absoluta, em 1987, feito que repete em 1991. Todos os distritos do país, à exceção de um ou dois do Alentejo, ficam pintados a laranja.

Face a um governo com uma reputação em alta, enquadrada por um clima generalizado de prosperidade económica, os socialistas têm uma batalha extenuantemente difícil pela frente. Pela primeira vez depois do fim da ditadura, Portugal encontrava estabilidade económica e política, mas o PS não participava dela no poder executivo. É com este pano de fundo – enquanto partido de oposição - que os socialistas irão fazer, no espaço doméstico, a política europeia.

a) Os fundos como vertente social comunitária

Em Portugal e Espanha, os partidos socialistas não utilizaram, de forma geral, o estatuto de oposição para se oporem à adesão à CEE ou ao seu aprofundamento, ao contrário do que é habitual noutros países da Europa⁷⁰¹, em que o partido no governo é mais favorável à integração europeia do que o partido na oposição - que tende instrumentalizar o tema por estratégia eleitoralista. Até 1986, PS e PSOE, mesmo nos períodos de oposição, mantiveram sempre a adesão dos respetivos países como prioridade, nesta altura explicada pelo seu papel de consolidação democrática. Mas mesmo já depois de Portugal ser estado-membro, apesar do PS atravessar todo este período de oposição, mantém-se profundamente favorável ao AUE e ao TM.

É um apoio explícito e veemente, mas não deixando de apontar as insuficiências das reformas ao TR, com a reclamação por uma dimensão social da CEE, o que incidirá fortemente na reivindicação pelo aumento de fundos estruturais para Portugal. No programa eleitoral de 1985, o partido preenche quase exclusivamente a componente social da Comunidade com a proteção assegurada dos direitos dos trabalhadores migrantes no espaço comunitário, referindo que a dimensão social se exprime na “faculdade de acesso ao Fundo Social Europeu” e que “implica ainda a europeização dos parceiros sociais portugueses [...]”⁷⁰² No manifesto das eleições antecipadas de 1987, fica-se por uma referência muito generalista à necessidade de o país reivindicar a concretização da coesão económica e social consignada no AUE.⁷⁰³

É com a entrada em vigor deste tratado e das suas implicações em termos da coesão, que o PS vai focar o seu discurso dos próximos anos nas alegadas necessárias transferências financeiras para os estados mais vulneráveis. Em debate parlamentar sobre a apreciação ao AUE, a única conotação social sobre o projeto está na invocação de uma “constante acentuação dos aspetos da coesão económica e social e do desenvolvimento regional no conjunto dos programas comunitários.”⁷⁰⁴

No jornal oficial do partido, os apelos são permanentes a partir de 1987, com a justificação da insuficiência das disposições imediatas do AUE, das suas implicações e das da UEM. “Para o secretário-geral do PS, a CEE encontra-se numa ‘encruzilhada’ entre o assumir-se, em definitivo, como espaço de integração política, económica, social e cultural ou

⁷⁰¹ FEATHERSTONE, Kevin – “Socialist parties in Southern Europe and the enlarged European Community”. In GALLAGHER, Tom, WILLIAMS, Allan M.- *Southern European Socialism. Parties, elections and the challenge of government*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1989. p. 259.

⁷⁰² PS – “Um pacto de progresso para 4 anos de governo. Programa de governo 1985-90.” 1985. p.10.

⁷⁰³ PS – “Para um Portugal moderno e solidário. Programa para um governo do Partido Socialista.” 1987. p. 9.

⁷⁰⁴ Intervenção do deputado Jaime Gama. *DAR*. Nº 32 (08.02.1986) p. 1066.

estiolar na multiplicidade de confrontos regionais, devido à manutenção de diferenças entre ‘os parceiros ricos’ e os ‘parceiros pobres’ dos Doze.”⁷⁰⁵ Neste sentido, uma das vertentes da concretização da função social da CEE fica implícita nos fundos estruturais. Torna-se premente, na retórica socialista, que os efeitos negativos da liberalização total do mercado interno sejam compensados com transferências financeiras em favor dos estados mais vulneráveis, como invoca o secretário-geral Vítor Constâncio: “Com efeito, seria impensável fazer repercutir sobre as regiões menos favorecidas os custos de uma integração progressiva, o que corresponde a condená-las definitivamente a um papel subalterno no desenvolvimento deste processo, aumentando assim o actual fosso.”⁷⁰⁶ A mensagem é constantemente repetida por outros porta-vozes do partido e veiculada no seu jornal oficial em diferentes circunstâncias, com o exposto pedido de aumento dos fundos estruturais.⁷⁰⁷

Após a realização do Conselho Europeu extraordinário de Bruxelas, a 11 de fevereiro de 1988, que aprova o Pacote Delors I, o líder socialista regozija-se, na Assembleia da República, com os resultados.⁷⁰⁸ O que é notável neste debate parlamentar que teve como tema principal a integração europeia, sob o mote do resultado dessas negociações (tomadas como uma vitória para o governo), é que o partido socialista tenha utilizado meramente como elemento de oposição a alegação de falta de empenho do governo na reivindicação financeira, acusando Cavaco Silva de ter uma posição branda e de ter logrado com os esforços do governo socialista espanhol na negociação.⁷⁰⁹ O PS concentrou-se na forma e não na essência da política europeia, pois poderia ter puxado o debate “à esquerda”, apontando antes ao governo a falta de luta por uma dimensão verdadeiramente social das Comunidades, pela reivindicação de medidas integradas de proteção dos trabalhadores e de segurança social. Apesar de com Constâncio o partido falar, aqui e ali, da “construção de um espaço social de solidariedade”⁷¹⁰ no âmbito do mercado interno, e de forma a suprir as insuficiências do AUE,

⁷⁰⁵ “Insuficiências do Ato Único podem vir a comprometê-lo.” *Acção Socialista*. Nº 426 (05.02.1987) p. 8.

⁷⁰⁶ “Vencer preconceitos nacionalistas e construir uma Europa mais unida.” *Acção Socialista*. Nº 433 (26.03.1987) p. 4.

⁷⁰⁷ “União política europeia é objetivo que se mantém atual.” *Acção Socialista*. Nº 426 (05.02.1987) p. 8, 9.

⁷⁰⁸ “A verdade é que sempre encarámos a adesão de Portugal à CEE como uma questão verdadeiramente nacional. / Por isso nos regozijamos com os resultados positivos para Portugal que decorrem da Cimeira de Bruxelas e sublinhamos ao mesmo tempo a importância que teve para a construção europeia.” *DAR*. Nº 63 (15.03.1988) p. 2187.

⁷⁰⁹ “Ninguém na imprensa internacional falou no papel de Portugal na obtenção dos resultados da Cimeira de Bruxelas. [...] Portugal, aliás, tinha dado estranhamente a sua aprovação a um projeto de orçamento comunitário que não contemplava as medidas agora adoptadas. Foi a posição de Espanha e de outros países do Sul que bloqueou esse processo orçamental e manteve viva a reivindicação da duplicação até 1992 das verbas dos fundos comunitários.” Intervenção de Vítor Constâncio na AR. *Ibidem*.

⁷¹⁰ Declarações de Vítor Constâncio no discurso de abertura do Congresso da CPSCE. “Só nós defendemos valores que diferenciam o modelo europeu.” *Acção Socialista*. Nº 439 (07.05.1987) p. 3.

são os conceitos de coesão económica e social, materializados nos fundos, que dominam o discurso de oposição, com as reivindicações ao governo para trazer dinheiro para Portugal.

Com o aproximar da finalização das negociações de Maastricht, em que já se tornava claro os moldes da conceção da UEM, os argumentos para o aumento dos fundos estruturais ganham ímpeto renovado. Na Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus, que prepara princípios orientadores para o governo para o Conselho Europeu de Maastricht (a realizar no final de 1991), não há referência mencionada pelos socialistas à adoção de uma Carta Social com validade jurídica ou a propostas no âmbito da regulação salarial ou de segurança social. O enfoque é financeiro: “Quanto à coesão económica e social, que para os socialistas está intimamente ligada à UEM, apontaram-na como referente de todas as políticas comunitárias, devendo ser incentivada através do reforço substancial dos fundos estruturais e incrementada por recursos próprios adicionais e atentos à prosperidade relativa dos Estados.”⁷¹¹

Já depois do Conselho Europeu de Maastricht (9 e 10 de dezembro de 1991), que aprovou as disposições para o respetivo tratado, os socialistas exaltam o acordo, apesar de não ser o ideal. Em debate parlamentar, Helena Torres Marques considera que se fez o possível, ficando-se “aquém do desejável” em algumas matérias, como na política social (ideia que não desenvolve), acrescentando: “Para Portugal, o sentido final dos acordos de Maastricht depende da conclusão, com êxito, das futuras negociações e o financiamento das políticas de coesão económica e social [...]”⁷¹² O discurso no âmbito da dimensão social vai sobretudo para a necessária transferência de fundos. Se o jornal do partido titula um artigo sobre o encontro do grupo socialista europeu em Portugal como “Apoio firme à edificação da Europa social”, a única referência relacionada que encontramos no texto diz respeito à coesão económica e social, com a qual “Portugal tem razão para dizer que é preciso aumentar de forma significativa o esforço financeiro.”⁷¹³ Mesmo com a mudança de secretário-geral (António Guterres sucede a Sampaio na liderança do PS em 1992), o vigor na exigência de reivindicação financeira ao governo – então na presidência da CEE – continua. Guterres chega mesmo a propor ao governo PSD que utilize como argumento de pressão a ratificação do TM e o veto ao alargamento que se planeava.⁷¹⁴

⁷¹¹ “Coesão económica e social deve ser referente das políticas comunitárias.” *Acção Socialista*. Nº 672 (12.12.1991) p. 12.

⁷¹² *DAR*. Nº 15 (18.12.1991) p. 337. Cf. “Consequências da cimeira histórica envolvem toda a sociedade portuguesa.” *Acção Socialista*. Nº 673 (19.12.1991) p. 2.

⁷¹³ *Acção Socialista*. Nº 676 (23.01.1992) p. 12.

⁷¹⁴ António Guterres propõe, em conferência de imprensa, num balanço sobre os três meses de mandato do governo na presidência da CEE: “Portugal dispõe, a este respeito, de dois instrumentos significativos de pressão, uma vez que o parlamento português terá de ratificar os Acordos de Maastricht, quer o alargamento da

Até ao final do ano, a luta neste sentido continua com intervenções do secretário-geral, a clamar pela continuidade de esforços para aprovação do Pacote Delors II⁷¹⁵ e com o acompanhamento que o jornal faz do assunto.⁷¹⁶ Em 11 e 12 de dezembro, o Conselho Europeu de Edimburgo aprova o Pacote Delors II e depois disto, a mensagem dos socialistas é para a necessidade de o governo fazer uso dos fundos com critério.⁷¹⁷

Por esta incidência de discurso, conclui-se, assim, que o PS, apesar de estar na oposição, não se distingue do PSOE no destaque que dá à concretização da coesão económica e social – leia-se, a concessão de fundos estruturais – no seu discurso, conotando esta vertente com uma dimensão social da Comunidade. Fazendo desta reivindicação um meio de forte pressão ao governo (responsabilizando-o pelos resultados das negociações orçamentais) utiliza de forma simplista a política europeia, conferindo-lhe uma dimensão social como oposição. A política de coesão é, efetivamente, uma das formas de concretização de solidariedade europeia, assente numa lógica redistributiva, mas não é o núcleo estruturante de uma verdadeira política social comum, como poderia vir a ser a adoção de uma Carta Social tendente às alterações institucionais necessárias para uma política integrada.

Interpretamos o uso que o partido faz deste tema como uma facilitação do discurso de oposição para um público que tinha uma perceção da construção europeia muito limitada aos benefícios económicos, mesmo entre as elites: “On the whole, Portuguese attitudes towards the EU have been overwhelmingly positive. However, it is important to note that the Portuguese consensus is based on a narrow, instrumental view of the benefits of membership for Portugal rather than on a wider perception of EU as a ‘good thing’.”⁷¹⁸ Por outro lado, esta omnipresença discursiva dos fundos coincide, no geral, com uma característica das eleições europeias nos países mais pobres da UE, “where government and opposition parties could

Comunidade aos países que a ela se candidatam.” “Presidência Portuguesa da CEE não pode limitar-se à navegação à vista.” *Acção Socialista*. Nº 689 (16.04.1992) p. 2.

⁷¹⁵ “Por Portugal, Sim à Europa.” *Acção Socialista*. Nº 700 (09.07.1992) p. 2; “O secretário-geral António Guterres exigiu a máxima firmeza do governo na defesa do Pacote Delors II, respeitante às finanças da Comunidade Europeia para os próximos anos, alegando que estão em causa ‘interesses vitais para Portugal.’” “Posição muito firme em Edimburgo na defesa do Pacote Delors II.” *Acção Socialista*. Nº 722 (10.12.1992) p. 2.

⁷¹⁶ “Presidência Portuguesa da CEE – ação global e União Política.” *Acção Socialista*. Nº 710 (17.09.1992) p. 6, 7.

⁷¹⁷ Intervenção de António Guterres na AR. *DAR*. Nº 23 (17.12.1992) p. 847. Cf. “Consagrada tese de Guterres.” *Acção Socialista*. Nº 723 (17.12.1992) p. 6; “Com Delors II e duplicação dos fundos terminaram álbis para o governo.” *Acção Socialista*. Nº 724 (24.12.1992) p. 8.

⁷¹⁸ MOREIRA, Diogo, RUIVO, João P., et al. – “Attitudes of the Portuguese elites towards the European Union.” *South European Society and Politics*. Nº 15-1 (2010) p. 60 [Em linha]. [Consult. 16.10.2016]. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13608746.2010.496926> .

fight on the question of which party would win the most money from the European structural funds for their country, and who would make the best use of the funds.”⁷¹⁹

Podemos ainda induzir uma falta de preparação do partido para lidar ideologicamente com a questão social europeia, dada a complexidade que assume no sistema político da UE, mas é, ainda, prematuro retirarmos essa conclusão. Até porque, o PS acaba por, de algum modo, abordar o tema da Carta Social e de uma política social europeia.

b) A defesa de uma política social europeia, mas pouco!

Os temas nucleares de uma dimensão social europeia, como já identificados anteriormente (medidas salariais, de proteção do direito ao trabalho, medidas de segurança social como subsídio de desemprego, pensão de velhice, entre outras) são muito pouco afluídos pelo partido, mesmo depois da Carta Social Europeia ficar na agenda política da CEE. As únicas medidas defendidas em tom afirmativo e explícito pelo PS a nível comunitário são a criação de um espaço de concertação social europeia e normas para condições de higiene e segurança no trabalho, o que, aliás, a Comunidade veio a fazer. No discurso no congresso da CPSCE, em 1987, Vítor Constâncio deixa o apelo para a criação de “uma dimensão europeia nas negociações entre os parceiros sociais” e para a aplicação das “disposições do Acto Único Europeu em matéria de directivas sobre os padrões mínimos de condições de trabalho”, necessidade que se torna particularmente premente para os trabalhadores migrantes.⁷²⁰

O eurodeputado Fernando Gomes reivindica que a coesão social “implica também o favorecimento de uma uniformização no sentido do progresso das condições de trabalho, das condições de emprego, de formação e das modalidades de expressão dos trabalhadores.”⁷²¹ Em artigo de opinião, o socialista Luís Marinho⁷²² reforça a necessidade de um espaço de concertação social europeu e, em 1989, ano de eleições europeias, o manifesto eleitoral do PS dedica, no capítulo da coesão social, um ponto à mesma causa.⁷²³ Estes aspetos da política social, como vimos já anteriormente, foram aqueles que se tornaram consensuais e nos quais foi possível produzir alguma legislação europeia.

⁷¹⁹ SMITH, Julie – Ob. cit. p. 284.

⁷²⁰ “Direita é a responsável pelo atraso da construção europeia.” *Acção Socialista*. Nº 464 (29.10.1987) p. 5.

⁷²¹ “Fernando Gomes na presidência de comissão do Parlamento Europeu.” *Acção Socialista*. Nº 480 (02.18.1988) p.12.

⁷²² “Mercado Único em 92?” *Acção Socialista*. Nº 520 (24.11.1988) p. 3.

⁷²³ “**7. Pela Democratização da Empresa** - O PS pugna para que, quer no Estatuto da sociedade Anónima Europeia, quer na 5ª Directiva sobre as Sociedades, seja assegurada a participação dos trabalhadores, garantindo-se os direitos de informação, consulta e negociação mesmo no plano supranacional [...]” “Coesão Social é indispensável.” *Acção Socialista*. Nº 547 (01.06.1989) p.18.

Ora, se neste âmbito temos uma explícita defesa por harmonização de regras ao nível comunitário (embora em algumas declarações com ambiguidade sobre se se trata de harmonização realmente comunitária), no que concerne a medidas de segurança social *pura e dura*, i.e., salário mínimo, subsídios de desemprego, etc, as referências são difusas. Apesar de com o novo líder socialista, Jorge Sampaio (eleito em 1988) o discurso partidário incidir mais na política social, as conceções deixadas são gerais. Na AR, Jorge Sampaio alude às insuficiências do AUE no domínio social, considerando “vital” a interação entre a componente económica e social, mas sem deixar quaisquer propostas políticas específicas que pudessem concretizar essa pretensão.⁷²⁴ A reclamação por uma Europa social faz incidir os assuntos europeus numa dimensão de esquerda, instrumental de oposição ao governo, mas fica-se pelos chavões, não explicitando que propostas e soluções concretas têm os socialistas para a formulação política ao nível comunitário, que possibilitasse a construção de um efetivo espaço social europeu, não se confrontando também o governo com uma opinião sobre isso.⁷²⁵ O discurso é parco em propostas concretas, como também se constata, por exemplo, nas intervenções do líder português em dois congressos da CPSCE (cujo manifesto resultante também é vago)⁷²⁶, ou na veiculação dos apelos do grupo socialista no PE⁷²⁷, que pecam

⁷²⁴ “Ora isto não se decreta pelo discurso político nem pela propaganda nem pelo simples e repetitivo enunciado das preocupações com o Acto Único quanto à marcha, a par, do mercado interno com a coesão económica e social. Para nós a interação entre o económico e o social torna-se uma necessidade vital e o método indispensável para participarmos, de parte inteira, nos objectivos a que convictamente aderimos. Os destinatários de tal política são as empresas e os trabalhadores; é por isso oportuno reafirmar que construir o caminho para a Europa de 1992 e para além dela é também aceitar a dinâmica da necessária política social com vista à construção de um espaço social europeu.” *DAR*. Nº 45 (28.02.1989) p. 1581.

⁷²⁵ “**As dimensões social, cultural e política não estão certamente no cerne da Europa que o governo pensa ou avisa.** [...] A construção europeia não se confina à definição do Mercado Único. 1992 **deverá ser a constituição de um espaço comum económico e social** [...]. / É, em primeiro lugar, uma recusa ao desemprego. Não pode reduzir-se ao simples favorecer de expectativas mercantis. [...] É assim **mais um instrumento que um fim**, ao serviço de todos os cidadãos da Europa enquanto **trabalhadores, empresários e consumidores.** [...] Para nós, a **interação entre o económico e o social torna-se uma necessidade vital** [...]. Os destinatários de tal política são as **empresas** e os **trabalhadores**; é por isso oportuno reafirmar que construir o caminho para a Europa de 92 e para além é **também** aceitar a dinâmica da necessária **política social** com vista à **construção de um espaço social europeu.** Repare-se, por exemplo, que para este agendamento parlamentar o Governo invocou essencialmente o Mercado Interno. Ora, para nós Portugueses, será quase um suicídio cortar o cordão umbilical que desejavelmente deve ligar a Europa do mercado interno, a Europa Social, a Europa Cultural e a Europa Política.”⁷²⁵ [O negrito está conforme o original]. Excerto de discurso de Jorge Sampaio na AR. In “Dimensão social, cultural e política não fazem parte da Europa do Governo.” *Acção Socialista*. Nº 534 (02.03.1989) p. 6.

⁷²⁶ “O secretário-geral prosseguiu afirmando que ‘acreditamos na possibilidade – e na necessidade – de uma Europa revitalizada na pujança do seu desenvolvimento, da sua identidade cultural e da sua Coesão económica e social. Acreditamos numa Europa reforçada pela partilha solidária de uma comunidade de destino enriquecedor da pluralidade e diversidade que é, e deverá continuar a ser, a da característica essencial do espaço europeu.’” “Ideia da Europa não se reduz ao mercado interno.” *Acção Socialista*. Nº 532 (16.02.1989) p. 8; O manifesto aprovado neste congresso vai no mesmo sentido generalista: “Comunidade próspera, solidária, habitável, democrática e aberta ao mundo.” *Acção Socialista*. Nº 532 (16.02.1989) p. 9; “Indispensável caminhar para a união política europeia.” *Acção Socialista*. Nº 552 (06.07.1989) p. 10.

⁷²⁷ “O grupo socialista afirmou-se como o elemento motor do Parlamento Europeu. A Europa dos cidadãos, a Europa dos trabalhadores, a Europa de 1992 não poderá ser feita senão graças à acção dos partidos sociais-

também por simplistas e generalistas - apesar de numa conferência de imprensa do grupo Sampaio ter defendido o vínculo jurídico da Carta Social.⁷²⁸ Na campanha para as eleições europeias de 1989, a mensagem fica-se também pela mesma generalidade, com o cabeça de lista João Cravinho a usar a bandeira simplista da dimensão social para a Europa.⁷²⁹

Na documentação consultada, o tema da Carta Social é abordado poucas vezes em relação ao tema da coesão, para o que seria expectável de um partido socialista na oposição. Em 1989, ano em que já se discute a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, aprovada em dezembro, no Conselho Europeu de Estrasburgo, apenas registámos uma referência ao tema nos debates gerais da AR, feita por Torres Couto, fundador da UGT (confederação sindical afeta ao PS e PSD). O deputado revela que “[n]a Europa pós-1992 continuarão a existir vários mercados de trabalho que deverão harmonizar-se progressivamente”, não tendo os salários baixos de Portugal como referência, mas os dos países mais desenvolvidos. Como conseguir isto? Torres Couto aponta como medidas necessárias “políticas económicas e sociais enérgicas”, a “aprovação urgente da Carta”, meios financeiros, entre outras, nas quais não se encontram procedimentos institucionais e transferência de soberania.⁷³⁰ No jornal, oficial do partido, há mais referências, mas também são generalistas, embora mais contundentes quando proferidas em ou por fóruns europeus de discussão.⁷³¹

Na documentação oficial e de bases do partido, as menções à dimensão social são muito fracas, quando não omissas. Envereda-se, claramente, pela estratégia generalista da

democratas e socialistas.’ [...] O presidente do Grupo Socialista acrescentou que os objetivos do Ato Único Europeu estão interligados: ‘A supressão das barreiras económicas, resultante da implantação do Mercado interno, não pode ser dissociada da garantia das conquistas sociais em todos os países da Comunidade.’” “Grupo Socialista foi motor do Parlamento Europeu.” *Acção Socialista*. Nº 532 (16.02.1989) p. 11.

⁷²⁸ “Reforço da dimensão social.” *Acção Socialista*. Nº 571 (16.11.1989) p. 15.

⁷²⁹ “Reconhecemos a importância dos aspectos económicos, mas dizemos que não se constrói a Europa só com eles. A Europa do Mercado Comum sem dimensão cultural e sem dimensão social é um grande fracasso e nem acreditamos que seja possível. [...] [O] Governo procurou reduzir os problemas à ideia daquilo a que eu chamo ‘a fundiaria’. Quer dizer: o que é preciso é ir lá sacar dinheiro.” Transcrição da entrevista de João Cravinho ao jornal *Diário de Notícias*. In “A Europa do Mercado Comum sem dimensão cultural e social é um grande fracasso.” *Acção Socialista*. Nº 544 (11.05.1989) s.p. A campanha é feita com recurso a clichés políticos, ataques e desvio aos temas europeus para querelas nacionais. Cf. “A cor laranja não é mais do que o amarelo do desespero e o vermelho da expulsão.” *Acção Socialista*. Nº 549 (15.06.1989) p. 3.

⁷³⁰ *DAR*. Nº 88 (29.05.1989) p. 4357.

⁷³¹ Como, por exemplo, na declaração final do Congresso de Partidos Socialistas Democráticos da CE, que exigem da Europa: “A organização geral do trabalho (contrato para todas as formas de trabalho, duração do trabalho, duração mínima das férias, garantia de protecção social, segurança e higiene nos locais de trabalho); [...] / – O direito a um salário mínimo básico e uma retribuição mínima que permitem, conforme o nível, as condições e as circunstâncias próprias de cada país, assegurar condições de vida dignas às pessoas excluídas do mercado de trabalho.” Apesar da exigência ser feita à Comunidade, a referência a uma retribuição mínima conforme as condições de cada mercado de trabalho levanta dúvidas sobre a que nível de concretização entender esta reivindicação. “Por uma Comunidade Europeia social, democrática e aberta.” *Acção Socialista*. Nº 584 (15.02.1990) p. 7.

abordagem à política social. Curiosamente, a nova declaração de princípios de 1986 constata uma preocupação com a sustentabilidade do Estado-providência em Portugal, revelando a pretensão dos socialistas de reformar o sistema.⁷³² Contudo, nada é referido quanto a uma eventual solução poder passar pela complementaridade supranacional às insuficiências nacionais. As únicas menções feitas no documento, no âmbito social, remetem-se ao desejo de que a CEE contribua para uma “sociedade mais justa e solidária.”⁷³³ Os resultados do IX Congresso Nacional, em 1990 (que reelege Sampaio) também são insignificantes nesta matéria, com os discursos e relatório do secretário-geral a demonstrarem a mera defesa da dimensão social da CEE.⁷³⁴ O PS parece ter dificuldade ou falta de apetência em ir ao cerne da questão, o que seria até uma forma de confrontar o governo, questionando-o sobre a sua visão concreta para uma Europa social. No manifesto para as eleições europeias de 1989, defende a “aprovação urgente da carta dos Direitos Fundamentais” - pois “a dimensão social do mercado europeu tem de ser garantida contra as ameaças de dumping social.”⁷³⁵ Ainda no capítulo da coesão social, no ponto “**5. Pela melhoria dos sistema de proteção social**” - diz-se: “Não temos ilusões. A aproximação dos níveis salariais que deverá ser progressiva será sempre muito lenta. Porém, podemos e devemos caminhar mais rapidamente na melhoria do sistema de segurança social – melhorando as pensões e a proteção no desemprego, assegurando um rendimento mínimo para uma vida digna a todos os portugueses, impedindo a marginalização social.”⁷³⁶ Mas, perguntamos, como atingir isto? Ao nível nacional, através de uma coordenação de políticas? Ao nível supranacional? No manifesto, não se encontra qualquer reflexão nesse sentido, nem sequer a previsão de que, para que a Carta fosse consequente, a Comunidade deveria fazer transferências de soberania e dotar-se de mecanismos de decisão e orçamentais efetivos nesta área. No manifesto eleitoral nacional de 1991, já perante o advento da UEM, também nada de concreto se refere, apenas defendendo-se a coesão económica e social.⁷³⁷

Um anos antes, Vítor Constâncio, em discurso numa cimeira de líderes socialistas, falava na necessidade de “dar prioridade à dimensão social na legislação comunitária e fazer adotar com a maior brevidade no Conselho de Ministros diretivas sobre prescrições mínimas

⁷³² PS – “Declaração de Princípios e Programa.” Lisboa, 1986. p. 8, 9.

⁷³³ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁷³⁴ “Mais Europa, mais desenvolvimento, mais justiça.” (Jorge Sampaio na introdução ao debate das bases e princípios para o programa do governo PS); “Formamos uma grande equipa – uma equipa ganhadora” (discurso de encerramento do congresso); “Há que ter coragem de nos abirmos ainda mais à sociedade” (relatório do Secretário-geral). *Acção Socialista*. Nº 599 (31.05.1990) p. 5, 8-11.

⁷³⁵ “Coesão social é indispensável.” *Acção Socialista*. Nº 547 (01.06.1989) p. 18.

⁷³⁶ *Ibidem*.

⁷³⁷ PS – “Programa de governo do Partido Socialista.” 1991. p. 19.

quanto às condições de trabalho, à formação profissional, direitos sindicais e proteção e segurança social.”⁷³⁸ Ora, estamos diante da defesa de harmonização legislativa comunitária no domínio da segurança social. Mas estamos também diante de uma exceção. O partido não envereda por aqui nos seus documentos eleitorais e de bases. Essa não será a sua estratégia de disputa na arena doméstica, na qual as questões europeias são enviesadas para fazer oposição direta ao governo. No manifesto eleitoral europeu de 1989, os socialistas assumem: “Ao contrário do que acontece com o PSD, que arvorou em prioridade a criação de riqueza com base nos salários baixos e na ausência de regalias sociais, o PS tem de bater-se pela defesa daqueles direitos sociais no âmbito [...] do mercado interno comunitário.” Mas como atingir a convergência salarial? Sugere o partido: “No plano externo, Portugal tem de defender as medidas mais propícias à promoção do bem-estar da sua população, [...] [...] [E] encontrar o consenso possível quanto aos grandes objetivos da integração europeia e à forma como estes serão atingidos.”⁷³⁹ Se, por um lado, se aproveita a discrepância salarial de Portugal para lançar farpas ao governo, por outro não se oferece uma solução específica no âmbito comunitário para ultrapassar o problema – nem se confronta o governo com isso.

As abordagens mais aproximadas ao cerne da questão proveem de militantes dirigentes sindicais. O deputado João Proença, afeto à UGT, considera na AR que a Carta Social deve ser um referencial da defesa dos direitos sociais – nomeadamente o combate ao *dumping* social - quer em termos nacionais quer na política externa. Mas quando dirige a questão ao governo sobre a real intenção de aplicar o documento, “de acordo com o princípio da subsidiariedade”, remete para a responsabilidade nacional a sua aplicação, designadamente para o dever de negociação com as forças económicas e sociais e para a função legisladora da AR.⁷⁴⁰ Ora, mas noutra intervenção fora da AR, em 1991, João Proença vai ao cerne da questão, lembrando que, com exceção das áreas de higiene e segurança do trabalho, não foram aprovadas nenhuma diretivas previstas no programa de ação da Comissão. Criticando o governo por não pressionar os parceiros para aprovação de diretivas, diz:

“Após termos adoptado a Carta, junto com os restantes países comunitários [...], que queremos nós em termos de dimensão social? Qual a nossa posição face a estes projectos

⁷³⁸ “Cimeira de Roma reclama dimensão social para a CEE e política de crescimento.” *Acção Socialista*. Nº 497 (16.06.1988) p. 5.

⁷³⁹ “Coesão social é indispensável.” *Acção Socialista*. Nº 547 (01.06.1989) p. 15.

⁷⁴⁰ “[...] e de acordo com o princípio da subsidiariedade, esta carta social tem de ser, fundamental e inicialmente, aplicada em Portugal, quer pela via legislativa quer pela negocial. A via legislativa co-responsabiliza a Assembleia da República, enquanto que a via negocial co-responsabiliza igualmente as forças económicas e sociais. [...] É ou não intenção do Governo iniciar, com urgência, uma abordagem séria e aprofundada da aplicação da carta social a Portugal? Como pensa o Governo discutir estas matérias com as forças económicas e sociais e com a Assembleia da República?” *DAR*. Nº 61 (04.04.1990) p. 2095.

de Directiva? Qual a nossa posição perante a Reforma dos Tratados na área social? / É tempo do Governo assumir atitudes claras e transparentes e de promover adequado debate político na Assembleia da República. / **PS Saúda Comissão.** E neste quadro, o Partido Socialista não quer deixar de saudar a iniciativa da Comissão das Comunidades de apresentar o projeto de reforma dos Tratados na área da Dimensão Social [...] nomeadamente: a extensão das competências comunitárias em matéria de política social com o alargamento do voto por maioria qualificada, de modo a tornar indissolúvel a política social da política económica; [...] a valorização da política social e da necessidade de instrumentos comunitários que tornem efectivos os direitos previstos na Carta Comunitária.”⁷⁴¹ [Sublinhado nosso, negrito original].

Os militantes de proveniência sindical parecem ser os que mais se empenham na clarificação das implicações da Carta Social e em esclarecer o seu curto alcance político, confrontando o governo com as reais problemáticas da política social europeia. Já no ano anterior, Torres Couto, (ex-dirigente sindical – fundador da UGT), enquanto eurodeputado defendia “[a] redução do horário de trabalho; o reforço da participação dos agentes económicos e dos sindicatos; o estabelecimento dum salário mínimo europeu generalizado e para os jovens [...].”⁷⁴² Em 1992, na AR, João Proença torna à crítica, com uma análise realista às consequências sociais do TM:

“Desejávamos que o mesmo incluísse direitos, como os de associação, acção colectiva e negociação, que são um dos fundamentos das sociedades democráticas e que fazem parte do chamado modelo social europeu; que se avançasse mais numa Europa social a Doze, com mecanismos de decisão que permitissem aprovar mais rapidamente uma legislação social em progresso; que fossem definidas novas obrigações e consequentes meios, para garantir a coesão económica e social; que não se definissem objectivos económicos e monetários resultantes de uma visão conservadora e inspiradora em políticas monetaristas; que se avançasse mais no quadro institucional e na repartição de poderes.”⁷⁴³ [Sublinhado nosso].

Proença vai assim ao busílis da questão: a necessidade de uma reformulação de competências institucionais e mecanismos de decisão, para que seja possível encetar uma verdadeira política social europeia. Já os dirigentes do PS são mais eufemísticos nas críticas feitas à real abrangência social da Comunidade. O deputado António Guterres (ainda antes de ser secretário-geral), fica-se pela reflexão sobre o princípio da subsidiariedade no âmbito social, que implica, precisamente, a transferência de competências para o nível comunitário quando elas assim mais eficazmente sejam exercidas, mas frisando, também, a necessária

⁷⁴¹ “A hora da Carta Social Europeia.” *Acção Socialista*. Nº 640 (02.05.991) p. 10.

⁷⁴² “Acelerar a construção da Europa social.” *Acção Socialista*. Nº 610 (20.09.1990) p.7.

⁷⁴³ *DAR*. Nº 18-1 (09.12.1992) p. 647.

descentralização aos níveis mais baixos de poder.⁷⁴⁴ A partir daqui muito se poderia dizer para discutir verdadeiramente a problemática institucional, mas Guterres nada mais diz.

O PS acaba assim por não abordar os pontos fulcrais institucionais para a concretização de uma política social europeia efetiva? Na verdade, parece-nos, em toda a análise, haver, por vezes, algum desnorte do partido relativamente à sua estratégia de comunicação sobre determinados temas. Registamos, a este propósito, a desconexão de entendimento sobre os avanços do TM em matéria social revelados nos debates parlamentares. Por um lado, o deputado Marques da Costa regozija-se com os avanços na política social comum, pois sem ela “o desequilíbrio da conceção de União Europeia tornava-se intolerável”⁷⁴⁵ (ora, sabemos que os progressos efetivos neste domínio se ficaram muito atrás do aparato simbólico da Carta Social como protocolo anexo), por outro, a deputada Helena Torres Marques considera que o TM ficou aquém do desejável em matérias como a política social.⁷⁴⁶

Seria expectável, tratando-se de um partido social-democrata, que se explorasse o carácter mais simbólico do que operativo da Carta Social e que se utilizasse, nomeadamente na AR, uma visão politizada de esquerda sobre o TM para confrontar o governo com os não avanços de facto em matéria social, corresponsabilizando-o pelos resultados das negociações intergovernamentais. Surpreendentemente, o partido não aproveita essa perspetiva para fazer oposição ao governo, sendo a única abordagem nesse sentido feita pelos dirigentes sindicais. Torres Couto, secretário-geral da UGT, é um dos críticos internos do partido às novas lideranças, a pedir uma abordagem mais à esquerda⁷⁴⁷, o que encontra expressão na posição que a confederação sindical começa a adotar nos finais dos anos 80.

Apesar de constituída pelo PS e PSD e de ir colaborando na concertação social com estes governos, atuando em oposição à CGTP, nos finais dos anos 80, a UGT convergirá com a CGTP na oposição às medidas de liberalização do mercado de trabalho. Em 1987, abandona o acordo que tinha assinado com o governo e o patronato, criticando a política liberalizante

⁷⁴⁴ “Não rejeitamos também o princípio da subsidiariedade, em coerência com a nossa visão descentralizadora no plano interno, que leva a que também aqui, no interior das nossas fronteiras, entendamos que não deve o Estado central fazer o que pode ser feito pela região e que não deve a região fazer o que pode ser feito igualmente pelo município ou pela freguesia. Mas se aceitamos este princípio, não deixamos de reconhecer a importância vital da influência europeia no nosso processo de modernização. As transferências de soberania não se equacionam apenas no campo das políticas cambial, monetária e orçamental. É preciso que os trabalhadores portugueses tirem partido da dinâmica gerada pela Carta Social. É preciso que cada um de nós venha a beneficiar plenamente da progressiva afirmação de uma Europa dos cidadãos.” *DAR*. Nº 87 (16.09.1990) p. 2954.

⁷⁴⁵ *DAR*. Nº 13 (12.12.1991) p. 282. Cf. “Presidência portuguesa exige protagonismo comunitário firme” (Transcrição da intervenção do deputado socialista Marques Costa na AR, em 12.12.1991). *Acção Socialista*. Nº 673 (19.12.1991) p. 3.

⁷⁴⁶ *DAR*. Nº 15 (18.12.1981) p. 336, 337.

⁷⁴⁷ TELO, António José – *História Contemporânea de [...]*. Cit. Vol. I. p. 24.

do *cavaquismo*. Nos inícios dos anos 90, a oposição exacerba-se e a confederação não assina o acordo de contenção salarial de que o governo necessitava para cumprir os critérios de convergência.⁷⁴⁸ Apesar disto, a UGT não se manifesta contra a integração europeia, apoiando o mercado interno e o projeto da UEM, desde que acompanhado por uma integração na área social e na coesão regional. Ao tornar-se membro do ECUT (European Trade Union Confederation), a UGT revela um crescente processo de europeização, tanto pelas relações transnacionais que estabelece com a rede de organização sindical europeia e o esforço para se fazer representar, como pela inclusão da política europeia como estratégia crescente nos seus programas. A UGT torna-se numa forte apoiante da Europa social, defendendo medidas de harmonização legislativa referentes a idades de reforma, apoio na doença profissional, períodos de subsídios de desemprego, sistemas de proteção de acidentes de trabalho, entre outras⁷⁴⁹. “The Socialist fraction under Secretary general Torres de Couto was strong enough to become more demanding in relation to the government. [...] The UGT became more radical than the Socialist party.”⁷⁵⁰

A intervenção dos dirigentes sindicais (Torres Couto e João Proença) são, de facto, as únicas que registamos na documentação analisada que abordam a real ausência de uma política social europeia, apesar da sua institucionalização em tratado, com base nas dificuldades latentes do sistema de decisão comunitário nesse âmbito.

Ainda fora do círculo parlamentar, encontramos outra intervenção realista sobre a possível efetividade da política social. Medeiros Ferreira, numa mesa redonda promovida pelo *Ação Socialista*, diz:

“Penso que o combate ao *dumping* social leva a que na maior parte dos países europeus haja, para além da harmonização fiscal, a harmonização das leis sociais. Por outro lado, os trabalhadores da Alemanha, da Suécia, da França não vão aceitar que as regalias sociais europeias façam baixar as suas próprias prerrogativas. Haverá aí um peso de inércia no sentido de que a harmonização das políticas se faça por cima. [...] Portanto, eu penso que os partidos socialistas e as forças de esquerda, bem como os sindicatos devem contribuir para que a política social deva ser estruturada a nível europeu. / A política social estruturada a nível europeu significa obviamente um aumento significativo do Orçamento da Comunidade. Aliás, eu acho que não faz sentido sequer falar de união

⁷⁴⁸ MAGONE, José M. – *Iberian Trade Unionism*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2001. p. 142-145.

⁷⁴⁹ *Idem, ibidem*. p. 162-166.

⁷⁵⁰ *Idem, ibidem*. p. 143.

européia, de federalismo, de confederação, até de políticas comuns sem que haja um reforço substancial do Orçamento da Comunidade.”⁷⁵¹

José Medeiros Ferreira, destacado europeísta socialista, responsável pelo pedido de adesão de Portugal à CEE, põe o dedo na ferida, abordando aqui as várias dimensões do assunto, não só a necessária harmonização legislativa, como a necessidade de financiamento europeu a uma verdadeira política social europeia e os interesses nacionais opostos – entre os países desenvolvidos que não querem baixar os seus padrões, e os menos desenvolvidos que não os querem subir a expensas próprias e que, como vimos no capítulo referente ao PSOE, encaram os baixos salários como estratégia de competitividade económica. Ora, é neste sentido que consideramos surpreendente que o PS não tenha aproveitado o seu estatuto de oposição, liberto de responsabilidades governativas, para ser contundente numa oposição ao governo PSD e ao próprio *status quo* da Europa, através de uma exploração concreta e concisa do que realmente estava em causa com a política social europeia. Porquê esta inércia do partido?

c) Estratégia eleitoralista ao centro anula determinismo ideológico sobre a política social

A literatura científica indica, como já vimos e citámos anteriormente, que a evolução da construção europeia nos anos 80 e 90 despertou a inserção dos temas comunitários na clivagem esquerda/direita, deixando a de integração (intergovernamental/supranacional) de ser exclusiva das dinâmicas de contestação partidária. É um facto que constatamos aqui - o PS incrementa a sua retórica de esquerda (muito presente aquando do pedido e das negociações para a adesão, com o cliché da *Europa dos trabalhadores*) neste período, mas fá-lo numa perspectiva muito centrada na reivindicação dos fundos estruturais para Portugal, quase como se fosse partido de governo, em detrimento da exploração dos mecanismos institucionais e políticos necessários a uma verdadeira política social não acordados nas conferências intergovernamentais. Poderia usar esse facto como forte oposição ao governo nacional, confrontando-o com a sua real posição sobre isso. A abordagem socialista é simplista e difusa. O PS parece mais comportar-se como um partido de governo (como o homólogo PSOE) ao acomodar-se com as disposições de Maastricht - que permitem manter a estratégia de competitividade nos baixos salários - relativas à política social e ao centrar atenções nos fundos estruturais.

⁷⁵¹ “O que é o socialismo, hoje?” *Acção Socialista*. Nº 740 (15.04.1993) p. 6.

Encontramos nas circunstâncias políticas nacionais e partidárias algumas razões que podem justificar este comportamento. Após a dura experiência da austeridade implementada pelo PS, no governo do Bloco Central, de 1983 a 1985, o partido sofre um profundo desgaste na opinião pública, enfrentando uma derrota nas eleições legislativas em 1985. É a “travessia no deserto”⁷⁵², como apelida Telo ao período em que o PS inicia a busca de uma nova liderança forte na oposição – já que Mário Soares deixa o cargo de secretário-geral para se candidatar às eleições presidenciais. A escolha passa por Vítor Constâncio, economista, quadro do Banco de Portugal, mais tecnocrata do que político, aliás, o mesmo perfil de Cavaco Silva, o novo líder do PSD, que presidirá ao governo até 1995 – “ambos fazem uma viragem à direita [...]; ambos apelam ao centro e têm uma visão muito semelhante da necessidade de aproximar Portugal da Europa e de realizar reformas de fundo [...]”⁷⁵³

Além do objetivo de regresso ao poder, Vítor Constâncio terá de lidar com outra preocupação, o aparecimento do PRD – formado pela ala eanista do PS⁷⁵⁴, que lhe disputa o centro/esquerda e que nas eleições de 1985 granjeia 17,92% dos votos, ficando apenas cerca de 3% atrás dos socialistas. O problema fica resolvido nas eleições de 1987, com a perda de expressividade eleitoral do PRD (consegue uns meros 4,91%), esclarecendo-se assim o futuro do sistema político português – com dois partidos de sistema (vulgo, do arco da governação) PS e PSD. À esquerda, o PS tinha apenas o PCP para lhe disputar o espaço eleitoral, o que não será determinante para a sua estratégia eleitoral, podendo virar à direita para disputar o centro com o PSD e reconquistar o poder.

A tarefa será tanto mais difícil quanto sucesso tem a governação de Cavaco Silva, que “aproveita a situação económica favorável para conceder uma série de benesses”, como atualização de pensões, de salários, de contratação pública, de apoio ao poder local, de reforço do Estado-providência, extensão da cobertura de saúde e integração de trabalhadores agrícolas no sistema de segurança social, entre outras medidas.⁷⁵⁵ Foram “os anos de ouro”⁷⁵⁶ de Portugal, em que a adesão à CEE dava o seus frutos convertidos em fundos estruturais e de

⁷⁵² TELO, António José - *História Contemporânea de [...]*. Vol. II. Cit. p. 22-26.

⁷⁵³ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁷⁵⁴ O PRD – Partido Renovador Democrático, foi criado em 1985, pela ala dissidente do PS, apoiante das ideias presidencialistas de Ramalho Eanes, que se insurgiu contra Mário Soares, que não compartilhava com a visão do Presidente da República. O PRD foi lançado sob patrocínio do general Ramalho Eanes, tendo-se juntado ao partido outros ex-socialistas que tinham saído em rutura com Mário Soares. Tem o objetivo de disputar o centro/esquerda com o PS.

⁷⁵⁵ TELO, António José - *História Contemporânea de [...]*. Vol. II. Cit. p. 36. O governo de Cavaco Silva, prosseguindo as necessárias adaptações nacionais ao objetivo do mercado interno para 1992, faz também uma série de alterações estruturais da economia, nomeadamente com aprovação legislativa para a permissão da entrada de capital privado em empresas estatais.

⁷⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 54-58.

coesão, permitindo um impulso sem precedentes no investimento público e um tempo de grandes reformas estruturais económicas e financeiras, em adaptação às exigências do mercado interno de 1992, o que levou à segunda revisão constitucional em 1989 (com o acordo do PS), de forma a permitir o fim de monopólios estatais e a participação privada em empresas públicas. O crescimento da economia levou a que neste período se tenha melhorado e aprofundado o Estado-providência, com um enorme crescimento quantitativo, ainda que com deficiências qualitativas e um aumento exponencial de despesa.⁷⁵⁷

Mediante este cenário, a situação é de dificuldade para o PS no exercício da oposição. Face ao sucesso do *cavaquismo*, todos os líderes – de Constâncio a Guterres - se irão reger pela bitola da convergência ao centro como estratégia eleitoral. O acordo para a revisão constitucional de 1989 é disso evidência, levando a direção do PS, concordante com a alteração, a ter de contrariar a oposição interna de algumas bases menos moderadas do partido.⁷⁵⁸ O grande objetivo de Vítor Constâncio quando assume a liderança será precisamente unir um PS que vinha faccionado do passado (pelas dissidências a Soares, com a ala *eanista*), mas o líder, apesar de ainda resistir à derrota eleitoral de 1987 (eleições antecipadas em que o PSD ganha com maioria absoluta) garantindo a sua reeleição no VII Congresso, em 1988, acaba por se demitir no mesmo ano, sucumbindo à agitação dos “barões do partido.”⁷⁵⁹

O sucessor Jorge Sampaio continuará a lidar, em clima de impotência face a um *cavaquismo* que parecia indestrutível, com as críticas internas, enveredando pela mesma estratégia ao centro, até António Guterres, que opta pela contenção e moderação, sem colocar em causa as conquistas sociais feitas pelo governo, beneficiando do início de recessão dos últimos anos de Cavaco Silva, até vencer as eleições em 1995.

Além do sucesso do *cavaquismo* não facilitar a oposição ao PS, as condicionantes internas e um passivo histórico do país e de uma liderança centralizada não permitiram formar uma estratégia direcionada para os assuntos europeus. O partido ressacava ainda da saída de Soares, que apesar de ter despertado faccionalismo interno, imprimia uma liderança forte e centralizada, que tinha como ponto positivo a existência de um discurso dominador e unidirecional – sem divergências de entendimentos e opiniões, ao contrário do que se notou acima. Mas esta marca *soarista* - exemplo de uma tendência oligárquica dos partidos

⁷⁵⁷ *Idem, ibidem*, p.54-62.

⁷⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 55.

⁷⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 24.

socialistas do sul da Europa⁷⁶⁰ – trouxe também efeitos negativos ao PS. O papel de Soares na transição democrática reforçara a sua legitimidade pública para a liderança partidária e, embora sofrendo derrotas eleitorais nos primeiros governos constitucionais, consegue reconquistar o poder com pouco tempo de intermitência na oposição. Contudo, internamente, o líder sofre algumas dissidências. Muito inicialmente as de uma esquerda mais ortodoxa, mas a partir de finais dos anos 70, inícios de 80, abre-se a cisão com a ala apoiante de Eanes, que disputa a liderança do partido com Soares. Apesar de a sua moção ter ganhado no Congresso de 1981, abre-se uma cisão interna entre *soaristas* e *anti-soaristas*, o que leva o secretário-geral a alterar a orgânica partidária e as competências dos seus órgãos, de modo a controlar toda a máquina do partido. “Certainly, in the late 1970’s party executives were quite important bodies in the Iberian cases, but early in the following decade both the PS and PSOE established an official inner circle within the executive, [...] to deal with day-to-day decision making and through this committee the general secretary was able to control his executive more tightly.”⁷⁶¹ Isto foi acompanhado com estratégias de comunicação, com congressos mediáticos a partir dos anos 80, centrados nos discursos e figura do líder.

Ora, se isto pode trazer como vantagem o fortalecimento de uma estratégia realmente unívoca, tem como efeito perverso a deficiência democrática no interior do partido. Com a perda de influência do regular militante nas decisões e orientações a tomar, instala-se uma cultura apolítica e de clientelismo subversivo de uma dinâmica saudável do sistema político. E quando essa liderança forte cessa funções, não só o partido se desabituou de uma prática de reflexão interna (se alguma vez a teve, o que no caso do PS é plausível), como os antigos apoiantes da liderança abandonam o barco também. Se isso coincidir com uma perda de eleições, a debandada é ainda maior (já que as clientelas ficarão mal servidas).⁷⁶²

A isto junta-se as heranças políticas dos países do Sul, marcados por ditaduras, que imprimiram uma visão amorfa e acrítica na população, insatisfeita mas inapta a construir o debate político.⁷⁶³ A partir destas várias condicionantes, entende-se que apesar de o PS ser o partido da Europa em Portugal, nunca teve um verdadeiro debate interno sobre as questões europeias. “This is a telling indication of how depoliticised the party had become in the 1980’s, a trend revealed in a survey of delegates to the 1981 conference which showed that,

⁷⁶⁰ GILLESPIE, Richard, GALLAGHER, Tom – “Democracy and authority in the socialist parties of southern Europe.” In GALLAGHER, Tom, WILLIAMS, Allan M. (ed.) – Ob. cit. p. 163-187.

⁷⁶¹ *Idem, ibidem.* p. 168.

⁷⁶² *Idem, ibidem.* p. 179-186.

⁷⁶³ *Idem, ibidem.* p.183-86.

of all the parties, the PS members were least likely to discuss politics regularly in the family ambit.”⁷⁶⁴

Assim, se, no geral, os assuntos europeus são coisa de elites nos partidos, como apontam vários estudos académicos já citados, em Portugal também a política é coisa de elites. E Soares e o PS são o exemplo da elitização da relação com a integração europeia característica dos socialistas do Sul, como aponta Featherstone.⁷⁶⁵ Este situacionismo despolitizado do partido foi exacerbado por um líder que era o rosto das relações com a Europa, ainda desde o exílio, que assumiu o protagonismo na transição democrática (para a concessão de auxílio europeu aos moderados em Portugal), no diálogo ocidental durante os primeiros governos provisórios, nas negociações para a adesão. Em suma, um líder a privilegiar sempre a centralização do contacto com as instâncias comunitárias e lideranças partidárias europeias.

É este estado de coisas que Vítor Constâncio herda e que tenta de algum modo alterar, com algumas propostas de descentralização. Face a uma situação herdada de faccionalismo, de um partido fortemente centralizado, desprovido de cultura de política interna e apetência à reflexão (o que é muito evidente pelos resultados dos congressos, em que não se apresentam publicamente documentos base de resoluções), encontramos parte da razão para o facto de a política social europeia - após a saída da figura teorizadora no partido da ideia europeia⁷⁶⁶ - não ter sido devidamente explorada e estrategicamente orientada, sem sofrer de inconsistências. Este défice democrático interno partidário é, por sua vez, um fator contribuinte para o défice democrático da UE.

A agravar o cenário está o facto de o PS nunca ter sido um verdadeiro partido de base operária. A sua constituição foi feita por classes profissionais letradas, médias/altas, e mesmo depois do 25 de Abril, apesar do lançamento da UGT (com o PSD), a confederação sindical para fazer frente à CGTP (afeta ao PCP), o crescimento militante do PS tornou-se muito heterogéneo - “the PS is a residual party having somewhat nebulous following drawn from all classes and all regions.”⁷⁶⁷ Isto, por si só, leva a que a estratégia de competição eleitoral tenha de ser abrangente, o que é temperado com uma viragem à direita quando o partido faz oposição a um governo de centro/direita, em estado de graça com o franco crescimento económico do país. Fortalece-se a tendência de competição pelo espaço eleitoral do centro.

⁷⁶⁴ GALLAGHER, Tom – Ob. cit. p. 24.

⁷⁶⁵ FEATHERSTONE, Kevin – “Socialist parties in Southern Europe and the enlarged European Community.” p. 254.

⁷⁶⁶ Cf. SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. p. 21-46, 96-116.

⁷⁶⁷ WILLIAMS, Allan M. – “Socialist economic policies: never off the drawing board?” In GALLAGHER, Tom, WILLIAMS, Allan M. (ed.) – Ob. cit. p. 212.

Todo este contexto leva-nos a entender as incapacidades e reticências do partido em utilizar o tema da política social europeia nas dinâmicas de contestação esquerda/direita, em oposição ao governo do PSD. É ideologicamente notável que o PS enjeite o uso da Europa como compensação às incapacidades nacionais no âmbito social, e a confrontação do governo com isso, pois apesar do grande *boom* no Estado-providência em Portugal, o país continuava com um nível de proteção social baixo relativamente aos países mais desenvolvidos da Comunidade.

A escolha de Vítor Constâncio para a liderança servia o objetivo eleitoral de centramento de posições. O seu programa inspirava-se nos mesmos preceitos que o de Cavaco Silva⁷⁶⁸ e mesmo os dois secretários-gerais seguintes continuarão essa inflexão do partido. Apesar de o programa eleitoral de 1987 pretender “distanciar-se claramente do que chama de ‘panaceia neoliberal’, estamos sob um programa de transição, ainda condicionado por uma “terminologia do passado”, mas que professa a evolução “para uma abordagem mais liberal e pluralista da política económica e social”, fazendo jus aos preceitos de Constâncio - pois apesar da crítica ao (neo)liberalismo incluía-se “ao mesmo tempo elementos e conceitos ligados a essa ideologia.”⁷⁶⁹ Esta evolução será consumada com Guterres, que incrementará a competição pelo centro, adotando uma estratégia claramente racionalista pela conquista de poder, já sem ambiguidades na linguagem, e que resultará, de facto, numa vitória sobre o PSD em 1995. Estas evoluções notórias nos programas eleitorais refletem a nova declaração de princípios de 1986 e a moção de Guterres, apresentada ao Congresso de 1992.⁷⁷⁰

O que se torna caricato é que já no programa de 1987, os socialistas preveem a necessidade de reforma do financiamento do sistema de segurança social (com o aprofundamento do sistema, que já dava sinais de défice – compensados pelo crescimento económico na era de Cavaco), recusando o aumento de contribuições em virtude de outras fórmulas.⁷⁷¹ Ora, as iminentes dificuldades do Estado Social seriam mais uma razão para ver num sistema europeu uma compensação às incapacidades do estado-nação, mas a perspetiva eleitoralista terá falado mais alto, para um partido que com a potencialidade de ser governo poderia também aproveitar os baixos custos do trabalho como estratégia de competitividade nacional.

⁷⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 191.

⁷⁶⁹ NUNES, Filipe – “A nossa via. A política e as políticas nos programas eleitorais do Partido Socialista (1980, 1987, 1995). In CANAS, Vitalino – *O Partido Socialista e a democracia*. Oeiras, Celta Editora, 2005. p. 195, 197.

⁷⁷⁰ Cf. PS – “Declaração de Princípios e Programa”. Lisboa, 1986. p.6-9; GUTERRES, António – “Mudar para Ganhar.” p. 16-20.

⁷⁷¹ NUNES, Filipe - Ob. cit. p. 196.

Concordamos, pois, plenamente com Ladrech, quando afirma que a forma como cada partido vê a UE se relaciona com a variação de circunstâncias políticas, económicas e sociais que estruturam a sua estratégia eleitoral – o que também influencia a abordagem ideológica que dão aos assuntos comunitários. No caso do PS, isso está bem patente – o que leva necessariamente à diferença de visões entre os partidos socialistas e sociais-democratas de diferentes países europeus, sendo que a origem ideológica é sempre o elo das conexões e similitudes transnacionais partidárias.⁷⁷² Estas evidências levam ao suporte da metodologia e abordagem desta tese, explicada na primeira parte.

Assim, nem sempre os partidos sociais-democratas tendem a ser mais supranacionais quando a UE tem na agenda política assuntos de regulação - como indicam alguns estudos citados na primeira parte. Neste caso, o PS, mesmo apesar de estar na oposição, não se revela verdadeiramente supranacional, no sentido em que - apesar de retoricamente apelar a uma dimensão social europeia como componente imprescindível ao mercado comum – não revela explicitamente a pretensão de uma regulação social ao nível comunitário, com determinação de salários mínimos ou subsídios de desemprego, etc (tal como o PSOE).

As circunstâncias políticas nacionais e partidárias levaram o partido a ignorar esta perspetiva da política social, pelo que consideramos que as conclusões de Sanches e Pereira merecem da nossa parte uma reflexão detalhada. A partir da colheita e codificação de dados através do projeto INTUNE⁷⁷³ a manifestos para as eleições europeias (de 1987 a 2009), os autores concluem que o sistema partidário português se encaixa no modelo da curva U invertida de Hooghe e Marks:

- este modelo relaciona a variável ideológica (esquerda/direita) com a de situação eleitoral (governo/oposição) na influência sobre o posicionamento partidário face à UE – defendendo que os partidos de sistema/eleitoralmente mais fortes (*arco da governação*) tendem a concordar mais com a UE e os partidos de extremos, eleitoralmente fracos, tendem a ser mais contestatários – o que por sinal coincide com a caracterização de extremos ideológicos.⁷⁷⁴

Ora, concordamos que o PS se pode encaixar neste modelo. Apesar de na oposição, sendo um partido eleitoralmente com potencialidade de ser governo, ideologicamente

⁷⁷² LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. p.71.

⁷⁷³ SANCHES, Edalina R., PEREIRA, José S. – “Which Europe do the Portuguese parties want? Identity, representation and scope of governance in the Portuguese Euromanifestos (1987-2004).” *Perspectives on European Politics and Society*. Nº 2 Vol.11 (2010). p. 183-200. O INTUNE Euromanifesto Dataset é um projeto pan-Europeu de investigação sobre as posições das elites e massas face à UE.

⁷⁷⁴ O modelo foi já explicado na primeira parte, onde consta o esquema de demonstração da tendência – ver capítulo I, primeira parte, ponto 3.2, alínea a). Cf. HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?” p. 968-971.

rotulado como de centro/esquerda, tem uma posição geral muito favorável à integração europeia, como se registou no AUE e TM. Mas consideramos que apenas em moldes gerais o PS se pode encaixar no modelo da curva U invertida, pois quando se especifica os domínios da política europeia, já consideramos a coincidência com este modelo questionável. Vejamos:

- Considerando que a caracterização ideológica exerce uma grande influência no posicionamento partidário para além da situação eleitoral, Hooghe e Marks questionam ainda se existe uma relação linear entre as dinâmicas de competição ideológica (esquerda/direita) e de integração (intergovernamental/supranacional). Face à difícil resposta, criaram o seu modelo de clivagens aplicado à UE, o quarto modelo, que defende que *a dimensão de contestação esquerda/direita apenas se verifica em relação com a de integração nos assuntos de regulação* – i.e., os partidos de centro/esquerda apoiam a integração europeia em temas de política de coesão e política social, política de desemprego, regulação ambiental, entre outras, enquanto os de centro/direita se opõem a uma (re)regulação europeia.⁷⁷⁵

No caso do PS, esta relação verifica-se relativamente à coesão, mas relativamente à política social não será bem assim. E explicamos: pressupondo que a situação eleitoral forte do partido influencia a sua posição sobre a UE – ou seja, o PS tem potencial de ser governo e sendo assim a sua estratégia eleitoralista ao centro vai determinar a sua abordagem à política social-; constatamos que esta estratégia se sobrepõe à ideologia, pois o PS não é verdadeiramente tão apoiante da supranacionalização da política social como seria expectável segundo o modelo de Hooghe e Marks. Se em termos de retórica geral pode parecer que assim seja, quando analisamos mais diversidade de documentação e a confrontamos com as pressupostas alterações institucionais da UE necessárias para uma efetiva política social ao nível comunitário, atestamos a ausência de um discurso sustentado nesse sentido - ou seja, constatamos que o PS poderia ter sido crítico relativamente a uma não supranacionalização efetiva da política social - mas não o foi, não tendo inserido essa vertente de esquerda como vetor determinante da sua dinâmica de contestação doméstica.

Ora, se por um lado Sanches e Pereira defendem que o sistema partidário português se encaixa no modelo de Hooghe e Marks, por outro, tecem algumas conclusões contraditórias com essa conclusão, mas coincidentes com a nossa, precisamente quando analisam em concreto o posicionamento partidário português relativamente à política social: “Portuguese parties seem to be generally divided between the proponents of a supranational welfare policy (45%) and an articulation between state and European Union (35%). Coincidentally, there is a complete correlation between the positions of PS and PSD on this issue [...]” Esta correção

⁷⁷⁵ Cf. *Idem, ibidem*, p. 971-973.

de posições não é coincidência, mas sim, pelo já atrás descrito, devida ao particular contexto nacional, o que também ajuda a enquadrar outra conclusão dos autores: “Against our expectations, left/right positioning of the parties does not have an impact on their opinion about this matter.”⁷⁷⁶ Face a esta afirmação, dos próprios autores, e em plena conformidade com a nossa análise de caso – parece-nos, pois, discutível a conclusão de que os partidos portugueses se podem encaixar no modelo de Hooghe e Marks.

A partir daqui, podemos falar, apenas neste âmbito da política social europeia, numa convergência programática nacional, uma tendência verificada também em alguns estudos sobre a europeização dos partidos políticos. Se bem que, no caso do PS, a convergência aqui particularmente constatada é mais influenciada por vetores domésticos (atrás descritos) do que por imposição das dinâmicas políticas comunitárias.

Ainda recorrendo à mesma base de dados, INTUNE, outro estudo sobre Portugal constata que tanto a classe política como as elites económicas são de forma geral apoiantes de uma política social europeia. “Ideological and party lines are irrelevant in this matter, with the exception of the right. These results are surprising. If there is a policy area that typically separates the left from the right is social security, and Portugal is no exception.”⁷⁷⁷ Apesar dos dados não permitirem perceber as razões para isto, os autores deixam a hipótese: para a esquerda parlamentar, a transferência de soberania na área social pode ser uma forma de prevenir a erosão do sistema de segurança social nacional; enquanto para a direita resulta da consciência de que a tendência (neo)liberal da integração europeia pode significar mais *um prego no caixão* do Estado Social.⁷⁷⁸

Se compararmos estas conclusões e hipóteses explicativas para elas formuladas com as do nosso estudo, encontramos aqui uma variável determinante para as diferenças na aceitação de uma supranacionalização da política social. Os autores avançam como explicação para estes resultados, baseados em inquéritos feitos no ano 2007, o facto de a esquerda ver na transferência de soberania uma forma de compensar a erosão nacional do Estado Social – argumento que (apesar de ideologicamente lógico) no discurso do PS por nós analisado, entre 1986 e 1993, não se verifica. Ora, é precisamente a variável de datas objeto da análise que pode explicar esta diferença. Com a aplicação do PEC, decorrente da UEM, a partir da entrada na moeda única, em 2002, os estados, e os partidos sociais-democratas em particular, ficam cada vez mais constrangidos no âmbito político nacional para poder suportar

⁷⁷⁶ SANCHES, Edalina R., PEREIRA, José S. – Ob. cit. p. 196.

⁷⁷⁷ MOREIRA, Diogo, RUIVO, João P., PINTO, et al. – Ob. cit. p. 69, 71.

⁷⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.71.

os Estado Social. Em 2007, a realidade política nacional já revelava esses constrangimentos, daí que a solução de transferência de soberania passe a ser a óbvia escapatória para a política nacional e que seja, até, coincidente entre partidos de espectros ideológicos diferentes. Já entre 1986 e 1993, vivendo-se numa conjuntura nacional de crescimento económico que ia suportando o Estado Social, o PS não agiu de forma prospetiva e preditiva das consequências políticas liberais da UE, mas sim de forma limitada por estratégias eleitoralistas e de curto prazo.

Por outro lado, o facto de no estudo de 2007 se encontrar uma posição próxima entre PS e PSD relativamente à política social europeia, remete-nos para a importância que o Estado-providência tem tido como vetor importante desde a transição democrática e na construção do sistema político e social pós-ditadura. Tanto o PS como o PSD empenharam-se nisso, partilhando uma visão semelhante em relação ao Estado-providência.”⁷⁷⁹ Este é um enquadramento essencial para perceber estas vicissitudes do posicionamento partidário português face a esta dimensão política da UE, o que, novamente, nos remete para a importância do contexto nacional.

1.3 No governo ou na oposição, socialistas ibéricos negligenciam dimensão social (em jeito de conclusão)

Apesar da diferença de estatuto de poder, o PSOE no governo e o PS na oposição, ambos os partidos centram a importância da sua estratégia face a uma dimensão social europeia na reclamação de fundos estruturais, utilizando a coesão como elemento socializante da CEE e assim, pela defesa da alegada solidariedade, fundamentando ideologicamente a sua ideia de Europa conotada com a esquerda. Também ambos revelam não professar uma política social europeia na sua vertente comunitarizada. Isto é, se pugnam pela aprovação da Carta Social, não vão ao ponto de explorar e lamentar a incoerência política a nível comunitário da aprovação do documento, revelando uma acomodação ao situacionismo da falta de uma verdadeira dimensão social europeia. Ora, se os posicionamentos dos dois partidos se assemelham, as razões para tal são diferentes e muito relacionadas com o particular contexto da sua situação política nacional.

⁷⁷⁹ Cf. TELO, António José – *História Contemporânea de [...]* Vol. I. Cit. p. 354.

A batalha do PSOE pela coesão e pelos fundos estruturais prende-se com a sua estratégia governativa, assente na melhoria da competitividade da economia nacional, para que o fundos eram cruciais para investimentos em infraestruturas essenciais à dinâmica económica do país. Por outro lado, a coesão é um alibi para justificar perante a oposição o assentimento dos socialistas ao pendor liberal do AUE e do TM. O PS, que também utiliza os fundos com conotação social à UE, usa o tema sobretudo para demonstrar eleitoralmente a preocupação nacional com o projeto comunitário e para fazer oposição ao governo (com um assunto facilmente entendível pelo eleitorado), exigindo-lhe a negociação da compensação financeira pelos efeitos negativos das reformas políticas comunitárias. O PS, apesar de na oposição, não se distingue do PSOE numa perspetiva mais utilitarista do que ideológica que faz do tema.

Quanto ao descuramento de uma verdadeira política social europeia, as razões do PSOE prendem-se novamente com as prioridades governativas, assentes em atrair investimento estrangeiro através da manutenção dos baixos custos do trabalho. Ora, o PS, que está na oposição, conforma-se com o *status quo* da dimensão social europeia por razões de estratégia eleitoral, sendo imperativo disputar o centro do eleitorado de modo a poder vingar sobre o PSD.

Apesar de ambos inserirem a congratulação com a aprovação da Carta Social Europeia numa conotação de esquerda à Europa, sabemos que o empenhamento dos socialistas ibéricos numa verdadeira dimensão de esquerda, através da política social, não é genuíno nem efetivo. Assim, consideramos ambos os casos uma exceção ao modelo que relaciona a dinâmica de contestação partidária da integração (supranacional/intergovernamental) com a ideológica (esquerda/direita). O PS e o PSOE não se tornam mais adeptos da integração à medida que a construção europeia avança para temas de capitalismo regulado, como a política social.

2. UEM e a dimensão (re)reguladora e redistributiva da UE: a rendição ao monetarismo

Neste capítulo, pretendemos explorar de que modo as negociações para a UEM vieram despertar nos partidos socialistas ibéricos a discussão sobre a transposição de responsabilidades reguladoras do mercado para o nível supranacional europeu, conferindo à UE poderes semelhantes aos que a social-democracia considera essenciais ao estado-nação. Simultaneamente, analisaremos qual a posição dos partidos relativamente à feição monetarista

da UEM. Será que os socialistas ibéricos concebem um sistema comunitário de governação económica? De transferências fiscais que possa conferir à UE um papel de auxílio aos estados, desprovidos de soberania monetária, para responder a períodos de recessão? Será que concebem uma versão *keynesiana* da UE? De forma a melhor entender estas linhas de reflexão, façamos uma breve abordagem à criação e normas de governança da UEM, acompanhada de uma problematização face às ideias económicas que estão na sua base.

Foi o TM que institucionalizou a UEM, o culminar de um prolongado debate, intensificado no seio da CEE com as dificuldades monetárias surgidas na década de 70. A crescente instabilidade do dólar, que desde o acordo de Bretton Woods regulava o sistema monetário internacional, afetara a normalidade das trocas comerciais do MC com abruptas flutuações nas taxas de câmbio, provocando a especulação monetária na Europa. A insistência dos défices norte-americanos que afetavam a estabilidade do dólar já vinha desde a década de 60, mas foi particularmente com os choques petrolíferos dos anos 70 que a inflação disparou e que os parceiros europeus iniciaram de vez o caminho para uma moeda única.

Ao Plano Barre, que já tinha sido elaborado pela Comissão, seguiu-se o Plano Werner, apresentado em 1970, para implementar uma união monetária até ao fim da década, dando resposta às diretrizes de relançamento das Comunidades na Cimeira da Haia de 1969. Além de tornar as economias europeias independentes do dólar, o objetivo era aprofundar o MC, facilitando as trocas comerciais, livrando-as do *dumping* monetário, e promover simultaneamente a integração política, através da concessão de poderes ao PE, de uma união fiscal e uma governação económica, temas ainda atualmente na ordem do dia. A proposta acendeu a discussão entre as versões economista e monetarista⁷⁸⁰ para uma união monetária. A primeira advoga que deve haver uma convergência real económica antes de se implementar uma moeda comum; a segunda defende que será precisamente a introdução da moeda comum a promover o crescimento e, por conseguinte, a convergência económica.⁷⁸¹ Por falta de acordo nesta matéria, mas essencialmente por temerem o aprofundamento político que o Plano implicava - designadamente Georges Pompidou, que apesar de mais suave no tom tinha o mesmo afínco pelo intergovernamentalismo que o antecessor De Gaulle - os estados-membros deixaram-no em *banho-maria*.

⁷⁸⁰ Note-se que o sentido “monetarista” aqui dado não se refere à teoria económica monetarista, que defende o controlo da inflação e a estabilidade de preços através da contenção da quantidade de moeda em circulação como viabilidade para o crescimento económico, mas sim apenas ao processo de iniciação de um projeto de moeda comum, apesar de a teoria económica monetarista viesse a ser empregada para o lançamento e vigência do Euro.

⁷⁸¹ CHANG, Michele – *Monetary Integration in the European Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009. p. 23.

Mas a persistência da instabilidade monetária internacional levou ao lançamento de uma primeira experiência de coordenação das moedas na Europa, com a Serpente Monetária, em 1972, a estabelecer margens mais estreitas de flutuação de moeda do que as do dólar, tentando assim encontrar um sistema de câmbios menos instável (a serpente dentro do túnel).⁷⁸² A insuficiência desta solução e o decretado fim de Bretton Woods, em 1973, levam os parceiros europeus a perceber que teriam de avançar para uma modalidade mais comprometida na coordenação monetária europeia, nascendo assim o Sistema Monetário Europeu (SME), em 1979, precursor da UEM. Assentava em regras de coordenação das políticas monetárias nacionais, que se comprometiam com uma taxa fixa, que podia ser ajustável, de variação de câmbios em torno de uma paridade estabelecida entre todas as moedas - o Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC). Fruto desta política coordenada foi ainda criado o ECU, uma unidade de conta europeia, espécie de moeda comum, apenas nominal, resultante da ponderação entre todas as moedas participantes, usada somente para transações financeiras.⁷⁸³

Os altos e baixos pelos quais o SME passou, a sua dependência do marco⁷⁸⁴ e o objetivo 92, de concretizar o grande mercado interno, lançado com o AUE, punham a nu os efeitos *spillover* na necessidade premente de taxas irrevogáveis de câmbio, i.e., da instauração de uma moeda única. O próprio AUE previa-a como imprescindível, mas sem apontar um esquema para a sua realização. Face a estas forças de contexto, os estados-membros, com a França precipitada pelo prenúncio das alterações da geopolítica a leste, solicitam, no Conselho Europeu de Hannover, em 1988, a constituição de um comité que elaborasse uma proposta nesse âmbito. O comité, presidido por Jacques Delors, apresenta, no ano seguinte, o Relatório Delors, que previa a implementação da UEM em três fases.⁷⁸⁵ A última determinaria, com base no cumprimento de critérios de convergência, quais os estados elegíveis para integrar a moeda única, fixando as taxas de câmbio irreversíveis e criando o BCE, instituição independente, responsável pela gestão da política monetária comum.

⁷⁸² BALDWIN, Richard, WYPLOSZ, Charles – *The Economics of European Integration*. New York: MacGraw-Hill Education, 2004. p. 286.

⁷⁸³ CHANG, Michele – Ob. cit. p. 26, 27.

⁷⁸⁴ O SME passou por algumas fases periclitantes com o segundo choque petrolífero, em 1979, e particularmente com a especulação monetária dos inícios dos anos 90, levando a Inglaterra e a Itália a saírem do sistema e obrigando outros estados a fortes desvalorizações. Por outro lado, a dependência das apreciações do marco que provocava pressão sobre as outras taxas de câmbio do sistema, deixava os países à mercê da moeda alemã. Cf. *Idem, ibidem*, p. 28-31; SOULIER, Gérard – *A Europa. História, civilização, instituições*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 314, 315. AMARAL, João Ferreira do, BRITO, José Maria Brandão de, ROLLO, Maria Fernanda - *Portugal e a Europa. Dicionário*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011. p. 778-781.

⁷⁸⁵ SILVA, António M. da – *Sistema Político da União Europeia* [...]. Cit. p. 268.

O Relatório Delors pressupunha taxas fixas e irrevogáveis de câmbio, a liberalização da circulação de capitais e a integração bancária e dos mercados financeiros para a concretização da união monetária. Paralelamente, previa a realização de uma união económica, com o mercado interno, políticas de concorrência que reforçassem os mecanismos de mercado, políticas comuns direcionadas para o desenvolvimento regional e uma coordenação de políticas macroeconómicas com regras vinculativas para os défices orçamentais.⁷⁸⁶ Com base no relatório, o projeto da UEM foi institucionalizado no TM, com cláusulas de *opt out* para o Reino Unido e Dinamarca, que rejeitam a moeda única por questões de soberania. A Suécia também acaba por ficar de fora, invocando o não cumprimento, propositado, dos critérios de convergência. O tratado determina que todos os futuros estados-membros entrariam na UEM assim que cumprissem os critérios.

De acordo com o estabelecido em Maastricht, os estados teriam de passar por três fases para incorporarem a moeda única. A primeira passava pela liberalização da circulação de capitais, que já se tinha iniciado e teria de completar-se até 1990. A segunda implicava o cumprimento de critérios de convergência, que impunham limites de 3% aos défices orçamentais nacionais e de 60% às dívidas públicas, além de margens à inflação e taxas de juro. Esta fase previa completar-se em 1996 ou 1998. E a terceira, que seria iniciada em 1997 ou 1999, implicava a fixação de taxas irrevogáveis e a entrada em circulação da moeda única nos estados que se tinham qualificado cumprindo os critérios de convergência, com a transferência de soberania monetária para o BCE, instituição que entraria em funcionamento nesta fase.

A UEM assenta em dois pilares, complementares e interdependentes, mas diferentes na forma de governação: a política monetária, competência exclusiva da UE, gerida a um nível supranacional, pelo BCE; e a política económica, cujas competências permanecem nos estados, sendo coordenadas pela UE.

Instituição supranacional e politicamente independente, o BCE é o guardião da política monetária, tendo como principal objetivo manter a estabilidade dos preços, o fator em que se alicerça o bom funcionamento da UEM. O estatuto de independência política do BCE foi essencialmente influenciado pelas preferências alemãs, designadamente pela pressão do Bundesbank, animado pela sua própria experiência de sucesso na gestão do marco. François Mitterrand, pela França, preferia um BCE politicamente controlado, mas não queria deixar a UEM nas mãos da Comissão, sendo também reticente em ceder poder ao PE, preferindo que

⁷⁸⁶ HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 249.

fosse o Conselho Europeu a tomar o rumo da política monetária.⁷⁸⁷ Face à intransigência alemã na questão da independência do BCE⁷⁸⁸ do poder político, a competência da política monetária acabou por ficar assim na alçada exclusiva desta instituição supranacional.

Ao contrário, a política económica, que recai essencialmente na gestão orçamental, reside na competência nacional dos estados, mas sob um apertado procedimento de coordenação e vigilância ao nível europeu, o designado *método aberto de coordenação*, forma reforçada da intergovernamentalidade, para tornar as decisões aplicáveis de facto. De forma a balizar a ação governamental nacional neste âmbito, foi criado o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), proposto pela Alemanha e aprovado no Conselho de Amesterdão em 1997, respondendo à preocupação de que cumpridos os critérios de convergência e uma vez integrados na UEM, os estados se relaxassem na manutenção dos valores nominais necessários à estabilidade da zona euro. O PEC tornou assim permanentes os limites dos critérios de convergência, como o défice em 3% do PIB e a dívida pública em 60%, incluindo uma vertente preventiva e outra punitiva para o comportamento estatal. A primeira engloba um procedimento de coordenação das políticas económicas e de vigilância sobre a evolução dos orçamentos nacionais. A segunda assenta na institucionalização do procedimento por défice excessivo, que faz desencadear formas de punição ao estado que, após recomendações de resolução da sua situação prevaricadora, continue com o défice acima dos 3%.⁷⁸⁹

A história do PEC assistiu aos primeiros incumprimentos em 2002 e 2003, com os défices excessivos da Alemanha, Portugal e França, para os quais o Conselho, motivado pelas pressões alemãs e francesas, decidiu não aprovar sanções, o que motivou uma queixa da Comissão ao então Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. Após este episódio,

⁷⁸⁷ CHANG, Michele – Ob. cit. p. 68.

⁷⁸⁸ Em rigor, a política monetária é competência do Eurossistema, que enquadra os bancos centrais nacionais da zona euro mais o BCE. Na prática, trata-se do Conselho Executivo do BCE (composto pelo presidente e vice-presidente mais quatro outros membros do banco) mais o Conselho Governativo do BCE (composto pelos governadores dos bancos centrais nacionais mais os membros do Conselho Executivo).

⁷⁸⁹ CHANG, Michele – Ob. cit. p. 124, 125. No âmbito da vertente preventiva está o pressuposto de que os estados membros devem orientar as suas estratégias de desenvolvimento económico de acordo com as grandes orientações de política económica acordadas em Conselho. Com base nelas, os governos devem apresentar anualmente os seus planos de estabilidade, nos quais especificam a política orçamental tendente a cumprir os limites impostos pelo PEC. Tais planos serão, em última instância, aprovados pelo Conselho. Com base no que foi aprovado, a Comissão irá proceder a uma vigilância sobre os estados e produzir relatórios sobre a progressão das suas políticas em ordem a cumprir os limites do PEC. Em caso de desvio, a Comissão pode dirigir advertências aos governos nacionais e/ou apresentar propostas de recomendação ao Conselho, que, por sua vez, pode emitir as devidas sugestões de correção aos desvios nacionais. Conforme o instituído procedimento por défice excessivo, se a Comissão detectar a continuidade do comportamento prevaricador do estado-membro, que coloque em risco a devida estabilidade de preços e a solidez da zona monetária, pode emitir recomendações de sanções que, em última instância, serão avaliadas e decididas em sede de Conselho. Esta vertente punitiva e dissuasora de comportamentos desviantes ao PEC pode traduzir-se na aplicação de multas. Cf. SILVA, António Martins da - *Sistema Político da União Europeia* [...] Cit. p. 275-279.

registou-se uma flexibilização da vertente corretiva da aplicação do PEC, invertendo-se a tendência após a crise financeira de 2008 e os subsequentes problemas com várias dívidas soberanas da zona euro, que desencadeiam um reforço do mesmo nas suas dimensões supervisoras e punitivas, consumado com a assinatura do Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governança na UEM.⁷⁹⁰

Sob este figurino normativo, a UE não se responsabiliza pelos comportamentos desviantes dos estados. Cabe a estes, através dos instrumentos de política interna, da sua manobra orçamental, suportar choques assimétricos, recessões ou instabilidades financeiras. As instituições europeias não podem realizar empréstimos ou assumir responsabilidades por pagamentos de dívida nacional, o que torna evidente que perdida a soberania monetária e debaixo dos limites do PEC, os governos ficam significativamente constrangidos nas possibilidades políticas de atuar em situações de emergência económica e financeira nacional, já que o recurso ao endividamento fica bastante limitado. Restringidos nos instrumentos de política macroeconómica, recorrem frequentemente à sobrecarga de impostos sobre os cidadãos e à contenção de despesa pública, levando a situações sociais periclitantes, tão evidentes na atualidade dos países sob resgate financeiro.

O acervo normativo da UEM, e concretamente as disposições relativas à política orçamental dos estados, são o resultado de um certo consenso ideológico reunido na Europa em torno da designada *nova macroeconomia clássica*, revisão crítica à teoria *keynesiana* que dominara as opções políticas das décadas de 50 e 60. Esta encarava a política orçamental como instrumento para enfrentar momentos de recessão. Através do aumento de despesa pública, estimulava-se a economia e o poder de compra, promovendo a redução do desemprego, a inversão da quebra da procura e o retorno ao crescimento. A *nova macroeconomia clássica* vem questionar a eficácia do uso orçamental para resolver uma crise, já que o aumento de despesa pública acarreta a contração de dívida estatal e o consequente crescimento do défice orçamental. A médio/longo prazo, este terá de ser pago, o que pode implicar um aumento de impostos e consequentemente uma nova quebra na procura, anulando assim o efeito expansivo provocado pelo recurso ao orçamento para estímulo da economia. Acrescentam ainda os críticos que o carácter discricionário do *keynesianismo*, ao gerar endividamento público, incentiva a subida das taxas de juro, o que dificultará o crescimento

⁷⁹⁰ Cf. CHANG, Michele – Ob. cit. p. 127-132; SILVA, António M. da – *Sistema Político da União Europeia* [...] Cit. p.283-297.

económico, ao contrário da redução do défice orçamental que provocará uma redução das taxas de juro.⁷⁹¹

Por outro lado, a UEM, no desenho particular da política monetária, reflete a emergência do consenso político em torno do monetarismo na Europa, nos finais dos anos 80.⁷⁹² Também crítico do *keynesianismo*, o monetarismo baseia-se na defesa de que uma política monetária de taxas fixas de câmbio, assente na manutenção da estabilidade de preços e no controlo de défices, é mais benéfica para o crescimento económico do que a promoção da valorização ou desvalorização monetária para responder a choques assimétricos. Ora, a retirada de soberania monetária aos estados veio, por um lado, privar os governos desse recurso, ao mesmo tempo que uma política monetária única na zona euro, com independência política do BCE, inviabiliza a utilização desse instrumento, dado que passa a existir uma taxa cambial única para a diversidade das economias europeias, ainda á quem da convergência real.

De acordo com a teoria das áreas monetárias ótimas (AMO), para que um estado integre uma moeda comum tem de assegurar que os benefícios de uma união monetária excedam as desvantagens, pelo que a UE, não sendo AMO, não dispõe de características que tornem vantajosa a abdicação de soberania nacional para alguns estados.⁷⁹³ O principal custo nacional, a perda de usar a capacidade de valorização e desvalorização da moeda e do recurso ao orçamento como instrumento de política económica, não foi compensado com capacidades supranacionais que colmatem a retirada de soberania estatal. A teoria das AMO, favorável aos princípios basilares da social-democracia e refletora de uma visão *keynesiana* da economia, determina que uma união monetária, para ser ótima, tem de dispor de um mercado laboral, de capitais e de produtos flexível e de um sistema de transferência fiscais, que permita responder às variações assimétricas entre os vários estados/regiões, assim como uma taxa de câmbio flexível à necessidade de promoção de crescimento económico.

Ora, a UEM, dispondo apenas parcialmente de um mercado flexível de capitais, produtos e trabalho, não é considerada uma AMO, refletindo antes o modelo monetarista, defensor de que a taxa de câmbio é inútil e contraproducente como instrumento de política macroeconómica. Argumenta o monetarismo que essa opção gerará nova recessão, pois apesar da desvalorização da moeda incrementar as exportações, a longo prazo ela irá fazer aumentar o preço de bens importados, o que resultará num aumento dos custos de produção e

⁷⁹¹ LANG, Gérard – “Les politiques budgétaires et le Pacte de stabilité”. In DÉVOLUY, Michel (dir.) - *Les politiques économiques européennes*. Paris: Éditions du Seuil, 2004. p. 127-132.

⁷⁹² HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 258.

⁷⁹³ *Idem, ibidem*, p. 245; GRAUWE, Paul de - *Economics of monetary union*. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 107, 108.

numa nova quebra de procura e necessidade de aumentar salários, originando um novo período de recessão. Para a teoria monetarista, os benefícios da desvalorização da moeda são questionáveis a longo prazo.⁷⁹⁴

Foram estas teorias de inspiração liberal, críticas do *keynesianismo*⁷⁹⁵, que vingaram como modelo inspirador da UEM, fruto também do contexto histórico em que o projeto foi desenhado. A incapacidade da política *keynesiana* de resolver as crises dos anos 70 fez emergir a alternativa *monetarista*, fortalecida com a experiência positiva alemã, que aplica a teoria nas décadas de 70 e 80 - com o Bundesbank como o seu precursor empírico. Simultaneamente, a ascensão dos partidos de centro direita ao poder vê aqui uma resposta viável de governação à hegemonia *keynesiana* das décadas anteriores, enquanto os socialistas-democratas começam a abandonar os velhos princípios para aceitar as novas ideias económicas.⁷⁹⁶ Também os diferentes interesses estatais balanceados pelo contexto geopolítico do momento nas negociações intergovernamentais, em que a vontade alemã predominou⁷⁹⁷, concorreram para a configuração da UEM.

Porém, não sendo a ciência económica determinista e contendo a UEM deficiências orgânicas e princípios contraditórios - nomeadamente a não previsão dos efeitos da política económica nacional sobre a dos outros países, a prossecução de políticas fiscais nacionais concorrentes e desleais, fruto das idiosincrasias do PEC⁷⁹⁸ - a UE tem-se deparado com a incapacidade de responder às assimetrias das economias nacionais seriamente debilitadas por

⁷⁹⁴ Sobre a teoria das AMO e sua relação com a UEM ver BALDWIN, Richard, WYPLOSZ, Charles – Ob. cit. p. 329-356; CHANG, Michele – Ob. cit. p. 63-65; HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 245-248.

⁷⁹⁵ Cf. LANG, Gérard – Ob. cit. p. 136-138.

⁷⁹⁶ HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 258.

⁷⁹⁷ Muito resumidamente, uma das divergências encontrava-se entre economistas e monetaristas (diferente da teoria económica monetarista). A Alemanha e a Holanda, partidárias da versão economista, defendiam uma convergência económica real antes da introdução da moeda comum (com o intuito não declarado de que apenas os países fundadores, com economias mais semelhantes, pudessem integrar a UEM – assim a rigidez dos critérios de convergência seria uma última esperança de que os países menos desenvolvidos ficassem de fora), enquanto a França, que não queria ver o projeto liderado pela Alemanha, defende a versão monetarista, pretendendo ver mais países na moeda única, o que ajudaria a diluir o poder. Consta-se que a Alemanha acaba por ceder neste âmbito, também devido à pressão de investidores nacionais com pretensões exportadoras, para quem uma UEM alargada ajudaria a baixar o valor da moeda e promover as exportações. Se a Alemanha transigiu neste aspeto, a sua posição foi inabalável na edificação de um banco central independente do poder político, ao contrário do que queria a França, e na assunção da estabilidade de preços e do controlo orçamental como fatores estruturantes da solidez da zona monetária, à imagem das exigências do Bundesbank. Na base destas discordâncias residem, obviamente, também as dinâmicas políticas e eleitoralista internas, face à abdicação do marco, moeda forte da Europa. Cf. CROZET, Marie-Pierre – *Précis sur l'Union Européenne*. Paris: Ellipses, 2007. p 184-185; CHANG, Michele – Ob. cit. p. 45-50.

⁷⁹⁸ Cf. LANG, Gérard – Ob. cit. p. 125, 151-157; RUCHET, Jean-Jacques – “La fiscalité des États de l'Union: diversité ou divergences?” In SCHLACTHER, Didier (dir.) – *Questions d'Europe. Le débat économique et politique*. Paris : Ellipses, 1998. p. 168-177. Este autor, não só aponta o dedo à deslealdade dos esquemas fiscais subversivos do mercado interno em alguns países da Europa, como classifica a Comissão de ineficaz e incompetente no zelo e na busca de uma política fiscal no mercado interno mais justa em termos europeus.

uma crise financeira iniciada pela especulação de um liberalismo económico que lhe foi inspirador.

“A construção comunitária não escapa às tendências que marcam a sua época mas nenhuma época constitui o fim da História.”⁷⁹⁹ E várias são as soluções apontadas para a resolução das deformidades da zona euro. Desde os teóricos mais afetos ao modelo (neo)liberal, que não veem a necessidade de a UEM evoluir para uma AMO e defendem, ao invés, a flexibilização do mercado laboral, até propostas mais moderadas e de índole federal, como a constituição de um federalismo fiscal⁸⁰⁰ e orçamental - com o aumento do orçamento europeu face ao PIB, de forma a que a UE possa desempenhar as típicas funções estatais de estabilização, inovação e redistribuição⁸⁰¹, até reformas institucionais que confirmam maior legitimidade democrática e, por conseguinte, política à UEM⁸⁰².

A racionalidade económica leva a concluir que há estados que não colheriam os suficientes benefícios para compensar os custos da integração na união monetária europeia, nomeadamente os de baixas taxas de crescimento, para os quais as necessidades de ajustamento estrutural são mais penosas para a manutenção dos níveis de emprego e proteção social. Mas a história faz-se de decisões políticas, que não se regem apenas por ditames económicos (também a razão de ser das deformidades da UEM). No caso de Portugal e Espanha a ambição era estar na linha da frente da integração europeia, com os partidos do arco da governação a assumir o compromisso de atingir os critérios de convergência e manter os limites do PEC.

“[T]e public may support economic and political union for non-economic reasons. The public may have a high level of ‘affectiveness’ support for political integration even if they perceive that it may make them economically worse off in the short term [...]. In this case, a government in a low-growth state may use the promise of economics and political integration to implement structural adjustments programmes.”⁸⁰³

Os partidos socialistas ibéricos defenderam a adesão à CEE essencialmente por razões políticas, mesmo concebendo os prejuízos económicos a curto prazo. Face ao aprofundamento comunitário, o objetivo dos socialistas ibéricos é qualificar os respetivos países para entrar na moeda única. Mas perante o reforço da vertente liberal que a UEM veio imprimir à UE e a perda de soberania monetária daí resultante, quais as razões invocadas pelo PS e PSOE para

⁷⁹⁹ SOULIER, Gérard – Ob. cit. p. 319.

⁸⁰⁰ BALDWIN, Richard, WYPLOSZ, Charles – Ob. cit. p. 389-390.

⁸⁰¹ LANG, Gérard – Ob. cit. p. 161-166; DELISLE, Pascal – “Souveraineté nationale et régulation économique: la monnaie unique est-elle viable?” In SCHLACTHER, Didier (dir.) – Ob. cit. p. 58-61.

⁸⁰² GRAUWE, Paul de – Ob. cit. p. 106-114.

⁸⁰³ HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 248.

integrar a moeda única europeia? E face aos constrangimentos que os critérios de convergência e o PEC vêm implicar na política orçamental nacional – significando um revés definitivo nas políticas *keynesianas* nacionais, típicas da social-democracia, será que os partidos encaram uma transferência de competências para a comunidade que lhe confira o papel *(re)regulador* e redistributivo, que compense as incapacidades nacionais? Vamos analisar de seguida o argumentário dos partidos relativamente à UEM.

2.1 PSOE: a subversão da UEM como modernizadora de Espanha – a consumação da recetividade ao (neo)liberalismo

O PSOE manifesta um apoio inequívoco a uma moeda única europeia. O tema torna-se saliente nos programas eleitorais a partir de 1989, quando começa a ficar na ordem do dia das negociações intergovernamentais. No manifesto para as eleições europeias desse ano, regozija-se com a existência do SME, como contributo para atingir a coesão monetária europeia, um processo incompleto, que se quer evolutivo: “Este debería transformarse para mejorar sus operaciones y darle mayor coherencia.”⁸⁰⁴ Os socialistas defendem a evolução do SME com vista a atingir uma melhor coordenação das intervenções monetárias, mas deve fazer-se tendo em conta as diferentes condições económicas de cada país.⁸⁰⁵ No debate sobre o estado da nação, em 1989, Felipe González manifesta a intenção de fazer Espanha entrar no SME o mais breve possível⁸⁰⁶, o que virá a acontecer ainda nesse ano. O objetivo do governo é consolidar os resultados de uma política anti-inflacionista, convergir com os outros países do SME, de modo a ganhar credibilidade no exterior e aumentar o investimento.⁸⁰⁷

Nestas eleições, realizadas em 15 de junho de 1989, o relatório Delors já tinha sido apresentado, mas ainda não aprovado. Só o será alguns dias depois, no Conselho Europeu de Madrid, realizado em 26 e 27, tendo ficado já decidido um termo para a etapa da liberalização de capitais. De modo que, na campanha para as eleições legislativas nacionais do mesmo ano, já aparece um apoio explícito ao projeto previsto: “apoyamos la consecución de una Unión Económica y Monetária que sólo puede abordarse por etapas e introduciendo las

⁸⁰⁴ PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p. 5.

⁸⁰⁵ *Ibidem*, p. 6.

⁸⁰⁶ “Perspectiva de las Comunidades Europeas.” *El Socialista*. Nº 471 (15.02.1989) p. 10.

⁸⁰⁷ BONILLA, José Ramón de la – “El Sistema Monetario Europeo: España y la Devaluación de la peseta.” *Cuadernos de Estudios Empresariales. Editorial Complutense*. Nº 3 (1993) p. 350 [Em linha]. [Consult. 23.09.2016]. Disponível em WWW: < <https://revistas.ucm.es/index.php/CESE/article/view/CESE9393110341A> >.

modificaciones legales que sean necesarias.” No programa para as eleições de 1993, depois de delineados os moldes em que se iria implementar a UEM, o PSOE admite que “[e]l próximo paso es que España participe en principio en la tercera fase de la Unión Económica y Monetaria.”⁸⁰⁸ O apoio à UEM funda-se na considerada insuficiência do SME para uma maior coesão monetária e independência da economia europeia do dólar. Manifesta assim a continuidade de europeísmo do partido, apostado em prosseguir uma adaptação e aproximação comunitária o mais eficaz possível.⁸⁰⁹

O que quer isto dizer em concreto? A integração europeia faz parte do objetivo governamental de potenciar o crescimento económico e conquistar peso político internacional, agregado à intenção de querer colocar o país na dianteira da Europa - “Y nunca hemos estado en mejores condiciones para dar un salto hacia adelante y colocarnos a la cabeza de los países más avanzados de Europa.”⁸¹⁰ O objetivo governamental reflete as resoluções de congresso do partido, de querer não só suplantar o atraso económico relativo à Europa, mas colocar-se no grupo dos mais desenvolvidos, uma estratégia que passa pela plena integração económica de Espanha, o que, por sua vez, passa por uma adaptação às Comunidades.⁸¹¹ Esta persistentemente manifesta ambição económica leva também o governo espanhol a preferir aliar-se aos estados-membros mais ricos, em vez de aos pobres (com quem teria mais em comum), como a melhor estratégia da satisfação dos interesses nacionais.⁸¹²

⁸⁰⁸ PSOE – “El programa de la mayoría.” 1993. s.p.

⁸⁰⁹ “Refiriéndose a nuestra incorporación a Europa reclamó el máximo esfuerzo conjunto para obtener el mayor grado de eficacia y de aproximación en la adaptación y participación comunitaria.” “Estabilidad y defensa de los intereses generales.” *El Socialista*. Nº 410 (01.08.1986) p. 3.

⁸¹⁰ Intervenção de Alfonso Guerra, vice-secretário geral do PSOE, na campanha para as eleições legislativas. “España en las mejores condiciones para colocarse a la cabeza de los países más avanzados de Europa.” *El Socialista*. Nº 430 (30.05.1987) p. 3.

⁸¹¹ “**1.5.4 Adaptarnos, integrarnos y participar en la construcción de Europa.** Somos conscientes que el próximo decenio será decisivo para que España recupere el atraso respecto a Europa. Esto va a exigir un gran esfuerzo colectivo de adaptación. Es necesario un compromiso con el desarrollo tecnológico que favorezca la inversión productiva y la modernización. El Partido Socialista Obrero Español considera que la Europa unida y supranacional, que debe ser construida en base a la Comunidad Europea, es el marco adecuado para la consecución de nuestros objetivos.” “Resoluciones. 31º Congreso.” *El Socialista*. Nº Especial 31º Congreso (22.01.1988) p. 21.

⁸¹² “There was some tension between PSOE insistence that European integration has to be based on reducing the developmental imbalances between member states and between regions, and the González generation’s undisguised ambition for Spain to become one of the leading group of EU states. After Spain’s accession to the EC, this ambition led Spain’s representatives to try to work with the German and French governments, rather than form a united front with poorer Southern European states.” GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” p. 162.

a) Harmonização fiscal sobre poupança de capital – a única proposta regulador

Para esta estratégia de crescimento económico nacional (para o que foi determinante a batalha de Felipe González pela coesão, como vimos em capítulo anterior) seria igualmente importante que a UEM detivesse características coincidentes com os interesses económicos dos países menos desenvolvidos num mercado de livre circulação de capitais e numa união monetária. Neste sentido, é pela harmonização fiscal sobre o capital que o governo se debaterá nas CIG's para a UEM. O partido apoia o governo neste objetivo. No manifesto para as eleições europeias em 1989, ainda antes da aprovação do relatório Delors, o PSOE já considera que se deve evitar a anarquia num mercado integrado de capitais, clamando a necessidade de transparência nas transações e de sujeição da aquisição de valores imobiliários de sociedades a um sistema de procedimentos e controlo.⁸¹³ Alguns meses mais tarde, o partido já *chama os bois pelos nomes*: “Defendemos la armonización fiscal – tanto de impuestos directos como de indirectos – como imprescindible para equiparar las condiciones de los intercambios.”⁸¹⁴

Conseguir impor uma harmonização fiscal na UEM é um dos objetivos declarados do governo para a presidência da CEE, no primeiro semestre de 1989. No desenvolver das intervenções, a proposta vai ficando mais explícita. “El ministro de Economía y Hacienda, Carlos Solchaga, [...] aseguró, en relación con la armonización fiscal del ahorro en los doce países comunitarios, que debería haber al término de la presidencia española una decisión en este sentido.”⁸¹⁵ Na apresentação do programa para a presidência da CEE, perante o PE, o executivo de Madrid manifesta novamente a intenção⁸¹⁶, enquanto no debate nacional, perante o Congresso de Deputados, o chefe de governo explicita também a proposta como essencial para regular a livre circulação de capitais: “España desea trabajar para que se alcance en los próximos meses algún acuerdo en lo que se refiere a la fiscalidad sobre el capital, lo que en el jargón comunitario se llama la fiscalidad sobre el ahorro. La armonización de la fiscalidad indirecta va a exigir sin duda algún tiempo mas, y no se relaciona tan directamente con la liberalización de los movimientos de capital.”⁸¹⁷

⁸¹³ PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p. 6.

⁸¹⁴ PSOE – “Programa Electoral 1989.” 1989, p. 8.

⁸¹⁵ Intervenção numa reunião com o grupo socialista do PE. “El espacio social y la protección del medio ambiente, objetivos de los socialistas europeos.” *El Socialista*. Nº 469 (15.01.1989) p. 6.

⁸¹⁶ “En cuanto a la armonización fiscal, como dijo Fernández Ordóñez [Ministro dos Negócios Estrangeiros], los países comunitarios tendrán que lograr acuerdo en la nivelación de la imposición directa con objeto de hacer viable el libre movimiento de capitales.” “Potenciar la unidad europea.” *El Socialista*. Nº 470 (31.01.1989) p. 4.

⁸¹⁷ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados, no debate sobre o estado da nação. *Diario de las Sesiones*. Nº 166 (14.02.1989) p. 9825. Cf. “El Estado de la Nación. Intervención de Felipe González.” *El Socialista*. Nº 471 (15.02.1989) p. 10.

No final da presidência espanhola na CEE, os resultados no Conselho Europeu de Madrid não são os esperados e a proposta esbarra na oposição de alguns países. Mas Felipe González vinca novamente a ideia perante o parlamento nacional: “El Consejo, por consiguiente, insiste en la necesidad de seguir avanzando en el tema de la fiscalidad directa y hace una llamada de atención [...] sobre la necesidad de evitar cualquier tipo de comportamiento fraudulento o de evasión que pueda venir aparejado con la liberalización de movimientos de capital.”⁸¹⁸ Nas resoluções do congresso de 1990, o partido mostra-se alinhado com o governo nesta questão⁸¹⁹ - a forma de conferirem algum cunho socialista à união monetária.

A harmonização fiscal sobre a poupança acaba por não se realizar e a UEM será implementada como sistema liberal, sem este e outros tipos de regulação supranacional que pudessem atenuar os efeitos perversos que os diferentes sistemas fiscais nacionais geram numa união monetária. Entre as possibilidades supranacionais fiscais possíveis para atenuar estes efeitos, esta é a única proposta que o PSOE faz. Porquê apenas esta e não outras condizentes com uma *social-democratização* da UE? Atentemos na resposta de Felipe González à crítica da oposição, em como a não aprovação da harmonização fiscal dificultaria a competitividade nacional:

“La armonización fiscal es uno de los elementos de competitividad importantes. Si me permite darle mi modesta opinión, si la armonización fiscal se produjera mañana, nosotros no ganábamos competitividad. Eso es lo único que quiero dejar como una opinión particular. Por tanto, no pensemos que la competitividad la vamos a ganar en base a la armonización de la fiscalidad, que es muy importante para que la competitividad se mueva en una cierta regla de lealtad, porque estamos mejor en algunas cosas y peor en otras, y en el conjunto es obvio que nuestra presión fiscal es menor, en términos relativos, que la de la Comunidad, aunque eso también se discute, pero yo no quiero abrir la brecha de esa discusión. Impuesto de valor añadido o impuesto sobre la renta en su conjunto, no creo que nosotros pudiéramos ganar competitividad con la armonización de la fiscalidad, aunque la veamos como imprescindible por otra razón.”⁸²⁰

O líder socialista toca aqui no ponto que julgamos essencial, relacionado com a sua estratégia económica e, por conseguinte, com o interesse nacional no desenho da UEM. Efetivamente, um imposto sobre a poupança não geraria diretamente competitividade, mas poderia ajudar a evitar a fuga de capitais de Espanha (onde a sua permanência era importante

⁸¹⁸ Intervenção de Felipe González, no Congresso dos Deputados, para prestar informações sobre o Conselho Europeu de Madrid. *Diario de las Sesiones*. Nº 204 (28.06.1989) p. 11550, 11551.

⁸¹⁹ “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 25.

⁸²⁰ *Diario de las Sesiones*. Nº 006-1 (20.12.1989) p. 200.

para o seu sistema financeiro e consequente capacidade de financiar investimento) que um mercado livre potencia, com a oferta noutros países de taxas de juro e impostos sobre o capital mais atrativos e maior solidez bancária (nomeadamente em estados com maiores taxas de crescimento), agora sem o obstáculo dos câmbios para desvalorizar o dinheiro. De forma direta, a harmonização fiscal sobre o capital em aforro não traria competitividade, mas de forma indireta ajudaria a promover a competitividade nos países com baixas taxas de crescimento e que aspiram pela convergência.

No âmbito da vertente reguladora da UEM, o discurso socialista podia ter ido muito mais longe. Omite a defesa de outras componentes que dariam ainda mais teor regulador e redistributivo à UE, o que poderia passar pela harmonização fiscal sobre as empresas (traria justiça à competitividade e coerência económica à UEM) e subsequente constituição de um sistema de transferências fiscais supranacional para fazer face a choques assimétricos nacionais - do interesse dos estados mais pobres, como Espanha, que têm de cumprir critérios de convergência ambiciosos e mantê-los depois sob vigência do PEC. Estas opções seriam condizentes com uma maior racionalidade económica na zona euro e, simultaneamente, confeririam uma feição redistributiva à UE, que seria de todo o interesse para estados com as características de Espanha na UEM. Mais. Aproximaria a UEM de uma AMO, um modelo íntimo do *keynesianismo* e, em teoria, apreciado pela social-democracia, conferindo assim coerência ideológica ao discurso do PSOE.

Porém, a primeira opção retiraria da soberania nacional uma ferramenta imprescindível para a competitividade económica prioritária do governo socialista. Com a liberdade de tributação, Espanha poderia praticar impostos sobre empresas mais baixos e apresentar vantagem na captação de investimento externo – objetivo primordial nacional: “The overall economic policy by the PSOE was to overcome the highly protectionist nature of the Spanish economy, a legacy of the authoritarian regime, and move towards a liberalised open economy. The main aim was to achieve a more competitive economy in order to compete at global level. [...] The measures of the government clearly made the Spanish market more attractive for direct foreign investment.”⁸²¹

Face à perda de soberania monetária, a manutenção da soberania orçamental, com a possibilidade de recorrer a estabilizadores automáticos, era a remanescente manobra governamental de política macroeconómica capaz de servir interesses nacionais imediatos. Como reconhece Dévoluy, os reais argumentos dos estados para preferirem uma mera

⁸²¹ MAGONE, José M. - *Contemporary Spanish Politics*. London, New York: Routledge, 2004. p. 189, 190.

coordenação económica não residiam só no invocado princípio da subsidiariedade, mas também no facto de após a supranacionalização da política monetária, a política orçamental ser encarada como o único instrumento de estabilização conjuntural nacional.⁸²² Se esta opção é a salvaguarda do que resta de um instrumento nacional de política *keynesiana* (já que a política orçamental, através dos estabilizadores fiscais, pode ser usada para gerir a procura e impulsionar a economia), neste sentido, podemos dizer que o PSOE não abdica de um pendor social-democrata a nível nacional. Mas, em termos de coerência ideológica, a questão tem de ser avaliada ao nível supranacional (já que o partido apoia a UEM), revelando-se aí a contradição entre a preferência por uma mera coordenação económica e a aceitação de uma união monetária federal. Em conformidade com uma ideologia social-democrata, exigir-se-ia o transporte da visão *keynesiana* da política económica também para um nível supranacional.

Não deixa, assim, o PSOE de contribuir para a irracionalidade económica que caracterizou as decisões que levaram à configuração da UEM - já que a política orçamental discricionária de um estado pode ter efeitos negativos noutros, levando a que política económica e política monetária se possam contrariar, em vez de complementar.⁸²³ Não deixa também o PSOE de cair em incoerência com o que seria expectável de uma ideologia social-democrata, à qual reclama pertencer.

A posição do PSOE face à dimensão reguladora e redistributiva da UE, no âmbito da UEM, é a mesma que teve para com a dimensão social. Ambas são sacrificadas em prol do pragmatismo adotado no governo, o de servir o supremo interesse nacional, com uma estratégia de curto prazo. Também nas questões sociais, o partido ignorou a vertente reguladora supranacional dos salários e outros direitos de trabalho (como vimos anteriormente), preferindo o total controlo nacional sobre os custos do trabalho como fator de competitividade, desprezando este contrabalanço regulador e social à Europa (neo)liberal.

As prioridades de governo falaram mais alto e contribuíram para o posicionamento partidário, o que é um preciso exemplo do critério negocial da UEM, orientado não pela racionalidade económica, mas pelos interesses políticos nacionalistas. “[G]overnments refused to further lock themselves into policy commitments and preferred looser forms of cooperation in order to retain as much manoeuvre as possible. [...] Ardy et al. (2006:104) have characterized the choice of coordination as one that ‘balances competing aims rather than being the most economically efficient’.”⁸²⁴

⁸²² LANG, Gérard – Ob. cit. p. 133, 134.

⁸²³ *Idem, ibidem*, p. 125, 126.

⁸²⁴ CHANG, Michele – Ob. cit. p. 94, 95.

A ironia é que a opção política do PSOE também não foi determinada pela racionalidade ideológica que era esperada, mas apenas pelo estrito e estreito interesse nacional imediato. O discurso da construção da *Europa dos trabalhadores*, da Europa socialista, perdeu-se. Embora desde início, como já comprovámos, essa alusão tivesse sido sempre mais retórica do que real, agora até a retórica se perdeu. A convergência predomina no discurso e na estratégia para justificar um crescimento nacional que, pressupostamente, alimentará uma sociedade socialista. Cai-se na mesma lógica do Tratado de Roma, em que as conquistas sociais adviriam do crescimento económico fomentado pelo mercado livre e não das necessárias provisões políticas.

b) A primazia da convergência e a definitiva comunhão com a economia neoliberal da UE

É após o Conselho Europeu de Maastricht, realizado em 9 e 10 de dezembro de 1991, que aprovou as decisões para a UEM, com a condicionalidade do cumprimento dos critérios de convergência, que o PSOE e o governo iniciam uma cruzada comunicacional pela convergência. Desaparece do discurso socialista a harmonização fiscal sobre o capital e torna-se omnipresente o objetivo da convergência, assumido pelo governo não meramente como uma exigência da UEM, mas do próprio país: “Pero, además, la convergencia supone mantener un ritmo de crecimiento superior a la media comunitaria, capaz de generar empleo, capacitar a nuestros conciudadanos para actuar con niveles de formación equiparables a los países más desarrollados [...]. Estos objetivos coinciden señorías, en su totalidad con el interés de nuestro país. Aunque no existiera Comunidad Europea, España tenía que plantear un programa de esta naturaleza para los años noventa.”⁸²⁵

A ação de governo e a estratégia comunicativa de González vai no sentido de combater a ideia de que os critérios de convergência não sejam vistos como imposição de fora, como mera tradução nominal de medidas macroeconómicas, mas o reflexo de uma real convergência económica e social.⁸²⁶ A mensagem governamental é apoiada pelo partido no

⁸²⁵ Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no discurso do estado da nação no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 175 (24.03.1992) p. 13.

⁸²⁶ Esta ideia é reforçada noutras intervenções no governo. “El proceso de construcción europea, en todo caso, ha ayudado a la economía española en los últimos años y probablemente, si el Tratado de Unión Europea se aprueba, también será un factor que coadyuve a lo que debe ser nuestra decisión y nuestra voluntad como país de cumplir esos compromisos de convergencia nominal y avanzar en los de convergencia real por respecto a nuestros ciudadanos.” Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 216 (01.10.1992) p. 10635.

parlamento⁸²⁷ e pelo seu órgão de comunicação oficial, que dá destaque de primeira página ao objetivo de convergência apresentado no discurso do estado da nação.⁸²⁸ O que se torna notável no apoio do partido à política de governo é que se incorpora a política macroeconómica resultante da UEM como a desejável, como manifesta o Secretário dos Assuntos Económicos, Sociais e Sindicais da Comissão Executiva Federal (CEF) do PSOE:

“Vistas en su conjunto, las condiciones de convergencia constituyen un ‘código de buena política económica’ al que deben aspirar por igual las distintas economías, cualesquiera que sea su grado de desarrollo relativo. A la necesidad de ese código de conducta contribuye el hecho de que la experiencia económica internacional muestra cómo se vive actualmente una tendencia que empuja a la conversión del mundo en una entidad económica única, cancelándose con ello los períodos donde tuvieron predicamento las prioridades nacionales. En España la consecución de estas condiciones de convergencia no supone un elemento nuevo en la orientación de nuestra política económica, ya que desde 1982 venimos reduciendo los diferenciales entre los indicadores macroeconómicos interiores y la media comunitaria de los mismos.”⁸²⁹ [Sublinhado nosso].

Desta declaração depreendemos: em primeiro lugar, que o PSOE incorpora a receita macroeconómica resultante da união monetária como a aconselhável, comungando assim com uma orientação neoliberal do mercado e da economia; em segundo lugar, que face aos fenómenos de globalização económica e financeira está consciente da ineficácia de políticas económicas nacionais isoladas; e, em terceiro lugar, que mesmo consciente dos fenómenos de globalização económica, não concebe a sua regulação a um nível supranacional, já que classifica a receita macroeconómica da UEM como *un código de buena política económica*. Ora, o que mais poderia ser a negação dos princípios económicos basilares da social-democracia e das suas preferências por uma política económica *keynesiana*?

Parece-nos, assim, pois, que este discurso socialista elogioso da convergência não é mera estratégia retórica para colmatar e atenuar o monetarismo resultante da UEM, mas que expressa, sim, a conversão do partido a um neoliberalismo europeu dominante. Dois meses depois da intervenção do Secretário dos Assuntos Económicos, Sociais e Sindicais da CEF, os

⁸²⁷ “Martín Toval destacó la necesidad de aunar esfuerzos para colaborar activamente en este proyecto, porque ‘no hay un solo ámbito relevante en la vida nacional que no esté afectado por el proceso de Unión Europea’. [...] En relación con los objetivos de convergencia económica, indicó que constituyen un proyecto de bienestar para todo el país, que permitirá seguir creciendo y distribuyendo los frutos de ese crecimiento.” “La convergencia europea, proyecto de bienestar en España.” *El Socialista*. Nº 546 (31.03.1992) p. 7.

⁸²⁸ “En el debate sobre el estado de la nación [...], el presidente del gobierno, Felipe González, hizo un llamamiento a las fuerzas parlamentarias y a la sociedad en general para que alcancemos, con el esfuerzo de todos, los objetivos de convergencia económica en los plazos fijados por la Comunidad.” “España puede estar entre los países más desarrollados de la Europa.” *El Socialista*. Nº 546 (31.03.1992) p. 1.

⁸²⁹ MARUGÁN, Francisco Fernández (Secretário de Assuntos Económicos, Sociais e Sindicais da CEF do PSOE) - “Convergencia y Cohesión.” *El Socialista*. Nº 548 (30.03.1992) p. 5.

porta-vozes da CEF confirmam o apoio ao plano de convergência do governo com a Europa⁸³⁰ – era necessário, para a ação governamental, que um partido fortemente regionalizado estivesse em uníssono nesta questão, que poderia exigir sacrifícios e ter efeitos negativos em termos sociais e, em particular, nalgumas regiões. Mais tarde, o mesmo órgão, em resolução política, aprova o “objetivo 97 – un proyecto nacional para la convergencia con Europa.”⁸³¹

O partido consolidará esta campanha pela convergência, reanimada com as perspetivas do Pacote Delors II e o inerente reforço de captação financeira nacional através do fundo de coesão.⁸³² O empenho partidário em torno da mensagem é total, quer na presença do partido em atos oficiais e comemorativos das regiões⁸³³, quer em entrevistas, como a do responsável em economia e finanças do partido, Francisco Morugan⁸³⁴, e a do próprio líder socialista.⁸³⁵

A CEF do partido reitera, no ano seguinte, o apoio a González. No documento de bases de discussão política do partido, “o objetivo 97” (ano do primeiro término da 2ª fase da UEM), que prevê atingir os critérios de convergência, é concebido como a melhor forma de concretizar o socialismo: “Las metas de déficit, inflación y tipos de interés que pretendemos alcanzar no so condiciones arbitrarias ni impuestas desde fuera, sino las mejores condiciones para crecer establemente y crear empleo, avanzando para situar España en la primera fila en la Unión Europea económica e socialmente.”⁸³⁶ [Sublinhado nosso]. O socialismo seria atingido pela prioridade ao crescimento, ainda que os meios empregues para chegar a esse crescimento negassem o próprio socialismo. O documento aprovado pela CEF do partido representa um texto base, orientador das intervenções dos membros entre congressos e é, precisamente, uma preparação para o congresso que se avizinha, com a intenção fulcral de manter o partido unido

⁸³⁰ “En su última reunión, la Comisión Ejecutiva Federal del PSOE reiteró su decidida intención de apoyar activamente el Plan de Convergencia con Europa y expresó su convencimiento de que España está en disposición de incorporarse a la Unión Europea, en 1997, junto a los países más desarrollados de la Comunidad. [...] En cuanto a la superación del reto de la convergencia, la dirección socialista entiende que el esfuerzo que ello supondrá está plenamente compensado en los beneficios que reportará al conjunto de la sociedad española. Por ello, la CEF del PSOE reiteró, en esta reunión, su llamamiento a la colaboración de todos aquellos que quieren un futuro de certidumbre y progreso para España.” “Un paso mas en el desarrollo del país.” *El Socialista*. Nº 550 (31.05.1992) p. 6.

⁸³¹ “Una Apuesta de Futuro”, “Objetivo 97 – un proyecto nacional para la convergencia con Europa.” *El Socialista*. Nº 552 (30.06.1992) p. 1, 6, 7.

⁸³² “El Mirador. ¿Dónde está Maastricht?” *El Socialista*. Nº 551 (15.06.1992) p. 2.

⁸³³ “Hay que ganar el reto europeo.” *El Socialista*. Nº 550 (31.05.1992) p. 1.

⁸³⁴ “España tiene ante si un futuro muy importante.” *El Socialista*. Nº 555 (15.09.1992) p. 4, 5.

⁸³⁵ “España puede y debe ganar el desafío de los noventa.” *El Socialista*. Nº 556 (01.10.1992) p. 21-26.

⁸³⁶ “Bases para la discusión política.” *El Socialista*. Nº 559 (01.01.1993) p. 28.

em torno desta orientação. A moção principal para o congresso a realizar em 1994 espelha novamente a convergência como objetivo primordial.⁸³⁷

A defesa acérrima da convergência e a assunção de que é uma necessidade nacional e não mera imposição externa, traduz-se na orientação do governo socialista para o crescimento económico, iniciada em 1982 e altamente intensificada com a adesão à CEE, como já anteriormente explicámos. As reformas económicas liberais, de racionalização do sistema produtivo e captação de investimento externo, resultaram, de facto, em crescimento económico até inícios dos anos 90. “Indeed, between 1986 and 1992 the Spanish economy was able to experience a boom and a considerable reduction of unemployment.”⁸³⁸ Em estado de graça - e apesar de o desemprego ser uma característica constante destas medidas (ainda que com alguma redução no período auge de crescimento) – o governo socialista está em condições de reforçar a receita económica aplicada até então, apostando, a partir de 1991, tudo por tudo na convergência, beneficiando do apoio do partido e das forças sociais na transposição nacional da política neoliberal europeia. Efetivamente, com a Espanha a experimentar dos mais altos níveis de crescimento económico dos países da CEE neste período, reuniu-se um consenso geral de que a adesão tinha efeitos positivos.⁸³⁹ Ora, esta situação conjuntural da economia espanhola terá também contribuído para a conversão do PSOE à ideologia dominante na UE e não o contrário.

É certo que esta aceitação acrítica das normas da UEM revela um consumo da abdicação dos princípios sociais-democratas, a consolidação de uma orientação liberal no partido (a evidenciar-se desde aos anos 80) e um abandono total da ideia de uma Europa socialista, mas revela também um europeísmo permanente no PSOE. Já feita a adesão, já a democracia consolidada, o partido continua a fazer da Europa o projeto político estruturante para o país, em que, o fator económico, diga-se, sujeito ao pragmatismo, ganhou uma dimensão maior do que o político-ideológico.

Porém, uma boa parte deste impulso no crescimento deveu-se não a uma atualização tecnológica do sistema produtivo, que sustentaria a competitividade a médio e longo prazo, mas, principalmente, a atividades especulativas - como a construção civil em torno da Expo

⁸³⁷ “Los elementos de disciplina y de convergencia que conllevan coinciden con lo que, en todo caso, debe hacer nuestro país en materia fiscal y monetaria para lograr un crecimiento sostenido. [...] El Tratado establece un marco en el que España estará en mejores condiciones para hacer frente a la competencia global, y abre vías para ganar peso e influencia.” “Ponencia Marco.” *El Socialista*. Nº 567 (01.11.1993) p. 49.

⁸³⁸ MAGONE, José M. - *Contemporary Spanish Politics*. p. 190.

⁸³⁹ Diz Paul Kennedy que no contexto espanhol, assumir uma posição crítica à UE seria “suicídio eleitoral”. Só a partir de 1992, quando a economia começa a dar sinais de recessão, é que se inicia algum debate partidário crítico e questionador da UEM, proveniente apenas do partido *Izquierda Unida*. KENNEDY, Paul – Ob. cit. p. 4, 5.

de Sevilha e dos Jogos Olímpicos, ambos em 1992 - seduzidas também pela mão de obra barata.⁸⁴⁰ De modo que, em 1993, a Espanha inicia um grave período de recessão, dificultado com a crise no SME. Felipe González terá de tomar medidas macroeconómicas de desvalorização de taxas de juro e da moeda, “inconsistentes com as exigências da economia doméstica.”⁸⁴¹ O país, agora no SME, conta ainda com uma taxa de câmbio sobrevalorizada, o que dificulta a competitividade externa, com os mercados a perder confiança na política económica do governo, agravada pelo clima de incerteza que se alastra a toda a Europa.⁸⁴² No ano seguinte, já não conseguirá contar com o apoio dos sindicatos e confederações patronais para um pacto social para a competitividade.⁸⁴³ O período de 1992 a 1996 será uma travessia difícil, com o PSOE a tentar cumprir as metas de convergência. Foi o início do fim do estado de graça da política económica socialista e, presumimos nós também, o prenúncio das consequências das debilidades estruturais da política monetarista da UE e das dificuldades que vem trazer aos estados economicamente mais débeis. Por isso, é curioso assinalar que na moção principal apresentada ao 33º congresso (a realizar em 1994) se incluía como proposta para a UEM o que o PSOE omitiu aquando das negociações intergovernamentais para o TM:

“Aunque la internacionalización ha reducido las posibilidades de actuación de los Estados en materia económica, una política keynesiana, anti cíclica y redistributiva, debería ser posible como proyecto conjunto de toda la Unión, no sólo para garantizar la recuperación económica y el empleo en sus países miembros, sino también como medida de solidaridad efectiva con los países del Este y del Sur [...]”⁸⁴⁴

Ora, porque não se fez esta proposta antes? Porque o governo pensou a curto prazo, apostando na estratégia de manobra política nacional para impulsionar a competitividade. Quando se vê a braços com uma crise económica que lhe dificulta o cumprimento dos critérios de convergência, limitado nos instrumentos macroeconómicos nacionais e obrigado a tomar medidas impopulares, é que se vira para a invocação da racionalidade económica da UEM e para a ideia de uma supranacionalização da política *keynesiana*. Caso para dizer, *casa roubada, trancas à porta*. Estamos em 1993, já o TM tinha sido aprovado e entrava em vigor. O período da nossa investigação finda aqui, mas, face a esta novidade proposta em 1993, vê-se motivação para analisar a continuidade da posição do PSOE relativamente à UEM,

⁸⁴⁰ MAGONE, José M. - *Contemporary Spanish Politics*. p. 190.

⁸⁴¹ KENNEDY, Paul – Ob. cit. p. 6.

⁸⁴² BONILLA, José Ramón de la – Ob. cit. p. 351.

⁸⁴³ Com a maioria no parlamento, González tinha margem de manobra para implementar as políticas que pretendia, criando grande animosidade com os sindicatos. A relação com a UGT foi fortemente abalada pelas “opções do governo em termos de política económica, profundamente associadas à adesão à UE.” HAMANN, Kerstin – “Integração Europeia e Sociedade Civil em Espanha.” In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 91.

⁸⁴⁴ “Ponencia Marco.” *El Socialista*. Nº 567 (01.11.1993) p. 24.

nomeadamente no contexto pós-crise financeira de 2008, de modo a fazer confrontações temporais, do que se prevê o aprofundamento das propostas de teor *keynesiano* para a UE.

c) UE muda ideologicamente o PSOE e não o contrário – pragmatismo e interesse nacional de curto prazo europeizam o partido

A análise que fizemos neste capítulo e no anterior, sobre o posicionamento do PSOE perante a UEM e a dimensão social da UE, juntamente com as análises feitas à política europeia do partido desde o exílio, permite-nos suportar plenamente a conclusão de que os socialistas espanhóis - que tinham uma feição anticapitalista desde o fim da IIGM até finais da década de 70, ambicionando mudar a construção europeia através do socialismo - mudaram completamente a sua orientação a partir dos anos 80, apresentando um programa inverso: uma rendição ao capitalismo, à ideologia, dita, neoliberal, que dominou a integração europeia. Não foi o PSOE a imprimir a mudança ideológica na UE, mas o contrário. Ainda que, para esta alteração ideológica tenham também contribuído condicionalismos conjunturais de política doméstica, a influência da UE foi definitivamente determinante.

Esta evolução reflete também mudanças na forma de definição da política partidária, cada vez mais centralizada no líder, mais proveniente da estratégia de governo e de uma tendência *tecnocratizadora* de utilizar *think-tanks*, mais do que a contribuição ideológica do regular militante.⁸⁴⁵ O funcionamento do partido ao serviço da política económica do governo (devidamente suportada pelas análises feitas acima) vai ao encontro das conclusões de alguns estudos sobre a europeização dos partidos políticos⁸⁴⁶, que constataam que a condição de líderes partidários como chefe de governo - devido aos compromissos e papel de negociação no sistema político da UE - aumenta a sua capacidade de influência partidária sobre as questões europeias. Isto leva a que a política europeia dos partidos, também devido à sua complexidade e à ação dos eurodeputados, seja mais um resultado das elites do que da contribuição das bases – colocando em causa a própria democracia interna dos partidos, meio

⁸⁴⁵ “Yet, even before the Socialists took office, electoral and other considerations led many socialists to agree to González leading the party on his own terms. Thereafter, teams of political advisers, joined after 1982 by government think tanks and civil servants, had greater influence than ordinary party members, whose role became much more passive. Internally, the PSOE became an authoritarian party in which policy was decided by leadership, which itself was subordinate to the González government.” GILLESPIE, Richard - “The Spanish Socialists.” p. 157. Esta tendência vai ao encontro da que se verifica relativamente à generalidade dos partidos, nomeadamente com as questões europeias, que se revelam complexas para tratarem e definirem posições. GAFFNEY, John (ed.) – Ob. cit. p. 21.

⁸⁴⁶ Cf. HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?” p. 970. FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. p. 318-333. As conclusões destes estudos foram já tratadas na primeira parte, capítulo I, ponto 3.1. Para melhor contextualização, ver este capítulo.

caminho andado para deixar os cidadãos arredados de uma participação eleitoral conhecedora e consciente. Constatável no PSOE, este fenómeno parece generalizado e está na origem do mal-afamado défice democrático, esse problema congénito da construção europeia, tão evidente nos impasses referendários dos últimos anos.

Por outro lado, o discurso nacional do PSOE relativamente à UEM, e mesmo à dimensão social, suscita-nos a confrontação com uma das conclusões de Robert Ladrech⁸⁴⁷, sobre as consequências da condição dos partidos como “guardiães” do discurso sobre a UE no espaço doméstico. Diz o autor que os partidos do sistema, de centro esquerda e direita, não desenvolveram um discurso capaz de fazer transparecer e esclarecer o eleitorado sobre os desafios ideológicos de esquerda/direita que a complexidade da UE coloca. Incapazes de inserir a defesa dos temas europeus numa base de ideologia partidária, fazem-no através da invocação do interesse nacional. Concordamos parcialmente e passamos a explicar:

- a) *Registamos isto no caso do PSOE face à UEM, pois, sem abordar as diferentes possibilidades que existiam para delinear o projeto numa base reguladora e redistributiva, o partido faz efetivamente identificar os objetivos de convergência com o próprio interesse nacional. Isto trará uma consequência, a de confundir o eleitorado, pois se o partido continua a classificar-se como social-democrata e defende a UEM nos moldes em que foi aprovada, está implicitamente a identificar a UE como um projeto social-democrata. Pensamos que esta subversão ideológica da UE no discurso político pode acarretar consequências negativas a médio/longo prazo para a estratégia eleitoral de um partido de sistema. Em momentos de crise e de imagem negativa da UE, isto pode fazer deslocar o eleitorado para as franjas partidárias populistas e tradicionalmente críticas do projeto europeu – quiçá razões que explicam fenómenos atuais.*
- b) *Mas não registamos isto na abordagem do PSOE à dimensão social da UE. O que constatamos é a inserção do tema numa dimensão de esquerda através da sua extrema simplificação, ofuscando todas as problemáticas que envolve - desde a transferência de soberania, das fórmulas legislativas supranacionais possíveis, da questão orçamental que implicaria – numa mera defesa da Carta Social europeia. Foi a possibilidade que o tema deu de transformar a complexidade comunitária numa ideia simples que permitiu a partidarização do discurso.*

Ou seja, nem todos os assuntos da UE são tratados da mesma forma pelos partidos na arena doméstica – em alguns é possível efetivamente inseri-los, através do simplismo

⁸⁴⁷ LADRECH, Robert - “National Parties and European Governance: The Consequences of Missing Action.” p. 949, 950.

discursivo, nas clássicas clivagens partidárias; noutros, a complexidade é tal que são defendidos através da invocação do interesse nacional – este que imprime muitas vezes uma subversão ideológica no tratamento de diversos temas.

Recordamos aqui o modelo de análise *Hooghe-Marks – capitalismo regulado vs neoliberalismo*, que relaciona o posicionamento dos partidos políticos na dimensão ideológica com a dimensão da integração, que reportámos na primeira parte, (capítulo I, ponto 3.2). Hooghe e Marks estabelecem a hipótese de que os partidos de centro esquerda se tornam mais pró-integração à medida que o debate se desloca da concretização do mercado para a regulação do mercado. Neste sentido, o centro esquerda, incluindo particularmente os sociais-democratas, apoiam o *capitalismo regulado*, políticas ambientais, sociais e redistributivas a um nível europeu. Ou seja, à medida que os assuntos regulatórios vão estando na ordem do dia, os sociais-democratas são mais favoráveis à integração.⁸⁴⁸ No pressuposto ideológico, isto seria efetivamente o expectável. Mas não é o que verificamos no caso do PSOE.

Em primeiro lugar, o europeísmo dos socialistas espanhóis é uma constante, provindo fortemente desde o fim da IIGM, com um aligeirar após a formação da CEE, recuperando-se com o final da ditadura franquista. É certo que, nesta fase, a aprovação do projeto europeu se devia mais a uma visão utilitária da CEE, ligada ao simbolismo democrático que o partido lhe conferia enquanto oposição e depois como aspirante à adesão, mas mesmo tendo uma posição ideologicamente crítica (*a Europa dos trusts*) pugna pela adesão. Depois da adesão, o europeísmo socialista espanhol permanece num apoio incondicional ao aprofundamento comunitário. Tão incondicional que não serve de estorvo à feição neoliberal que adquire o projeto europeu. Pelo contrário. Adota um consentimento silencioso, desprovido de propostas alternativas, já que a versão harmonizadora e reguladora do capitalismo que a UE poderia configurar seria contrária aos imediatos interesses nacionais governativos.

Assim, denotamos, por toda a análise feita, uma consistência permanente do europeísmo do partido, em concordância com o que diz Richard Gillespie, que caracteriza o PSOE como um dos partidos socialistas mais europeístas.⁸⁴⁹ Concluimos, pois, em dissonância com o modelo mencionado, que não é o estrito domínio ideológico, concretizável através de uma vertente reguladora da UE, que motiva o partido a apoiar o projeto europeu, já que, como vimos, ele não lança propostas verdadeiramente condizentes com uma feição de

⁸⁴⁸ STEENBERGEN, Marco R.; MARKS, Gary – “Introduction: models of political conflict in the European Union.” p. 9, 10. Por outro lado, defendem os autores, os partidos de centro direita tornam-se mais céticos e opostos à integração quando ela se desloca da realização do mercado para a realização de políticas reguladoras desse mercado.

⁸⁴⁹ GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” p. 155.

esquerda, mas, em vez disso, acata o *status quo* ideológico europeu, este sim favorável aos seus interesses nacionais governativos de curto prazo. Assim, é, desde o início da transição democrática, o interesse nacional – sendo que as razões desse interesse é que vão cambiando - que motiva o partido no constante suporte à integração europeia.

O caso de estudo dos socialistas espanhóis também não nos parece enquadrável nos outros modelos de análise já mencionados, sendo que entre todos talvez o de *Hix-Lord – duas dimensões ortogonais*⁸⁵⁰ seja o que melhor o possa traduzir, i.e., os posicionamentos de mais ou menos integração não têm relação com os de esquerda ou direita. É a particularidade de cada contexto nacional que dificulta extremamente a aplicação transversal de modelos de análise de competição partidária aos partidos nacionais europeus. E com estas conclusões, suportamos mais uma vez a reivindicação que fazíamos no início desta tese, aquando da fundamentação da metodologia a adotar – a de que o contexto nacional importa, e muito, para aferir devidamente a europeização e o posicionamento dos partidos face à política europeia. Veremos, de seguida, se o percurso do seu parceiro ibérico se assemelha.

2.2 PS: viragem à direita negligencia (re)regulação europeia – a consumação da recetividade ao (neo)liberalismo

O PS apoia a UEM de Maastricht. Apesar da índole (neo)liberal dos planos para a moeda única, os socialistas continuam a fazer jus ao seu manifesto europeísmo e, mesmo estando na oposição, não utilizam o tema como política de choque ao governo PSD, mantendo-se até contra a realização de um referendo ao Tratado, conforme proposto pelo CDS de Manuel Monteiro, que imprime um desvio na linha europeísta que aquele partido tinha assumido desde a transição democrática.

A posição favorável dos socialistas à UEM baseia-se na assunção de que é necessário uma moeda única para completar o mercado interno previsto para o final de 1992, o que, a longo prazo, ajudará a economia portuguesa a consagrar-se na competitividade europeia. Os programas eleitorais nacionais de 1985 e 1987, assim como o das eleições europeias de 1989 não se referem ao tema (não estando a UEM ainda na ordem do dia da agenda política

⁸⁵⁰ São quatro os modelos existentes: o *Modelo das Relações Internacionais* (mais ou menos integração, como única dimensão de contestação), o *Modelo Hix-Lord* (duas dimensões – integração e esquerda/direita - de contestação sem relação entre si), o *Modelo da regulação* (as duas dimensões fundem-se numa dimensão única) e o *Modelo Hooghe-Marks* (capitalismo regulado vs neoliberalismo). Para explicação sobre estes modelos, ver ponto 3.2., capítulo I, primeira parte desta tese.

européia), mas, em 1987, o novo líder, Vítor Constâncio, dava voz à declaração aprovada na cimeira da CPSCE, a perspetivar que “[u]m grande mercado interno requer um mercado de capitais mais integrado e melhor regulado que só se pode desenvolver se a Europa tiver uma política monetária mais coerente, especialmente em relação a outras moedas internacionais.”⁸⁵¹ No mesmo ano, a eurodeputada Lurdes Pintasilgo (alinhada com o PS entre 1987 e 1992), afirma que “as barreiras monetárias que separam os Estados-Membros [...] são tão importantes como as barreiras alfandegárias”, pelo que a coesão económica necessita de se cimentar com base numa política monetária, que poderia começar pela extensão do SME e afirmação do ECU como divisa europeia a contrabalançar o sistema monetário internacional com o dólar e o yen.⁸⁵² Nos inícios de 1989, o *Acção Socialista* dá eco ao relatório aprovado no PE, que reitera a necessidade de aprofundar a integração monetária, reestruturando o SME de modo a melhor adaptá-lo às condições dos países menos prósperos.⁸⁵³

Após a apresentação do relatório Delors para a UEM, em abril de 1989, e da iniciação das ações políticas para o arranque da sua implementação (com a decisão em junho subsequente, no Conselho Europeu de Madrid, da colocação em prática da primeira fase do plano e do lançamento de uma CIG para essa matéria), o PS continua a manifestar apoio ao projeto, vincando a necessidade de Portugal não ficar de fora de uma futura zona monetária comum: “[...] a adesão da Inglaterra ao sistema monetário europeu deve determinar também a adesão de Portugal, sob pena de ser criado um núcleo duro dos 10 países mais desenvolvidos, a que Portugal não pertencerá. / [...] [É] que se Portugal ficar para trás, a distância entre o nosso e os restantes países pode vir a alargar-se e a tornar mais tarde impossível a nossa adesão ao sistema monetário europeu.”⁸⁵⁴ No manifesto eleitoral de 1991, esse apoio continua a ser expresso⁸⁵⁵, e mesmo depois da aprovação dos moldes finais da UEM, no Conselho Europeu de Maastricht, em finais de 1991, os socialistas, na voz do novo líder António Guterres, afirmam como objetivo crucial “o êxito da integração da economia portuguesa na União Económica e Monetária”, assim como o apoio incondicional ao TM, rejeitando a realização de um referendo nacional para a sua ratificação.⁸⁵⁶ Mas a aceitação do TM e do seu

⁸⁵¹ “Direita é a responsável pelo atraso da construção europeia.” *Acção Socialista*. Nº 464 (20.10.1987) p. 5.

⁸⁵² “Indispensável um sistema monetário europeu.” *Acção Socialista*. Nº 469 (03.12.1987) p. 8.

⁸⁵³ “Acto Único exige preocupação com a dimensão social.” *Acção Socialista*. Nº 530 (02.02.1989) p. 12.

⁸⁵⁴ Intervenção da deputada socialista Helena Torres Marques. *DAR*. Nº 61 (04.04.1990) p. 2114.

⁸⁵⁵ [...] [E]ncaramos com confiança e optimismo o avanço para a União Económica e Monetária, mas não podemos deixar de ponderar as suas consequências com os pés bem assentes na terra.” PS – “Programa de governo do Partido Socialista.” 1991. p. 19.

⁸⁵⁶ “Há quem queira referendar Maastricht por ser contra Maastricht e contra a Europa. Estou em desacordo. Considero Maastricht globalmente positivo para Portugal e não vejo sinceramente uma alternativa estratégica

projeto monetário não se faz sem algumas objeções, embora elas sejam mais vociferadas contra o governo nacional do que contra a UE.

a) “Portugal não pode aceitar a tese ultraliberal da Europa”, mas ...

No manifesto eleitoral de 1991, o PS, considerando que “Portugal não pode aceitar a tese ultraliberal da Europa”, salvaguarda que o aprofundamento da política monetária exige políticas estruturais adequadas para atenuar as disparidades entre países na CEE (leia-se, a reclamação da política de coesão, leia-se, fundos estruturais – conforme abordámos no capítulo anterior). O partido reconhece ainda que “os ajustamentos a curto e médio prazo terão praticamente um pendor deflacionário acentuado”, considerando que são “os países como Portugal, Itália e Grécia, com maiores taxas de inflação e/ou problemas de finanças públicas, que sofrerão mais fortemente nos próximos anos a tendência para o agravamento das disparidades internas e externas.”⁸⁵⁷

Se o partido admite que os moldes da UEM serão penosos para os países com menores índices de desenvolvimento, ao que Portugal não escapa, aproveita este facto para fazer oposição ao governo, colocando-o *entre a espada e a parede* – exigindo a integração monetária sem défices e custos sociais. No início de 1989, a deputada Helena Torres Marques critica o executivo pelo facto de estar a adotar relativamente ao SME regimes transitórios e a pedir derrogações o que poderia implicar ficar de fora de uma zona monetária única, defendendo ser fundamental que “o mais rapidamente possível Portugal visse o seu défice orçamental reduzido e passasse a ter taxas de inflação situadas na média da Comunidade.” E acusa o governo de descontrolo: “[...] a inflação está de novo a fugir ao controlo, a situar-se em valores praticamente duplos da média europeia [...]”⁸⁵⁸ Já João Cravinho, eurodeputado, acusa Cavaco Silva de compactuar com uma política monetária assente em critérios nominais, numa “lógica meramente quantitativa do défice orçamental sem atender às razões de natureza estrutural.”⁸⁵⁹ Outra interpelação socialista alerta precisamente para as consequências dessa orientação comunitária, que acarretará “graves problemas na condução das nossas políticas (cambiais, monetária e orçamental).”⁸⁶⁰ Mas se nestas críticas há um reconhecimento implícito de estruturação da UEM desfavorável à economia portuguesa, a solução que os

válida para o nosso país fora do quadro da União Europeia.” Transcrição da intervenção de António Guterres na AR. “Por Portugal, Sim à Europa!” *Acção Socialista*. Nº 700 (09.07.1992) p. 2.

⁸⁵⁷ PS – “Programa de governo do Partido Socialista.” 1991. p. 19, 20.

⁸⁵⁸ *DAR*. Nº 45 (28.02.1989) p. 1607.

⁸⁵⁹ “Governo de Cavaco oscila entre a Senhora Thatcher e algumas expressões piedosas sobre a Carta Social.” *Acção Socialista*. Nº 587 (08.03.1990) p. 7.

⁸⁶⁰ *DAR*. Nº 61 (04.04.1990) p. 2114.

socialistas oferecem para colmatar o problema é o reforço das políticas de coesão económica e social.

Depois do Conselho Europeu de Maastricht de 1991, em que são acordados os princípios da UEM, o PS continua com a mesma dualidade de critérios: “essa convergência impõe a diversos países um esforço de ajustamento muito significativo e cujas consequências sociais têm de encontrar, por parte do Governo, respostas claras. Deve ser firme o comprometimento de Portugal na participação plena em todas as fases da união monetária.” Por um lado, o partido reconhece as implicações económicas e sociais nacionais negativas dos critérios de convergência, mas, por outro, afirma o objetivo de ver Portugal na linha da frente da moeda única e, deste modo, encurrala o governo no sentido de evitar as consequências sociais de tal processo – “com uma exigência inflexível nesta matéria.”⁸⁶¹

Os socialistas enveredam aqui por uma estratégia de aproveitamento da natureza “ultraliberal” da UE, assim por eles designada, para exigir ao governo o cumprimento de um objetivo de amplo interesse nacional, assim por eles considerado, mas, simultaneamente, aproveitando as previsíveis consequências adversas no país do desenho da UEM para exigir ao executivo que as mesmas não se verificassem. Porém, o discurso socialista não se fica pela mera instrumentalização do tema com propósitos de competição eleitoral nacional, acabando por explicitar os supostos defeitos da conceção da UEM e insuficiências do TM, embora com raridade ao longo dos anos de discussão e em intervenções avulsas.

Mas, se no parlamento, em confronto direto com o governo, encontramos o repúdio pelo carácter liberal da UEM, não encontramos nos documentos oficiais do partido (discursos de congressos, programas eleitorais, bases e princípios partidários) uma desaprovação à natureza ideológica que presidiu à configuração da UEM ou, sequer, um questionamento do modelo que a inspirou. Vamos encontrar alguns reparos apenas em três momentos entre o total de documentação analisada: 1) nos debates gerais da AR, pelo sindicalista João Proença, criticando a índole ideológica que definiu a política económica e monetária - “Desejaríamos [...] que não se definissem objectivos económicos e monetários resultantes de uma visão conservadora e inspirados em políticas monetaristas [...]”⁸⁶² [Sublinhado nosso]; 2) no ano seguinte, em debate promovido pelo *Acção Socialista*, por Medeiros Ferreira, que considera que apesar de o TM ser interessante nos objetivos políticos, “assenta numa política monetária, em objectivos monetários e meios para atingir esses objectivos que espartilham a acção de cada Estado-membro”, o que “tem provocado alguns problemas específicos aos partidos

⁸⁶¹ Intervenção do deputado socialista Marques da Costa na AR. *DAR*. N° 13 (12.12.1991) p. 282.

⁸⁶² *DAR*. N°18-1 (09.12.1992) p. 647.

socialistas [...]”; 3) e, no mesmo debate, por José Lamego, que concorda com a “ênfase” de Medeiros Ferreira sobre a “natureza monetarista que presidiu sobretudo ao capítulo relativo à União Económica e Monetária”, acrescentando que “esse é um ponto que toda a esquerda europeia tem hoje de discutir” pois a “filosofia” da UEM “inspira-se, de facto, na orientação monetarista que fez escola nos anos 80.”⁸⁶³ [Sublinhado nosso].

Tais reconhecimentos críticos ao modelo ideológico que presidiu à UEM são feitos, digamos, à margem das manifestações oficiais do partido. Este tipo de reflexões é também raríssimo nos debates parlamentares – com exceção da intervenção referida de João Proença, o que atribuímos à sua afetação sindical e ao contexto já anteriormente identificado relativamente à dimensão social da UE. Por parte dos líderes do PS, registamos apenas uma crítica, por António Guterres, numa carta de felicitação ao governo dinamarquês pelo resultado positivo no segundo referendo ao TUE: “É necessário agora relançar o processo de construção europeia. Mas seria grave inconsciência menosprezar os problemas estruturais que afectam hoje a Europa e erros passados no processo de construção europeia. O monetarismo conservador e o centralismo burocrático têm sido os principais factores de corrosão interna da ideia europeia.”⁸⁶⁴ Mas, isto acontece em 1993, ia o TM entrar em vigor.

O secretário-geral socialista, reconhecendo a “rigidez excessiva” da UEM, aflora, por uma vez, em debate na AR, o ponto fulcral da social-democracia face à construção europeia, reconhecendo que “hoje não é mais possível aplicar políticas keynesianas a nível de um só país, mas que é perfeitamente possível cooperar em espaços largos para iniciativas conjuntas e globais de relançamento económico.” Parece, então, que deste reconhecimento, pode advir uma alternativa ao monetarismo professado pela Europa. Porém, Guterres, além do clamado aumento de transferências financeiras, através dos fundos estruturais, fica-se por propor que “um banco central não deve ter como única preocupação a estabilidade dos preços, mas também o desenvolvimento e o emprego[...]”⁸⁶⁵ Mas não explicita de que forma entende o exercício desse papel – se um banco como comprador direto de dívida aos estados; se uma entidade assumptiva de emissão de dívida e, portanto, executora de uma possível mutualização de dívidas soberanas. Encontramos, contudo, outras propostas avulsas dos socialistas para a UEM.

⁸⁶³ “O que é o socialismo hoje?” *Acção Socialista*. Nº 740 (15.05.1993) p. 4.

⁸⁶⁴ “PS defende Europa social e dos cidadãos.” *Acção Socialista*. Nº 745 (20.05.1993) p. 10.

⁸⁶⁵ *DAR*. Nº 689 (10.12.1992) p. 690. Cf. “Apostamos na solidariedade e não na contabilidade.” *Acção Socialista*. Nº 723 (17.12.1992) p. 8.

b) ... PS não assume propostas para um ‘keynesianismo europeu’

Em março de 1990, o então eurodeputado João Cravinho, na mesma entrevista em que critica o governo por aceitar os critérios de convergência nominal, aponta como alternativa a supranacionalização das responsabilidades pelas dívidas nacionais da área monetária – “[...] temos, com efeito, um défice elevado [...]. É necessário fazer a reforma não só das receitas mas também das despesas e fazer partilhar do custo da convergência a solidariedade comunitária. / Quando se constituiu a Federação dos Estados Unidos o Estado Federal chamou a si toda a dívida pública dos estados federados. O nosso Governo nunca se lembrou disto e tem raiva de quem se lembre.”⁸⁶⁶

Ora, mas nem o governo, nem o PS faz disso proposta política assumida. Os socialistas portugueses preferem seguir a tendência simplista dos homólogos europeus, tal como expresso na declaração conjunta da cimeira de líderes socialistas europeus da CEE. Na posição sobre a UEM, limitam-se a expressar apoio ao crescimento e à aprovação do Pacote Delors II, para que a moeda única resulte em prosperidade europeia.⁸⁶⁷ Já nos seus discursos mais domésticos e nos documentos oficiais partidários, o PS também não aponta explicitamente para a solução dada por Cravinho, i.e., para uma lógica de mutualização das dívidas, ou um outro mecanismo de transferências fiscais para responder a choques assimétricos, incidindo-se antes sobre o necessário aumento de transferências financeiras, quer sob o incremento da política estrutural e de coesão, quer mediante transferências específicas para fazer face ao agravamento de défices da balança de transações. Esta última opção fica expressa numa comunicação de António Guterres (ainda antes de ser secretário-geral) na AR, que retoma uma proposta do anterior secretário-geral Vítor Constâncio. Guterres enumera quatro vetores para a renegociação da UEM:

“Em primeiro lugar, tentando garantir a permanência de bandas largas e flutuação para além do início da segunda fase, aumentando as possibilidades de ajustamento [...] da inflação; / Em segundo lugar, assegurando alguma margem de manobra em matéria de política orçamental, ainda que necessariamente reduzida, pela rejeição da imposição comunitária de limites obrigatórios aos défices, embora aceitando o limite ao financiamento monetário dos mesmos e a existência de mecanismos mais flexíveis de supervisão multilateral; [...] / Em terceiro lugar, promovendo o aumento de transferências financeiras líquidas para Portugal através dos fundos comunitários, nomeadamente no âmbito de uma política regional, mas garantindo uma maior integração desses apoios no

⁸⁶⁶ “Governo de Cavaco oscila entre a Senhora Thatcher e algumas expressões piedosas sobre a Carta Social.” *Acção Socialista*. Nº 587 (08.03.1990) p. 7.

⁸⁶⁷ “Comunidade deve dar o exemplo de uma união política descentralizada”. *Acção Socialista*. Nº 698 (18.06.1992) p. 3.

Orçamento do Estado, para evitar agravamento do défice. / Finalmente, e em quarto lugar, definindo formas de apoio parcial, a fundo perdido, para além dos créditos previstos, nos casos de agravamento do défice da balança de transacções correntes que seja devida a uma possível apreciação real do escudo.”⁸⁶⁸

Entre todas elas, Guterres realça a terceira, que já tinha sido sublinhada pelo secretário-geral Jorge Sampaio. As transferências financeiras reafirmam-se como a prioridade em contrapartida aos efeitos negativos do necessário ajustamento. Poderíamos, eventualmente, encaixar a quarta proposta numa espécie de sistema de resposta a choques assimétricos, mas a síntese com que é apresentada não nos permite retirar conclusões nesse sentido. Além disso, pelo facto de se encarar o apoio a fundo perdido, sem qualquer lógica de racionalização fiscal no âmbito da política económica dos estados-membros, parece-nos que vai no mesmo sentido de um fundo adicional de transferências de dinheiro à semelhança dos fundos estruturais.

De uma forma ou de outra, o PS incide nas transferências financeiras como solução. E podemos até induzir uma certa crítica a este posicionamento partidário vinda do socialista João Cravinho, quando lembra que “a prazo, o que está em causa não é apenas a coesão económica e social mas, sobretudo, o fundamento da construção europeia se se persistir na vã tentativa de escamotear os custos orçamentais inevitáveis da UEM e da própria União Política. [...] Este percurso implica transformação de solidariedade comunitária. A experiência demonstra que a cada fase da vida comunitária correspondem novos conceitos e instrumentos. [...] Sem prejuízo da defesa da manutenção do adquirido, no seu nível, seria errado tentar fazer face a novas realidades pedindo apenas mais do mesmo.”⁸⁶⁹ Esta intervenção pode configurar uma apreciação crítica construtiva ao PS que, nas suas declarações de princípios, programas eleitorais, moções e discursos de congresso não dá sinais de propostas alternativas estruturantes da vertente económica da UEM, não coloca em causa a existência de uma política económica sob coordenação dos estado-membros face a uma política monetária federalizada, reivindicando como contraponto a isto o aumento de fundos estruturais. João Cravinho parece ser a única voz lúcida e frontal no assunto, que já em 1989 - a propósito do Conselho Europeu de Madrid que pretendia discutir os moldes da UEM e falava em harmonização fiscal - confronta o governo com as várias opções em cima da mesa das negociações intergovernamentais e a necessidade de as discutir.⁸⁷⁰

⁸⁶⁸ *DAR*. Nº 87 (19.06.1990) p. 2956.

⁸⁶⁹ CRAVINHO, João – “Estratégia portuguesa”. *Ação Socialista*. Nº 604 (05.07.1990) p. 9.

⁸⁷⁰ “PS propõe um acordo de regime visando o sucesso”. *Ação Socialista*. Nº 541 (20.04.1989) p. 8.

Encontramos ainda outra proposta avulsa, de Vítor Constâncio (já depois de ter deixado o cargo de secretário-geral do partido), num artigo de opinião publicado logo a seguir ao Conselho Europeu de Maastricht de 1991, a manifestar que o acordo alcançado não confere à CEE capacidade para assumir as suas responsabilidades. E vaticina: “O aumento inevitável das transferências orçamentais a favor de regiões e países menos desenvolvidos, para manter viável a união (como a própria Alemanha descobriu com a integração da ex-RDA), forçará um aumento futuro do orçamento comunitário e conduzirá um dia ao aparecimento de uma fiscalidade directa europeia. Um maior grau de integração orçamental, acompanha assim a unificação monetária, tornando inevitável o progresso da integração política.”⁸⁷¹ [Sublinhado nosso]. Ora, enquanto Vítor Constâncio foi secretário-geral, estando já em cima da mesa as discussões sobre o SME, nunca colocou as coisas deste modo, ou seja, da necessidade de uma política monetária supranacional exigir uma política económica e orçamental supranacional, da necessidade de um sistema de transferências fiscais para fazer face a choques assimétricos prever a concessão de legitimidade fiscal à UE – o que poderia passar por harmonização e/ou criação de novos impostos para responder ao indispensável aumento orçamental.

Como já referimos, os documentos oficiais do PS são omissos relativamente a tais propostas. E no manifesto de 1991, nas disposições relativas à moeda única, talvez encontremos a razão para isso: “Também será preciso ter em conta que a harmonização, à escala europeia, das políticas fiscais, orçamentais, monetárias e cambiais reduzirá a capacidade nacional de adaptação da economia portuguesa a choques que a afectem de modo diferenciado relativamente à média comunitária, devido à dificuldade própria de reação e ajustamento de estruturas muito mais débeis.”⁸⁷² [Sublinhado nosso]. Ora, não podendo o partido já escapar à uniformização da política monetária e cambial que estava em curso, havia que salvaguardar a autonomia fiscal nacional – estabilizadores automáticos - como política de manobra orçamental nacional. O que é caricato e contraditório para um partido social-democrata é que, face à supranacionalização da política monetária, pense em soluções nacionais para problemas que a médio/longo prazo se revelarão estruturais na UEM.

Assim, o PS prefere manter-se conformado com o estado de situação do TM, em vez de fazer propostas pró-ativas, acomodando-se ao normal devir funcionalista da construção europeia: “As decisões em matéria monetária provocarão, a prazo, mais decisões de carácter

⁸⁷¹ “Uma decepção com futuro”. *Acção Socialista*. Nº 672 (12.12.1991) p. 2.

⁸⁷² PS – *Programa de governo do Partido Socialista*. 1991. p. 20.

político – foi assim com o Acto Único Europeu relativamente ao mercado interno, [...].⁸⁷³ Parece, assim, que ao PS é vantajoso o situacionismo de impasses negociais da construção comunitária, que permitem satisfazer uma visão fechada e estritamente nacional da política europeia, até que a realidade venha a demonstrar o curto alcance e a inutilidade futura dessa visão. Esta atitude seria mais compreensível num partido de governo, como vimos no caso do PSOE. Porém, encontramos no PS algumas razões que fundamentam este posicionamento adotado mesmo enquanto partido de oposição.

c) UE muda ideologicamente o PS e não o contrário – eleitoralismo e interesse nacional de curto prazo europeizam PS

O PS não utiliza a índole (neo)liberal da UEM para fazer uma oposição mais sustentada e argumentada ao governo, que inserisse realmente o seu discurso num paradigma de competição esquerda/direita. O partido faz alguma pressão ao governo, mas no sentido de o “encurrar”, como já vimos, com os efeitos sociais dos critérios de convergência, mas não assumindo um discurso verdadeiramente crítico relativamente à natureza ideológica do projeto europeu e, a partir daí, questionar o governo sobre as suas posições.

Ora, a acomodação ao acordo intergovernamental sobre a UEM parece mais justificável para um partido de governo - que vê na não harmonização fiscal uma margem de manobra macroeconómica face à soberania monetária que lhe foi retirada e aos limites de défice impostos – de um país com índice de desenvolvimento abaixo da média comunitária e que vai sofrer as dificuldades de ajustamento impostas. O PS estava na oposição, é certo. Mas era (e continua a ser) um partido com potencial de ser governo – disputando o centro com o PSD, como já anteriormente contextualizámos. Nesse sentido, aspira também à preservação de alguma independência nacional na política macroeconómica como futuro recurso governamental.

Mas a situação face ao poder não é a única razão. A evolução programática dos socialistas expressa bem um contínuo afastamento da esquerda, numa continuação, a partir de 1986, da tendência já verificada desde 1975. O programa “10 Anos para Mudar Portugal”, aprovado no 3º Congresso, em 1979, já tinha iniciado essa inflexão e a nova declaração de princípios, aprovada no 6º Congresso Nacional, em 1986, continua-a. Se antes o PS já tinha rejeitado a estatização dos meios de produção como modelo estrutural económico para o país, agora, embora não enjeitando a criação estatal de empresas ou nacionalizações, considera que

⁸⁷³ Intervenção da deputada socialista Helena Torres Marques, na AR. *DAR*. Nº 15 (18.12.1991) p. 337.

elas só devem acontecer para responder ao risco de a acumulação de poder económico privado poder usurpar a autoridade do estado e deformar a democracia. É a rendição ao mercado, ainda que regulado. Na nova declaração de princípios de 1986, lê-se: no caso de Portugal, “a pequena dimensão da economia que implica grande abertura ao exterior são factores que claramente exigem a aplicação de mecanismos de planeamento e a lógica de mercado como instrumentos de regulação da economia. [...] O mercado mantém-se como instrumento indispensável de regulação da economia, enquanto local revelador de necessidades individuais, de formação de preços e de sanção dos resultados alcançados pelas unidades produtivas.”⁸⁷⁴ [Sublinhado nosso].

Esta tendência é sedimentada no 10º Congresso Nacional, de 1992. A moção de António Guterres (aclamado como secretário-geral) reconhece que as mutações da sociedade internacional e da tendência liberal económica dos anos 80 colocaram um desafio à esquerda democrática. Embora expressando que o partido ainda não conseguiu “retirar todas as consequências da clarificação e actualização ideológica”⁸⁷⁵, Guterres assume na moção uma adaptação partidária aos preceitos liberalizantes da UE e dos imperativos do mercado: “A nossa presença na União Europeia e a revolução de sentido liberalizante, operada na década de 80, obrigam a repensar radicalmente a **função económica do Estado**. Não se vislumbra alternativa para a regulação económica fora dos mecanismos do **mercado**. Porém, desprovido de automatismos que assegurem a optimização do seu funcionamento, [...] terá o Estado de manter-se atento e de influenciar positivamente o mercado, quando isso seja indispensável, bem como assegurar objectivos de carácter ético e redistributivo [...].”⁸⁷⁶ [O sublinhado é nosso, o negrito do original].

Estamos perante uma evolução ideológica socialista feita à medida da tendência da política económica europeia, em sentido lato, e comunitária, em sentido particular. Mais. Esta actualização *à europeia* encaixava-se na arena de competição doméstica (conforme descrita no capítulo sobre a dimensão social da UE), servindo a estratégia de captação eleitoral ao centro, que transparece nos manifestos eleitorais do partido. Se já desde os inícios dos anos 80 se revelava que o discurso centrista era eficaz, só a partir das eleições de 1987 é que o PS

⁸⁷⁴ PS - *Declaração de Princípios e Programa*. Lisboa, 1986. p. 8.

⁸⁷⁵ “Em Portugal, o PS apercebeu-se rapidamente da inevitabilidade de proceder a uma revisão dos seus princípios programáticos. Por isso fez aprovar no VI Congresso (1986) uma nova Declaração de Princípios e Programa, que, conjuntamente com as moções de Vítor Constâncio e Jaime Gama, representaram um esforço considerável de actualização e aprofundamento da sua alternativa ideológica, em antecipação, até, à renovação programática de boa parte dos partidos da Internacional Socialista. Deste modo, evitando confundir crise de instrumentos de acção governativa com crise de valores e convicções, procurou-se apontar novos caminhos para a realização de valores de sempre. GUTERRES, António – *Mudar para Ganhar*. p. 17, 18.

⁸⁷⁶ *Idem, ibidem*. p. 24.

assumiu claramente a transição, motivada não só pela própria evolução ideológica mas pelo sistema bipartidário que se consolidava então no país, com a evidência do fim do PRD. As sucessivas lideranças do partido incrementam a estratégia e será Guterres a consumá-la com a conquista do governo nas eleições de 1995. “Fala-se sempre em nome dos ‘portugueses’; nunca se divide o país em classes (como em 80) ou em grupos ideológicos (como em 87), numa tentativa de maximização de apoio político. O PS parece ter percebido, pelas derrotas eleitorais, que o discurso do PSD era mobilizador e, racionalmente, adoptou elementos desse discurso no sentido de retirar segmentos de eleitorado ao centro direita.”⁸⁷⁷ Ora, se esta análise se refere ao manifesto eleitoral de 1995, a estratégia e o discurso começaram a ser preparados e adotados bem antes, incentivados com a liderança de Guterres, o que está bem expresso na sua moção ao Congresso em que é eleito – na qual dedica um capítulo à nova estratégia de oposição.⁸⁷⁸

Esta moção estabelece ainda a criação de um “Conselho Económico”, que terá como um dos objetivos a definição de um modelo de atuação para integrar harmoniosamente a economia portuguesa na UEM.⁸⁷⁹ Parece-nos caricato que tal proposta só seja feita agora, em 1992, no 10º Congresso, realizado de 21 a 23 de fevereiro, alguns dias depois da assinatura do TM (quando já estavam definidos os princípios da UEM) e que, antes disto, pela documentação analisada, não tivesse sido constituído qualquer órgão para refletir sobre o tema, de forma a fundamentar-se uma posição socialista para se poder influenciar o debate político doméstico e europeu em torno das negociações. Também se depreende que o facto de o manifesto para as eleições europeias de 1989 (realizadas em junho, já depois da apresentação em abril, pelo Comité Delors, da proposta para a UEM) negligenciar qualquer referência à discussão de uma moeda única europeia ou, pelo menos, ao SME, é indicador de uma certa letargia partidária relativamente a um tema nuclear da integração europeia. Aliás, letargia permanente, evidente também nos congressos. Não é, assim, de estranhar alguma descoordenação nas intervenções partidárias que analisámos anteriormente.

Apontamos para isto dois tipos de causas (além da estratégia eleitoral já apontada): uma, a situação um pouco amorfa e de ausência de uma cultura de debate político interno do PS, com particulares evidências após a liderança de Soares, conforme já descrito no capítulo da dimensão social; a segunda - conforme verificado em diversos partidos europeus - a incapacidade de os socialistas acompanharem e responderem ao debate político sobre a

⁸⁷⁷ NUNES, Filipe – Ob. cit. p. 13.

⁸⁷⁸ GUTERRES, António – Mudar para Ganhar. p. 21, 22.

⁸⁷⁹ *Idem, ibidem.* p. 24.

integração económica que se acelerou nos finais do século XX, quer seja pela complexidade dos temas quer pela dificuldade de acesso a informação (registando-se, nos debates da AR, a persistente queixa pelo facto do governo não prestar informações sobre as CIG's e Conselhos Europeus). “Consequently, many national political parties do not have rigorously informed positions on such issues [...]”⁸⁸⁰

Por todos estes fatores acima descritos, temos um PS defensor de uma integração monetária na Europa, fazendo jus ao seu franco europeísmo, mas consentidor de uma construção europeia guiada pelos preceitos liberais e até, na receção interna que faz à tendência europeia, a incorporar a ideologia no seu programa partidário. Temos um PS *europeizado*, no sentido em que a tendência da política comunitária se revelou na influência programática do partido – e não temos um partido, como o próprio aspirava desde o início da democracia, a mudar ideologicamente a Europa. Deste modo, aplicamos aqui a mesma reflexão que fizemos acerca do seu posicionamento face à dimensão social da UE.

Também neste tema, tal como no caso do PSOE, não verificamos a correspondência com a hipótese da curva U invertida de Hooghe e Marks, que relaciona a dimensão de contestação de integração com a ideológica de esquerda/direita – na qual se advoga que à medida que os temas tocam a possibilidade de um capitalismo regulado, os partidos socialistas-democratas se tornam mais pró-integração.⁸⁸¹ Neste caso, se é certo que o PS apoia a UEM – verificando-se aí uma posição pró-integração, o facto de a apoiar incondicionalmente, sem realizar propostas alternativas aos moldes em que ela foi desenhada, evidencia que a questão da regulação capitalista não está na sua agenda para a integração europeia. Significa, pois, que apesar de reconhecer as incapacidades nacionais de política económica, com a limitação das respostas *keynesianas* estatais aos condicionamentos da economia internacional (como Guterres reconhece), o PS é incapaz de propor soluções compensadoras ao nível supranacional. O caso português encontra-se em consonância com o de outros partidos europeus, como o sueco, alemão ou dinamarquês, que têm algumas facções duvidosas sobre as potencialidades da regulação supranacional – embora as razões destes estejam mais relacionadas com as dinâmicas económicas advindas da disparidade de desenvolvimento norte/sul.

⁸⁸⁰ Gaffney, John – *Political Parties and the European Union*. p. 6.

⁸⁸¹ HOOGHE, Liesbet et al. - “Does left/right structure party positions on European integration?” In MARKS, Gary , et al. - *European Integration and Political Conflict*. p. 122-126, 128, 129. Cf. HOOGHE, Liesbet et al. - “Does left/right structure party positions on European integration?” *Comparative Politics*. p. 971.

Assim, tendemos a concordar, em alternativa, com o modelo de Hix-Lord⁸⁸² - as dimensões de contestação de integração (intergovernamental/supranacional) e ideológicas (esquerda/direita) são independentes uma da outra, não existindo uma linearidade de relação entre elas.

Este posicionamento ambíguo relativamente à UE (o de apoiar a UEM e uma dimensão social por um lado, mas sem fazer propostas para uma social-democratização europeia, por outro) faz do PS um dos casos exemplificativos da tendência geral que Ladrech identifica⁸⁸³ - a de que a UE fica transformada numa ideologia social-democrata, explicada em cada partido por razões diversas, relacionadas com contextos nacionais e partidários específicos - tendência também apontada relativamente ao PSOE. A UE torna-se, aparentemente, um projeto social-democrata porque os partidos sociais-democratas acabam por assentir com os seus preceitos. Assim, no caso do PS, podemos dizer - por mais paradoxal que seja a assunção - que assistindo a uma *europização* programática do partido, assistimos também, por via disso, à identificação da UE, perante o eleitorado, como ideologia social-democrata.

2.3 PSOE e PS sucumbem à Europa liberal (em jeito de conclusão)

Ambos os partidos omitem dos seus programas e da discussão em torno da UEM a defesa por uma política monetária que implicasse um papel regulador da UE ao nível da harmonização fiscal sobre as empresas, o que seria essencial para conferir racionalidade económica ao projeto, além de ser coincidente com uma versão *keynesiana* e social-democrata para as zonas monetárias únicas, sendo que, da competência fiscal comunitária poderia advir um sistema de transferências para fazer face aos choques assimétricos dos estados. Mas, PS e PSOE não defendem esta perspetiva, acabando por compactuar com a índole liberal da UEM.

O apoio de ambos os partidos a uma moeda única é inequívoco, por razões semelhantes: uma resposta às necessidades do mercado interno, o fortalecimento da Europa no sistema monetário internacional e a inclusão nacional na dianteira do aprofundamento

⁸⁸² *Idem, ibidem.* p. 126.

⁸⁸³ LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of European Union.* p. 75.

comunitário. Assim, apesar de na oposição, o PS não se distingue do PSOE, não usando o tema para se opor ao governo na aprovação do TM.

As razões para que os dois partidos sucumbam ao liberalismo da UEM são diferentes, à partida, mas na sua essência iguais. Vejamos. Enquanto partido de governo, o PSOE quer servir a sua estratégia nacional de competitividade. A liberdade de tributação de empresas seria uma ferramenta essencial para a captação de investimento estrangeiro. Por outro lado, face à perda de soberania monetária e do instrumento cambial para responder a choques assimétricos, e perante os constrangimentos orçamentais dos critérios de convergência, a política fiscal era a margem de manobra que restava ao governo para a utilizar como estabilizador orçamental e poder aplicar políticas de estímulo ou contenção da procura. Ainda a ser vir esta pretensão, dos socialistas espanhóis no governo, está o facto de o PSOE defender apenas, no âmbito da vertente reguladora europeia, a harmonização fiscal sobre capitais, o que pretendia evitar a fuga de capitais de Espanha para mercados mais atrativos na Europa, em economias mais desenvolvidas.

Ora, o PS, apesar de na oposição, era um partido com potencial de governação, face ao sistema político bipartidário que se evidenciava, pelo que a médio prazo, a garantia de manutenção da liberdade fiscal nacional seria também um instrumento útil aos socialistas. Junta-se a esta razão a estratégia eleitoral, assente na captação do centro político, a par com a própria evolução programática do partido, confluyente com a adoção de políticas de mercado que singravam por toda a Europa. Assim, apesar de o PS utilizar os termos ultraliberal ou políticas monetaristas para caracterizar a evolução comunitária com a UEM, e até de usar essa gíria para criticar a UE, faz uma problematização da questão apenas numa perspetiva doméstica, exigindo ao governo que cumpra os critérios de convergência sem efeitos negativos económicos e sociais, não oferecendo qualquer resposta alternativa numa dimensão supranacional.

Face à ausência de propostas que contrariassem a aplicação dos critérios de convergência, e do posterior PEC, e a mera coordenação das políticas económicas nacionais, os socialistas ibéricos não se revelaram como alternativa ao pendor monetarista da UEM, não zelando por uma versão algo *keynesiana*, ou *neokeynesiana*, da mesma. Deste modo, também PS e PSOE escapam ao tal modelo, já referido, de relacionamento das clivagens de integração com a ideológica. Seria ideologicamente expectável que, como partidos sociais-democratas, fossem favoráveis e defendessem a integração europeia pela assunção do papel regulador supranacional do mercado, mas tal não se verifica, de todo. Interesses nacionais, contextos específicos eleitorais e aproximações ideológicas ao liberalismo que voltava singrava na

Europa, pródigo a partir dos anos 80, inviabilizaram uma feição realmente socialista da ideia do PS e PSOE relativamente a uma moeda única europeia. O programa económico dos partidos socialistas ibéricos é indubitavelmente europeizado, não se registando diferenças neste aspeto relativas ao facto de um ser partido de oposição e outro de governo. Esta diferencial da posição de poder dos partidos não influencia a sua receção à UEM.

3. Ante a perspectiva de uma união política – o federalismo na “gaveta”

Além da discussão no estrito domínio da racionalidade económica, a UEM despertou também um debate sobre as alterações institucionais à UE, que exigia um reforço de órgãos democráticos legitimados para uma governação económica comum que trouxesse solidez e coerência ao funcionamento de uma área monetária única. O debate foi ressuscitado, com sugestões renovadas, em consequência da crise financeira de 2008 e dos subsequentes problemas nas dívidas soberanas nacionais. A federação como solução passou a estar na ordem do dia, ainda que entre a diversidade de propostas estejam entendimentos diversos de federação e, por vezes mesmo, a negação do conceito.

O debate sobre o modelo de organização ideal para uma futura união europeia começou muito antes da existência das primeiras organizações comunitárias, a CECA e a CEE (vimos, aliás, em capítulo anterior, que o PSOE e o PS acompanharam a reflexão). A discussão tem acontecido no meio político e académico. E este tem-se debatido com a difícil resposta à questão – afinal, o que é a UE atualmente? Não é uma organização internacional (OI), não é uma confederação nem um estado federal, apesar de possuir características em comum com qualquer um destes modelos.

A UE tem de facto atributos em comum com uma OI. Foi criada a partir de tratados internacionais, assinados numa base voluntariosa dos estados (a condição de membro é voluntária). É constituída por estados soberanos, que fazem valer nela os seus interesses e que, em certos domínios, decidem também por unanimidade. Dispõe, igualmente como as OI, de personalidade jurídica, conferida pelos tratados, assim como de uma estrutura institucional permanente para desencadear as ações nela propostas, e aprovadas, e fazer executar as

decisões políticas.⁸⁸⁴ Porém, a UE vai mais longe. Enquanto as OI não limitam juridicamente o exercício de soberania dos estados, pois como membros estes continuam a ser soberanos na sua plenitude inicial, a UE tem-lhes restringido o exercício de soberania - já que eles acordaram em transferir determinados domínios e políticas para a alçada de decisão e execução comunitárias. Assim, a UE dispõe de um aparato jurídico e institucional que foi absorvendo e é responsável por executar essas competências que antes pertenciam ao domínio soberano nacional.

Reflexo disso são o primado do direito europeu sobre o nacional, a competência exclusiva de elaborar e fazer executar algumas políticas públicas, como a agrícola, a de competitividade, a comercial comum (externa) a gestão dos recursos marinhos ou a política monetária, além das competências partilhadas em que pode ter o direito de iniciativa legislativa, embora sujeita à observância de determinados princípios. Entre as instituições que lhe atribuem soberania estão a Comissão, de cariz supranacional, com direitos de iniciativa legislativa e execução, o PE, igualmente supranacional, único órgão verdadeiramente democrático a nível europeu, eleito por sufrágio universal desde 1979 (que tem visto as suas competências alargadas com o processo de codecisão, o poder de investidura da Comissão e poder de aprovação orçamental), o BCE, que expressa o caráter federal da política monetária – uma das áreas evidentes em que os estados cederam soberania nacional à UE, e o próprio TJUE, a fazer valer o primado do direito europeu e a produzir jurisprudência, ela própria um fator de pressão para o aprofundamento da soberania europeia.⁸⁸⁵ A UE vai assim para além do que são as atribuições e poderes de uma OI.

Ora, mas a UE também não se pode encarar como um estado federal, soberano, ainda que também disponha de algumas características deste. Entendemos aqui a federação na sua

⁸⁸⁴ Sobre a definição de OI e teorias de funcionamento: VOLGY, Thomas J., FAUSETT, Elizabeth, et al.- “Identifying Formal Intergovernmental Organizations.” In FREDERKING, Brian, DIEHL, Paul F. (ed.) – *The Politics of Global Governance*. 5th ed. London: Lynne Rienner Publishers: 2015. p. 13-18. No âmbito dos estudos das organizações internacionais, existem diversas teorias sobre o seu funcionamento, sendo que, para além da realista, que advoga que os estados usam as OI para concretizar os seus interesses e impor o seu domínio, há invocações de que as OI dispõem de determinado poder institucional e podem ser atores relativamente independentes, contribuindo também para a difusão de poder entre os estados. Cf. BARNETT, Michael, DUVALL, Raymond – “International Organizations and the Diffusion of Power.” In WIESS, Thomas G., WILKINSON, Rorden (ed.) – *International Organization and Global Governance*. London, New York: Routledge, 2014. p. 48-59.

⁸⁸⁵ O que Gérard Soulier apelida de *federalismo jurídico e judiciário*. SOULIER, Gérard – Ob. cit. p. 331-350, 359. Sobre as características soberanas da UE, das suas diferenças de uma OI, ver ainda: ARMSTRONG, David, LLOYD, Lorna, REDMOND, John – *From Versailles to Maastricht. International Organisation in the Twentieth Century*. London: Macmillan Press, 1996; p. 199-218; SILVA, António M. da – *Sistema Político da União [...] cit. p. 399-401; NUGENT, Neill – Ob. cit. p. 423-424; SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 212-216.*

aceção jurídica⁸⁸⁶, i.e., no âmbito da definição das suas competências e estrutura orgânica, como uma entidade que dispõe de órgãos próprios, emanados de uma lógica democrática própria (por exemplo, sufrágio direto), com poderes soberanos, autonomia de decisão e atuação nos domínios que lhe são atribuídos, mas que partilha a governação com as entidades federadas (regiões, estados ou outras unidades territoriais), possuindo estas também um sistema político e competências próprias, conforme definido no documento constitucional que institui a federação. Num sistema federal, para que os dois níveis de governação (federal e federado) possam coexistir harmoniosamente, existem três princípios básicos que determinam e garantem, simultaneamente, a divisão e cooperação de poderes, a saber: o princípio da “separação”, que assenta numa repartição de competências entre os dois níveis de governo, a entidade federal e federada; o de autonomia, i.e., garantindo a cada nível de poder uma política própria, um direito de zelar pelos domínios que lhe estão atribuídos pela constituição federal; e o de participação, em que as unidades federadas têm o direito de estar politicamente representadas e participar na decisão ao nível federal.⁸⁸⁷

Pelo que anteriormente caracterizámos, por oposição a uma OI, a UE dispõe de soberania, evidente nas competências exclusivas que lhe estão atribuídas pelos tratados e nas partilhadas, nas quais pode também dispor de direito legislativo mediante a observação de determinados princípios e processos de decisão. Portanto, tem, efetivamente, uma atuação supranacional, assente também na existência de instituições com esse estatuto de poder, que são a base do seu exercício de soberania. Mas isto não chega para que seja considerada um estado federal.

A UE está institucionalizada com base na sua lei fundamental, que encontramos não numa constituição, mas em tratados – o que melhor podemos assemelhar a uma constituição.⁸⁸⁸ Mas estes são fruto de aprovação intergovernamental, não emanando de uma competência supranacional constituinte - que a UE não possui. Desde o TL, a UE tem

⁸⁸⁶ Distinguimos aqui o conceito jurídico de federação, conforme o faz Martins da Silva, de outras reflexões mais no âmbito da teorização académica das Relações Internacionais, com vista a entender os mecanismos de associação internacional dos estados, que concebem um conceito bastante maleável. Assim, define-se essencialmente duas noções: a de *federalismo interno* (processo através do qual os estados ou outras unidades territoriais cedem soberania para um organismo comum - federação/ estado federal – abdicando da sua condição de estado soberano no âmbito internacional) e de *federalismo internacional* (em que os estados aderem a uma organização comum, mas não abdicam da sua condição de estados soberanos – sendo que os estados podem vir a concordar num processo evolutivo na concessão de soberania). Esta última aceção resulta na formação de uma OI. SILVA, António M. da – *Sistema Político da União* [...] cit. p. 401-404. Cf. LOBO-FERNANDES, Luís; CAMISÃO, Isabel – Ob. cit. p. 56, 57.

⁸⁸⁷ SMOUTS, Marie-Claude, BATTISTELLA, Dario, VENNESSON, Pascal – *Dictionnaire des relations internationales*. Paris: Éditions Dalloz, 2003. p. 213, 214; SILVA, António M. da – *Sistema Político da União* [...] cit. p. 403.

⁸⁸⁸ Sendo que a jurisprudência do Tribunal de Justiça já considerou os tratados com força de carta constitucional. SOULIER, Gérard – Ob. cit. p. 331.

efetivamente melhor definida uma separação de poderes, mas em algumas áreas ela continua a ser de difícil discernimento e de flexível julgamento, ficando à mercê de interesses mais nacionalistas e/ou intergovernamentalistas, ou mesmo eurocéticos. Por outro lado, os poderes que lhe estão explicitamente adstritos não são as clássicas atribuições de soberania de uma federação, como sejam a política externa, de segurança, a garantia de concessão e manutenção de direitos fundamentais (apesar de uma Carta dos Direitos Fundamentais da UE incluída como protocolo anexo no TL) – não é a *high politics* (resultado de um processo histórico iniciado pelo primado da economia sobre a política), estando esta altamente dependente dos governos dos estados-membros.⁸⁸⁹ Não dispõe de um governo, apesar de ter uma Comissão e um Conselho (Europeu e de Ministros) que vão exercendo algumas competências de governação – mas não se trata de órgãos provindos de uma lógica democrática verdadeiramente europeia, mas antes nacional (com todas as subversões democráticas que isso acarreta na feitura das políticas públicas). Daí que se assuma que a UE não detém um sistema de governo, mas de governança. Neste sentido, não dispõe igualmente de personalidade internacional estatal, soberana, já que os estados-membros a continuam a possuir individualmente.⁸⁹⁰

Por outro lado, acrescentam Hix e Bjorn, a UE não dispõe de uma característica primordial de um estado soberano, a de uma autoridade central legitimada para zelar pela soberania territorial e com meios de força defensiva para garantir a integridade do espaço geográfico comunitário e manter a ordem interna.⁸⁹¹ É a ausência de uma “disposição monopolística de meios de repressão” como nota Soulier: “Não que as questões de defesa ou de polícia tenham ficado fora do domínio comunitário; mas é nestes domínios que o grau de integração é mais fraco.”⁸⁹²

Assim, se indubitavelmente a UE exhibe traços federais, eles são insuficientes para a caracterizar como um estado federal. Podemos dizer que é um sistema *quasi-federal*, como Neill Nugent, um *estado federal mínimo*, como Soulier, ou um *sistema político*, como Hix e

⁸⁸⁹ Esta dependência dos estados deve-se não apenas à repartição de competências, como ao próprio sistema de decisão a que estão sujeitas no sistema político da UE, no qual, apesar da institucionalização de determinadas políticas em tratado, como a externa comum e a de segurança e defesa, a sujeição à unanimidade do Conselho torna-as altamente dependentes das vontades nacionais. NUGENT, Neill – Ob. cit. p. 424; SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 292-296.

⁸⁹⁰ “[...] [O]s estados não renunciaram à sua soberania de base, continuando a ser atores soberanos no direito que lhe assistem em termos de direito internacional.” SILVA, António M. da – *Sistema Político da União* [...] cit. p. 410.

⁸⁹¹ “The power of coercion, through police and security forces, remains in the hands of national governments of the EU member states.” HIX, Simon; BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 14.

⁸⁹² SOULIER, Gérard – Ob. cit. p. 360.

Bjorn.⁸⁹³ Podemos ainda considerar aqui a classificação da UE com uma confederação, mas desembocaremos essencialmente nos mesmos argumentos que a comparação com uma OI.⁸⁹⁴

Além de ocuparem o meio académico, estas noções, por vezes de forma mais desvirtuada, têm sido objeto de recorrente discussão política entre os protagonistas e envolvidos no processo de construção europeia. O jogo de forças tem oscilado entre os que pretendem uma Europa mais intergovernamental (também designada de unionista), ou mais confederal, com o RU à cabeça, e os que a querem mais supranacional e/ou federal, oscilando esta consoante as sensibilidades ideológicas, conjunturais nacionais e pessoais dos diversos governos em exercício. Estes extremos fizeram-se logo sentir no Congresso da Haia, em 1948, tendo ganhado a versão unionista, que desembocou num Conselho da Europa completamente dependente de um conselho de ministros. A versão intermédia, a pragmática, a de criar uma comunidade funcional, foi a que vingou mais tarde, pela mão de Jean Monnet, Robert Schuman e demais membros dos governos dos seis fundadores, na criação da CECA, e posteriormente da CEE.

A primazia dada à integração económica seria, na mente dos pais fundadores, um propulsor de engrenagens funcionais que incrementaria a característica supranacional do projeto inicial e desembocaria na criação de uma comunidade política, idealmente uma federação (mediante o imperativo prático neofuncionalista). Mas a capacidade inventiva diplomática de atingir apenas os meios-termos suficientes para garantir a contrapartida negocial necessária à satisfação parcial do interesse individual levou à criação de fórmulas políticas capazes de superarem os modelos orgânicos já existentes das relações internacionais e criar a singularidade da UE - que tanto tem de frustrante como de excecional, ao ser simultaneamente resultado de uma acumulação de impasses negociais e de criatividade política e jurídica para os contornar.

Ora, o AUE e, principalmente, o TM relançaram a discussão, numa Europa cujas reorganizações geopolíticas a leste, com a queda do muro de Berlim e o desmoronamento do

⁸⁹³ NUGENT, Neill – Ob. cit. p. 425; HIX, Simon; BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 12-15; SOULIER, Gérard – Ob. cit. p. 359-365.

⁸⁹⁴ O conceito de federação resulta complexo de definir, devido à ambiguidade com que tem sido tratado e às vicissitudes e singularidades dos processos de agregação de estados ao longo da história. Considera Martins da Silva que as OI e as confederações “diferem mais pela génese do que pela estrutura”, já que aquelas “resultam de organizações técnicas e setoriais surgidas no pós-segunda guerra, enquanto estas resultam da evolução de processos de associação de estados que abdicaram da sua soberania em favor de um estado federal ou mesmo unitário, como sejam a Confederação Helvética ou os EUA. No culminar do processo, a confederação deixa de o ser para passar a ser federação, no sentido jurídico do termo. O término da evolução da confederação é, assim, resultado da observância de um federalismo interno (conforme explicado em nota anterior). A ambiguidade do termo deve-se ao facto de, muitas vezes, o conceito confederação ser utilizado para designar o que de facto são federações. SILVA, António M. da – *Sistema Político da União* [...] cit. p. 402, 403; CROISAT, Maurice, QUERMONNE, Jean-Louis – Ob. cit. p. 15-20.

império soviético, irão apressar vontades políticas para que o aprofundamento comunitário se faça, de modo a eliminar possíveis vacilações alemãs no comprometimento com o projeto comunitário. O avanço nas negociações deve-se ainda às boas relações das novas lideranças alemã e francesa, com Kohl e Mitterrand.

O debate político que antecedeu o AUE foi acicatado pela “ousadia” do PE, inspirado por Altiero Spinelli, com a aprovação de um projeto de tratado para uma união europeia, com pendur federal, que recaía sob a codecisão entre o PE e o Conselho, a generalização da votação por maioria qualificada ou absoluta neste, o reforço dos poderes da Comissão, entre outras medidas, como transferência de soberania em novas políticas, acompanhada de uma definição clara entre as competências supranacionais e as que permaneceriam nos estados-membros.⁸⁹⁵ Não sendo um documento vinculativo, teve apenas como repercussão o comprometimento do Conselho em prosseguir com a discussão para a reforma política do Tratado de Roma, preocupação que também já tinha sido formalizada com a declaração do Conselho Europeu de Estugarda, em 1983, em resposta ao plano Genscher-Colombo.⁸⁹⁶

As negociações para o AUE tiveram como base duas vertentes, assentes em dois documentos, o relatório Doodge, sobre questões institucionais e aprofundamento da cooperação política, e o *Livro Branco sobre o Mercado Interno* de Delors, com o objetivo 92, proposta de finalização do mercado comum através da implementação das quatro liberdades, expressando a mesma lógica catalisadora dos pais fundadores. Esta, a realização do mercado, é a dimensão de fácil consenso entre os estados-membros, com os apoios fervorosos ingleses e dinamarqueses, os habituais céticos relativamente ao aprofundamento comunitário noutras áreas políticas. Foi no âmbito das propostas do comité Doodge para o estreitamento da cooperação política, no horizonte de uma política externa, de segurança e defesa, e das reformas institucionais, que emergiram as divergências nacionais.

No documento definitivo aprovado, na Cimeira do Luxemburgo em 1985, vingaram os esforços de Jacques Delors de não deixar que esta reforma partisse a Comunidade em duas, i.e., que a cooperação política e as matérias de alteração aos tratados comunitários anteriores ficassem sob duas disposições institucionais diferentes e não ambas debaixo dos moldes

⁸⁹⁵ SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 107-116; SILVA, António M. da - *História da Unificação Europeia* [...] cit. p. 200-202. Político italiano, Spinelli era um militante federalista já desde os tempos de resistência ao fascismo italiano, ativista da unidade europeia durante a IIGM, tendo escrito, em conjunto com Ernesto Rossi, o Manifesto de Ventotene, que se torna um ícone do movimento federalista europeu. MURRAY, Philomena - “Spinelli and European Union”. p. 107-129.

⁸⁹⁶ SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 118.

institucionais dos tratados fundadores (como viria a acontecer no TM).⁸⁹⁷ Daí o nome de Ato Único.

As contingências negociais permitiram poucos avanços no horizonte político, conferindo à Comunidade uma mera instrução de cooperação política europeia (CPE), com vista a tomar posições concertadas a nível internacional. A CPE fica diretamente dependente do Conselho Europeu, agora institucionalizado, em relação com os ministros dos negócios estrangeiros. Conta ainda com a criação de um Secretariado permanente, um Comité Político e grupos de trabalhos.⁸⁹⁸ No plano institucional, conseguiu-se a cedência mínima quanto aos poderes do PE na deliberação política, através do procedimento de cooperação, não se indo tão longe quanto as propostas feitas no sentido da codecisão. A introdução da maioria qualificada no Conselho foi outra novidade, representando um avanço na supranacionalização da decisão intergovernamental, possível pela cedência inglesa, motivada pela avidez de Thatcher pela concretização do mercado interno.⁸⁹⁹

O aprofundamento comunitário feito no TM dará mais expressividade à vertente federal. Desde logo, pela natureza das suas novas políticas e domínios de atuação, concedendo à UE – como passou a ser designada – precisamente o âmbito político que agora ladeia o primado económico dos tratados fundadores. É a instituição de uma cidadania europeia (conferindo vários direitos iguais a qualquer cidadão de um estado-membro), de uma política externa e de segurança comum (PESC) e de uma política de justiça e assuntos internos (JAI) que trazem para a esfera europeia um domínio verdadeiramente político – a *high politics* característica das federações. Dizemos esfera europeia e não comunitária porque, apesar da formalização em tratado e da criação de procedimentos deliberativos e executivos para estas matérias, elas ficam desfalcadas da supranacionalidade caracterizadora da Comunidade.

Este foi o resultado possível da necessária contrapartida negocial ao aprofundamento do método comunitário, com o aumento de poder ao PE (ou a efetiva concessão de poder) através da instituição da codecisão e do direito de investidura da Comissão.⁹⁰⁰ Tendo de partilhar poder deliberativo com um órgão supranacional, legitimamente democrático, desprendido de uma lógica de votação nacional, representativo dos povos da Europa e não dos estados, seria pedir de mais às hostes intergovernamentalistas que o fizessem nessas novas

⁸⁹⁷ DELORS, Jacques – Ob. cit. 199-201.

⁸⁹⁸ SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 132-136.

⁸⁹⁹ CROZET, Marie-Pierre – Ob. cit. p. 56, 57.

⁹⁰⁰ SIDJANSKI, Dusan – Ob. cit. p. 220-265; SILVA, António M. da - *História da Unificação Europeia* [...] cit. p.211-227.

áreas políticas tão sensíveis à soberania nacional, como a política externa e de segurança. Mas a exigência intergovernamentalista foi mais longe. Queria mesmo retirar estas áreas da alçada comunitária, i.e., não estava só em causa a partilha de poder com o PE (pois poderiam ser acomodadas no método comunitário, sem codecisão do PE), mas também a abdicação do poder de iniciativa e de execução da Comissão.⁹⁰¹ O diferendo foi resolvido com a definição de um Tratado sob a estrutura de três pilares, sendo o primeiro o comunitário, com as políticas e domínios por ele abrangidos sujeitas à decisão pelo clássico método comunitário, e os segundo e terceiro (a PESC e a JAI, respetivamente) intergovernamentais, sob alçada dos estados-membros, ou seja, sujeita a um processo de decisão e execução estritamente intergovernamental.⁹⁰²

Por conseguinte, o TUE emerge assim espartilhado por esta bipolaridade política congénita da ideia de unidade europeia. Se, por um lado, aprofunda a vertente federal, por outro, contrabalança-a com a afirmação da intergovernamentalidade. A estrutura de pilares vai esmorecendo nos próximos tratados, que vão *comunitarizando* alguns domínios do terceiro⁹⁰³, até que o Tratado de Lisboa suprime a existência de pilares, apesar de manter o estatuto base da política externa e de segurança comum – sob alçada direta do Conselho Europeu, sem interferência do PE e da Comissão na decisão, feita, por norma, por unanimidade. Esta última reforma institucional continuou, assim, a dialética que vinha de Maastricht: aprofundou a vertente federal, com a normalização do poder de codecisão do PE, através do agora denominado processo legislativo ordinário (que agora passa a abranger quase todas as matérias), aumentando-lhe o poder orçamental e prevendo a nomeação do presidente da Comissão a partir do grupo político mais votado nas eleições europeias; mas, simultaneamente, reforçou o poder de intervenção e o simbolismo do Conselho, tendência continuada mesmo após Lisboa, com o reforço do procedimento por défice excessivo previsto no PEC.

⁹⁰¹ Além das motivações ideológicas em torno de uma Europa intergovernamental ou federal, no assunto da política externa e de defesa estava também em causa os diferentes interesses geopolíticos nacionais na relação com a OTAN – como ficaria o papel desta organização e a relação da Europa com ela sob a existência de uma defesa comum europeia? As posições extremaram-se entre os que viam a organização atlântica como a continuidade ideal da defesa da Europa e os que consideravam imperioso a criação de uma identidade europeia em matéria de defesa – uma ideia defendida pelo ministro dos negócios estrangeiros alemão Hans-Dietrich Genscher. Jacques Delors conta, nas suas memórias que, ao assistir ao Conselho de Ministros que discutia o assunto, percebeu que “os doze nunca chegariam longe em matéria de defesa e segurança.” DELORS, Jacques – Ob. cit. p. 320.

⁹⁰² Cf. *Idem, ibidem*. p. 322, 323. Apesar dos esforços da Comissão para manter a unicidade da fórmula política para todos os domínios, a proposta dos pilares, ao longo das negociações, foi ganhando força. Jacques Delors que já tinha lutado contra isso no AUE, não conseguiu desta vez evitar a desvirtuação do que conferira o carácter original à CECA e CEE.

⁹⁰³ LOBO-FERNANDES, Luís; CAMISÃO, Isabel – Ob. cit. p. 110-113.

Com esta narrativa como pano de fundo, interessa-nos agora perceber qual a visão dos socialistas ibéricos neste âmbito. Reportando-nos à época em estudo, tomamos as discussões em torno do AUE e do TM como pretexto para tal. Partimos com o pressuposto de que ambos os partidos já que se revelaram federalistas ou com simpatias pelo modelo federal (o PSOE revela-se assumidamente federal, o PS apenas manifesta algumas posições favoráveis ao modelo), concretamente no período de oposição às ditaduras.

3.1 PSOE: por um “federalismo funcionalista”

Durante os primeiros anos de Espanha na CEE, o PSOE é vago e difuso na apresentação da sua ideia sobre a unidade europeia como sistema político. Entre as dimensões europeias em análise neste período (1986-92), o tema da união política é o que menos saliência tem nos manifestos eleitorais. A discussão é despertada pela aprovação do AUE, em cujas negociações Madrid não participou, mas que assinou pouco mais de um mês depois de ser oficialmente um estado comunitário.

No manifesto para as eleições nacionais de 1986, o partido compromete-se a lutar por um parlamento europeu que “impulse la construcción de la Europa Comunitaria”, mas, simultaneamente, deseja que “las Conferencias intergubernamentales y las reuniones de los Ministros de Asuntos Exteriores intensifiquen la búsqueda de [...] políticas comunes.”⁹⁰⁴ Sendo esta a única referência, e não explicitando o que entende pelo papel do PE na construção europeia, o PSOE revela dois objetivos um tanto ou quanto contraditórios, quiçá com a intenção de que fossem equilibrantes - à medida do que tem sido a construção europeia de facto: por um lado, a pugnar pelo reforço do papel das instituições supranacionais, por outro a reforçar o poder do órgão intergovernamental. Assim, recém-chegado à CEE, parece-nos que o partido está conforme o *status quo* comunitário.

No manifesto para as eleições europeias de 1987, o PSOE é mais explícito, defendendo que a expressão do PE como motor da integração europeia deve traduzir-se num maior controlo das atividades comunitárias e maior peso político, através de uma participação mais destacada no poder de decisão, de modo a que a sua voz “pueda ser tenida en cuenta siempre por el Consejo e influir decisivamente en la decisión final que se adopte”, designadamente no controlo orçamental. Defende para a Comissão um aumento de

⁹⁰⁴ PSOE – “Programa 1986/1990. Para seguir avanzando. Por buen camino.” 1986. p. 114.

competências de gestão e execução e para o Conselho considera que “debe intentar ser más fiel al espíritu supranacional de los tratados fundacionales entre el interés nacional y el interés comunitario, por lo menos, a medio y a largo plazo.”⁹⁰⁵ Por aqui, induz-se que defende a codecisão para o PE e que entre uma vertente supranacional ou intergovernamental, pende para a supranacionalidade, ao deixar patente esta crítica ao Conselho (tónica diferente do manifesto de 1986). É importante notar que, a partir daqui, não mais se observa esta crítica ao órgão intergovernamental. No programa eleitoral nacional de 1989, não refere nada sobre o PE, defendendo apenas a criação de uma cidadania europeia, símbolo e meio de conferir a identidade política à Comunidade.

a) Por um aumento de competências do PE, apenas até onde ...

A reclamação de mais poder para o PE é uma das explícitas mudanças institucionais que o partido e o governo reclamam para a Comunidade, apesar de forma difusa, por vezes. A mensagem está implícita na campanha para as eleições europeias de 1987, embora num modo pouco afirmativo, pelo cabeça de lista Fernando Morán⁹⁰⁶, mas vai ficando explícita nas resoluções de congresso do partido e nas propostas apresentadas pelo governo para o exercício da presidência da CEE, em 1989. Na moção principal apresentada ao 31º Congresso, em 1988, defende-se o reforço do “papel y un creciente protagonismo del Parlamento Europeo.”⁹⁰⁷ Já nas resoluções aprovadas, acrescenta-se apenas a necessidade de “esfuerzos tendentes a la transformación de las Comunidades europeas en una Unión europea”⁹⁰⁸ – seja lá o que *união europeia* for. Para a presidência espanhola da CEE, o governo de González estabelece como um dos objetivos abrir “el debate sobre la reforma institucional para dar más competencias al Parlamento europeo [...]”⁹⁰⁹.

É nas eleições europeias de 1989 que o reforço de poder do PE passa a ser feito de forma mais explícita pelo partido. Agora, o novamente cabeça de lista, Fernando Morán já adota uma atitude mais afirmativa: “Claro es que hay una paradoja en Europa que consiste en que siendo doce democracias basadas en la representación, las instituciones europeas son menos representativas, en el sentido de que el Parlamento no tiene capacidad legislativa plena

⁹⁰⁵ PSOE – “Manifiesto Europeo. Por las cosas bien hechas.” 1987. s.p.

⁹⁰⁶ Em entrevista, Fernando Morán faz mais uma análise do que uma expressão de desejos pessoais para a evolução do projeto europeu: “El Parlamento para Europa empieza a jugar. Tiene unos poderes limitados, pero crecientes. [...] [E]l Acta Única aumenta tanto los poderes del control del Parlamento sobre la Comisión como las iniciativas que se llevan a ésta. Es, podríamos decir, una pequeña parlamentarización de las instituciones europeas.” “Europa, una vocación.” *El Socialista*. Nº 430 (30.05.1987) p. 5.

⁹⁰⁷ “Ponencia Marco. XXXI Congreso.” *El Socialista*. Nº 438/439 (15.10.1987) p. 23.

⁹⁰⁸ “Resoluciones. 31º Congreso.” *El Socialista*. Nº Especial 31º Congreso (22.01.1988) p. 41.

⁹⁰⁹ “Objetivos de la presidencia española en la CEE.” *El Socialista*. Nº 467/468 (01.12.1988) p. 12.

y no tiene una asamblea nacional. Esta diferencia puede producir realmente una contradicción que tiene que resolverse con el aumento de las competencias del Parlamento Europeo.⁹¹⁰ [Sublinhado nosso]. Esta será uma das mensagens chave da campanha eleitoral, veiculada também pela voz do número dois da lista, Enrique Barón⁹¹¹, que na sequência dessas eleições se torna presidente do PE, expressando a sua favorabilidade à *parlamentarização* do poder comunitário nas diversas áreas em perspectiva para a reforma do AUE:

“[...] estamos en una fase de construcción y avance de la Comunidad en la que si queremos añadir dimensiones que el Parlamento considera absolutamente fundamentales, como la unidad económica y monetaria, y el desarrollo de la Europa de la seguridad, tenemos también que darle una dimensión parlamentaria a esto, porque al margen de las cuestiones técnicas, básicamente lo que se están produciendo son problemas políticos. Creo que el Parlamento en esta legislatura tiene que dar un paso fundamental en esa tarea constituyente, cuyo objetivo, a mi juicio, debe ser que si somos doce democracias parlamentarias, lo lógico es que intentemos que la Comunidad funcione según los principios de nuestros respectivos países.”⁹¹²

Observa-se que, nesta fase, os candidatos a deputados no PE vão para além das resoluções de Congresso e das manifestações do líder Felipe González, sendo mais afirmativos e explícitos no reforço parlamentar como critério para distribuição do poder político comunitário. Note-se que, na moção principal apresentada ao 31º congresso, em 1988, a par com a defesa do reforço do papel do PE, se colocava como objetivo uma tónica no intergovernamentalismo: “Intensificando la búsqueda de fórmulas políticas comunes a través de las conferencias intergubernamentales y las reuniones de los ministros de Asuntos Exteriores.”⁹¹³ Ora, esta referência é suprimida nas resoluções finais do congresso (deixando-se apenas a ideia do reforço da supranacionalidade⁹¹⁴), o que pode denotar uma falta de consensualidade interna no partido sobre a tónica na intergovernamentalidade como via para a criação de políticas comunitárias.

Com o aproximar das discussões de Maastricht, o debate nacional em torno da reforma institucional da CEE exigirá mais clareza do governo, face às interpelações da oposição sobre o alegado reforço dos poderes do PE. Felipe González manifesta-se favorável à participação

⁹¹⁰ “Hay que reequilibrar Europa.” *El Socialista*. Nº 477 (15.05.1989) p. 8.

⁹¹¹ “La Comunidad, lógicamente, tiene que ser una democracia parecida [às democracias nacionais], aunque sea más compleja. El problema es que estamos decidiendo cada vez más cosas a nivel europeo; es decir, se están adoptando medidas que están condicionando de una manera directa nuestra vida cotidiana. Tiene que existir un control democrático y, por tanto, es fundamental que el Parlamento Europeo consolide sus poderes legislativos y sus poderes de control a nivel europeo.” “Construir una fuerza política común en Europa.” *El Socialista*. Nº 478 (31.05.1989) p. 3.

⁹¹² “Nos reconocen como representantes de todos los europeos.” *El Socialista*. Nº 482 (31.07.1989) p. 5.

⁹¹³ “Ponencia Marco. XXXI Congreso.” *El Socialista*. Nº 438/439 (15.10.1987) p. 23.

⁹¹⁴ “El PSOE considera que Europa unida y supranacional que debe ser construida en base a la Comunidad Europea, es el marco adecuado para la consecución de nuestros objetivos.” “Resoluciones. 31º Congreso.” *El Socialista*. Nº Especial 31º Congreso (22.01.1988) p. 41.

do PE no processo de decisão, através da codecisão⁹¹⁵, à investidura do presidente da Comissão pelo parlamento⁹¹⁶, demonstrando que pretendia ir mais longe do que o aprovado em Maastricht, suprimindo a terceira leitura no procedimento de codecisão e concedendo poder de iniciativa legislativa ao PE.⁹¹⁷ Pondera até que o presidente da Comissão “debería surgir del Parlamento Europeo o depender de él en cuanto a su nombramiento.”⁹¹⁸ Sublinhamos, porém, que esta declaração, feita no discurso que proferiu no Instituto Universitário Europeu de Florença, não volta a ser referida pelo líder, nem incluída em propostas partidárias.

Se devido ao pensamento histórico do partido seria expectável observar uma opinião federalista para o futuro da Comunidade, isso não é constatável. A CEF do PSOE defende uma evolução paralela da união económica e da união política.⁹¹⁹ Posicionamento vago, que vai ao encontro do discurso que Felipe González proferira três anos antes, em 1987, no Instituto Universitário Europeu de Florença (onde, por tradição, destacados líderes europeus são convidados a refletir sobre o futuro político da unidade europeia), no qual se demonstra favorável à supranacionalidade, explicando: “Por tanto, debe emerger un centro de poder europeo distinto de la suma de poderes nacionales, aunque proceda de ellos, capaz de actuar con autoridad y con lo que antes he llamado ‘lógica comunitaria’”.⁹²⁰ Ora, mas o quão supranacional se quer este centro de poder europeu? Nesta definição elástica cabem diversas interpretações político-jurídicas, como sabemos.

No partido parecem conviver diferentes posições internas, presumidas nas diferenças entre o esboço do “Manifesto 2000” (um programa de futuro para o PSOE, para cuja elaboração se auscultou e debateu os temas com milhares de militantes e outros⁹²¹) e a versão final do documento. Enquanto na apresentação do esboço do programa se acredita numa

⁹¹⁵ Intervenção de Felipe González, como chefe de governo, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 006-1 (20.12.1989) p. 198; *Diario de las Sesiones*. Nº 77 (12.18.1990) p. 3831; *Diario de las Sesiones*. Nº 151-1 (28.11.1919) p. 7570.

⁹¹⁶ Mas considera não ser necessário que toda a equipa de comissários passe por esta investidura. *Diario de las Sesiones*. Nº 47-1 (27.06.1990) p. 2312.

⁹¹⁷ “España ha apoyado, en primer lugar, la supresión de la tercera lectura en el procedimiento de codecisión. También éramos partidarios de extender el dictamen, conforme al artículo 236, y deseábamos un derecho de iniciativa legislativa para el Parlamento Europeo.” Intervenção de Felipe González, enquanto chefe de governo no parlamento espanhol. *Diario de las Sesiones*. Nº 155 (17.12.1991) p. 7763.

⁹¹⁸ GONZÁLEZ, Felipe – “La Europa que queremos.” *Leviatán*. Nº 29/30 (1987) p.12.

⁹¹⁹ Posição defendida em conferência, por José Maria Benegas, secretário da organização da CEF do PSOE. “España, el impulso necesario.” *El Socialista*. Nº 512 (31.10.1990) p. 6.

⁹²⁰ GONZÁLEZ, Felipe – “La Europa que queremos.” p. 12.

⁹²¹ De acordo com a informação prestada pelo partido, foram ouvidas mais de 600 mil pessoas, entre militantes e outras, realizados mais de 10 mil debates, tendo-se recebido mais de 60 mil propostas escritas. O programa foi elaborado com base nesta recolha. “Reflexionar sobre el presente previendo el futuro.” *El Socialista*. Nº 494 (31.01.1990) p. 8.

“realidade política supranacional”, resultado de um processo constituinte, que deverá ser acelerado, de forma a constituir uma unidade política soberana⁹²², no documento final, que é apresentado como moção principal ao 32º congresso, já não encontramos as expressões *unidade política soberana* nem *processo constituinte*, constando apenas a ideia de supranacionalidade, muito relacionada com o debate da época: “La perspectiva de la Unión Económica y Monetaria lleva a la necesidad de la Unión, mediante la que se avance en la configuración de unas estructuras comunitarias más ejecutivas en el nivel de Gobierno, y potenciando el control democrático y los poderes del Parlamento Europeo. [...] /Por ello somos partidarios de la Unión Política de la Comunidad Europea, como una unión supranacional cimentada en instituciones democráticamente legitimadas.”⁹²³

Ora, precisamente, o discurso do líder partidário no 32º Congresso, quando aborda a possível evolução da união política rumo a um estado, traz a justificação para a supressão desses termos (*unidade política soberana* e *processo constituinte*): “Sería un error que nos alejaría de la construcción europea que deseamos. Podemos compartir la idea de una estructura federativa en Europa a largo plazo, pero el camino adecuado ahora es el de continuar buscando la aproximación de las políticas de todos los países miembros de la Comunidad. Se puede hacer cesio de parcelas de soberanía, pero para compartirlas, no para perderlas’.”⁹²⁴ Parece revelar-se aqui uma atitude pragmática para manter o controlo governamental sobre a construção comunitária, em sacrifício de um ideal federalista. Assim, nas resoluções de Congresso, fica expressa uma aceitação do *status quo* da tendência das negociações intergovernamentais para Maastricht – o partido apoia “una Unión Europea basada en tres grandes pilares: La Unión Económica y Monetaria, la ciudadanía común y la política exterior e de seguridad común”, advogando-se partidário de uma união política para a Comunidade, “como una unidad supranacional cimentada en instituciones democráticamente legitimadas.”⁹²⁵

Supranacionalidade é a palavra preferida do líder e a usada nos documentos oficiais do partido. O governo defendeu efetivamente um aumento de competências legislativas do PE na

⁹²² “Llegará algún momento en el horizonte del siglo XXI en el que nosotros o nuestros hijos pasaremos a ser ciudadanos de derecho en una nueva realidad política supranacional que se llamará la Unión de Estados Europeos o quizá recibirá algún otro nombre. Lo importante para los socialistas europeos es que ese proceso constituyente se acelere, que se realice sin detenciones innecesarias, ya que sin esa Europa democráticamente constituida en una unidad política soberana, no dispondremos de instrumentos políticos para avanzar en los grandes problemas planteados hoy a escala mundial.” *Ibidem*, p. 9.

⁹²³ “Manifiesto del programa 2000.” *El Socialista*. Nº 507/508 (01.08.1990) p. 15.

⁹²⁴ “Felipe González abogó por un partido abierto, cohesionado y solidario.” *El Socialista*. Nº 513 (15.11.1990) p. 3.

⁹²⁵ “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 2, 25.

Cimeira do Luxemburgo⁹²⁶, mas apenas o necessário até à não interferência nos domínios que lhe interessariam controlar em função dos interesses nacionais identificados (dois deles – analisados anteriormente - a política económica e a social). Se em 1986 admitia, em entrevista a um semanário francês, que a crise do estado-nação era uma realidade crescente, que exigia uma resposta de supranacionalidade⁹²⁷, com a imersão na realidade da política comunitária parece desenvolver uma afeição à intergovernamentalidade. Daí que se pareça acomodado com as disposições do TM, compartilhando da evolução pelos pequenos passos comunitários: “Estoy convencido de que debe mantenerse el proyecto como está, por varias razones. [...] La tercera, porque la experiencia histórica nos muestra que la Comunidad siempre ha sabido aplicar el Tratado de Roma, acomodándose a las necesidades de cada momento y esto ocurrirá también con el tratado de la unión. No hace falta, pues, tocarlo.”⁹²⁸

b) ... não se sobreponha ao intergovernamentalismo - por um “federalismo funcionalista”

O debate mais profundo sobre a dimensão política da Comunidade é feito no parlamento nacional, despertado pela proposta do *Grupo Mixto-Agrupación de Izquierda Unida-Esquerria Catalana*, sobre a perspetiva de uma união europeia e poderes constituintes do PE.

O partido Izquierda Unida defende a necessidade de convocar um referendo europeu para decidir sobre a concessão de poderes constituintes ao PE. Nesse sentido, solicita ao parlamento espanhol que aprove uma resolução para que o governo faça uma solicitação ao Conselho Europeu para que se desencadeie o processo.⁹²⁹ Propõe que o parlamento adote uma

⁹²⁶ “El presidente del ejecutivo subrayó que también existen diferencias respecto al esquema institucional de la futura Comunidad Europea. Hizo referencia, en este sentido, a los planteamientos tradicionalmente defendidos por el Gobierno español, partidario de que el Parlamento Europeo asuma más competencias legislativas.” “El Pacto de progreso, garantía para afrontar la unión económica.” *El Socialista*. Nº 528 (30.06.1991) p. 7.

⁹²⁷ “Digo que hay una crisis de supranacionalidad, que el Estado-nación tal como fue criado en el siglo XIX no es suficiente para responder a los problemas planteados, ni a los problemas interiores ni a los problemas internacionales. Seamos conscientes de este dato para empezar. [...] Digamos que todo esto continua siendo verdadero hoy, todavía más dramáticamente cierto, pues la competencia internacional, la necesidad de espacios económicos, [...] exigen la construcción de una Europa unida. Más allá del concepto del Estado-nación, con transferencias de soberanía [...]” GONZÁLEZ, Felipe, SEMPRUN, Jorge - “España en Europa.” *Sistema*. Nº 76 (janeiro 1987) p. 23.

⁹²⁸ “España puede y debe ganar el desafío de los noventa.” *El Socialista*. Nº 556 (01.10.1992) p. 24.

⁹²⁹ A proposta surge inspirada pelo projeto de Tratado da União Política Europeia, aprovado pelo PE em 1984, e, de acordo com os argumentos do deputado Iglesias Arguelles, da Izquierda Unida, na sequência da aprovação de uma declaração pelo PE, para lhe ser conferido poder constituinte de modo a elaborar um tratado de união europeia, após a realização de um referendo europeu sobre o tema. Segundo o deputado, a declaração aprovada pelo PE no sentido da concessão de poderes constituintes, propõe a convocatória em julho de 1989 de estados gerais europeus, compostos por deputados nacionais de cada um dos 12 estados-membros e pelos 518 eurodeputados, que deveriam proceder à eleição dos presidentes do Conselho Europeu e da Comissão. *Diario de las Sesiones*. Nº 124 (21.06.1988) p. 7356, 7357.

posição favorável a uma consulta popular na CEE e que a recomende aos outros governos; que o governo peça à presidência do Conselho para estabelecer os procedimentos necessários para tal; que convoque no ano seguinte (durante a sua presidência do Conselho) uma cimeira extraordinária para definir os termos do poder do PE; e exorta ainda os outros parlamentos a fazer o mesmo.⁹³⁰ Em resposta, o grupo parlamentar socialista diz-se de acordo com os objetivos, mas não com os meios. Além das justificações acessórias da falta de legislação única para a realização de um referendo europeu e da suposta desvalorização da legitimidade política do PE que essa proposta pressupunha, a principal razão é que os socialistas entendem que um tratado de união política deve ser realizado mediante o normal devir do processo de integração.⁹³¹

O assunto volta à baila quase um ano depois, quando o mesmo partido acusa o governo espanhol de não apoiar os eurodeputados socialistas nessa questão. A resposta de Felipe González é clarificadora da sua posição:

“Usted está por que este Parlamento Europeo en esta fase tuviera carácter constituyente; por consiguiente, por hacer – digamos - el órdago a la grande, la apuesta a la totalidad. Le quiero decir que yo creo en la unidad europea. Y como creo en la unidad europea como un proceso histórico, no estimo que sea posible atribuirle carácter constituyente al Parlamento Europeo en la fase en la que está. Esto que aparece como una contradicción es, sin embargo, una reflexión absolutamente realista sobre el grado de desarrollo de las instituciones europeas. Se lo digo no solo como mi opinión, sino como la opinión de al menos diez de los doce países que componen la Comunidad. Claro que diez países deberían convencerse de lo contrario, pero no a través del mecanismo que usted propone.”⁹³² [Sublinhado nosso].

As intervenções do líder socialista em próximos debates permitem-nos retirar conclusões mais explícitas – se, por um lado, é favorável ao aumento de poderes do PE, através da codecisão, como vimos atrás, recusa que esse poder seja ao nível constituinte, capaz de fazer modificar as bases institucionais e políticas da CEE para um sistema federativo. Não porque, num horizonte qualquer recuse a ideia de federação, mas porque, pela natureza multinacional dos diversos sistemas políticos da Europa, essa possível concretização não poderá escapar a uma definição intergovernamental:

“A mí me hace bastante ilusión la idea de federalización de Europa. No me importa

⁹³⁰ *Ibidem.*

⁹³¹ “Lo fundamental hoy [...] es que el proceso de integración avance, avance hacia el Acta Única, hacia el choque, hacia el reto de 1992 [...]” Intervenção do deputado socialista Pui I Olive. *Diario de las Sesiones*. Nº 124 (21.06.1988) p. 7358.

⁹³² Intervenção de Felipe González, enquanto chefe de governo, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 003 (05.12.1989) p. 82.

demasiado en este momento la discusión sobre federalización o confederalización [...]. No creo que esté en juego la identidad nacional de cada país con esta construcción europea, desde ningún punto de vista. / Ahora bien, [...] no creo que la construcción europea pase por un proceso constituyente a nivel de una Asamblea europea o de un Parlamento Europeo. No digo que me guste o no me guste. [...] Lo que digo es que una Asamblea o un proceso constituyente sólo se genera dentro de una entidad nacional; nunca en una entidad plurinacional. Es inconcebible que haya una votación europea que delegue en un Parlamento Europeo la elaboración de una constitución europea. [...]. / Si pensamos en un avance en la construcción europea y abandonamos la idea del Estado-nación como instrumento de avance, sencillamente no habrá construcción europea, créanme, no la habrá. [...]

Por tanto, hay que buscar una estructura de participación, de cooperación a nivel territorial distinto del que es cada Estado-nación, y, al mismo tiempo, hay que buscar la participación de los parlamentos nacionales [...]. Si el sistema va a ser unicameral o bicameral, si la representación va a ser una representación territorial o si, más bien, va a ser un sistema de representación ideológica, etcétera. Yo creo que esto va desembocando, con realismo, en una fuerte – creo y o - presencia del Parlamento Europeo, pero estamos anticipando muchos acontecimientos [...]. [...]

Puede parecer que desde esta tribuna y diciéndolo yo, esté defendiendo la prerrogativa del Gobierno, pero es que desde el punto de vista jurídico-constitucional no hay ni un solo país que pueda escapar de ese instrumento, y desde el punto de vista de los tratados, en los que se fundamenta el propio trabajo comunitario y la construcción comunitaria, no hay absolutamente ningún resquicio que permita que ése no sea el instrumento, a través del que se vaya hacia la unión europea. [...] / En ese sentido, creo que la idea confederal - por emplear una terminología que nos permita comprendernos - está hoy más sobre el tapete que la idea federalizadora [...].”⁹³³ [Sublinhado nosso].

Esta transcrição longa, mas necessária, permite-nos tecer conclusões mais sólidas sobre a posição de González. Pródigo em argumentos constitucionalistas, o líder socialista usa-se da legitimidade democrática dos sistemas político-jurídicos nacionais na Europa (e das inerentes diversidades do estado-nação), representativos a um nível nacional, para considerar inconcebível que uma possível federalização da Comunidade seja feita através de poderes constituintes do PE. E volta a invocar este argumento noutro debate parlamentar.⁹³⁴ Ora, para

⁹³³ Intervenção de Felipe González no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 47-1 (27.06.1990) p. 2309, 2310.

⁹³⁴ “Es verdad [...] que si a alguien se le ocurre decir, [...] por ejemplo que hay que dar poderes constituyentes al Parlamento Europeo, debo manifestar públicamente que me parece una idea brillante. El problema es que nadie dice cómo se hace; en qué consiste dar poderes constituyentes al Parlamento Europeo. ¿Consiste en sustituir los poderes de esta Cámara para hacer un proceso de construcción europea con un Gobierno europeo, de esta o de cualquier otra? Cuando se dice poderes constituyentes, en general, se está indicando algo que tiene una

já, nestas declarações, parece-nos que a relutância de González não é com o objetivo em si (federação), mas com o meio – através de poderes constituintes ao PE. Mas, a justificação com base em fundamentos válidos do ponto de vista jurídico-político e de representatividade democrática dos povos e dos estados não parece ser a única razão. Embora na declaração anterior tenha negado que não se tratava da defesa de uma perspetiva intergovernamental para a evolução do projeto comunitário, noutra intervenção posterior fica explícita a sua preferência pelo intergovernamentalismo como motor da Comunidade:

“Es verdad que yo me he inclinado – y me inclino, pero por sentido práctico de como se puede avanzar en la construcción europea - por un protagonismo del Consejo y del Consejo de Asuntos Generales, simplemente por una cierta coherencia lógica con lo que me parece que va a ser un avance mayor en el proceso de construcción europea.”⁹³⁵
[Sublinhado nosso].

Ora, por esta declaração e pela conduta do governo espanhol face às dimensões que analisámos anteriormente (monetária-económica e social), a manutenção do poder de decisão nas negociações intergovernamentais é pois, por razão prática de salvaguarda de interesses nacionais imediatos, também o entrave à conceção de poderes constituintes ao PE e à ideia de uma federação concretizável no curto prazo. O caso relatado por Gillespie - sobre a proposta que González fez, em 1992, para criação de um diretório europeu de cinco membros (no contexto dos 12), com a dimensão suficiente que pudesse abranger Espanha⁹³⁶ - é representativo da importância que o chefe de governo dava ao intergovernamentalismo e da sua visão nacionalista, embora não desconsiderando a federação num culminar da evolução do projeto europeu, ainda que não sob um molde federativo rígido:

“Yo les diré que tengo la impresión de que la resultante no sólo de estas dos conferencias intergubernamentales, sino la resultante de todo el proceso de la unión probablemente no tendrá el marchamo de calificarse ni de estructura federal ni de estructura confederal. Probablemente en la finalización del proceso seguiremos hablando de la unión europea, aunque es evidente que algunos de los principios sobre los cuales se va a ir desarrollando el

extraordinaria importancia. Esta Cámara tuvo poderes constituyentes en 1977, después de un proceso electoral general; y para evitar toda duda interpretativa sobre la capacidad constituyente de la Cámara, terminamos recurriendo a un referéndum de ratificación de la Constitución que emanó de esa Cámara que desarrolló el texto constitucional. [...] En el Consejo Europeo efectivamente hay gente próxima al federalismo, al confederalismo, pero la verdad es que las teorías constitucionales que sirven para elaborar el desarrollo político de cada una de las naciones europeas, probablemente en este proceso complejo de construcción europea [...] no sean teorías que permitan seguir avanzando.” Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 77 (18.12.1990) p. 3854, 3856.

⁹³⁵ *Ibidem*, p. 3854.

⁹³⁶ GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” p. 163.

trabajo hacia esa unión europea llaman sobre todo a lo que podría ser una concepción de construcción federativa, como podría ser el propio principio de subsidiariedad.”⁹³⁷

Hábil nas palavras e conhecedor das problemáticas académicas em torno do aprofundamento comunitário, Felipe González parece usar-se desses argumentos para suportar as suas convicções próprias e/ou reticências relativamente à evolução federativa europeia – e para responder a uma oposição⁹³⁸ que o confrontava com a perspetiva federal:

“Debo decirles, en el terreno de las ideas, no de las ideologías, que a mí me parece buena la idea de una estructura federativa en Europa. [...] Y hay una dificultad, sin duda, que nace de esto en la construcción europea, que es que el modelo de reparto de competencias, de distribución de funciones, incluso no ya de competencias legislativas, sino de cómo se reparten los objetivos de acuerdo con una buena aplicación del principio de subsidiariedad, los objetivos que nos interesan alcanzar como conjunto de pueblos europeos, el modelo no está previamente ni escrito ni mucho menos experimentado. Y tenemos la enorme dificultad de que los constitucionalistas - los hay y muy buenos - tienen una estructura intelectual adaptada a lo que es el modelo experimental del Estado-nación o de la estructura de Estados Unidos o de otros, pero el modelo europeo, el de la construcción comunitaria, se ha escapado de eso. Y así como es relativamente más fácil - sólo relativamente más fácil - hablar en el proceso de supranacionalidad [...], es más difícil, desde el punto de vista jurídico o político, articular o instrumentalizar algo de supranacionalidad, que es lo que tiene la Comunidad Europea, y algo de intergubernamentalización, que sería el otro componente no comunitario de esa supranacionalidad. Creo que el debate va a seguir durante muchos años.”⁹³⁹

A visão do líder de governo é transportada para o partido, que também nas suas resoluções de congresso não emprega o termo federação. Também a discussão parlamentar em torno de um processo constituinte terá uma reação preventiva partidária, com a moção principal apresentada em 1993 para o 33º congresso (a realizar no ano seguinte) a salvaguardar que o debate sobre a natureza e destino final da UE “pervivirá años”, pois “la construcción europea es una experiencia sin precedente histórico.” Deste modo, defende-se a via por etapas, à moda *neofuncionalista* da construção comunitária, recusando-se a via constituinte: “La construcción europea es un proceso de integración de realidades políticas preexistentes, que se desarrolla por vía evolutiva y no como a partir de un acto constituyente.

⁹³⁷ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso de Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 77 (18.12.1990) p. 3833.

⁹³⁸ O partido Esquerda Unida (Izquierda Unida) é, além de crítico relativamente ao laxismo social da UE, acusando o PSOE de mera retórica relativamente a esta dimensão política, o que frequentemente confronta o governo com as aspirações de concessão de poderes ao PE, tendentes a uma evolução federal. Cf. GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” p. 149, 150.

⁹³⁹ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados. *Diario de las Sesiones*. Nº 220 (20.10.1992) p. 10846, 10847.

Se trata de compartir soberanías en una gestión común que se acredite por sus resultados: no existe una soberanía comunitaria ni se trata de acabar con las soberanías nacionales.”⁹⁴⁰

O termo federalismo é banido da comunicação partidária nesta fase de Espanha como estado-membro. Mais. Mesmo a noção de supranacionalidade é usada com parcimónia. A visão do líder orienta a posição oficial do PSOE nas suas resoluções de congresso, não se concebendo a ideia de federação no imediato, podendo esta vir a ser um processo culminar de uma evolução gradativa, mas que deve ser feita com todas as precauções e controlos intergovernamentais. Pode, no limite, o PSOE estar próximo do *federalismo funcionalista* ou *incremental*, colado à abordagem de Jean Monnet – “[...] incremental functionalism views political integration not as a result of radical constitutional change but as a gradual process of reciprocal adaptation of national institutions. By forging special functional links between states in a way that does not directly challenge national sovereignty, federalism can be slowly introduced.”⁹⁴¹

c) O federalismo na gaveta, de facto!

Neste sentido, tendemos a concordar com a conclusão de Gillespie, ao constatar a oposição temporária do governo espanhol (nas negociações para a entrada da Suécia, Áustria e Finlândia) à proposta de aumento do número de votos da minoria de bloqueio, de forma a salvaguardar os interesses nacionais, nomeadamente os relativos aos produtos mediterrânicos: “The fact that Spain stood together with an anti-federalist member like UK on this issue showed how the defence of national interests now overshadowed the commitment to European federalism. The Spanish leader still support federalism in principal, but their leaders were searching for alternatives formulae to a strong European presidency.”⁹⁴²

A visão idealista federal do partido nos tempos de exílio, teorizadora de uma divisão de competências entre as entidades federadas e federais, da constituição de órgãos políticos legitimamente democráticos e com reais poderes, é agora completamente abdicada pelo PSOE, com um posicionamento - personalizado na visão do seu líder – que se socorre de argumentos jurídico-constitucionais e de representatividade democrática. O partido colocou, pois, o federalismo na gaveta. Ela pode ser aberta, mas sabe-se lá quando (as teorizações de Felipe González não o deixam antever), mas mesmo sendo aberta, o que sair de lá como modelo adequado, ainda que seja qualquer entidade com um profundo vetor supranacional,

⁹⁴⁰ “Ponencia Marco.” *El Socialista*. Nº 567 (01.11.1993) p. 24, 25. O congresso realizou-se em maio de 1994.

⁹⁴¹ ROSAMOND, Ben – Ob. cit. p. 21.

⁹⁴² GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” p. 163.

não terá de ser federal conforme dos sistemas constitucionais estatais pré-existentes. Face às evidências constatadas, não podemos concordar com Ramiro e Morales, em como “during the 1980s and 1990s the González governments adopted a pro-integrationist stance and a federalist discourse.”⁹⁴³ Partilhamos antes das conclusões de Domínguez Castro, que considera que o caso espanhol, no que concerne à gestão feita das políticas comunitárias (o que ficou bem patente com as análises anteriores à UEM e política social), reforça a tese de intergovernamentalismo liberal de Moravcsik⁹⁴⁴.

Não houve, claramente, um discurso federalista por parte do governo, tão-pouco do partido, embora neste se denote a coexistência de opiniões de pendor mais federalista ou de reforço da parlamentarização do poder comunitário. Por exemplo, nos debates parlamentares, em 1987, o deputado socialista Berenguer Fuster lamenta que não se tenha ido tão longe no AUE como previa o Tratado da União Europeia aprovado pelo PE em 1984⁹⁴⁵ - apesar de não explicitar a que aspetos do projeto de tratado se referia. Já um ano antes, um militante propunha no jornal do partido a “disminución de autonomía en los mecanismos de poder de los Estados, en favor de la consolidación del poder europeo occidental” e “eliminar la práctica de la toma de decisiones por unanimidad.”⁹⁴⁶

Também, num debate promovido no âmbito das discussões para o programa 2000 do PSOE, surgiram manifestações tendentes a uma parlamentarização da evolução da Comunidade.⁹⁴⁷ Manifestadas até 1988, estas tendências mais supranacionalistas para a Comunidade não têm reflexo nas resoluções do partido e nas posições governamentais, sendo que a partir de 1988, na documentação consultada, não mais se registam, o que coincide precisamente com a época em que o tema é levantado nos debates parlamentares nacionais e em que Felipe González define a sua posição não contundente com uma federalização “repentina”, instaurada por qualquer processo constituinte. Assistimos ao abandono do discurso da veemente defesa da supranacionalidade e do utopismo característico do partido no

⁹⁴³ RAMIRO, Luis, MORALES, Laura – “European Integration and Spanish parties.” In Poguntke, Thomas, et al. (ed.) - *The Europeanization of national political parties*. p. 138.

⁹⁴⁴ Conforme explica Castro, e também de acordo com o que explicámos na 1ª parte, Moravcsik é um processo influenciado pelas decisões racionalistas dos Estados. CASTRO, Luis Domínguez – “España, un actor de la UE: ni alemanes del Sur ni latinos manirroto (1986-2010).” In MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo (dir.) – *España y Portugal. Veinticinco años en la Unión Europea (1986-2011)*. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial. p. 173.

⁹⁴⁵ *Diario de las Sesiones*. Nº 47 (06.05.1987) p. 2783.

⁹⁴⁶ INFANTES, Juan Ceada - “La clave europea.” *El Socialista*. Nº 411 (15.08.1986) p. 7.

⁹⁴⁷ “Todas las propuestas avanzaron en la línea de dar mayor autonomía a la comisión respecto del Consejo, mayor control del Parlamento respecto de la Comisión y del Consejo y de la reconducción de las posiciones nacionales, no a través del Consejo, sino a través de una nueva Cámara con funciones similares de los Senados de representación territorial. La predicción reflejada tiende más hacia el parlamentarismo europeo antes que hacia un modelo presidencialista.” “Los socialistas ante las nuevas tecnologías.” *El Socialista*. Nº 467-468 (01.12.1988) p. 6.

exílio, para a tomada de pragmatismo como condutor da ideia política do sobre a Europa.

Esta visão revela-se em força nos finais dos anos 80, quando, no governo, o partido começa a jogar os seus interesses nacionais nas negociações intergovernamentais comunitárias, adotando um realismo defensor do cunho intergovernamentalista. Como refere Navarro, o modelo de Europa preconizado pelo governo de González a partir de 1986 coincide com o que estava precisamente a ser impulsionado pela Comissão Europeia de então, um mercado interno tendo como base estruturante a coesão económica e social. “De él está ausente toda referencia a la construcción de una Europa federal o a la configuración de un modelo social diferente. Aunque González nunca rechaza su idoneidad como idea, al menos desde 1986 insiste en lo que conviene a la izquierda es el abandono de la utopía como programa político y la definición de objetivos aprehensibles.”⁹⁴⁸

Esta tendência do partido é o corolário da evolução do significado de Europa em Espanha, a partir de uma “Europa concepto” para uma “Europa realidad.” Numa primeira fase, o discurso político conferiu à Europa um significado “laxo”, genérico, com “falta de rigor”, praticamente confinado ao simbolismo democrático, para, numa segunda fase - a das responsabilidades governativas - ser circunscrito à competitividade, ao interesse económico nacional, a uma falta de alternativa para colocar Espanha na dianteira económica da Europa⁹⁴⁹ - ocultando da opinião pública a verdadeira extensão das implicações da adesão.

Este posicionamento, diz ainda Navarro, situa o PSOE nesta época num moderado supranacionalismo e esquerdismo, conforme o demonstrado na figura 2, abaixo.⁹⁵⁰ Concordamos com um moderado supranacionalismo - que não ultrapassasse o intergovernamentalismo necessário à defesa dos interesses nacionais (como ainda iremos constatar no próximo capítulo relativamente à política externa). Já no respeitante ao moderado esquerdismo, parece-nos, pois, que situar o PSOE entre o período de 1976-1993 aqui é ignorar a sua completa rendição a uma política liberal europeia, ou, mais que isso, a uma promoção dessa tendência, já que o partido foi conivente com uma não supranacionalização da política social europeia e com uma abdicação de princípios *keynesianos* da política económica no âmbito da UEM. Assim, na dimensão de contestação esquerda/direita, situaríamos o PSOE um pouco distanciado do centro em direção à direita. Ou seja, se tivéssemos de situar o partido num dos modelos de análise de relacionamento dos níveis de contestação esquerda/direita e supranacionalidade/intergovernamentalidade, que referimos no

⁹⁴⁸ NAVARRO, Miguel A. Quintanilla – *La integración europea y el sistema político español* [...] cit. p. 96.

⁹⁴⁹ JUSTE, Antonio Moreno – “Europa en la transición [...] cit. p. 27-30.

⁹⁵⁰ NAVARRO, Miguel A. Quintanilla – *La integración europea y el sistema político español* [...] cit. p. 108.

capítulo 3.2 (primeira parte), não o poríamos no modelo de análise Hooghe-Marks, mas antes no de Hix-Lord, i.e., duas dimensões de contestação sem relação entre si. Assim, se na clivagem de integração o PSOE se situa num nível moderado de supranacionalidade, na dimensão ideológica (esquerda/direita) não o situamos num nível moderado de esquerda, mas de encaminhamento para a direita (figura 3).

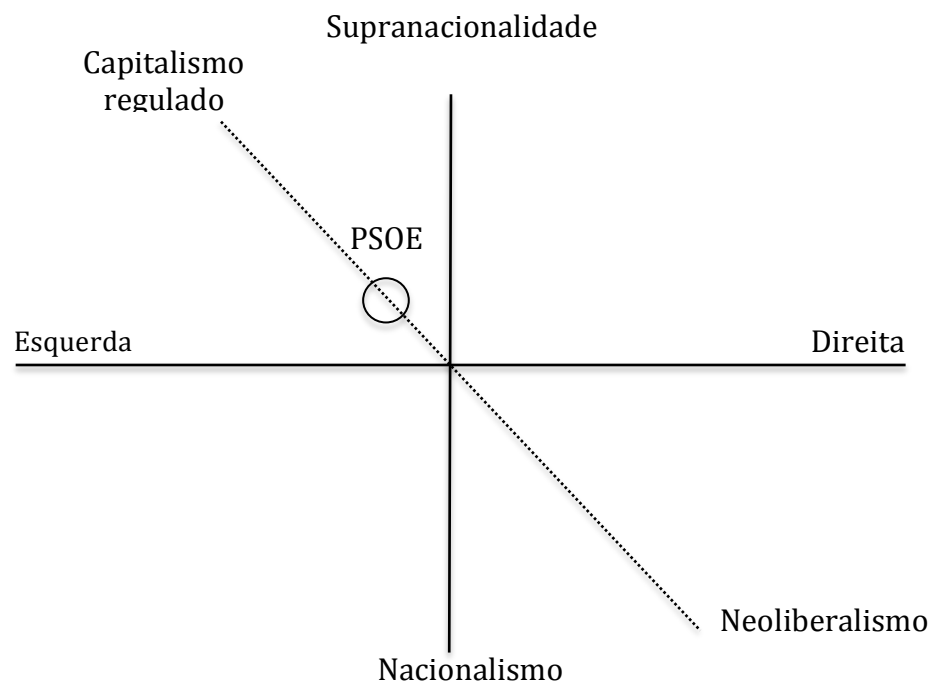


Figura 2: Reprodução do gráfico de Navarro, reproduzido na sua obra referida na nota 713, elaborado de acordo com o modelo de Hooghe-Marks.

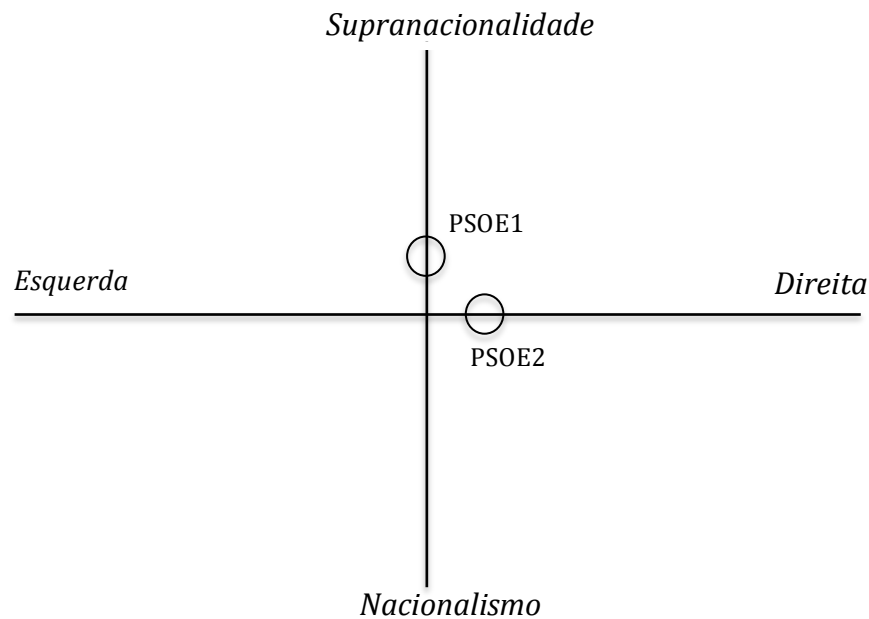


Figura 3: Classificação do PSOE de acordo com o modelo Hix-Lord – duas dimensões de contestação sem relação entre si. PSOE1 – dimensão de integração; PSOE2 – dimensão esquerda/direita.

Ressalvamos, porém, que relativamente à dimensão de contestação ideológica esquerda/direita se podem encontrar posicionamentos diferente do partido, conforme estejamos a analisar outras políticas. Relativamente à política ambiental ou políticas de não discriminação e igualdade de género, por exemplo, o PSOE poderá situar-se mais à esquerda. Assim, ressalvamos que a classificação aqui feita se refere **meramente** às duas políticas aqui em análise – social e económica - que consideramos nucleares na avaliação ideológica dos partidos sociais-democratas face à integração europeia. Com isto, reconfirmamos também a premonição que já tínhamos deixado na primeira parte deste trabalho, a da dificuldade de fazer “encaixar” os partidos em moldes de análise *padronizadores* dos seus posicionamentos face às diversas dimensões de contestação da UE.

3.2 PS: a defesa da supranacionalização entre incongruências, subestimações e leviandades

Os socialistas portugueses apoiam a união política, que implica a extensão de competências da UE para áreas mais políticas, como a cidadania europeia e a política externa. Consequentemente, favorecem o aprofundamento supranacional da Comunidade, no sentido de lhe conceder mais legitimidade democrática de forma a abarcar novas competências. O discurso favorável ao aumento de legitimidade democrática intensifica-se à medida que a UEM e as duas CIG's para o TM vão ocupando a agenda política.

Mas a expressão da favorabilidade à união política começa antes. Já nos debates para a ratificação do AUE, o PS deixa expresso o seu voto positivo, mas diz-se insatisfeito – “não nos satisfaz nem certamente àqueles que desejavam o salto representado pelo Projeto de União Europeia, aprovado pelo Parlamento Europeu.”⁹⁵¹ Cremos que o partido se refere ao Tratado aprovado em 1984, na sequência do projeto Spinelli. Nesta senda de aprofundamento comunitário tendente à união política, o PS vai-se manifestando a favor do alargamento de competências comunitárias⁹⁵², posição que se intensifica com a agenda política das duas CIG's para o TM. Neste sentido, manifesta-se permanentemente apoiante da união política⁹⁵³, propondo, por diversas vezes, o agendamento de debate parlamentar e criticando o governo por não o promover⁹⁵⁴, além de sugerir o lançamento de um debate nacional sobre o tema.⁹⁵⁵ Interessa-nos, sobretudo, especificar como se traduz, em termos de alterações institucionais e de competências comunitárias, esta favorabilidade à união política.

a) A favor da supranacionalização, até onde?

No manifesto eleitoral nacional de 1985, o PS defende a reforma institucional das Comunidades, com o reforço de competências da Comissão e do Parlamento e a reformulação

⁹⁵¹ Intervenção de Jaime Gama, na AR. *DAR*. Nº 23 (17.12.1986) p. 1020.

⁹⁵² “Vencer preconceitos nacionalistas e construir uma Europa mais unida.” *Acção Socialista*. Nº 433 (26.03.1987) p. 4.

⁹⁵³ Cf. Entrevista ao socialista João Cravinho. “O governo de Cavaco oscila entre a senhora Thatcher e algumas expressões piedosas sobre a Carta Social.” *Acção Socialista*. Nº 587 (08.03.1990) p. 6; SAMPAIO, Jorge - “Há que ter a coragem de nos abirmos ainda mais à sociedade.” (Relatório do Secretário-geral ao IX Congresso Nacional). *Acção Socialista*. Nº 599 (31.05.1990) p. 5; “Integração Europeia não é uma coutada do governo.” *Acção Socialista*. Nº 600 (07.06.1990) p. 1, 12; Intervenção do deputado socialista Marques da Costa na AR. *DAR*. Nº 13 (12.12.1991) p. 281, 282; Intervenção da deputada socialista Helena Torres Marques na AR. *DAR*. Nº 15 (18.12.1991) p. 337; “Apostamos na solidariedade e não na contabilidade.” *Acção Socialista*. Nº 723 (17.12.1992) p.8 (António Guterres no debate sobre a ratificação do Tratado da União Europeia).

⁹⁵⁴ Intervenção da deputada socialista Helena Torres Marques na AR. *DAR*. Nº 670 (08.06.1990) p. 2893; “Socialistas querem debate sobre a União Política Europeia.” *Acção Socialista*. Nº 670 (28.11.1991) p. 12; “Presidência portuguesa da CEE – acção global e União Política.” *Acção Socialista*. Nº 710 (17.09.1992) p. 7.

⁹⁵⁵ “Grande debate nacional sobre a nova Europa.” *Acção Socialista*. Nº 592 (12.04.1990) p. 1.

do processo de decisão no Conselho.⁹⁵⁶ Já na nova declaração de princípios de 1986, aprovada no 6º Congresso Nacional, a menção à Europa fica-se pela prioridade dada à CEE em termos de política externa do país, não se especificando uma posição acerca da sua evolução institucional – sendo, aliás, a tomada da CEE como “política externa” sinal de alguma inconsciência da miscigenação dos temas comunitários com a política doméstica e de não assunção da sua importância estruturante de vários domínios da política doméstica. No manifesto eleitoral de 1987, apesar do apoio expresso à construção europeia, o assunto é praticamente omissos, mas no de 1991, o partido considera que a moeda única “vem colocar a questão do seu controlo democrático e obriga, por si só, a repensar o equilíbrio institucional comunitário.” Assim, defende, urge eliminar o défice democrático, aprofundando os processos políticos de decisão e de legitimação, equilibrando os poderes interinstitucionais existentes, nomeadamente, “[r]econhecer ao Parlamento Europeu uma intervenção no processo legislativo consentânea com a sua legitimidade democrática”⁹⁵⁷ – defendendo-se também que o PE, Conselho e parlamentos nacionais procedessem a um controlo democrático sobre as instituições responsáveis pela UEM.

No manifesto para as eleições europeias de 1989, o tema é praticamente omissos, a avaliar pelo suplemento publicado no jornal do partido, focado em questões setoriais da UE – pelo que nos parece, um manifesto feito a pensar numa colheita de benefícios nacionais eleitorais e não tanto europeus, já que aborda políticas públicas setoriais, transponíveis para a dimensão nacional, omitindo as questões de fundo institucionais, mais estranhas ao eleitorado e, por conseguinte, com menos retorno eleitoral. As moções apresentadas aos 9º e 10º Congressos, pelos candidatos eleitos para o cargo de secretário-geral, também não mencionam estas questões – o que evidencia a negligência interna do partido sobre este assunto ou a delicadeza da discussão sobre o tema. Sendo estes documentos a expressão oficial do partido, eles não deixam de ser contidos e sucintos na formulação de posições. Detenhamo-nos noutras análises de modo a aferir até onde vai a supranacionalidade defendida pelo PS e os argumentos em torno dela.

Noutros fóruns, o partido será explícito pelo aprofundamento supranacional da Comunidade, criticando o seu défice democrático, manifesto no poder residual do PE, como órgão democraticamente legitimado, e a concentração de poder nas mãos do órgão intergovernamental. Esta posição é assumida no jornal, por diversos artigos de opinião de

⁹⁵⁶ PS - *Um pacto de progresso para [...]* cit. p. 9.

⁹⁵⁷ PS – *Programa de governo do Partido Socialista*. 1991. p. 11, 19.

eurodeputados e outros militantes socialistas⁹⁵⁸ e pelo próprio secretário-geral do partido, Jorge Sampaio, na AR.⁹⁵⁹

Consentânea com estas críticas, está a reclamação de concessão de poderes ao PE, muito manifesta no jornal, com a veiculação de um relatório do próprio PE⁹⁶⁰ e do manifesto da CPSCE para as eleições europeias – no qual se considera que só se progredirá no caminho da união europeia caso “os cidadãos europeus e os seus representantes eleitos participem nas decisões.” Nas resoluções de congresso de 1990, a CPSCE é mais explícita, defendendo “no mínimo a extensão da área em que o Conselho decide por maioria à co-decisão com o Parlamento [...]”⁹⁶¹

No PE, João Cravinho reforça a necessidade de aumentar a legitimidade democrática da CEE imposta pela implementação da moeda única: “[...] o progresso no caminho da União Económica e Monetária tem de ser simultâneo com o progresso na anulação do enorme défice democrático [...]. [S]em a correcção desse estado de coisas reduziria perigosamente os poderes democráticos que ainda se exercem, bem ou mal, no âmbito dos Estados nacionais, transferindo o controlo dos processos decisórios em benefício de centros ocultos ligados ao poder do dinheiro [...]”⁹⁶² Cravinho toca aqui num ponto fulcral que opôs os estados nas negociações para a UEM, sobre o controlo político do BCE e da política económica europeia, que acabou por não ir avante. Já em 1990, em nova intervenção, o eurodeputado é explícito pela defesa da codecisão do PE, “dotando-o” também “de efectiva possibilidade de acompanhamento e controlo das actividades da Comissão.”⁹⁶³

A posição é partilhada pelo secretário-geral Jorge Sampaio que, em carta dirigida ao Primeiro-ministro Cavaco Silva, insere este tema na dimensão de contestação da integração, acusando o governo de se centrar na intergovernamentalidade: “- não basta, como pretende o Governo português, concentrar essa democraticidade no Conselho, só por ser nessa sede que o governo poderá ter possibilidade de afirmar a sua voz. Se é verdade que o Conselho se deverá

⁹⁵⁸ COELHO, Mário Baptista – “Papel do socialismo democrático na construção da Europa Cultural.” *Acção Socialista*. Nº 421 (01.01.1987) p. 8; MADEIRA, Luís Filipe – “Parlamento Europeu 18 anos depois.” *Acção Socialista*. Nº 448 (09.07.1987) Suplemento. p. II; CAMPINOS, Jorge – “A primeira fase do mandato parlamentar europeu.” *Acção Socialista*. Nº 448 (09.07.1987) Suplemento. p. II; BELO, Maria – “Na CEE – governo português (Les ‘portugaises’, dizem os belgas) com as orelhas a arder ...” *Acção Socialista*. Nº 485 (24.03.1988) p. 3.

⁹⁵⁹ “Dimensões social, cultural e política não fazem parte da Europa do Governo.” *Acção Socialista*. Nº 534 (02.03.1989) p. 7.

⁹⁶⁰ “Parlamento discutiu futuro da Comunidade.” *Acção Socialista*. Nº 516 (27.10.1988) p. 12.

⁹⁶¹ “Manifesto para as eleições europeias.” *Acção Socialista*. Nº 532 (16.02.1989) p. 10; “Por uma Comunidade Europeia Social, democrática e aberta.” *Acção Socialista*. Nº 584 (15.02.1990) p. 6.

⁹⁶² “Assegurar a Europa do Mercado Interno, mas também a Europa Social, a Europa dos Cidadãos.” *Acção Socialista*. Nº 569 (02.11.1989) p. 14.

⁹⁶³ “Construir a Europa dos Cidadãos.” *Acção Socialista*. Nº 607 (26.07.1990) p. 10.

reorganizar para imprimir orientação política permanente à acção comunitária, parece inquestionável ser necessário repartir melhor a sua função legislativa com o Parlamento Europeu, ao qual deverão caber também poderes acrescidos de controlo democrático das restantes instituições.”⁹⁶⁴ A carta do dirigente socialista revela uma posição clara: o reforço supranacional deve ser contrabalançado pela intergovernamentalidade. Esta ideia vai ao encontro de outras intervenções socialistas, como a do eurodeputado João Cravinho em Estrasburgo, a reclamar a codecisão para o PE, mas não extensível a todas as matérias: “[...] - reforço do papel do Parlamento, como tem sido insistentemente pedido, estruturando o processo de cooperação, porventura, nas novas áreas em que a decisão comunitária vier a ser consultada, avançando mesmo em certos casos para a co-decisão, empenhando o Parlamento nas relações internacionais de um modo mais directo, dando poderes orçamentais efectivos ao PE, conseguindo, no fundo, que este seja um autêntico parlamento virado para a construção europeia.”⁹⁶⁵ [Sublinhado nosso]. Se, por um lado, defende a codecisão, ela está limitada a determinadas áreas – o eurodeputado não especifica quais. Mas por conceber que às novas áreas da CEE se pode associar o processo de cooperação, podemos induzir que a codecisão ficará reservada para os domínios originais da competência comunitária. E assim, apesar de defender a associação da voz parlamentar às relações internacionais, deduzimos também que (sendo estas do domínio de uma futura política externa da UE) se refere ao procedimento de cooperação.

Interessante é o facto de nesta intervenção defender poder orçamental para o PE – o que vem em contradição com declarações posteriores. No ano seguinte, o *Acção Socialista* relata, deste modo, a intervenção de Cravinho numa conferência sobre o futuro da Comunidade, em Lisboa: “Para o eurodeputado socialista, Portugal ‘não devia concordar’ com o alargamento de competências do Parlamento Europeu a nível dos fundos estruturais, ‘já que constituirão um dos pontos fortes da presidência comunitária portuguesa’ no primeiro semestre de 1992.”⁹⁶⁶ Ora, a decisão sobre os fundos relaciona-se com o poder de decisão orçamental (no que respeita às receitas e despesas do orçamento) e cerca de um ano antes Cravinho defendera concessão de poderes orçamentais ao PE (que os tinha apenas na rubrica irrisória das despesas não obrigatórias). Parece-nos que esta contradição se explica como resposta tática à evolução da agenda política europeia, em que os países do sul reclamavam contrapartidas financeiras para a UEM, com nova duplicação dos fundos estruturais e com a

⁹⁶⁴ “Governo não pode reduzir a problema de facção a questão nacional da União Política Europeia.” *Acção Socialista*. Nº 613 (11.10.1990) p. 7.

⁹⁶⁵ “Reforço dos poderes do Parlamento Europeu.” *Acção Socialista*. Nº 616 (01.11.1990) p. 11.

⁹⁶⁶ “Centralidade face à CEE e rumo certo para o nosso país.” *Acção Socialista*. Nº 668 (14.11.1991) p. 9.

criação do fundo de coesão. Note-se, que se estava a cerca de um mês do Conselho Europeu de Maastricht, que se debruçaria sobre os resultados das duas CIG's para a união económica e monetária e a união política. O facto de Portugal ir assumir, no primeiro semestre de 1992, a presidência da CEE era tida como trunfo de negociação para os fundos estruturais – cuja argumentação adviria da inclusão de novas políticas (como a UEM) na alçada comunitária. Assim, é o interesse nacional que preside às opções para a união política europeia.

A noção de necessária supressão do alegado défice democrático das Comunidades está ainda presente na reclamação de legitimidade democrática da Comissão, sendo afluída pelo partido nos manifestos já atrás mencionados, mas também pela reprodução do *Acção Socialista* das conclusões da cimeira de líderes socialistas da CEE, em que participa Vítor Constâncio.⁹⁶⁷ Não se especifica, contudo, os processos pelo qual se deve reforçar essa legitimidade – se por simples direito de investidura do PE à Comissão, se por escolha de um presidente da Comissão emanada dos resultados das eleições do PE, esvaziando assim o Conselho da arbitrariedade intergovernamental desse poder de nomeação, entre outras opções políticas mais *federalizantes* do processo. Noutro artigo de jornal, dá-se conta da mesma discussão no PE veiculando-se o objetivo de “[r]eforçar o papel do Parlamento na nomeação da Comissão.”⁹⁶⁸ O partido aborda a legitimidade democrática da Comissão nos manifestos eleitorais, como já referido, mas não o detalha, ficando-se pela noção geral. Tão-pouco encontramos nos debates da AR essa perspetiva.

Ainda no âmbito da legitimidade democrática, registam-se também algumas manifestações por um maior envolvimento dos parlamentos nacionais no controlo democrático da atividade comunitária – na linha do que tinha sido afluído no manifesto eleitoral de 1991. Uma das menções é feita por João Cravinho na AR, ao sugerir, em nome do PS, “que se estude a aplicação em Portugal das recomendações do Parlamento Europeu (relatório Seeler) sobre a articulação entre parlamentos nacionais e parlamento europeu.”⁹⁶⁹ Em conferência dos parlamentos nacionais da CEE, o eurodeputado Luís Marinho defende também uma nova intervenção dos parlamentos nacionais tendente ao reforço da legitimidade democrática, mas no artigo que noticia a sua intervenção não é pormenorizado a forma de o fazer. Sendo estas as únicas passagens sobre o assunto, não temos desenvolvimento suficiente para perceber de que modo se concebe a operacionalização da proposta – se através de uma

⁹⁶⁷ “Quanto à Comissão da CEE, todos os líderes socialistas acordaram no mesmo objectivo: dar maior legitimidade política e democrática a essa instituição.” “Cimeira de Roma reclama dimensão social para a CEE e política de crescimento.” *Acção Socialista*. Nº 497 (16.06.1988) p. 5.

⁹⁶⁸ “Parlamento discutiu futuro da Comunidade.” *Acção Socialista*. Nº 516 (27.10.1988) p. 12.

⁹⁶⁹ “PS propõe um acordo de regime visando o sucesso da adesão à CEE.” *Acção Socialista*. Nº 541 (20.04.1989) p. 9.

mera articulação para efeitos de consulta com o PE e melhor observância da atuação governamental; se dando aos parlamentos nacionais capacidade de intervir no processo de decisão comunitária, através de um controlo da iniciativa legislativa da Comissão, como veio a ser implementado com o Tratado de Lisboa. Refira-se, porém, que se a interseção dos parlamentos nacionais no processo legislativo comunitário pode ser vista como uma compensação democrática da transferência de soberania nacional para a UE, por outro lado, pode ser vista como uma tentativa de travagem do aprofundamento comunitário mantendo as políticas públicas e domínios de competências partilhadas sob alçada nacional. De qualquer modo, também neste caso, o partido não se pronuncia o suficiente para retirarmos conclusões.

Há ainda a registar a defesa socialista para a implementação da maioria qualificada no Conselho. Mesmo sendo este um órgão intergovernamental, é certo, a supressão da unanimidade tácita do Compromisso do Luxemburgo rumo à implementação da maioria em algumas decisões, não deixa de ser uma tentativa de supranacionalização do processo decisório deste órgão. O apelo à decisão por maioria é feito pelos eurodeputados socialistas portugueses no PE, por veiculação de um relatório parlamentar.⁹⁷⁰ Além da breve abordagem a esta perspetiva no manifesto de 1985, o partido, através dos seus cargos executivos e documentação oficial é omissivo relativamente a isto, o que parece denotar uma secundarização do tema ou uma intencionalidade de omissão, que poderão estar relacionadas com a preservação da intergovernamentalidade, mas cujas causas exatas não nos é possível determinar apenas pela documentação e metodologia adotadas neste trabalho.

Concluimos, então, que o PS assume uma posição defensora do reforço da supranacionalidade através da favorabilidade ao aumento de poderes do PE - nomeadamente da partilha da decisão com o Conselho - e da Comissão, a par com o reforço do controlo democrático daqueles órgãos, embora estas duas últimas perspetivas estejam menos presentes na mensagem socialista. Consideramos, contudo, que o debate no partido, a atenção dada nas declarações de princípios e moções apresentadas são muito escassos quando se relaciona isso com a importância que o tema tem para o posicionamento institucional de Portugal na UE, já que a dimensão política é fulcral a médio/longo prazo (com as consequências da absorção de competências) para os pequenos estados como Portugal, em termos de equilíbrio de poderes nacionais. Notamos também que a evidência de uma posição federal não consta das vontades

⁹⁷⁰ “Sobre a questão do direito de veto, a maioria das intervenções, incluindo as dos portugueses, foi ‘no sentido de mais votos maioritários’ como forma de dinamizar as Comunidades, o que satisfaz o ponto de vista dos socialistas portugueses.” “União política europeia é objectivo que se mantém actual.” *Acção Socialista*. Nº 426 (05.02.1987) p. 8; “Parlamento Europeu discutiu futuro da Comunidade.” *Acção Socialista*. Nº 516 (27.10.1988) p. 12.

do partido, apesar de o seu fundador e precursor da ideia europeia, Mário Soares, ter manifestado anteriormente favorabilidade à federação e de vir a fazê-lo ao longo da sua carreira política, já depois de deixar o cargo de secretário-geral. Registamos, contudo, alguma discussão em torno da ideia federal, ainda que revele algumas confusões de entendimento e mais uma intencionalidade de oposição ao governo do que de uma vontade primordial de manifestar opiniões nesse âmbito.

b) A suficiência da supranacionalidade sem federação! Ou confederação? A confusão de termos e ideias ...

Em 1987, Vítor Constâncio, enquanto secretário-geral do PS, no congresso da CPSCE, defendeu que “a Comunidade deve caminhar, cada vez mais, no sentido de se transformar numa confederação, embora mantendo sempre a perspectiva nacional [...]”.⁹⁷¹ Ora, quer uma federação quer uma confederação incluem no seu sistema político a perspectiva nacional – isto é, quando ela existe através do estado-nação (mais correto seria dizer a perspectiva estatal). Mas entre as duas, a que dá mais ênfase ao estado é, sem qualquer dúvida, a confederação. Esta declaração parece assim revelar uma perceção equívoca do conceito utilizado – confederação – cujo sentido que transparece na formulação de ideias da frase é o de federação. Noutra intervenção posterior, num discurso no congresso da Europa, em Haia, em 1988, o secretário-geral já parece ser favorável a uma evolução pela tónica federal:

“A Comunidade deve transformar-se em União Europeia. Todos os cidadãos devem ser admitidos a participar nas eleições europeias, segundo uma lei eleitoral única qualquer que seja o seu lugar de residência.’ É preciso, portanto, um Governo federal responsável perante o Parlamento Europeu e que ambos sejam dotados de todos os poderes necessários.’ Os Estados-membros ‘devem exercer em comum as suas soberanias dentro de um tal quadro e devem comprometer-se nesse sentido sem atraso. Na constituição da União Europeia eles devem dar ao Parlamento Europeu um mandato para que este tenha o papel decisivo’.”⁹⁷²

Avaliando esta declaração, a ideia de governo federal responsável perante o PE, induz-nos efetivamente a um sistema político de pendor federal, embora a síntese com que a proposta é apresentada não permita retirar conclusões fundamentadas.

Já sobre este tema, o sucessor Jorge Sampaio revela mais assertividade com o uso do termo confederação:

⁹⁷¹ “Vítor Constâncio coordena acção dos socialistas europeus.” *Acção Socialista*. Nº 439 (07.05.1987) p. 3.

⁹⁷² “Constâncio defendeu lei eleitoral europeia.” *Acção Socialista*. Nº 492 (12.05.1988) p. 12.

“Nesta óptica, as próximas conferências intergovernamentais têm de ser preparadas, conduzidas e finalizadas ‘de modo a formalizar a reforma dos tratados mediante um **Acto Único-bis**, combinando a lógica confederal com o aprofundamento de mecanismos comunitários legitimados democraticamente no exercício de poderes próprios.”

Mas não compartilha da lógica federal como evolução imediata das Comunidades, parecendo antes perfilhar da progressividade neofuncionalista, equilibrante das diversas forças da construção europeia:

“A construção europeia, foi acentuado na conferência de imprensa, ‘é um processo evolutivo iniciado há décadas, confirmado e ampliado com o Acto Único e, hoje em dia, em necessidade de aceleração quase unanimemente reconhecida [...]’ Caberá ao **Acto Único-bis** ‘garantir a convergência dos interesses dos Estados membros em torno de novas modalidades de funcionamento e de equilíbrio das instituições comunitárias [...]’⁹⁷³ [Negrito no original, sublinhado nosso].

Já na AR, Helena Torres Marques exige do governo e do PSD uma opinião acerca de propostas feitas pelo PE para a evolução da CEE rumo a uma “união política de tipo federal”, e da incumbência parlamentar para elaborar um texto base da constituição dessa união europeia. Mas a deputada socialista, que reclama um debate de fundo interpartidário sobre o tema, fica-se ela própria por este questionamento ao governo não emitindo a posição do PS⁹⁷⁴, apesar de fazer uso da clivagem intergovernamentalismo/federalismo para pressionar o governo. Esta estratégia de oposição é mais explicitamente utilizada pelo eurodeputado João Cravinho, em artigo de opinião, acusando o governo de ser favorável ao reforço dos poderes do Conselho mas contra o aumento dos do PE e da Comissão. Porém, Cravinho revela-se contra a federalização, pugnando antes por uma evolução equilibrada entre intergovernamentalidade e supranacionalidade: “Parece-me perfeitamente claro que a reforma das instituições deve saldar-se pelo aumento das áreas de intervenção do Conselho, do Parlamento Europeu e da Comissão, bem como dos próprios parlamentos nacionais.”⁹⁷⁵

António Guterres, enquanto deputado na AR, ainda antes de ser secretário-geral do partido, faz a mesma acusação ao governo - de pretender apenas o reforço da intergovernamentalidade, mas deixa bem claro que o PS rejeita a federalização da Europa: “Não nos resignamos ao simples reforço dos mecanismos de cooperação política no Conselho de Ministros das Comunidades, mas rejeitamos também o canto da sereia de um federalismo absoluto, no qual conviveriam diversas regiões e se anulariam os velhos Estados europeus.

⁹⁷³ “Portugal deve optar pelo ‘núcleo duro’ da CEE.” *Acção Socialista*. Nº 603 (28.06.1990) p. 1.

⁹⁷⁴ *DAR*. Nº 61 (04.04.1990) p. 2114. Cf. “Urge Debater a Europa.” *Acção Socialista*. Nº 592 (12.04.1990) p. 8.

⁹⁷⁵ CRAVINHO, João – “Estratégia Portuguesa.” *Acção Socialista*. Nº 604 (05.07.1990) p. 9.

[...]/ Somos uma pátria de oito séculos, não temos, felizmente, qualquer problema de identidade nacional. É por isso natural que vejamos a evolução europeia mais no sentido da criação de uma confederação de Estados soberanos do que no estabelecimento futuro de um único Estado federal.”⁹⁷⁶ [Sublinhado nosso].

Além da interpretação precária do termo confederação (uma vez que as Comunidades já estavam num patamar mais avançado do que a confederação), ressalta-se a clara rejeição do federalismo, tal como já era indiciado pelas anteriores intervenções de Jorge Sampaio e João Cravinho. A justificação, porém, residente no facto de a federação anular as especificidades estatais e nacionais, indicia algum desconhecimento sobre a filosofia política do federalismo. O socialista António Barreto vai mais longe. Além de ser contra a evolução federal das Comunidades, pois estas não dispõem de competência política que garanta aos cidadãos uma proteção dos direitos humanos e das minorias – considerando o estado-nação ainda o melhor garante destes direitos - revela-se mesmo contra a instauração da decisão por maioria no Conselho por contrariar o direito das minorias. Barreto manifesta-se acerrimamente crítico das CE, que considera “o menos europeu de todos os projetos possíveis.”⁹⁷⁷ As opiniões dos membros do partido revelam-se assim dissonantes. Se há quem assuma que o estado-nação ainda é válido na garantia de direitos, há quem invoque o argumento da inutilidade futura das suas prerrogativas de soberania para o futuro, como Almeida Santos.⁹⁷⁸

Noutro artigo de opinião, Vítor Constâncio, evidenciando agora um uso mais esclarecido de conceitos, defende o reforço da vertente supranacional das CE, mas com limites: “Não se trata de construir um Estado europeu ou uma federação, apesar de a vocação federal da CEE ser já hoje, mesmo antes de Maastricht, uma realidade com tradução em muitos pontos dos tratados que actualmente a regem. As nações europeias irão perdendo

⁹⁷⁶ *DAR*. Nº 87 (19.06.1990) p. 2954. Cf. “Um acordo de regime para a construção da Europa.” *Acção Socialista*. Nº 603 (28.06.1990) p. 9.

⁹⁷⁷ “A razão por que se não deve aceitar o estabelecimento da regra de voto maioritário na Comunidade é essencialmente esta: contraria o princípio da democraticidade dos sistemas políticos e atenta contra os direitos das minorias. É, além disso, um passo decisivo na direção da União Europeia, como primeira forma de um novo Estado. Ainda por cima, antes mesmo de ser União, já a Comunidade exhibe um longo rol de falhas, entorses e omissões às regras democráticas. Também por isso o voto maioritário deve ser recusado. / A oposição à União Política ou à criação de um estado supranacional não é um argumento contra a Europa. A ideia europeia pode, com efeito, ser realizada de diversas maneiras. A união dos Doze é mesmo, actualmente, o menos europeu de todos os projectos possíveis. Em contrapartida, o alargamento da Comunidade a outras nações europeias é, sem dúvida, a orientação mais fiel ao espírito europeu.” BARRETO, António – “A Europa e a soberania nacional.” *Acção Socialista*. Nº 667 (07.11.1991) p. 9.

⁹⁷⁸ “Compreendo a resistência da rotina à inovação, e daí a reação dos que animicamente moldados no quadro de um Estado-Soberano de modelo clássico, tendem a sobrepor os valores do presente e do passado à erupção de ideias e modelos portadores de futuro. [...] O modelo do Estado-nação, dotado de prerrogativas absolutas de soberania, com que o nosso país se identificava pertence ao passado.” “Continuar no ‘expresso’ europeu.” *Acção Socialista*. Nº 719 (19.11.1992) p. 9 (transcrição de discurso no parlamento).

aspectos de soberania em domínios que só uma certa dose de ilusão lhes permite considerar que ainda a possuem. Reconhecer os limites do Estado-nação e conter as afirmações nacionalistas que, no passado, conduziram a sucessivas tragédias europeias é essencial para a paz e estabilidade no continente.”⁹⁷⁹ Note-se que esta opinião, manifestada em 1991, está em discordância com a expressa em 1988 (antes analisada) a defender a evolução federal.

c) O federalismo nunca saído da gaveta!

Pelas análises anteriores, e pelas omissões em manifestos eleitorais e declarações de princípios do partido, concluímos que apesar de defender o reforço da supranacionalidade, o PS descarta a evolução das CE para uma federação. Esta é a posição oficial do partido, apesar de detetarmos, pontualmente, a existência de opiniões internas favoráveis ao federalismo, como é exemplo a moção apresentada por David Masseno ao 7º Congresso Nacional (1988), a propor que o PS aprovasse uma resolução para solicitar ao Conselho Europeu a promoção da “realização de referendos populares consultivos em todos os países sobre a criação dos Estados Unidos da Europa e atribuição de poderes constituintes ao PE.”⁹⁸⁰ A opinião do líder histórico Mário Soares vai também no sentido do federalismo:

“Quer dizer, uma Europa com uma finalidade federalista (não há que fugir à palavra nem ter medo dela), quer dizer uma Europa com instituições europeias, quer dizer uma Europa política, com a participação e o controlo dos cidadãos através de organismos e meios de intervenção efectivos. Temos de caminhar para uma Constituição Europeia, na qual estejam definidos os diferentes órgãos de poder e, simultaneamente, de controlo de poder e os direitos dos cidadãos europeus, por forma a assegurar uma verdadeira cidade europeia em termos efectivos. Se alguém for capaz, se alguém tiver força e coragem para levantar a bandeira, temos aqui realmente uma grande bandeira. Mas se quisermos uma Europa que não se sabe bem o que é, um espaço aberto não ainda para os cidadãos mas só para os capitais, um mero espaço livre-cambista, então isso não conduzirá a lado nenhum.” [...] A Europa está a ser conduzida por tecnocratas. É uma Europa tecnocrática, muito preocupada com as convergências monetaristas, mas que se esquece completamente das questões sociais, culturais e, sobretudo, das questões políticas que representam o cerne da construção europeia. Para que a Europa possa funcionar e não acabe por ser um desastre, para que o sistema monetário europeu não venha a entrar em

⁹⁷⁹ CONSTÂNCIO, Vítor - “Uma decepção com futuro.” *Acção Socialista*. Nº 672 (12.12.1991) p. 2.

⁹⁸⁰ MASSENO, David M - “Adesão do Partido Socialista à petição popular do Conselho Europeu pelos Estados Unidos da Europa.” *Acção Socialista*. Nº 473 (30.12.1987) p. XXII.

colapso, como muitos já profetizaram, só há um caminho – é avançarmos a sério na construção da Europa, com uma dimensão político-institucional incontornável.⁹⁸¹

Esta opinião de Mário Soares está em confluência com todo o pensamento que vinha desenvolvendo, e continua a desenvolver depois de deixar a liderança do partido, acerca do futuro da construção europeia (com exceção do período de governação, em que apaziguou a vertente idealista do seu pensamento). O fundador do PS já tinha insinuado durante o exílio a simpatia por uma Europa federalista, com contactos com os movimentos europeu e federalista, mas o tempo escasso e um certo adormecimento da ideia europeia nessa época não permitiram teorizações em torno do tema (conforme analisado antes). Elas começam a ser particularmente frequentes desde os finais dos anos 90, em que expressa pormenorizações sobre o modelo institucional e a representação democrática dessa pretensa federação.⁹⁸²

Já em 1990, Mário Soares, enquanto Presidente da República, manifesta-se “um intrépido defensor da constituição da união europeia e de um governo europeu emanado de um Parlamento com poderes alargados.”⁹⁸³ Mas, apesar de o PS utilizar a opinião presidencial para a contrapor ao governo PSD e exigir dele uma posição, o próprio partido não manifesta a sua ideia, revelando, por omissão, e por outras manifestações analisadas antes, não perfilhar dela. Muito embora estando na oposição, acaba por adotar uma atitude também pragmática e cautelosa relativamente à perda de controlo governamental sobre o processo de integração europeia – é, aliás, a mesma atitude adotada pelo próprio Soares enquanto presidiu ao partido e aos diversos governos constitucionais, sendo parco em ideias neste âmbito.

O PS acusa o governo de tecnocracia na condução dos assuntos europeus, de menosprezar a dimensão institucional e política das CE - o que tem fundamento, pois corresponde à tendência de governação de Cavaco Silva, numa primeira fase cético relativamente às CE, cauteloso, discreto e pragmático nas abordagens, e numa segunda fase otimista e entusiasta com as contrapartidas financeiras, reduzindo o projeto comunitário a uma perspetiva materialista.⁹⁸⁴ Mas se o PS poderia ter feito uma oposição compensadora do

⁹⁸¹ “A Esquerda e a Europa.” *Acção Socialista*. Nº 738 (01.04.1993) p. 7 (transcrição de entrevista veiculada no jornal *Público*, 28.03.1993).

⁹⁸² SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa. Pensamento e acção*. p. 34-37, 121-140; SEBASTIÃO, Dina – “Socialistas ibéricos e a unidade europeia no pós-guerra (1946-1974). p. 345-353; SEBASTIÃO, Dina – “Mário Soares e a Europa: retaguarda e horizonte.” *Debater a Europa*. Nº 11 (2014) p. 217-223 [Em linha]. [Consult. 1.11.2016]. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1647-6336_11_12.

⁹⁸³ Intervenção da deputada socialista Helena Torres Marques, na AR. *DAR*. Nº 61 (04.04.1990) p. 2114.

⁹⁸⁴ SOARES, António Goucha – “Portugal and the European Union: the ups and downs in 20 years of membership.” *Perspectives on European Politics and Society*. Nº 4 Vol. 8 (2007) p. 463-466. DOI: 10.1080/15705850701640835. Já depois da assinatura do TM, a preparação do Pacote Delors II e a materialização da coesão económica e social eram as prioridades da presidência portuguesa, exercida no

criticado reducionismo tecnocrático do governo face à Europa – fazendo jus ao seu manifesto paternalismo acerca da integração europeia de Portugal, e aproveitando algum conforto e desprendimento que o estatuto de oposição confere – não o faz. Não revela uma discussão e teorização internas suficientes que sejam o exemplo contrário das críticas que deixam ao governo. Afinal, o discurso socialista de 1986 a 1993 também se deixa absorver pela perspectiva económica – com dominância pelo tema dos fundos estruturais, aproveitando-os como reivindicação ao governo de contrapartidas solucionadoras dos efeitos negativos da integração e políticas europeias – deixando o debate em torno da ideia política de Europa reduzido ao mínimo. As declarações de princípios dos congressos e as moções apresentadas pelos secretários-gerais eleitos negligenciam esta abordagem.

Esgotado o simbolismo democrático da Europa como mobilizador de opiniões favoráveis à adesão, agora que a democracia portuguesa dá sinais de estabilidade, a ideia de democraticidade associada à UE dá lugar a uma dimensão economicista, centrada na concessão de fundos estruturais. A perspectiva é predominante no PS, na forma de reivindicação ao governo, como estratégia de oposição. É um discurso de fácil apreensão para o público face à complexidade político-institucional comunitária e, portanto, com maior retorno eleitoral. Assim, apesar de criticar o governo pela falta de opinião sobre a dimensão política da UE, o PS, apesar de utilizar a dicotomia intergovernamentalidade/supranacionalidade na retórica de oposição, não dá o exemplo de promoção de uma discussão profunda e alargada sobre esta dimensão no próprio interior do partido. Por um lado, porque o assunto pode ser internamente delicado, face à existência de opiniões diversas, por outro, porque o partido herda uma condição de parca propensão para a reflexão e debate políticos (como já abordado antes) e, por outro ainda, como já constatado, porque saído o cérebro histórico da ideia europeia (Mário Soares), as novas lideranças parecem não revelar atenção e consciência atempadas do papel estruturante da dimensão política da UE na reflexão e formação das posições socialistas sobre as políticas públicas nacionais e europeias.

O que nos preocupa nesta negligente receção política doméstica à Europa é que, findas as causas fáceis para a argumentação do discurso político - primeiro a causa democrática (pois a democracia dá sinais de consolidação), depois a causa economicista, leia-se dos fundos estruturais (pois o impacto da adesão, do grande mercado interno e da política monetária já recebeu como compensação dois generosos pacotes Delors), quando as UE

primeiro semestre de 1992. MAGONE, José – “A integração europeia e a construção da democracia portuguesa.” p. 145.

começar a dar sinal dos seus problemas estruturais, que se farão sentir, maioritariamente, em países com as características de Portugal, qual será a escapatória discursiva do PS? Ele, que parece cultivar, neste assunto, um défice democrático interno sobre as questões europeias, contribuiu também para um contínuo alheamento do eleitorado português sobre as questões europeias.⁹⁸⁵ Poderá, assim, ser facilmente condicionado pelas redes do populismo eurocético, que tenderá a fazer ascender partidos dos extremos ideológicos, classicamente com reservas relativamente à UE. Cremos, pois, que este cenário analisado, será útil para um estudo posterior do discurso e tendências políticas nacionais acerca da Europa.

3.3 Dirigismo espanhol e negligência portuguesa convergem na rejeição do federalismo (em jeito de conclusão)

Apesar de com uma relação diferenciada com a Europa após a IIGM, que se repercutiu na expressão das suas ideias acerca do futuro do projeto europeu, o PS e o PSOE terminam este período com a mesma postura relativamente à dimensão política da Europa do futuro. Ambos favoráveis ao reforço da supranacionalidade, no aumento de poderes do PE e da Comissão, e na legitimação democrática desta, mas ambos sem descuidar a permanência de uma vertente intergovernamental do poder comunitário como essencial para garantir a margem de defesa dos interesses nacionais. Em ambos os partidos denota-se algumas manifestações militantes no sentido de a construção europeia ir mais longe, tendente ao federalismo, mas a posição oficialmente assumida é a da rejeição imediata de um modelo federal para as Comunidades.

O caso do PSOE, que revela uma inflexão na sua ideia de Europa (recorde-se o exílio, com fervorosas clamações para uma federação europeia) explica-se pelo pragmatismo adotado no governo, por uma estratégia económica nacional muito assente em contrapartidas imediatas a retirar da CEE e, portanto, havia que manter a margem de manobra intergovernamental nas negociações. No caso do PS, não assistimos a grandes transformações, porque o partido nunca evidenciou uma fase de federalismo explicitamente

⁹⁸⁵ Tal situação contribuiu certamente para explicar os resultados do eurobarómetro sobre Portugal, em que se por um lado, a maioria dos portugueses considera que a adesão à UE trouxe benefícios a Portugal, por outro também é uma maioria que estar mal informada acerca da UE. LOBO, Marina Costa – “Atitudes dos portugueses perante a UE.” In ROYO, Sebastián (ed.) – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2005. p. 145, 146. Estes resultados revelam a visão instrumental sobre a Europa, coincidente com o predomínio do discurso do PS sobre os fundos estruturais, em prejuízo de um debate sobre a ideia política da unidade europeia.

proclamado. Revelou as suas simpatias para com o modelo durante o exílio, pela ação de Mário Soares, mas o tema não ocupou os discursos principais e manifestações do partido. Mesmo que o secretário-geral já tivesse essa convicção sedimentada no seu pensamento, no imediato pós-25 de Abril não a revela e mesmo depois de o PS encabeçar os primeiros governos constitucionais em democracia (em que luta pela adesão) subestima, para não dizer ignora, o debate sobre a ideia política para a Europa futura.

Que modelo político de Europa se pretendia aquando da adesão de Portugal e Espanha à CEE? O tema foi praticamente ignorado no debate político doméstico dos dois países, até à adesão, com quotas de responsabilidade dos socialistas, que foram governos durante este período. O assunto acabará por entrar na agenda política de Portugal e Espanha por imposição da própria construção europeia, a exigir posicionamentos para o TM. No caso espanhol, os debates parlamentares debatem mais profundamente o tema do que no português. Em Espanha, porque o governo é incitado pela oposição a demonstrar posições face a propostas para conceder poder constitucional ao PE, mas também porque o líder Felipe González revela um conhecimento do debate académico, maturidade e determinação de ideias que não se observa nos homólogos portugueses – à exceção de Mário Soares. O PS, face a um governo que não promove a reflexão e o debate político sobre o assunto, vai manifestando as suas posições mais focadas numa oposição simplista com base na dicotomia intergovernamental/supranacional do que em debater profundamente as implicações de um pendur intergovernamental e federal a médio/longo prazo, na estruturação das políticas comunitárias e nas consequências para um país da dimensão de Portugal.

Em Espanha, o líder socialista revela-se mais determinado, mais esclarecido, assertivo e profundo na forma como conduz o discurso e apresenta a sua ideia para a Europa do futuro. Esta clara determinação sobre o que pretende da união política marca não só a sua posição nos debates parlamentares, como imprimirá uma definição clara sobre o assunto no partido. Se registamos uma ou outra intervenção militante entre os socialistas espanhóis que concebe a evolução das CE para uma sistema federal, a orientação do partido é clara, notando-se a evolução do tema nas resoluções de congressos, de forma a contrariar contestações da oposição e controlar possíveis dispersões internas. Já para o PS, o assunto é secundário na gestão interna do debate político. Quer nas moções apresentadas a congresso pelos líderes eleitos, quer nas declarações de princípios do partido, o tema é menosprezado – geralmente, afirma-se a integração europeia como um dos vetores prioritários da política externa do país, sem se definir uma posição relativa à dimensão política da Europa do futuro. Isto explica também porque nas manifestações públicas o partido é mais simplista a abordar o tema, ou

por vezes mesmo contraditório, evidenciando-se mal entendidos sobre alguns conceitos e discursos paralelos nem sempre em consonância. O PS regista uma clara ausência de debate interno e conseqüente doutrinação sobre os temas europeus, nomeadamente no âmbito da ideia política.

Mesmo com estas nuances e com a diferença de um ser partido de governo e outro de oposição, os socialistas portugueses e espanhóis convergem numa evolução supranacional da Europa, contrabalançada pela intergovernamentalidade, renunciando assim ao federalismo. Não só assistimos ao “socialismo na gaveta”, como também ao “federalismo na gaveta”.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA INTERESSAM – NA EUROPA SEM ESQUECER A PENÍNSULA

1. Ante a perspectiva de uma Política Externa e de Segurança Comum: deambulando entre atlantismo e europeísmo

A necessidade de uma política de defesa comum esteve na génese dos projetos de construção europeia no pós-guerra. Foi alvo de aspirações ambiciosas, com a discussão e aprovação governamental de projetos federalistas, mas foi à margem da supranacionalidade que uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) para a Europa acabou por se desenvolver, permanecendo, mesmo com as alterações do TL, como um “feudo de pura intergovernamentalidade.”⁹⁸⁶

A ideia de defesa comum europeia é ainda anterior às guerras mundiais. A consciência sobre essa necessidade é despertada por duas percepções paralelas: a noção de um inimigo comum e a ameaça a um legado comum aos diferentes estados. Esta dialética está presente na fundamentação de alguns projetos de governação comum na Europa, como os de Pierre Dubois, no século XIV, de George von Podiebrad, rei da Boémia, no século XV, ou, mais tardiamente, com o Duque de Sully, no século XVII, a defenderem a união de estados para preservar o território europeu da cristandade. No século XX, a religião deixa de ser o fundamento das aspirações unitárias de governação na Europa, passando o pressuposto expansionismo soviético a ser o novo inimigo comum ao legado democrático ocidental. Mas é a noção de uma ameaça externa que continua a fundamentar a união e, particularmente, a necessidade de um sistema de defesa comum. Já os gregos, face à necessidade de combater o Império Persa que se aproximava do coração helénico, ultrapassaram divergências e rivalidades entre as suas cidades-estado para formar uma liga defensiva - levando à vitória grega sobre os persas, que contribuiu para a consolidação da ideia de Europa com a emergência dos binómios democracia/liberdade/ocidente *versus* autocracia/tiranía/oriente, ou Europa *versus* Ásia, que a literatura grega bem fundamenta⁹⁸⁷.

Embora com cambiantes ideológicas internas, no que se refere à sua dimensão geográfica (pois que a noção de Europa expande-se para depois se dividir em diferentes Europas, umas consideradas mais europeias do que outras), é o mesmo paradigma que impelirá a consciência dos diversos estados europeus para a união após a IIGM, motivando

⁹⁸⁶ SILVA, António M. da – *Sistema Político da União Europeia* [...] cit. p. 211.

⁹⁸⁷ PEREIRA, Maria Helena Rocha – *Les Fondements Classiques de l’Idée Européenne*. Coimbra: Humanitas, 1997. p. 31-36; Idem – *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 370-374. Cf. BOER, Pim den - “Europe to 1914: the making of an idea”. p. 16, 17; GUERRINA, Roberta – *Europe. History, ideas and ideologies*. London: Oxford University Press, 2002. p. 16-19.

alguns projetos no âmbito da defesa comum. É assim que, em 1948, cinco países (Reino Unido, França e os três do Benelux) assinam o Tratado de Bruxelas, criando a União Ocidental (UO) como organização intergovernamental de segurança comum, uma extensão do que já havia sido o Tratado de Dunquerque, assinado um ano antes entre franceses e ingleses. Mas, face à sua inércia, ineficácia orgânica e debilidade operacional, os cinco de Bruxelas constatam a sua incapacidade para garantir uma defesa eficaz da Europa ocidental face ao bloco soviético que se adensava. Eis que a sugestão inglesa, de convidar os EUA para auxiliar os europeus nesta vontade comum, se encontra com a aspiração norteamericana, que encarava a Europa como a *zona tampão* para manter Washington incólume face ao possível avanço comunista. Um casamento de necessidades que se materializa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), formalizada com a assinatura do Tratado de Washington, em 1949, que junta o Canadá e os EUA aos cinco da UO, mais a Islândia, a Itália, a Dinamarca, Portugal e a Noruega.

Os europeus continuavam a tentar a união no âmbito da defesa através de outros fundamentos, já despidos da esperança de incluir o Reino Unido, imbuídos de otimismo com o sucesso da CECA, levados pela pretensão de uma certa Europa neutral (capaz de exercer um papel de contrabalanço e promotor da futura dissolução do sistema internacional bipolar) e entre algumas aspirações a uma defesa comum autónoma dos EUA – de cujo governo se previa um decréscimo de interesse pela defesa da Europa ocidental assim que desaparecesse a ameaça soviética. Foi, sobretudo, a necessidade de responder à pressão norteamericana para o rearmamento da Alemanha ocidental, ao que a França levantava profundas objeções, que levou o próprio governo de Paris a propor a Comunidade Europeia de Defesa (CED), que possibilitaria um rearmamento alemão coletivamente controlado. Os seis da CECA assinaram assim o projeto da CED, que assentava na previsão de um exército comum que responderia a um sistema político federal, a ser edificado pela Comunidade Política Europeia, que também absorveria as competências da CECA. Mas se a proposta da CED proveio dos franceses, a sua morte é igualmente ditada por Paris. As divisões políticas, partidárias mesmo, ditadas pelo antigermanismo que a CECA ainda não tinha dissipado de todo, levaram à inviabilização da ratificação do tratado na assembleia nacional francesa⁹⁸⁸. A morte do projeto e a necessidade de integrar a RFA e a Itália, já parceiros comunitários, na estrutura de defesa europeia já existente, levou, pela inclusão daqueles, à transformação da UO em União da Europa Ocidental (UEO), organização que ficará em hibernação mediante a capacidade operacional

⁹⁸⁸ Cf. GERBET, Pierre – *La Construction de l'Europe*. Paris: Imprimerie Nationale, 1983. p. 145-181.

da OTAN. A morte da CED manterá assim o futuro da defesa europeia refém, por um lado, das capacidades materiais que os EUA garantiam e, por outro, da diferenciação dos interesses geoestratégicos nacionais na Europa, que acabam por se acomodam à aliança atlântica.

A década de 60 trouxe ainda as tentativas de De Gaulle, com o falhado Plano Fouchet, para criar uma comunidade confederal europeia, que fosse capaz de, simultaneamente, ser uma alternativa intergovernamental ao método comunitário de Roma e uma entidade com atuação em termos de política externa comum independente dos EUA - mas a refletir as pretensões de uma liderança francesa da Europa⁹⁸⁹. Só a partir de 1969, com a realização da Cimeira da Haia, que discute o relançamento das Comunidades, é que assistiremos a passos precursores de uma PESC. Em 1970, os parceiros comunitários criam a CPE – um acordo à margem da estrutura formal dos tratados comunitários, que compromete os estados a reunirem-se para concertar “posições comuns” em termos de política internacional, que, embora não vinculativas, responsabilizavam os governos a não tomar ações contrárias. O AUE vem institucionalizar esta espécie de *acordo de cavalheiros*, dando uma configuração formal à CPE, embora a sua fórmula de decisão permanecesse arredada da comunitarização, com a decisão dependente unicamente do Conselho, excluindo os outros dois órgãos do exercício dos seus papéis comunitários. A incrementar a intergovernamentalização da CPE estava ainda a unanimidade como regra de decisão, embora com a possibilidade de abstenção positiva⁹⁹⁰.

Os acontecimentos dos finais dos anos 80 na Europa levarão à criação de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) europeia, ainda que esta se revele mais formal do que operativa. Se a Guerra Fria foi impulsionadora da integração comunitária, o fim do sistema bipolar vai ser o propulsor do seu aprofundamento. A queda do Muro de Berlim, o desmoronamento da URSS, a reunificação alemã e o surgimento de novos estados a leste, exigirão uma resposta sólida dos parceiros europeus e uma Comunidade com laços institucionais e mecanismos políticos mais profundos que garantam a permanência de uma Alemanha europeia. Lançar-se-á, assim, a CIG para a união política, que, entre outros temas, discutirá a criação de uma política externa ao nível europeu, o que resultará na institucionalização da PESC como o segundo pilar do TM – distinto do primeiro, que engloba os assuntos comunitários. Significa isto que, apesar do aparato formal, a intergovernamentalidade nuclear da antiga CPE permanece, não sendo a PESC incluída no

⁹⁸⁹ SILVA, António M. da - *História da Unificação Europeia* [...] cit. p. 122-133; OLIVI, Bino – Ob. cit. p. 69-74. Cf. MAILLARD, Pierre – *De Gaulle et l'Europe. Entre la nation et Maastricht*. Paris: Éditions Tallandier, 1995. p. 191-214.

⁹⁹⁰ HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 311.

leque dos domínios comunitários, sujeitos ao método de decisão triangular. A Comissão é excluída do seu direito de iniciativa, embora seja associada ao processo, e o PE da participação na decisão, embora tenha de ser consultado⁹⁹¹.

A PESC fica protegida pela fortaleza intergovernamental ao mais alto nível. Os seus instrumentos políticos, as “posições comuns” e as “ações comuns”, são decididos pelo Conselho por unanimidade ou maioria qualificada⁹⁹², sendo que as “ações comuns” só podem ser adotadas depois de o Conselho Europeu o autorizar. O Tratado de Amesterdão cria mais um instrumento político, “as estratégias comuns” – uma série de objetivos e respetiva definição de meios, planos gerais e calendários (para servir de orientação à tomada de “posições comuns”), estabelecidas pelo Conselho Europeu, reforçando-se assim a vertente intergovernamental. Cria ainda o cargo de Alto Representante para a PESC, para auxílio, aconselhamento e execução da política, uma espécie de secretário confinado às decisões emanadas do Conselho. O TL trouxe algumas inovações, como a criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (ARUNEPS), que funde o cargo homólogo anterior com o de Comissário das Relações Externas. Tem direito de iniciativa, preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros e tem funções executivas, apoiado no serviço diplomático que o Tratado também criou – o Serviço Europeu de Ação Externa. Houve ainda alterações de designação nos instrumentos políticos da PESC, mas o fluxo de poder permanece o mesmo, emanado do Conselho Europeu para o Conselho e deste para a execução por parte do ARUNEPS e/ou dos estados-membros⁹⁹³. Apesar das inovações operativas, a intergovernamentalidade e a unanimidade mantêm-se como basilares na decisão da PESC, com a Comissão, o PE e o TJUE a continuar arredados das suas habituais competências comunitárias.

Ora, o busílis da questão está na diversidade de interesses geoestratégicos dos estados europeus que, para os salvaguardar, só têm como alternativa concordar com uma política que lhes garantisse o direito de veto nas decisões e o exercício paralelo das suas políticas externas nacionais. A variedade geopolítica dos países europeus arrasta-se também à criação de uma política comum de defesa, prevista no TM como derivada da PESC. Aqui, o principal entrave prende-se com a divisão entre atlantistas – que desejam a continuação de uma defesa europeia agregada à OTAN – e europeístas, que defendem a autonomia da UE nesta matéria. Para

⁹⁹¹ GIEGERICH, Bastian, WALLACE, William – “Foreign and Security Policy. Civilian power Europe and American Leadership.” In WALLACE, Helen et al. (ed.) - *Policy Making in the European Union 6th edition*. p. 435.

⁹⁹² Só podem ser decididas por maioria qualificada depois de o Conselho autorizar, por unanimidade, que a decisão possa ser tomada por maioria qualificada. HIX, Simon, BJORN, Hoyland - Ob. cit. p. 312.

⁹⁹³ SILVA, António M. da – *Sistema Político da União Europeia* [...] cit. p. 209-213.

ultrapassar o impasse gerado pela divisão, e *à boa maneira* da integração europeia, chuta-se o problema para a frente, inscrevendo-se no tratado a previsão da criação de uma defesa comum, considerando-se a UEO um meio privilegiado para essa discussão, em articulação com a UE, mas condicionando uma tal evolução ao objetivo de reforço do pilar europeu na Aliança Atlântica⁹⁹⁴ – acautelando-se assim os temores dos países atlantistas, com o RU à cabeça.

Será, mais uma vez, a pressão da realidade sobre as incapacidades institucionais comunitárias que obrigará a consciência política a fazer avanços, de modo a criar uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Vários acontecimentos nos anos 90 contribuem para isso, desde a Guerra do Golfo, em 1990 e 1991, para a qual a Europa não conseguiu dar uma resposta concertada, até à turbulência no próprio continente, na sequência do desmembramento da ex-Jugoslávia, do que resulta a instabilidade dos Balcãs, primeiro na Bósnia e depois no Kosovo, a partir de 1992 e 1998, respetivamente, com os EUA, através da OTAN, a liderar as intervenções militares realizadas. A frustração pela incapacidade da UE atuar na sua própria casa, a surpresa do RU com a baixa capacidade de mobilização de tropas dos estados europeus e a sua frustração com a tendência unilateralista norteamericana das intervenções leva a uma aproximação de Londres e Paris (que antes divergiam no tema) ao concordarem, na Declaração de Saint-Malo, em 1998, com a extrema necessidade de capacitar a Europa para uma atuação autónoma no domínio da defesa. O Tratado de Amsterdão, assinado um ano antes, já atribuía ao Conselho Europeu a competência para delinear e implementar políticas comuns de defesa (com a ressalva de que não deveriam comprometer a relação com a OTAN), ao mesmo tempo que incorpora as missões de Petersberg⁹⁹⁵ como objetivo da UE.

É no ano seguinte que se dão os passos decisivos. O Conselho Europeu de Colónia estabelece o objetivo de criar uma PESD, com a intenção de fundir o âmbito de atuação da UEO com a UE e dotar esta de capacidades necessárias para uma defesa comum. No final desse ano, em Helsínquia, este órgão decide a criação de uma Força Europeia de Reação

⁹⁹⁴ KEUKELEIRE, Stephan – “European Security and Defence Policy: from taboo to a spearhead of EU Foreign Policy”. In BINDI, Federiga (ed.) – *The Foreign Policy of the European Union. Assessing Europe’s role in the world*. Washington: Brookings Institution Press, 2010. p. 54, 55; HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 313; NUGENT, Neil – Ob. cit. p. 380.

⁹⁹⁵ As missões de Petersberg foram criadas na sequência da Declaração de Petersberg, em 1992, no âmbito da UEO, no sentido de reforçar o papel operacional desta organização. Estabelece-se que, além da incumbência de defesa coletiva no âmbito da NATO (artigo 5 do Tratado de Washington), e atuando em concordância com ela, os estados membros da UEO podem mobilizar conjuntamente as suas forças armadas para ações humanitárias e de salvamento, operações de manutenção de paz e combate com vista à gestão de crises. GIEGERICH, Bastian, WALLACE, William – Ob. cit. p. 436.

Rápida, com capacidade de mobilização de 60 mil tropas em 60 dias, a ficar operacional até 2003, além de outros organismos de orientação política e estratégica de operações militares.⁹⁹⁶ O Tratado de Nice vem incorporar estas novas disposições da PESC, conferindo assim à UE uma dimensão militar, esvaziando o papel da UEO neste domínio. Já em 2004, a UE reformula as suas provisões para uma operacionalização mais rápida, introduzindo o conceito de *battle groups* – unidades de 1500 tropas, capazes de serem mobilizadas entre cinco a dez dias e com autonomia de 30 a 120. Constituídas a partir das cedências de capacidades nacionais, estas unidades ficaram operacionais a partir de 2007. Dava-se, assim, cada vez mais consistência à PESC, que no TL vem a ser institucionalizada sob a nova designação de Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)⁹⁹⁷. Com a inclusão das cláusulas de defesa e solidariedade mútuas, este tratado reforça ainda o comprometimento de segurança coletiva entre os estados-membros. Porém, a atuação da UE no âmbito da PCSD têm ficado restrita aos objetivos das missões de Petersberg, com “ações fundamentalmente de baixa intensidade, deixando as operações militares de média e grande intensidade à OTAN e/ou a alguns dos seus Estados-membros.”⁹⁹⁸

A UE tem assegurado algumas missões no âmbito humanitário e de estabilização de conflitos. Entre 2003 e 2009, ao abrigo das capacidades previstas na PCSD, a UE realizou 23 missões na Europa, Ásia, África, Médio Oriente e Cáucaso.⁹⁹⁹ Mas além desta demonstração prática da PESC, nas grandes crises político-militares internacionais, a UE tem revelado uma profunda falta de coesão política, como aconteceu na Guerra do Iraque, em 2003 ou, como há pouco tempo, relativamente à invasão da Crimeia, na Ucrânia, pela Rússia – deixando evidenciar, uma vez mais, os EUA na liderança diplomática e militar. Apesar de ter vindo a dotar-se de capacidade operacional, o *calcanhar de Aquiles* da PESC continua a ser a sua base de decisão, a persistir na intergovernamentalidade e unanimidade, fórmula possível de os estados continuarem a assegurar a prevalência plena dos seus interesses nesta matéria. Entre as principais causas que têm impedido uma supranacionalização da PESC estão: o facto de a UE não ser um território nacional, mas antes composto por vários e diferentes interesses nacionais, sedimentados numa geografia diversa e conseqüentemente interesses geoestratégicos díspares; a existência de grandes estados, incapazes de assumir o fim de um estatuto histórico de potência europeia com um papel preponderante a desempenhar na

⁹⁹⁶ Como o Comité Político e de Segurança e o Comité Militar da UE. KEUKELEIRE, Stephan – Ob. cit. p. 56; GIEGERICH, Bastian, WALLACE, William – Ob. cit. p. 438; HIX, Simon, BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 315.

⁹⁹⁷ LEITÃO, Augusto Rogério – “Europa da Defesa: realidades e enigmas”. *Janus*. 2013. p. 162.

⁹⁹⁸ *Idem, ibidem*.

⁹⁹⁹ KEUKELEIRE, Stephan – Ob. cit. p. 59, 60.

política mundial¹⁰⁰⁰; histórias nacionais que sedimentaram relações particulares de alguns estados com outros continentes; estados com uma tradição neutralista; além de diferenças entre as capacidades militares e concepções de operacionalização da defesa.

O progresso da história tem-se encarregado de apelar à consciência política dos líderes europeus para a necessidade de uma defesa autónoma. O fim da Guerra Fria, os conflitos nos Balcãs, a recente invasão da Crimeia pela Rússia têm sido contínuos alertas de que, apesar de uma União em contínuo alargamento, a Europa não está livre da mesma ganância de poder que levou às duas guerras mundiais e de que os EUA podem não ser um parceiro em permanente consonância com os interesses europeus. Já os pais fundadores, ao fundamentaram a necessidade da CED, alertavam para isso. E, atualmente (final de 2016), a incógnita do futuro tornou-se bem evidente com o resultado inesperado das eleições norte-americanas. O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e vários líderes nacionais¹⁰⁰¹ mostram inquietação com a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais norte-americanas e a sua posição futura face à OTAN, já que, enquanto candidato, Trump manifestou vontade de abandono da organização. Para não falar de todo o mar de interrogações da futura política externa da Casa Branca relativamente à Rússia e ao Médio Oriente, que poderá *colocar em xeque* a segurança da Europa e o seu papel internacional. O futuro poderá ditar um avanço ou uma estagnação mascarada de alterações institucionais, como tem sido ao longo da história da ideia de política externa comum na construção europeia. Apesar do reconhecimento da necessidade, as lideranças europeias não têm conseguido libertar-se da aura do estado-nação no domínio da política externa, iludindo-se com aparatos institucionais que demonstram a sua fragilidade nas alturas em que os europeus mais necessitam de uma Europa realmente unida.

Ora, como se posicionaram os socialistas ibéricos face a todas estas questões? Portugal e Espanha conjugam duas especificidades geográficas na UE – além de serem países do sul, são os mais ocidentais da Europa. Cultivam particulares ligações políticas, advindas da sua historicidade, com a América Latina e África. Que posição defendem relativamente à

¹⁰⁰⁰ NUGENT, Neil – Ob. cit. p. 377.

¹⁰⁰¹ “EU’s Juncker demands clarity from trump on trade, climate, NATO”. *Reuters* (10.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.reuters.com/article/us-eu-juncker-idUSKBN13512L> >; “EU’s Juncker wants clarity from Trump on trade, climate, NATO”. *Business Insider* (10.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.businessinsider.com/r-eus-juncker-wants-clarity-from-trump-on-trade-climate-nato-2016-11> >; “Pour Hollande, la victoire de Trump ‘ouvre une période de incertitude’”. *Le Monde* (09.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW: < http://www.lemonde.fr/elections-americaaines/article/2016/11/09/avant-meme-les-resultats-officiels-marine-le-pen-felicite-trump_5027821_829254.html >; “La mise en garde d’Angela Merkel à Donald Trump”. *Le Monde* (10.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW: < http://www.lemonde.fr/elections-americaaines/article/2016/11/10/la-mise-en-garde-d-angela-merkel-a-donald-trump_5028703_829254.html >.

noção de uma PESC? E como enquadraram a OTAN nesse âmbito? Partimos para esta análise atentos não só às particularidades históricas e geográficas da Península Ibérica, mas tendo também como pano de fundo um discurso profundamente europeísta dos dois partidos, iniciado e afirmado na transição democrática, com a aspiração de consolidação das jovens democracias, e mesmo já com os países como estados-membros, num apoio manifesto e quase incondicional (excetuando a reclamação da contrapartida dos fundos estruturais) ao aprofundamento do AUE e TM - conforme analisámos ao longo de toda a segunda parte deste trabalho. Ora, considerando esta dimensão europeísta do discurso do PS e do PSOE, em conjunto com a vertente atlântica dos dois países, não se antevê uma conjugação fácil das duas perspetivas, europeia e atlântica, no âmbito das discussões sobre a PESC. Será que os socialistas ibéricos contribuíram para a construção desta política externa europeia ilusória que existe ou a contrariaram com uma visão supranacional? Para tentar responder, atentemos à análise seguinte.

1.1 PSOE: de um idealismo quase neutralista a um ideal de defesa europeia

Durante o exílio, como já analisado na segunda parte deste trabalho, o PSOE professa uma ideia federalista para a construção europeia, concebendo a participação da futura Espanha democrática num projeto de união europeia. Relativamente à defesa europeia, os socialistas no exílio, através da documentação que foi possível analisar, não são expansivos em reflexões (já que a partir da década de 50, quando é criada a CED, decaí fortemente o debate sobre a construção europeia no jornal oficial do partido), havendo, no entanto, algumas referências acerca da assinatura do Tratado de Washington que cria a OTAN. Neste domínio, a opinião não difere da relativa à unidade europeia.

Indalecio Prieto elogia a criação da organização e congratula-se pelo facto de Espanha não ter sido convidada – consolidando-se assim o isolamento de Franco. Mas, após restabelecida a democracia no país, o socialista defende a sua adesão às organizações europeias e ocidentais que emergiam nos anos pós-guerra, no que se incluía a OTAN: “[...] lógicamente procede a incorporar España a ese Pacto del Atlántico. Lo exige su situación geográfica y lo aconseja la Comunidad de ideales pacifistas.” Esta declaração está em concordância com a posição favorável à UO que o partido define no congresso de 1948, em

Toulouse.¹⁰⁰² Enquadra-se, ainda, num idealismo universalista veiculado pelo partido, via para um pacifismo internacional. A Aliança Atlântica é vista como uma etapa para uma organização mais lata: “El Pacto del Atlántico – más exactamente del Atlántico norte – engarzado con el de Rio de Janeiro y sumado a ellos el Commonwealth, casi resuelve el problema de la paz. ¿Por qué? Porque no habrá guerra posible contra esas tres alianzas, fundidas en una alianza colosal.”¹⁰⁰³

Prieto considera o Atlântico uma força de atração intercontinental, via para a constituição de uma federação, que implicaria uma cidadania comum, tendente ao pacifismo mundial. “Consiguientemente, el Pacto del Atlántico, reducido a una alianza militar, se reputa paso importante hacia tal unión, pero insuficiente para afianzar de modo simultáneo la paz y la prosperidad económica.”¹⁰⁰⁴ Este pendor idealista e universalista em torno da OTAN é comum ao idealismo manifestado acerca das primeiras organizações europeias criadas, embora a reflexão do PSOE sobre a organização atlântica seja escassa no jornal.

Porém, pode concluir-se que o partido reforça assim a sua opinião favorável à ocidentalização de Espanha, refutando a neutralidade histórica que o país professava na política externa, para afirmar a participação do país na construção de uma Europa ocidental capaz de resistir e combater o comunismo soviético - “Pero, la neutralidad española solo puede cambiar bajo instituciones libres, capaces de sentirse solidarias con las naciones democráticas del Occidente; con un Parlamento libre, con una prensa libre [...]”¹⁰⁰⁵

Mas se na política europeia registamos uma continuidade do partido depois do fim da ditadura, no caso da OTAN observa-se uma rutura de posições. A alteração na liderança do

¹⁰⁰² “El Partido Socialista Obrero Español en el exilio, reunido en Toulouse a fines de marzo de 1948, declaró, por voto unánime, que ‘amante de la independencia de todas las naciones, viendo en peligro la de los pueblos de Europa por acción absorbente del imperialismo ruso que, para quebrantar esa independencia, utiliza como instrumento a los partidos comunistas, realizará cuantos esfuerzos estén a su alcance para incorporar a España a la Unión de Europa Occidental que ahora se esboza, incluso si llegara a adquirir forma federativa, siempre que su constitución se inspire en el respecto a la autonomía de los Estados miembros, de manera que no se estorbe el progreso social de que sea capaz de cada uno de ellos y con el requisito indispensable a todos de tener plenamente asegurados los derechos individuales con objeto de que esta agrupación internacional lo sea de pueblos auténticamente libres, en la cual encuentren su base y su modelo los futuros Estados Unidos de Europa y más tarde, la Confederación Mundial a que aspira el socialismo para garantizar de modo efectivo la paz y cimentar en ella la igualdad de todos los hombres.’” PRIETO, Indalecio – “España en el Pacto del Atlántico”. *El Socialista*. Nº 5447 (13.01.1949) p. 1.

¹⁰⁰³ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁰⁴ PRIETO, Indalecio – “La ciudadanía Atlántica”. *El Socialista*. Nº 5469 (16.06.1949) p. 1.

¹⁰⁰⁵ ARAQUISTÁIN, Luis – “España y el Pacto del Atlántico”. *El Socialista*. Nº 5463 (05.05.1949) p. 3. Luis Araquistáin foi membro executivo do PSOE, deputado e exerceu cargos executivos quando o partido governou. Na II República, foi subsecretário do Ministério do Trabalho e embaixador de Espanha em Berlim. Foi membro do Comité Nacional e do Comité Diretor do PSOE no exílio, pela Inglaterra. *Diccionario Biográfico del Socialismo Español* [Em linha]. [Consult. 12.11.2016]. Disponível em WWW: <http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/1723_arauquistain-quevedo-calderon-luis>.

partido, consumada em 1974, levará a essa mudança. Nos finais da década de 60 e inícios de 70, o partido no exílio sentiu a agitação incutida pela ala jovem do interior, que veio a contestar o domínio dos veteranos do exílio e disputar a direção do partido. O caso levou à divisão entre PSOE histórico e PSOE renovador, com este a triunfar e Felipe González a assumir a liderança do PSOE, conforme explanado na primeira parte. Estas transformações organizativas, aliadas à evolução estrutural política do país com a morte de Franco, repercutir-se-ão numa alteração da posição socialista relativamente à OTAN.

a) Mesmo no conforto da oposição, a dificuldade de conciliar um discurso europeísta com uma posição antiatlantista

Apesar de a posição que o PSOE assume sobre a OTAN durante a transição democrática ser um tema já estudado pela comunidade académica, é essencial abordá-lo aqui, para o conjugarmos com a posterior análise do partido face à PESC. Com efeito, cruzaremos as nossas fontes de análise com outras perspetivas académicas sobre o tema, de modo a contribuir também para novas dimensões de interpretação desta posição partidária e integrá-las no objetivo lato deste capítulo.

Conforme diz Álvarez-Miranda, se no período compreendido entre 1948 e 1967 o partido tinha aceitado explicitamente a Aliança, que entendia como elemento deslegitimador do franquismo, a renovação que se abre nos anos 70, leva ao início de uma linha antiatlantista.¹⁰⁰⁶ Já no congresso de 1974, o PSOE manifestara-se hostil a qualquer imperialismo, à divisão do mundo em zonas de influência, opondo-se à existência de blocos militares¹⁰⁰⁷. É o início de uma trajetória de oposição à adesão à OTAN, para professar um *quase neutralismo* (posteriormente a ser clarificada), decorrente das condições ideológicas internas no partido e da sua estratégia eleitoral.

Em 1976, no 27º Congresso, o primeiro em território nacional depois da ditadura, afirma-se a opção pela neutralidade em termos de política de defesa - “la más estricta neutralidad”¹⁰⁰⁸, pois só ela permite o desprendimento necessário dos dois blocos para construir o socialismo democrático em Espanha, chegando mesmo a sugerir-se “una relación permanente con el movimiento de los países no alineados”¹⁰⁰⁹. A posição está em consonância com a índole socialista conservadora que nestes primeiros anos de transição democrática

¹⁰⁰⁶ ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 287.

¹⁰⁰⁷ PSOE (1974) - “Resoluciones del XIII Congreso del PSOE. Suresnes, Octubre.” Documento del partido. Cit. in *Idem, ibidem*, p. 286, 287.

¹⁰⁰⁸ “Ponencias PSOE XXVII Congreso”. *El Socialista*. Nº 1 (01.02.1977) p. 4.

¹⁰⁰⁹ “Crónica del Congreso.” *El Socialista*. Nº 4 (08.12.1976) p. 5.

domina o partido, mas reflete também a preferência por uma defesa articulada com os países europeus.¹⁰¹⁰ Até 1982, ano de vitória eleitoral legislativa, o partido empenha-se na fundamentação da recusa da OTAN, explorando eleitoralmente o tema.

Após o final da ditadura, o governo espanhol nomeado para a transição enceta aproximações com os EUA, assinando um acordo bilateral em 1976 no âmbito da cooperação em termos de defesa, manifestando já o desejo de Espanha aderir à Aliança Atlântica. É em 1981, já com um governo eleito democraticamente, presidido por Leopoldo Calvo Sotelo (que sucedera a Adolfo Suárez) da UCD, que Espanha pede a adesão à Organização, assinando o acordo no ano seguinte. Madrid invertia assim o estado de exclusão das alianças ocidentais, expressão do isolamento a que o regime franquista tinha sido votado nos primeiros anos do pós-guerra. Apesar da neutralidade assumida na IIGM, as movimentações dúbias de Franco não levaram o ocidente a revelar a mesma cumplicidade que tivera para com Portugal (que adotara uma atitude colaborante com os aliados no desfecho da guerra). Não obstante a inicial declarada neutralidade, Franco chega a propor entrar na guerra em ajuda ao Eixo, quando este se aproximava do território espanhol, em troca de concessões territoriais em zonas da África mediterrânica, mudando a sua posição de neutralidade para não beligerância. Mas assim que os aliados reconquistam o norte de África e se inverte a posição de poder no conflito, Franco reafirma a neutralidade e aproxima-se destes, colaborando até na receção a refugiados do regime nazi.¹⁰¹¹ A tentativa de, no final da guerra, evitar o isolamento não resultou. Os europeus opuseram-se terminantemente à integração de Espanha nas organizações internacionais então criadas, contrariando o interesse geoestratégico dos EUA para que Madrid fizesse parte da OTAN.

Depois da ditadura, a decisão de pedir a adesão à OTAN foi controversa, talvez a “mais controversa”¹⁰¹² da transição, quebrando o consenso político interno que se registara relativamente à política externa. Madrid respondia aos interesses dos EUA e dos aliados, pois o Atlântico e o Mediterrâneo eram importantes zonas de controlo de passagem de frotas soviéticas. O interesse dos EUA no ingresso de Espanha aumentava pelo facto de a França ter decidido a saída da estrutura militar da OTAN (no seguimento dos episódios de De Gaulle nas

¹⁰¹⁰ “2. Creación progresiva de una tercera fuerza militar real entre países que se encuentran en vías de constituir un socialismo democrático.” *Ibidem*.

¹⁰¹¹ POLLACK, Benny, HUNTER, Graham – *The Paradox of Spanish Foreign Policy. Spain's International Relations from Franco to Democracy*. London: Pinter Publishers, 1987. p. 4-13.

¹⁰¹² STORY, Jonathan – “Spain's external relations redefined: 1975-89”. Cit. p. 37.

Comunidades), pois permitia recuperar o controlo do flanco sul da zona mais ocidental da Europa¹⁰¹³.

Para o governo espanhol, a entrada na OTAN não era uma prioridade, como era encarada a adesão à CEE, pelo que o processo resultou mais da pressão internacional do que da perceção interna. Mas a UCD via a entrada na OTAN como estratégica para fazer aliados nas negociações para a adesão comunitária.¹⁰¹⁴ Outro dos argumentos fortes era o contributo para a profissionalização das forças armadas espanholas, combatendo a sua tendência de politização¹⁰¹⁵, do que se temia a realização de um golpe. Neste aspeto, a UCD contrariava a continuação da neutralidade espanhola.

A decisão tornou-se particularmente polémica com a oposição do PSOE e do PCE, que negam a relação com a adesão à CEE. No parlamento, Felipe González considera que aderir à OTAN é contrariar os esforços para a paz e a distensão internacional, alegando o comprometimento da independência da política externa de Espanha¹⁰¹⁶. Esta posição manter-se-á explícita até 1982, nas resoluções de congressos, com a defesa de um *quase neutralismo* espanhol nos manifestos eleitorais de 1979 e 1982.¹⁰¹⁷ As razões desta posição prendiam-se, por um lado, com questões internas, de um partido ainda muito imbuído de um socialismo

¹⁰¹³ PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 41, 42.

¹⁰¹⁴ Em 1978, o presidente do governo Adolfo Suárez havia declarado que a adesão à OTAN não era uma prioridade, pelo que o anúncio do governo da UCD, em 1980, sobre as intenções de pedido de adesão, provocou surpresa na opinião pública e divisão entre os partidos da oposição – quebrando-se o consenso até aí existente relativamente à política externa. A questão era que a evolução das negociações para a CEE indiciava que a integração na Aliança era importante para receber apoios europeus que contrariassem a forte oposição de França, liderada por Giscard d’Estaing, contra o alargamento. Entre alguma indecisão, Suárez foi adiando o pedido formal, com o governo ocupado também em estabelecer contactos com os países neutralistas e de terceiro-mundo e preocupado com as divisões partidárias que surgiram. É o sucessor Calvo Sotelo que irá realizar o pedido formal, correspondendo às pressões externas e utilizando-o como tática para enfraquecer a intransigência de Giscard d’Estaing. Cf. PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 150-87. Note-se que a França liderava a prevalência dos interesses nacionais, nomeadamente nas questões da PAC, como grande obstáculo ao avanço das negociações para o alargamento ibérico, nomeadamente contra a concorrência da Espanha. MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo – “La Península Ibérica: un difícil camino hacia a integración europea.” p. 38-43.

¹⁰¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 45, 46.

¹⁰¹⁶ [...] [N]uestro no a la entrada del Atlántico Norte, nuestro rechazo a que España se comprometa, cuando ha salido siempre de ese compromiso a lo largo de su Historia y en todos los avatares de ella, con ningún tipo de bloque militar que condicione su independencia, que condicione su capacidad de maniobra en el campo de las relaciones internacionales [...]. Nosotros juzgamos que la política de fortalecimiento de uno de los bloques militares es exactamente la política opuesta a la distensión y a la paz mundial [...]. *DS*. Nº 3 (30.03.1977) p. 114, 115.

¹⁰¹⁷ Nas eleições de 1979, o PSOE faz campanha com o tema, proclamando que quer evitar a satelização de Espanha e manter a autonomia do país no mundo ocidental. “El PSOE se opone a la vinculación de España a ninguno de los bloques militares, por suponer una limitación de nuestra independencia y soberanía nacional.” PSOE – “Programa. Elecciones 79.” 1979. p. 16, 17. No programa eleitoral de 1982, mantém essa ideia de um quase neutralismo. “El gobierno trabajará para lograr un mayor techo de autonomía para España, desvinculándola progresivamente en el plano militar del Bloque del Atlántico Norte.” PSOE – “Por el cambio. Programa Electoral.” 1982. p. 47.

conservador – em que a polémica entre terceiro-mundistas e europeístas (abordada na segunda parte desta tese) tinha como ponto particularmente sensível a adesão à OTAN.

Por outro lado, o partido correspondia a um certo sentimento antiamericanista de uma grande franja da população espanhola, oposta à integração na Aliança Atlântica. A celebração do acordo bilateral dos EUA com Franco, em 1953, nas áreas de defesa mútua e ajuda económica (aliviando deste modo o cerco ocidental do pós-guerra ao regime) e a atitude intervencionista dos norteamericanos na América Latina (ajudando a conter movimentos revolucionários de índole comunista que combatiam as ditaduras)¹⁰¹⁸ estão entre os motivos desta animosidade. O partido explora a questão¹⁰¹⁹ e acusa os EUA dos mesmos interesses sobre Espanha, ao ter assinado com Franco o acordo para utilização de bases no país: “Los Estados Unidos [...] utilizando la debilidad internacional y la crisis económica y social de la dictadura, obtenían el control militar y económico de España. Frente a ambos, el Pueblo español era el único perdedor.”¹⁰²⁰ A causa reúne vários apoiantes, entre intelectuais, juristas e militares, em torno do partido¹⁰²¹, que transmite também a sua posição diretamente aos EUA¹⁰²².

Porém, advogava o PSOE, a recusa da OTAN não implicava uma posição puramente neutralista - o que seria professar o terceiro-mundismo ou uma aproximação aos países de leste¹⁰²³; e também se diferencia de uma posição antiatlantista - “Conocida es la posición contraria del PSOE al ingreso en la OTAN, no porque seamos antiatlantistas, sino por ser contrarios a la existencia de bloques militares y porque el fortalecimiento de la OTAN, merced a nuestra entrada en la misma, iría acompañado de un reforzamiento del Pacto de Varsovia [...]”¹⁰²⁴ O partido, mesmo na oposição, tinha necessidade de se situar algures entre a ideologia - respondendo a uma corrente interna que aspirava ao puro neutralismo - e o pragmatismo, já que o neutralismo seria dificilmente praticável devido à dependência dos EUA em acordos bilaterais na área de defesa e à desejada europeização do país. A linha europeísta que o partido assumira ditava o necessário afastamento da assunção neutralista.

¹⁰¹⁸ CAVALLARO, Maria Elena – Ob. cit. p. 267, 268. O acordo com os EUA permitiu grandes apoios financeiros ao regime franquista, que ajudou a responder à grave crise económica que o país atravessava. Cf. POLLACK, Benny, HUNTER, Graham – Ob. cit. p. 150-152.

¹⁰¹⁹ “El PSOE denuncia el intervencionismo imperialista de los Estados Unidos en los países latinoamericanos y expresa su solidaridad con la heroica lucha del Pueblo chileno contra la Junta militar.” “Ponencias PSOE XXVII Congreso.” *El Socialista*. Nº 1 (01.02.1977) p. 5.

¹⁰²⁰ “España y la CEE”. *El Socialista*. Nº 9 (19.06.1977) p. 16.

¹⁰²¹ “Más contra la OTAN”. *El Socialista*. Nº 193 (18.02.1981) p. 16.

¹⁰²² “OTAN: decidirá España.” *El Socialista*. Nº 49 (26.03.1978) p. 9; “El Tratado debe ser objeto de concertación.” *El Socialista*. Nº 201 (15.04.1981) p. 15.

¹⁰²³ “Esto no quiere decir que los socialistas propugnemos para España la neutralidad, que sería tercero-mundista o con tendencias hacia los países del Este.” “No a la OTAN”. *El Socialista*. Nº 50 (02.04.1978) p. 50.

¹⁰²⁴ YÁÑEZ, Luis - “El PSOE y la política exterior.” *El Socialista*. Nº 14 (24.07.1977).

Afinal, a Europa reerguera-se materialmente com a ajuda de Washington, materializada no Plano Marshall, e as Comunidades apareceram também de um sopro de Guerra Fria, por temor ao expansionismo soviético, e mantinham uma defesa credível graças ao abrigo da Aliança Atlântica. Essa Europa, na qual o PSOE queria integrar Espanha, era uma Europa de influência norte-americana e isso os socialistas não podiam negar. Assumir uma posição neutralista seria tanto incoerente como pretensioso para um partido reiteradamente europeísta e que queria fazer entrar Espanha na aventura comunitária.

Fernando Morán, militante socialista, senador pela Astúrias e antigo cônsul em Inglaterra, que viria a ser ministro dos negócios estrangeiro do governo socialista, é o ideólogo estratega que dá resposta ao dilema, considerando que a tradição neutralista de Espanha não é mais possível nas especificidades da Guerra Fria, uma vez que assumir o neutralismo seria incompatível com as condicionantes geográficas de Espanha e com a incapacidade nacional de uma defesa autónoma, que abdicasse dos acordos com os EUA. Mas o facto de Espanha ser ocidental e estar presente na CEE não faria com que optasse necessariamente pela OTAN – até porque havia países europeus que não integravam a Aliança. Além do mais, as garantias de defesa da OTAN eram escassas, não protegendo o flanco africano de Espanha. Em suma, argumenta Morán, a Organização é uma forma de promover a militarização do pensamento político, sem o genuíno interesse na defesa e democratização dos seus estados aliados, pelo que integrá-la, ao contrário da CEE, não contribuiria para a democratização de Espanha.¹⁰²⁵ O socialista, “the intellectual leader of the campaign against NATO”¹⁰²⁶, desenvolve este e outros argumentos no livro que lança, em 1980, *Una Política Exterior para España*. O seu pensamento terá grande influência nas resoluções do 29º Congresso, de 1981, que condensam todos estes argumentos¹⁰²⁷.

¹⁰²⁵ “Portugal tuvo una guerra genocida en África, campos de concentración en cabo verde y prisiones políticas como la de Caxias y Peniche estando en la OTAN, y no tuvo el menor problema. En Grecia se dieron dos golpes de Estado, incluso con el aparato y los planes de la OTAN. En Turquía se está produciendo un auténtico genocidio [...] ante el silencio más vergonzoso de los países de la OTAN, a la que pertenece. [...] Si los países de la OTAN – algunos son democráticos, lo son porque lo eran antes y no porque el Tratado del Atlántico Norte les haya conferido impronta democrática. [...] Yo nunca he creído, en fin, en el carácter democrático de la OTAN. De hecho está compuesta por países democráticos y no democráticos. Por lo demás, el aparato de la OTAN ha sido siempre un factor de incremento de las lecturas militares que chirrían en el contexto político de una democracia.” “Atarnos a la OTAN es negativo” (entrevista a Fernando Morán). *El Socialista*. Nº 217 (05.08.1981) p. 16, 17.

¹⁰²⁶ RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s security policy.” Cit. p. 60.

¹⁰²⁷ POLLACK, Benny, HUNTER, Graham – Ob. cit. p. 158, 159. As resoluções do 29º Congresso estruturam os argumentos em três pontos principais: a integração na OTAN não garante a integridade territorial de Espanha (sendo que o tratado exclui parte do território nacional do seu âmbito de defesa); não satisfaz as reais necessidades de defesa nacional (dado que as zonas de risco para Espanha não estão cobertas pelo Tratado); a participação na Aliança aumenta o risco nuclear para os espanhóis e de guerra na Europa ao potenciar o reforço do Pacto de Varsóvia. RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s security policy.” Cit. p. 58, 59. Cf. “Los trabajos del 29 Congreso”. *El Socialista*. Nº 229 (28.10.1981) p. 21.

O partido tece assim uma fundamentada argumentação da sua posição e empenha-se em comunicá-la ao eleitorado. Deixa claro que não professando o neutralismo, recusa terminantemente um sistema internacional bipolar, embora não se posicionando a uma equidistância dos blocos, já que admite encontrar-se sempre mais próximo dos interesses ocidentais: “En otras palabras, si la coincidencia de nuestros intereses con los norteamericanos aparece escasa en el plano internacional, todavía es menor con los intereses soviéticos.”¹⁰²⁸ No fundo, esta recusa da bipolarização da Guerra Fria aproxima o PSOE da democracia com o de exílio, mas diferencia-os a forma de lutar contra o sistema internacional bipolar no domínio das alianças da defesa. Enquanto o exílio considerava que seria através da integração em todas as organizações europeias e ocidentais, mesmo na OTAN, que Espanha deveria contribuir para a superação do sistema bipolar, o PSOE da democracia considerava que integrando a OTAN este objetivo não seria atingido – mas sim contrariado. Apesar de o partido nesta fase se opor àquela que foi a posição do exílio (favorável à integração na Organização), a recusa da OTAN desemboca no mesmo tipo de argumento do exílio, que passava por afirmar uma Europa como terceira via também no âmbito da defesa - “[...]los socialistas españoles pensamos que es posible una tercera vía: la unidad europea debe coronarse con una comunidad europea de defensa.”¹⁰²⁹

Além das razões já invocadas, a recusa da Aliança prende-se também com os particulares interesses geoestratégicos de Espanha – “placa giratoria ideal entre los tres continentes: el euroasiático, el africano y el americano”¹⁰³⁰, pelo que a adesão à OTAN levaria à satelização do país, o que dificultaria a prossecução dos interesses nacionais na América Latina, onde colidiam com os dos EUA, e em África, onde também se registava a penetração de interesses de ambas as potências¹⁰³¹.

Ora, toda esta argumentação pela recusa do puro neutralismo em detrimento de um *um quase neutralismo*, uma espécie de neutralismo colaborante, evidencia precisamente a

¹⁰²⁸ “Editorial.” *El Socialista*. Nº 144 (20.01.1980) p. 2. O partido é cuidadoso no esclarecimento em que não se trata de assumir uma posição de Espanha como país não alinhado. Noutros fóruns de discussão, como no Congresso dos Deputados, clarifica a ideia: “En cuanto a la relación con la OTAN, cuando hablo del ‘statu quo’ no hablo de que España sea, desde el punto de vista jurídico internacional, un país no alineado. Hay muchos países en una situación especial, en una situación incluso más clara, como Austria, que no se consideran países solos, aislados y en peligro, y sé que hay muchas circunstancias históricas que generan esa situación de neutralidad de Austria, y ahí están. También hay países en la Comunidad Económica Europea que están, al menos, en tres situaciones: plena integración en la OTAN; media integración en la OTAN, y neutralidad. Se dan las tres situaciones.” Intervenção de Felipe González, enquanto deputado da oposição, no Congresso dos Deputados. *DS*. Nº 94 (29.05.1980) p. 6161, 6162.

¹⁰²⁹ “No a la OTAN.” *El Socialista*. Nº 50 (02.04.1978) p. 1.

¹⁰³⁰ “Editorial.” *El Socialista*. Nº 144 (20.01.1980) p. 2.

¹⁰³¹ “Tanto en Latinoamérica, donde nuestras relaciones políticas y económicas coliden con la penetración de Estados Unidos, como en el África y el mundo islámico – Marruecos constituye una muestra elocuente – donde rozan por igual la penetración soviética y norteamericana.” *Ibidem*.

dificuldade política de conciliar um discurso europeísta com um discurso puramente antiatlantista. Mas, esta relação entre europeísmo e atlantismo é paradoxal, já que ela evidencia também a dificuldade ideológica de conciliar os contrários – isto é, europeísmo com atlantismo, o que Moreno Juste identifica como transversal aos vários discursos em torno da modernização de Espanha após a ditadura¹⁰³². É que, se ambas as dimensões da projeção exterior de Espanha coincidem com os ambicionados valores de abertura e modernização do país, já a ambicionada democracia para o país e a argumentação dessa ideia se tornam complicados de fundamentar em coerência com os engendramentos estratégicos da ocidentalização atlântica do sistema de defesa criado no pós-guerra. A posição do PSOE transparece a sua visão ainda ideologizada da situação internacional (que tenderá a mudar com a experiência governativa) e o interesse eleitoral do tema, que respondia ao ceticismo dos espanhóis relativamente à Aliança Atlântica. “The campaign against NATO in the second half year of 1981 and the first months of 1982 had helped the Socialists to undermine the image of Calvo-Sotelo’s government.”¹⁰³³

A estratégia de oposição vai recair na defesa de um referendo para aprovar a integração na OTAN - “[...] lo más clarificador, y lo permite la Constitución, sería que hubiese un referéndum para saber si el pueblo español quiere esa alianza militar o no.”¹⁰³⁴ O PSOE invoca assim o reforço da legalidade constitucional da decisão e responde à divisão do eleitorado em torno do assunto. Em maio de 1982, Espanha entra na OTAN, com o governo da UCD e, nas eleições legislativas seguintes, em outubro do mesmo ano, o referendo é tema principal da campanha eleitoral (agora prometendo a saída), tendo desempenhado um papel importante nos resultados finais e na vitória do PSOE, já que muitos eleitores deram o seu voto aos socialistas na esperança de que retirassem Espanha da OTAN¹⁰³⁵. O partido promete, se vier a ser eleito, congelar as negociações para a integração na organização militar da

¹⁰³² “Por un lado, la valoración de Europa, a través del proceso de integración, como marco exterior sobre el que redefinir los rangos de un proyecto político específicamente español y entroncado con las instituciones comunitarias. Por otro, la formulación de una política exterior democrática asumiendo la sociedad española casi fervorosamente unas coordenadas europeas pero aceptando más recientemente su integración en el entramado de intereses estratégico-defensivos del mundo occidental.” JUSTE, Antonio Moreno – “Europa en la transición [...]”. Cit. p. 103.

¹⁰³³ RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s security policy.” Cit. p. 60.

¹⁰³⁴ Intervenção de Felipe González, enquanto deputado na oposição, no Congresso dos Deputados. *DS*. Nº 94 (29.05.1980) p. 6162. A proposta fica expressa também nas resoluções do 29º Congresso. “Política Internacional. Con la Paz y la distensión.” (Resoluções do congresso). *El Socialista*. Nº 229 (28.10.1981) p. 21.

¹⁰³⁵ VIÑAS, A. – “Spain and NATO; internal debate and external challenges”. In CHIPMAN (ed.) – *NATO’s Southern Allies: Internal and External Challenges*. London, Routledge, 1986. p. 162. Cit in. RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s security policy.” Cit. p. 60.

Aliança e realizar o referendo para decidir a permanência ou não na organização.¹⁰³⁶ Será precisamente a proposta de referendo que lhe dará margem de manobra para poder lidar e atenuar a incongruência que o realismo da governação vem implicar na posição socialista face ao assunto.

No governo, Felipe González vai constatar a necessária ligação da posição espanhola sobre a OTAN às negociações para a adesão comunitária, o que levará o partido a alterar a sua ideia sobre a política externa para Espanha. Apesar de este câmbio só ficar evidente com a experiência governativa, cremos que Felipe González já deveria antever esse desfecho, se atentarmos à formulação escrita sobre o assunto nas resoluções do congresso de 1981: “El PSOE mantiene los argumentos expuestos reiteradamente para oponerse a la integración en la OTAN y sólo asumirá una decisión definitiva sobre el tema si se somete a un referéndum consultivo previsto por la Constitución.”¹⁰³⁷ [Sublinhado nosso]. Ora, admite-se agora que a oposição à entrada na OTAN não é uma opinião definitiva, ficando salvaguardada a possibilidade de mudança com os resultados do referendo. Este abrir de janela para a mudança de opinião coincide com a tendência da moderação do partido que se afirmara com o congresso extraordinário de 1979, que determina a abdicação do marxismo.

b) No realismo da governação, pela OTAN para estar na CEE

As vicissitudes da governação mudarão a opinião socialista. Se Felipe González diz, no final de 1982, no discurso de tomada de posse do governo, que reavaliará a decisão do antecessor sobre o ingresso de Espanha na OTAN¹⁰³⁸, no ano seguinte, Fernando Morán, MNE, assume que Espanha se manterá como membro da Aliança, continuará com ela a colaborar, congelando-se, contudo, as negociações para a integração na estrutura militar.¹⁰³⁹ O governo inicia as atividades diplomáticas com esse fim¹⁰⁴⁰, apazando o referendo para 1986. São cerca de três anos de intervalo, necessários para deixar arrefecer o assunto, para tomar o

¹⁰³⁶ “Se congelarán las negociaciones para la integración en la organización militar. En segundo, se mantendrá el compromiso contraído por el PSOE de convocar un referéndum para que sea el Pueblo español el que decida acerca de nuestra pertenencia a la OTAN.” PSOE – “Por el cambio. Programa Electoral.” 1982. p. 47.

¹⁰³⁷ “Política Internacional. Con la Paz y la distención.” (Resoluções do congresso). *El Socialista*. Nº 229 (28.10.1981) p. 21.

¹⁰³⁸ “Primera jornada: el discurso.” *El Socialista*. Nº 287 (08.12.1982) p. 13.

¹⁰³⁹ “La definición ha sido que España es un miembro de la Alianza Atlántica, es parte del Tratado del Atlántico Norte, y que mientras se mantenga su actual estatuto será un miembro cooperador, fiel y solidario. Repito, estas palabras porque creo que expresan claramente cual es la voluntad del gobierno y creo que tienen la aprobación, dentro de estas circunstancias, de gran parte de la opinión pública. También se manifestó allí que España cesaba inmediatamente toda medida de integración en la organización militar del Atlántico norte.” Intervenção do MNE socialista, Fernando Morán, no Congresso dos Deputados. *DS*. Nº 11 (18.02.1983) p. 6.

¹⁰⁴⁰ Com conversações com Bruxelas e com os EUA. Cf. “A la busca de la autonomía perdida”. *El Socialista*. Nº 300 (09.03.1983) p. 16; “Ciertas Señales.” *El Socialista*. Nº 316 (29.06.1983) p. 8.

pulso das negociações europeias e para que se definisse a estratégia partidária e governamental a adotar, pois havia diferentes visões no governo sobre a política externa, mas ninguém tinha uma solução a propor sobre a OTAN. No início de 1983, já se identificavam duas alas: a de Felipe González, coadjuvado pelos ministros da economia e da defesa e pelo secretário de estado dos assuntos comunitários, que davam prioridade às negociações com a CEE e eram conscientes do relacionamento destas com a OTAN; a de Alfonso Guerra, vice-primeiro ministro, e Fernando Morán, MNE, que apesar de conscientes da relação dos assuntos de segurança com as Comunidades, priorizavam os princípios ideológicos do partido. Assim, González tenta ganhar tempo. Precisava de garantir o apoio do partido, profundamente dividido, e da população, com as sondagens a dar ligeira vantagem à rejeição da OTAN.¹⁰⁴¹

Durante este período, os debates parlamentares são acesos em torno do tema, com a oposição a exigir que o executivo defina o mais breve possível a posição oficial que vai defender no referendo¹⁰⁴². Será em 1984, no discurso do estado da nação, que González propõe um consenso político sobre a permanência na Aliança Atlântica¹⁰⁴³, apresentando o decálogo para a política externa do governo. No partido, a gestão desta decisão não será fácil. Praticamente todas as moções apresentadas ao 30º Congresso “expresan la aspiración de llevar adelante una política antibloques y que, en el contexto europeo, sirva para frenar la escalada armamentista y los riesgos de conflagración.”¹⁰⁴⁴ Mas, apesar disso, o Congresso, realizado em 1984, aprova a moção de Felipe González, com a orientação de defender a permanência na Aliança Atlântica no referendo, mas não sem oposição interna. Apesar da emenda de Angel Martínéz, que defendia a saída da OTAN, ter sido derrotada, ainda conseguiu 38,9% de votos favoráveis, tendo ainda havido outra emenda em discussão, da Izquierda Unida, que propunha a adoção do neutralismo¹⁰⁴⁵.

Felipe González faz um revés nos argumentos e diz agora que desde que está na OTAN, “España no ha perdido ni un átomo de su autonomía con la política exterior de este

¹⁰⁴¹ RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s security policy.” Cit. p. 60, 61.

¹⁰⁴² Cf. DS. Nº 65-2 (25.10.1983) p. 3018-3022; DS. Nº 122 (16.05.1984) p. 5534, 5535.

¹⁰⁴³ “Felipe González ofrece consenso sobre la permanencia en la OTAN.” *El Socialista*. Nº 369 (01.11.1984) p. 5. Cf. DS. Nº 157 (23.10.1984) p. 7069, 7070 (Nota: na transcrição dos Diários das Sessões, a frase atribuída a Felipe González gera equívocos de entendimento, pelo que se conclui ter havido um lapso da transcrição deste Diário. Neste, escreve-se que Felipe González afirmou ser “por la denuncia del tratado”, enquanto na transcrição do mesmo discurso apresentada no jornal oficial do partido se escreve que o Primeiro Ministro afirmou ser “por la **no** denuncia del tratado.” Ora, é esta segunda afirmação que é coerente com o resto do discurso apresentado e que vem a ser consolidada posteriormente, sendo esta que tomamos como a correta. Além disso, o jornal titula a notícia precisamente com a perspectiva da opinião do líder pela permanência na Aliança Atlântica).

¹⁰⁴⁴ “Los socialistas preocupados por el paro y la OTAN.” *El Socialista*. Nº 367 (01.10.1984.) p. 5.

¹⁰⁴⁵ “El Partido defiende su postura sobre el tema de la OTAN.” *El Socialista*. Nº Extra XXX Congreso (16.12.1984) p. 3.

Gobierno.”¹⁰⁴⁶ Como estratégia de atenuação das divergências no partido e da descredibilização perante o eleitorado, o líder propõe uma solução ao modo francês, mantendo o país como signatário do Tratado de Washington, membro da Aliança, mas não o incorporando na estrutura militar da organização. González consegue, assim, alinhar o governo e o partido pela mesma ideia¹⁰⁴⁷, em torno da qual se invertem os argumentos relativamente ao tempo de oposição.

Passa a reconhecer-se que a OTAN tem ajudado a garantir uma paz duradoura na Europa. No documento sobre política externa resultante das resoluções do 30º congresso¹⁰⁴⁸, já se relaciona a localização ocidental de Espanha com a OTAN e reconhece-se que “[I]a aportación de España a la paz es más eficaz en la Alianza Atlántica.”¹⁰⁴⁹ Articulam-se os objetivos desta com a CEE e faz-se depender as relações de Madrid com as Comunidades do bom entendimento nos assuntos de segurança e defesa, ao contrário do período em que o partido estava na oposição, em que negava esta relação¹⁰⁵⁰. Se antes a condição de não membro da OTAN era considerada o melhor meio para combater o imperialismo bipolar, agora entende-se que é dentro da Aliança que melhor se pode condicionar a política dos EUA, através do reforço do pilar europeu da organização.

Em consonância com as resoluções do congresso, posteriormente, a CEF do partido aprova o documento estratégico para a política externa, que estabelece os objetivos de não integração na estrutura militar da Aliança, redução de presença militar dos EUA no território nacional e não nuclearização do espaço nacional¹⁰⁵¹. Estavam delineados os princípios essenciais a defender para o referendo, a realizar-se no dia 12 de março de 1986. Novamente,

¹⁰⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁴⁷ Cf. “España ante el reto de Europa” e “La Alianza Atlántica ha garantizado una paz duradera.” *El Socialista*. Nº 385 (15.07.1985) p. 7, 8; “España es hoy más libre y más sana.” (Discurso do debate do estado da nação). *El Socialista*. Nº 391 (15.10.1985) p. 1, 3.

¹⁰⁴⁸ “La Alianza Atlántica ha garantizado una paz duradera.” *El Socialista*. Nº 385 (15.07.1985) p.8.

¹⁰⁴⁹ A frase faz título da notícia no jornal do PSOE. *El Socialista*. Nº 395 (16.12.1985) p. 1.

¹⁰⁵⁰ O partido começa a iniciar uma campanha incisiva nestes argumentos, com o tema a ocupar espaço de destaque no jornal oficial – com uma estratégia de comunicação direcionada para a indissociabilidade de Espanha do ocidente e da OTAN da CEE: “1. El futuro de España es Europa y no se puede tener un papel protagonista en Europa desentendiéndose de sus problemas de seguridad. 2. Nuestra defensa queda mejor garantizada mintiéndose en la Alianza Atlántica con el actual status quo. 3. Después de tres años y medio de permanencia en la Alianza, España no ha sufrido merma en su soberanía y ha logrado mayor prestigio, información y desbloqueo de problemas como el de Gibraltar. 4. La aportación de España a la paz será más eficaz dentro de la Alianza porque reforzará su pilar europeo y permitirá condicionar con más fuerza la política norteamericana para tender puentes de diálogo con el Este.” “La aportación de España a la paz es más eficaz en la Alianza.” *El Socialista*. Nº 395 (16.12.1985) p. 1.

¹⁰⁵¹ “El PSOE manifiesta su convencimiento de que la opción que mejor garantiza estos objetivos pasa por la permanencia de España en la Alianza Atlántica en la situación en la que actualmente se encuentra, sin incorporarse a la estructura militar de la misma. A la vez, el PSOE ratifica su voluntad de que España mantenga la prohibición de instalación, almacenamiento o paso de armas nucleares en nuestro territorio, y apoya la posición del Gobierno en cuanto a la reducción de la presencia norteamericana en España. “La opción que más interesa a España es la permanencia en la Alianza Atlántica.” *El Socialista*. Nº 396 (01.01.1986) p. 3.

a decisão não foi internamente consensual, tendo-se registado manifestações no sentido da adoção de uma posição neutralista, divergências também latentes no governo, ao que não terá sido alheia a remodelação governamental de meados de 1985, que substituiu Fernando Morán (ideólogo do partido na oposição à OTAN) no ministério dos negócios estrangeiros¹⁰⁵². Mas González consegue que partido e governo se alinhem no apoio a estas diretrizes idiossincráticas de política externa para o referendo, que acaba por ter um desfecho positivo, com 52,53% dos votos favoráveis à manutenção da presença na OTAN¹⁰⁵³.

A rápida adoção de uma atitude pragmática por parte de González resulta da perceção, após chegar ao governo, da efetiva relação entre as negociações para a adesão comunitária e a OTAN. Além da pressão dos EUA (que chegaram a insinuar que caso Espanha se retirasse da Aliança não se oporiam a um eventual ressurgimento da causa independentista marroquina dos territórios espanhóis de Ceuta e Melilla¹⁰⁵⁴), Madrid constatava a importância do posicionamento pró-atlântico para as alianças necessárias ao desfecho das negociações para o alargamento. E atua em prol disso. Logo em 1983, surpreende com um discurso favorável à instalação de mísseis cruzado e Pershing II na RFA e outros pontos da Europa, caso não houvesse acordo entre EUA e URSS para a redução mútua de mísseis. A posição, assumidamente pró-ocidental do governo de Madrid, tencionava agradar a Bonn, para o necessário aumento do orçamento europeu em resposta às necessidades do alargamento¹⁰⁵⁵. Kohl tornara-se no principal aliado de González para a entrada de Espanha nas Comunidades¹⁰⁵⁶, mas a posição atlantista assumida por Madrid cativava também o apoio de Inglaterra, um dos obstáculos ao desbloqueio das negociações para a reforma orçamental da CEE, em braço de ferro com França¹⁰⁵⁷.

O papel da RFA foi importantíssimo para o desbloqueio de negociações que colocavam um impasse na decisão sobre o alargamento. É pela intervenção alemã que a relação entre a reforma orçamental comunitária e o alargamento a sul é acordada, no Conselho Europeu de Estugarda, desbloqueando-se, no ano seguinte, 1984, no Conselho

¹⁰⁵² ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – Ob. cit. p. 289. González não descurava os assuntos externos. Já enquanto líder do partido, na oposição, se encarregara dessa área e, no governo, toma frequentemente a iniciativa de ações diplomáticas, que desagradam ao MNE Fernando Morán. Cf. PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 164, 165.

¹⁰⁵³ “España refuerza el pilar europeo.” *El Socialista*. Nº 401 (12.03.1986) p. 3.

¹⁰⁵⁴ PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 50, 51.

¹⁰⁵⁵ GÓMEZ, Carlos López – “Visiones de Europa. Cambio y continuidad [...]” Cit. p. 9, 10; Cf. PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – Ob. cit. p. 165;

¹⁰⁵⁶ STORY, Jonathan – Ob. cit. p. 39. Cf. Powell, Charles – Ob. cit. p. 194.

¹⁰⁵⁷ Thatcher queria reduzir as contribuições britânicas para o orçamento, assim como os gastos com a PAC, enquanto Mitterrand se opunha terminantemente às mexidas nos fundos agrícolas. Nesta contenda, a Alemanha era um aliado essencial para um acordo orçamental.

Europeu de Fontainebleau, um acordo orçamental e estabelecendo-se uma data para a adesão¹⁰⁵⁸. Para a retirada do veto inglês ao alargamento é também determinante o acordo conseguido com Madrid, em novembro de 1984, para o levantamento total do bloqueio espanhol ao tráfego de passageiros na fronteira com Gibraltar¹⁰⁵⁹. Os apoios conseguidos dos ingleses e alemães reforçam a pressão a França para um assentimento à adesão ibérica. González constatara a relação entre a pertença à Aliança Atlântica e à CEE. A mudança de posição do PSOE sobre a OTAN foi importante para o desfecho das negociações, como atesta Jacques Delors, um dos homens que acompanhou os meandros do processo: “Em Espanha, apesar das reticências do partido socialista, a adesão do país à NATO em 1982 facilitou a integração, visto que os socialistas, então no poder, estavam interessados em compensar a entrada na NATO com a entrada na Comunidade.”¹⁰⁶⁰

A decisão de manter Espanha na OTAN representou também a consolidação do fim de um isolamento (oscilante) do período histórico mais recente do país e de uma tradição neutralista advinda de século XIX¹⁰⁶¹. A abertura assumida pela UCD após o fim da ditadura com o pedido de adesão à CEE e à OTAN dera o mote para a reversão histórica da política externa espanhola e a mudança de posição do PSOE relativamente à Aliança (determinante para o desfecho do referendo pela permanência) consolida a ocidentalização de Espanha no âmbito das alianças internacionais de segurança e defesa.

Isto só se torna possível com a inversão de argumentos de Felipe González em relação à OTAN. A experiência governativa - ao ter de lidar com o alargamento num momento de crise e tensão entre os estados-membros, que protelavam uma decisão – levou-o a perceber que havia de facto uma relação, não apenas política, mas também prática, na relação entre as

¹⁰⁵⁸ RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s security policy.” p. 61, 62.

¹⁰⁵⁹ STORY, Jonathan – Ob. cit. p. 39, 40.

¹⁰⁶⁰ DELORS, Jacques – Ob. cit. p. 279. Cf. POLLACK, Benny, HUNTER, Graham – Ob. cit. p. 139, 140.

¹⁰⁶¹ Durante o século XIX e inícios do XX, Espanha vai oscilando entre uma estratégia de alianças com a potência mundial britânica e a regional francesa e por ímpetus de neutralidade que pretendem escapar ao domínio de interesses franco-britânico e retirar vantagem do quadro geopolítico peninsular e projeção ibero-americana. Com a queda do império, a partir de 1815, Espanha passa a ocupar um lugar secundário e marginal no sistema internacional, ficando dependente de apoio franco-britânico. Mas as reformas políticas e económicas liberais internas levam a uma modernização económica comparável à Europa, permitindo-lhe recuperar das perdas económicas inerentes ao término do comércio colonial. Também o facto de depender das alianças com as potências rivais França e Inglaterra ia dando-lhe alguma margem de manobra independente, pelo que vai assumindo uma tendência de neutralidade relativa aos assuntos europeus. A partir de meados do século XIX, consegue efetivamente manter uma política de independência de França, Inglaterra e EUA. A sua atenção está entre o Atlântico, Mediterrâneo e o restabelecimento de relações económicas e comerciais com a ibero-américa. Na IGM declara neutralidade, o que lhe permitiu, mesmo com a prática de uma política protecionista, um crescimento económico interno, situação que se revela vantajosa para a manutenção de relações do pós-guerra. Espanha procurou, assim, orientar a sua política externa entre a valorização do quadro geopolítico da península (atlântico/mediterrâneo). Mesmo depois da perda do Império, não abdicou de uma projeção para a América Latina, adotando, para isso, uma conduta mais independente e isolada quando era necessário. Cf. TELO, António José; GÓMEZ, Hipólito de la Torre – Ob. cit. p. 190-227.

posições face à OTAN e à CEE. Porém, a mudança da posição socialista não foi apenas uma mera resposta de adaptação às contingências do processo de adesão. Foi também uma adaptação ao socialismo europeu ocidental, maioritariamente atlantista. Foi, ainda, um reflexo da evolução moderada do partido, que tem como marco o congresso de 1979, que abdica do marxismo, sendo que mesmo antes disso já alguns socialistas espanhóis se pronunciavam pela necessidade de o partido seguir a linha dos congéneres da Europa relativamente à Aliança¹⁰⁶². A esta mudança da ideia socialista espanhola também não é indiferente o facto de na Europa se estar a discutir uma estratégia de reforço da posição europeia na OTAN, que poderia passar pela constituição de uma autonomia comunitária em matéria de segurança e defesa.

c) Na CEE, por um ideal de política externa e de defesa europeia, mas pouco ...

Um dos argumentos de recusa da OTAN pelo PSOE extravasa a dimensão nacional e reside na busca de uma Europa neutral, que seja capaz de exercer uma força de contrabalanço e dissolução dos dois blocos que a limitam. O discurso da rejeição do sistema bipolar culmina na reivindicação de um sistema de segurança autónomo europeu, capaz de se afirmar na OTAN e exercer um papel internacional mediador do imperialismo bipolar. O PSOE acompanha assim a discussão que já se fazia na Europa, na qual se propunha como possível via de uma segurança autónoma a utilização da UEO, que deveria ser reabilitada como fórum dos assuntos de segurança da CEE.

Desde 1979, encontram-se várias manifestações do partido a defender que Espanha deve exercer uma política externa favorável ao apaziguamento internacional e à redução de desarmamento simultâneo pelas duas potências. A posição é defendida em manifestos eleitorais e, oficialmente, a partir do 29º Congresso, de 1981, reiterada enquanto o partido está na oposição em diversos artigos no jornal oficial, assim como nos debates parlamentares¹⁰⁶³.

¹⁰⁶² POLLACK, Benny, HUNTER, Graham – Ob. cit. p. 161, 162.

¹⁰⁶³ “Nuestra política estará encaminada a favorecer la distensión internacional.” In PSOE – “Programa. Elecciones 79.” 1979. p. 17; “El PSOE reafirma su filosofía contraria a la política de bloques militares que de hecho consagra la división del mundo en zonas de influencia perpetua, y se compromete a seguir luchando por un mundo libre y en paz, donde la cooperación y el diálogo Norte-Sur substituyan a la tensión Este-Oeste.” PSOE – “Por el cambio. Programa Electoral.” 1982. p. 46; “Como europeos se debe superar la división histórica de las dos mitades, la Europa del Este y del Oeste, y fomentar el acercamiento y la cooperación con todos los países, al margen del régimen político vigente en cada uno de ellos.” “Un partido para el cambio.” (Resoluções de congresso). *El Socialista*. Nº 229 (28.10.1981) p. 21; MERINO, Angel – “Recordar el puesto de Europa en el mundo.” *El Socialista*. Nº 162 (15.07.1980) p. 42; “España factor de equilibrio.” *El Socialista*. Nº 169 (03.09.1980) p. 42; “No acentuar las diferencias entre los boques.” *El Socialista*. Nº 174 (08.10.1980) p. 50; “Contra las dictaduras.” *El Socialista*. Nº 180 (19.11.1980) p. 7-9; “EE.UU y URSS quieren otro reparto del mundo.” *El Socialista*. Nº 186 (01.01.1986) p. 50; M.A – “Construir la seguridad europea.” *El Socialista*. Nº 199 (01.04.1981) p. 15; “Editorial.” *El Socialista*. Nº 245 (17.02.1982) p. 13; *DS*. Nº 3 (30.03.1979) p. 110-115; *DS*. Nº 94 (29.05.1980) p. 6160-6162; *DS*. Nº 192 (28.10.1981) p. 11402.

Este discurso tem uma continuidade após o partido subir ao poder governativo, observando-se também em iniciativas diplomáticas partidárias e governamentais¹⁰⁶⁴.

Agregado à defesa da dissolução do sistema bipolar está a invocação da necessidade de um modelo de segurança e defesa autónoma para a Europa. Só uma voz europeia autónoma e concertada na política externa e de segurança pode mediar a liderança dos EUA na OTAN e contrariar a tendência hegemónica das duas potências – “[...] lo ideal sería una política exterior europea, a escala europea, concertada, independiente al respecto de las superpotencias y, además, orientada al entendimiento de los pueblos del tercer Mundo; [...]”¹⁰⁶⁵ No leque de argumentos para o objetivo de uma segurança europeia, regista-se uma associação da Europa a uma ideia missionária para a paz e desenvolvimento harmonioso do mundo¹⁰⁶⁶, com o necessário diálogo norte-sul, tema recorrente da IS, que os socialistas espanhóis reproduzem, dando como exemplo de concretização desse objetivo o aprofundamento da relação da Europa com a América Latina – tema incidente no âmbito de uma PESC para a Comunidade.

O caminho possível para a criação da uma segurança comum na Europa seria através da revitalização da UEO.¹⁰⁶⁷ Neste domínio, é também Fernando Morán que, no partido, aprofunda e fundamenta a ideia:

“Aparte del análisis de defensa general, las ideas se bifurcan en dos direcciones: creación en el futuro de un sistema de defensa que sea continuación en dicho plano de las Comunidades Europeas y la revitalización de la Unión Europea de Defensa, creada en 1948, por el Tratado de Bruselas. / [...] El proceso, por lo tanto, exige avanzar en el camino de la Europa política, con un

¹⁰⁶⁴ “España recupera su condición de país anfitrión.” *El Socialista*. Nº 297 (16.02.1983) p. 31; “El espíritu de Madrid, un éxito de todos.” *El Socialista*. Nº 327 (14.09.1983) p. 37; MERINO, Angel – “¿Y la respuesta de Europa?” *El Socialista*. Nº 338 (30.11.1983) p. 39; GOMARIZ, E. - “Europa como sandwich.” *El Socialista*. Nº 358 (18.04.1984) p. 37, 38; “El PSOE pide a los bloques un acuerdo para el desarme”, “Los socialistas comienzan 1985 pidiendo paz y diálogo.” *El Socialista*. Nº 373-1 (15.01.1985) p. 1, 3.

¹⁰⁶⁵ Fernando Claudín, presidente da Fundação Pablo Iglesias (fundador do PSOE), em entrevista. “EE.UU y URSS quieren otro reparto del mundo.” *El Socialista*. Nº 186 (01.01.1981) p. 50. Esta ideia está presente noutras manifestações partidárias ainda enquanto o partido está na oposição: “Construir la seguridad europea.” *El Socialista*. Nº 199 (01.04.10981) p. 15.

¹⁰⁶⁶ “Se trata de afrontar el presente con realismo y de asegurar la paz mediante la eliminación de todo intento de hegemonía mundial. Sólo Europa puede desmontar los proyectos hegemónicos de las dos grandes potencias.” MERINO, Angel, “¿Y la respuesta europea?” *El Socialista*. Nº 338 (30.11.1983) p. 35. “Y entonces surge la pregunta ¿no es esa la oportunidad histórica de Europa? En un fin de siglo que no necesita precisamente de grandes potencias militares, sino de grandes opciones económicas, políticas y culturales que contribuyan a la paz (porque de lo contrario Europa, menos que nadie, tendría futuro) una Europa autónoma de la política de bloques tendría un impacto mucho mayor del que se refiere al propio escenario europeo. Puede que, desde una política independiente, Europa sea el gran pilar sobre el que se construya esa nueva ONU que impostergablemente necesita la comunidad mundial.” GOMARIZ, E. – “Europa como sandwich.” *El Socialista*. Nº 358 (18.04.1984) p. 38. “Sin embargo, la conservación de la paz es impensable sin una acción coordinada y decidida de todas las naciones de Europa occidental.” “Editorial.” *El Socialista*. Nº 245 (17.02.1982) p. 13.

¹⁰⁶⁷ “[...] [E]l proyecto de reintegrar a Europa su personalidad propia y su capacidad de decisión independiente, haya de conectarse con la revitalización de la UEO.” MERINO, Angel – “Recobrar el puesto de Europa en el mundo.” *El Socialista*. Nº 162 (15.07.1980) p. 46.

mayor énfasis en las decisiones de sus ministros y un control del Parlamento cada vez mayor. [...] / En base a las instituciones y acuerdos hoy existentes se ha lanzado la idea de la revitalización de la Unión Europea occidental. [...] [L]a garantía de defensa es mayor en la UEO (artículo 4 del Tratado de Bruselas) que en la OTAN (artículo 5 del Tratado de Washington). Por otra parte, de la UEO no forman parte los Estados Unidos. Si la separación (*decoupling*) es probable habría que encontrar un marco para que la estrategia europea no quedase, como en la OTAN, supeditada y los entusiasmos por el frente europeo y a los enfriamientos periódicos de Washington, según como fuesen la distensión y la relación Washington-Moscú.”¹⁰⁶⁸

Este depoimento, a par de outros¹⁰⁶⁹, corresponde ainda ao período em que o PSOE, antes de ser governo, se opunha à integração de Espanha na OTAN. A mudança de opinião neste âmbito trouxe uma atenuação das manifestações no jornal oficial sobre as propostas de dissolução do sistema bipolar, porém esse objetivo continua a estar agregado aos princípios de política externa do governo e do partido. Será já enquanto primeiro-ministro que Felipe González congrega estas reflexões partidárias (já anteriormente manifestadas) – construção de um sistema de segurança autónomo na Europa e desejo de inserção de Espanha na UEO – no decálogo¹⁰⁷⁰ sobre política externa que apresenta ao parlamento em 1984:

“[...] España no forma parte de la Unión Europea Occidental en materia de defensa, siendo esta la única organización que tiene competencias en esta materia. En mi opinión, la participación de España sería deseable, aunque hay que ver antes – creo – los resultados de nuestro proceso de integración en Estados Unidos.”¹⁰⁷¹ [Crê-se que em vez de Estados Unidos deveria estar escrito CEE, tratando-se de um lapso da transcrição dos discursos parlamentares, constatável pela incoerência dos acontecimentos à época e pela confrontação desta declaração com outras fontes].

A partir das resoluções do 30º Congresso, que aprovam a permanência na OTAN, a CEF do partido aprova a iniciativa de integração na UEO, meio importante para que Espanha contribua para “un mayor protagonismo para la política de seguridad europea.”¹⁰⁷² Ficam estabelecidas as bases para que partido e governo confluam nas orientações de política externa. Em 1987, a Comissão dos Negócios Estrangeiros do Congresso dos Deputados aprova uma resolução proposta pelo PSOE, em consonância com as diretrizes do governo, que estabelece as linhas de reforço de uma autonomia de defesa europeia, entre elas, “que

¹⁰⁶⁸ MORÁN, Fernando - “Paz y defensa de Europa.” (Artigo extraído do livro *Una política exterior para España*). *El Socialista*. Nº 232 (18.11.1981) p. 57.

¹⁰⁶⁹ MERINO, Angel – “Recordar el puesto de Europa en el mundo.” *El Socialista*. Nº 162 (15.07.1980) p. 46.

¹⁰⁷⁰ “Felipe González ofrece consenso sobre permanencia en la OTAN.” *El Socialista*. Nº 369 (01.11.1984) p. 5.

¹⁰⁷¹ Discurso de Felipe González no Congresso dos Deputados. *DS*. Nº 157 (23.10.1984) p. 7070.

¹⁰⁷² “La contribución a la paz será mas sólida si permanecemos en la Alianza Atlántica.” *El Socialista*. Nº 396 (01.01.1986) p. 5. Cf. “La opción que más interesa a España es la permanencia en la OTAN.” *El Socialista*. Nº 396 (01.01.1986) p. 3; “Una política de paz y seguridad para España.” *El Socialista*. Nº 395 (16.12.1985) p. 7-10.

España apoye el desarrollo de una política europea en materia de seguridad”, estando, para isso, “dispuesta a participar en todos los foros adecuados, incluida, obviamente, la Unión Europea Occidental, si se revitalizara con esta finalidad [...]”¹⁰⁷³

Com a confirmação da permanência na OTAN pelo referendo, os socialistas incidem na mensagem de reforço do pilar europeu na organização¹⁰⁷⁴, o que seria feito através da UEO, na qual era urgente a integração Espanha, o que vem a acontecer em 14 de novembro de 1988 (Espanha entra juntamente com Portugal)¹⁰⁷⁵. A perspetiva de reforço do pilar europeu na OTAN através da UEO estava na agenda europeia, após o acordo da Plataforma sobre os Interesses de Segurança Europeia, em Haia, em 1987. O objetivo era revitalizar a UEO, utilizando-a como fórum privilegiado das questões de segurança europeia, podendo fazê-la evoluir para um futuro braço armado de uma Europa autónoma neste domínio. A aquisição de um efetivo poder europeu de defesa permitiria reforçar o pilar europeu da OTAN. Mas, note-se que, como ficou expresso no início deste capítulo, a Plataforma da Haia só foi possível com a ressalva de que - ponto importante para os países com uma forte tradição atlantista - tal assunção de segurança europeia seria sempre feita em articulação transatlântica e nunca em sua contraposição¹⁰⁷⁶.

Em termos de discurso oficial, o partido parece ir ao encontro da posição europeia dominante, defendendo o reforço do pilar europeu da OTAN (essencialmente porque é favorável ao contrabalanço da posição dominante dos EUA na Aliança), mas nos fóruns das negociações intergovernamentais o governo revela um ideal contrário. É certo que, com o aprofundamento da discussão em torno da CIG para a união política, os socialistas, no governo, nos debates parlamentares, em artigos de opinião, discursos circunstanciais, nas resoluções de congresso e nos manifestos eleitorais a partir de 1989¹⁰⁷⁷, continuam a

¹⁰⁷³ Proposta de resolução apresentada ao Congresso dos Deputados, pelo grupo socialista, lida pelo deputado Barrero Lopez. *DS*. Nº 114 (21.04.1987) p. 4436. Cf. “Una España europea por la paz.” *El Socialista*. Nº 428 (30.04.1987) p. 6.

¹⁰⁷⁴ “España refuerza el pilar europeo.” *El Socialista*. Nº 401 (12.03.1986) p. 3.

¹⁰⁷⁵ Após a aprovação parlamentar do pedido de adesão à UEO, em abril de 1987, e as manifestações de vontade do governo de Madrid junto do Conselho de Ministros da organização, as negociações são abertas e culminam na adesão. Cf. *DS*. Nº 114 (21.04.1981) p. 4440, 4441; *DS*. Nº 108 (10.05.1988) p. 6727; LUELMO, Francisco José Rodrigo – “La Adhesión de España a UEO”. CVCE.EU, 08.07.2016 [Em linha]. [Consult. 20.11.2016]. Disponível em WWW: < http://www.cvce.eu/obj/la_adhesion_de_espana_a_la_ueo-es-7a3c69b6-cfcb-4793-af45-256a865d62c6.html >.

¹⁰⁷⁶ WESTERN EUROPEAN UNION – “Platform on European Security Interests.” The Hague: 27.10.1987 [Em linha]. [Consult. 21.11.2016]. Disponível em WWW: < http://www.cvce.eu/en/obj/platform_on_european_security_interests_the_hague_27_october_1987-en-444f642c-62ed-4fd9-8136-a129d2de3783.html >.

¹⁰⁷⁷ Cf. “Una política internacional, el papel de España en el mundo.” (Resoluções de congresso). *El Socialista*. Nº Especial 31º Congreso (22.01.1988) p. 39; “España en la Unión de Europa Occidental.” *El Socialista*. Nº 466 (30.11.1980) p. 5; PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p. 15; PSOE – “Programa Electoral 1989.” 1989. p. 75; PSOE – “El programa de la mayoría.” 1993. p. 93.

defender a revitalização da UEO como embrião de um sistema de segurança e defesa europeia. Mas até que ponto concebem a criação de uma defesa europeia? Com um verdadeiro exército europeu? Ou outro tipo de capacidades operacionais? Em eterna articulação com a OTAN? Ou como um sistema de segurança capaz de ser independente?

A documentação consultada para este trabalho revela-nos que o governo parece inibir-se em ir ao detalhe da questão, o que é incrementado pelo facto de a oposição ser um pouco passiva neste tema, que acaba por ser menos debatido em privilégio de outros, como a UEM e a união política no âmbito da reestruturação de competências institucionais da CEE. Mas algumas passagens dos debates e trabalho das comissões no Congresso dos Deputados revelam-nos que, por trás do discurso oficial de articulação com a OTAN, o partido defende um ideal diferente. Porém, o europeísmo dos socialistas nesta matéria tem limites. Vejamos.

Embora Felipe González conceba no futuro a criação de um exército europeu, não o acha plausível a curto prazo. Em resposta à confrontação do deputado Anasagasti Olabeaga, do grupo parlamentar basco, que pede pressão ao governo na CEE para a realização de um exército europeu, González, embora concorde com o objetivo, adverte para a necessária adaptação à realidade negocial da Comunidade - “creo poder afirmar que en los objetivos europeos estamos substancialmente próximos y de acuerdo.” Porém, adverte: “[h]ablar en esto momento de ejército europeo o de una perspectiva de unidad defensiva europea, incluso de política exterior común, entendida en el sentido en el que hoy se puede entender la política exterior o la política de defensa para cada uno de los Estados, es una anticipación exagerada en el tiempo.”¹⁰⁷⁸ Ora, o líder socialista parece assim conceber uma defesa europeia através de um exército comum, mas condiciona a sua concretização ao intrínseco *neofuncionalismo* comunitário ou a um avanço ditado por pequenos passos.

Neste âmbito, Espanha propõe medidas concretas para ir criando algumas capacidades operacionais de defesa à CEE, através da UEO, em articulação com a OTAN, mas concebendo um futuro em que a defesa europeia se possa desenvolver independentemente da Aliança Atlântica. Na Conferência de Bruxelas, do Comité de Planos e Defesa da OTAN, e em reunião posterior do Conselho Atlântico, em Copenhaga (nas quais se discutia a adaptação da estrutura de forças da OTAN ao seu novo conceito estratégico, derivado da nova situação internacional pós-Guerra Fria), o governo espanhol propõe que o processo de reestruturação dos comandos e capacidades militares ao serviço da OTAN não deveria impedir que se desenvolvesse, no seio da UEO, uma força semelhante. Isto levaria a que houvesse unidades

¹⁰⁷⁸ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados. DS. Nº 003 (05.12.1989) p. 101, 102.

militares com dupla utilização, o que seria uma solução temporária enquanto não se resolvesse a relação da OTAN com a UEO¹⁰⁷⁹. Assim, sugere o imediato avanço na criação de disponibilidades operacionais para a UEO, processo simultâneo ao da reestruturação da OTAN.¹⁰⁸⁰ No seguimento das propostas, o governo socialista assume uma posição efetivamente europeísta para a defesa europeia, i.e, concebendo-a independentemente da Aliança Atlântica. Este ideal do governo fica evidente quando o ministro da defesa explica à respetiva comissão parlamentar nacional o contexto das divergências nas negociações sobre o assunto:

“Hay discrepancias e éstas se centran especialmente en el futuro de la UEO. Aquí hay posiciones delimitadas, en algunos casos con contornos ambiguos que suscitan ciertas dudas. Por ejemplo, la postura británica es nítida: hace depender la UEO de la Organización del Tratado del Atlántico Norte y convierte a la UEO en el pilar europeo, con una autonomía muy delimitada y con una influencia muy grande por parte de Estados Unidos. No existe una posición de contrapeso en esta propuesta que, sin embargo, tiene algunos aspectos muy positivos y que tiene, sobre todo, la virtud de la claridad. Se puede trabajar sobre ese documento aunque se esté en desacuerdo con él, como es el caso del Gobierno español.”¹⁰⁸¹ [Sublinhado nosso].

Apesar de contra ela, o governo aceita a posição dominante, que garantia aos países atlantistas a articulação com a OTAN. Nesta discussão, Felipe González está do lado dos europeístas, com a França e Alemanha, posição que se coaduna com o enquadramento de Espanha na OTAN – em que após o referendo decide ficar de fora da estrutura militar da organização, embora concordando com outras formas de colaboração. Para um país que não tinha uma tradição atlântica, que acabara por aceitar a adesão à Aliança mais por conveniência estratégica para as negociações do alargamento do que de efetiva conceção política nacional, o desenvolvimento de uma defesa autónoma na Europa permitia melhor suprir a necessidade da inserção plena de Espanha num sistema coletivo de segurança e defesa.

Assim, concluímos, apesar de o governo embarcar no discurso da revitalização da UEO como reforço do pilar europeu na OTAN, fá-lo no sentido em que não pode escapar ao

¹⁰⁷⁹ “Y, sobre todo, la representación española en la Conferencia insistió mucho en que este proceso no debía impedir que pudiera existir en el seno de la UEO una fuerza similar que, lógicamente, tendría que utilizar prácticamente las mismas unidades, porque no se puede duplicar la fuerza, por motivos de todo tipo. Es decir, que habría unidades con doble uso. Puede ser que en el futuro haya unidades que dependan indistintamente de la OTAN y de la UEO, cuando se resuelva el problema de la relación entre la Unión Europea Occidental y la OTAN, definiendo ese concepto de pilar europeo que tanto nos preocupa a todos.” Intervenção do ministro da defesa, García Vargas, na Comissão de Defesa do Congresso dos Deputados. *DS*. N° 286 (20.06.1991) p. 8193.

¹⁰⁸⁰ “Pero se recoge muy expresamente en el informe del Comité militar la necesidad de respetar y tener en cuenta el desarrollo de una identidad europea de defensa en la futura estructura de fuera de la OTAN. Por tanto, el proceso de construcción de un concepto de seguridad netamente europeo no se interfiere con este proceso.”

Ibidem.

¹⁰⁸¹ *Ibidem*, p. 8202.

establishment europeu nesta matéria, razão que explica também por que nos diversos manifestos eleitorais a relação UEO/OTAN não se encontra expressa, até ao manifesto de 1993, ano da entrada em vigor de Maastricht. Este não é, sequer, um detalhe da política de defesa europeia do qual Felipe González tenha tido a preocupação em clarificar no partido e no governo. Em tema delicado, cujo ideal de governo está contra o *status quo* europeu, é melhor não mexer e não lembrar a oposição nacional de tal divergência. Isto coincide com a tendência, verificada em alguns estudos sobre a europeização dos partidos, de se evitarem temas europeus polémicos. Além disso, González tinha outras batalhas a travar nas negociações intergovernamentais, mais importantes e determinantes para o futuro a curto prazo do país – como constatámos na segunda parte. Daí que o próprio governo, apesar de ter veiculado a sua real posição nos fóruns próprios europeus de discussão do assunto, não tenha enveredado pela reiteração dessa ideia no debate político doméstico, nem tenha transportado a discussão para o partido. Quando o primeiro-ministro vai dando conta ao parlamento do estado dos trabalhos nas CIG's e do resultado final das negociações no Conselho Europeu de Maastricht, fá-lo sem contrariar a disposição de uma política externa e de segurança comum compatível com a Aliança Atlântica¹⁰⁸².

Ainda relativamente ao tema, importa saber também que modelo de decisão defendem os socialistas para uma PESC. O quão comum é a política externa e de segurança que defendem? Será que se acomodam-se o *status quo* da CPE, aceitando a institucionalização de uma PESC intergovernamental, ou defendem a supranacionalidade? O desejo de uma política externa e de segurança comum para a Comunidade é permanentemente manifestado, em resoluções de congresso, em manifestos eleitorais e noutros documentos estratégicos do partido, assim como em discursos de governo¹⁰⁸³. Mas a forma vaga e generalista como é expressa essa pretensão, na maior parte da documentação analisada, dificulta a determinação sobre os moldes institucionais em que os socialistas a concebem. Induzimos que a posição do governo se situa na intergovernamentalidade, mas com pendor para a adoção de algumas decisões por maioria qualificada ou, pelo menos, com um instrumento de negociação que permitisse, de facto, adotar posições comuns a nível internacional. Porém, encontramos poucas manifestações que nos permitam sustentar esta ideia. Atentemos na resposta de Felipe

¹⁰⁸² Cf. DS. Nº 77 (18.12.1990) p. 3832; DS. Nº 125 (01.07.1991) p. 6024; DS. Nº 155 (17.11.1991) p. 7762.

¹⁰⁸³ Cf. “Resoluciones 31º Congreso.” *El Socialista*. Nº Especial 31º Congreso (22.01.1988) p. 40; “(1) Resolución Política.” (32º Congreso). *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 2, 23; “La CEE, partidaria de crear un enclave kurdo en el norte de Irak.” *El Socialista*. Nº 523 (15.04.1991) p. 3; PSOE – “Manifiesto Europeo. Por las cosas bien hechas.” 1987. S.p.; PSOE – “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989. p. 15.

González ao deputado do grupo parlamentar basco, que clamava por uma efetiva política externa comum europeia:

“El segundo elemento que nos acercaría a la posición que usted expresa, sobre una política exterior europea, sería perfeccionar la técnica de la cooperación política prevista en el Acta Única y darle un sentido de coherencia con lo que en la Comunidad se entiende por política exterior que, al igual que yo, sabe S. S. que son las relaciones comerciales de la Comunidad.”¹⁰⁸⁴

Ora, a política comercial externa, competência exclusiva da UE, é estabelecida, de forma geral, através de negociação comum pela Comissão, que dispõe para tal de um mandato autorizado pelo Conselho de Assuntos Gerais e Negócios Estrangeiros – isto é, há uma definição de posição através da intergovernamentalidade (com a devida consulta do PE e parlamentos nacionais), mas com recurso à Comissão para a executar, exercendo-se assim um poder de negociação única europeia neste domínio¹⁰⁸⁵. Pela analogia feita, depreende-se assim que González defende o exercício de uma voz única pela UE em matéria de política externa, cuja execução ficaria a cargo da Comissão, mas cuja decisão dependeria unicamente do âmbito intergovernamental. O presidente do governo parece só conceber uma política externa supranacional quando emanada de instituições europeias democraticamente representativas. Apesar de frisar, na apresentação do relatório sobre as conclusões do Conselho Europeu de Dublin, que está apenas a relatar conclusões e não a dar opiniões, deixa de facto antever a sua opinião:

“Junto al concepto del que hablé antes de ciudadanía europea, en la unión política la resistencia a ir creando una política exterior común será muy fuerte, y, desde luego, no se avanzará como no sea a través de una política exterior o de seguridad definida por el Consejo Europeo. De nuevo no estoy marcando una oposición, sino describiendo una situación. No es concebible en Europa que la política exterior común la pueda tener, dentro de tres, cuatro o cinco años, el Presidente de la Comisión; no es concebible. Nos guste más o nos guste menos, no lo será hasta que el Presidente de la Comisión no salga de la legitimación plena de un Parlamento que represente por sufragio universal a todos los europeos. Y no digo que no pase por una cuestión de confianza, que eso sí está en el horizonte, y se hará, del Parlamento Europeo. Digo que es muy difícil que cada Estado miembro, a partir de sus órganos de representación en materia de política exterior, que son los gobiernos de cada país, delegue nada más y nada menos que la política exterior y la de seguridad en un órgano común como la Comisión. Eso será responsabilidad, si se avanza en

¹⁰⁸⁴ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados. *DS*. Nº 003 (05.12.1989) p. 102.

¹⁰⁸⁵ WOOLCOCK, Stephen – “Trade Policy. A further shift towards Brussels.” In WALLACE, Helen et al. (ed.) - *Policy-making in the European Union*. Cit. p. 387-390; NUGENT, Neill – Ob. cit. p. 372-375.

ese camino, siempre del Consejo. Yo creo que en esto merece la pena no engañarse en cuanto a la orientación.”¹⁰⁸⁶ [Sublinhado nosso].

Ora, se anteriormente deduzimos que González admitia a evolução da CPE para um modelo comparado ao da política comercial comum – com operacionalidade comum a através da concessão de poder executivo à Comissão, esta declaração última deixa claro que a PESC deve emanar da decisão do Conselho Europeu enquanto a UE não aprofundar a sua legitimidade democrática. I.e., deve permanecer no domínio da intergovernamentalidade. Se juntarmos estas conclusões às que retirámos no capítulo III (ponto 3, segunda parte), sobre a posição do partido face à união política - em que o líder socialista não descarta uma evolução federal, mas apenas como um caminho progressivo à medida das necessidades, ao modo *neofuncionalista*, concluímos que concorda com os moldes intergovernamentais acordados em Maastricht para a PESC – quanto mais não fosse porque também não se verificam manifestações em contrário.

Porém, Felipe González pretende agilizar as decisões no âmbito do Conselho para a adoção de “posições comuns” e “ações comuns”, os instrumentos políticos da PESC que resultaram do TM. A posição do líder socialista era que, pelo menos, pudesse ficar estabelecida a maioria qualificada para aprovação de “ações comuns”:

“La fórmula que ha salido lamento confesar que es la que se ofreció por parte de España para salir del atolladero, porque no había manera de llegar a un acuerdo. Fue España la que propuso: Lleguemos por lo menos a un acuerdo por unanimidad en qué materia vamos ha decidir por mayoría cualificada. Ya comprendo que es un poco rizar el rizo, pero ante el bloqueo ésa fue una fórmula de salida que utilizamos; si no, no había manera de sacar la mínima decisión que no fuera por unanimidad en todo. Es absurdo establecerlo para las acciones comunes, sobre todo en la primera fase de construcción de una política exterior y de seguridad común; es inevitable la unanimidad para decidir hacia dónde se va a dirigir la política exterior, pero después, para el desarrollo de esas acciones comunes, lo lógico sería la mayoría cualificada. Eso pedíamos, pero en realidad se ha tomado mucha precaución al respecto.”¹⁰⁸⁷

Nesta intervenção, fica fortalecida a nossa conclusão: o governo socialista espanhol não concebe outra forma que não seja a intergovernamentalidade e unanimidade para a definição das diretrizes da PESC, embora fosse mais flexível do que os parceiros europeus, ao defender a maioria qualificada para a decisão de “ações comuns”.

¹⁰⁸⁶ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados. DS. Nº 47-1 (27.06.1990) p. 2310.

¹⁰⁸⁷ Intervenção de Felipe González, enquanto primeiro-ministro, no Congresso dos Deputados, a informar sobre as conclusões do Conselho Europeu de Maastricht. DS. Nº 155 (17.12.1991) p. 7788.

Concluimos, assim, como Paul Kennedy, que o PSOE é, no geral, um partido europeísta na questão da política externa – “The party’s embrace of NATO did not prevent the PSOE from establishing itself as one of the EU member countries most in favour of a more pronounced foreign and security policy identity.”¹⁰⁸⁸ Mas, importa destrinçar o que se entende por europeísmo, ao atribuí-lo à dimensão da PESC. É europeísta no sentido em que defende a criação de uma atuação comum comunitária em termos de política externa e, particularmente, na conceção de um sistema de defesa verdadeiramente europeu, i.e., autónomo, independente da Aliança Atlântica - apesar de na maioria do seu discurso defender a UEO como reforço do pilar europeu da OTAN, como vimos, concebe como ideal o desenvolvimento da UEO como sistema independente. Já quando analisamos as propostas para a concreta institucionalização da PESC, e definição do seu modelo de decisão, se bem que podemos adotar europeísmo para qualificar a posição do PSOE, é-o apenas na medida em que defende uma política comum, europeia, neste domínio. Se quisermos qualificar o quão comum - no sentido da repartição de poderes decisão, i.e., na feitura da política - é a PESC defendida pelo PSOE, temos, necessariamente, de moderar a qualificação europeísta anteriormente atribuída.

Tal como aconselhamos a moderar a atribuição integracionista feita por Esther Barbé ao partido relativamente ao mesmo domínio. A autora insere Espanha no grupo dos estados integracionistas (oposto ao dos intergovernamentalistas).¹⁰⁸⁹ Fá-lo com base em algumas declarações de Felipe González, a assumir que uma política externa comum era um dos elementos básicos para o aprofundamento comunitário, um dos pilares fundamentais, juntamente com a UEM, para uma união europeia. Suporta ainda esta qualificação integracionista com base na posição assumida pelo governo espanhol na CIG em 1991, em que identificou a política externa como pilar fundamental para a união política e as falhas na gestão da crise do Golfo como evidência da falta de instrumentos europeus adequados para responder à situação. Adiciona ainda aos argumentos a reclamação socialista por uma concretização da PESC no âmbito da segurança com meios próprios (que interpretamos, separada da OTAN) e a adoção de ações comuns através de maioria qualificada (tal como também já constatámos anteriormente). Mas a própria autora conclui também que, relativamente ao método de decisão, o governo espanhol evoluiu de uma posição mais flexível para uma mais estrita pela preferência pelo consenso político como regra,

¹⁰⁸⁸ KENNEDY, Paul – Ob. cit. p. 50.

¹⁰⁸⁹ BARBÉ, Esther – “European Political Cooperation: The upgrading of Spanish foreign policy.” In GILLESPIE, Richard, et al. (ed.) – *Democratic Spain. Reshaping* [...] Cit. p. 111-114.

nomeadamente para acautelar alguns interesses nacionais no âmbito das relações com a América Latina.

Ora, se a nossa análise, feita anteriormente, ao posicionamento do governo socialista face à PESC coincide com os pressupostos de Barbé, já não podemos coincidir com o tom afirmativo com que a autora qualifica a posição do PSOE de integracionista. Se o pode ser pelo carácter político que os socialistas pretendem conferir à Comunidade, ao fazê-la evoluir da *low politics* para a *high politics*, ou por preferirem uma defesa independente da OTAN, não o é pelo facto de o partido se acomodar a uma política de carácter intergovernamental, não *comunitarizada* (embora chegasse a conceber a adoção do modelo de política comercial para a PESC), em que o Conselho tem um predomínio essencial e exclusivo na decisão e execução. Aliás, concertante com a nossa posição, mas paradoxalmente com a sua própria, Barbé destaca também o predomínio do intergovernamentalismo na posição socialista espanhola:

“In a word, the Spanish position with regard to the institutional options of the EPC/CFSP can generally be described as integrationist (in favour of having a common foreign policy), while with regard to the mechanism the Spanish position tended towards ‘supranational intergovernamentalism’ (Keohane and Hoffman 1991), which centres attention on policy negotiation at the highest level (European Council). Politically, this can be seen as Spain pronouncing itself in favour of reinforcing the role of the European Council and the Council of Ministers in the EPC/CFSP, in contrast to maintaining the reduced role of the Commission and Parliament.”¹⁰⁹⁰

Parece-nos, pois, que concordamos na essência da análise à posição do PSOE face a esta política, mas que discordamos na qualificação que dela fazemos – pois concebemos o termo integração como muito relacionado com a transferência de competências para o nível supranacional – i.e., não apenas com a mera institucionalização da política (como a autora parece conceber), mas com a real transferência de poderes que as disposições institucionais nos tratados permitem. Assim, e pelo já exposto ao longo de todo este capítulo, consideramos que os socialistas espanhóis pudessem ser integracionistas no ideal – recorde-se que Felipe González diz que só quando houver um presidente da Comissão democraticamente legitimado pode conceber uma PESC emanada deste órgão – mas que são realistas e, por inerência, intergovernamentalistas na execução, acautelando a prevalência do poder governamental neste domínio, embora não descurando uma futura integração efetiva desta política.

¹⁰⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 114.

1.2 PS: na dificuldade da *euroatlanticidade*, por uma PESC frouxa ...

Quando os partidos democráticos se envolveram no processo de transição após a Revolução 25 de Abril, Portugal já fazia parte da OTAN, sendo um dos seus membros fundadores, ao contrário do caso de Espanha. Salazar tinha recusado a Europa enquanto projeto de construção política, mas acaba por integrar algumas organizações intergovernamentais ocidentais que lhe permitem suprir as insuficiências do regime. O ideal seria manter-se afastado de qualquer organização internacional europeia e ocidental do pós-guerra, pois embora partilhasse com elas o temor pelo expansionismo soviético, não perfilhava dos valores democráticos dos aliados triunfantes da IIGM. Tão-pouco do capitalismo libertário dos EUA. Mas a realidade interna, de profunda carência económica, e a crescente tensão entre os dois lados que sedimentam a Guerra Fria, levou o regime português a adotar o pragmatismo como via de sobrevivência económica e política. Assim como aderiu à OECE, à EFTA e mais tarde pediu mesmo um acordo comercial com o MC, também acabou por aceitar o convite para integrar a OTAN. Perante os sinais da URSS, Portugal assegurava assim a sua defesa nacional, que sem integração numa aliança não seria eficaz. Estar na Aliança Atlântica foi a forma de estar com o Ocidente, apenas em termos geoestratégicos, mantendo incólume a natureza ideológica e política do regime. Esclarecia Salazar: “[s]eja como for, sentimo-nos obrigados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso país estamos suficientemente esclarecidos.”¹⁰⁹¹ Na verdade, a iniciativa norte-americana foi *ouro sobre azul* para Salazar. A OTAN convém aos interesses da ditadura, cujo imperativo era manter as características políticas do Estado Novo, com a continuação de uma política virada para África¹⁰⁹², ressaltando o que o Tratado de Bruxelas - que criou a União Ocidental, com as indefinições iniciais de uma certa ambição evolutiva em termos políticos – não garantia.

Por seu turno, a atitude complacente dos europeus para com Salazar – que Franco não teve – deve-se à atitude colaborante que o regime adotou na fase final da guerra, cedendo a utilização de facilidades nos Açores, apesar do seu declarado neutralismo perante o conflito. Razão por que, perante a motivação geoestratégica dos EUA em convidar Portugal para

¹⁰⁹¹ SALAZAR, A. de Oliveira - “Portugal no Pacto do Atlântico.” Discurso proferido na Assembleia Nacional, 25.07.1949. Cit. in SILVA, António M. da - *Portugal e a Europa, distanciamento* [...] Cit. p. 297.

¹⁰⁹² *Idem, ibidem*, p. 264-304.

membro fundador da OTAN, os aliados europeus não se opuseram, fazendo assim com que Salazar não sofresse o mesmo isolamento da vizinha Espanha e pudesse beneficiar de uma *semi-integração* no sistema de alianças ocidentais que tão útil era para o suprimento de incapacidades militares e económicas do regime. É esta a situação que o PS, no início da transição democrática, herda do *salazarismo*. Um Portugal integrado na Aliança Atlântica, facto sobre o qual os socialistas já se haviam manifestado durante a oposição.

a) Da recusa idealista do bipolarismo à resignação pragmática ao atlantismo

A entrada de Portugal na OTAN despertou a crítica de Mário Soares ainda quando estava afeto ao PCP, tendo participado num abaixo assinado contra a constituição da organização. É certo que o fazia mais por seguidismo da ação opositora dos comunistas em Portugal, os únicos com uma estrutura verdadeiramente organizada, do que por consciência do que estava em causa.¹⁰⁹³ Mas mesmo após ter abandonado o partido e depois de seguir o rumo político do socialismo democrático, continua crítico da organização durante a oposição à ditadura. A pertença de Portugal à Aliança Atlântica foi um tema forte de oposição a Salazar, alegando o paradoxo de uma organização defensora da democracia e liberdade em acolher um estado ditatorial. Em 1973 (ou 1974), subscreve um comunicado conjunto com o Partido Socialista francês a condenar o assento na organização. Se bem que esta abordagem só demonstra um aproveitamento utilitário do tema como estratégia de oposição à ditadura, noutras manifestações constata-se que Soares negava a pertinência da existência da OTAN.

Na crónicas “Fogo Solto”, que escreve para o jornal *República*, faz referência “à irremediável decadência” da organização que “dividiu a opinião pública dos países da Europa Ocidental” e deu lugar a infundáveis polémicas e agitadas campanhas.”¹⁰⁹⁴ Considera a Aliança “uma sobrevivência do passado”, criada “ao redor de um perigo de guerra hoje inexistente.”¹⁰⁹⁵ Estas crónicas são escritas nos anos 60, mas esta posição mantém-se até ao fim da ditadura, sendo durante o exílio uma influência para a determinação dos princípios de constituição do PS. Em França, em 1972, assiste à convenção socialista de Suresnes, na qual se aprovou uma moção com o objetivo de realizar “uma conferência internacional dos países

¹⁰⁹³ Mário Soares confessa que nessa altura de juventude não tinha consciência do que estava em causa com a criação da OTAN. In RESENDE, Mário Bettencourt - *A Incerteza dos Tempos. Entrevista a Mário Soares*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003. p. 65.

¹⁰⁹⁴ SOARES, Mário - “Fogo Solto – O Cinquentenário do Integralismo” (crónica para o jornal *A República*, que não chegou a ser publicada). 7.05.1964. “Colaborações em Jornais e Revistas/República/”Fogo Solto”, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93332 (2016-12-2). Nota: a citação de todos os documentos consultados no arquivo em linha CasaComum.org obedece à norma indicada pelo próprio arquivo.

¹⁰⁹⁵ *Idem, ibidem.*

da Europa, da URSS e dos Estados Unidos, cujo objectivo ser[ia] restabelecer um pacto de segurança colectiva, que impli[casse] a dissolução simultânea dos Pactos do Atlântico e de Varsóvia [...].”¹⁰⁹⁶

O pensamento de Soares neste domínio é influenciado pela linha neutralista que o Partido Socialista francês começou a desenvolver desde o fim da IIGM, defendendo para a Europa um papel de imparcialidade em clima de Guerra Fria,¹⁰⁹⁷ e pelo jornal *France Observateur*, que lhe desvendam uma alternativa aos dois modelos teóricos então dominantes no sistema internacional. O seu envolvimento com o MFE foi também influente nesse sentido, enquanto crítico de uma Europa meramente económica, vendo numa federação europeia a via de dissolução do Pacto do Atlântico e do de Varsóvia.¹⁰⁹⁸ Para Soares, o bipolarismo da Guerra Fria tornava-se, pois, subversivo, para satisfazer objetivos próprios, como provar a admissão de Portugal na OTAN.¹⁰⁹⁹ “Quem não vê, hoje, que uma vitória dos falcões americanos ou dos revanchistas alemães reforçaria, no campo soviético, os saudosistas do stalinismo? Quem não sente que uma ‘abertura’ no Ocidente, fomentadora de autêntico pluralismo, é a única via possível para descongelar a situação de Leste?”¹¹⁰⁰ O socialista defende, assim, um apaziguamento de relações internacionais e a abertura ocidental a leste. A negação do sistema bipolar fica também expressa na análise da situação política internacional, feita pela ASP em 1970¹¹⁰¹. Já a declaração de princípios e formação do PS, de 1973, proclama o não alinhamento com qualquer um dos blocos:

“1.2 Na base do princípio de soberania nacional, da independência e da igualdade entre os Estados, será adotada uma política activa de não alinhamento em relação aos blocos políticos e militares existentes. Consequentemente, o P.S. repudia a utilização do poderio militar ou económico para impor a uma nação um sistema político e social contra a vontade da maioria dos seus habitantes.” [...]

¹⁰⁹⁶ (1972), "A Convenção Socialista de Suresne", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00034.002.007> (2016-12-2).

¹⁰⁹⁷ Cf. CRIDDLE, Byron - Ob. cit. p.19-38.

¹⁰⁹⁸ Declaração do Congresso do Movimento Federalista Europeu, realizado de 7 a 9 de abril de 1972, no qual Mário Soares esteve presente. (s.d.), "Movimento Federalista Europeu", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457 (2016-12-2).

¹⁰⁹⁹ Cf. SOARES, Mário - *Portugal* [...] cit. p. 470.

¹¹⁰⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹⁰¹ “A A.S.P. é contra a política de blocos militares, preconizando a negociação como única forma de resolução dos diferendos existentes. Manifesta-se contra a política de concessão de bases militares no nosso País, na medida em que, através dela o governo português tem obtido do governo americano apoios decisivos para o prosseguimento da guerra colonial e da ditadura no plano interno. Embora considere que a NATO não pode ser dissolvida enquanto existir o Pacto de Varsóvia, a A.S.P. não pode compreender que uma aliança que se diz de ‘povos livres’ aceite sem reservas países com regimes ditatoriais como Portugal ou a Grécia.” “Bases Orgânicas da ASP”. In “Para uma Democracia Socialista em Portugal. Textos ASP.” 1970. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 329 (469). p. 30.

“Serão tomadas medidas para uma desvinculação do País relativamente aos compromissos militares com o Pacto do Atlântico. Em consequência, tomar-se-ão as iniciativas diplomáticas e políticas julgadas necessárias com vista à retirada total das forças estrangeiras do território português, bem como à desactivação das bases e órgãos militares ocupados pelas referidas forças. O P.S. considera que compete exclusivamente ao governo português decidir do destino a dar às instalações desocupadas.”¹¹⁰² [Sublinhado nosso].

No culminar de um discurso de refutação do sistema bipolar que Soares vem construindo na oposição, está então a retirada de Portugal da OTAN como objetivo do partido para um futuro governo democrático. Porém, o pragmatismo adotado por Soares após a Revolução 25 de Abril contrapõe-se a este discurso negador da condição portuguesa de membro da Aliança Atlântica, que também era impulsionado pela estratégia socialista de conquistar votos à esquerda.

Assim, após o fim da ditadura, Soares e o partido abdicam da promessa de 1973. Nos primeiros governos provisórios, como MNE, Soares afirmará a continuação da participação portuguesa na Aliança Atlântica. Na sede da organização, em junho de 1974, afirma que Portugal “irá subscrever a projectada declaração atlântica em plena coerência consigo próprio, numa completa clareza de atitudes,”¹¹⁰³ reafirmando uma posição “aberta a todas as formas de convívio internacional”¹¹⁰⁴ do país, o que culmina com a assinatura da Declaração de Otava (uma renovação dos compromissos dos estados-membros e dos objetivos da organização), ratificada em Bruxelas, pelo Primeiro-Ministro do I Governo Provisório, Palma Carlos.

A manutenção de Portugal na OTAN é uma das orientações de política externa inscritas no programa do I Governo Provisório, que estabelece o “respeito pelos tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da Organização do Tratado do Atlântico Norte.”¹¹⁰⁵ Os Governos Provisórios, como já referido anteriormente, eram constituídos por diversas forças políticas e, por inerência, caracterizados por diplomacias paralelas, dando margem suficiente a Soares para, na pasta dos negócios estrangeiros, ir veiculando o seu modelo de política externa para o país, carente de apoio ocidental. De modo que o sentido prático do líder socialista sobrepõe-se ao seu ideal político característico do período da oposição. Acabado de sair de um regime ditatorial, Portugal, que deixava os norteamericanos e os aliados europeus *de pé atrás*, pela possibilidade de um contra golpe comunista, precisava de

¹¹⁰² *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*. Porto: Livraria Leitura, 1973. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 329 (469). p. 59, 61.

¹¹⁰³ SOARES, Mário - “Discurso pronunciado na conferência ministerial da NATO.” Otava: 18.06.1974. In SOARES, Mário - *Democratização* [...] Cit. p. 44.

¹¹⁰⁴ *Idem, ibidem*. p. 49.

¹¹⁰⁵ Programa do I Governo Provisório [Em linha]. [Consult. 24.11.2016]. Disponível em WWW: <<http://www.portugal.gov.pt/media/464072/GP01.pdf>>.

dar mostras de que estava do lado ocidental e de que, apesar de o Governo Provisório incluir o PCP, não estava por ele dominado, integrando diversas influências políticas.

Soares era MNE de um país recém liberto de uma ditadura isolacionista, que queria dar provas de mudança, de abertura e cooperação internacional. Que provas seriam dadas se recusasse a permanência na Aliança Atlântica? Além de que, à medida que vão ficando manifestas as tensões com o PCP e se extremam as posições políticas da fase revolucionária da transição, o PS e outros partidos moderados reforçam o interesse em manter as alianças ocidentais para uma possível ajuda na travagem de um avanço da esquerda no país.

Assim se entendem as declarações do líder socialista a realçar a amizade portuguesa com os Estados Unidos e a concordância da política do Governo Provisório com os preceitos americanos, como faz numa entrevista ao *Portuguese Times*.¹¹⁰⁶ Em várias manifestações, enquanto MNE dos três governos provisórios que integrou, predominou a ideia de fidelidade à OTAN, pela “necessidade que temos de não mudar subitamente o campo das nossas alianças”¹¹⁰⁷, devido a “um condicionalismo geoestratégico que não pode ser ignorado [...]”¹¹⁰⁸.

Porém, esta orientação nos governos provisórios não corresponde totalmente à que imprime no partido. Se no relatório que apresenta ao 2º Congresso do PS (o primeiro na legalidade), em 1974, o secretário-geral define que Portugal, de acordo com as linhas do MFA, deve assumir uma posição no sistema internacional condizente com a sua geografia e história, que significa manter as alianças tradicionais e os compromissos anteriores de Portugal (o que, sem se explicitar, remete para a permanência na OTAN)¹¹⁰⁹, na nova declaração de princípios resultante deste congresso, registam-se algumas incongruências. Aqui, expressa-se a vontade de desenvolver “uma política de desvinculação progressiva em relação aos blocos políticos e militares existentes conducentes a uma política de não alinhamento.” Embora não defenda uma saída da OTAN, adverte-se para uma gestão cautelosa dessa relação – “O PS entende que uma política de alianças a nível externo deve processar-se de uma forma equilibrada para impedir que Portugal seja envolvido em querelas

¹¹⁰⁶ Entrevista a Mário Soares, concedida ao jornal *Portuguese Times*. Newark, EUA: 20.06.1974. In SOARES, Mário - *Democratização* [...] Cit. p. 53.

¹¹⁰⁷ Entrevista a Mário Soares, realizada por Mário Alexandre, para *A Capital*, publicada em 13.12.1974. In *idem, ibidem*. p. 224.

¹¹⁰⁸ Entrevista a Mário Soares, realizada por Manuel Dias, para o *Jornal de Notícias*, publicada em 18.02.1975. In *Idem, ibidem*. p. 283.

¹¹⁰⁹ “A nova política internacional realizada em obediência às grandes linhas de orientação do Programa do M.F.A. tem em conta os compromissos anteriores de Portugal e as chamadas alianças tradicionais. É um acto de realismo político não abstrair das indicações da geografia e da história.” Relatório de Mário Soares no congresso, 1974. In NOSTY, B. Diaz – *Mário Soares. Um combatente do socialismo*. Lisboa: Líber, s.d. p. 175.

que dizem respeito às superpotências” – e para a “luta pela dissolução simultânea do Pacto do Atlântico e do Pacto de Varsóvia”.¹¹¹⁰ No fundo, esta ambiguidade do partido no seu congresso de 1974 refletia a conjuntura política do momento, com a deriva à esquerda de todos os partidos e com o PS, em particular, a braços com uma corrente interna da esquerda ortodoxa.

É a necessidade conjuntural nacional que prevalecerá na resposta do partido à questão da OTAN. Pese embora as resoluções partidárias ambíguas, a resposta prática do PS será pela permanência na Aliança. Os manifestos eleitorais de 1975 e 1976 não abordam o tema, mas essa será a orientação dos socialistas no primeiro governo constitucional a que presidem, em 1976. No programa de governo, considera-se que a opção europeia não é incompatível com o vínculo atlântico e esclarece-se que embora o ideal seja a dissolução simultânea dos blocos político-militares, não se concebe o enfraquecimento da Aliança sem o mesmo destino do Pacto de Varsóvia - “Somos membros da OTAN, e assim pretendemos continuar. Neste sentido se irão intensificar os contactos, quer a nível político, quer a nível militar, com vista à execução dos compromissos decorrentes da Aliança.”¹¹¹¹ Daí em diante, não mais se questionará a permanência de Portugal na Organização, sendo tema consensual entre os partidos portugueses que formarão o sistema governativo. Deste modo, a nova governação democrática do país assegura uma linha de continuidade histórica em termos de alianças de defesa.

Em suma, se as primeiras manifestações políticas de Soares contra a OTAN resultaram da sua ligação ao PCP, numa fase seguinte, essa posição resultou da evolução do seu pensamento político influenciado pela corrente neutralista do socialismo europeu, designadamente o francês, com o seu ideal de Europa unida e como alternativa ao bipolarismo, que devia assumir um papel contributivo para o desanuviamento militar e promover uma abertura ocidental a leste. Porém, enquanto perdurasse o figurino internacional bipolar e a Europa não dispusesse de um sistema de defesa próprio, não havia alternativa. E a falta dessa alternativa não deixava outra escolha a Portugal - país acabado de sair de uma ditadura, ávido por se democratizar e se abrir ao exterior - que não fosse a permanência na Aliança. Para mais, urgia dar provas de condução de uma política democrática, que não representasse ameaça para a estabilidade ocidental, afastando temores dos aliados acerca de um eventual domínio comunista nos governos provisórios.

¹¹¹⁰ PS – “Declaração de Princípios. Programa e estatutos do Partido Socialista.” 1974. p. 61, 62.

¹¹¹¹ Programa do I Governo Constitucional. p. 128 [Em linha]. [Consult. 24.11.2016]. Disponível em WWW: <<http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf>>.

É a necessidade pragmática que impera no discurso e ação de Soares como MNE dos três primeiros governos provisórios. Já no início do período constitucional, é o realismo da governação, emanado da historicidade e geografia do país, que faz reiterar a assunção dos compromissos com a Aliança. Ainda assim, o PS, nomeadamente através do seu líder, não se coíbe de manifestar o seu ideal de defesa ocidental e de desanuviamento militar, dando sinais de partilha de ideias com os congéneres europeus em termos de uma autonomia europeia na área da defesa. Ora, com a estabilização democrática de Portugal e a adesão às Comunidades, como se conciliará este discurso no PS?

b) Por um ideal de defesa europeia, mas com e na OTAN ...

“A decisão de Portugal permanecer no seio da NATO, adoptada pelo I Governo Constitucional, legitimou, pela primeira vez por meios democráticos, uma decisão fundamental para a defesa do Estado português e do seu povo.”¹¹¹² Esta afirmação, incluída no manifesto eleitoral socialista de 1983, consigna a definitiva decisão do PS pela permanência na OTAN. Nos manifestos eleitorais, programas partidários e debates na AR, esta opção é reiterada, aspirando-se a um aprofundamento da relação transatlântica, da qual Portugal colhia contrapartidas dos EUA, pretendendo-se a renegociação do acordo da base das Lajes (concretizado em 1983), para o que se pretende buscar mais-valias concretas para os Açores.¹¹¹³ A par com o interesse financeiro, os socialistas consideram que “as posições portuguesas devem fazer-se ouvir com mais insistência no seio da organização e, sobretudo, de forma integrada, evitando-se descoordenação entre departamentos, quer civis, quer militares”, a par com o reforço da “presença de funcionários civis e de militares nas várias estruturas da Aliança [...]”¹¹¹⁴

A localização geográfica de Portugal fundamenta esta opção pela OTAN, como afirma Mário Soares, na reunião do Conselho do Atlântico Norte, realizada na Madeira - “um dos vértices do triângulo estratégico que, com os Açores e o Continente, representa a inserção luso-atlântica de Portugal na defesa do Ocidente. Triângulo estratégico de importância vital, no imenso espaço marítimo e aéreo que constitui, para a estabilidade do Atlântico Norte e

¹¹¹² PS – “A resposta PS ao Portugal em crise. Manifesto-Programa.” 1983. p. 69.

¹¹¹³ “Desenvolveremos as nossas relações e o tratado de amizade com os Estados Unidos, que nos estão a dar, como é do conhecimento público, ajuda económica, financiando certos projectos específicos. Renegociaremos [...] o problema da base das Lajes, de maneira a obtermos compensações não somente para Portugal na sua globalidade, mas também, como é justo, para os Açores [...]” Discurso de Mário Soares, enquanto primeiro-ministro, na AR. *DAR*. Nº 17 (03.08.1976) p. 420.

¹¹¹⁴ Intervenção de Jaime Gama, enquanto deputado socialista na AR. *DAR*. Nº 135 (12.10.1982) p. 5686.

para as ligações entre a Europa e a América [...].”¹¹¹⁵ A transição democrática, por influência socialista (e de outros partidos do sistema governativo) consolida assim a opção atlantista do Estado Novo, confirmada, após a cedência de facilidades nos Açores aos aliados na IIGM, com o acordo celebrado em 1951, para utilização e expansão das bases açorianas em tempo de paz¹¹¹⁶ (acordo renovado em 1957 e 1983).

Contudo, esta posição do PS, reiteradamente afirmativa pela permanência na OTAN e legitimidade geográfica dessa pertença, não inviabiliza a proclamação socialista pela distensão internacional e desarmamento bilateral dos blocos. “Sem prejuízo dos compromissos de defesa assumidos no plano internacional e da indiscutível participação de Portugal na NATO, [...] o PS entende que são tarefas fundamentais para uma política exterior [...] a criação de condições para a distensão nas relações internacionais.”¹¹¹⁷ A ideia já tinha ficado inscrita no documento estratégico do partido “10 anos para mudar Portugal - proposta do PS para os Anos 80.”¹¹¹⁸

Assim, a presença de Portugal na Aliança “não significa, nem pode significar, uma alienação”, no sentido em que os socialistas “são contrários à divisão do mundo e da Europa em blocos antagónicos [...]”.¹¹¹⁹ O partido recupera, assim, o discurso pela dissolução do sistema bipolar, que caracterizara a oposição ao Estado Novo e que tinha ficado expresso na declaração de princípios do partido de 1973. E como é que vai compatibilizar esta pretensa dissolução do sistema bipolar com a pertença à OTAN? “O Governo Socialista e o Partido Socialista no seu programa de política externa falam de redução simultânea dos blocos militares e do desmantelamento simultâneo desses blocos militares ou político-militares. Mas é evidente que, enquanto isso não ocorrer [...], o governo [...] mantém em absoluto a permanência de Portugal no Tratado do Atlântico Norte e procurará cumprir escrupulosamente os compromissos a que está obrigado [...]”.¹¹²⁰ Esta é a retórica de conciliação da dualidade de ideias da política externa socialista – por um lado, defendendo a

¹¹¹⁵ “É a política de defesa nacional de Portugal soberanamente definida que deve ditar os nossos compromissos no quadro da OTAN”. *Ação Socialista*. Nº 94 (11.09.1980) p. 8. Ideia reforçada noutras manifestações do partido: “O interesse estratégico das ilhas atlânticas.” *Ação Socialista*. Nº 94 (11.09.1980) p. 10.

¹¹¹⁶ A cedência de utilização das Lajes pelos EUA, com a qual depois das primeiras recusas Salazar assente, resulta num acordo que traz contrapartidas financeiras e de ajuda militar para Portugal. Cf. TELO, A. José - *Portugal e a Nato. O reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996. p. 116-130. Por outro lado, Salazar chegara à conclusão de que, apesar de os seus objetivos de política externa estarem desfasados do sistema internacional dominante, “os EUA eram o centro do sistema ocidental para o qual não havia alternativa”, e ao qual, se quisesse manter Portugal protegido de um avanço soviético, teria de se aliar. *Idem, ibidem*, p.132.

¹¹¹⁷ PS – “Declaração de Princípios e Programa.” Lisboa: 1986. p. 12.

¹¹¹⁸ PS – “10 Anos para Mudar Portugal. Proposta PS para os Anos 80.” 1979. p. 94.

¹¹¹⁹ Intervenção de Jaime Gama, enquanto deputado socialista, na AR. *DAR*. Nº 22 (12.08.1976) p. 604.

¹¹²⁰ Intervenção de Mário Soares, enquanto primeiro-ministro, na apresentação do programa de governo na AR. *DAR*. Nº 17 (03.08.1976) p. 420.

distensão internacional e, por outro, a permanência na Aliança Atlântica. O objetivo de dissolução dos blocos militares só se pode atingir em simultâneo e, enquanto isso não acontecer, Portugal permanecerá firmemente na OTAN, defendendo aí a política de diálogo este-oeste. A tese é apresentada pelo PS em diversos fóruns europeus e atlânticos.¹¹²¹ Internamente, no partido, a reclamação deste objetivo e do caminho para um neutralismo da Europa reflete-se em moções ao IV Congresso, de 1981, provindas de fações mais à esquerda, mas cujo teor se compatibiliza com a moção do próprio líder recandidato ao cargo.¹¹²²

Agregado ao objetivo de desanuviamento internacional está o da constituição de uma capacidade europeia no âmbito da política externa e de defesa, capaz de contribuir para esse fim. “Daí a ideia que se impõe com cada vez mais força da criação de uma estrutura europeia, de um concerto das nações europeias, que não sirva, de forma nenhuma, de vertente deslizante para um neutralismo, que ninguém professa, mas que permita criar no campo da defesa a entidade europeia, que possa negociar os aspectos essenciais com os nossos aliados poderosas da outra margem do Atlântico.”¹¹²³ Esta intervenção na AR baseia-se na assunção de que Portugal e a Europa têm outros interesses geoestratégicos que não apenas os coincidentes com a Aliança, para os quais é necessário essa estrutura, com capacidade política e material para a defesa europeia.

Mas, mesmo nos interesses coincidentes com a OTAN, o partido considera indispensável que a Europa assuma uma voz ativa.¹¹²⁴ Essa sugestão continua a ser feita pela bancada socialista na AR, mesmo já depois de Portugal estar na CEE¹¹²⁵ e é reafirmada pelo

¹¹²¹ Mário Soares defende essa tese em diversos momentos: no XV Congresso da Internacional Socialista - “Só num contexto de desanuviamento é possível encontrar as condições adequadas ao diálogo entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento”. *Acção Socialista*. Nº 104 (20.11.1980) p. 10, 11; numa visita à Grécia, em 1983 - “Mário Soares obteve apoio sem reservas à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.” *Acção Socialista*. Nº 248 (25.08.1983) p. 6, 7; em declarações à comunicação social nacional - “Entrada de Portugal na CEE - ‘mais do que palavras são precisos agora factos’.” *Acção Socialista*. Nº 249 (01.09.1983) p. 6, 7; e junto dos partidos socialistas da Aliança Atlântica - “Imperioso consenso sobre defesa entre os partidos socialistas europeus.” *Acção Socialista*. Nº 330 (28.03.1985) p. 8, 9.

¹¹²² “Moção de orientação para o Congresso do PS ‘Esquerda laboral’.” (Subscrita por Adelino Teixeira de Carvalho ...). *Acção Socialista*. Nº 120 (13.03.1981) p. 6; “Novo rumo para o PS - organizar, descentralizar, recuperar a iniciativa política e social.” (Subscrita por Mário Soares). *Acção Socialista*. Nº 120 (13.03.1981) p. 15; “Por um projeto socialista, por um partido democrático. Dar a palavra aos trabalhadores e aos militantes.” (Subscrita por António Andrade Afonso ...). *Acção Socialista*. Nº 120 (13.03.1981) p. 22.

¹¹²³ Intervenção de deputado socialista José Luís Nunes na AR. *DAR*. Nº 28 (14.12.1984) p. 1050.

¹¹²⁴ “[...] [É] preciso não perder de vista que os países europeus, através do seu empenhamento num projecto europeu no quadro da Aliança, podem e devem alargar política e tecnologicamente a sua capacidade de influenciar a própria evolução da estratégia defensiva da NATO.” Intervenção de Acácio Barreiros, deputado socialista, na AR. *DAR*. Nº 36 (08.01.1985) p. 1357.

¹¹²⁵ “Os países da Europa estarão com tanto mais força e tanto mais vontade de se defenderem da ameaça soviética e do Pacto de Varsóvia na Organização do Tratado do Atlântico Norte, quanto mais puderem ter uma voz cada vez mais activa nesses planos de defesa, [...] e quanto mais evitarem transformar-se, somente, num

líder do PS junto dos pares, na conferência de partidos da social-democracia dos países da Aliança. Para Mário Soares, “o processo de integração económica e política da Europa tem vindo a tornar mais claro a existência e a importância do espaço geo-estratégico europeu”, pondo “em evidência as insuficiências, por todos sentidas em matéria de segurança colectiva.” A superação desta lacuna, com a criação de um mecanismo de defesa europeu, implicaria uma articulação com a OTAN, reforçando-se as capacidades políticas e materiais da Comunidade para negociar na organização. Assim, “o reforço da Aliança passa por um reforço do seu ‘pilar europeu’.”¹¹²⁶ As razões invocadas são tanto mais fortes quanto se especula sobre as negociações entre os EUA e a URSS sobre armamento nuclear, das quais a Europa fica à margem, e à medida que se aproxima o final da década de 80, com o eminente fim da Guerra Fria¹¹²⁷.

A ideia de que a criação de capacidades em termos de segurança coletiva europeia se faria em articulação com a OTAN e contribuiria para o reforço do contributo da Europa nos destinos da organização é a base da argumentação socialista para conciliar a existência da Aliança com a resposta à necessidade de um sistema próprio da Comunidade em matéria de política externa e de defesa. Os secretários-gerais posteriores a Mário Soares reafirmarão esta articulação das vertentes atlântica e europeia¹¹²⁸, que fica também expressa na nova

campo de batalha das duas superpotências.” Intervenção do deputado socialista José Luís Nunes, na AR. *DAR*. Nº 40 (07.03.1986) p. 1365, 1366.

¹¹²⁶ “Imperioso um consenso sobre defesa entre os partidos socialistas europeus.” *Acção Socialista*. Nº 330 (28.03.1985) p.8.

¹¹²⁷ “Se as negociações em curso entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre armamento nuclear se concluírem, a Europa terá, mais do que nunca, necessidade de uma mais estreita cooperação em matéria de defesa. O facto humilhante de ela não ter sido consultada aumenta a necessidade de reforçar a cooperação europeia no quadro da indispensável aliança com os americanos.” Declaração de Vítor Constâncio, na sessão solene do 30º aniversário do Tratado de Roma. In “Vencer preconceitos nacionalistas e construir uma Europa mais unida.” *Acção Socialista*. Nº 433 (26.03.1987) p. 4. Cf. “Só nós defendemos valores que diferenciam o modelo europeu.” *Acção Socialista*. Nº 439 (07.05.1987) p. 3; Entrevista a Luís Filipe Madeira, presidente do grupo socialista português no PE. In “Governo geriu mal primeiro ano de adesão à CEE.” *Acção Socialista*. Nº 437 (23.04.1987) p. 7.

¹¹²⁸ Na moção que apresenta ao Congresso em que se torna líder, Vítor Constâncio afirma “uma lealdade nunca desmentida ao Ocidente, às nossas alianças fundamentais como a Aliança Atlântica”, que “deverá ser articulada com o processo de integração europeia.” O papel internacional da Europa é encarado como “passo para a construção de um sistema multipolar.” “Política Nova. Renovação do PS” (primeiro subscritor Vítor Constâncio). *Acção Socialista*. Nº 386 (02.05.1986) s.p.; “Jorge Sampaio acusou o Governo de Cavaco Silva de ser o único Executivo da Comunidade Europeia que ‘nunca propôs absolutamente nada no domínio da União Política Europeia’. [...] Acrescentou que a política governamental neste domínio põe em evidência a ‘fragilidade das suas ideias e convicções, comportando-se como se estivesse de mal com a Europa por falsa fidelidade ao atlantismo e de mal com o atlantismo por capitulação resignada à Europa’. Esta bipolaridade é negativa porque o reforço do pilar europeu da Aliança Atlântica é compatível com o desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) não tendo Portugal de optar entre ‘dois reducionismos, um euroatlântico e outro eurocontinental’.” In “Cavaquismo tem um comportamento deplorável como se estivesse de mal com a Europa.” *Acção Socialista*. Nº 635 (28.03.1991) p. 3.

declaração de princípios do partido, de 1986¹¹²⁹. Paralelamente, o jornal oficial veicula opiniões de outros socialistas europeus no mesmo sentido.¹¹³⁰ Desta forma, o PS não só torna compatível a feição atlântica de Portugal com o seu discurso europeísta - clamador por uma política externa e de segurança europeia, como contribui para o definitivo rompimento da dicotomia Europa/Atlântico e Europa/África, existente na política portuguesa, consolidando a ideia de complementaridade dos dois polos:

“Para alguns, só a projecção atlântica seria garante de independência. Para outros, ao invés, só a ligação à Europa constituiria garantia de progresso e desenvolvimento para o País no seu conjunto. / Sem desconhecer a permanência destas atitudes geradoras de equívocos e de dispersão anquilosante a verdade é que, numa perspectiva globalizadora, importa romper com o cerco redutor que tal dicotomia encerra para os interesses portugueses. Se Europa e Atlântico, porque condicionantes de base, surgem como vetores essenciais da reflexão estratégica portuguesa, é empobrecedor considerá-los, enquanto tais, como pólos de opções autónomas e distintas.”¹¹³¹

A dicotomia Europa/Atlântico esteve presente na discussão política portuguesa, nomeadamente, na fase final do Estado Novo, com alguns deputados na assembleia nacional a levantarem a divergência, como é exemplo a discussão entre Franco Nogueira e Pinto Leite¹¹³². Na ótica socialista os dois vetores da política externa portuguesa são complementares. O aprofundamento da dimensão europeia de Portugal vem conferir “uma nova projecção” da sua *atlanticidade* – “Portugal foi europeu sendo atlântico e será tanto mais atlântico quanto mais capaz for hoje de ser europeu.”¹¹³³ Em Washington, num colóquio sobre Portugal, Jaime Gama vinca também a “euro-atlanticidade” da localização portuguesa¹¹³⁴. Mas como se concretizaria isto?

¹¹²⁹ “A afirmação da Europa passa [...], enfim, pela progressiva construção de uma defesa integrada que permita ao pilar europeu da Aliança Atlântica assumir com mais eficácia a sua plena igualdade soberana com os nossos aliados norte-americanos.” PS – “Declaração de Princípios e Programa.” Lisboa: 1986. p. 11.

¹¹³⁰ BAHR, Egon – “A Europa e a sua posição entre as superpotências.” *Acção Socialista*. Nº 330 (28.03.1985) p. 11; HUNTZINGER, Jacques – “A Aliança Atlântica e a posição europeia.” *Acção Socialista*. Nº 330 (28.03.1985) p. 11; “Mitterrand contra o declínio europeu.” *Acção Socialista*. Nº 275 (01.03.1984) p. 3.

¹¹³¹ PS – “Para um Portugal moderno e solidário. Programa para um governo do Partido Socialista.” 1987. p. 9.

¹¹³² Cf. *DAR*. Nº 30 (8.04.1970); *DAR*. Nº 34 (15.04.1970). In *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e Documentos*. Lisboa: Assembleia da República, 2001. p. 103-115.

¹¹³³ Intervenção do deputado socialista Manuel Alegre, na AR. *DAR*. Nº 68 (11.04.1985) p. 2800.

¹¹³⁴ “Portugal deve procurar ser um país cada vez mais europeu, sem acabar por ser um país exclusivamente continental. A escala mais próxima, diria que deve aceitar-se como país peninsular e recusar-se como país ibérico. A componente marítima da nossa civilização obriga-nos a não olhar apenas para terra.” Jaime Gama in “A política externa portuguesa.” *Acção Socialista*. Nº 441 (21.05.1987) p. 9.

A reabilitação da UEO como meio de atuação da Comunidade no domínio da segurança comum, que ficou na agenda política europeia desde 1984¹¹³⁵, é a solução adotada pelos socialistas portugueses para a conjugação das vertentes europeia e atlântica do país. Nesse mesmo ano, o MNE socialista Jaime Gama, pelo governo de coligação PS-PSD, envia uma carta aos homólogos de todos os países membros da UEO, a manifestar a vontade de adesão de Portugal, enquanto o deputado socialista José Luís Nunes discursava na Assembleia parlamentar da organização com a mesma intenção.¹¹³⁶ No ano seguinte, em 1985, o primeiro-ministro Mário Soares, na conferência de partidos sociais-democratas da Aliança Atlântica, revela-se favorável à “revitalização e redimensionamento da União da Europa Ocidental [...]”.¹¹³⁷ Do manifesto eleitoral de 1985 consta o objetivo da adesão de Portugal à UEO.¹¹³⁸

Com a saída do governo e a mudança de líder, o objetivo permanece no PS. Ele não está explícito na nova declaração de princípios do partido, de 1986, mas está a intenção por detrás dele, de criar uma defesa integrada europeia que afirme o pilar europeu da OTAN.¹¹³⁹ A revitalização da UEO serve este objetivo, realçando-se, na AR, que uma capacitação da Europa em termos de defesa será feita em articulação com a Organização Atlântica, no sentido do reforço do tal “pilar europeu.”¹¹⁴⁰ Até 1988, ano da adesão de Portugal à UEO, o PS vai continuando a reivindicar o objetivo nos debates parlamentares e a criticar o governo PSD de inércia relativamente ao assunto.¹¹⁴¹ A crítica e a imprescindibilidade da adesão à

¹¹³⁵ Primeiro em Roma, em 1984, os chefes de estado e de governo acordaram em revitalizar a organização como meio de enquadrar uma possível defesa europeia, seguiu-se depois a plataforma da Haia, em 1987, como já anteriormente referido. Cf. AMARAL, João Ferreira do, et al. - *Portugal e a Europa. Dicionário*. p. 870.

¹¹³⁶ Cf. Intervenção de Miranda Calha, deputado do PS, na AR, a propósito da assinatura do tratado de adesão à UEO. *DAR*. Nº 13 (15.11.1988) p. 328.

¹¹³⁷ “Imperioso consenso sobre defesa entre os partidos socialistas europeus.” *Acção Socialista*. Nº 330 (28.03.1985) p. 8.

¹¹³⁸ PS – “Um pacto de progresso para 4 anos de governo. Programa de governo 1985-90.” 1985. p. 21.

¹¹³⁹ “[...] [A] afirmação da Europa passa [...], enfim, pela progressiva construção de uma defesa integrada, que permita ao pilar europeu da Aliança Atlântica assumir com mais eficácia a sua plena igualdade soberana com os nossos aliados norte-americanos.” PS – “Declaração de Princípios e Programa.” Lisboa: 1986. p. 11.

¹¹⁴⁰ “[...] [A] vitalidade da Aliança exige uma Europa unida, que através da cooperação entre os seus membros e de uma vontade política firme desenvolva as instâncias políticas como a UEO [...]” Intervenção do deputado socialista Acácio Barreiros na AR. *DAR*. Nº 36 (08.01.1985) p. 1357.

¹¹⁴¹ “[...] [N]ão tem ainda o Governo sabido compreender a realidade europeia no plano de uma política de defesa nacional. / A voz portuguesa deve ser, neste como noutros campos, cada vez mais uma voz europeia. / Para tanto urge, desde logo perspectivar a presença de Portugal na Aliança Atlântica num quadro europeu. / Tal implica levantar o pilar europeu da Aliança Atlântica não só coordenado as políticas como forma de abrir portas a um diálogo com os Estados Unidos da América e com o Canadá mas também pugnando pela criação de uma entidade que coordene as políticas de defesa europeias, nomeadamente apoiando os esforços de modificação do Tratado de Bruxelas e anexos e de revitalização da União da Europa Ocidental. O Governo não tem sabido (ou querido) continuar os esforços empreendidos [...] visando promover a entrada de Portugal na União da Europa Ocidental.” Intervenção do deputado socialista José Luís Nunes, na AR. *DAR*. Nº 40 (05.02.1987) p. 1612.

UEO repete-se em diversas intervenções¹¹⁴², congratulando-se, enfim, os socialistas com a entrada de Portugal na organização, em 1988, cujo protocolo ratificam.¹¹⁴³

O PS revelava-se, assim, em consonância com a posição de alguns congéneres europeus, nomeadamente dos países acerrimamente atlantistas, como o Reino Unido. Um sistema de defesa europeia seria inconcebível sem a articulação com a OTAN. É com esta ressalva de fundo que o líder socialista Jorge Sampaio afirma que “o reforço do pilar europeu da Aliança Atlântica é compatível com a Política Externa e de Segurança Comum[...].”¹¹⁴⁴ Face a isto, questionamos, compatível em que moldes? Que disposições institucionais irão permitir à PESC, por um lado, falar em nome de um interesse comum europeu e, por outro, articular-se com os EUA? O que pensa e o que propõe o PS para conciliar esta dualidade de objetivos?

c) Por uma débil PESC, em prol da euroatlanticidade

Desde o início da discussão europeia sobre a união política e, particularmente, com o lançamento da respetiva CIG, os socialistas, em articulação com o seu discurso sobre a defesa europeia, manifestam-se favoráveis à institucionalização de uma PESC. Porém, o tema é pobremente discutido no partido, sendo praticamente ignorado nos documentos de congressos e de bases partidárias. Tal facto não deixa de ser algo incongruente num partido que se diz europeísta, favorável à união política, que critica consistentemente o governo PSD pela inércia neste domínio e que tanto clama pela defesa europeia e reabilitação da UEO em debates parlamentares e discursos circunstanciais. A situação poderá ser indiciadora das fragilidades de liderança após a saída de Mário Soares e de alguma impreparação para os assuntos europeus, mas também da dificuldade dos desafios que a PESC coloca em termos de repartição de competências e de partilha de decisão política para um país com tradição atlântica. Precisamente, em que moldes de decisão política e que repartição de competências institucionais concebe o PS para a PESC é o que se pretende apurar seguidamente? Conta-se, para isso, com a análise possível entre as afirmações vagas favoráveis a uma voz comum

¹¹⁴² “Não admira, por isso, que se tenha chegado aonde se chegou: a uma presença passiva e não a uma participação activa na OTAN [...], a uma pálda ou mesmo nula posição em matéria de controle e redução de armamentos, a uma incapacidade para erguer a voz na área do desarmamento europeu, na UEO [...] cuja adesão o actual Governo deixou cair – e no reforço da defesa europeia e do papel da Europa enquanto impulsionador da segurança internacional e impulsionador activo da paz.” Intervenção do deputado socialista Jaime Gama, na AR. *DAR*. Nº 8 (07.11.1986) p. 175. Cf. *DAR*. Nº 32 (08.02.1986) p. 1065; *DAR*. Nº 5 (28.08.1987) p. 104; *DAR*. Nº 13 (23.10.1987) p. 273.

¹¹⁴³ *DAR*. Nº 13 (15.11.1988) p. 327, 328; *DAR*. Nº 52 (13.03.1990) p. 1849, 1850.

¹¹⁴⁴ “Cavaquismo tem um comportamento deplorável como se estivesse de mal com a Europa.” *Acção Socialista*. Nº 635 (28.03.1991) p. 3.

européia na política externa, em discursos dos líderes e militantes nos debates parlamentares e noutras ocasiões.

No manifesto eleitoral de 1987, o PS já considerava a institucionalização da CPE como “instrumento fundamental” para que os estados-membros alcancem “coerência na sua política externa.”¹¹⁴⁵ Mas o tema não se revela prioritário em congressos, não consta especificamente da renovada declaração de princípios de 1986 (que neste domínio indica apenas a favorabilidade à criação de um sistema de defesa integrado europeu como pilar na OTAN). Tão-pouco a renovação da liderança, com a moção de António Guterres, apresentada ao X Congresso, em 1992, inclui uma posição definida sobre o assunto¹¹⁴⁶. O manifesto eleitoral europeu de 1989, publicado no *Acção Socialista*, também nada refere. Já no mesmo ano, numa conferência de líderes da IS, Jorge Sampaio, líder do PS, afirma-se, indubitavelmente, favorável à institucionalização de uma fórmula capaz de levar à política externa comum:

“A ideia do aprofundamento da capacidade europeia para organizar uma forma própria de exprimir os seus interesses de segurança, pressupõe a adopção de um instrumento institucional adequado. Um instrumento destinado a desempenhar tal papel na Europa deve estar preparado para uma lógica de alargamento de áreas de segurança comum, afastando qualquer tendência para conservar antagonismos que se possam ir esbatendo. O que há que garantir, no entanto, é que a solução que se possa adoptar garanta capacidade de decisão, quer no domínio da orientação estratégica quer no domínio da cooperação concreta em termos de meios de defesa, não se esgotando como mera instância de consulta.”¹¹⁴⁷
[Sublinhado nosso].

Assim, na ótica de Sampaio, a Europa deve ter um instrumento político adequado, com capacidade de decisão para ser realmente operativo no âmbito da política externa. Um instrumento eficaz a tomar decisões. Mas, tendo em conta o figurino institucional comunitário, não detalha qual o nível político e o sistema de decisão que permitiria essa eficácia. É no ano seguinte que, numa carta dirigida ao primeiro-ministro, com a opinião do PS sobre as várias dimensões da união política europeia, o líder socialista vai avançar a resposta a essa questão:

“A mais radical novidade incidirá na criação de uma política externa e uma política de segurança comuns. Neste domínio, impõe-se a salvaguarda, nos tempos mais próximos,

¹¹⁴⁵ PS – “Para um Portugal moderno e solidário. Programa para um governo do Partido Socialista.” 1987. p. 09.

¹¹⁴⁶ Indicando, apenas, que a Europa se deve manter fiel ao Atlântico e aproximar-se do Mediterrâneo. GUTERRES, António – “Mudar para Ganhar.” S.l. 1992. p. 26.

¹¹⁴⁷ “A Europa deve encarar a segurança na ótica do diálogo e da cooperação económica.” *Acção Socialista*. Nº 536 (16.03.1989) p. 9.

do princípio da unanimidade nas grandes decisões, porque importa assegurar a todo o custo o respeito pelos interesses históricos de Portugal.”¹¹⁴⁸ [Sublinhado nosso].

Ora, para quem defende um sistema com capacidade de produzir decisões, a unanimidade não seria a forma mais adequada. Fica bem exposto, assim, o apoio de Sampaio ao *status quo* europeu neste domínio, pois é a fórmula que permite atender às especificidades da política externa portuguesa. Apesar de apenas mencionar a decisão por unanimidade, não explicitando se prevê o envolvimento de alguma outra instituição comunitária, além do Conselho, a justificação, “impositiva” nas suas palavras, para salvaguardar os interesses nacionais, só pode de facto ser assegurada no domínio intergovernamental, com a dita unanimidade. Esta é a única passagem dos diversos suportes analisados que toma explicitamente uma posição acerca do método de decisão na PESC.

Nos debates parlamentares, pouco ou nada é adiantado. Apesar das pressões ao governo, sobre a “importância de acertar uma orientação nacional sobre o futuro das instituições europeias”¹¹⁴⁹ neste domínio, Jaime Gama não emite uma posição esclarecedora sobre a posição socialista. Aliás, na mesma intervenção, o sentido em que parece pender o socialista é no de reforço das relações bilaterais com os EUA:

“A guerra do Golfo reconfirmou a centralidade do papel desempenhado pelos Estados Unidos na cena internacional. A começar pela União Soviética, todos os países têm vindo a reconfigurar o seu modelo de relações com o ‘Estado-Mundo.’ / A circunstância de se integrar em blocos regionais – como as Comunidades Europeias – ou até uma aliança conjunta – como o Tratado do Atlântico Norte – não impede que se procure estabelecer uma relação vantajosa com a potência mundial. / Estamos colocados como ninguém, para entrar na corrida do relacionamento dinâmico com os Estados Unidos, mas, paradoxalmente, somos daqueles que mais energia despendem, inutilmente, por força de uma corrosiva dispersão de esforços.”¹¹⁵⁰

O PS parece deambular ao sabor dos acontecimentos presentes e do inerente reforço da hegemonia norteamericana no sistema internacional, para ditar preferências de relacionamento externo do país, que terão de ser conciliadas com uma PESC a ultimar-se nas negociações intergovernamentais. A reação do PS na AR ao anúncio do governo sobre os resultados da cimeira de Maastricht e, cerca de um ano depois, na ratificação do tratado, deixam implícito o assentimento do partido às disposições da PESC acordadas pelos estados-membros. Na apresentação dos resultados do respetivo Conselho Europeu, no final de 1991, o

¹¹⁴⁸ “Governo não pode reduzir a problema de facção a questão nacional da União Política Europeia.” *Acção Socialista*. Nº 613 (11.10.1990) p. 7.

¹¹⁴⁹ Intervenção do deputado socialista Jaime Gama na AR. *DAR*. Nº 76 (15.05.1991) p. 2514.

¹¹⁵⁰ *Ibidem*.

primeiro-ministro realça, relativamente à PESC, a preservação do interesse nacional com a exigência da sua compatibilização, no domínio previsto da defesa, com a Aliança Atlântica¹¹⁵¹. Entre as quatro intervenções socialistas, a única que indicia algum desagrado relativamente à PESC é a de Helena Torres Marques, considerando que o “entendimento possível” ficou “aquém do desejável – política externa, política social, política ambiental [...]”¹¹⁵² Mas não são apresentadas razões para a alegada insatisfação.

No “Plataforma de Política Externa do PS”, documento aprovado em junho do ano seguinte pela comissão política nacional, o partido refere-se à criação da PESC (já depois das disposições aprovadas em Maastricht), mas de forma ambígua e algo contraditória:

“6. A Comunidade Europeia necessita de uma política externa e de segurança comum que progressivamente ultrapasse o plano de uma cooperação interestadual e permita à Comunidade intervir de forma coerente e coordenada nas grandes questões internacionais. [...] A Política Externa e de Segurança Comum deverá nascer da Cooperação Política Europeia (CPE), identificando os domínios prioritários de interesse comum e salvaguardando os interesses específicos dos Estados membros. Os socialistas opõem-se, na definição e execução da Política Externa e de Segurança Comum, a todas as tentativas de diluição do processo comunitário numa linha hegemónica determinada por um directório dos Estados membros com maior dimensão.”¹¹⁵³ [Sublinhado nosso].

A ambiguidade desta declaração permite retirar conclusões contraditórias no que se refere à preferência por uma PESC *comunitarizada* ou intergovernamental. Não deixa de ser caricato que esta plataforma tenha sido aprovada pelo partido em 1992, após finalizadas as negociações de Maastricht, e não antes, de forma a servir de base de orientação partidária – ainda que ambígua – para as posições a assumir atempadamente com as negociações intergovernamentais. Esta extemporaneidade, além de poder ser uma estratégia de omissão a um tema polémico (dificuldade de gerir o manifesto europeísmo socialista com a ideia de uma PESC intergovernamental) denota também alguma desorientação e descura partidária relativamente a temas chave da integração europeia. Ao longo de 1992, o jornal do partido ainda veicula um texto de análise de um grupo de reflexão socialista sobre questões europeias, no qual se aborda a PESC, mas afirmando-se apenas a sua premente necessidade face aos conflitos no território da antiga Jugoslávia¹¹⁵⁴.

¹¹⁵¹ *DAR*. Nº 15 (18.12.1991) p. 322.

¹¹⁵² *Ibidem*, p. 336, 337. No debate intervêm, ainda, pela bancada socialista Jaime Gama, Rogério Martins e Menezes Ferreira. *Ibidem*, p. 325, 326, 327.

¹¹⁵³ “Plataforma de Política Externa do Partido Socialista.” *Acção Socialista*. Nº 709 (10.09.1992) p. 7.

¹¹⁵⁴ “Presidência portuguesa da CE – acção global e União Política.” *Acção Socialista*. Nº 710 (17.09.1992) p. 7.

Toda esta aridez partidária sobre a definição institucional de uma política externa europeia torna compreensível a atitude omissa dos socialistas nos debates parlamentares que se realizam, no final de 1992, para a ratificação do TUE. Na ocasião, o primeiro-ministro Cavaco Silva esclarece que a PESC, conforme decidido em Maastricht, é sujeita à decisão por unanimidade e não implica a perda de iniciativa de cada estado-membro em termos de política externa¹¹⁵⁵, enquanto o então MNE Durão Barroso realça, como ponto vantajoso para Portugal, o facto de a unanimidade se ter preservado não só ao mais alto nível, nas decisões do Conselho Europeu para a adoção de “posições comuns”, como também para o estabelecimento de “ações comuns”. Sublinha, ainda, como sinal da estrita preservação dos interesses nacionais, que a previsão de constituição de capacidades de defesa próprias da UE, eventualmente a partir da UEO, ficam sujeitas à compatibilidade com a Aliança Atlântica¹¹⁵⁶. Nos dois dias de debates, entre os setes intervenientes da bancada parlamentar socialista¹¹⁵⁷ que comentaram o Tratado, a PESC foi praticamente ignorada. Apenas a intervenção de Helena Torres Marques menciona esta política ao identificar as novidades do TM:

“Finalmente, a política externa e de segurança comum, a política de cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos, respectivamente os segundo e terceiro pilares do Tratado, de natureza intergovernamental, mas onde se incrementam a cooperação em domínios que podem fazer melhorar a capacidade e os direitos dos cidadãos da Europa comunitária e reforçar a sua capacidade de intervenção para estabelecer a paz.”¹¹⁵⁸ [Sublinhado nosso].

O teor da intervenção parece encerrar um reconhecimento, não explícito, dos limites da intergovernamentalidade, mas escamoteando-os com o facto de haver um reforço da CPE e da crença de a nova PESC ser atuante, de alguma forma. Parece, assim, admitir-se tacitamente – porque se ignora a PESC na maioria das intervenções socialistas e pelo teor resignado das menções feitas por H. T. Marques – que a institucionalização desta política à parte do método comunitário foi um *mal necessário*. Esta é também o teor da declaração de Vítor Constâncio, já depois de ter abandonado a liderança do partido, num artigo de opinião, em 1991: “A circunstância de as políticas externa e de defesa serem colocadas fora do mecanismo comunitário normal de decisão [...] poderá ser decepcionante ou criar o ‘monstro institucional’ de que fala Delors, mas não evitará o desenvolvimento de políticas comuns que

¹¹⁵⁵ DAR. Nº 18-1 (09.12.1992) p. 608, 609.

¹¹⁵⁶ DAR. Nº 19 (10.12.1992) p. 670, 671.

¹¹⁵⁷ Nos debates sobre a ratificação do TM, a nove e dez de dezembro, intervêm pelo PS, Jaime Gama, Menezes Ferreira, Manuel dos Santos, Helena Torres Marques, João Proença, Teresa Santa Clara e António Guterres. DAR. Nº 18-1 (09.12.1992) p. 632, 640, 641, 646, 647; DAR. Nº 19 (10.12.1992) p. 654, 659, 666, 668, 677, 679, 687.

¹¹⁵⁸ DAR. Nº 18-1 (09.12.1992) p. 642.

acabarão, mais tarde, por ter consequências institucionais.”¹¹⁵⁹ É o reconhecimento de que o enquadramento institucional da PESC dado pelo TM não é o ideal, mas garante a diversidade de interesses e haja esperança (assim parece ficar latente nesta manifestação de Constâncio) no futuro gradativo da construção europeia. Este modo de encarar a PESC pelos socialistas fica bem resumida como “uma decepção com futuro”, conforme se titula a crónica de Vítor Constâncio.

É pela ausência de especificação do tema na diversa documentação do partido, pelo silêncio consentidor nos debates parlamentares sobre o TM, pelas decepções contidas retiradas das entrelinhas dos discursos e pela única posição favorável à unanimidade detetada (explicitamente assumida por Jorge Sampaio), que concluímos ser intrínseca ao PS a concordância com uma PESC intergovernamental, i.e., com a disposição que prevaleceu nas negociações de Maastricht. Neste sentido, a ideia dos socialistas portugueses, proveniente da tradição atlântica do país, encontra-se com a dos mais ferozes estados atlantistas, como o RU, nas negociações intergovernamentais contra a posição europeísta da França e Alemanha. O PS, que se dizia favorável à união política, à supranacionalização da Comunidade, cai na incoerência ideológica, mas não poderia defender esta linha para a PESC, na medida em que ela iria perturbar a outra vertente da política externa portuguesa, a do cultivo de uma presença ativa na Aliança Atlântica. Assim, os socialistas na oposição estão em perfeita consonância com o governo PSD neste assunto, pelo que o estatuto de oposição do PS não influenciou minimamente na orientação para a PESC. Que outro modo que não a intergovernamentalidade e a unanimidade garantiriam o ideal partidário, expresso no manifesto eleitoral de 1991:

“A Aliança tem, pois, um papel essencial na articulação das relações entre os Estados Unidos e a Europa. A Europa, enquanto entidade política em construção, deve ocupar na Aliança Atlântica um papel crescentemente estruturado e autónomo, e a plena consolidação do ‘pilar europeu’ da OTAN, através da constituição de uma organização europeia de defesa, corolário evidente da união política europeia que pugnamos. Mas esse ‘pólo autónomo de defesa europeu’ jamais poderá constituir-se, por razões de facto e de direito, fora de uma articulação orgânica com os nossos aliados do além-Atlântico: o mesmo é dizer que é no âmbito da Aliança Atlântica que essa afirmação da defesa europeia se deverá constituir e consolidar. Para uma correta e adequada articulação entre a união política europeia e a Aliança Atlântica uma organização como a União da Europa Ocidental (UEO) deverá assumir um papel tão importante quanto autónomo, por constituir a ‘ponte’ entre as duas realidades.”¹¹⁶⁰

¹¹⁵⁹ CONSTÂNCIO, Vítor - “Uma decepção com futuro.” *Ação Socialista*. N.º 672 (12.12.1991) p. 2.

¹¹⁶⁰ PS - “Programa de governo do Partido Socialista.” 1991. p. 9.

A dualidade geográfica e os interesses históricos de Portugal, presentes em diversos continentes, levam o partido a resguardar a PESC de uma atuação supranacional. Assim, a nossa conclusão não vai ao encontro do estudo de Sanches e Pereira, sobre o posicionamento dos partidos portugueses face à UE, baseado na análise de manifestos eleitorais europeus entre 1989 e 2009 (a partir de documentação recolhida e tratada pelo projeto pan-europeu INTUNE)¹¹⁶¹. Os autores concluem, relativamente à PESC, que a maioria dos partidos (35% dos manifestos) defende a supranacionalidade ou uma articulação entre os níveis nacionais e da UE, sendo esta assunção particularmente válida para o PSD e PS. Ressalvamos que o período de análise do nosso trabalho (1974-1993) não é completamente coincidente com o dos autores referidos (1989-2009), pelo que esta variável influi nas diferenças encontradas. Mas, ainda assim, questionamos a assunção que os leva a conceber a posição de supranacionalidade do PS e do PSD:

“It is interesting to underline the fact that, for PS and PSD, the inclusion of references to the level that should be responsible for foreign affairs always advocated a supranational management of this policy area. Some examples: ‘The European Communities shall, more and more, adopt a concerted foreign policy’ (PSD, 1987); ‘The European Union needs to create organs to foresee and plan its foreign policy, and the efficient and credible diplomatic instruments’ (PS, 1999); ‘The European foreign policy needs to create institutions that will allow Europe to speak with single voice. In this framework, the creation, proposed by the Constitutional treaty, of the function of the European Minister of Foreign Affairs, with connections both with the Council and the Commission, might be useful.’ (PSD, 2004).”¹¹⁶²

Por sinal, o tipo de afirmações dadas como exemplo de assunções supranacionais, apesar de a maior parte ser reproduzida após 1993, ano limite da nossa investigação, coincide com a mesma generalidade de ideias que constatámos nos documentos analisados por nós anteriormente. As frases dadas como exemplo nos manifestos nacionais analisados pelos autores não permitem concluir que a posição dos partidos é supranacional. Isto é, o facto de se defender que as Comunidades Europeias devam adotar cada vez mais uma política externa concertada, não significa que se defenda o exercício político supranacional neste domínio – a CEE e a UE adotaram uma política externa concertada, primeiro com a CPE e depois com a PESC, tendo ambas ficado completamente arredadas da supranacionalidade, ou seja, fora de intervenções da Comissão e PE, dependendo apenas das diretrizes intergovernamentais do Conselho Europeu e do Conselho de Ministros. Mais. A UE tem de facto criado órgãos para acompanhar e servir de consulta ao Conselho no âmbito da PESC e, particularmente, com o

¹¹⁶¹ SANCHES, Edalina R., PEREIRA, José S. – “Which Europe do the Portuguese parties want [...] Cit. p. 184.

¹¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 195.

TL, criou novos organismos de planeamento e execução da PESC, como o cargo de MNE da UE – renomeado para ARUNEPS. Mas este, embora acumule o cargo com o de comissário, tem de, enquanto ao serviço da PESC, obedecer a diretrizes emanadas do Conselho Europeu - a intergovernamentalidade ao mais alto nível. As Comunidades Europeias e a UE têm criado diversos mecanismos institucionais e políticos para concertarem a sua voz na política externa, mas tudo isso tem sido restringido ao domínio da intergovernamentalidade e não da supranacionalidade.

Ou seja, a complexidade política e jurídica de que a UE se tem revestido não nos permite concluir pela simples afirmação “a UE deve cada vez mais concertar-se em termos de política externa”, que se trata de supranacionalidade. Conforme já constatado em capítulos anteriores, os partidos tendem a ignorar ou a assumir posições gerais e ambíguas quando pretendem evitar um assunto, seja porque eleitoralmente ele possa ser polémico e desvantajoso, seja por divisão interna, seja porque o tema pode ser ideologicamente conflituoso e incoerente com outras posições defendidas pelo partido. Quanto à primeira causa, consideramos que a explicitação de uma posição concreta pela PESC não traria vantagens eleitorais ao PS, já que a minuciosidade e complexidade do assunto seria indiferente ao eleitorado comum; quanto à segunda, não constatámos através da análise feita que tivesse existido divisão interna, e não nos foi possível apurar por outros meios, mas começando o assunto a estar na ordem do dia em meados da década de 80, não nos parece que tivesse sido um fator relevante, já que a partir daí o partido consolida a sua linha ideológica moderada, deixando as divisões internas para trás; já quanto à terceira causa, parece-nos a mais plausível – já que estamos diante de um partido que se designa de europeísta, paternalista na causa da adesão de Portugal à UE, favorável à união política e ao aprofundamento supranacional da CEE, mas também de um partido que atende à particularidade histórica e geográfica de Portugal e pretende preservar os laços transatlânticos, posição que mesmo com o fim da Guerra Fria permanece, com particulares anseios de reforço da relação bilateral com os EUA depois da Guerra do Golfo.

Ora, institucionalizar uma PESC intergovernamental, regida pela decisão unânime, é a única forma de conciliar as duas vertentes. Não o dizendo explicitamente – i.e., não se assumindo favorável à intergovernamentalidade, conotada com falta de europeísmo – o partido pode dizer-se a favor da institucionalização de uma PESC, de uma concertação europeia neste domínio, já que esta generalidade abarca tudo e omite as especificidades institucionais que esta política pode assumir. Assim, a conclusão retirada por Sanches e Pereira, referida anteriormente, reflete precisamente o que invocámos antes (na

fundamentação da metodologia adotada nesta tese), sobre a fragilidade de análises circunscritas apenas a um tipo de fontes, dependentes de frases generalistas, e que não consideram outras variantes de contexto para as interpretações a retirar.

Deste modo, o PS evidencia coerência com a posição que assume desde o início da transição democrática para a política externa de Portugal. Se até às discussões de Maastricht foi fácil para o partido conciliar as vertentes europeia e atlântica que defende para o país, com o aprofundar das negociações comunitárias no domínio político, a partir de finais da década de 80, a gestão da *euroatlanticidade* de Portugal torna-se mais laboriosa.

Se os Açores estão na base da virtuosidade da situação periférica portuguesa, também são a fonte da complexidade da gestão da política externa do país. As ilhas demonstraram ser um fator histórico determinante para a sobrevivência da integridade territorial de um país pequeno como Portugal, num sistema internacional constantemente abalado pelos sucessivos ímpetos nacionalistas das grandes potências europeias. Portugal, por inerência dos Açores, começa a ser altamente cobiçado pelas potências atlânticas no período contemporâneo. Os ingleses aceitaram ajudar o país na luta contra as tropas napoleónicas, não apenas pelo fim do monopólio do comércio no Brasil, mas também porque desde os Açores garantiam uma vigilância segura no Atlântico, particularmente sobre o seu território, face aos avanços franceses. Este interesse desponta novamente nos inícios do século XX, quando a Alemanha, já potência emergente, primeira economia da Europa, procura entendimentos com vários países para cedências territoriais, ao que a Inglaterra intercede junto de Lisboa para que sejam excluídos os Açores de qualquer possível concessão.¹¹⁶³ As aspiração da I República em Portugal por reconhecimento internacional e a eclosão da IGM inauguram uma nova era nas relações transatlânticas de Portugal, fazendo “dos Açores um ponto de encontro entre portugueses e norte-americanos”¹¹⁶⁴, levando à posterior entrada dos EUA no conflito. Esta relação é aprofundada com a IIGM, consumada no pós-guerra e perdurando solidamente até a época de análise deste trabalho.

¹¹⁶³ Cf. TELO, António José; GÓMEZ, Hipólito de la Torre – Ob. cit. p. 20-35, 79-85.

¹¹⁶⁴ FERREIRA, José Medeiros – “As ilhas e a política externa.” In RODRIGUES, Luís Nuno et al. (coord) - *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*. Lisboa: ISCTE, 2005. p. 141. O bombardeamento do Porto de Ponta Delgada por um submarino alemão, em 1917, fez os norte-americanos rumar à ilha de São Miguel, de forma a garantir o patrulhamento e navegabilidade naquela zona do Atlântico. Depois de obter a anuência dos ingleses, Lisboa concede facilidades aos norte-americanos e ingleses na Madeira e Açores, para combaterem na frente aliada da guerra. *Idem, ibidem*, p. 141-144. Desde aí, na IIGM e, particularmente, depois, os Açores assumiram uma papel integrado na estrutura de bases norte-americanas espalhadas na Europa e norte de África, evoluindo o seu papel à medida da progressão tecnológica do armamento. Cf. TELO, A. José - *Portugal e a Nato* [...] Cit. p. 113-116.

É certo que à medida que nos aproximamos do tempo presente e que as hegemonias políticas no sistema internacional vão mudando de geografia e natureza, o sistema de alianças de Portugal vai ficando mais complexo de gerir, mas nunca se perde o fito atlântico. Até Salazar, que preferia viver sossegado no canto ocidental, longe do desassossego europeu da IIGM, mudou a sua neutralidade para uma posição colaborante com os aliados, cedendo facilidades nos Açores, após pacíficas negociações em troca de auxílio na restituição de Timor à soberania portuguesa¹¹⁶⁵. No final da guerra, preferia manter-se alheio do sistema de alianças ocidentais e da democracia que lhe era inerente, mas vê-se obrigado a aceder ao convite para a fundação da Aliança Atlântica, pois era preferível estar parcialmente com os aliados, do que à mercê das insuficiências de defesa nacional face ao perigo soviético.

Finalmente, quando veio a democracia e a integração europeia, apesar de, numa primeira fase, enquanto a CEE era meramente integração económica, ter sido fácil conciliar a pertença à OTAN com o discurso europeísta, à medida que a construção europeia evolui para a *high politics*, a conciliação das duas vertentes de Portugal torna-se mais difícil de gerir no discurso partidário. A posição do PS face à PESC reflete essa mesma dificuldade, face à qual a omissão e a generalidade das declarações são um refúgio.

A posição socialista portuguesa, coincidente com a do PSD no governo, é um exemplo das várias cambiantes históricas e políticas nacionais europeias que ajudam a explicar a dificuldade de arrancar a PESC das amarras da intergovernamentalidade, deixando-a sob falsas aparências institucionais, que se desmontam perante o eclodir de crises internacionais agudas.

Foi assim na guerra do Iraque, de 2003, que dividiu a Europa entre posições favoráveis (Portugal, RU, Espanha) e desfavoráveis (França e Alemanha) à pretensão de invasão de Bagdad pelo presidente norte-americano George W. Bush. O diferendo evidenciando também a difícil gestão da dualidade geoestratégica portuguesa. Face às pressões, o então primeiro-ministro Durão Barroso - por sinal, MNE quando Portugal negociou as disposições da PESC em Maastricht - colocou-se ao lado de Bush (juntamente com Tony Blair, de Inglaterra, e Aznar, de Espanha) na célebre cimeira dos Açores - qual

¹¹⁶⁵ RODRIGUES, Luís Nunes - "O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944." In RODRIGUES, Luís Nuno et al. (coord) - *Portugal e o Atlântico ...* Cit. p.78-100. Inicialmente, os EUA propõem a construção de um novo aeródromo em Santa Maria, oferecendo suporte total dos encargos. Depois de uma recusa inicial, Salazar aceita, mas sendo o próprio governo português a custear a obra, um garante da soberania do estado. Daí até à autorização de uso das bases sucedem-se divergências negociais, nas quais Portugal exige a sua participação nas operações do Pacífico, contra a invasão Japonesa em Timor, sendo o território restituído à soberania portuguesa. Quase um ano depois, o acordo é assinado, prevendo a utilização da base aérea de Santa Maria pelos aliados até seis meses após o término do conflito mundial. Em troca, os aliados aceitam a participação portuguesa nas operações de Timor e a restituição do território a Lisboa.

local emblemático da idiosincrasia geopolítica portuguesa. Portugal, e os outros governos apoiantes de Bush, foi alvo de duras críticas, face à insipiência dos argumentos e das provas com que os EUA se diziam basear para decidir o ataque a Bagdad.

A polémica, adensada pelo questionamento ético da opinião pública sobre o direito dos EUA fazerem a guerra, inseriu Portugal num imbróglio político e diplomático – ditado por uma circunstância histórica e geográfica que as palavras de Borges de Macedo tão bem definem: “Face às circunstâncias europeias ou atlânticas, importa não esquecer que Portugal está para além de uma e outra e tem portanto que reunir, na sua composição nacional, a permanente capacidade de escolher, em cada momento, em qual se deve apoiar, na certeza de que a sua experiência é a de que nenhuma das opções é suficiente, quando exclusiva. Precisa que ambas se mantenham em aberto, nunca deixando perder os recursos para as administrar segundo os seus interesses perenes, que só o povo português sabe definir.”¹¹⁶⁶ Ora, é garantindo a intergovernamentalidade e unanimidade na PESC que Portugal consegue deixar em aberto a utilização futura das duas opções. Foi, concluímos, este sentido dual e complementar - que a história e a geografia encerram – que orientou o PS no seu posicionamento sobre o tema.

2. História e interesses geopolíticos nacionais determinam posições partidárias face à PESC (em jeito de conclusão)

Observámos que apesar de trajetórias iniciais opostas no que respeita à posição face à OTAN, o sentido pragmático de governação, no caso do PSOE, e de devoção à historicidade e geografia do país, no caso do PS, levaram à reiteração da permanência na Aliança Atlântica. Por outro lado, no assentimento mútuo relativamente à PESC, primam igualmente os interesses nacionais, embora sendo mais notória da parte do PSOE uma vontade de flexibilização dos moldes de decisão acordados no TM.

As histórias contemporâneas das políticas externas dos dois países - a Espanha adotando uma atitude tradicionalmente isolacionista e Portugal com uma relação preferencial pelas alianças do atlântico, primeiro com a Inglaterra e depois com os EUA – e as diferenças da transição democrática são variáveis importantes para entender os posicionamentos dos dois partidos face à questão da política externa e de segurança comum europeia.

¹¹⁶⁶ MACEDO, J. Borges – “Portugal na perspectiva estratégica europeia.” *Estratégia*. N° 4 (1987) p. 32.

Após o fim das ditaduras, enquanto em Espanha, que não era membro da OTAN, pairava um certo antiamericanismo, pela convivência dos norteamericanos com a ditadura e intervenções na América Latina, em Portugal herdava-se uma longa tradição atlântica, transversal a regimes políticos e a partidos. Enquanto a transição democrática em Espanha foi feita não pela rutura, mas por um processo de continuidade, com implementação de reformas democratizantes e com um partido comunista que tinha renunciado à URSS e se manifestava favorável à integração europeia, em Portugal a transição fazia-se pela rutura, com uma revolução e a posterior instauração de governos provisórios multipartidários, mas com a presença de um partido comunista ortodoxo a controlar cada vez mais o MFA e dar sinais de querer instaurar uma contrarrevolução. Enquanto em Espanha a adesão à OTAN se colocava mais enquanto coerência geopolítica e utilidade prática para o processo de adesão à CEE - argumento não partilhado pelo PSOE enquanto na oposição, em Portugalurgia dar sinais de ocidentalização do país pelos partidos moderados, como o PS, com vista à angariação de possíveis apoios face à possibilidade de intentacommunista. Junta-se, a tudo isto, a estratégia eleitoralista comum a ambos os partidos.

As orientações dos socialistas ibéricos alinham-se em meados da década de 80, com o PSOE (depois de inverter a sua oposição inicial à integração na OTAN) a confirmar a permanência na Organização Atlântica, depois da realização de referendo positivo, e com o PS a reafirmar a sua fidelidade, nunca perdida, à Aliança.

Em linha com o autoatribuído europeísmo, os dois partidos assumem a favorabilidade à criação de um sistema de defesa integrado europeu, através da revitalização da UEO. Mas aqui, enquanto o PSOE, ao qual não pesava a longevidade da relação atlântica e cujos interesses geopolíticos não eram daí exclusivos, incidindo com preocupação no Mediterrâneo, tem como ideal que a defesa europeia caminhe autonomamente (apesar de anuir à necessária articulação com a OTAN), o PS tem como ideal bem assente a articulação com a Aliança, para o dito reforço do pilar europeu. Mas apesar desta diferença, os dois partidos convergem nos moldes institucionais que conferem à PESC – com o PSOE (embora mais flexível na questão da unanimidade) a preservar a intergovernamentalidade, como salvaguarda das especificidades nacionais de política externa, e o PS a juntar às mesmas razões a salvaguarda da coerência do alegado *europeísmo* com o inquestionável *atlantismo*. Verificamos, assim, também que o estatuto de partido de oposição ou de governo não influi no posicionamento dos partidos face a este tema, sobressaindo a herança histórica e a particularidade geográfica e dos interesses nacionais.

CAPÍTULO II. A IDEOLOGIA DEIXOU DE INTERESSAR – NA EUROPA SEM INFLUENCIAR A UE

1. Socialismo ibérico, social-democracia europeia e unidade europeia: dilemas, desafios, incapacidades e frustrações

A estrutura deste capítulo será diferente da dos anteriores. Não trataremos os casos do PS e PSOE separadamente, mas em conjunto, pois não incidiremos numa análise detalhada de cada partido mas sim numa confrontação das diversas reflexões conclusivas que fomos tecendo ao longo dos capítulos anteriores com a evolução geral da social-democracia europeia relativamente à UE. A partir da experiência governativa e na oposição dos partidos socialistas ibéricos face à integração europeia, dos fenómenos de europeização registados nos dois partidos e da sua confrontação com as dinâmicas histórico-políticas nacionais e europeias, em paralelo com a problematização ideológica da social-democracia em torno da construção comunitária, pretende-se chegar a alguns enquadramentos que contribuam para uma melhor compreensão da realidade presente da UE e da ideologia social-democrata face a ela.

Percorre-se o caminho da unidade europeia da ideia à prática e sua relação com o socialismo. Percorre-se a conquista de espaço político da social-democracia alicerçado no estado-nação, depois da IIGM, até à confrontação do seu modelo ideológico com a integração europeia. Percorrem-se as respostas e problematizações feitas, ou não, pela social-democracia face ao sistema político comunitário europeu e a um mundo a cavalgar para a globalização. Percorre-se a organização dos partidos socialistas europeus para responder aos desafios institucionais que a UE colocou aos sistemas políticos nacionais. Enfim, analisando como o PS e PSOE se enquadraram nestas dinâmicas, percorremos os dilemas e desafios que a história europeia colocou ao socialismo, para refletir sobre as suas manifestas incapacidades de respostas práticas à reorganização político-institucional europeia do pós-guerra e, particularmente, às novas dinâmicas económicas a partir da década de 80. Refletiremos sobre as atuais frustrações políticas ou, quiçá, esperanças de que uma resistência social-democrata possa verdadeiramente influenciar a UE.

1.1 Dilemas

Se atendermos às teorizações iluministas dos séculos XVIII e XIX, socialismo e unidade europeia aparecem como uma interdependência para um mesmo propósito. Filósofos como Joseph Proudhon e Saint-Simon viram no processo político unitário entre os estados europeus a forma de concretizar o socialismo na sua plenitude, conforme já explicado na primeira parte.¹¹⁶⁷ Saint-Simon (1760-1825), crente no progresso científico e na industrialização como fontes de prosperidade humana, encontrava no desenrolar desse desenvolvimento a necessidade de lançar grandes projetos europeus, pois o estado não conteria o movimento imparável da indústria e da ciência. Ao mesmo tempo que se despertaria a necessidade de grandes empreendimentos internacionais de transportes e comunicações, os interesses profissionais e setoriais motivariam a aproximação das pessoas e a sua organização em grupos de interesse. A geografia não seria o único fator determinante de proximidade. Os estados teriam de responder a esta necessidade de internacionalismo profissional e económico, constituindo, para isso, um parlamento europeu, encarregue de concretizar grandes infraestruturas públicas, mas também da educação e elaboração de um código moral para todos os povos europeus – do que resultaria a melhoria de condições de vida da sociedade, caminho imprescindível para alcançar justiça social. Socialismo aparece, assim, ligado a uma ideia internacionalista europeia.

Joseph Proudhon (1809-1865) não será indiferente às ideias *saint-simonianas* e, com o fito de encontrar o melhor projeto político que responda e organize esse movimento social decorrente da revolução industrial, encontra no federalismo a concretização política ideal para implementar o socialismo. A partir do conceito de *mutualidade* - baseado na assunção de que, sendo a produção um ato coletivo, o trabalhador tem, além do seu direito individual (materializado no salário), também um direito coletivo sobre a produção, devendo assim participar coletivamente nas decisões sobre os destinos da produção – que estrutura a justiça social, permitindo o equilíbrio de diferentes interesses, fundamenta o federalismo como o sistema que gera melhor justiça política dentro dos e entre os estados. Assim, o estado deve descentralizar-se em determinadas autonomias regionais, dotadas de alguns poderes autónomos, que se equilibram com parte do poder centralizado no estado. Este, por sua vez, deverá ser alvo do mesmo paradigma num nível político acima – promovendo uma estrutura política federalista supranacional, que concentre os poderes necessários no estado federal e descentralize poderes que mais eficazmente sejam exercidos pelos estados federados. Tal

¹¹⁶⁷ Ver capítulo I, ponto 2.1.

como o *mutualismo* no sistema produtivo, o federalismo seria a fórmula política que melhor equilibraria os interesses entre as diversas partes interessadas - regiões de um estado e entre os estados a nível internacional. Assim, sob a base deste internacionalismo político melhor se garantiria a justiça social.

Embora não de um modo racionalista como os autores anteriores, mas igualmente apelando à concretização do socialismo, o romântico Victor Hugo (1802-1885) dedicou-se também à causa da unidade europeia, prevendo a criação de uns *Estados Unidos da Europa*, com um parlamento eleito por sufrágio universal e um governo. Essa Europa unida seria capaz de espalhar os seus valores humanistas e socialistas a todo o mundo e contribuir para a criação de uma república mundial.

Estas soluções de unidade governativa europeia foram uma resposta aos dilemas que a evolução histórica da Europa levantava. Para além dos efeitos sociais de progresso, esta começava também a *ver-se a braços* com as consequências negativas da evolução material, com a exclusão e marginalização social da industrialização e do desenvolvimento técnico, que suscitam nas elites pensantes a noção de coletividade, fundamentada na ideologia socialista. A isto, os iluministas juntam os princípios republicanos de igualdade, fraternidade e universalidade, pelo que, para um socialismo pleno, que deve chegar a toda a humanidade, ele deve ser internacionalista – chegando-se aqui à lógica da ideia de unidade europeia e/ou federação. Assim, socialismo e federação/unidade europeia são o desembocar intelectual resultante da sucessão de alterações sociais e políticas europeias, decorrentes do definitivo fim da sociedade do Antigo Regime.

Por outro lado, são também a resposta à previsão, feita por Victor Hugo, da perda de uma hegemonia histórica da Europa, que começa a *ver-se* ladeada pelos emergentes EUA e por um império russo. A união seria a via da sobrevivência da força económica e política do Velho Continente, num sistema internacional a dar indícios de alteração. De resto, já outros projetos de unidade europeia desde a Idade Média eram justificados como a forma de sobrevivência do legado europeu.

Assim, socialismo e federação/unidade europeia são uma procura de solução e conciliação de dilemas europeus, suscitados por esta época, mas permanentes até hoje: indícios da incapacidade dos estados-nação europeus para se afirmarem unilateralmente no sistema internacional e assim responderem aos inícios de fragilidade continental a nível global; e indícios de incapacidade do estado-nação para responder às alterações sociais internas, decorrentes do devir histórico material e político da própria Europa. O socialismo, ancorado ao internacionalismo, concretizando-se através da federação/unidade europeia,

aparece como solução intelectual para estes dilemas europeus. Atingir o socialismo seria o objetivo de um projeto federativo e/ou de unidade europeia. Não existiria socialismo pleno sem unidade política.

Mas se a relação parece lógica sob a fundamentação filosófica, a ideia fica no domínio das utopias políticas e assim permanecerá durante mais praticamente um século. A história europeia fará avançar o socialismo, com a transposição do âmbito da filosofia para o terreno político, com os movimentos operários e as organizações sindicais a desenvolverem-se e os partidos socialistas/sociais-democratas (distintos dos comunistas) a começar a dar cartas na organização do poder estatal. Porém, a consolidação do socialismo democrático como prática política será feita a par da construção dos sistemas de democracia representativa pluripartidários do estado-nação e não através de um movimento para a unidade política europeia. O início da sua concretização política não passará, para já, por um internacionalismo.

Mas se o estado-nação mostrava as suas virtualidades internas, os seus excessos externos demonstraram a necessidade de limitar a sua atuação. Foram necessárias duas guerras mundiais para que a classe política levasse a sério a utopia da unidade europeia. As vicissitudes históricas da Europa chamam a classe política à realidade e poderiam ser a *cereja em cima do bolo* para os socialistas concretizarem o internacionalismo. Mas, a verdade é que a fundação comunitária, com a constituição da CECA e da CEE, foi arquitectada e protagonizada pela democracia-cristã, que presidia à maioria dos governos dos estados fundadores e era mais consensualmente pró-europeia¹¹⁶⁸. Neste contexto, poderia parecer que os socialistas estavam a perder a corrida da ideia unitária europeia, mas este ainda não é o momento auge dessa derrota política. Embora o pontapé inicial da construção europeia tenha sido dado por outros partidos, a ideia socialista para a unidade europeia parece não se deixar, inicialmente, ultrapassar pelos acontecimentos. “From the time of the creation of the EEC and Euratom, the six founding countries of the Community had social democratic parties who were all in favour of the Community.”¹¹⁶⁹ As reticências iniciais de alguns partidos, como no caso da RFA, foram, no geral, ultrapassadas em todos os estados fundadores e mesmo nos do segundo alargamento. Os socialistas acabaram por adotar uma atitude pragmática, vendo nos projetos comunitários uma via para o desenvolvimento económico nacional e rebuscam na centúria anterior algum internacionalismo idealista que adotam na sua retórica. É assim que, na década de 50, vamos encontrar partidos socialistas entusiastas com um projeto

¹¹⁶⁸ GAFFNEY, John (ed.) - Ob. cit. p. 10.

¹¹⁶⁹ MURRAY, Philomena – “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity”. p. 164.

comunitário de cariz liberal, ávidos e esperançosos de converter as Comunidades num veículo de concretização do socialismo europeu.

1.2 Desafios

Não foram os fundamentos sociais que estiveram na base dos tratados de Paris e de Roma. Apesar dos ímpetus cívicos no imediato pós-guerra em torno da ideia de Europa unida, o lançamento comunitário não foi sequer fruto de uma reclamação e participação das bases políticas europeias. A CECA e a CEE foram projetos advindos de elites, sob a aura simbólica de paz que a história bélica do Velho Continente impunha, mas as idiossincrasias dos contextos nacionais determinaram que fossem maioritariamente os interesses económicos a orientar o pragmatismo necessário para a conciliação de interesses estatais. Deste modo, também, como já referido na primeira parte, não foram as tradicionais clivagens sociais a definir o modelo político-ideológico do projeto comunitário.

Assim, a reação inicial dos partidos afetos à social-democracia dos estados fundadores foi heterogénea. Philomena Murray distingue as reações entre os partidos sociais-democratas, socialistas e trabalhistas, considerando que os primeiros adotaram uma atitude mais pragmática relativamente ao lançamento das Comunidades, secundarizando a ideologia. Embora comprometidos com as políticas *keynesianas* e o Estado Social, que determinava uma regulação do capitalismo, manifestam geralmente uma posição pró-europeia¹¹⁷⁰, vendo no MC a possibilidade de desenvolvimento económico nacional, eventualmente, projetando um discurso para o futuro comunitário assente na perspetiva reguladora do mercado livre.

O alemão SPD, que era inicialmente oposto à CECA (essencialmente pelo facto de ela representar o afastamento da possibilidade de reunificação alemã, uma coligação com os poderes ocupantes da RFA após a guerra e também por razões eleitoralistas de oposição a Adenauer), acaba por evoluir para uma posição favorável à construção comunitária. A pressão do sindicato a ele afeto, que apoiava a reorganização europeia do carvão e do aço e, designadamente, o congresso de Bad Godesberg, em que o partido abdica definitivamente do marxismo, contribuem para esta mudança. A partir de meados da década de 50, e seguindo a tendência eleitoral, o SPD coloca-se ao lado dos democratas-cristãos nas iniciativas pró-integração europeia, apoiando a criação da CEE e da Euratom, tornando-se um ativo promotor

¹¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 164, 165.

do aprofundamento comunitário entre os homólogos europeus. Na década de 70, revela-se favorável à união política europeia, com destaque para as personalidades de Willy Brandt e Helmut Schmidt, e cultiva inicialmente uma retórica socialista internacionalista.¹¹⁷¹

Já os partidos socialistas do Benelux revelam-se fortes apoiantes do ideal de integração europeia na década de 50.¹¹⁷² O caso do Partido Socialista Belga (PSB) é um expoente do europeísmo socialista dos três países, a manifestar-se grande apoiante da CECA, que via como oportunidade de modernizar a indústria interna e fazer a reconciliação franco-alemã. Apesar das divisões relativamente à CED - temor da remilitarização alemã - o PSB acaba por ratificar o tratado e ser impulsionador da CEE (com destaque para a figura do partido Paul-Henri Spaak, arquiteto do relatório Spaak que origina o acordo possível para o Tratado de Roma), embora com algumas dúvidas internas relativamente à opção supranacional. Porém, no futuro, o PSB será uma das raridades socialistas na Europa a *esquerdizar* o seu programa europeu, propondo, em meados dos anos 70, uma configuração federal para a CEE, identificando o défice democrático como raiz dos problemas comunitários, sugerindo a criação de um fundo regional europeu e um centro europeu de formação profissional e educação, evidenciando um certo “academismo” ao conceber a Comunidade como solução para problemas nacionais e de política externa¹¹⁷³.

Já o socialismo francês vive nuances à medida da progressão da história europeia e nacional. Depois da IIGM, a SFIO¹¹⁷⁴ envereda por uma estratégia de “terceira via”, alternativa entre comunistas e *gaullistas*. León Blum e André Phillip são teorizadores da ideia, que desenvolvem também para a Europa, vendo na aceitação do Plano Marshall uma forma incontornável de opção pelo campo ocidental, mas também um meio de retomar a política de investimento e crescimento económico nacional e europeu, permitindo que a Europa pudesse futuramente fazer um caminho autónomo dos EUA. Seria com a constituição de uma federação europeia, ideia presente na Conferência da Haia em 1948, que a Europa se poderia impor como terceira força, regida por um socialismo democrático neutral no sistema internacional, contrabalanço ao mundo bipolar e contribuinte para a sua dissolução. Este europeísmo federalista quebra-se face ao projeto da CED, com o partido profundamente dividido, o que contribuiu para a rejeição do tratado pela Assembleia Nacional francesa. Na oposição, os socialistas serão críticos da posição de De Gaulle e dos seus sucessores

¹¹⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 171-173; FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. p. 140-169.

¹¹⁷² MURRAY, Philomena – “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity.” p. 165, 166.

¹¹⁷³ DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] Cit. p. 199-226.

¹¹⁷⁴ Section Française de l'Internationale Ouvrière, designação inicial da formação partidária que originou o Partido Socialista francês.

relativamente às Comunidades. A renovação da SFIO, com François Mitterrand no início da década de 70, que une as diversas facções socialistas e lança o Partido Socialista francês, continua a tendência de esquerdização, a clamar por uma Europa que concretize uma organização socialista da economia. Os objetivos socialistas só teriam sentido à escala europeia e a intergovernamentalidade não permitiria organizar estruturas políticas duradouras e sólidas.¹¹⁷⁵ Os socialistas franceses entravam assim na década de 70, mas não demorariam até moderar significativamente o seu socialismo e europeísmo.

Até aos anos 90, a Itália dispôs de dois partidos socialistas, o Partido Socialista Italiano (PSI) e o Partido Socialista Democrático Italiano (PSDI). Este, criado a partir da ala social-democrata dissidente do primeiro e oposto à aliança dele com os comunistas, adotou desde início uma posição pró-europeia, apoiando todas as tentativas de criação de uma união europeia e participando em vários governos após a IIGM. Já o PSI, em aliança com o PCI, adota inicialmente uma atitude cética relativamente à construção europeia, que muda nos anos 50, influenciada, além de outros fatores, pela rutura com os comunistas e a subsequente viragem ao centro. Este é o modo de o PSI conseguir libertar-se de alguma marginalização interna e internacional, já que o sistema político italiano gozava de um apoio transversal à integração. Enquanto o PSI dá sinais da sua mudança para uma orientação favorável à integração europeia, já o PSDI se afirma um forte apoiante da supranacionalidade. As posições de ambos vão-se aproximando, até que, nos finais dos anos 70, a política pró-europeia dos dois partidos “torna-se quase indistinguível.” Mesmo com o afastamento do PCI das orientações Moscovo e a assunção de partilha do “euro-comunismo”, Bettino Craxi, o líder do PSI, distinguiu-se dos comunistas, falando de um “euro-socialismo”.¹¹⁷⁶

O partido social-democrata dinamarquês (SD) manifestou-se contra a constituição da CECA, em reflexo das suas posições de política externa tendentes para a neutralidade, durante a IIGM, e das reservas do próprio eleitorado acerca da construção europeia. O partido revelase contra a participação em organizações supranacionais, mas simpatiza, à semelhança dos ingleses, com possíveis formas de cooperação europeia, no domínio intergovernamental. Considerava que a CEE tinha ido demasiado longe nos vínculos institucionais que requeria aos estados-membros e que deveria ser uma organização juridicamente laxa, mas geograficamente mais abrangente. Aquando do pedido de adesão da Dinamarca, o partido imerge num profundo debate, alterando a sua posição para aceitar economicamente a

¹¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 57-87.

¹¹⁷⁶ FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. p. 214-237; MURRAY, Philomena – “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity.” p. 173.

Comunidade, mas evitando aprofundamentos políticos que comprometessem o interesse nacional. Ditava-se, assim, a preferência pela cooperação intergovernamental, mais permissora da flexibilidade nacional, em resposta aos interesses económicos do país. Se nesta fase inicial a orientação do partido se alinha com a do congénere inglês, nos anos seguintes os socialistas dinamarqueses ficarão mais próximos das posições do SPD e dos holandeses. Para o DS, a evolução comunitária deveria absorver princípios sociais-democratas, mais facilmente alcançáveis a nível europeu do que nacional. Mas, a partir dos anos 80, continuando a opor-se à supranacionalização da construção europeia, o SD terá uma difícil gestão interna do assunto, com as sondagens a revelarem metade do eleitorado nacional favorável à saída da Comunidade¹¹⁷⁷.

Os únicos partidos trabalhistas existentes em estados-membros até aos anos 80 são os britânico e irlandês¹¹⁷⁸. Emergentes de sindicatos e por eles fortemente condicionados, começaram por assumir-se contra a construção europeia em representação dos interesses da classe trabalhadora, mas o progresso temporal trará uma moderação e, até, grande inversão de posição, no caso irlandês. O Partido Trabalhista Irlandês (PTI) opôs-se à entrada na CEE, no referendo realizado em 1972, na sequência do pedido de adesão pelo governo Fianna Fáil. As razões invocadas eram as de alegada desvantagem da periferia económica da Irlanda no MC, de neutralidade na política externa e de acusações de seguidismo relativamente a Londres. Mas o partido, terceiro nas preferências eleitorais, apesar de prosseguir com propostas socialistas mais à esquerda, moderará a sua posição futura relativamente à CEE. A participação em governos de coligação, de 1973 a 1977, a inerente convivência com as instâncias comunitárias e o impacto positivo da adesão na economia irlandesa contribuirão para isso. O país tornou-se num forte beneficiário líquido do orçamento comunitário, conheceu um aumento de produtividade industrial e um impulso agrícola graças à PAC. Além disso, encontrara na diplomacia direta com a CEE um alívio do seu isolamento histórico e da relação constrangedora com o RU. De modo que o discurso tradicional do TPI tornava-se eleitoralmente difícil, pelo que no final da década de 70 faz uma completa viragem. Na campanha para as primeiras eleições europeias, transforma-se “no único partido dos três novos estados-membros a apoiar as eleições diretas para o PE”, com um manifesto que propõe ainda o reforço de poderes daquele órgão. O PTI entrará assim no *mainstream*

¹¹⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 77-103; *Idem, ibidem*, p. 170, 171.

¹¹⁷⁸ MURRAY, Philomena – “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity.” p. 165.

comunitário e na dinâmica de diálogo com os partidos da social-democracia europeia, incidindo na necessidade de reforço do cariz social da Comunidade¹¹⁷⁹.

Os trabalhistas britânicos são um caso especial relativamente à construção comunitária. Após a IIGM, o Partido Trabalhista (PT) defende também uma terceira via (ainda antes da de Blair) nas relações internacionais, assente na assunção de um RU forte, como potência mundial, situada entre a atração ideológica dos EUA e a URSS. Desde o pós-guerra que se revelam desfavoráveis a uma união europeia, concebendo apenas a participação em projetos europeus intergovernamentais. Refutam a ideia dos franceses e belgas de implementação de uma governação socialista europeia através da construção de um sistema político supranacional e criticam o primeiro pedido de adesão britânica pelos conservadores, apesar de, em 1966, quando regressam ao governo, colocarem a intenção de adesão britânica novamente na agenda política nacional (o primeiro pedido do RU de adesão às Comunidades tinha sido vetado por De Gaulle). Mas esta é uma decisão que divide o partido. Esta oscilação de posições resulta de uma difícil resolução do dilema britânico entre o reconhecimento das vantagens económicas nacionais da entrada no MC e as aspirações idealistas de grandiosidade britânica, juntamente com um orgulho nacional que privilegiava as relações com os EUA e a Commonwealth. Até à adesão do RU, o tema foi alvo de profundas divisões e turbulências no partido, com os sindicatos contra, tendo levado a demissões, como a de Roy Jenkins¹¹⁸⁰, que chegou a ser presidente da Comissão Europeia. Como é facilmente constatável pelo comportamento do RU desde que é estado-membro, o PT continuará a evidenciar uma bipolaridade relativamente à Comunidade, reflexo causal da permanente atitude inglesa de querer apenas o melhor de dois mundos, o de estar dentro e fora da UE.

Com esta breve revista do posicionamento dos partidos da social-democracia dos estados-membros fundadores e do primeiro-alargamento face à integração europeia, podemos concluir que, no geral, os partidos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas (doravante designados de partidos socialistas ou sociais-democratas, e de socialismo ou social-democracia), apesar de alguns casos em que se revelaram inicialmente opostos, acabaram por manifestar-se favoráveis à adesão dos seus estados e à integração europeia. Ressalvamos, contudo, a excecionalidade do caso inglês. Mesmo os partidos que se opuseram inicialmente, por razões de particularidade histórica e conjuntural nacional ou por reservas ideológicas, acabaram por mudar para uma posição favorável à CEE. Responderam, embora

¹¹⁷⁹ CF. *Idem, ibidem*, p. 174; FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. p. 197-208.

¹¹⁸⁰ DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] Cit. p. 135-157.

diferenciadamente – quer preferindo a vertente intergovernamental ou supranacional - ao desafio da integração europeia do pós-guerra, justificando ideologicamente a sua posição com a projeção do ideal social-democrata para o futuro do projeto integrador. Gera-se, pois, um certo consenso de que a construção europeia deverá incorporar princípios sociais.

Porém, se a retórica dos partidos relativamente à integração europeia vai no sentido de sublinhar a necessidade de concretizar o socialismo a nível europeu, a prática que legitima e consolida a social-democracia no pós-guerra faz-se a nível nacional – nos estritos quadros do sistema político do estado-nação. Se o socialismo é uma ideologia disseminada internacionalmente, consolidada com a IS e com raízes ideológicas internacionalistas, foi no âmbito nacional que ele se legitimou depois da IIGM. O facto é que, simultaneamente à integração europeia, os partidos são chamados a desempenhar um papel doméstico crucial na reconstrução do pós-guerra e da contenção do comunismo, que poderia emergir internamente. Isso passava também pela edificação do Estado Social. Apesar de todas as diferenças nacionais na construção do modelo social europeu, os partidos eram regidos por princípios comuns de intervenção *keynesiana* do estado na economia, regulando o capitalismo liberal e garantindo a todos os cidadãos bases mínimas de acesso a determinados bens sociais.

Nestas primeiras duas a três décadas, a reconstrução económica nacional teve, na integração europeia, um aliado, já que a liberalização comercial da CEE potenciava a expansão económica, enquanto o acervo comunitário que se ia produzindo se encarregava de regular o setor comercial.¹¹⁸¹ Ao mesmo tempo que os partidos, na sua função doméstica, ficaram libertos de algumas competências neste âmbito (assumidas pela CEE), podiam dedicar-se mais afincadamente à discussão, estruturação e implementação do Estado Social. A CEE tornava-se um coadjuvante na legitimação nacional da social-democracia e, apesar de não ter incorporado princípios sociais, potenciava o crescimento económico dos estados, permitindo o aumento de despesa pública necessário à construção do Estado Social. “The period in which governmental social democracy became identified with an activist or interventionist national state coincided with the first golden age of postwar European integration.”¹¹⁸² O período coincide com os anos dourados da integração e do crescimento económico europeu. São os “Trinta Gloriosos”¹¹⁸³, como Thomas Piketty designa as três décadas de crescimento excepcionalmente alto na Europa, de finais dos anos 40 até finais dos 70. O autor atribui as causas destas percentagens de crescimento - de cerca de 5% *per capita*,

¹¹⁸¹ LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. p. 43.

¹¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 43.

¹¹⁸³ PIKETTY, Thomas - *O Capital no Século XXI*. 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2015. p. 151.

anormais na história económica de países ricos – ao facto de a Europa ter estagnado desde 1914 até 1945, pelo que o atraso económico deste período de anos relativamente aos EUA foi brutalmente compensado nestas décadas de pós-guerra¹¹⁸⁴, fenómeno alavancado pelo *boom* da reconstrução.

Ora, para Portugal e Espanha, estes não foram anos gloriosos, mas lastimosos, tanto do ponto de vista político, não se vivenciando a consequência do triunfo da democracia sobre os fascismos na IIGM, como económico. Pese embora se tenha sentido uma melhoria económica tanto em Espanha, promovida com o plano de modernização do final dos anos 50 e a abertura ao exterior, como em Portugal, com a adesão à OECE e Plano Marshall, à EFTA e com o acordo comercial com a CEE em 1972, os dois estados tinham-se estruturado em autarcias económicas e castração das liberdades políticas, para o que o Estado Social não era chamado à governação. Conforme já constatado anteriormente, os socialistas dos dois países acompanharam a discussão sobre a unidade europeia de forma positiva, manifestando-se favoráveis à futura integração dos dois países, com o PSOE mesmo a adotar uma posição vincadamente federal. Assim, apesar de não experienciarem a prática democrática nos seus países, alinharam-se com a posição geral socialista favorável à integração europeia.

A resposta positiva da social-democracia ao desafio da integração europeia – em que mesmo os partidos inicialmente adversos à integração, mudaram a sua posição – foi feita num clima de facilitismo económico, em que a conjuntura europeia de crescimento coadjuvou essa resposta. Se, por um lado, alguns partidos encontravam na CEE uma contradição ideológica, por outro, conseguiram ultrapassá-la em contextos nacionais que propuseram a adesão motivados pela mostra de pujança económica perspectivada pela integração comunitária. Face à pressuposta incoerência ideológica, os partidos sociais-democratas justificaram a sua aceitação da CEE essencialmente através de dois argumentos: por um lado, a CEE era um projeto liberal que não incorporava princípios sociais, é certo, mas potenciava o crescimento económico interno para facilitar políticas domésticas sociais; por outro, a social-democracia iria envolver-se nos destinos da integração comunitária, para assegurar um futuro que lhe incorporasse princípios socialistas. Ora, talvez se tudo isto tivesse de facto decorrido

¹¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 151-154. O autor questiona até os fundamentos de mérito e demérito atribuídos às políticas de intervenção estatal na economia ou de liberalização, considerando que o sucesso das mesmas está intrinsecamente relacionado com determinadas conjunturas. “Na verdade, o movimento de liberalização iniciado por volta de 1980, tal como, aliás, o movimento de estatização posto em marcha em 1945, não merecem nem essas honras excessivas, nem essas indignações, também excessivas. Muito provavelmente, e quaisquer (ou quase) que tivessem sido as políticas seguidas, França, Alemanha e Japão teriam recuperado o seu atraso de crescimento na sequência da grande queda dos anos 1914-1945. Podemos quando muito dizer que a estatização não prejudicou.” *Idem, ibidem*, p. 154.

conforme a retórica socialista, quiçá a UE não estivesse a ultrapassar os difíceis momentos que vive atualmente (2016 – à data de escrita).

Ou seja, a integração europeia representou um duplo desafio, político e ideológico, para os partidos sociais-democratas europeus: político (comum a outros partidos), no sentido de ter revisto os moldes do exercício do poder político nacional, enquadrando a soberania estatal num nível político supranacional - a isto os partidos responderam com a aceitação da adesão, movendo-se entre a flexibilidade que o método comunitário permitia ao intergovernamentalismo; e ideológico no sentido em que a CEE representava o lançamento de um liberalismo comercial sem regulação, confrontando as matrizes dos socialistas - este desafio foi respondido com pragmatismo, num contexto económico europeu facilitador da consolidação nacional da social-democracia e de uma retórica de projeção futura de valores socialistas para as Comunidades. Ora, será nas próximas décadas, já com sinais nos finais da década de 70, mas particularmente nas de 80 e 90, findos os “Trinta Gloriosos”, que a verdadeira capacidade social-democrata de resposta aos desafios da integração será posta à prova.

1.3 Incapacidades

É precisamente pouco tempo depois de o PS e PSOE chegarem ao poder governamental e, nomeadamente, com a entrada dos dois países na CEE, que o processo de integração europeia começa a fazer emergir novos dilemas, revelando as incapacidades dos partidos em responder aos paradigmas que vem colocar, nomeadamente, em termos de política económica.

Os dois partidos ibéricos não vivenciaram a época dourada de crescimento europeu, que serviu de base à construção do Estado Social. Pelo contrário. Iniciaram a governação precisamente quando se começam a fazer sentir as conturbações económicas internacionais, com a oscilação do dólar e as crises petrolíferas. Junta-se a este constrangimento, o facto de entrarem na CEE numa altura em que esta arranca com a primeira reforma ao Tratado de Roma e, posteriormente, se transforma em UE, incrementando a sua veia (neo)liberal, com as tentativas de coordenação monetária, com o SME e, depois, com a moeda única, que implicavam pesados ajustamentos estruturais nacionais, mais penosos para os estados economicamente mais frágeis. É neste contexto adverso que os socialistas ibéricos tentam

construir o seu Estado Social, ao mesmo tempo que consolidando a democracia, reformulando a estrutura económica herdada das ditaduras e, ainda, umas contas públicas em eminência de bancarrota, particularmente no caso de Portugal. Tudo isto, sem a retaguarda dos “Trinta Gloriosos”, de que tinham usufruído os congéneres europeus. Tarefa hercúlea, sublinhe-se, que deveria ser mais considerada atualmente na análise às políticas europeias e na moderação de alguns juízos feitos ao desempenho económico e social da dita “Europa do sul.”

Assim, e como constatado na segunda parte desta tese, PS e PSOE, apesar da retórica socialista tradicional na oposição às ditaduras e no início das transições democráticas, vão-se rendendo, pouco tempo depois, à receita (neo)liberal que proliferava no resto da Europa, adotada também pelos outros partidos socialistas europeus. Os socialistas ibéricos não dispuseram sequer de um tempo de democracia para puderem ser realmente sociais-democratas, daí o chavão do “socialismo na gaveta” tantas vezes utilizado para designar esta abdicação das matrizes ideológicas no início das suas responsabilidades governativas. Se até então estavam desfasados dos homólogos europeus nas condições governativas, a partir de meados de 80, alinham-se com eles, seguindo a tendência dominante na Europa.

Com a forte travagem do ritmo de crescimento económico, dilacerado pelos abalos monetários internacionais e pelas crises energéticas, os métodos intervencionistas e reguladores da economia adotados nas décadas anteriores não resultavam. A experiência francesa atestara-o. Depois de chegar ao poder, em 1981, François Mitterrand opta por adotar as típicas receitas *keynesianas*, dando prioridade ao investimento público e aumento do poder de compra dos salários mais baixos, mas apesar de alguns efeitos positivos, o estado francês não suportava o conseqüente crescimento do défice estrutural e a inflação demasiado elevada, que levou à desvalorização do franco por várias vezes, o que trazia ainda mais conturbação no contexto do SME. Mitterrand acabará, assim, por inverter as prioridades, apostando no combate à inflação e vendo como conseqüência o desemprego a disparar.¹¹⁸⁵ Foi, em parte, os resultados da experiência de Paris, que levaram Felipe González a não adotar o mesmo caminho, quando chegou ao governo em 1982.

A década de 80 é, assim, de desacreditação das políticas dos anos 60 e 70. Mesmo em França, a esquerda deparava-se com a incapacidade de uma resposta intelectual para a crise de finais de 70. As respostas nacionais economicamente restritivas à crise eram incrementadas pelo enquadramento europeu, com as diversas tentativas de coordenação monetária, nomeadamente o SME. “Intellectually, social democratic party leaders, especially the more

¹¹⁸⁵ DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne* [...] Cit. p. 95, 96.

traditionally interventionist, responded to the neoliberal challenge in a generally defensive manner, claiming that there was no alternative to defending restrictive practices due to external constraints.”¹¹⁸⁶ Se é controverso entre a literatura científica (há estudos que apresentam conclusões completamente opostas¹¹⁸⁷) que a progressão do século XX tenha feito decair a polarização dos partidos, nomeadamente pela diluição das clivagens sociais tradicionais que enformam as ideologias partidárias, é inegável que nos anos 50 e 60 se assistiu a um contágio da esquerda na direita e nas décadas seguintes, 80 e 90, ao contrário – a esquerda deixa-se contaminar pela direita.¹¹⁸⁸ Na estratégia pela captação de votos, os partidos buscam a receita de sucesso dos concorrentes.

O fenómeno da *direitização* da política não deixou de ser alvo das preocupações sociais-democratas por essa Europa fora, desde a Noruega à Itália, de norte a sul, do este ao oeste, mas os partidos não foram capazes de definir soluções que passassem por um novo tipo de respostas à conjuntura internacional enquadradas na sua matriz ideológica. Assim, a renovação partidária passou pela incorporação dos princípios (neo)liberais.¹¹⁸⁹

- *Retórica socializante sem consequência prática*

Pese embora esta prática doméstica, os partidos sociais-democratas, no que respeita à integração europeia, continuam a incorporar a retórica socializante – como aliás vimos também relativamente ao PSOE e PS. É no quadro da organização confederal dos partidos socialistas das CE que se incrementará este discurso, que os socialistas ibéricos acompanham e reforçam. Fruto da decisão na Cimeira da Haia de 1969, de realizar eleições diretas para o PE, partidos de todos os quadrantes começam a criar estruturas organizativas comuns europeias. Em 1974, nasce a Confederação de Partidos Socialistas da Comunidade Europeia (CPSCE), que evoluiu a partir de outra estrutura antes criada pela IS, o Gabinete de Ligação entre os partidos socialistas das CE¹¹⁹⁰.

¹¹⁸⁶ LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. p. 49.

¹¹⁸⁷ VOLKENS, Andrea; KLINGEMANN, Hans-Dieter – “Parties, ideologies, and issues [...]” Cit. p. 147-150. Outros autores, como Anthony Giddens, referem-se apenas a uma das tendências, referindo a existência de vários estudos sociais que apontam para a mudança de realidades sociais e a inadequação da divisão esquerda/direita. Cf. GIDDENS, Anthony – *The Third Way. The renewal of Social Democracy* (3rd ed). Cambridge: Polity Press, 2000. p. 21.

¹¹⁸⁸ VOLKENS, Andrea; KLINGEMANN, Hans-Dieter – Ob. cit. p. 151.

¹¹⁸⁹ GIDDENS, Anthony – *The Third Way* [...] Cit. p. 14-20.

¹¹⁹⁰ HIX, Simon; LORD, Christopher – Ob. cit. p. 168; LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. p. 93; SMITH, Julie - Ob. cit. p. 279; DELWIT Pascal, KULAHCI Erol, VAN DE WALLE Cédric - *Les fédérations européennes de partis. Organisation et influence*. Bruxelles: Editions de l’Université de Bruxelles, 2001. p. 91.

PS e PSOE tornaram-se membros da CPSCE em 1979¹¹⁹¹, tendo, desde aí, participado nos vários congressos e incorporado as conclusões de resoluções e manifestos da organização na política doméstica. Desde 1980 que os jornais oficiais dos dois partidos veiculam notícias sobre presenças em congressos e resoluções dos mesmos. Além da discussão sobre a problemática da adesão dos dois países ibéricos¹¹⁹², o *Acção Socialista* dá conta de outras cimeiras da CPSCE em que se reclama, também pelos próprios líderes ibéricos, uma renovação de atitude dos partidos socialistas face à nova ordem económica mundial e, concretamente, medidas socialistas para a Europa.¹¹⁹³ No discurso do congresso de 1985, Mário Soares considera que só no âmbito europeu se podem encontrar soluções para as crises económicas nacionais¹¹⁹⁴, enquanto Joop den Uyl, presidente cessante da organização, em 1987, enumera várias propostas para mudar o paradigma ideológico da CEE, desde a prossecução de uma política ativa de emprego que acompanhe a UEM, passando pela concretização da solidariedade económica e social até à aprovação da Carta Social, como base para a construção de democracia económica no espaço comunitário.¹¹⁹⁵

Para as eleições europeias de 1989, a CPSCE emite um manifesto, cujo excerto o jornal do PS reproduz (com as habituais reclamações de âmbito social feitas em congressos)¹¹⁹⁶, enquanto o líder da organização, o belga Guy Spitaels, identifica o desafio dos socialistas europeus: “O realismo implica também que reconheçamos os limites actuais da nossa capacidade de acção numa economia cada vez mais internacionalizada. Afirmemos, pois, que o socialismo será europeu ou não será.”¹¹⁹⁷ Se a frase cliché dos socialistas parece identificar a base da solução para o problema da incapacidade nacional de responder às crises económicas, a verdade é que os partidos ficam bloqueados perante a necessidade de concretizar essa ideia. Basta olhar para as declarações de líderes, as conclusões de congressos e os manifestos reproduzidos no jornal português. As propostas remetem-se a ideias gerais, a chavões clássicos da gíria socialista, que são reclamados a uma entidade vaga – a Europa, que tanto pode ser os governos europeus, como a CEE. A CPSCE evita, assim, abordar o cerne da

¹¹⁹¹ “PS foi admitido na União dos Partidos Socialistas das Comunidades Europeias.” *Acção Socialista*. Nº 8 (18.01.1979) p. 2. **Nota:** nos documentos analisados do *Acção Socialista* que referem a organização, esta é designada como União de Partidos Socialistas da CE. Contudo, sendo a designação oficial a de Confederação e não União, optámos por utilizar na redação deste trabalho a sigla oficial - CPSCE.

¹¹⁹² “É por direito próprio que entraremos na CEE.” *Acção Socialista*. Nº 158 (03.12.1981) p. 5.

¹¹⁹³ Entre elas, uma política ativa de emprego e aumento de investimento público. “União dos partidos socialistas da CEE apoia entrada de Portugal e Espanha.” *Acção Socialista*. Nº 290 (14.06.1984) p. 5.

¹¹⁹⁴ “Portugal acredita na importância decisiva para uma Europa unida, forte e solidária.” *Acção Socialista*. Nº 332 (11.04.1985) p. 16.

¹¹⁹⁵ “A ideia socialista da Europa reforça-se na solidariedade.” *Acção Socialista*. Nº 439 (07.05.1987) p. 4.

¹¹⁹⁶ “Comunidade próspera, solidária, habitável, democrática e aberta ao mundo.” *Acção Socialista*. Nº 532 (16.02.1989) p. 9.

¹¹⁹⁷ “Se queremos ser solidários, devemos manter-nos prósperos.” *Acção Socialista*. Nº 532 (16.02.1989) p. 11.

questão para a concretização do socialismo europeu: que adaptação e reformulação das tradicionais medidas sociais-democratas se propõem para manter a matriz ideológica e responder eficazmente aos desafios económicos? A que nível de competências atuar? Comunitário ou intergovernamental?

Também o jornal *El Socialista* vai informando sobre a atividade da organização europeia dos partidos socialistas, quer a nível de congressos quer de manifestos eleitorais, mas com a mesma generalidade de abordagem que o jornal português. Em 1985, Felipe González participa no congresso da CPSCE, no qual reclama uma Europa social, de combate ao desemprego.¹¹⁹⁸ Em 1989, o *El Socialista* reproduz o manifesto eleitoral da Confederação¹¹⁹⁹ e em 1990 veicula as conclusões do congresso desse ano, em Berlim.¹²⁰⁰ O generalismo e as propostas vagas predominam.

Com o lançamento das CIG's, em 1990, para a preparação das reformas ao AUE, o desenvolvimento da organização das confederações de partidos conhece um novo desenvolvimento. Estando na agenda intergovernamental a união política europeia e a união monetária, os partidos dos diversos quadrantes organizam-se nas suas estruturas europeias de modo a poder influenciar os Conselhos Europeus, ao que não terá sido alheio o facto de as disposições adotadas para o TUE no Conselho Europeu de Maastricht conterem a previsão do artigo 138A, que determina a importância dos partidos europeus para o processo de integração europeia. A organização partidária extra PE – onde os partidos já se organizavam em grupos – era assim juridicamente reconhecida, no TM, como de importância para o sistema político da UE. Na sequência disto, e por pressão do grupo socialista do PE, em novembro de 1992, a CPSCE evoluiu para Partido Socialista Europeu (PSE).¹²⁰¹

Os socialistas ibéricos continuam a demonstrar envolvimento na organização. O líder português António Guterres discursa no congresso de fundação do PSE, defendendo a necessidade de maior coordenação interestadual de políticas económicas, sociais e ambientais.¹²⁰² O PSE começa a adotar a prática de reunir antes das realizações dos Conselhos Europeus¹²⁰³, no sentido de discutir os assuntos em agenda e tomar posições sobre eles,

¹¹⁹⁸ “Felipe González: una Europa unida y que no sea satélite de nadie.” *El Socialista*. Nº 379 (15.04.1985) p. 3.

¹¹⁹⁹ “Hacia una Europa común más libre, próspera y justa.” *El Socialista*. Nº 472 (28.02.1989) p. 7-10.

¹²⁰⁰ “Construir juntos la nueva Europa.” *El Socialista*. Nº 496 (28.02.1990) p. 10.

¹²⁰¹ DELWIT Pascal, KULAHCI Erol, VAN DE WALLE Cédric – Ob. cit. p. 91; HIX, Simon, LORD, Christopher – Ob. cit. p. 170, 171.

¹²⁰² “Partido Socialista dos Europeus.” *Acção Socialista*. Nº 718 (12.11.1992) p. 12. O jornal publica ainda as resoluções do congresso que cria o PSE. “Declaração de Haia: Europa nosso futuro comum.” *Acção Socialista*. Nº 720 (26.11.1992) p. 6.

¹²⁰³ HIX, Simon, LORD, Christopher – Ob. cit. p. 183; DELWIT Pascal, KULAHCI Erol, VAN DE WALLE Cédric – Ob. cit. p. 94.

processo em que se envolvem o PS e PSOE. Participam na reunião de dezembro de 1992, previamente ao Conselho Europeu de Edimburgo,¹²⁰⁴ e na de junho de 1993, em preparação para o Conselho Europeu de Copenhaga.¹²⁰⁵

Além da instituição de reuniões prévias às cimeiras de líderes da UE, a transformação da CPSCE em PSE trouxe outras novidades organizativas que permitiram melhorar a eficácia da coordenação partidária, como uma melhor especificação dos objetivos, o desenvolvimento de relações mais estreitas entre os partidos nacionais, os grupos parlamentares nacionais e o grupo no PE e a promoção de contactos com confederações sindicais europeias, por exemplo. Para isso, a constituição do PSE foi alargada, incluindo agora, além dos líderes partidários nacionais dos estados-membros, líderes de partidos de estados não membros (como a Noruega e Chipre – em 1992 ainda não era membro da UE), líderes de partidos de países observadores, representantes do grupo socialista no PE e do Comité das Regiões, assim como algumas associações internacionais de socialistas. Simultaneamente, instaurou um órgão de decisão, a Conferência de Líderes Socialistas, que, na prática, já se encontravam desde 1974, mas não tinham o princípio de reunião institucionalizado. Era a este órgão que cabia tomar decisões “vinculativas” para os partidos nacionais, competência que antes pertencia ao congresso, e só ele pode fazer recomendações ao grupo no PE. As decisões são adotadas por maioria qualificada em todas as áreas em que este sistema de decisão também é usado no Conselho. Porém, se um partido membro considerar não ter condições de implementar determinada decisão, tem de informar antes da votação ser feita. A exceção às decisões vinculativas fica assim salvaguardada, apesar de o PSE pressupor sanções aos partidos não cumpridores, como a expulsão.¹²⁰⁶

Por outro lado, a estrutura confederal permaneceu como base da organização. Pese embora o PSE se tenha tornado mais operante e aumentado a sua capacidade de coordenação entre os partidos nacionais e os vários níveis políticos da UE, com mais probabilidade de influência política no sistema comunitário¹²⁰⁷, a organização sofre da difícil coordenação de partidos que, apesar de uma base ideológica comum, foram construídos em contextos nacionais diversos. Basta atendermos ao retrato anteriormente feito sobre o posicionamento dos partidos dos estados fundadores e do primeiro alargamento sobre a integração. “Près d’une décennie après la création du PSE, nous pouvons tirer un premier bilan de la

¹²⁰⁴ “Los Socialistas con Maastricht.” *El Socialista*. Nº 558 (01.12.1992) p. 31; “Declaração de Edimburgo: novos equilíbrios comunitários.” *Ação Socialista*. Nº 723 (17.12.1992) p. 6.

¹²⁰⁵ “Ampliación de la CEE.” *El Socialista*. Nº 564 (01.06.1993) p. 41; “Líderes Socialistas (PSE) reúnem-se em Copenhaga.” *Ação Socialista*. Nº 750 (24.06.1993) p. 3.

¹²⁰⁶ HIX, Simon; LORD, Christopher – Ob. cit. p. 172, 173.

¹²⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 178-183; DELWIT Pascal, KULAHCI Erol, VAN DE WALLE Cédric – Ob. cit. p. 92.

coopération socialiste européenne. Ce bilan est ‘globalement positif’. Il pâtit pourtant des faiblesses significatives, révélatrices des limites de toute action partisane transnationale au niveau européenne.”¹²⁰⁸

Estas debilidades são facilmente constatáveis através da análise das notícias nos dois jornais do PS e PSOE, que veiculam a atividade da CPSCE e do PSE. As conclusões de reuniões apresentadas, as resoluções de congressos adotadas e os manifestos eleitorais são sempre de teor generalista. Sofrem da mesma insipiência da generalidade de abordagem que os programas partidários e manifestos eleitorais analisados do PS e PSOE. Se a retórica do PSE reclama medidas socialistas para a integração europeia, a prática nacional dos partidos contraria as clássicas medidas sociais-democratas. Não se regista reflexão sobre uma revisão política capaz de responder aos novos problemas da globalização económica, com fim a atingir os mesmos objetivos de sempre. O PSOE chega a abordar o desafio ideológico e a invocar a necessidade de buscar soluções extranacionais, mas sem consequência prática:

“El que en Europa la vida ideológica no sea tan clara e identificable no quiere decir que no exista. Precisamente ahí tenemos uno de los retos más importantes. ¿Cuál es la versión actual de los viejos ideales – se preguntó el ponente -. ¿Cómo es posible la toma de consideración de todos los datos? Esta indagación, esta búsqueda, este esfuerzo tiene que hacerse. No sólo teniendo en cuenta las diferencias de España. La batalla ideológica tiene que desarrollarse también en terreno europeo. Hay una tarea superior que consiste en encontrar entre todos ese modelo. Esto excede las tareas del gobierno o administrativas.”¹²⁰⁹

A ideia do MNE socialista Fernando Morán é reiterada mais tarde pelo número dois espanhol da lista candidata ao PE, em 1989. Enrique Barón fala na necessidade de soluções europeias para a economia internacional e revela-se bastante esperançoso no papel da CPSCE¹²¹⁰. Mas os socialistas europeus falham redondamente em encontrar esse modelo. Apesar do proclamado chavão “o socialismo será europeu ou não será”, não se encontram propostas alternativas ao rumo de aprofundamento liberal que a construção europeia toma na década de 80 e princípios de 90.

¹²⁰⁸ DELWIT Pascal, KULAHCI Erol, VAN DE WALLE Cédric – Ob. cit. p. 91.

¹²⁰⁹ Palavras de Fernando Morán. “Llegamos creyendo en Europa lo cual es muy bueno.” *El Socialista*. Nº 385 (15.07.1985) p. 8. Nos inícios da década de 80, Felipe González também já tinha abordado a questão de necessidade de reformulação teórica do socialismo na Europa. “Felipe González: La ruptura vendrá con la llegada al poder de los socialistas.” *El Socialista*. Nº 142 (06.01.1980) p. 10.

¹²¹⁰ “Es decir, nosotros, por definición desde nuestro nacimiento, estamos viendo que la UPSCE [...] no es sólo la suma de quince partidos, sino que estamos siendo capaces de crear una cultura común. El dato fundamental es la creación de una identidad política y cultural común. Puede decirse que ésta es una experiencia en la que el balance que hacemos es muy significativo, ya que se ha valorado el manifiesto como un avance importante en nuestra identidad común.” “Construir una fuerza común europea.” *El Socialista*. Nº 478 (31.05.1989) p. 3.

No domínio da revisão ideológica interna dos partidos temos a experiência da *terceira via de Tony Blair*, mas esta pretendeu ser uma adaptação nacional. Trata-se da revisão do trabalhismo britânico que começou a ser discutida a partir dos anos 80, com Anthony Giddens como teórico de retaguarda. É, efetivamente, sob essa bandeira de remodelação do trabalhismo que Tony Blair chega ao poder em 1997, depois de quase duas décadas de sucessivos governos conservadores no RU. A *terceira via de Blair* caracteriza-se por não defender formas rígidas de propriedade ou financiamento do estado, traduzindo-se em fórmulas complexas e flexíveis de utilizar o setor privado para fins de justiça social – encontrando-se aqui o fundamento das parcerias público-privadas. Mas a *terceira via* acaba por ser, como refere David Bell, uma adaptação pragmática ao mercado, ou uma fé exagerada nele, com definições vagas quando se trata de identificar que tipo de medidas tomar, e sem uma visão clara do papel do setor público.¹²¹¹ Por outro lado, a experiência revisionista do trabalhismo tratou-se de um modelo pensado para a escala nacional e não para a construção europeia.

Já Gerassimos Moschonas admite que não houve apenas uma *terceira via*, mas várias¹²¹², numa aceção de aproximação social-democrata ao (neo)liberalismo. O autor conclui que os partidos têm vindo a mudar a sua base programática em redor de temas como os valores de igualdade da esquerda (em políticas de emprego e Estado Social), da atenção dada às privatizações, estabilidade de preços, prioridade ao mercado e flexibilidade laboral e ainda de temas pós-materialistas, como os culturais e ambientais. Os partidos socialistas acabaram por enveredar por discursos que abarcam tudo, desde conceitos de mercado com valores de igualdade e proteção social, típicos de esquerda. Se nos anos 80 a tendência (neo)liberal era vista pela esquerda como imposição, nos anos 90 começa a ser um elemento natural de governação, com o *keynesianismo* reduzido ao mínimo.¹²¹³ “This has led to the lack of self-definition, to the deepseated doubt regarding the ethical aim of contemporary socialist action. [...] [P]resent day Social Democracy has no main prescriptive plan, it also has no major political themes in its electoral proposals that are likely to attract strong public

¹²¹¹ BELL, David – “La ‘troisième voie’ dans une perspective comparée.” In DELWIT, Pascal (ed.) – *Où va la social-démocratie européenne?* [...] Cit. p. 20-26.

¹²¹² MOSCHONAS, Gerassimos – “On the verge of a fresh Start. The great ideological and programmatic change in contemporary social democracy.” In DELWIT, Pascal – *Social Democracy in Europe*. (Trad. Eng). Bruxelles: Edition de l’Université de Bruxelles, 2005. p. 36 [Em linha]. [Consult. 03.12.2016]. Disponível em WWW: < http://digistore.bib.ulb.ac.be/2013/i9782800413419_000_f.pdf >.

¹²¹³ *Idem, ibidem*, p. 36, 37.

attention and shape the vote. It lacks a powerful political message with its political (and electoral) agenda not being presented as a powerful dividing line between parties.”¹²¹⁴

Ora, o PS e PSOE, nas análises feitas na segunda parte deste trabalho, são bem o reflexo desta tendência da social-democracia europeia. Se falharam em encontrar novos modelos nacionais de resposta aos desafios económicos e políticos, falharam-no ainda mais no âmbito europeu. Apesar de toda a retórica do internacionalismo socialista, de que a UE seria a via de solução socialista aos novos dilemas de governação económica nacional, os partidos sociais-democratas fracassaram redondamente em definir ações coordenadas e propostas alternativas ao rumo capitalista e liberal da CEE. Apesar da instituída coordenação partidária europeia, o PSE é o reflexo de uma dupla incapacidade: a de cada partido isoladamente e a de conjugar partidos diferentes. Assume a designação de partido, mas trata-se apenas de uma confederação de partidos, limitada pela diversidade nacional. Apesar das mudanças de 1992, com a institucionalização da Conferência de Líderes no PSE, os partidos nacionais continuam a ser donos e senhores da sua atuação. Atuam, em primeiro lugar, enquanto guardiões dos interesses dos eleitorados nacionais. “Les chefs de parties et de gouvernements agissent en leur qualité de leaders nationaux (leur légitimation vient de leur position sur la scène politique nationale) et non en tant que porteurs ou vecteurs d’une identité socialiste européenne.”¹²¹⁵ Daí que o PSE apenas consiga votar resoluções de congresso e manifestos eleitorais generalistas – só assim assegura a flexibilidade necessária às atuações partidárias nacionais.

A precariedade política do PSE poderia ser uma questão mínima no sistema político da UE se os partidos nacionais no seu exercício doméstico fossem mais atuantes. Alguns estudos indicam que, apesar do aumento de competências do PE e da contínua transferência de competências nacionais para a UE, os partidos não criaram estruturas internas para envolvimento dos seus militantes na reflexão dos novos temas europeus e criação de órgãos de especialidade em questões europeias, o que tende a aumentar o défice democrático interno dos partidos neste domínio.¹²¹⁶ No caso do PS e PSOE, embora não tenhamos estudado esta perspetiva a nível organizativo, resulta claro da análise feita que a política é muito definida do topo para as bases, sendo particularmente notório no caso do PSOE, com o partido a seguir as prioridades e adaptações pragmáticas de governo. Já no PS, é claríssimo, ao nível do discurso e dos congressos, que os assuntos europeus estão completamente secundarizados, quando não,

¹²¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 38.

¹²¹⁵ DELWIT Pascal, KULAHCI Erol, VAN DE WALLE Cédric – Ob. cit. p. 94.

¹²¹⁶ LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties.” p. 11.

em algumas ocasiões, ignorados. Esta tendência relaciona-se, em parte, com o facto de as questões europeias não trazerem “saliência” em termos eleitorais e de terem sido iniciadas no partidos, designadamente no PS, pelas elites executivas.

Também, em muitos casos, a coordenação entre as estruturas nacionais do partido e os eurodeputados é débil, sendo mais estruturada e programada em países da Europa central e de norte, como Dinamarca, Bélgica, Áustria, Irlanda, Holanda e RU. A coordenação tende a ser mais forte quando o partido está no governo, essencialmente para tentar garantir a coerência da votação no PE com as posições assumidas em sede de Conselho.¹²¹⁷ A agravar esta debilidade, está o facto de a própria UE não ter vindo a promover o interesse partidário nacional pelas questões europeias. “[...] [T]here is little if anything in the way of resources that the EU possesses that can be translated into a positive gain for a political party. New and explicit rules forbid a transfer of EU funds to national parties [...]”¹²¹⁸ (Até à data do Tratado de Nice, pelo menos). Tudo isto concorre para o incremento do défice democrático interno nos partidos. Estudos realizados indicam que existe falta de responsabilização das elites dos partidos, quer sejam os próprios líderes, chefes de governo ou eurodeputados, pela restante estrutura partidária relativamente às questões europeias, persistindo a crença, em muitos casos, de que a UE é um assunto de política externa¹²¹⁹. Um claro reflexo de défice democrático.

Ora, tudo isto é uma pescadinha de rabo na boca. Com uma social-democracia ideologicamente enfraquecida e com partidos nacionais fracos e com sensibilidades diversas relativamente às questões europeias, difícil será termos um europartido sólido em termos ideológicos. A esta fraqueza, junta-se a própria debilidade organizativa dos europartidos, como o PSE. Assim, com um europartido fraco, não há influência forte nos partidos nacionais, de modo a fomentar a democracia interna e a preparação teórica e ideológica para as questões europeias. Como reconhece Paul Rasmussen, líder dos sociais-democratas dinamarqueses, “although the name of the party of European Socialists indicates the opposite, our national parties still form the basis of any political action undertaken.”¹²²⁰

Deste modo, e pelos vários fatores aqui enumerados, quer pelas debilidades organizativas, quer pela falta de resposta ideológica ao desafio da evolução da UE nos anos 80 e 90, os partidos sociais-democratas revelaram incapacidades várias para responder aos

¹²¹⁷ RAUNIO, Tapio - “Losing independence of finally gaining recognition?” p. 216-218.

¹²¹⁸ LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties. Towards a framework for analysis.” p. 395.

¹²¹⁹ *Idem* - “National Political Parties and European Governance: The Consequences of Missing Action.” p. 953, 954.

¹²²⁰ In MURRAY, Philomena – “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity.” p. 171.

desafios europeus. Deixaram-se arrastar pelo aprofundamento liberal da construção comunitária e, com isso, evidenciam um esvaziamento teórico, ainda que a sua retórica continue a usar uma linguagem socializante. O argumento dos partidos, bem notório no PS e PSOE, para aceitar a CEE e defender a adesão, é que o cariz inicial da integração europeia era apenas uma exceção, que no devir político da construção comunitária incorporaria uma perspetiva socialista. Mas, por inércia dos sociais-democratas, a exceção virou uma regra que perdura até hoje. Como reconhece Ladrech, a consequência é que os atores políticos identificados com preferências de um papel ativo do estado na economia, pelo facto de assentirem a transferência de soberanias para a UE sem exigir um retorno compensatório do esvaziamento de competências nacionais, acabou por minar completamente a legitimidade nacional social-democrata.¹²²¹ O problema é que este enredo de sucessivas inércias está a revelar-se com repercussões preocupantes na atualidade, uma era de evidente frustração dos partidos sociais-democratas e de incógnitas relativamente ao seu futuro.

1.4 Frustrações

Como está bem evidente na atualidade de vários países, particularmente de alguns estados intervencionados pelo FMI, ou sob pressão dos limites europeus aos défices orçamentais e dívidas soberanas, como a Espanha e Grécia (excetuando Portugal), o comportamento eleitoral da população revela um desgaste relativamente aos partidos socialistas, dando margem para crescimento de outras formações partidárias mais à esquerda, surgidas recentemente. Os partidos do centro parecem ficar desacreditados, com contornos particularmente preocupantes noutros contextos nacionais em que cresce a extrema direita. Esta é uma evidente era de frustração, de um óbvio falhanço da social-democracia europeia em ter-se afirmado como alternativa de governação nacional e de influência na UE.

Não deixa de ser paradoxal, talvez irónica e frustrante, a comparação histórica da resposta socialista ao liberalismo económico. O socialismo foi uma resposta intelectual ao liberalismo que começou a singrar desde o século XVIII. Consequentemente, o surgimento de sindicatos e partidos socialistas/sociais-democratas foram a resposta prática (inspirada pelos intelectuais) às eminentes consequências desse liberalismo económico. A capacidade organizativa sindical e partidária, a consolidação dos sistemas democráticos representativos

¹²²¹ LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. p. 53.

ocidentais, a par com a proeminência do estado-nação, conjugaram-se num enquadramento legitimador do papel destes partidos, que começaram a ganhar espaço eleitoral, sendo legitimados nos sistemas democráticos nacionais. Mas, quando o liberalismo retorna, em pleno século XX, agora sob a forma de *neoliberalismo*, a classe política socialista, que é, ela própria, fruto de uma resposta ao pensamento liberal, revela-se completamente incapaz de lhe responder – deixando-se desvirtuar por ele. Que maior frustração matricial do que esta?

A economia está muito internacionalizada e interdependente para que um governo socialista encontre soluções eficazes à escala nacional. Um capitalismo multinacional precisa de estruturas de regulação e controlo também multinacionais para serem devidamente eficazes. Os governos socialistas europeus sabem que o cerco está cada vez mais apertado e que podem remediar os efeitos nacionais conjunturais graves da economia internacional na nacional, mas sabem que se trata apenas disso mesmo, uma remediação que, mais tarde ou mais cedo, quando uma grande economia der um espirro, lá virão as novas gripes das pequenas economias. O problema é que em estados que já apresentam debilidades estruturais, se torna cada vez mais difícil recuperar das gripes. Na UE, a questão é adensada pela profunda interdependência das economias da zona euro, das incoerências económicas e, particularmente, subversões fiscais provocadas pelo desenho da UEM e as liberdades do MC. O comportamento da zona euro em termos de recuperação económica depois da crise de 2008, em comparação com a recuperação dos EUA ou mesmo do grau de afetação da economia do RU, é francamente mais lento, com impactos muito mais dramáticos na subida dos juros de algumas economias nacionais do que naquelas, embora elas possuam dívidas muito superiores em termos de percentagem de PIB. Como está amplamente debatido, para este desfasamento tem contribuído a existência de um BCE independente do poder político, sem autorização de compra direta de dívida pública, que possa combater a especulação monetária dos mercados. Para fazer face a tudo isto, a alternativa tem sido, num período de recessão económica ou fraco crescimento, aumentar impostos sobre o trabalho e o consumo.

Ainda que em Portugal, na atualidade (à data de escrita, 2016) se parece estar a transitar para outro tipo de medidas (mas note-se que a pior fase de ajustamento orçamental já tinha passado quando o governo socialista entrou em funções, em 2015), até agora com algum sucesso no equilíbrio das contas públicas, estamos em crer que um ensaio político por medidas mais próximas de um teor socialista - com uma feição redistributiva, por exemplo, taxando o capital, o património ou aumentando os impostos sobre os lucros empresariais - num contexto de mercado comum, rapidamente “espanta” os investidores para outros estados mais competitivos em termos de política fiscal. Na sequência da crise de 2008 é que ficou

bem evidente aos olhos de todos a limitação de uma intervenção nacional na economia, mas, na realidade, o cerco tinha vindo a ser apertado ao longo das últimas décadas, para o que contribuíram as políticas adotadas em resultado da integração europeia. A margem de atuação nacional social-democrata ficou completamente minada.

2. Onde residem as esperanças?

Feathersone acredita que a supranacionalidade está presente na consciência dos socialistas europeus, mas estes não têm feito campanhas, nem a explicitação e ações necessárias nesse sentido, considerando que os mesmos devem perseguir estratégias internacionalistas. Se a Europa não enveredar por aqui, limitar-se-á ao declínio, frisa.¹²²² Mas, que medidas adotar a um nível supranacional? Não têm faltado propostas provindas do mundo académico e mesmo algumas de políticos europeus, eurodeputados e da própria Comissão Europeia – recorde-se Durão Barroso, enquanto presidente daquela instituição, a propor, em clima quente da crise, a emissão de títulos de dívida europeia. O lançamento de um imposto europeu, uma uniformização fiscal sobre o lucro das empresas, um imposto comum sobre a transferência de capital, com uma parte da percentagem da taxa a reverter para o orçamento europeu, têm sido outras propostas feitas. O fundamento de algumas delas provém já dos inícios da construção da UEM, assim como a alegada necessidade de uma efetiva união política neste domínio, que legitime democraticamente a capacidade de governação económica da UE.

Recentemente, de forma bastante eloquente, Thomas Piketty tem lançado algumas sugestões nesse sentido, com repercussão na opinião pública, nomeadamente nos média franceses. O teor das suas propostas não é original na história da construção europeia, tendo algumas perspectivas sido levantadas aquando da discussão da UEM, de forma preditiva dos problemas que uma mera coordenação económica assente no PEC poderia gerar no futuro, principalmente para economias mais frágeis. Mas as propostas de Piketty têm a vantagem de serem suportadas pela conciliação de uma série de indicadores económicos, de crescimento do PIB, de rendimentos *per capita*, de taxa de impostos, enquadrados sob uma perspectiva

¹²²² FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. p. 344-48.

histórica e geograficamente abrangente e comparativa, demonstrando assim a realidade crua e dura dos números. Temos agora a vantagem dos ensinamentos de quase 60 anos de integração europeia que melhor podem elucidar a classe política para a resposta a algumas preocupações já historicamente levantadas.

Numa abordagem mais abrangente, Piketty, na perspectiva da necessidade global de maior redistribuição de riqueza, propõe o lançamento de um imposto mundial sobre o capital. Admite que a proposta é uma utopia, mas uma “utopia útil”, que poderia ter concretização à escala regional ou continental¹²²³, diga-se na UE. Relativamente à Europa, o autor concentra-se na necessidade de uma fiscalidade europeia sobre os lucros das empresas e na mutualização das dívidas soberanas. Considerando que a estratégia de *dumping* fiscal adotada por alguns países é um desastre não só para os próprios, como para os vizinhos, causando subversões no MC – veja-se que depois da Irlanda, vários países de leste adotaram taxas de 10% sobre os lucros para captação de investimento estrangeiro¹²²⁴, propõe que a UE auxilie os países com excesso de dívida soberana em troca da renúncia à estratégia de *dumping* fiscal. Assim, a União poderia assumir o excesso das dívidas soberanas nacionais criado pela crise de 2008, imaginemos de 20 a 30% do PIB, dependendo de cada país, de forma a que os estados-membros pudessem sanear as suas finanças e regressar à normalidade. De forma a criar capacidade para suportar esse encargo, a UE teria como receita o imposto comum sobre os lucros empresariais. Sugere que uma taxa de 10% seria suficiente - por exemplo, aplicando uma taxa europeia de 10% e determinando uma mínima nacional de 25%. Deste modo, *matar-se-iam dois coelhos de uma cajadada*: combatia-se um problema da economia europeia, o *dumping* fiscal, e conferir-se-ia mais coerência à zona monetária, com a emissão de dívida comum europeia.¹²²⁵ Isto seria acompanhado da concessão de capacidade do BCE de comprar dívida direta no mercado e do dever de responder politicamente à UE. Tudo isto teria de ser democraticamente legitimado, por exemplo, através da constituição de uma segunda câmara no PE, para as finanças, com poder de decisão nestas matérias, perante a qual responderia um ministro das finanças da zona euro. Tal solução só seria possível com recurso à possibilidade de uma integração europeia de geometria variável, apenas com os estados que quisessem avançar para esse patamar de integração¹²²⁶, e recorrendo também à essência da noção de federalismo na tradição do pensamento europeu, de modo a descansar algumas almas temerosas de um centralismo político num superestado europeu:

¹²²³ PIKETTY, Thomas - *O Capital no Século XXI*. p. 786-789.

¹²²⁴ PIKETTY, Thomas – *Podemos Salvar a Europa?* Barcelona: Marcador, 2016. p. 288, 293.

¹²²⁵ *Idem, ibidem*, p. 294, 298, 299, 301, 302.

¹²²⁶ *Idem, ibidem*, p. 308.

“[...] no quadro do federalismo europeu, nada nos obriga a uniformizar tudo ou a fazer tudo da mesma maneira. A regra é simples: devemos unir-nos nas questões que não conseguimos resolver isolados. Nada mais, nada menos. Seria inútil e contraproducente fundir sistemas de reforma dos diferentes países. [...] Por isso, é urgente mutualizar as dívidas públicas da zona euro, para que os mercados parem de impor a uns e a outros taxas de juro erráticas e desestabilizadoras. É também urgente uniformizar o IRC, constantemente finto pelas multinacionais. São estes dois instrumentos, e apenas estes dois, que devem ser mutualizados e controlados por uma autoridade política federal.”¹²²⁷

Ora, o fundamento desta solução, isto é, o da necessidade de uma governação económica realmente comum da UE, tinha já ficado plasmado no Plano Werner, que, na década de 70, propunha a implementação de uma moeda comum na UE. Foi precisamente o apelo de Werner para a necessidade de fazer acompanhar a integração monetária de integração económica, que pressuporia um aprofundamento democrático que legitimasse a governação a esse nível, que gerou a controvérsia entre estados-membros e remeteu o plano à gaveta. Parte destas soluções existiam já em algum pensamento político europeu e não podiam ser desconhecidas dos partidos socialistas. Com o Plano Werner, não foi possível reunir as condições governamentais, eleitorais, para dar tal passo. Agora, se atentarmos a todo o aprofundamento comunitário feito desde esses tempos, podemos supor que é mais fácil consegui-lo, na lógica do efeito *spillover*. Mas será mesmo na atual conjuntura? É que a Europa vê-se diante de um paradoxo difícil de resolver: se, por um lado, a natureza da crise reforçou a evidência da racionalidade económica das soluções supranacionais; por outro, a Europa encontra-se eleitoralmente dilacerada por um nacionalismo em ascendência, em resultado, entre outras causas - é importante ressaltar-, de toda esta inércia histórica dos partidos socialistas analisada ao longo deste trabalho.

Os partidos nacionais têm sido incapazes de, através dos canais de participação direta no sistema político da UE, propor mudanças disruptivas ao *establishment* comunitário. Em coordenação, através do PSE, têm revelado a mesma inabilidade. Uma das causas de ineficácia do PSE é o seu carácter confederal e não vinculativo para os partidos nacionais. Ponto fulcral, identificado pelo PSOE, que, em 1990, lança uma proposta para suprir esta debilidade: “Una de nuestras prioridades en la esfera internacional durante la década de los años 90 debe consistir en el avance y la consolidación de un proyecto de partido federal de los socialistas europeos.”¹²²⁸ A proposta aparece no programa 2000 e é incluída nas resoluções do 32º congresso, de 1990, voltando a ser incluída a necessidade de reforço do PSE (embora já

¹²²⁷ *Idem, ibidem*, p. 314, 315.

¹²²⁸ “Manifiesto del Programa 2000.” *El Socialista*. Nº 504 (30.06.1990) p. 9.

não se mencione federalização) na moção principal para o 33º Congresso, a realizar em 1994.¹²²⁹ Neste sentido, a mudança, a passar por uma ação mais operante do PSE, adviria então de uma vontade das bases partidárias nacionais em alterar os seus vínculos de dependência com os europartidos.

Isto seria, efetivamente, adotar um fluxo mais democrático para aprofundar a UE do que o que tem vindo a ser percorrido desde a sua fundação. Mas, precisamente, se atendermos às condicionantes da política comunitária e à sua génese, emanada das elites para as bases, seria esta solução concretizável? Seiler coloca uma questão pertinente na formação dos europartidos. Enquanto os partidos nacionais se baseiam em clivagens assentes no contexto nacional, em que clivagens se baseiam os europartidos¹²³⁰? Deveriam basear-se em clivagens europeias, tal como deveriam os grupos no PE, mas existem clivagens europeias? Existem, considera o autor, clivagens enraizadas e dependentes de contextos nacionais díspares, que se traduzem por vezes em divergências nos europartidos e nos grupos no PE e que evidenciam o simplismo que é reduzir as posições face à UE ao paradigma esquerda/direita. Basta atentar ao socialismo da Europa latina, de influência católica, que é muito diferente do socialismo da Europa do norte, como já referimos na primeira parte desta tese. E o autor conclui a concordar com o politólogo britânico Jonathan Story:

“Pour lui, l’Europe des partis c’était l’Europe de patries. Plus que jamais, aujourd’hui l’Europe des partis est l’Europe des patries et on peut y ajouter un corollaire : la somme de partis nationaux de même tendance ne donne pas des partis européens. Il s’agit d’ailleurs de l’application d’un principe de logique. Par exemple le Labour , le SLD, le PP espagnol, le PSD portugais devraient se retrouver dans un parti européen défendant l’Europe comme grand marché; les Tories devraient mener un parti euro-sceptique, etc... Ceci n’est évidemment pas le cas à Strasbourg, ce qu’éclaire l’artificialité des euro-groupes et, plus encore, des pseudo-partis européens.”¹²³¹

Ora, daqui releva precisamente a pertinência do fundamento do nosso trabalho, o da importância de estudar os partidos nacionais separadamente, confrontando várias fontes documentais que permitam ir além das condicionantes das análises aos manifestos eleitorais. De acordo com a perspetiva de Seiler, uma *europartidarização* do sistema político comunitário poderia eventualmente ser possível na Europa dos estados fundadores - que partilham uma cultura política comum, com famílias políticas similares, herança da Europa

¹²²⁹ “Resolución Política.” *El Socialista*. Nº 514 (30.11.1990) p. 25; “Ponencia marco.” *El Socialista*. Nº 567 (01.11.1993) p. 54.

¹²³⁰ SEILER, Daniel-Louis - *L’Europe des partis: paradoxes* [...] Cit. p. 4, 5.

¹²³¹ *Idem, ibidem*, p. 26.

católica de Carlos Magno e do Santo Império¹²³², mas os sucessivos alargamentos e, particularmente, o último, a leste, foram adensando o problema da diversidade partidária. Poder-se-ia, eventualmente, pensar numa *europartidarização* de “geometria variável”, conforme outras propostas para a UE, mas aplicar esta ideia de uma integração diferenciada aos partidos talvez fizesse incorrer facilmente a Europa no risco de reduzir drasticamente o núcleo de países avançados e fazer uma divisão entre Europa rica e pobre.

Olhemos para outras soluções oferecidas pela literatura científica, que são condizentes com a tendência histórica da construção comunitária, feita das elites para as bases. Se atentarmos ao estímulo para a formação de partidos europeus, ele tem emanado do aprofundamento comunitário. O sistema de partidos no PE tem-se fortalecido com o aprofundamento de legitimidade democrática e alargamento de competências deste órgão. A eleição por sufrágio universal e o aumento de competências da UE têm resultado num maior envolvimento dos partidos nas questões europeias, não só ao nível transnacional, mas também a partir do sistema doméstico. Os resultados das investigações concluem que à medida que o PE foi adquirindo mais poderes, cresceu a coesão dos grupos e aumentaram as dinâmicas de competição entre eles, nomeadamente, nos domínios sujeitos à codecisão, em que se registam o PSE e o PPE como os grupos que mais vezes competem. Esta tendência leva a crer que à medida que aumenta a influência do PE no triângulo decisório da UE, aumenta a motivação e habilidade dos membros para constituir organizações partidárias fortes e usá-las para competir por resultados políticos.¹²³³ Por outro lado, o alargamento comunitário pode também incentivar a coesão entre grupos, já que os eurodeputados dos partidos dos países mais populosos perderam influência na monopolização da decisão, vendo-se obrigados a fazer alianças para lograr em resultados de votação.

Não sendo a UE um regime político parlamentarizado, a ausência ou fraca participação de partidos ao nível supranacional nunca foram vistas como um problema de maior para os próprios (que continuam a ver como prioridade fazer oposição ao governo nacional), pelo que alguns autores alegam que é necessária uma reforma institucional, vinculando a Comissão ao PE, para incentivar o interesse dos partidos políticos na sua supranacionalização. “Should one day, the Union executive have the account to the EP to the point at which it can be removed by a parliamentary vote, the euro-parties would be forced to develop robust competitive strategies in the EP, to be more united and, consequently, to

¹²³² *Idem, ibidem*, p. 31.

¹²³³ HIX, Simon, et al. - “The Party System in the European Parliament: Collusive [...] Cit. p. 310-328.

demand more integration of their constituent national parties.”¹²³⁴ Isto é, sem governo não há oposição, conforme também induz a reflexão de Rodríguez-Aguilera de Prat: “La ausencia de un gobierno unificado hace que el sistema político de la UE sea ‘anónimo’ y fragmentado, pues su modelo de gobernanza en red, con gran descentralización, [...] generan un estructura poco integrada que no favorece el refuerzo de los vínculos entre partidos nacionales.”¹²³⁵

Constitua-se, então, um governo europeu e veremos nascer uma oposição europeia que responde a um eleitorado europeu. A ser assim, continuaríamos na dinâmica de uma construção europeia do topo para as bases – seria a institucionalização de um governo europeu emanado dos resultados do PE a fazer criar verdadeiros partidos europeus, aptos a exercer um papel de vigilância e efetiva oposição, conforme é apanágio dos regimes parlamentares dos sistemas democráticos ocidentais. E assim, a continuidade de uma tendência histórica daria origem ao início do seu contrário. Isto é, seria um aprofundamento da união política da UE arquitetado pelas elites (embora um tal passo estivesse sempre dependente das bases, no caso das ratificações parlamentares nacionais e/ou em situações de referendos aos tratados que fizessem essa reforma institucional), ao criar um governo europeu, que impulsionaria a organização supranacional das bases partidárias. Seria o ponto de viragem do exercício do fluxo de poder político das bases para o topo na UE. E, assim, chegaríamos ao estado em que a “Europa das pátrias” se superaria com a “Europa dos partidos”¹²³⁶, estes, que responderiam a um *demos* europeu, despertado por uma acumulação de competências num governo europeu.

Contudo, se tendemos a concordar que essa mudança institucional da UE mobilizaria os partidos nacionais para uma dimensão realmente europeia, a ausência deste cenário não inocenta os partidos socialistas de uma inércia ideológica face à construção europeia. Apesar de toda a retórica internacionalista para um socialismo europeu, a prática dos partidos – como ficou bem evidente no estudo de caso do PS e PSOE – foi conduzida pelo estreitamento de uma visão confinada aos interesses nacionais de curto prazo. É certo que a complexidade das negociações intergovernamentais facilmente bloqueia as intenções de um grupo de países, mesmo que em número considerável, em favor do pensamento do poder político e económico dominante, mas a questão é que não se observaram propostas detalhadas dos socialistas

¹²³⁴ ATTINÁ, Fulvio – “Party Fragmentation and Discontinuity in the European Union.” In BELL, David S., LORD, Christopher (ed.) - *Transnational Parties in the European Union*. p. 12. Cf. LADRECH, Robert - “National Political Parties and European Governance [...]” Cit. p. 956.

¹²³⁵ PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de Prat – Ob. cit. p. 39.

¹²³⁶ “Los límites de la actual ‘Europa de las patrias’ (o sea de los Estados) sólo podrían ser superados por una verdadera Europa de los partidos, lo que denotaría un cambio cualitativo sustancial en la naturaleza propia de la UE.” *Idem, ibidem*, p. 45.

ibéricos que respondessem aos dilemas da social-democracia; que propusessem uma compensação supranacional do esvaziamento de competências nacionais necessárias a um estado interventivo e regulador da economia. Quando observamos a atividade coordenada dos socialistas europeus, através da CPSCE e do PSE, verificamos a mesma tendência, reconfirmada pela literatura científica.

O resultado desta incapacidade está à vista nos nossos dias (2016), por essa Europa fora, com o crescimento dos nacionalismos e com uma social-democracia sem margem de manobra nacional, completamente armadilhada pelas interdependência e subversões da UEM e do sistema económico internacional. Mas ainda pode haver esperança. A leitura histórica da construção europeia e da atuação dos partidos deste quadrante ideológico dá-nos algumas pistas. Na sociedade observam-se alguns movimentos em contraciclo do nacionalismo, veja-se o DiEM25¹²³⁷. A academia desde há muito que se tem debruçado sobre as problemáticas europeias e é rica em propostas que podem apontar um caminho. É certo que a distância temporal da IIGM é cada vez maior e pode fazer cair na tentação de darmos a paz como garantida. Mas os acontecimentos mundiais, europeus e eleitorais recentes (escrevemos estas palavras em dezembro de 2016) estão aí para nos lembrar que a paz e a democracia são estados frágeis, que exigem uma ação política cuidada, integrada e permanente.

¹²³⁷O DiEM25 caracteriza-se como um movimento pan-europeu, de cooperação transfronteiriça de democratas, mais ligados à esquerda. Um dos objetivos é lutar contra a desintegração europeia, a xenofobia e o nacionalismo, através de um movimento que possa transformar as instituições europeias, concedendo-lhe mais democracia e inerentemente poder político para resolver problemas transnacionais europeus. O movimento foi lançado pelo ex-ministro das finanças grego, Yanis Varoufakis, que, durante a experiência governativa em Atenas, desafiou o *status quo* da governação económica no âmbito da UEM, criticando fortemente o funcionamento do Eurogrupo, que considera antidemocrático e dominado pelos países economicamente mais poderosos da UE. O movimento está atualmente disseminado por vários países, incluindo Portugal [Em linha]. [Consult. 29.11.2016]. Disponível em WWW:< <https://diem25.org/home-pt/> >.

CONCLUSÃO

Os partidos socialistas ibéricos começaram uma relação com o processo de integração europeia diferente da de todos os partidos (excetuando a Grécia) que integravam a CEE à data da adesão de Portugal e Espanha. O PSOE e os socialistas portugueses (apenas transformados em PS em 1973) iniciaram essa relação durante a oposição às ditaduras, pelo que a aspiração democrática que era central na luta contra estes regimes foi crucial na determinação da europeização destes partidos e, concretamente, na forma como conduziram os seus estados para a adesão.

Apesar de não experienciarem a democracia após a IIGM, os socialistas ibéricos imbuem-se da discussão em torno da unidade europeia. Utilizam-na não só como estratégia de oposição, com o propósito de manter Franco e Salazar afastados de qualquer intento de integração e aproximação comunitária, como vão incorporando nos seus ideários a noção de unidade europeia, levada às aspirações mais profundas, no caso do PSOE, manifesto adepto do federalismo. Assim, no caso dos espanhóis, assistimos a um partido perfeitamente europeizado logo a partir de finais da década de 40. Já no caso dos portugueses, tendo a experiência de aproximação sido iniciada na década de 60, será só a partir dos seus finais e particularmente no início de 70, com o exílio de Mário Soares, que se dará uma aproximação com as instâncias europeias e movimentos europeus em defesa do aprofundamento comunitário. Deste modo, apesar de doutrinado mais tardiamente e de não ter acompanhado a efervescência da ideia federalista europeia, temos no final da ditadura um PS europeizado, personalizado na figura do líder Mário Soares.

Esta retaguarda das vivências da oposição será determinante para o rumo que os partidos esboçarão para as democracias dos seus países na transição democrática. Aqui se comprovará que o manifesto europeísmo do exílio não era mera estratégia pragmática, mas sim genuíno, parte estruturante do futuro político, económico e social da Península. E é assim que defenderão, com unhas e dentes, a adesão nacional – mesmo contra os prognósticos económicos negativos a curto prazo. A integração europeia de Portugal e Espanha insere-se num objetivo de fundo da construção democrática nacional. Era não só uma via para a consolidação democrática, mas também uma libertação do isolamento histórico das ditaduras, que tinha arredado os dois países da onda modernizadora das ideias políticas, da organização social e da evolução técnica que tinha caracterizado a Europa, particularmente após a IIGM. Era a consumação do fim da herança estrutural da ditadura. Daí que a Europa apareça com

uma grande carga simbólica de democracia e progresso nos discursos dos dois partidos durante a transição democrática e até à adesão.

É esta aura de democracia atribuída à Europa que é o fator principal de distinção do posicionamento dos socialistas ibéricos dos homólogos dos estados fundadores e do primeiro alargamento. Para estes, embora a ideia de unidade estivesse associada à preservação da democracia e paz, fundamento que ganhou impulso com a Guerra Fria, foram os interesses económicos os grandemente responsáveis pelo lançamentos das Comunidades. Foi no interesse económico e político nacional que se encontrou o mínimo denominador comum e o pragmatismo possíveis para ultrapassar divergências entre estados. Já no caso dos socialistas ibéricos, foi precisamente a democracia – o predomínio da associação da ideia de unidade europeia com a paz, prosperidade e democracia – que imperou na orientação para a adesão. Repare-se que ambos os partidos tinham a perfeita noção das desvantagens económicas nacionais de uma entrada plena no curto prazo, ainda que as negociações pudessem acautelar prazos especiais de transição para a incorporação de todo o acervo comunitário. Mas ambos recusam uma entrada por etapas ou apenas um reforço dos acordos comerciais prévios já existentes.

Assim, enquanto os estados fundadores e os do primeiro alargamento se demoram em negociações prolongadas, onde dirimem todos as divergências económicas nacionais, os ibéricos secundarizam a economia em favor da democracia. Para esta conclusão é fundamental o enquadramento histórico. A experiência ditatorial foi crucial nesta assunção do predomínio do valor democrático da ideia de unidade europeia, não coincidente com outros estados-membros. Assim, também, as ditaduras foram um enorme catalisador da europeização dos partidos socialistas ibéricos, no seu genuíno europeísmo (enquanto associação de unidade europeia com democracia), o que os distingue claramente de outros congéneres europeus face ao posicionamento relativamente à adesão dos seus países, particularmente os dos estados do primeiro alargamento.

O fundamento da democracia será também um coadjuvante na justificação da incoerência ideológica do PS e PSOE com a favorabilidade relativa à CEE, enquanto projeto liberalizante da economia. O pragmatismo ditado pela necessidade de consolidação democrática dita a adesão. Os partidos combatem ainda essa incompatibilidade ideológica com a projeção futura do socialismo para a construção europeia. Se a Europa atual não condiz com os preceitos socialistas, serão estes partidos a imprimir-lhe as necessárias mudanças. E neste aspeto, temos uma perfeita coincidência com o discurso dominante da social-democracia europeia relativo à construção comunitária.

Porém, todo o idealismo manifestado durante a oposição às ditaduras e na transição democrática cai por terra com a adesão de facto às Comunidades, precisamente no momento em que atravessam a primeira reforma ao Tratado de Roma. Se os socialistas ibéricos se distinguiram dos congéneres europeus nos anos até aqui, agora juntar-se-ão a eles no pragmatismo adotado, na abdicação dos valores matriciais dos partidos face à integração europeia. A viragem à direita do PS e PSOE já se tinha iniciado na governação nacional a partir das primeiras experiências governativas. Neste aspeto, também os socialistas ibéricos se distinguiram dos europeus, no sentido em que enquanto estes puderam usufruir dos seus sistemas nacionais democráticos e do *boom* económico das primeiras décadas do pós-guerra para construir os seus estados sociais e dar provas de uma prática nacional realmente social-democrata, os ibéricos não dispuseram das condições democráticas para tal e, finalmente, quando isso acontece e chegam ao poder executivo, inicia-se o período de crises internacionais e forte desaceleração do crescimento económico. Junta-se a isto a herança estrutural económica das ditaduras, que se repercutirá na governação inicial de PS e PSOE. Assim, os dois partidos não dispuseram de um clima nacional e internacional favorável para construir os estados sociais e dar provas legítimas de uma governação social-democrata. O início da sua governação vai mais no sentido da liberalização económica e diminuição do peso do estado na economia, do que em sentido contrário, ao modo de uma política *keynesiana*. Esta tendência é ditada pela conjuntura nacional e a necessidade de alterar a estrutura económica dos dois países de forma a cumprirem critérios de integração no MC. Assim, logo numa fase inicial, ainda antes de entrarem na CEE, particularmente durante as derradeiras negociações, PS e PSOE adaptam as suas políticas nacionais à tendência liberalizante da Comunidade e não o contrário, como apregoavam nos primeiros anos de democracia. Não são os socialistas que socializam a CEE mas esta que imprime uma tendência liberalizante na política dos socialistas ibéricos.

A tendência será incrementada após a adesão de Portugal e Espanha. Os dois partidos não têm oportunidade de participar nas negociações intergovernamentais para o AUE, mas assistem às discussões. Será no caminho para o TM que terão o pleno direito de participação nas discussões e negociações (no caso do PS indiretamente, já que está consecutivamente na oposição). Quando se poderia esperar que contrariassem a tendência de aprofundamento liberal do projeto comunitário, verifica-se uma cumplicidade com o *status quo* comunitário. Neste sentido, não se regista qualquer diferença entre o PS e o PSOE, apesar de um ter o estatuto de oposição e outro o de partido de governo. Algumas investigações no âmbito da ciência política apontam para conclusões em como o estatuto de partido de governo imprime

maior concordância com a política dominante na Comunidade, enquanto o de oposição desperta maior contestação. Não se verifica isto quando comparamos o posicionamento do PS e PSOE. Se este é regido por interesses nacionais governamentais, ditados por uma estratégia de forte estímulo à competitividade económica nacional e de atração de investimento estrangeiro, aquele está imerso na preocupação de reconquistar o poder ao PSD. Se se esperaria que pudesse reforçar as suas propostas de esquerda relativamente à integração europeia, continua o rumo de *direitização*, mostrando-se cúmplice com a política dominante europeia, apesar de em termos retóricos recheiar o discurso com os chavões socialistas, estratégia demagógica também adotada pelo PSOE. Parte dessa estratégia está focada na política de coesão e nos fundos estruturais, sobre cujos o discurso é instrumentalizado no sentido de conferir uma dimensão social à UE. Logicamente, e mais uma vez, esta centragem dos partidos nos fundos em detrimento da aposta em políticas estruturais comunitárias que pudessem sustentar a longo prazo uma permanência mais saudável e coerente das duas economias como as ibéricas na UE, prende-se com estratégias de governação a curto prazo e da facilidade de comunicar a UE ao seu eleitorado, quer para fazer campanha de governo quer de oposição. Boa parte do discurso nos jornais oficiais e nos debates parlamentares é dominado por este tema.

Assim, os dois partidos confirmam a tendência geral da social-democracia europeia dos anos 80 e 90, de se alinhar com as políticas (neo)liberais que começam a fazer doutrina nesta época. Se o PS e PSOE iniciaram o período pós-guerra em condição diferente dos congéneres, com um idealismo europeísta mais vincado (no caso do PSOE), do que a maioria da social-democracia comunitária, e mesmo depois do fim das ditaduras fizeram permanecer o simbolismo democrático da UE como orientador da sua estratégia de futuro político para os dois países, levando esse critérios até às negociações, a partir de meados da década de 80, depois da adesão, os dois partidos alinham-se completamente com os homólogos no posicionamento face à integração europeia. Os socialistas ibéricos são europeizados e não socializam a UE – o que também atesta a conclusão de algumas investigações académicas referentes a outros partidos.

Para esta situação contribuem dois fatores, em nosso entender: a concentração dos responsáveis partidários nos interesses nacionais de curto prazo – isto é evidente não só no caso do PSOE, mas também no PS, já que sendo este um partido do sistema governativo, aspirava a voltar ao poder em pouco tempo e conduz a sua estratégia política na oposição também face à Europa com esse objetivo (que passava por captação de eleitorado ao centro e ao PSD); e o esmorecimento ideológicos dos partidos, para o que também contribui uma

organização partidária europeia dos socialistas frouxa (CPSCE/PSE), que não conseguiu ter uma influência *top-down* nos partidos nacionais (qual pescadinha de rabo na boca, pois que o topo é formado pelas próprias lideranças diversas e, por vezes, contraditórias, dos partidos nacionais).

Deste modo, constatamos, a partir da década de 80, um predomínio da orientação governamental nos partidos, nomeadamente no PSOE. Porém, mesmo no PS, quando este está na oposição, é orientado pela aspiração do desejo de governo, o que frustra a expectativa de se poder afirmar como contraposição à política comunitária dominante. Ora, se quisermos fazer um paralelo com as teorias de integração, esta tendência concorre para a dinâmica intergovernamentalista da UE, enfraquecendo, com partidos brandos na oposição e um PSE igualmente brando, o debate político doméstico e consequente ação oposicionista sobre assuntos europeus. Concomitante com isto é a moderação dos dois partidos, muito mais evidente no caso do PSOE, quanto ao modelo político para a Europa. O federalismo, levado ao rubro no exílio pelos socialistas espanhóis, sai do discurso político do partido e do governo, assim como no PS, a simpatia por este modelo também revelada no final da ditadura e até posteriormente pelo seu líder Mário Soares, já depois de ter abdicado da liderança partidária, é ignorada. Juntamente com o socialismo na gaveta, veio o federalismo na gaveta.

Registamos também uma debilidade interna das estruturas partidárias e uma extrema pobreza do debate europeu, particularmente no caso do PS, que evidenciam um défice democrático dos partidos sobre as questões europeias. Aqui, há que distinguir o PS do PSOE, uma vez que este aborda vários domínios dos assuntos europeus nos seus congressos, que são objeto de uma definição orientadora para a política base do partido. Ao contrário, o PS, dá algumas orientações gerais favoráveis ao aprofundamento comunitário, mas omite gravosamente uma abordagem e orientação clara sobre as várias áreas em causa nas discussões sobre o aprofundamento comunitário.

A situação observada é concordante com os resultados de tendência registada pela literatura científica e é apenas uma das dimensões do próprio défice democrático da UE, mais expresso e criticado a outros níveis. Esta situação dos partidos, agregada à sua estratégia de opção por um discurso simplista, em vez de simplificador das reais causas e problemáticas europeias, oferece-nos também um entendimento causal para o alheamento do eleitorado relativamente ao projeto comunitário, o que não é indiferente ao crescimento de partidos populistas e nacionalistas na Europa. Junta-se a tudo isto a falta de resposta ideológica de PS e PSOE para um modelo alternativo à construção comunitária – neste sentido, os dois partidos são simultaneamente reflexo e causa do panorama europeu da social-democracia

Assim, e concluindo, se no início da investigação deste trabalho, encontrámos dois partidos idealistas - mantendo esse idealismo numa fase inicial da transição democrática, dispostos a suportar os efeitos adversos da entrada no MC por uma causa maior, a da democracia, que se diferenciaram do realismo mais orientador dos estados-membros fundadores e do primeiro alargamento, na fase subsequente da nossa investigação, a partir dos anos 80, encontramos dois partidos a comungar do realismo governativo e a entrar na tendência geral da desvirtuação da social-democracia face à integração europeia. Dois partidos sem resposta ideológica para o projeto comunitário, sem propostas disruptivas do rumo da integração, sendo causa e reflexo desse *status quo* dos socialistas europeus. Ironicamente, são também estes casos, que embarcaram no sonho comunitário privados de 30 anos prévios de democracia e crescimento do pós-guerra, que agora, volvidos 30 anos de adesão dos dois estados ibéricos à CEE, enfrentam, de forma mais gravosa, o corolário europeu de toda uma contínua falta de rumo e alternativa social-democrata para a integração europeia.

DOCUMENTAÇÃO

PSOE

Manifestos Eleitorais

PSOE - “Programa del PSOE. Elecciones 1977.” 1977.

PSOE - “Programa. Elecciones 79.” 1979.

PSOE - “Por el cambio. Programa Electoral.” 1982.

PSOE - “Programa 1986/1990. Para seguir avanzando. Por buen camino.” 1986.

PSOE - “Manifiesto Europeo. Por las cosas bien hechas.” 1987.

PSOE - “Programa Electoral 1989.” 1989.

PSOE - “Manifiesto Europeo. Con fuerza en Europa.” 1989.

PSOE - “El programa de la mayoría.” 1993.

Jornal El Socialista (1979-1993)

Edições: Nº 5369 (18.07.1947); Nº 5370 (25.07.47); Nº 5373 (15.08.1947); nº 5403 (12.03.1948); Nº 5408 (16.04.1948); Nº 5409 (23.04.1948); Nº 5410 (30.04.1948); Nº 5411 (07.05.1948); Nº 5415 (03.06.1948); Nº 5438 (11.11.1948); Nº 5447 (13.01.1949); Nº 5456 (17.03.1949); Nº 5463 (05.05.1949); Nº 5469 (16.06.1949); Nº 5482 (15.09.1949); Nº 5619 (05.06.1952); Nº 5617 (22.05.1952); Nº 5868 (28.03.1957); Nº 57 (01.02.1976); Nº 70 (10.09.1976); Nº 72 (10.10.1976); Nº 1 – Especial Congresso (05.12.1976); Nº 2 Especial Congresso (06.12.1976); Nº 3 Especial Congresso (07.12.1976); Nº 4 Especial Congresso (08.12.1976); Nº 1 (01.02.1977); Nº 2 (01.05.1977); Nº 3 (07.05.1977); Nº 6 (29.05.1977); Nº 9 (19.06.1977); Nº 11 (03.07.1977); Nº 12 (10.07.1977); Nº 14 (24.07.1977); Nº 15 (31.07.1977); Nº 23 (25.09.1977); Nº 32 (27.11.1977); Nº 49 (26.03.1978); Nº 50 (02.04.1978); Nº 59 (04.06.1978); Nº 62 (25.06.1978); Nº 63 (02.07.1978); Nº 72 (03.09.1978); Nº 89 (31.12.1978); Nº 118 (22.07.1979); Nº 129 (07.10.1979); Nº 142 (06.01.1980); Nº 144 (20.01.1980); Nº 161 (08.07.1980); Nº 162 (15.07.1980); Nº 169 (03.09.1980); Nº 174 (08.10.1980); Nº 180 (19.11.1980); Nº 183 (10.12.1980); Nº 186 (01.01.1981); Nº 190 (28.01.1981); Nº 192 (11.02.1981); Nº 193 (18.02.1981); Nº 199 (01.04.1981); Nº 201 (15.04.1981); Nº 211 (24.06.1981); Nº 212 (01.07.1981); Nº 217 (05.08.1981); Nº 221 (02.09.1981); Nº 222 (09.09.1981); Nº 225 (30.09.1981); Nº 226 (07.10.1981); Nº 227 (14.10.1981); Nº 232 (18.11.1981); Nº 233 (25.11.1981); Nº 245 (17.02.1982); Nº 254 (21.04.1982); Nº 276 (22.09.1982); Nº 277 (29.09.1982); Nº 278 (06.10.1982); Nº 282 (03.11.1982); Nº 287 (08.12.1982); Nº 289 (22.12.1982); Nº 297 (16.02.1983); Nº 298 (23.02.1983); Nº 300 (09.03.1983); Nº 307 (27.04.1983); Nº 315 (22.06.1983); Nº 316 (29.06.1983); Nº 317 (06.07.1983); Nº 318 (13.07.1983); Nº 319 (20.07.1983); Nº 320 (27.07.1983); Nº 327 (14.09.1983); Nº 330 (05.10.1983); Nº 331 (12.10.1983); Nº 334 (02.11.1983); Nº 336 (16.11.1983); Nº 338 (30.11.1983); Nº 339 (07.12.1983); Nº 345 (18.01.1984); Nº 351 (29.02.1984); Nº 358 (18.04.1984); Nº 360 (15.06.1984); Nº 367 (01.10.1984); Nº 369 (01.11.1984); Nº Extra XXX Congresso (16.12.1984); Nº 372 (01.01.1985); Nº 373-1 (15.01.1985); Nº 379 (15.04.1985); Nº 380 (01.05.1985); Nº 382 (01.06.1985); Nº 383 (15.06.1985); Nº 384 (01.07.1985); Nº 385 (15.07.1985); Nº 391 (15.10.1985); Nº 394

(01.12.1985); N° 395 (16.12.1985); N° 396 (01.01.1986); N° 397 (16.01.1986); N° 398 (15.02.1986); N° 401 (12.03.1986); N° 406(1) (01.06.1986); N° 409 (16.07.1986); N° 410 (01.08.1986); N° 411 (15.08.1986); N° 414 (01.10.1986); N° 415 (15.10.1986); N° 416 (01.11.1986); N° 417 (15.11.1986); N° 427 (15.04.1987); N° 428 (30.04.1987); N° 430 (30.05.1987); N° 431 (15.06.1987); N° 438-439 (15.10.1987); N° 441 (15.11.1987); N° 443 (15.12.1987); N° Especial 31° Congresso (22.01.1988); N° 446 (31.01.1988); N° 448 (29.02.1988); N° 449 (15.03.1988); N° 445 (15.06.1988); N° 456 (30.06.1988); N° 466 (30.11.1988); N° 467-468 (01.12.1988); N° 469 (15.01.1989); N° 470 (31.01.1989); N° 471 (15.02.1989); N° 472 (28.02.1989); N° 474 (31.03.1989); N° 476 (30.04.1989); N° 477 (15.05.1989); N° 478 (31.05.1989); N° 479 (15.06.1989); N° 480 (30.06.1989); N° 482 (31.07.1989); N° 494 (31.01.1990); N° 496 (28.02.1990); N° 504 (30.06.1990); N° 505 (15.07.1990); N° 507-508 (01.08.1990); N° 512 (31.10.1990); N° 513 (15.11.1990); N° 514 (30.11.1990); N° 519 (15.02.1991); N° 521 (15.03.1991); N° 522 (31.03.1991); N° 523 (15.04.1991); N° 528 (30.06.1991); N° 534 (30.09.1991); N° 540 (31.12.1991); N° 542 (31.01.1992); N° 544 (29.02.1992); N° 548 (30.03.1992); N° 546 (31.03.1992); N° 549 (15.05.1992); N° 550 (31.05.1992); N° 551 (15.06.1992); N° 552 (30.06.1992); N° 553 (15.07.1992); N° 554 (31.07.1992); N° 555 (15.09.1992); N° 556 (01.10.1992); N° 558 (01.12.1992); N° 559 (01.01.1993); N° 564 (01.06.1993); N° 567 (01.11.1993).

Diarios de las Sesiones (1977-1993)

N° 10 (20.09.1977); N° 30 (15.11.1977); N° 3 (30.03.1979); N° 21 (27.06.1979); N° 65 (20.02.1980); N° 94 (29.05.1980); N° 180 (15.09.1981); N° 191 (27.10.1981); N° 192 (28.10.1981); N° 193 (29.10.1981); N° 011 (18.02.1983); N° 51 (29.06.1983); N° 65-2 (25.10.1983); N° 66-1 (26.10.1983); N° 116 (02.05.1984); N° 122 (16.05.1984); N° 157 (23.10.1984); N° 158 (24.10.1984); N° 159 (25.10.1984); N° 206 (16.05.1985); N° 209 (22.05.1985); N° 222 (26.06.1985); N° 223 (27.06.1985); N° 237 (15.10.1985); N° 266 (04.02.1986); N° 274 (26.02.1986); N° 009 (02.10.1986); N° 114 (21.04.1987); N° 47 (06.05.1987); N° 62 (23.09.1987); N° 076 (09.12.1987); N° 88 (24.02.1988); N° 89 (25.02.1988); N° 107 (28.04.1988); N° 108 (10.05.1988); N° 124 (21.06.1988); N° 131 (20.09.1988); N° 166 (14.02.1989); N° 202 (22.06.1989); N° 204 (28.06.1989); N° 003 (05.12.1989); N° 006-1 (20.12.1989); N° 47-1 (27.06.1990); N° 52-1 (11.09.1990); N° 77 (18.12.1990); N° 286 (20.06.1991); N° 125 (01.07.1991); N° 151-1 (28.11.1991); N° 155 (17.12.1991); N° 175 (24.03.1992); N° 176-1 (25.03.1992); N° 184 (29.04.1992); N° 204-1 (01.07.1992); N° 216 (01.10.1992); N° 220 (20.10.1992); N° 238-1 (15.12.1992).

Discursos

GONZÁLEZ, Felipe – “La Europa que queremos.” *Leviatán*. N° 29/30 (1987) p. 4-14.

GONZÁLEZ, Felipe, SEMPRUN, Jorge - “España en Europa.” *Sistema*. N° 76 (Janeiro 1987) p. 3-32.

PS

a) Jornal Acção Socialista (1979-1993)

N° 8 (18.01.1979); N° 12 (15.02.1979); N° 14 (01.03.1979); N° 15 (08.03.1979); N° 20 (12.04.1979); N° 25 (31.05.1979); N° 30 (21.06.1979); N° 68 (13.03.1980); N° 70 (27.03.1980); N° 71 (03.04.1980); N° 81

(13.06.1980); Nº 82 (19.06.1980); Nº 92 (23.08.1980); Nº 93 (04.09.1980); Nº 94 (11.09.1980); Nº 99 (16.10.1980); Nº 102 (06.11.1980); Nº 104 (20.11.1980); Nº 111 (08.01.1981); Nº 115 (05.02.1981); Nº 116 (12.02.1981); Nº 120 (13.03.1981); Nº 122 (26.03.1981); Nº 125 (16.04.1981); Nº 129 (14.05.1981); Nº 134 (18.06.1981); Nº 138 (16.07.1981); Nº 139 (23.07.1981); Nº 142 (13.08.1981); Nº 149 (01.10.1981); Nº 152 (22.10.1981); Nº 155 (12.11.1981); Nº 157 (26.11.1981); Nº 158 (03.12.1981); Nº 161 (24.12.1981); Nº 165 (21.01.1982); Nº 172 (11.03.1982); Nº 174 (25.03.1982); Nº 179 (29.04.1982); Nº 185 (10.06.1982); Nº 200 (23.09.1982); Nº 206 (04.11.1982); Nº 209 (25.11.1982); Nº 222 (24.02.1983); Nº 223 (03.03.1983); Nº 229 (14.04.1983); Nº 232 (05.05.1983); Nº 237 (09.06.1983); Nº 243 (21.07.1983); Nº 245 (04.08.1983); Nº 248 (25.08.1983); Nº 249 (01.09.1983); Nº 254 (06.10.1983); Nº 256 (20.10.1983); Nº 258 (03.11.1983); Nº 259 (10.11.1983); Nº 260 (17.11.1983); Nº 268 (12.01.1984); Nº 271 (02.02.1984); Nº 274 (23.02.1984); Nº 275 (01.03.1984); Nº 276 (08.03.1984); Nº 282 (19.04.1984); Nº 185 (10.05.1984); Nº 287 (24.05.1984); Nº 290 (14.06.1984); Nº 293 (05.07.1984); Nº 294 (12.07.1984); Nº 295 (19.07.1984); Nº 296 (26.07.1984); Nº 302 (06.09.1984); Nº 309 (25.10.1984); Nº 314 (29.11.1984); Nº 328 (14.03.1985); Nº 330 (28.03.1985); Nº 331 (04.04.1985); Nº 332 (11.04.1985); Nº 339 (30.05.1985); Nº 340 (06.06.1985); Nº 341 (13.06.1985); Nº 346 (20.06.1985); Nº 394 (26.06.1985); Nº 343 (27.06.1985); Nº 344 (04.07.1985); Nº 346 (18.07.1985); Nº 356 (26.09.1985); Nº 410 (16.10.1985); Nº 361 (31.10.1985); Nº 386 (02.05.1986); Nº 402 (21.08.1986); Nº 421 (01.01.1987); Nº 425 (29.01.1987); Nº 426 (05.02.1987); Nº 431 (12.03.1987); Nº 433 (26.03.1987); Nº 435 (09.04.1987); Nº 437 (23.04.1987); Nº 439 (07.05.1987); Nº 441 (21.05.1987); Nº 445 (18.06.1987); Nº 448 (09.07.1987); Nº 459 (24.09.1987); Nº 460 (01.10.1987); Nº 461 (08.10.1987); Nº 464 (29.10.1987); Nº 469 (03.12.1987); Nº 473 (30.12.1987); Nº 474 (07.01.1988); Nº 477 (28.01.1988); Nº 479 (11.02.1988); Nº 480 (18.02.1988); Nº 485 (24.03.1988); Nº 491 (05.05.1988); Nº 492 (12.05.1988); Nº 497 (16.06.1988); Nº 501 (14.07.1988); Nº 503 (28.07.1988); Nº 516 (27.10.1988); Nº 519 (17.11.1988); Nº 520 (24.11.1988); Nº 528 (19.01.1989); Nº 530 (02.02.1989); Nº 532 (16.02.1989); Nº 534 (02.03.1989); Nº 536 (16.03.1989); Nº 541 (20.04.1989); Nº 543 (04.05.1989); Nº 544 (11.05.1989); Nº 547 (01.06.1989); Nº 548 (08.06.1989); Nº 549 (15.06.1989); Nº 550 (22.06.1989); Nº 551 (29.06.1989); Nº 552 (06.07.1989); Nº 562 (14.09.1989); Nº 563 (21.09.1989); Nº 569 (02.11.1989); Nº 571 (16.11.1989); Nº 579 (11.01.1990); Nº 580 (18.01.1990); Nº 584 (15.02.1990); Nº 587 (08.03.1990); Nº 588 (15.03.1990); Nº 592 (12.04.1990); Nº 594 (26.04.1990); Nº 599 (31.05.1990); Nº 600 (07.06.1990); Nº 603 (28.06.1990); Nº 604 (05.07.1990); Nº 607 (26.07.1990); Nº 610 (20.09.1990); Nº 613 (11.10.1990); Nº 614 (18.10.1990); Nº 615 (25.10.1990); Nº 616 (01.11.1990); Nº 618 (15.11.1990); Nº 621 (03.12.1990); Nº 622 (13.12.1990); Nº 635 (28.03.1991); Nº 640 (02.05.1991); Nº 648 (27.06.1991); Nº 649 (04.07.1991); Nº 652 (25.07.1991); Nº 657 (29.08.1991); Nº 658 (05.09.1991); Nº 664 (17.10.1991); Nº 666 (31.10.1991); Nº 667 (07.11.1991); Nº 668 (14.11.1991); Nº 670 (28.11.1991); Nº 671 (05.12.1991); Nº 672 (12.12.1991); Nº 673 (19.12.1991); Nº 674 (09.01.1992); Nº 676 (23.01.1992); Nº 684 (19.03.1992); Nº 689 (16.04.1992); Nº 692 (07.05.1992); Nº 696 (04.06.1992); Nº 698 (18.06.1992); Nº 700 (09.07.1992); Nº 709 (10.09.1992); Nº 710 (17.09.1992); Nº 718 (12.11.1992); Nº 719 (19.11.1992); Nº 720 (26.11.1992); Nº 722 (10.12.1992); Nº 723 (17.12.1992); Nº 724 (24.12.1992); Nº 729 (28.01.1993); Nº 731 (11.02.1993); Nº 738 (01.04.1993); Nº 740 (15.04.1993); Nº 745 (20.05.1993); Nº 750 (24.06.1993); Nº 763 (04.11.1993); Nº 764 (11.11.1993); Nº 765 (18.11.1993); Nº 766 (25.11.1993); Nº 767 (03.12.1993).

b) DAR - Diários da Assembleia da República (1976-1993) (1ª série).

Nº 17 (03.08.1976); Nº 17 (03.08.1976); Nº 20 (10.08.1976); Nº 21 (11.08.1976); Nº 22 (12.08.1976); Nº 43 (24.11.1976); Nº 78 (19.02.1977); Nº 79 (25.02.1977); Nº 88 (19.03.1977); Nº 89 (23.03.1977); Nº 13 (25.11.1977); Nº 38 (11.02.1978); Nº 63 (19.04.1978); Nº 84 (08.06.1978); Nº 85 (09.06.1978); Nº 35 (07.03.1979); Nº 5 (16.01.1980); Nº 94 (15.09.1981); Nº 60 (04.03.1982); Nº 77 (22.04.1982); Nº 135 (12.10.1982); Nº 6 (21.06.1983); Nº 9 (25.06.1983); Nº 27 (17.09.1983); Nº 41 (04.11.1983); Nº 119 (07.06.1984); Nº 5 (25.10.1984); Nº 8 (31.10.1984); Nº 27 (12.12.1984); Nº 28 (14.12.1984); nº 36 (08.01.1985); Nº 63 (28.03.1985); Nº 64 (29.03.1985); Nº 68 (11.04.1985); Nº 69 (12.04.1985); Nº 105 (09.07.1985); Nº 106 (11.07.1985); Nº 5 (16.11.1985); Nº 7 (21.11.1985); Nº 32 (08.02.1986); Nº 40 (07.03.1986); Nº 8 (07.11.1986); Nº 13 (20.11.1986); Nº 23 (17.12.1986); Nº 40 (05.02.1987); Nº 53 (10.03.1987); Nº 5 (28.08.1987); Nº 13 (23.10.1987); Nº 63 (15.03.1988); Nº 27 (20.07.1988); Nº 2 (20.10.1988); Nº 13 (15.11.1988); Nº 45 (28.02.1989); Nº 88 (29.05.1989); Nº 22 (06.12.1989); Nº 49 (07.03.1990); Nº 52 (13.03.1990); Nº 61 (04.04.1990); Nº 85 (08.06.1990); Nº 87 (19.06.1990); Nº 95 (04.07.1990); Nº 76 (15.05.1991); Nº 13 (12.12.1991); Nº 15 (18.12.1991); Nº 18-1 (09.12.1992); Nº 19 (10.12.1992).

c) Programas, declarações de princípios, moções a congressos e manifestos eleitorais da ASP e PS

- ASP - “Bases Orgânicas da ASP.” In “Para uma Democracia Socialista em Portugal. Textos ASP.” 1970. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 329 (469).
- *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista.* Porto: Livraria Leitura, 1973. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 329 (469).
- “Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida.” Relatório do Secretário-geral do PS, lido, discutido e aprovado em maio de 1973. Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 329 (469).
- “Relatório de Mário Soares no congresso do PS” (1974). In NOSTY, Diaz B. – *Mário Soares. Um combatente do socialismo.* Lisboa: Líber, s.d. p. 149-188.

GUTERRES, António – “Mudar para Ganhar.” S.L. 1992.

PS – “Declaração de princípios. Programa e estatutos do Partido Socialista.” 1974.

PS - “Alguns pontos do programa.” Centro de Documentação do Partido Socialista. 1975.

PS - “Programa para um governo PS.” Edição do Centro de Documentação do Partido Socialista (CTE/76). 1976.

PS - “Mudar em Paz a Vida portuguesa. Medidas para um governo PS.” Edição da Comissão Técnica Eleitoral, s.d. (1979).

PS - “10 Anos para Mudar Portugal. Proposta PS para os Anos 80.” 1979.

PS – “A resposta PS ao Portugal em crise. Manifesto-Programa.” 1983.

PS – “Um pacto de progresso para 4 anos de governo. Programa de governo 1985-90.” 1985.

PS – “Declaração de Princípios e Programa.” Lisboa, 1986.

PS - “Para um Portugal moderno e solidário. Programa para um governo do Partido Socialista.” 1987.

PS - “Programa de governo do Partido Socialista.” 1991.

SOARES, Mário – *Novo Rumo para o PS* (Moção de orientação política e bases de revisão estatutária). 1981.

SOARES, Mário - *Relatório do Secretário-geral, Mário Soares, ao II Congresso Nacional do PS na Legalidade*. Lisboa: Editorial Império, 1977.

d) Discursos de Mário Soares

- SOARES, MÁRIO - *A Europa Connosco. Dois discursos na cimeira socialista do Porto*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.
- “Discurso pronunciado na conferência ministerial da NATO.” Otava (18.06.1974);
- “Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades” (13.09.1974);
- “Discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU.” (23.09.1974) - In SOARES, Mário – *Democratização e descolonização. Dez meses no governo provisório*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975. p. 43-50, 85-121, 123-144.
- “À Nação.” Manifesto redigido por Mário Soares e subscrito por vários socialistas. 1968. In SOARES, Mário - *Escritos Políticos*, 4ª edição. Lisboa: Editorial Inquérito, 1969, p. 209-228.
- “Na Internacional Socialista.” Discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista. Viena de Áustria: 28.06.1972. In SOARES, Mário - *Escritos do Exílio*. Amadora: Bertrand, 1975. p. 154-158.
- “Breve testemunho por Mário Soares” [Em linha]. [Consult. 31.03.2014]. Disponível em WWW: <http://www.movimento-europeu.eu/testemunhos.html> >.

e) Entrevistas a Mário Soares

- “Entrevista concedida por Mário Soares ao semanário americano *Newsweek*”, 13.05.1974;
- “Entrevista a Mário Soares, concedida ao jornal *Portuguese Times*. Newark, EUA, 20.06.1974;
- “Entrevista a Mário Soares, realizada por Javier Moral, para o jornal espanhol *Pueblo*”, 28.06.1974;
- “Entrevista concedida ao semanário alemão *Der Spiegel*”, 19.08.1974;
- “Declarações de Mário Soares em mesa redonda transmitida pela televisão alemã ocidental”, 9.10.1974;
- “Entrevistas concedida ao semanário tunisino *Dialogue*”, 11.11.1974;

- “Entrevista a Mário Soares, realizada por Mário Alexandre, para *A Capital*”, (publicada em 13.12.1974);
- “Entrevista ao semanário português *O Século Ilustrado*”, (publicada em 21.12.1974);
- “Entrevista ao jornal francês *Le Monde*” (publicada em 24.12.1974)”;
- “Entrevista a Mário Soares, realizada por Manuel Dias, para o *Jornal de Notícias*”, (publicada em 18.02.1975); In SOARES, Mário – *Democratização e descolonização. Dez meses no governo provisório*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975. p. 37-41, 53-56, 57-62, 75-84, 145-159, 189-201, 213-227, 229-239, 241-248, 271-284.
- RESENDE, Mário Bettencourt - *A Incerteza dos Tempos. Entrevista a Mário Soares*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

f) Livros de Mário Soares

SOARES, Mário – *Portugal Amordaçado*. Lisboa, Arcádia, 1974.

g) Programas de Governos Provisórios e Constitucionais

- “Linhas Programáticas do Governo Provisório” [1º Governo] [Em linha]. [Consult. 31.07.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464072/GP01.pdf> >.
- “Programa de Política Económica e Social”- III Governo Provisório da República de Portugal. Lisboa: 1975. [Em linha]. [Consult. 31.07.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464078/GP03.pdf> >.
- “Programa do I Governo Constitucional” [Em linha]. [Consult. 04.08.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf> >.
- “Programa do II Governo Constitucional” [Em linha]. [Consult. 18.08.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf> >.
- “Programa do IX Governo Constitucional” [Em linha]. [Consult. 18.08.2016]. Disponível em WWW: < <http://www.portugal.gov.pt/media/464033/GC09.pdf> >.
- “Na hora da verdade.” Comunicação feita ao país pelo Primeiro-ministro Dr. Mário Soares. Secretaria de Estado da Comunicação Social. 1976.

h) Arquivo de Mário Soares - oposição à ditadura: CasaComum.org

- “Acta da transformação da ASP em Partido Socialista.” 19.04.1973. Fotoc. Arquivo Mário Soares. (1969-1977), "ASP - Acção Socialista Portuguesa/Fundação PS", CasaComum.org,

Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93494 (2016-6-17).

- Carta de Ramos da Costa a Tito de Moraes. 13.10.1965. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80613 (2016-6-17).
- Carta de Mário Soares a Ramos da Costa. 07.02.1966. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80634 (2016-6-17).
- Carta de Ramos da Costa a Tito de Moraes, 02.02.1970. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80620 (2016-6-17).
- Carta da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, Comité dos Países Europeus Não Membros, a Mário Soares. 14.04.1970, dactil. Arquivo Mário Soares. (s.d.), "Conselho da Europa", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428 (2016-6-17).
- Cartas de Ramos da Costa dirigida a Mário Soares. Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80638 (2016-6-17).
- Comunicado de imprensa do Mouvement Fédéraliste Européen. 29.10.1971, dactil. (s.d.), "Movimento Federalista Europeu", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93458 (2016-6-17).
- Correspondência com Robert Van Schendel e Walter Hallstein (Movimento Europeu). Arquivo Mário Soares. (s.d.), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_80538 (2016-6-17).
- “Fogo Solto...por Mário Soares - Direitos do Homem; A Europa e o Terceiro Mundo.” Texto de MS para a crónica no jornal ‘República’. 24.02.1964. Manusc. Arquivo Mário Soares. (s.d.), "Colaborações em Jornais e Revistas/'República/'Fogo Solto'", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93331 (2016-6-17).
- “Fogo Solto – O Cinquentenário do Integralismo” (crónica de Mário Soares para o jornal *A República*, que não chegou a ser publicada). 7.05.1964. "Colaborações em Jornais e Revistas/'República/'Fogo Solto'", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93332 (2016-12-2).
- “Fogo Solto...por Mário Soares - Estados Unidos da Europa.” Prova cortada pela censura de crónica de Mário Soares para o jornal ‘República’. 09.06.1964, impr. Arquivo Mário Soares. (s.d.), "Colaborações em Jornais e Revistas/'República/'Fogo Solto'", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93332 (2016-6-17).

- “L'Europe Economique et Monétaire, Rapport Introductif de la Section II” (A Europa Económica e Monetária, relatório introdutório da secção II), relatório de Guisepe Petrilli apresentado ao Congrès de L'Europe, Bonn - Bundeshaus, 12 a 13.MAI.1972, dactil. Arquivo Mário Soares. (s.d.), "Movimento Federalista Europeu", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457 (2016-6-17).
- “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projeto”. Abaixo-assinado ao Presidente da República. 1966. dactil. Redigido por Mário Soares. (1965-1969), "Escritos Políticos", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93313 (2016-6-17).
- “Plan par Etapes en vue de la constitution d'un Etat Fédéré Européen, adopté par le 19ème Congrès de l'Europa-Union Deustshland.” Bruxelas, 12.10.1971, dactil. (s.d.), "Movimento Federalista Europeu", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457 (2016-6-17).
- Política externa". Resposta a um inquérito promovido por 'A Capital'. Publ. em 14.10.1969. Arquivo Mário Soares. (1972-1973), "Escritos Políticos/Caminho Dificil", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93343 (2016-6-17).
- “Résolution relative aux Dictatures dans la Méditerranée”. 13º Congresso do Mouvement Fédéraliste Européen (s.d), dactil. Arquivo Mário Soares (s.d.). "Movimento Federalista Europeu", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457 (2016-6-17).
- “Statement by Mr. Mário Soares.” Declaração de MS na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, sobre os Direitos do Homem em Portugal, Estrasburgo. 17.04.1970, polic. (s.d.), "Conselho da Europa", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93428 (2016-6-17).
- “Uma Entrevista que não foi publicada.” Entrevista de Raul Rego a Mário Soares com destino ao ‘Diário de Lisboa’. Dez. 1968. Arquivo Mário Soares. (1969), "Escritos Políticos", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93344 (2016-6-17).
- (1972), "A Convenção Socialista de Suresne", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00034.002.007> (2016-12-2).
- (1972), "Sou pela Europa dos Trabalhadores e não pela Europa dos Trusts", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00007.001.002> (2016-6-17).
- (1973). "Rapport Confidential", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00517.001.003> (2016-6-17).
- (1973), "Entrevista concedida por Mário Soares a Avelino Rodrigues.", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00517.001.017> (2016-6-17).

- (s.d.), "Movimento Federalista Europeu", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93457 (2016-12-2).

OUTRA DOCUMENTAÇÃO

- “O Movimento Europeu em Portugal” [Em linha]. [Consult. 31.03.2014]. Disponível em WWW: <http://www.movimento-europeu.eu/apresentacao_a.html>.
- “EU’s Juncker demands clarity from trump on trade, climate, NATO.” *Reuters* (10.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW <<http://www.reuters.com/article/us-eu-juncker-idUSKBN13512L>>.
- “EU’s Juncker wants clarity from Trump on trade, climate, NATO.” *Business Insider* (10.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW <<http://www.businessinsider.com/r-eus-juncker-wants-clarity-from-trump-on-trade-climate-nato-2016-11>>.
- “La mise en garde d’Angela Merkel à Donald Trump”. *Le Monde* (10.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW <http://www.lemonde.fr/elections-americaines/article/2016/11/10/la-mise-en-garde-d-angela-merkel-a-donald-trump_5028703_829254.html>.
- “Pour Hollande, la victoire de Trump ‘ouvre une période de incertitude’.” *Le Monde* (09.11.2016) [Em linha]. [Consult. 11.11.2016]. Disponível em WWW <http://www.lemonde.fr/elections-americaines/article/2016/11/09/avant-meme-les-resultats-officiels-marine-le-pen-felicite-trump_5027821_829254.html>.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ-MIRANDA, Berta – *El Sur de Europa y la adhesión a la Comunidad. Los debates políticos*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 1996.

ALLEN, David – “The Structural Funds and Cohesion Policy.” In WALLACE, Helen; POLLACK, Mark A.; YOUNG, Alasdair R. (ed.) - *Policy Making in the European Union*. 6th edition. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 229-253.

AMARAL, João Ferreira do, BRITO, José Maria Brandão de, ROLLO, Maria Fernanda - *Portugal e a Europa. Dicionário*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011.

ANAYA, Pilar Ortuño – “*Los Socialistas Europeos y la Transición Española*.” Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2005.

AYLOTT, Nicholas; MORALES, Laura; RAMIRO, Luis - “Some things change, a lot stays the same: comparing the country studies.” In POGUNTKE, Thomas, et al. (ed.) - *The Europeanization of national political parties*. London, New York: Routledge, 2007. p. 190-210.

ARACIL, Rafael; OLIVER, Joan; SEGURA, Antoni - *El Mundo Actual. De la Segunda Guerra Mundial a nuestros días*. Barcelona: Edicions Universitat de Barcelona (revisada y actualizada), 1998.

ARMSTRONG, David Armstrong, LLOYD, Lorna; REDMOND, John - *International Organisation in World Politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

ATTINÁ, Fulvio – “Party Fragmentation and Discontinuity in the European Union.” In BELL, David S.; LORD, Christopher (ed.) - *Transnational Parties in the European Union*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 1998. p. 10-27.

AVILÉS, Juan – “España y la integración europea: partidos políticos y opinión pública, 1977-2004.” *Espacio, Tiempo y Forma*. T. 16 (2004) p. 409-423.

AVILLEZ, Maria João – *Soares. Ditadura e Revolução. Entrevista a Mário Soares*. Lisboa: Público, 1996.

AVILLEZ, Maria João – *Soares: democracia*. Lisboa: Público, 1996.

BALDWIN, Richard, WYPLOSZ, Charles – *The Economics of European Integration*. New York: MacGraw-Hill Education, 2004.

BALSAMEDA, Miguel, SEBASTIÁN Miguel – “A Espanha na UE.” In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2005. p. 249-292.

BARBÉ, Esther – “European Political Cooperation: The upgrading of Spanish foreign policy.” In GILLESPIE, Richard, RODRIGO, Fernando, STORY, Jonathan (ed.) –

Democratic Spain. Reshaping external relations in a changing world. London, New York: Routledge, 1995, p. 106-122.

BARDI, Luciano - "Parties and Party system in the European Union: National and Supranational Dimensions." In LUTHER, Kurt Richard; MULLER-ROMMEL, Ferdinand (ed.) - *Political Parties in the New Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 293-322.

BARNETT, Michael, DUVALL, Raymond - "International Organizations and the Diffusion of Power." In WIESS, Thomas G., WILKINSON, Rorden (ed.) - *International Organization and Global Governance*. London, New York: Routledge, 2014. p.48-59.

BARRIO, Antonio Marquina - "The Spanish Centre Parties." In MORGAN, Roger; SILVESTRI, Stefano (ed.) - *Moderates and Conservatives in Western Europe*. London: Heinemann Educational Books, 1982. p. 135-161.

BARROSO, Durão - *Le système politique portugais face a l'intégration européenne. Partis politiques et opinion publique*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais, 1983.

BELL, David - "La 'troisième voie' dans une perspective comparée." In DELWIT, Pascal - *Où va la social-démocratie européenne? Débats, enjeux, perspectives*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2004. p. 18-38 [Em linha]. [Consult. 27.12.2015]. Disponível em WWW < http://digistore.bib.ulb.ac.be/2007/i9782800413402_000_o.pdf >.

BITTNER, Fabrice, COCQ, Emmanuel - "Politiques sociales et emploi en Europe: quelle convergence?" In SCHLACTHER, Didier (dir.) - *Questions d'Europe. Le débat économique et politique*. Paris : Ellipses, 1998. p. 89-103.

BOER, Pim den - "Europe to 1914: the making of an idea." In WILSON, Kevin; DUSSEN, Jan van der (ed.) - *The History of the Idea of Europe*. London: Routledge, 2002. p. 13-82.

BONILLA, José Ramón de la - "El Sistema Monetario Europeo: España y la Devaluación de la peseta." *Cuadernos de Estudios Empresariales. Editorial Complutense*. Nº 3 (1993) p. 341-360 [Em linha]. [Consult. 23.09.2016]. Disponível em WWW: < <https://revistas.ucm.es/index.php/CESE/article/view/CESE9393110341A> >.

BOSSUAT, Gérard - *Les Fondateurs de l'Europe*. Paris: Éditions Belin, 1994.

BOSSUAT, Gérard - *Histoire de l'Union européenne. Fondations, élargissements, avenir*. Paris: Éditions Belin, 2009.

BOURQUIN, Jean-Fred - "Europe: La Méthode de Rougemont." In MATOS, Sérgio Campos (coord.) - *A Construção da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. p. 163-171.

BRUCLAIN, Claude - *Le Socialisme et l'Europe*. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

BUGGE, Peter - "The nation supreme. The idea of Europe 1914-1945." In WILSON, Kevin; DUSSEN, Jan van der (ed.) - *The History of the Idea of Europe*. London: Routledge, 2002. p. 83-150.

CARTER, Elisabeth; LUTHER, Kurt Richard; POGUNTKE, Thomas - “European integration and internal party dynamics.” In Poguntke, Thomas; AYLOTT, Nicholas; CARTER, Elisabeth; LADRECH, Robert; LUTHER, Kurt Richard (ed.) - *The Europeanization of national political parties*. London, New York: Routledge, 2007. p. 1-27.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira, JUSTE, Antonio Moreno – “A Espanha: no centro ou na periferia da Europa?” In PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.) – *A Europa do Sul e a construção da União Europeia. 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 45-74.

CASTAÑO, David – *Mário Soares e a Revolução*. Alfragide: D. Quixote, 2013.

CASTRO, Francisco - “A CEE e o PREC.” *Penélope*. Nº 26 (2002) p. 123-157.

CAVALLARO, Maria Elena - *Los Orígenes de la Integración de España en Europa – desde el franquismo hasta los años de transición*. Madrid: Sílex Ediciones, 2009.

CHANG, Michele – *Monetary Integration in the European Union*. Hampshire: Plagrave Macmillan, 2009.

CHARRETTE, Jason; STERLING-FOLKER, Jannifer - “Realism.” In WISS, Thomas G. Weiss; WILKINSON, Rorden (ed.) - *International Organization and Global Governance*. London, New York: Routledge, 2004. p. 93-101.

CIERVA, Ricardo de la – *La Historia Perdida del Socialismo Español*. Madrid: Editora Nacional, 1972.

COLOMÉ, Gabriel – “Le socialisme espagnol – le PSOE.” In DELWIT, Pascal (ed.) - *Où va la social-démocratie européenne? Débats, enjeux, perspectives*. Bruxelles: Editions de l’Université de Bruxelles, 2004. p. 169-184 [Em linha]. [Consult. 27.12.2015]. Disponível em WWW < http://digistore.bib.ulb.ac.be/2007/i9782800413402_000_o.pdf >.

CRAVINHO, João – “Characteristics and motives for entry.” In SAMPEDRO, José Luís; PAYNO, Juan Antonio (ed.) - *The Enlargement of the European Community: case studies of Greece, Portugal and Spain*. London: The Macmillan Press Ltd, 1983. p. 131-148.

CRIDDLE, Byron - *Socialists and European integration*. London: Routledge and Kegan Paul, 1969.

CROISAT, Maurice, QUERMONNE, Jean-Louis – *L’Europe et le fédéralisme*. 2nd ed. Paris: Montchrestien, 1999.

CROZET, Marie-Pierre – *Précis sur l’Union Européenne*. Paris: Ellipses, 2007.

CUNHA, Alice – *O alargamento ibérico da Comunidade Económica Europeia: a experiência portuguesa*. Tese de doutoramento em história contemporânea. Lisboa: FSCH, 2012 [Em linha]. [Consult. 10.08.2016]. Disponível em WWW: < <http://hdl.handle.net/10362/9076> >.

D'APPOLLONIA, Ariane Chebel - "European Nationalism and European Union." In PADGEN, Anthony (ed.) - *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 171-190.

DELISLE, Pascal – "Souveraineté nationale et régulation économique: la monnaie unique est-elle viable?" In SCHLACTHER, Didier (dir.) – *Questions d'Europe. Le débat économique et politique*. Paris : Ellipses, 1998. p. 45-61.

DELORS, Jacques – *Memórias*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004.

DELWIT, Pascal – *Introduction à la Science Politique*. 2^e ed. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2015.

DELWIT, Pascal - *Les Partis Socialistes et l'Intégration Européenne. France, Grande-Bretagne, Belgique*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1995.

DELWIT, Pascal (ed.) – *Où va la social-démocratie européenne? Débats, enjeux, perspectives*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2004. [Em linha]. [Consult. 27.12.2015]. Disponível em WWW <http://digistore.bib.ulb.ac.be/2007/i9782800413402_000_o.pdf>.

DELWIT Pascal, KULAHCI Erol, VAN DE WALLE Cédric - *Les fédérations européennes de partis. Organisation et influence*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2001.

DIOS, Angel Marcos de - "Deux ibéristes différents: Antero et Unamuno". In *Antero de Quental et l'Europe*, Actes du Colloque, 13,14.06.1991. Paris: Foundation Calouste Gulbenkian, 1993. p. 137-146.

DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki - "European integration, intergovernmental bargaining, and convergence of party programmes." *European Union Politics*. Vol 7 (2) (2006) p. 235-256 [Em linha]. [Consult. 31.01.2016]. DOI: 10.1177/1465116506063709 .

DREYFUS, Michel - *L'Europe des Socialistes*. S.l.: Editions Complexes, 1991.

EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. Hampshire: Palgrave Macmilan, 2006.

FAYE, Jean-Pierre - *L'Europe Une. Les Philosophes et l'Europe*. Paris: Gallimard, 1992.

FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. Oxford: Manchester University Press, 1988.

FEATHERSTONE, Kevin – "Socialist parties in Southern Europe and the enlarged European Community". In GALLAGHER, Tom, WILLIAMS, Allan M. (ed.) - *Southern European Socialism. Parties, elections and the challenge of government*. Manchester, New York: Manchester University Press, 1989. p. 247-170.

FERREIRA, José Medeiros - “A estratégia para a adesão às instituições europeias.” In RIBEIRO, Maria M. Tavares, MELO, António M. Barbosa de, PORTO, António M. Lopes – *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra: Almedina, 2003. p. 137-166.

FERREIRA, José Medeiros – “As ilhas e a política externa.” In RODRIGUES, Luís Nuno, DELGADO, Iva, CASTAÑO, David (coord) - *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*. Lisboa: ISCTE, 2005. p. 139-154.

GABEL, Matthew J., HIX, Simon – “Defining the EU political space: an empirical study of the European election manifestos, 1979-99.” In MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.) – *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 93-119.

GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*. London: Routledge, 1996.

GALBRAITH, John Kenneth - *Viagem Através da Economia do Nosso Século*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

GALLAGHER, Tom – “The Portuguese Socialist Party: the pitfalls of being first.” In GALLAGHER, Tom, WILLIAMS, Allan M. (ed.) – *Southern European Socialism. Parties, elections, and the challenge of government*. Manchester, New York: Manchester University Press, 1989. p. 12-33.

GERBET, Pierre – *La Construction de l'Europe*. Paris: Imprimerie Nationale, 1983.
GIEGERICH, Bastian, WALLACE, William – “Foreign and Security Policy. Civilian power Europe and American Leadership.” In WALLACE, Helen; POLLACK, Mark A.; YOUNG, Alasdair R. (ed.) - *Policy Making in the European Union*. 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 431-455.

GIDDENS, Anthony. *Europe in the Global Age*. Cambridge: Polity Press, 2007.

GIDDENS, Anthony. *The Third Way. The renewal of social democracy*. 3rd ed. Cambridge: Polity Press, 2000.

GILLESPIE, Richard, GALLAGHER, Tom – “Democracy and authority in the socialist parties of southern Europe.” In GALLAGHER, Tom; WILLIAMS, Allan M. (ed.) – *Southern European Socialism. Parties, elections, and the challenge of government*. Manchester, New York: Manchester University Press, 1989. p. 163-187.

GILLESPIE, Richard – *The Spanish Socialist Party*. Oxford, Ne York: Oxford University Press, 1989.

GILLESPIE, Richard – “The Spanish Socialists.” In GAFFNEY, John (ed.) – *Political Parties and the European Union*. London, New York: Routledge, 1996. p. 155-169.

GLADWYN, Lord - *De Gaulle's Europe or Why the General Says No*. London: Secker & Warburg, 1969.

GONZÁLEZ, Felipe – *Mi Idea de Europa*. Barcelona: RBA, 2010.

GONZÁLEZ, Felipe – *À Procura de respostas*. Lisboa: Matéria-Prima Edições, 2014.

GRAUWE, Paul de - *Economics of monetary union*. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GRUNER, Wolf D. - “Les Idées de l’Europe politique au XVIII siècle.” In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l’Europe*. Paris: Éditions Belin, 1998. p. 145-162.

GRUNER, Wolf D. - “Perceptions et conceptions de l’Europe au XIX siècle.” In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l’Europe*. Paris: Éditions Belin, 1998. p. 163-190.

GOMES, António Júlio L. Ferreira - *Os pais fundadores da Comunidade Europeia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

GÓMEZ, Carlos López – “Europe as a symbol: the struggle for democracy and the meaning of European integration in post-Franco Spain.” *Journal of Contemporary European Research*. Vol. 10 (1) (2014) p.74-89.

GÓMEZ, Carlos López – “Visiones de Europa. Cambio y continuidad en el discurso europeísta del PSOE (1976-1985).” *Historia de la época socialista, 1986-1996*, V Congreso de la Asociación de Historiadores del Presente, 2011 [Consult. 13.07.2016]. Disponível em WWW: <http://historiadelpresente.es/sites/default/files/congresos/pdf/41/relainternacionales/Lopez.pdf>.

GÓMEZ, Hipólito de La Torre – “La percepción portuguesa de Europa (1848-1974). In MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo (dir.) – *España y Portugal. Veinticinco años en la Unión Europea (1986-2011)*. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial. p. 47-64.

GUERRINA, Roberta – *Europe. History, ideas and ideologies*. London: Oxford University Press, 2002.

HAAS, Ernest - “The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces (1950-1957).” In EILSTRUP-SANGIOANNI, Mette - *Debates on European Integration*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 105-116.

HAMANN, Kerstin – “Integração Europeia e Sociedade Civil em Espanha.” In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 77-102.

HANLEY, David; LOUGHLIN, John (ed.) – *Spanish Political Parties*. Cardiff: University of Wales Press, 2006.

HEATER, Derek - *The Idea of European Unity*. Leicester: Leicester University Press, 1992.

HIX, Simon - “The transnational party federations.” In GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*. London, New York: Routledge, 1996. p. 308-331.

HIX, Simon; KREPPEL, Amie; NOURY, Abdul - “The Party System in the European Parliament: Collusive or Competitive?” *Journal of Common Market Studies*. Nº 3, vol. 41, (2009) p. 309-331.

HIX, Simon; BJORN, Hoyland - *The Political System of the European Union*, 3rd ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

HIX, Simon; LORD, Christopher – *Political Parties in the European Union*. London: Macmillan, 1997.

HOBBSAWN, Eric - *A Era dos Extremos*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

HOLLAND, Martin - “Jean Monnet and the Federal-Functionalist Approach to European Union.” In MURRAY, Philomena; RICH, Paul (ed.) - *Visions of European Unity*. Oxford e EUA: WestviewPress, 1996. p. 93-108.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary - *Multi-level Governance and the European Integration*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, inc, 2001.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?” *Comparative Political Studies*. Nº 8 vol. 35 (2002) p. 965-989.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?” In MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.) - *European integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 120-140.

JACOB, Francis; RICHARD, Corbertt - *The European Parliament*. United Kingdom: Longman Group UK Limited, 1990.

JALALI, Carlos – *Partidos e Democracia em Portugal*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2007. p. 74.

JANITSCHKEK, Hans - *Mário Soares. Portrait of a Hero*. London: George Weidenfeld & Nicolson Limited, 1985.

JOHANSSON, Karl Magnus - “The Transnationalization of Party Politics.” In BELL, David S.; LORD, Christopher (ed.) - *Transnational Parties in the European Union*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 1998.

JULIÁ, Santos - *Los Socialistas en la política Española, 1879-1982*. Madrid: Santillana, S.A. Taurus, 1996.

JUSTE, Antonio Moreno – “Europa en la transición: cambio y permanencia en la perspectiva europea de España.” *Revista Universitaria Europea*. Nº 4 (2004) p. 97-130. [Em linha]. [Consult. 11.11.2015]. Disponível em WWW: < <http://www.revistarue.eu/RUE/2004.htm>>.

JUSTE, Antonio Moreno – “El proceso de construcción europea y las relaciones España-Europa.” *Circunstancia*. Nº 25 (2011) s.p. [Em linha]. [Consult. em 28.07.2016]. Disponível

em WWW: < <http://www.ortegaygasset.edu/publicaciones/circunstancia/ano-ix---n--25---mayo-2011/articulos/el-proceso-de-construccion-europea-y-las-relaciones-espana-europa> >.

KENNEDY, Paul – “Spain’s ‘Third Way’?: The Spanish Socialist Party’s utilization of European Integration.” *Journal of Southern Europe and the Balkans Online*. Nº 1 vol. 3 (2010) p. 49-59 [Em linha]. [Consult. 09.09.2016]. DOI < <http://dx.doi.org/10.1080/14613190120050476> >.

KEUKELEIRE, Stephan – “European Security and Defence Policy: from taboo to a spearhead of EU Foreign Policy.” In BINDI, Federiga (ed.) – *The Foreign Policy of the European Union. Assessing Europe’s role in the world*. Washington: Brookings Institution Press, 2010. p. 51-72.

KREPPPEL, Amie - *The European Parliament and Supranational Party System*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KATZ, Richard S.; WESSELS, Bernhard (ed.) - *The European Parliament, the National Parliaments and European Integration*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KRUGER, Peter - “Unification économique et politique de l’Europe au XX^e siècle.” In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l’Europe*. Paris: Éditions Belin, 1998. p. 191-220.

KURZE, Dietrich - “La Respublica Christiana et l’Europe médiévale”. In MALETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l’Europe*. Paris: Éditions Belin, 1998. p. 11-50.

LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties.” *Living Reviews in European Governance*. Nº 4:1 (2009) p. 5-16 [Em linha]. [Consult. 16.01.2016]. Disponível em WWW < <http://www.europeangovernance-livingreviews.org/Articles/lreg-2009-1/> >.

LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties. Towards a framework for analysis.” *Party Politics*. Nº 8:4 (2002) p. 389-403.

LADRECH, Robert - “National Political Parties and European Governance: The Consequences of Missing Action.” *West European Politics*. Nº 5 vol. 30 (2007) p. 945-960 [Em linha]. [Consult. 16.01.2016]. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01402380701617365> .

LADRECH, Robert - “Political Parties in the European Parliament.” In GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*. London, New York: Routledge, 1996. p. 291-307.

LADRECH, Robert – “Europeanization and national party organization: limited but appropriate adaptation?” In POGUNTKE, Thomas (et al.) (ed.) - *The Europeanization of National Political Parties*. London, New York: Routledge, 2007. p. 211-229.

LADRECH, Robert - *Social Democracy and the Challenge of the European Union*. London: Lynne Rienner Publishers, 2000.

LAFFAN, Brigid; LINDNER, Johannes - “The Budget: Who gets what, when and how?” In WALLACE, Helen; POLLACK, Mark A.; YOUNG, Alasdair R. (ed.) - *Policy Making in the European Union*. 6th ed. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 207-228.

LANE, Jan-Erik; ERSSON, Svante O - *Politics and Society in Western Europe*. London: Sage Publication, 1994.

LANG, Gérard – “Les politiques budgétaires et le Pacte de stabilité.” In DÉVOLUY, Michel (dir.) - *Les politiques économiques européennes*. Paris: Éditions du Seuil, 2004. p. 125-168.

LEITÃO, Augusto Rogério – “Europa da Defesa: realidades e enigmas.” *Janus*. 2013. p. 162, 163.

LEÓN, Pierre (dir.) - *História Económica e Social do Mundo. O Segundo Século XX - de 1947 aos nossos dias*. Vol. VI, Tomo I. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981.

LISI, Marcos – *Os partidos políticos em Portugal. Continuidade e transformação*. Coimbra: Almedina, 2011.

LOBO-FERNANDES, Luís; CAMISÃO, Isabel - *Construir a Europa. O processo de integração europeia entre a teoria e a história*. Cascais: Principia, 2005.

LOBO, Marina Costa – “Atitudes dos portugueses perante a UE.” In ROYO, Sebastián (ed.) – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2005. p. 145, 146.

LÓPEZ, Encarnación Lemus – “La estrategia de la ‘zanahoria y el palo’. La CE y el Portugal revolucionario.” In MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo (dir.) – *España y Portugal. Veinticinco años en la Unión Europea (1986-2011)*. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial. p. 99-116.

LUELMO, Francisco José Rodrigo – “La Adhesión de España a UEO.” CVCE.EU, 08.07.2016 [Em linha]. [Consult. 20.11.2016]. Disponível em WWW <http://www.cvce.eu/obj/la_adhesion_de_espana_a_la_ueo-es-7a3c69b6-cfcb-4793-af45-256a865d62c6.html>.

LUTHER, Kurt Richard; MULLER-ROMMEL, Ferdinand (ed.) - *Political Parties in the New Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MACEDO, J. Borges – “Portugal na perspectiva estratégica europeia.” *Estratégia*. Nº 4 (1987) p. 9-32.

MAGALHÃES, Calvet de – “Portugal e a integração europeia.” *Estratégia*. Nº 4 (1987-88) p. 33-74.

MAGONE, José – “A integração europeia e a construção da democracia portuguesa.” *Penélope*. Nº18 (1988) p. 123-163.

MAGONE, José M. - *Contemporary Spanish Politics*. London, New York: Routledge, 2004.

MAGONE, José M. – *Iberian Trade Unionism*. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 2001.

MAILLARD, Pierre – *De Gaulle et l'Europe. Entre la nation et Maastricht*. Paris: Éditions Tallandier, 1995.

MAIR, Peter – “The limited impact of Europe on national party systems.” In HIX, Simon, GOETZ, Klaus H. (ed.) – *Europeanised Politics? European Integration and National Political Systems*. London: Frank Cass, 2000. p. 27-51.

MAJONE, GIANDOMENICO – *La Communauté européenne: un Etat régulateur*. Paris: Montchrestien, 1996.

MAJONE, Giandomenico - “The rise of the regulatory state in Europe.” *West European Politics*. N° 3 (1994) 77-101. In EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 378-390.

MALETTKE, Klaus - “Regards sur l'Europe à l'époque moderne”. In MALLETTKE, Klaus (dir.) - *Imaginer l'Europe*. Paris: Éditions Belin, 1998. p. 93-128.

MARKS, Gary – “Conclusion: European integration and political conflict.” In MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.) – *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 235-259.

MARKS, Gary; WILSON, Carole J.; RAY, Leonard – “National political parties and European integration.” *American Journal of Political Science*. Vol. 46 N° 3 (2002) p. 585-594.

MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.) – *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo – “La Península Ibérica: un difícil camino hacia a integración europea.” In MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, Á. PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo (dir.) – *España y Portugal. Veinticinco años en la Unión Europea (1986-2011)*. Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial. p. 27-46.

MARTINS, Susana - *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005.

MARUJÃO, Carlos - “Kant e a ideia de Europa: uma interpretação do Opúsculo para a Paz Perpétua.” In MARUJÃO, Carlos; OLIVEIRA, Cláudia (coord.) - *A Ideia de Europa –de Kant a Hegel*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. p. 11-31.

MATEOS, Abdón - “Europa en la política de presencia internacional del socialismo español en el exilio.” *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V. Hª Contemporánea*. N° 2 (1989) p. 339-358.

MÉNDEZ-LAGO, Mónica - “The Socialist party in government and in opposition.” In BALFOUR, Sebastian (ed.) – *The Politics of Contemporary Spain*. London/New York: Routledge, 2005. p. 169-197.

MERLE, Marcel - *Pacifisme et Internationalisme*. Paris: Armand Colin, 1966.

MOSCHONAS, Gerassimos – “On the verge of a fresh Start. The great ideological and programmatic change in contemporary social democracy.” In DELWIT, Pascal – *Social Democracy in Europe*. Bruxelles: Edition de l’Université de Bruxelles, 2005 (eng. ed.). p. 35-48 [Em linha]. [Consult. 03.12.2016]. Disponível em WWW: <http://digistore.bib.ulb.ac.be/2013/i9782800413419_000_f.pdf>.

MOREIRA, Diogo, RUIVO, João P., PINTO, António Costa, ALMEIDA, Pedro T. de - “Attitudes of the Portuguese elites towards the European Union.” *South European Society and Politics*. Nº 15-1 (2010) p. 60 [Em linha]. [Consult. 16.10.2016]. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13608746.2010.496926> >.

MURRAY, Philomena - “Spinelli and European Union”. In MURRAY, Philomena; RICH, Paul (ed.) - *Visions of European Unity*. Oxford e EUA: WestviewPress, 1996. p. 109-130.

MURRAY, Philomena – “Nationalist or Internationalist? Socialists and European Unity.” In MURRAY, Philomena; RICH, Paul (ed.) - *Visions of European Unity*. Oxford , EUA: WestviewPress, 1996. p. 159-182.

NAVARI, Cornelia - “Functionalism versus federalism: alternative visions of European Unity”. In MURRAY, Philomena; RICH, Paul (ed.) - *Visions of European Unity*. Oxford e EUA: WestviewPress, 1996. p. 63-91.

NAVARRO, Miguel A. Quintanilla – *La integración europea y el sistema político español: los partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea, 1979-1999*. Madrid: Publicaciones del Congreso de los Diputados, 2001.

NAVARRO, Miguel Ángel Quintanilla – “Los Partidos políticos españoles ante el proceso de integración europea.” *Revista de Estudios Políticos*. Nº 108 (2000) p. 307-323.

NUGENT, Neill - *The Government and Politics of the European Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

NUNES, Filipe – “A nossa via. A política e as políticas nos programas eleitorais do Partido Socialista (1980, 1987, 1995). In CANAS, Vitalino – *O Partido Socialista e a democracia*. Oeiras: Celta Editora, 2005. p. 181-203.

OLIVI, Bino - *L’Europe difficile: Histoire politique de la construction européenne*. Paris: Éditions Gallimard, 2007.

OUARDIGHI, Jalal El; KAHN, René – “Les régions et la politique régionale européenne.” In DÉVOLUY, Michel (dir.) – *Les politiques économiques européennes*. Paris: Éditions du Seuil, 2004. p. 277-314.

PAIM, António - *Do Socialismo à Social-democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

PARDO, Ramon Pacheco – “EU membership and the Europeanization of Spanish political parties.” *International Journal of Iberian Studies*. Vol 25:1 (2012) p. 3-19.

PAYNO, Juan Antonio - “The second enlargement from the perspective of the new members.” In SAMPEDRO, José Luís; PAYNO, Juan Antonio (ed.) - *The Enlargement of the European Community: case studies of Greece, Portugal and Spain*. London: The Macmillan Press Ltd, 1983. p. 1-40.

PENNINGS, Paul – “An empirical analysis of the europeanization of national party manifestos, 1960-2003.” *European Union Politics*. Vol 7(2), 2006. p. 257-270.

PEREIRA, José Santana; SANCHES, Edalina Rodrigues – “Portugal.” In CONTI, Nicolò (ed.) – *Party attitudes towards the EU in the Member States*. London, New York: Routledge, 2014.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre a Utopia e a Distopia.” *Revista de História das Ideias*. Vol. 31 (2010) p. 257-284.

PEREIRA, Maria Helena Rocha - *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PEREIRA, Maria Helena Rocha – *Les Fondements Classiques de l’Idée Européenne*. Coimbra: Humanitas, 1997.

PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio; COLSA, Juan Manuel Uruburu - *História da União Europeia*. (trad. portuguesa). Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

PRAT, Cesáreo Rodríguez-Aguilera de - *Partidos Políticos e Integración Europea*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2008.

PIKETTY, Thomas - *O Capital no Século XXI*. 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2015.

PIKETTY, Thomas – *Podemos Salvar a Europa?* Barcarena: Marcador, 2016.

PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano – “Portugal e a integração europeia, 1945-1986.” In PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.) – *A Europa do Sul e a construção da União Europeia, 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 17-44.

POGUNTKE, Thomas; AYLOTT, Nicholas; CARTER, Elisabeth; LADRECH, Robert; LUTHER, Kurt Richard – *The Europeanization of National Political Parties*. London, New York: Routledge, 2007.

POLLACK, Benny, HUNTER, Graham – *The Paradox of Spanish Foreign Policy. Spain’s International Relations from Franco to Democracy*. London: Pinter Publishers, 1987.

POLLACK, Mark A. - “Theorizing the EU policy-making.” In WALLACE, Helen; POLLACK, Mark A.; YOUNG, Alasdair R. (ed.) - *Policy-making in the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 15-44.

PORTO, Manuel - *O Orçamento da União Europeia. As perspetivas financeiras para 2007-2013*. Coimbra: Almedina, 2006.

PORTO, Manuel Carlos Lopes - “Prefácio.” In LOBO-FERNANDES, Luís; CAMISÃO, Isabel - *Construir a Europa. O Processo de integração europeia entre a teoria e a história*. São João do Estoril: Principia, 2005. p. 11-13.

POWELL, Charles – “A adesão espanhola à União Europeia revisitada.” In ROYO, Sebastián – *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2005. p. 191-217.

PRESTON, Paul, SMYTH, Denis – *España ante la CEE y la OTAN*. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Grijalbo, S.A., 1985.

RAMIRO, Luis, MORALES, Laura – “European Integration and Spanish parties.” In POGUNTKE, Thomas, et al. (ed.) - *The Europeanization of national political parties*. London, New York: Routledge, 2007. p. 134-161.

RAUNIO, Tapio - “Losing Independence of Finally gaining Recognition?” *Party Politics*. Nº 2, vol. 6 (2000) p. 211-223.

RAUNIO, Tapio - “Why European integration increases leadership autonomy within political parties.” *Party Politics*. Nº 4, vol. 8 (2002) p. 405-422.

RIBEIRO, Maria M. Tavares - “Estados Unidos da Europa e os Congressos Universais da Paz.” *Revista de História das Ideias*. Nº 30 (2009) p. 491-504.

RIBEIRO, Maria M. Tavares - *A Ideia de Europa. Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003.

RIBEIRO, Maria M. Tavares - “Victor Hugo – o profeta dos Estados Unidos da Europa.” In *Portugal e o Outro, Imagens e Viagens*. Universidade de Aveiro: 2004. p. 13-24.

ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro - “Filosofia da Europa: Questões sobre a Europa.” *Diacrítica, Filosofia e Cultura*. Nº 17/2 (2003) p. 7-49.

RODRIGUES, Luís Nunes - “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944.” In RODRIGUES, Luís Nuno, DELGADO, Iva, CASTAÑO, David (coord) - *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*. Lisboa: ISCTE, 2005. p. 77-100.

RODRIGO, Fernando – “Western alignment: Spain’s security policy.” In GILLESPIE, Richard, RODRIGO, Fernando, STORY, Jonathan (ed.) – *Democratic Spain. Reshaping external relations in a changing world*. London, New York: Routledge, 1995, p. 50-66.

RODRIGO, Fernando – “Reshaping the Union: Spain and the development of cohesion.” *Pôle Sud*. Nº 26 (2007). p. 9-18 [Em linha]. [Consult. 05.09.2016]. Disponível em WWW: <<http://www.cairn.info/revue-pole-sud-2007-1-page-9.htm>>.

ROLLO, Maria Fernanda; AMARAL; João Ferreira do; BRITO, José Maria Brandão de – *Portugal e a Europa. Cronologia*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011.

ROLLO, Maria Fernanda - *Portugal e a Reconstrução Europeia no Pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

ROSAMOND, Ben - *Theories of European Integration*. New York: Macmillan Press Ltd, 2000.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (coord) - *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I e II. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

ROUGEMONT, Denis de - “Europe Unites” (a lecture on “The History of the Ideal for a United Europe). In *The Meaning of Europe*. London: Sidgwick & Jackson, 1965 [Em linha]. [Consult. 23.01.2016]. Disponível em WWW < http://aphelis.net/wpcontent/uploads/2013/01/ROUGEMONT_1965_Europe_Unites.pdf >.

RUCHET, Jean-Jacques – “La fiscalité des États de l’Union: diversité ou divergences?” In SCHLACTHER, Didier (dir.) – *Questions d’Europe. Le débat économique et politique*. Paris : Ellipses, 1998. p. 164-177.

SABLOSKY, Juliet Antunes – *PS e a transição para a democracia*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

SANCHES, Edalina R.; PEREIRA, José S. – “Which Europe do the Portuguese parties want? Identity, representation and scope of governance in the Portuguese Euromanifestos (1987-2004).” *Perspectives on European Politics and Society*. Nº 2 Vol.11 (2010) p. 183-200.

SANTOS, Leonel Ribeiro - “Republicanism e cosmopolitismo. A Contribuição de Kant para a formação da ideia moderna de federalismo.” In LEAL, Ernesto Castro (coord.) - *O Federalismo Europeu: história, política e utopia*. Lisboa: Edições Colibri, 2001. p. 35-69.

SAURUGGER, Sabine – *Théories et concepts de l’intégration européenne*. Paris: SciencesPo. Les Preses, 2009.

SEBASTIÃO, Dina – *Mário Soares e a Europa: pensamento e ação*. Dissertação de mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. [Em linha]. [Consult. 25.06.2016]. Disponível em WWW: < <http://hdl.handle.net/10316/18136> >.

SEBASTIÃO, Dina – “Os Estados Unidos da Europa entre a ideologia e a estratégia política – a exaltação federalista da oposição socialista espanhola em 1948-1949.” In ROLLO, Maria Fernanda; RIBEIRO, Maria M; CUNHA, Alice; VALENTE, Isabel (org.) - *A Europa do Pós II Guerra Mundial: o caminho da cooperação. e-Dossier IHC*. N.º 1 (2016) p. 36-55 [Em linha]. [Consult. 10.06.2016]. Disponível em WWW < <http://ihc.fcs.unl.pt/images/ENCONTROS%20CIENTIFICOS/e-dossier%20IHC%20nr%201.pdf> >.

SEBASTIÃO, Dina – “Socialistas Ibéricos e a unidade europeia no pós-guerra: 1946-1974.” *Revista Portuguesa de História*. Nº 45, 2014. p. 321-351. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_14 .

SEBASTIÃO, Dina – “Mário Soares e a Europa: retaguarda e horizonte.” *Debater a Europa*. Nº 11 (2014) p. 217-223 [Em linha]. [Consult. 1.11.2016]. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1647-6336_11_12.

SEILER, Daniel L. - *Les Partis Politiques en Europe*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

SEILER, Daniel-Louis - *L'Europe des partis: paradoxes, contradiction et antinomies*, WP nº 251. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2006. [Em linha]. [Consult. 31.01.2016]. Disponível em WWW < <http://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/wp251.pdf?noga=1> >.

SIDJANSKI, Dusan - *O Futuro Federalista da Europa: a Comunidade Europeia das origens ao Tratado de Maastricht*. Lisboa: Gradiva, 1996.

SILVA, António Martins da – “A União Europeia e a política social: parâmetros, perplexidades e perspectivas.” *Revista Estudos do Século XX*. Nº 13 (2013) p. 147-165 [Em linha]. [Consult. 31.08.2016]. Disponível em WWW: < http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_13_9 >.

SILVA, António Martins da - *História da Unificação Europeia: a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

SILVA, António Martins da - *Portugal e a Europa: distanciamento e reencontro*. Viseu: Palimage Editores, 2005.

SILVA, António Martins da – *Portugal entre a Europa e o Além Mar. Do plano Briand na SDN (1929) ao Acordo Comercial com a CEE (1973)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

SILVA, António Martins da - “Portugal e a Europa, o discurso europeu e federalista da monarquia à república.” *Revista da História da Sociedade e da Cultura*. Nº 3 (2003) p. 197-260.

SILVA, António Martins da - *Sistema Político da União Europeia: arquitetura, funcionamento e teorização*. Coimbra: Almedina, 2013.

SMITH, Julie - “How European are European elections.” In GAFFNEY, John (ed.) - *Political Parties and the European Union*. London, New York: Routledge, 1996. p. 275-290.

SMOUTS, Marie-Claude; BATTISTELLA, Dario; VENNESSON, Pascal – *Dictionnaire des relations internationales*. Paris: Éditions Dalloz, 2003.

SOARES, António Goucha – “Portugal and the European Union: the ups and downs in 20 years of membership.” *Perspectives on European Politics and Society*. Nº 4 Vol.8 (2007) p. 460-475. DOI: 10.1080/15705850701640835 .

SOARES, Mário – *Um político assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato - *Tópicos de Filosofia e Ciência Política – federalismo, das raízes americanas aos dilemas europeus*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

SPINELLI, Altiero; ROSSI, Ernesto - “For a free and united Europe. A draft manifesto”. In EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette - *Debates on European Integration*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 37-42.

SOULIER, Gérard – *A Europa. História, civilização, instituições*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SOUSA, Teresa de - *Os Grandes Líderes, Mário Soares*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

STORY, Jonathan – “Spain’s external relations redefined: 1975-89.” In GILLESPIE, Richard, RODRIGO, Fernando, STORY, Jonathan (ed.) – *Democratic Spain. Reshaping external relations in a changing world*. London, New York: Routledge, 1995. p. 30-49.

STEENBERGEN, Marco R., SCOTT, David J. – “Contesting Europe? The salience of European integration as a party issue.” In MARKS, Gary; STEENBERGEN, Marco R. (ed.) – *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 165-192.

STEENBERGEN, Marco R., MARKS, Gary – “Introduction: models of political conflict in the European Union.” In MARKS, Gary, STEENBERGEN, Marco R. (ed.) – *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 1-12.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – “La politique extérieure de la démocratie portugaise.” *Pôle Sud*. Nº 22 (2005/1) p. 63-74.

TEIXEIRA, Nuno Severiano - “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986.” *Política Internacional*. Nº 12 (1996) p. 55-86.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, PINTO, António Costa (ed.) – *The Europeanization of Portuguese Democracy*. New York: SSM-Columbia University Press.

TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

TELO, António José - *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

TELO, A. José - *Portugal e a Nato. O reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

TELO, António José; GÓMEZ, Hipólito de la Torre - *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

THORLAKSON, Lori - “Federalism and the European Party System.” *Journal of European Public Policy*. Nº 12:3 (2005) p. 468-487 [Em linha]. [Consult. 31.01.2016]. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13501760500091448> .

TROUVÉ, Matthieu – *L’Espagne et l’Europe. De la dictature de Franco a l’Union Européenne*. Bruxelles: PIE Peter Lang SA, 2008.

TULLY, James - “The kantian idea of Europe: critical and cosmopolitan perspectives.” In PADGEN, Anthony (ed.) - *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 331-358.

VARGAS, Bruno - “El movimiento socialista español en el exilio y la construcción de Europa (1942-1972).” In LUXÁN, Adolfo de, PUERTA, Alonso (ed.) - *El Socialismo Español en el Exilio y la Construcción Europea*. Madrid: Fundación Acción Socialista Europea, Fundación Indalecio Prieto, 2003. p. 41-62.

VELÁZQUEZ, José Carlos G. - “España en Europa: la concepción europeísta de Indalecio Prieto durante el exilio (1946-1972).” In LUXÁN, Adolfo de, PUERTA, Alonso (ed.) - *El Socialismo Español en el Exilio y la Construcción Europea*. Madrid: Fundación Acción Socialista Europea, Fundación Indalecio Prieto, 2003. p. 63-96.

VICENTE, Paulo Carvalho – “European integration, federalism and the role of Portugal.” *Janus.net – e-journal of International Relations*. Nº 1 Vol. 4 (2013) p. 29-45.

VIGIL, Alicia Alted - *La Política Económica en España, 1939-1975*. Madrid: Cuadernos de la UNED, 1986.

VILAR, Pierre - *Historia de España* (trad. espanhola). Barcelona: Editorial Critica, 2014.

VOLGY, Thomas J., FAUSETT, Elizabeth, GRANT, Keith A., Rodgers, Stuart - “Identifying Formal Intergovernmental Organizations.” In FREDERKING, Brian, DIEHL, Paul F. (ed.) – *The Politics of Global Governance*. 5th ed. London: Lynne Rienner Publishers: 2015. p. 13-18.

VOLKENS, Andrea; KLINGEMANN, Hans-Dieter – “Parties, ideologies, and issues: stability and change in fifteen European party systems.” In LUTHER, Kurt Richard; MULLER-ROMMEL, Ferdinand (ed.) - *Political Parties in the New Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 143-168.

WILLIAMS, Allan M. – “Socialist economic policies: never off the drawing board?” In GALLAGHER, Tom, WILLIAMS, Allan M. (ed.) – *Southern European Socialism. Parties, elections, and the challenge of government*. Manchester, New York: Manchester University Press, 1989. p. 188-216.

WOOLCOCK, Stephen – “Trade Policy. A further shift towards Brussels.” In WALLACE, Helen, POLLACK, Mark A., YOUNG, Alasdair R. (ed.) - *Policy Making in the European Union 6th edition*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 381-399.

Outra bibliografia

- *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e Documentos*. Lisboa: Assembleia da República, 2001.
- “Declaração Schuman”. In *60 Anos de Europa, os grandes textos da construção europeia*. Lisboa: Parlamento Europeu, gabinete em Portugal, 2008. p. 24, 25.
- *Encyclopædia Britannica Online*, s. v. "First International" [Em linha]. [Consult. 05.02.2016]. Disponível em WWW < <http://www.britannica.com/topic/First-International> >.
- “Manuel Serra (1932-2010)”. *Expresso online* (01.02.2010) [Em linha]. [Consult. 06.08.2016]. Disponível em WWW: < <http://expresso.sapo.pt/sociedade/manuel-serra-1932-2010=f561329> >.
- “Notice Biographique de Carlos María Bru Purón.” CVCE.EU, 07.07.2016 [Em linha]. [Consult. 19.07.2016]. Disponível em WWW: < http://www.cvce.eu/obj/notice_biographique_de_carlos_maria_bru_puron-fr-5887ee77-9839-4cd7-bd66-553add33c650.html >.
- “Prieto Tuero, Indalecio”. *Diccionario Biográfico del Socialismo Español*. Fundación Pablo Iglesias [Em Linha]. [Consult. 29.04.2014]. Disponível em WWW: < http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/10769_prieto-tuero-indalecio >.
- “Revisões Constitucionais.” Parlamento.pt [Em linha]. [Consult. 25.08.2016]. Disponível em WWW: < <https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx> >.
- “Saborit Colomer, Andrés Avelino.” *Diccionario Biográfico del Socialismo Español*. Fundación Pablo Iglesias [Em linha]. [Consult. 01.05.2014]. Disponível em WWW: < http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/5591_saborit-colomer-andres-avelino > .
- Treaty on European Union [Em linha]. [Consult. 30.01.2016]. Disponível em WWW: < http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_on_european_union/treaty_on_european_union_pt.pdf >.
- WESTERN EUROPEAN UNION – “Platform on European Security Interests.” The Hague: 27.10.1987 [Em linha]. [Consult. 21.11.2016]. Disponível em WWW: < http://www.cvce.eu/en/obj/platform_on_european_security_interests_the_hague_27_october_1987-en-444f642c-62ed-4fd9-8136-a129d2de3783.html >.

